

DA REVOLUÇÃO AO REATAMENTO:
A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
E A QUESTÃO CUBANA (1959-1986)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais

Diretor

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e
Documentação Diplomática

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Gustavo Henrique Marques Bezerra

Da Revolução ao Reatamento:
a Política Externa Brasileira
e a Questão Cubana (1959-1986)



Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Mariana Alejarra Branco Troncoso
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

B574

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques.

Da revolução ao reatamento: a política externa
brasileira e a questão cubana (1959-1986) / Gustavo
Henrique Marques Bezerra. — Brasília : FUNAG, 2012.
376 p.; 15,5 x 22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7631-381-6

1. Relações Brasil-Cuba. 2. Revolução cubana. I.
Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 327"1959/1986" (81:729.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita
Daemon James - CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

*Aos meus pais
e à Sofia, minha alegria.*



Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar á estratégia da guerrilha maior publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta –, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

Eric J. Hobsbawn, *A era dos extremos*, p. 427.

Aquele que conta ao povo falsas lendas revolucionárias, que o diverte com histórias sedutoras, é tão criminoso quanto o geógrafo que traça mapas mentirosos para os navegadores.

Prosper-Olivier Lissagaray, *História da Comuna de 1871*, p. 9.



Sumário

Prefácio à presente edição revista e ampliada	13
Introdução.....	15
Capítulo I - Anos de Transição: da Revolução Cubana à Política Externa Independente (1959-1961)	21
1.1. Antecedentes.....	21
1.1.1. A ascensão de Fidel Castro em Cuba	22
1.1.2. Uma História conturbada	23
1.1.3. A conjuntura brasileira.....	28
1.1.4. As relações Brasil-Cuba até 1959	31
1.2. O Impacto da Revolução Cubana na Política Externa Brasileira	33
1.2.1. Um Estado marxista nas Américas.....	33
1.2.2. O Tratado do Rio de Janeiro e o Sistema Interamericano	41
1.2.3. O Governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana	43
1.2.4. A Declaração de San José.....	48
1.2.5. A questão cubana nas eleições presidenciais de 1960	57
1.2.6. Apreensões no Brasil	66
Capítulo II - O Governo Jânio Quadros e a Questão Cubana	71
2.1. Fundamentos da PEL.....	71
2.1.1. Em busca de um lugar na Guerra Fria.....	71
2.1.2. A questão cubana e as relações Brasil-EUA.....	75

2.1.3. Playa Girón e as reações no Brasil.....	77
2.2. As tentativas de conter a Revolução Cubana.....	88
2.2.1. O jogo diplomático	88
2.2.2. Manobras cubanas no Movimento dos Não Alinhados.....	99
2.2.3. A Aliança para o Progresso	104
2.2.4. Um “diálogo perdido” em Punta del Este	111
2.2.5. A visita de Guevara	115
2.2.6. A renúncia de Quadros e a crise da legalidade	125

Capítulo III - Anos de Crise: o Governo João Goulart (1961-1964) -

1ª Parte	135
3.1. Continuidade da PEI	135
3.2 A VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.	144
3.2.1. Os preparativos para a VIII Reunião de Consulta	144
3.2.2. “Estamos na hora de escolher os nossos inimigos”	148
3.2.3. A posição do Brasil em Punta del Este	164
3.2.4. O debate no Congresso	171

Capítulo IV - Anos de Crise: o Governo João Goulart (1961-1964) -

2ª Parte	179
4.1. A Crise dos Mísseis.....	179
4.2. O papel do Brasil.....	182
4.2.1. A posição do Brasil na OEA	182
4.2.2. A posição do Brasil na ONU	189
4.3. O problema dos asilados.....	198
4.4. Brasil: uma nova Cuba?.....	203
4.4.1. A radicalização política.....	207
4.4.2. A Segunda Declaração de Havana	214
4.4.3. A situação do Nordeste e as Ligas Camponesas	217
4.4.4. O fantasma da quebra da hierarquia militar.....	221
4.4.5. O golpe de 64 e o rompimento de relações diplomáticas	225

Capítulo V - Anos de Ruptura: a Política do Regime Militar Frente a Cuba (1964-1974).....

233	
5.1. O Governo Castello Branco e a “correção de rumos” da política externa brasileira (1964-1967).....	233
5.1.1. O alinhamento Brasil-EUA.....	233
5.1.2. A crise dominicana e a II Conferência Interamericana Extraordinária.....	243
5.1.3. A influência da Doutrina de Segurança Nacional.....	246

5.2. O Governo Costa e Silva e a transição da política externa brasileira (1967-1969).....	253
5.2.1. A ascensão da “linha dura”	253
5.2.2. Novos paradigmas após 1967	255
5.3. O Governo Médici e a consolidação do regime militar (1969-1974).....	257
5.3.1. O nacionalismo militar	257
5.3.2. Atritos multilaterais.....	259
5.3.3. O mito do foco revolucionário	261
5.3.4. O apoio de Cuba às guerrilhas.....	266
5.3.5. A conexão brasileira de “Che”	271
5.4. A reação do Governo.....	274

Capítulo VI – Anos de Degelo: o Processo de Reaproximação Brasil-Cuba (1974-1986)..... 281

6.1. O Governo Geisel e o Pragmatismo Responsável (1974-1979).....	281
6.1.1. Distensão interna e universalismo	281
6.1.2. Um novo contexto mundial.....	283
6.1.3. Da guerrilha à diplomacia	285
6.1.4. As resistências internas	287
6.2. As políticas africanas de Brasília, Washington e Havana	293
6.2.1. A questão de Angola	296
6.2.2. Os contenciosos do Brasil com os EUA	303
6.3. O Governo Figueiredo e a redemocratização (1979-1985)	307
6.3.1. Os pontos de convergência.....	307
6.3.2. O retorno do poder civil.....	315
6.3.3. Fecha-se o mosaico.....	320

Conclusões..... 329

Lista de siglas e abreviaturas 333

Fontes e bibliografia citadas..... 337

Anexos

Anexo A – Carta de Jânio Quadros a Fidel Castro (abril de 1961).....	361
Anexo B – Justificação de voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta da OEA	365
Anexo C – Carta-Resposta de João Goulart a John F. Kennedy por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba (24 de Outubro de 1962).....	369
Anexo D – Rompimento de relações diplomáticas com Cuba	373



Prefácio

O livro que o leitor tem em mãos é uma nova edição, totalmente revista e bastante ampliada, da dissertação publicada em 2010 pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) com o título *Brasil-Cuba: Relações Político-Diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959-1986)*. De fato, trata-se de um livro completamente novo, totalmente distinto, portanto, do texto anterior.

Em virtude do acréscimo de parágrafos e de novas informações, adicionei dois novos capítulos. Assim, o período 1961-64, que cobre os governos de Jânio Quadros e de João Goulart, foi subdividido, por sua importância, em três capítulos. O Governo Jânio tornou-se assunto de um capítulo específico, enquanto o dedicado ao período Goulart foi dividido em duas partes. Por motivos práticos e metodológicos, resolvi adaptar as notas a um padrão mais conciso, transferindo-as do final do texto para o rodapé das páginas, tendo adicionado, ainda, um novo anexo.

Como resultado do acréscimo de notas e informações, a quantidade de páginas aumentou consideravelmente, e a bibliografia foi bastante ampliada, passando a incluir obras publicadas após a conclusão do texto original, que data de 2004. Desde então, muitos livros surgiram sobre a política externa brasileira e sobre Cuba, com novas e valiosas informações. Sobretudo após o afastamento de Fidel Castro da chefia do Estado cubano, em julho de 2006, a quantidade de títulos sobre o regime de Havana ampliou-se consideravelmente. Ao mesmo tempo, documentos importantes sobre as relações Brasil-Cuba foram divulgados

recentemente, vários dos quais em publicações oficiais do Itamaraty. A menos que indicado na bibliografia, todos os trechos citados originalmente em inglês e em espanhol foram por mim traduzidos. As citações mantêm a grafia da época em que foram escritas.

Este livro não teria sido possível sem a colaboração de várias pessoas, a quem gostaria de expressar meu agradecimento. O Professor Francisco Doratioto leu o manuscrito original, o qual enriqueceu com seus comentários e com sua orientação metodológica. O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima gentilmente concedeu-me entrevista, em que forneceu valiosas informações para o capítulo final. Tenho uma dívida de gratidão com a colega Patrícia Barbosa Lima Côrtes, cuja ajuda inestimável abriu-me portas e possibilitou-me realizar parte substancial deste trabalho. Um agradecimento especial ao colega Leonardo de Almeida Carneiro Enge: foi um telefonema dele que me fez resgatar alguns arquivos pessoais que de outro modo estariam destinados ao esquecimento, abrindo o caminho para que um texto meu fosse publicado. Gostaria também de agradecer à equipe da FUNAG, bem como aos funcionários do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores e das bibliotecas João Guimarães Rosa, Antônio F. Azeredo da Silveira, Acadêmico Luiz Viana e Pedro Aleixo, em Brasília. Obviamente, ninguém além de mim mesmo tem qualquer responsabilidade por qualquer erro contido nas páginas que se seguem.

G.H.M.B.

Atenas, inverno de 2011

Introdução

Este livro tem por finalidade lançar luz sobre as relações político-diplomáticas entre os governos do Brasil e de Cuba, no período compreendido entre a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e a normalização das relações entre os dois países, em 1986. Originalmente, o texto foi escrito como uma dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (PROFA-1), do Instituto Rio Branco, em Brasília, no segundo semestre de 2003 e primeiro semestre de 2004, sob a coordenação do Professor Francisco Doratioto.

Do ponto de vista da historiografia brasileira sobre relações internacionais, o estudo das relações Brasil-Cuba justifica-se, em primeiro lugar, pelo aspecto da originalidade, haja vista a escassez de trabalhos especializados sobre o tema.¹ Segundo Bert Hoffman, isso se deve, provavelmente, ao reduzido peso das trocas comerciais do Brasil com Cuba, embora as relações entre os dois países se revistam de inegável importância *vis-à-vis* o impacto da Revolução Cubana no contexto das relações internacionais da América Latina durante a Guerra Fria entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética. Isso tornou a dimensão política da questão cubana, devido às suas implicações para o continente americano, nas palavras de Hoffman, “desproporcionalmente maior do que o verdadeiro tamanho da ilha”.²

¹ Dentre os poucos livros e artigos existentes sobre o tema, destaco os de Quintaneiro (1988); Moniz Bandeira (1998); Abreu (2000); Paes Leme (1996); e Furiati (1999).

² Hoffman, 1999, p. 8.

A maior parte da produção bibliográfica existente sobre História das Relações Internacionais atribui às relações Brasil-Cuba um valor secundário, subordinando-as à dinâmica mais ampla das relações do Brasil com os Estados Unidos ou da confrontação bipolar entre esse país e a União Soviética. Com frequência, enxerga-se a influência da questão cubana sob o prisma da evolução da política interna brasileira, mais especificamente no período 1961-1964, correspondente aos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, sobre os quais existe uma vasta bibliografia.³ No campo dos estudos sobre relações internacionais latino-americanas, há uma quantidade razoável de literatura sobre a política externa de Cuba, embora sem referência direta às relações com o Brasil.⁴ Desse modo, o tema das relações político-diplomáticas Brasil-Cuba entre 1959 e 1986 continua a ter um tratamento marginal na literatura brasileira e estrangeira sobre relações internacionais.

Some-se a isso a dificuldade decorrente da polarização de opiniões geralmente associada à questão cubana. De fato, poucos são os temas de relações internacionais que costumam gerar pontos de vista tão discrepantes e antagônicos quanto as relações de Cuba com o restante do continente americano. Isso torna particularmente difícil uma interpretação histórica o mais possível isenta de preferências e preconceitos ideológicos.⁵ Tal tarefa se apresenta como tão mais complexa quando se percebe que as relações com o Governo de Cuba, malgrado o término da Guerra Fria e o desaparecimento da própria URSS, continuam a alimentar paixões e a suscitar polêmicas.⁶

Um outro aspecto a enfatizar é a quase total inexistência de trabalhos que tratam das relações Brasil-Cuba após 1964. Isso se explica, em parte, pelo motivo óbvio do rompimento de relações diplomáticas entre os dois países após essa data. Todavia, o fato de as relações formais terem sido interrompidas nesse período, dele não retira a sua importância para o

³ Sobre o período Quadros-Goulart, utilizei, como referência, as obras de Victor (1965); Young (1973); Silva (1975); Parker (1977); Moniz Bandeira (1979, 1983); Skidmore (1980, 1988); Dreyfus (1981); Carone (1985); Walters (1986); Labaki (1986); Moraes (1989); D'Araújo, Castro & Soares (1994a); Pinheiro (2001); Gordon (2002); e Ferreira & Delgado (2003).

⁴ Ver, a esse respeito, Hermann (1973); Weinstein (1979); Segre (1988); e Domínguez (1989).

⁵ Por exemplo, Moniz Bandeira afirma que a bibliografia cubana é "muito pobre. Os livros, carregados de estereótipos ideológicos e jargões, caracterizam-se, na sua imensa maioria, pelo caráter de propaganda, o que reflete o grande atraso e a indignação que as ciências sociais sofreram em todos os países que adotaram os padrões políticos e culturais do stalinismo vigentes na URSS", *op. cit.*, 1998, p. 8. Sobre a polarização de opiniões no Brasil relativa à questão cubana, ver Manzur (2000).

⁶ Para uma visão simpática ao processo revolucionário cubano, ver Sartre (1960); Mills (1961); Sweezy & Huberman (1961); Haddad (1961); Matos (1961); Machado (1963); Rêgo & Estrêlla (1963); Callado (1978); Brandão (1979); Escosteguy (1979); Fernandes (1979); Nepomuceno (1981); Betto (1987); e Morais (1988). Abordagens críticas que merecem menção são as de Baciú (1961); James (1962); Draper (1962, 1965); Aubry (1963); Urrutia (1963); Rivero (1963); Franqui (1981); Valladares (1986); Arenas (1992); Fogel & Rosenthau (1993); Fernández (1997); Cumerlato & Rousseau (2001); Matos (2003); Benigno (2004); e Puggina (2004). Um confronto de visões antagônicas sobre o legado castrista está em Ramonet & Montaner (2007). Para uma crítica pioneira de esquerda ao Governo de Havana, ver Bandeira (1994).

entendimento da evolução ulterior da política externa brasileira. A questão de Cuba continuou a influir, por vezes de forma decisiva, na conduta dos vários regimes militares latino-americanos nos anos 60 e 70, entre os quais o do Brasil. É o que demonstra a importância atribuída à Revolução Cubana na formulação da chamada Doutrina de Segurança Nacional pelo regime militar brasileiro.⁷ Ressalte-se, nesse sentido, o aparecimento recente de estudos específicos sobre o papel do governo de Cuba no apoio a organizações guerrilheiras de esquerda no Brasil e em outros países da América Latina.⁸

Nesse contexto, o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em relação ao regime cubano reveste-se de inegável importância. O estudo das relações Brasil-Cuba no período em foco pode fornecer subsídios para a compreensão do posicionamento estratégico da Diplomacia brasileira dentro dos marcos político-ideológicos da ordem bipolar da Guerra Fria. Pode servir, também, de contribuição importante para a análise das relações diplomáticas do Brasil com outros países, notadamente os Estados Unidos da América.⁹

A dissertação tem, como objeto central de análise, as mudanças de orientação da política externa brasileira em relação ao governo de Cuba, desde a vitória da Revolução Cubana (janeiro de 1959) até o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (junho de 1986). Trata-se de analisar, à luz de fontes primárias e secundárias, o impacto de fatores políticos exógenos e endógenos na condução da política exterior brasileira em relação ao governo revolucionário cubano, no período em questão. Para tanto, além do objeto central do estudo, foram eleitos os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Caracterizar o processo decisório no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), no que tange ao rompimento e ao restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba;
- 2 - Descrever os principais pontos de convergência e de divergência entre os dois países, em cada fase do período em questão;
- 3 - Relacionar as mudanças político-institucionais verificadas no Brasil no decorrer de cada período com a orientação diplomática em relação a Cuba, no contexto geral das relações internacionais.

O texto está organizado em seis capítulos. Cada um deles segue uma ordem cronológica dos fatos, de acordo com a orientação dominante da política externa brasileira em relação a Cuba, segundo periodização por nós

⁷ A Doutrina de Segurança Nacional é analisada por Stepan (1975); Comblin (1978); e Rouquié (1984).

⁸ Por exemplo, Rollemberg (2001); e Gaspari (2002a,b). Ver também Ratliff (1976).

⁹ Ver Moniz Bandeira, *op. cit.* (1973, 1989)

estabelecida. Assim, de 1959 a 1964 (fase dividida em dois períodos: 1959-1961 e 1961-1964), predomina a linha de *convergência e cooperação*; de 1964 a 1974, vigora a lógica do *rompimento e confronto*; de 1974 a 1986, prevalece a dinâmica da *reaproximação e normalização* das relações.

O capítulo I corresponde ao período de janeiro de 1959 até janeiro de 1961. Coincide com o início do Governo revolucionário de Fidel Castro e com o alinhamento de Cuba com o bloco socialista liderado pela União Soviética, culminando com o rompimento de relações diplomáticas bilaterais após o movimento político-militar de março de 1964 no Brasil. O capítulo II trata da formulação e implementação da Política Externa Independente (PEI) pelo Governos Jânio Quadros. Nos capítulos III e IV, é analisado o papel da PEI no relacionamento do Brasil com o governo de Cuba, em questões como a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Crise dos Mísseis, em 1962.

O capítulo V descreve a orientação do Itamaraty e a percepção do regime militar brasileiro em relação a Cuba após o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países e a primeira “correção de rumos” da política externa brasileira após 1964.¹⁰ Nele, é analisada a evolução da política exterior do Brasil nos primeiros dez anos do regime militar brasileiro, correspondentes aos governos dos Marechais Humberto Castello Branco (1964-1967) e Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e do General Emílio Médici (1969-1974). É abordada a influência de fatores como a divisão mundial da Guerra Fria e a Doutrina de Segurança Nacional nas iniciativas da política externa brasileira, ao longo do período, como o envio do contingente militar brasileiro para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, em 1965, bem como no combate interno às guerrilhas de inspiração castrista.

O capítulo VI, finalmente, diz respeito às iniciativas da política externa brasileira em relação a Cuba no decorrer dos dois últimos governos militares, os dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Nesse período, iniciou-se o processo de reaproximação bilateral que resultou no restabelecimento das relações diplomáticas em 1986, após o término do regime militar no Brasil. É dada ênfase à mudança de orientação geral da política externa brasileira após 1974, consubstanciada no Pragmatismo Responsável do Governo Geisel.

Foi adotado, como critério para a análise de depoimentos e documentos escritos (memórias, ofícios, telegramas etc.), o cotejamento com a bibliografia existente, a fim de dirimir dúvidas e confrontar opiniões divergentes.

¹⁰ Cervo & Bueno, 2002, pp. 367-380.

Os procedimentos adotados visaram a comprovar as seguintes hipóteses:

- 1 – Em que pese a influência de fatores externos como a Guerra Fria e a pressão do Governo dos EUA, as relações Brasil-Cuba, no período em foco, pautaram-se muito mais por imperativos de ordem *interna* da política brasileira;
- 2 – Ao contrário do padrão verificado no rompimento, que constituiu um desdobramento lógico da tomada do poder pelos militares, durante o restabelecimento das relações bilaterais a máquina diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Brasil se impôs como *principal agente* do processo de decisão. No primeiro caso, a decisão de romper relações com Cuba foi dos militares. No segundo, o reatamento foi uma ação do MRE. As condicionantes do rompimento e do reatamento foram diversas e os processos e procedimentos, também.

Sobre a primeira hipótese, a influência de fatores como a Guerra Fria e a polarização ideológica deflagrada pela questão cubana na política interna brasileira afiguram-se inter-relacionadas e inseparáveis.¹¹ Buscou-se, assim, analisar o peso específico que cada dimensão teve nas relações Brasil-Cuba nos dois momentos sublinhados.

Com relação à segunda hipótese, tratou-se de averiguar o papel do Ministério das Relações Exteriores brasileiro nos dois processos supracitados. Buscou-se determinar o *modus operandi* do Itamaraty *vis-à-vis* a questão de Cuba e, de maneira mais geral, a relação entre a Chancelaria e o Executivo nacional na formulação da política externa brasileira. Assim, buscou-se explicar os processos de rompimento e de reatamento das relações diplomáticas com base em uma abordagem institucional, no contexto das relações entre a máquina ministerial do Itamaraty e os fatores conjunturais da política interna e externa.

¹¹ Hoffman, *op. cit.*, p. 12.



Capítulo I

Anos de Transição: da Revolução Cubana à Política Externa Independente (1959-1961)

1.1. Antecedentes

No dia 27 de novembro de 1956, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha chegou a Havana, capital da República de Cuba, para assumir a chefia da representação diplomática do Brasil naquele país. Pelos próximos cinco anos, ele estaria incumbido de representar os interesses brasileiros junto ao Governo local. Nesse período, seria testemunha de fatos que mudaram radicalmente a história daquela ilha do Caribe e marcaram profundamente a América Latina como um todo – e, particularmente, as relações entre Cuba e o Brasil.¹²

Não era a primeira vez que Vasco Leitão da Cunha vislumbrava os casarões coloniais de *Habana Vieja* e o mar cor de esmeralda de Varadero. Dezesseis anos antes, em 1940, ele já havia visitado a capital cubana, como membro da delegação brasileira na II Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Havana.¹³ Nascido em 1903, em uma tradicional família do Rio de Janeiro, o “Dr. Vasco”, como era chamado no Itamaraty, ingressara na carreira diplomática em 1927, aos 24 anos de idade. Quando criança, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, chegou a conhecer o patrono da Diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio

¹² Vasco Leitão da Cunha foi Embaixador do Brasil em Cuba de novembro de 1956 a dezembro de 1961, cf. Cunha, 2002, pp. 196-219.

¹³ A II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana de 21 a 30 de julho de 1940, teve como objetivo o estabelecimento de uma política hemisférica de defesa, em virtude da eclosão da II Guerra Mundial, *ibid.*, pp. 81-3 e 109, nota 15.

Branco, que costumava frequentar a casa de sua família. Antes de assumir a Embaixada brasileira em Havana, servira em países como Peru, Portugal, Argentina, Chile e junto ao Comitê Francês de Libertação na Argélia, durante a Segunda Guerra Mundial. Depois, foi Embaixador do Brasil na Finlândia e na Bélgica, além de ter ocupado interinamente o Ministério da Justiça no primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nessa ocasião, tornou-se conhecido ao mandar prender, em 1942, o então poderoso Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, quando este tentou impedir a realização de uma manifestação estudantil a favor da guerra contra o Eixo nazifascista. Posteriormente, exerceu, ainda, o cargo de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.¹⁴ Aquela missão, na Embaixada em Havana, teria uma importância especial em sua carreira e marcaria o início de um dos períodos mais decisivos da diplomacia brasileira no século XX.

1.1.1. A ascensão de Fidel Castro em Cuba

O país em que Vasco Leitão da Cunha desembarcou em 1956 estava à beira de um terremoto político e social. O Presidente de Cuba, Fulgencio Batista y Zaldívar, governava como ditador desde o golpe de Estado de 10 de março de 1952, que cancelou as eleições previstas para aquele ano, nas quais, quase certamente, seria derrotado. No ano seguinte, em 26 de julho de 1953, um grupo liderado por um advogado de 26 anos de idade, Fidel Castro Ruz, tentou tomar a guarnição militar de Moncada, em Santiago de Cuba, segunda maior cidade do país. O ataque, porém, fracassou. Na onda repressiva que se seguiu, o próprio Fidel Castro foi capturado, tendo sido condenado a 15 anos de prisão.¹⁵

Libertados por uma anistia em 1955, Fidel e seus companheiros exilaram-se no México, onde organizaram o *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* (M-26 ou M-26-7), assim batizado em homenagem à data do malogrado ataque ao Moncada. Na Cidade do México, o grupo de exilados cubanos foi reforçado por adesões como a do médico argentino Ernesto “Che” Guevara, recém-chegado da Guatemala, onde presenciara o golpe militar

¹⁴ Vasco Leitão da Cunha foi Secretário-Geral do Itamaraty por um breve período, na gestão de Vicente Rao como Ministro das Relações Exteriores (1953-1954), *ibid.*, pp. 1-3, 5, 88-94 e 168.

¹⁵ Nascido em 13 de agosto de 1926 em Birán, província de Oriente, filho de um latifundiário de origem espanhola, Fidel Castro iniciou sua carreira política por volta de 1946, como membro da *Unión Insurreccional Revolucionaria* (UIR), um dos vários grupos que disputavam o poder na política universitária de Cuba. Em 1947, esteve envolvido em uma tentativa frustrada de desembarque para derrubar o ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo. No ano seguinte, estava em Bogotá, Colômbia, quando irromperam os distúrbios civis conhecidos como *El Bogotazo*, por ocasião da Conferência Interamericana que daria origem à Organização dos Estados Americanos (OEA). Filiado ao Partido Popular Cubano (Partido Ortodoxo), pretendia lançar-se candidato nas eleições canceladas por Batista em 1952, cf. Sculz, 1987, pp. 99-238; e Donghi, 1989, p. 343.

que derrubou o Governo nacionalista guatemalteco em 1954. O grupo preparou o caminho para seu retorno à ilha, estocando armas e fazendo treinamento de guerrilha nos arredores da capital mexicana.¹⁶

Dois dias antes da chegada do Dr. Vasco ao aeroporto de Havana, um grupo de 82 revolucionários, comandados por Fidel Castro, embarcou em um pequeno iate, o *Granma*, com destino à província de Oriente, em Cuba.¹⁷ Após uma difícil travessia do Mar do Caribe, os expedicionários desembarcaram na ilha em 2 de dezembro de 1956, estabelecendo uma base guerrilheira na região de Sierra Maestra após quase terem sido dizimados pelas forças do Governo.¹⁸ A partir de então, o pequeno Exército Rebelde passou a galvanizar as forças de oposição, desenvolvendo uma bem-sucedida campanha de guerrilha contra o Exército regular de Batista. Após o fracasso de uma greve geral em abril de 1958, os rebeldes passaram a contar com um aliado que se mostraria de grande importância: os comunistas, que em Cuba estavam organizados na sigla PSP (Partido Socialista Popular).¹⁹ Nas primeiras horas de 1º de janeiro de 1959, vendo que perdera o controle da situação, Batista fugiu do país. Poucos dias depois, o M-26-7, tendo à frente Fidel, seu irmão Raúl, “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos, entrou triunfalmente em Havana.²⁰

1.1.2. Uma História conturbada

Três anos antes, nada parecia indicar que aqueles jovens barbudos empalmaressem o poder na ilha caribenha. Cuba foi, ao lado de Porto Rico, a última colônia americana a obter sua independência da Espanha. Durante a época colonial, tornou-se um importante destino de escravos importados da África, devido à implantação da monocultura da cana-de-açúcar, até hoje uma das bases de sua economia juntamente com o turismo e o níquel. Tal fato deixou marcas indelévels na composição racial do povo cubano, formado, em sua maioria, por descendentes dos escravos africanos e dos colonizadores espanhóis. Devido em parte às tentativas de compra ou de anexação pelos Estados Unidos, Cuba ficou à margem do processo de independência política das colônias espanholas da América, no começo do século XIX.²¹

¹⁶ Cf. Sculz, *op. cit.*, 1987, pp. 389-390; e Castañeda, 1997, pp. 140-2.

¹⁷ Cf. Sculz, *op. cit.*, 1987, pp. 401-432. No seu depoimento ao CPDOC, Vasco Leitão da Cunha afirma equivocadamente ter chegado a Havana “no mesmo dia” do embarque dos expedicionários no México, cf. Cunha, *op. cit.*, p. 196.

¹⁸ Cf. Sculz, *op. cit.*, 1987, pp. 462-504.

¹⁹ Até meados de 1958, os comunistas cubanos duvidavam da possibilidade de êxito do M-26-7 e desdenhavam Fidel Castro como um “aventureiro pequeno-burguês”. O PSP havia inclusive participado, com dois ministérios, do primeiro Governo Batista (1940-4), cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 76-7, 170-3, 175. Para um relato *in situ* das guerrilhas fidelistas pelo único jornalista brasileiro que acompanhou o dia-a-dia dos guerrilheiros, ver Tenório (1996).

²⁰ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 149.

²¹ *Ibid.*

Ao mesmo tempo, a ascensão dos EUA como potência continental hegemônica, paralelamente à decadência do poderio colonial espanhol, teve profundas consequências para o futuro de Cuba. Em 1868, estourou uma sangrenta revolta de dez anos pela independência da ilha, liderada por Carlos Manuel de Céspedes. Uma nova rebelião contra o domínio espanhol explodiu em 1895, tendo à frente Máximo Gómez, Calixto García e o poeta José Martí.²²

A luta pela independência chegou ao fim quando, em 1898, tropas norte-americanas intervieram em Cuba, depois que o Presidente dos EUA, William McKinley (1897-1901), declarou guerra à Espanha, em seguida à misteriosa explosão do navio norte-americano USS *Maine* no porto de Havana.²³ Em poucas semanas, naquilo que os norte-americanos chamaram, jactanciosamente, de “nossa esplêndida guerrinha” (“*our splendid little war*”), o Exército e a Marinha dos EUA infligiram à Espanha uma das mais fragorosas derrotas militares da História. Com um número irrisório de baixas, os EUA ocuparam Cuba e anexaram Porto Rico, Guam e Filipinas. Para frustração de muitos patriotas cubanos, a ilha se tornou independente da Espanha para se converter em um virtual protetorado dos EUA. Os norte-americanos ocuparam militarmente Cuba de 1899 a 1902, quando foi promulgada uma Constituição para o país e foi eleito seu primeiro Presidente, Tomás Estrada Palma. A Constituição continha uma Emenda (a “*Platt Amendment*”), que estabelecia o direito de os EUA intervirem nos assuntos de Cuba sempre que seus interesses estivessem sob ameaça.²⁴

Apesar disso, em Cuba os norte-americanos sempre se mostraram relutantes em assumir uma atitude claramente imperialista. O historiador inglês Richard Gott assim apresenta a posição dos EUA em relação à ilha e à região centro-americana no começo do século XX:

Em Cuba, como em outros lugares nos primeiros anos do século, exceto o Panamá e as Filipinas, os americanos gostavam de dar a impressão de serem imperialistas relutantes. A anexação, ou a ocupação segundo o modelo europeu, raramente era o estilo adotado, embora não fosse desconhecido. Os Marines ocuparam a Nicarágua de 1912 a 1925, o Haiti de 1915 a 1934, e a República Dominicana de 1916 a 1930. Retornaram a Cuba em 1912, 1917 e 1921. A atitude de Henry Cabot Lodge era típica do comportamento americano

²² *Ibid.*, pp. 28-9.

²³ Em 15 de fevereiro de 1898, o navio da Marinha norte-americana USS *Maine*, ancorado no porto de Havana, explodiu misteriosamente, matando 266 tripulantes. Embora a origem da explosão permaneça misteriosa, a imprensa norte-americana utilizou-se amplamente do episódio para pregar a guerra à Espanha, apresentada como responsável pela explosão, cf. Thomas (2004).

²⁴ Cf. Grenville, 1994, pp. 33, 49-50; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 35.

em relação aos cubanos. 'Ninguém quer anexá-los', escreveu ele em setembro de 1906, 'mas o sentimento geral é de que alguém deveria pegá-los pela nuca e sacudi-los até aprenderem a se comportar'.²⁵

A presença norte-americana em Cuba devia-se à importância estratégica do país para os EUA na região do Caribe e da América Central, sobretudo após a inauguração do Canal do Panamá, em 1914. Interessava a Washington garantir a estabilidade da região, ameaçada por constantes revoltas e conflitos políticos. Em 1933, uma insurreição popular irrompeu na ilha contra o Governo ditatorial de Gerardo Machado, no poder desde 1925. O Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt (1933-1945), tratou então de modificar a política de Washington para a América Latina, implementando a chamada "Política da Boa Vizinhança" (*Good Neighbor Policy*), segundo a qual os EUA não mais promoveriam intervenções militares nos países latino-americanos. Assim, a Emenda Platt foi revogada e os EUA retiraram suas tropas de vários países da América Central e do Caribe, inclusive de Cuba (com exceção da base naval de Guantánamo).²⁶

Após a queda de Machado, Cuba entrou em um período de anarquia, com a subida ao poder, em 1934, do Sargento-Estenógrafo do Exército (subitamente promovido a Coronel) Fulgencio Batista. Com o apoio do Exército, Batista passou a controlar a política do país desde a guarnição militar de *Campo Columbia*, até sua derrubada, em 1959. Nesse período, sua predominância no Governo cubano se manteve inalterada, apesar do interregno democrático iniciado com a promulgação da Constituição de 1940 e durante as presidências de Ramón Grau San Martín (1944-1948) e de Carlos Prío Socarrás (1948-1952).²⁷

Embora a influência norte-americana em Cuba fosse grande, principalmente em termos políticos, não se estendia à economia como um todo. Os EUA controlavam, sobretudo, os serviços públicos, como gás e eletricidade, e as três refinarias de petróleo da ilha, sendo responsáveis por 1/3 da produção de açúcar bruto, além de contabilizarem 1/3 dos empréstimos e depósitos bancários. Além disso, compravam cerca de 2/3 das exportações cubanas e forneciam 3/4 das importações, sendo responsáveis pela compra de 4/5 das exportações de açúcar da ilha. Havia anos, porém, a importância das empresas norte-americanas em Cuba estava em declínio. Segundo dados compilados por Jorge I. Domínguez, 36,7%

²⁵ Gott, 2006, pp. 136-7.

²⁶ "A posse de Cuba, da mesma forma que a de Porto Rico e das Ilhas Virgens [...], era percebida como fundamental para a segurança das rotas do Golfo do México e a defesa do canal que o Governo norte-americano, quase 50 anos antes, projetava abrir no istmo do Panamá", *ibid.*, pp. 32-3.

²⁷ *Ibid.*, pp. 61 e 67.

da produção de açúcar saía de usinas pertencentes a norte-americanos em 1958, contra 62,5% em 1927. Quanto ao total dos investimentos privados diretos dos EUA, quase não houvera crescimento: de US\$ 919 milhões em 1929, passara para US\$ 533 milhões em 1946 e US\$ 1,001 bilhão em 1958.²⁸

Entre os descontentes com a ditadura de Fulgencio Batista, estava o próprio Governo dos EUA. Washington via com cada vez mais desconfiança o ditador cubano, tido por cada vez mais pessoas como um tirano corrupto e brutal. Diante da impopularidade crescente de seu aliado, a política do Presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961), que até então fora de apoio a governos ditatoriais afinados com os interesses norte-americanos, começou a dar sinais de mudança. Em 14 de março de 1958, o Governo dos EUA decretou a suspensão do envio de 1.950 fuzis Garand às Forças Armadas de Batista, acusadas de torturas e de outras violações dos direitos humanos contra a população civil. Ao mesmo tempo, o Embaixador Earl T. Smith foi instruído a dizer a Batista para não usar as armas fornecidas pelos EUA contra os rebeldes.²⁹ O embargo norte-americano baseou-se no fato de que Batista estava utilizando o armamento fornecido pelos EUA para combater os rebeldes, o que constituía uma violação da Carta da OEA, que estabelecia que tais armas se destinavam exclusivamente à defesa hemisférica contra uma agressão externa. Não obstante, os EUA mantiveram sua missão militar em Cuba até o rompimento de relações entre os dois países, em 1961.³⁰

Nas palavras de Richard Gott,

Castro também tivera a sorte, ou talvez a habilidade de garantir que a política dos Estados Unidos em relação ao seu grupo de guerrilheiros permanecesse dividida e incerta. A opinião liberal norte-americana, exemplificada pelo *New York Times* e pelos elementos progressistas dentro da CIA, encarava Castro favoravelmente, ao passo que o Governo Eisenhower, tanto por inércia como por conservadorismo ou anticomunismo, continuou satisfeito em apoiar Batista, ainda que com crescente falta de convicção.

Ao mesmo tempo em que seguiu fornecendo armas ao ditador, o Governo dos EUA

nunca o fez em quantidades suficientes para permitir-lhe a vitória militar, nem tampouco o exército e a força aérea de Batista estavam tecnicamente equipados para lidar com a chegada de armas mais sofisticadas. [...] À medida

²⁸ Cf. Domínguez, *op. cit.*, pp. 9-10.

²⁹ *Ibid.*, p. 11.

³⁰ Cf. Cunha, *op. cit.*, pp. 154 e 197.

que a vitória de Castro tornou-se cada vez mais provável, os norte-americanos não quiseram ser antagonistas do eventual futuro governante, ainda que não desencorajassem os britânicos e nem os iugoslavos, que continuaram fornecendo armas a Batista até o último momento.

Os norte-americanos “acreditavam que não tinham muito a temer de uma vitória de Castro, já que esta certamente se faria sentir pela mesma anarquia e disputa política que ocorrera após a revolução de 1933. Pouca coisa na história de Cuba sugeria que a vitória de Castro resultaria em meio século de relativa estabilidade”.³¹

De fato, ao declarar-se neutro ante o conflito cubano, os EUA, na prática, retiraram o apoio a Batista, abrindo o caminho para a vitória dos guerrilheiros, como afirma Jorge L. Domínguez: “Porque é mais fácil bloquear vendas públicas formais a um governo do que impedir carregamentos clandestinos: a neutralidade dos EUA favoreceu os rebeldes”.³² Como afirma Hugh Thomas, ao se referir ao Secretário adjunto do Departamento de Estado para a América Latina, Roy Rubottom: “incomodavam-no os métodos de tortura que utilizava a polícia em Havana: como bom democrata, tinha grandes esperanças na oposição. Seu chefe, o onipresente diplomata norte-americano dos anos 1940-1959, Robert Murphy, tinha uma opinião ainda mais dura: dizia que Batista era um ‘gorila’”.³³

Embora a desigualdade social em Cuba fosse grande, a situação da economia, em comparação com a de outros países latino-americanos, estava longe de ser má. Segundo Carlos Alberto Montaner, que cita números estatísticos da ONU, Cuba vivia, em 1952, um período de bonança econômica impulsionada pela Guerra da Coreia (1950-1953), com níveis de prosperidade semelhantes, à época, aos da Itália. Embora existissem bolsões de pobreza nas zonas rurais e um alto índice de desemprego ou de emprego parcial relacionado à safra açucareira, Cuba estava classificada como a terceira nação mais desenvolvida da América Latina, atrás apenas da Argentina e do Uruguai. No plano mundial, a ilha estava colocada em vigésimo quinto lugar entre todos os países, tanto nos aspectos puramente econômicos, como nos sociais (níveis de alfabetização, escolaridade, alimentação, consumo de eletricidade, cimento, periódicos etc.). O país possuía uma imprensa ágil e dinâmica, e tinha o maior número de aparelhos de TV *per capita* de todo o continente latino-americano.³⁴

Esses dados são corroborados por outros autores, inclusive muitos simpáticos à Revolução Cubana. Embora busque relativizar os números

³¹ Gott, *op. cit.*, pp. 189-190.

³² Domínguez, *op. cit.*, p. 12.

³³ *Op. cit.*, pp. 744-5.

³⁴ Cf. Montaner, 1999, pp. 59-60; e Bandeira, *op. cit.*, 1994, p. 401.

da economia cubana antes de 1959, Hugh Thomas afirma que Cuba tinha a 3ª maior renda *per capita* da América Latina (350 a 550 dólares), inferior apenas à da Argentina e da Venezuela. Ele lembra que a desigualdade na distribuição de renda era grande e que Cuba era mais pobre do que a Grécia, mas também que a ilha era provavelmente mais rica do que a Espanha de então. Inclusive um líder comunista, Aníbal Escalante, disse, em 1961, que Cuba era um dos países da América Latina onde o nível de vida era mais alto.³⁵

Richard Gott oferece dados ligeiramente diferentes para Cuba na década de 50. Segundo esse autor, a ilha detinha o 2º lugar em renda *per capita* na América Latina (atrás apenas da Venezuela), estando entre os cinco primeiros da região em uma série de indicadores socioeconômicos (urbanização, alfabetização, mortalidade infantil, expectativa de vida). Os índices de saúde estavam entre os mais positivos das Américas, não muito atrás dos registrados nos EUA e Canadá, estando o país na 11ª posição mundial na relação médico/pessoa (3º na América Latina, atrás do Uruguai e da Argentina).³⁶ Apesar de os números diferirem ligeiramente, a conclusão é inequívoca: Cuba não era um país pobre.

Não obstante, a situação política fervilhava. Em pouco tempo, como o Embaixador Vasco Leitão da Cunha iria presenciar, tudo mudaria de forma dramática.

1.1.3. A conjuntura brasileira

Quando os revolucionários de Fidel Castro entraram em Havana, o Brasil passava por um período de profundas e decisivas transformações econômicas, políticas e sociais. Estava-se no penúltimo ano do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), durante o qual o processo de industrialização brasileira, iniciado na década de 1930, atingiu seu auge no pós-Segunda Guerra sob a égide da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista (chamado de “desenvolvimentismo associado” por Paulo Vizentini³⁷). Como resultado da modernização da economia nacional, financiada por maciços investimentos estatais e capitais privados externos, houve a rápida urbanização do país, com a entrada em cena de atores sociais até então marginalizados, como a classe média, o operariado e o campesinato. Esses setores passaram a exigir mudanças na estrutura

³⁵ Cf. Thomas, *op. cit.*, pp. 880-3.

³⁶ Cf. Gott, *op. cit.*, p. 191.

³⁷ Cf. Vizentini, 2004a, pp. 197 e 206.

econômico-social, dominada pela elite industrial-financeira e pelos latifundiários associados ao capital externo. Nesse contexto, a questão do capital estrangeiro levou ao antagonismo entre “nacionalistas”, favoráveis a um rígido controle estatal da economia, e “entreguistas”, defensores da associação com os capitais forâneos.³⁸

O aumento das tensões sociais decorrentes da industrialização traduziu-se em uma série de crises político-institucionais após 1945. Nesse ano, fora deposta a ditadura de Getúlio Vargas, no poder desde 1930. Principalmente após 10 de novembro de 1937, quando desfechou um autogolpe que fechou o Congresso e instaurou um Governo autoritário inspirado nos fascismos europeus, o *Estado Novo*, Vargas implantou um modelo de desenvolvimento econômico nacionalista baseado na forte presença estatal na economia. Para que tal modelo fosse bem-sucedido, fazia-se necessário um Estado rigidamente centralizado e paternalista, capaz de promover a conciliação entre empregados e trabalhadores. Assim, Vargas criou um sistema de estrito controle dos sindicatos, via Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma legislação trabalhista.³⁹

Os anos 1945-1964 são conhecidos como os da “República Populista”, devido à entrada no cenário político das classes e setores populares, em especial da classe trabalhadora, cujos contingentes cresciam com a industrialização. Suas reivindicações passaram a se fazer ouvir, em um contexto de democracia política formal após a promulgação da Constituição liberal de setembro de 1946. Os três principais partidos políticos de então – o Partido Social-Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – representavam os interesses, respectivamente, das oligarquias agrárias estaduais, dos grupos financeiro-industriais vinculados ao capitalismo internacional e da classe trabalhadora. Após o intervalo do Governo conservador do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que alinhou o Brasil ao bloco ocidental liderado pelos EUA, Vargas retornou ao poder, desta vez eleito diretamente. Mas, no seu segundo governo (1951-1954), sem o suporte político-social de outrora e acuado pelos setores conservadores que se opunham a seu projeto nacionalista, suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Em outubro de 1955, foram eleitos para a Presidência e a Vice-Presidência da República, respectivamente, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pela coligação PSD-PTB. Goulart, em especial, era tido como o herdeiro político de Vargas, o que ensejou uma tentativa de golpe dos grupos conservadores, que temiam a

³⁸ A disputa entre esses dois setores se expressou, nos anos 50, nas eleições para o Clube Militar, divididas entre as chapas “azul” e “amarela”. A Chapa Azul, representante da fração “antinacionalista” (cujos membros preferiam chamar-se “nacionalistas sadios”), enfatizavam que o tema central era a “mobilização popular inerente à política trabalhista” e o “respeito à hierarquia”, cf. Martins Filho, 2003, pp. 112-3.

³⁹ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1980, pp. 55-71 e 62-3.

continuação da política varguista, ocasionando um contragolpe legalista que garantiu a posse dos eleitos em 31 de janeiro de 1956.⁴⁰

Passada a turbulência inicial, o Governo JK foi caracterizado pelo otimismo do desenvolvimento econômico e pela estabilidade democrática, marcando o auge do pacto populista. Entretanto, as próprias características do modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na substituição de importações e no maciço investimento estatal, simbolizado no Programa de Metas⁴¹ e na construção da nova capital, Brasília, levaram ao crescimento das tensões acumuladas e terminaram por colocar a democracia em xeque. A euforia dos anos JK daria lugar a um surto inflacionário, acompanhado do aumento das greves nas cidades e da agitação social no campo. Como sintoma do aumento das dificuldades econômicas, em 1959, o Brasil declarou a moratória do pagamento de sua dívida externa, rompendo temporariamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI).⁴²

Entretantes, diante do aumento da instabilidade política e do temor de radicalização social, um setor se tornaria cada vez mais presente na vida política brasileira: os militares. Nas crises de 1945, 1954, 1955 e 1961, estes desempenharam o papel de “poder moderador”, intervindo como árbitros das disputas políticas. Tais intervenções correspondiam a uma tradição de intervencionismo militar na política nacional, com as Forças Armadas desempenhando, após 1930, o papel de fiadoras da ordem interna e da industrialização. À medida, porém, que as crises se sucediam e o modelo populista mostrava sinais de esgotamento, os militares abandonaram gradativamente seu papel tradicional moderador em favor de uma intervenção mais permanente, usando como justificativa principal a necessidade de combater a “subversão comunista”.⁴³

Assim, em 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), nos moldes do *National War College* norte-americano, responsável pela elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional idealizada para assegurar o desenvolvimento econômico de forma segura para o capitalismo, estreitando, no plano externo, o alinhamento com o Ocidente na Guerra Fria contra o Oriente e, no plano interno, os laços civis-militares contra o comunismo. Isso significou a mudança de prioridade do combate ao inimigo externo para a luta contra o “inimigo interno” representado, de maneira vaga, pelo comunismo, com ênfase na contra-insurreição e na guerra psicológica. Desde então, gestou-se a ideia, que trazia fortes ecos da filosofia positivista do final do século XIX, de que não

⁴⁰ Cf. Silva, *op. cit.*, 1975, p. 20; e Dreyfus, *op. cit.*, pp. 125-146.

⁴¹ Para o Plano de Metas, ver Benevides (1976).

⁴² Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1980, pp. 80-9, 91-2 e 101-109.

⁴³ Para a ideia dos militares como “poder moderador”, ver Stepan, *op. cit.*, 1975, pp. 46-52; e Martins Filho, *op. cit.*, pp. 100-3.

cabia mais às Forças Armadas restringirem-se à condição de árbitro das querelas políticas, mas que estas constituíam um setor privilegiado, predestinado a salvar a Nação e conduzi-la ao caminho do desenvolvimento.⁴⁴

Ao final do Governo JK, essas tensões começaram a aflorar, vindo a explodir, finalmente, em 1964. Foi nesse contexto de crise do nacional-populismo que a Revolução Cubana de 1959 contribuiu significativamente para o clima de polarização político-ideológica no Brasil, durante os Governos de Jânio Quadros e de João Goulart.⁴⁵

1.1.4. As relações Brasil-Cuba até 1959

As relações entre Brasil e Cuba foram estabelecidas em 1906, durante a III Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano foi aberta a Legação em Havana, com Antonio Xavier da Fontoura como o primeiro chefe de missão brasileira na ilha. No decorrer da primeira metade do Século XX, as relações se processaram normalmente, embora sem maior densidade, concentrando-se nas questões relativas ao preço do açúcar no mercado internacional. Como escreveu Fernando José Marroni de Abreu: “O relacionamento político bilateral era obviamente afetado pela distância, pela dificuldade de comunicação e pela recíproca pouca prioridade dos respectivos países na agenda de política externa”. Merece destaque, porém, o apoio de Cuba à retirada do Brasil da Liga das Nações, em 1926, com a imprensa cubana demonstrando grande satisfação com a posição brasileira. Além de Cuba, a representação em Havana era cumulativa a oito países da América Central e Caribe.⁴⁶

Nas décadas de 30 e 40, as relações bilaterais mantiveram o mesmo nível de discrição e baixa densidade. Em 1932, durante a ditadura de Gerardo Machado, o ex-Presidente cubano Mario Menocal buscou e recebeu asilo na Legação do Brasil em Havana. No ano seguinte, com a revolução que derrubou Machado do poder, em 16 de agosto, a representação brasileira voltaria a receber asilados políticos, desta vez membros do Governo deposto. O novo Presidente cubano, Carlos Manuel de Céspedes, saiu diretamente da Legação do Brasil, onde estava refugiado, para o palácio presidencial, graças à mediação do então Embaixador dos EUA em Cuba (e futuro Embaixador no Brasil), Summer Welles.⁴⁷

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 103, 105-6.

⁴⁵ Cf. Ianni (1978).

⁴⁶ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, pp. 234-5.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 236.

Em 1937, foi nomeado para Ministro em Havana Cyro de Freitas-Valle (futuro Embaixador nas Nações Unidas nos anos 60). Havia, do ponto de vista político, o interesse de ambas as partes em abandonar o marasmo nas relações bilaterais. Assim, em 1939 o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, foi convidado a visitar Havana ao regressar de viagem oficial a Washington. Quando submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, em 1942, o Governo cubano apressou-se em manifestar solidariedade ao Brasil, afirmando estar pronto para realizar qualquer ação conjunta que fosse julgada conveniente. A Embaixada do Brasil em Havana não deixou de observar que, por trás dessa decisão, sentia-se o interesse dos EUA, não podendo a questão ser interpretada unicamente do ponto de vista bilateral.⁴⁸

Com o fim da Segunda Guerra, as relações prosseguiram em seu ritmo normal, sem atritos, mas também sem grande densidade. Cuba participou da Conferência de Paz de Paris, em 1946, depois de ter encontrado sérias dificuldades para que lhe fosse reconhecido esse direito. O Governo do Brasil entrou então em ação, intervindo favoravelmente à participação cubana, intervenção esta que foi devidamente reconhecida por Havana, “como uma delicada manifestação de afeto e amizade”. Embora as relações fossem boas, nos anos seguintes a atenção da Embaixada do Brasil em Havana esteve mais concentrada na propaganda peronista e na política externa argentina do que na intensificação do relacionamento cubano-brasileiro.⁴⁹ Tal fato demonstra a pouca importância então atribuída pelo Governo brasileiro à América Central e ao Caribe, comparativamente àquela dispensada às questões relativas ao entorno regional sul-americano.

As relações continuaram sem maior densidade em 1952, quando ocorreu o golpe de Estado de Fulgencio Batista. Nesse período, a atenção do Brasil esteve voltada para a bem-sucedida mediação para o reatamento de relações entre Cuba e Peru, rompidas devido a um incidente que envolveu a Embaixada cubana em Lima, no qual o Encarregado de Negócios cubano facilitou a fuga de dois asilados, após sucessivas negativas do Governo do General Manuel Odría em conceder-lhes salvos-condutos. Durante a crise diplomática que se seguiu, o Brasil representou os interesses cubanos na capital peruana. O fato de Batista presidir uma ditadura geralmente associada aos interesses norte-americanos não impediu que o Governo nacionalista de Getúlio Vargas mantivesse com ele relações cordiais. Segundo Fernando José Marroni de Abreu: “O bom relacionamento com o Governo Batista devia-se também pelo reconhecimento do regime gerado

⁴⁸ *Ibid.*, p. 237.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 238.

pelo golpe de Estado de março. Getúlio Vargas chegou inclusive a interceder pela manutenção do Embaixador Gabriel Landa no Rio de Janeiro”.⁵⁰

As relações amistosas com o Governo Batista prosseguiram normalmente até 1958, quando as forças revolucionárias lideradas por Fidel Castro desfecharam sua ofensiva final. Até então, não havia qualquer indicação de que a revolução e a Guerra Fria pudessem chegar ao Brasil. Em pouco tempo, essa realidade mudaria completamente.

1.2. O Impacto da Revolução Cubana na Política Externa Brasileira

1.2.1. Um Estado marxista nas Américas

A vitória das forças revolucionárias de Fidel Castro em 1959 pareceu marcar o início de uma nova era de democracia e liberdade para Cuba. Não admira, portanto, que os revolucionários tenham contado com o apoio da opinião pública norte-americana e com a discreta simpatia do Governo dos EUA, que viam em Batista um déspota cruel e corrupto, cada vez mais impopular.⁵¹ A agência central de inteligência dos EUA, aliás, inicialmente viu o comandante rebelde como um líder democrata e anticomunista, impressão que rapidamente iria desfazer-se. Peter Kornbluh lembra que um dos primeiros relatórios da CIA sobre Fidel Castro, produzido por um agente que alertara o líder cubano sobre o comunismo durante sua primeira visita a Washington, em abril de 1959, descrevia Fidel, ironicamente, como um “novo líder espiritual das forças democráticas e anti-ditatoriais latino-americanas”.⁵² Um fator importante que contribuiu para sedimentar esse apoio de Washington aos rebeldes foi a série de reportagens escritas pelo correspondente do *New York Times* em Cuba, Herbert L. Matthews, que apresentaram uma imagem bastante positiva de Fidel Castro e dos guerrilheiros de Sierra Maestra. “Assim como a imprensa de [William Randolph] Hearst ajudou a fazer a revolução de 1898, o *Times* patrocinou Castro”, escreveu o historiador inglês Paul Johnson.⁵³ Em breve, porém, essa lua-de-mel entre Washington e os novos donos do poder em Havana chegaria ao fim.

Em 7 de janeiro de 1959, um dia antes da entrada triunfal de Fidel Castro em Havana, Washington reconheceu o novo Governo cubano. Assim como fez em sua entrevista a Matthews, o líder revolucionário proclamou, na

⁵⁰ *Ibid.*, pp. 238-9.

⁵¹ Ver, a respeito, Smith (1962).

⁵² Kornbluh, 1998, p. 6.

⁵³ Johnson, 1994, p. 523. Sobre como as reportagens de Matthews no *NYT* ajudaram a criar o mito em torno de Fidel Castro, ver De Palma (2006).

ocasião, seu compromisso com a democracia e com o sistema interamericano. Em 28 de janeiro, o novo Chanceler de Cuba, Roberto Agramonte, anunciou a política externa do Governo revolucionário, sintetizada em quatro pontos principais: 1) Cuba permaneceria fiel à OEA e à ONU; 2) trabalharia com a Venezuela para estabelecer um “bloco democrático” no continente; 3) defenderia o respeito ao direito de asilo político, enquanto buscaria a extradição de “criminosos de guerra” do regime Batista; e 4) promoveria o não restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS.⁵⁴

As garantias oferecidas pelo novo regime cubano encontraram, no início, ouvidos receptivos. O entusiasmo suscitado pela Revolução Cubana no continente americano é algo difícil de imaginar hoje em dia. Em sua primeira visita internacional após tomar o poder, em fevereiro de 1959, em Caracas, Venezuela, Fidel Castro foi recebido pela população como um verdadeiro herói. Esse fato não passou despercebido pelas autoridades norte-americanas, que o viam com uma mistura de admiração e receio. O chefe da estação da CIA na capital venezuelana, Jacob Esterline, escreveu a Washington, em março: “Pareceu-me que algo como uma reação em cadeia estava ocorrendo em toda a América Latina depois que Castro assumiu o poder. Eu vi – caramba, qualquer um com olhos pôde ver – que uma força nova e poderosa estava em ação no hemisfério. Era preciso lidar com ela”.⁵⁵

O entusiasmo inicial, porém, logo cederia lugar ao temor e à desconfiança, à medida que o novo regime punha em prática uma política radical de reformas sociais, que incluiu a reforma agrária (maio de 1959) e a expropriação de empresas e propriedades estrangeiras, sobretudo norte-americanas, culminando com a nacionalização das refinarias particulares de petróleo pertencentes aos EUA na ilha, em julho de 1960. À intervenção nas refinarias norte-americanas seguiu-se a suspensão da cota de açúcar pelos EUA, seguida pela nacionalização de todas as propriedades rurais norte-americanas no país (Lei nº 851, de 6 de julho de 1960). De uma só vez, Fidel e seus companheiros encamparam os investimentos dos EUA na ilha, que chegavam a US\$ 800 milhões, bem como os três bancos norte-americanos operantes em Cuba, em 17 de setembro.⁵⁶

Tais medidas, juntamente com a execução, em muitos casos de forma sumária, de centenas de membros do Governo deposto⁵⁷, assim como a crescente influência dos comunistas no novo Governo cubano, levaram

⁵⁴ Cf. Domínguez, *op. cit.*, p. 16.

⁵⁵ *Apud* Kornbluh, *op. cit.*, p. 7.

⁵⁶ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 198 e seguintes. Ver também Furiati, 2002, p. 88.

⁵⁷ Em quatro meses, foram fuziladas cerca de 550 pessoas em Cuba, cf. Anderson, *op. cit.*, 1997, p. 419. Conta Hugh Thomas que um dos oficiais do antigo regime, o General Cantillo, que esteve a ponto de ser fuzilado sem julgamento em 5 de janeiro de 1959 por haver deixado Batista escapar, foi salvo da morte graças à intervenção do embaixador dos EUA, Earl T. Smith, e do embaixador brasileiro Vasco Leitão da Cunha, *op. cit.*, p. 857.

ao aumento dos atritos com Washington, culminando na decretação do embargo econômico norte-americano à ilha, em 7 de novembro de 1960, seguido do rompimento de relações diplomáticas e consulares entre Cuba e EUA, em 3 de janeiro de 1961.⁵⁸ Em um discurso proferido em 16 de abril daquele ano, logo após aviões de exilados procedentes dos EUA terem bombardeado Havana, Fidel Castro proclamou abertamente o caráter socialista da Revolução Cubana, decisão confirmada formalmente em 1º de maio. Do nacionalismo reformista, com vagas aspirações democráticas, Cuba derivou, em pouco mais de dois anos, para o socialismo de tipo soviético.⁵⁹

Concomitantemente a essas medidas, Fidel Castro firmou-se como o líder absoluto da nação, concentrando poderes, encarcerando antigos aliados e afastando seus principais rivais dentro da hierarquia do Governo revolucionário. Dos 21 membros originais do Governo cubano em 1959, apenas nove estavam em seus cargos um ano depois, tendo o próprio Fidel substituído José Miró Cardona como Primeiro-Ministro em 16 de fevereiro de 1959.⁶⁰ Em 9 de abril, foi anunciado o cancelamento das eleições prometidas pelo M-26-7. Seguiu-se, em junho, a demissão de cinco ministros moderados do governo, inclusive o Chanceler, Roberto Agramonte, e a queda do presidente liberal Manuel Urrutia, em julho. Ainda em junho, o comandante das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), Pedro Díaz Lanz, desertou do país, acusando Fidel e seus colaboradores de se aliarem aos comunistas. Em novembro, Fidel forçou a demissão dos três principais ministros não comunistas do governo.⁶¹ A tudo isso se somou o rumoroso episódio da prisão e condenação a vinte anos de cárcere, em outubro, do comandante militar de Camagüey, Huber Matos, por se opor à crescente influência dos comunistas no Governo cubano.⁶² Como resultado, a atitude dos EUA, que em janeiro de 1959 fora de discreta simpatia pelos revolucionários cubanos, dois anos depois já se transformara em hostilidade aberta ao regime de Havana.

A questão de se a transformação da ilha em um Estado socialista estava ou não nos planos originais dos revolucionários cubanos está além do objetivo deste livro. Apesar disso, dado o tema sobre o qual nos debruçamos,

⁵⁸ Mesmo após o rompimento das relações diplomáticas, Cuba e EUA mantiveram alguma forma de representação política em cada país. Assim, os EUA solicitaram ao Governo da Suíça que representasse seus interesses na ilha, enquanto Cuba pediu à Tchecoslováquia que fizesse o mesmo em relação a seus interesses nos EUA. Em 1977, durante o Governo de Jimmy Carter, os dois países abriram escritórios de representação nas suas respectivas capitais, cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, pp. 98 e 248.

⁵⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 295-6; e Domínguez, *op. cit.*, p. 34.

⁶⁰ Cf. Domínguez, *op. cit.*, p. 16.

⁶¹ *Ibid.*, pp. 18-20.

⁶² Cf. Matos, *op. cit.*, 2003.

é praticamente impossível não lhe fazer referência. Grosso modo, as opiniões sobre o assunto se encontram divididas em dois polos antagônicos. De um lado, as versões oficiais da Revolução Cubana apresentam a história como se Castro já tivesse tudo claro desde Moncada, opinião reforçada pela declaração do próprio comandante cubano, feita repetidas vezes, de que ele já tinha uma formação marxista antes de tomar o poder.⁶³ De outro lado, aqueles que romperam com a revolução depois da passagem de Cuba para o lado da URSS sustentam que o líder cubano mudou de lado e traiu seus ideais. A esse respeito, um ponto de vista equilibrado parece ser o de Sebastián Balfour:

A tese da traição depende de um fracasso da imaginação. Cuba não podia passar por uma mudança tão radical sem uma transformação de seu sistema político interno e até uma reestruturação de sua política exterior. Ao mesmo tempo, é difícil crer que, antes da consolidação do exército rebelde, Castro tivesse uma ideia clara da direção que seguiria a futura Revolução.⁶⁴

A “conversão” de Fidel Castro ao comunismo foi um dos fatos mais transcendentais da história latino-americana no século XX e merece uma abordagem mais aprofundada. Embora dois de seus colaboradores diretos em Sierra Maestra fossem reconhecidamente comunistas – seu irmão Raúl, membro do PSP desde 1953, e “Che” Guevara –, e a despeito de suas afirmações posteriores de que já era um marxista-leninista antes mesmo do ataque ao quartel Moncada,⁶⁵ é improvável que o líder cubano visse a si mesmo, antes de 1959, como um comunista ou mesmo como um simpatizante do comunismo, em qualquer de suas vertentes. A quase totalidade dos autores, tanto pró quanto contra Fidel, é praticamente unânime em afirmar que a URSS não teve nenhum papel na insurreição contra Batista.⁶⁶ De modo que a chave para compreender a transformação de Cuba em um Estado marxista deve ser buscada na própria evolução do regime cubano e, mais particularmente, de Fidel Castro. Vale a pena abrir aqui um parêntese.

De acordo com a tese encampada pelo regime cubano, a aliança com a URSS obedeceu a um imperativo de segurança nacional, como resposta à

⁶³ Por exemplo, Betto, *op. cit.*, 1987, p. 158; e D’Ávila, 1986, p. 61.

⁶⁴ Balfour, 1999, p. 83.

⁶⁵ Ver Ramonet, 2006, p. 108. Segundo Jorge I. Domínguez, a radicalização política de Fidel Castro obedeceu a uma estratégia cuidadosamente calculada, ocorrendo por meio da dissimulação e do engano: “O engano, que ele [Fidel] acreditava ser tanto correto quanto útil, seria usado no futuro como uma estratégia e uma tática” (“*Deception, which he [Fidel] believed to be both right and useful, would in the future be used as a strategy and a tactic*”), *op. cit.*, pp. 31-2.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 13. Iniciada a Guerra Fria, apenas Argentina, México e Uruguai mantinham vínculos com a URSS. Cuba foi o primeiro país do continente a restabelecer essas relações, cf. Pomper Mayer & Schmidt, 1974, p. 83.

política de hostilidade dos EUA em relação a Cuba, em especial no terreno econômico. Desde 1959, esta tem sido a visão oficial de Havana, tendo sido abraçada também por vários outros governos da região. No entanto, autores geralmente críticos ao regime castrista chamam a atenção para as ambições políticas e para a mudança de atitude de Fidel Castro em relação aos EUA como as verdadeiras razões por trás do rompimento entre os dois países. Jorge I. Domínguez, por exemplo, lembra que, durante sua visita a Washington, em abril de 1959, Fidel Castro rejeitou uma oferta de ajuda econômica do Governo Eisenhower, concluindo daí ser falsa a assertiva segundo a qual Cuba se teria voltado para o marxismo-leninismo e para a URSS porque os EUA teriam se recusado a auxiliar o país economicamente, ou porque essa ajuda teria sido oferecida em termos inaceitáveis. Na verdade, afirma Domínguez, os EUA desejavam ajudar Cuba; os termos da ajuda econômica nunca foram discutidos porque o Governo cubano impediu que isso acontecesse.⁶⁷

A tese oficial cubana tem sua credibilidade ainda mais afetada pelo fato de que, ao mesmo tempo em que recusava a ajuda norte-americana, Fidel Castro buscou uma aproximação com a URSS. Alexandr Fursenko e Timothy Naftali fornecem um exemplo dessa duplicidade, ao lembrarem que, ao mesmo tempo em que Fidel Castro fazia sua primeira visita aos EUA depois de tomar o poder, em abril de 1959, buscando convencer a imprensa e a opinião pública norte-americanas de suas credenciais anticomunistas, seu irmão, Raúl, buscava estreitar os laços entre Cuba e a URSS, solicitando, inclusive, ajuda militar soviética:

Em abril, Raúl Castro enviou Lázaro Peña, um membro de longa data do PSP e ex-presidente do congresso trabalhista cubano, a Moscou para obter assistência soviética para consolidar seu controle do exército cubano. Raúl Castro disse que precisava de alguns homens do grupo de comunistas espanhóis que se tinham formado na academia militar soviética para atuar como assessores ‘para ajudar o exército de Cuba... em assuntos gerais e para a organização do trabalho de inteligência’.

Ainda segundo Fursenko e Naftali, “o Presidium de Krushev aprovou a petição de Raúl Castro em 23 de abril de 1959, e instruiu o Departamento Internacional do Comitê Central, que lidava com as relações entre os vários partidos comunistas do mundo, o Ministério da Defesa e a KGB para conseguir, junto à liderança do Partido Comunista Espanhol,

⁶⁷ Cf. Domínguez, *op. cit.*, p. 18.

o envio de dois espanhóis a Cuba que se tinham formado em academias soviéticas. [...] Um pouco depois, o Presidium enviou um destacamento adicional de quinze oficiais soviéticos de origem espanhola. [...]”⁶⁸

Contra a tese de que as pressões norte-americanas teriam levado Cuba para o lado da órbita comunista está também o fato de que o regime cubano acertou sua primeira compra de armas do bloco soviético em 23 de setembro de 1959, quando as relações entre Havana e Washington, embora abaladas pela reforma agrária, ainda se mantinham em um certo nível de normalidade. A compra foi efetuada por intermédio do Governo da Polônia. Segundo Fursenko e Naftali:

Se se tivesse de escolher um momento em que os Estados Unidos e a União Soviética começaram a inclinar-se rumo a seu primeiro choque militar direto, foi nesse dia, no fim de setembro de 1959. Ao aprovar a venda de armas, Krushchev sinalizou aos níveis mais elevados do Governo soviético que assumiria riscos para perseguir os objetivos soviéticos na América Latina.⁶⁹

Há outras evidências de que a aproximação entre Cuba e a URSS não se deveu à política norte-americana. Em 16 de outubro de 1959, Fidel encontrou-se com o emissário soviético Alexandr Alexeiev, agente da KGB encarregado de estabelecer os primeiros contatos entre Moscou e Havana. Nessa ocasião, o líder cubano teria citado Marx e Lênin como os guias intelectuais de suas ações. Antes disso, em 12 de outubro, “Che” Guevara já se havia entrevistado com Alexeiev, ocasião em que, antecipando o que Fidel diria quatro dias depois, afirmou que “o único meio de alcançar a total independência de Cuba era construir uma sociedade socialista”. Desse modo, segundo Jorge I. Domínguez, “as evidências mostram claramente que Castro não foi empurrado para os braços soviéticos pelos Estados Unidos ou por conflitos domésticos”.⁷⁰

Embora a tese de que os revolucionários foram empurrados para o lado do bloco socialista pelas pressões dos EUA tenha influenciado até mesmo alguns *policy-makers* norte-americanos,⁷¹ o próprio Fidel Castro, em vários depoimentos, tratou de minar os fundamentos dessa visão. Em entrevista ao jornalista brasileiro Roberto D’Ávila, em 1985, por exemplo, ele reconheceu tacitamente que não foi a política norte-americana que levou Cuba ao socialismo:

⁶⁸ Fursenko & Naftali, 1997. pp. 11-2.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 24.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 20.

⁷¹ É o caso de Schlesinger, 1966, pp. 223-6. Para um ponto de vista discordante, ver Smith, *op. cit.*

Não vou jogar a culpa nos norte-americanos pelo socialismo em Cuba. O socialismo em Cuba é produto de nosso povo, da nossa revolução, das nossas idéias. Os Estados Unidos criaram obstáculos, dificultaram a construção da nossa sociedade. Mas eles não são culpados de que haja socialismo em Cuba, do contrário, deveríamos agradecer-lhes.⁷²

As especulações sobre os reais motivos por trás da guinada marxista do líder máximo da Revolução Cubana são reforçadas pelo fato de que, nesse período, sua filiação ideológica era uma incógnita. Embora Fidel Castro, ao longo dos anos 1959-1960, negasse ser comunista, Hugh Thomas lembra que, durante visita à Venezuela, em 22 de janeiro de 1959, o líder cubano teria tido uma conversa “algo estranha” com o Presidente venezuelano Rómulo Betancourt (mais tarde, um de seus mais ferrenhos adversários na América Latina). Segundo Thomas, Castro “disse a Betancourt que estava pensando em ‘desafiar os gringos’. Se fosse necessário, Betancourt lhe ajudaria com um empréstimo de trezentos milhões de dólares e com petróleo? Betancourt, quando se recuperou da surpresa, deu-lhe uma resposta frustrante: o que lhe interessava era a evolução, não a revolução”.⁷³ Nas palavras de outro historiador, também insuspeito de qualquer posição ideológica contrária à Revolução Cubana: “Logo no primeiro dia, o líder revolucionário desafiou os Estados Unidos [...]”.⁷⁴ A esse respeito, Fidel escreveu em carta à sua secretária pessoal, Celia Sánchez, em 5 de junho de 1958, quando ainda estava em Sierra Maestra: “Quando esta Guerra [contra Batista] terminar, começarei uma muito mais longa e maior: a guerra que eu vou lutar contra [os americanos]. Percebo que este será meu verdadeiro destino”.⁷⁵ Como afirmam Andrew & Mithrokhin: “Embora a hostilidade americana mais tarde reforçasse a aliança de Castro com a União Soviética, ela não a causou. A iniciativa para a aliança veio de Havana”.⁷⁶ Em julho de 1959, Fidel enviou o chefe da inteligência cubana, Ramiro Valdés, à Cidade do México para conversações secretas com o Embaixador da URSS e com o representante local do KGB. Em outubro, uma “delegação cultural” soviética, liderada pelo ex-agente do KGB em Buenos Aires, Aleksandr Ivanovich Alekseiev, chegou a Havana. Durante a visita, Fidel propôs a visita a Cuba do premiê substituto Anastas Mikoyan. Alekseiev se tornaria mais tarde Embaixador da URSS em Havana.⁷⁷

⁷² *Apud* D’Ávila, *op. cit.*, p. 62.

⁷³ Thomas, *op. cit.*, p. 871.

⁷⁴ Gott, *op. cit.*, p. 190.

⁷⁵ *Apud* Andrew & Mitrokhin, 2005, p. 35. Ver também Domínguez, *op. cit.*, p. 30; e Ramonet, 2006, p. 528.

⁷⁶ Andrew & Mitrokhin, *op. cit.*, p. 35.

⁷⁷ *Ibid.*

Dados os fatos históricos, é lícito afirmar que, para Fidel Castro, a aliança com o Kremlin obedeceu, mais do que a uma suposta afinidade ideológica, a uma necessidade vital. Diferentemente de outros países latino-americanos como Brasil, México e Venezuela, Cuba era uma pequena ilha sem grandes recursos materiais que pudessem assegurar sua existência independente em caso de invasão estrangeira. O comandante cubano sabia disso, como sabia também que, ao pôr em prática as reformas que preconizava, os EUA certamente se oporiam e poderiam facilmente invadir o país, como já tinham feito no passado.⁷⁸ Para sustentar-se no poder, ele percebeu que era necessário aliar-se ao maior inimigo da superpotência norte-americana, a URSS, que se comprometeria desde então a defender o regime castrista de qualquer ação militar da Casa Branca. Como afirma Richard Gott: “Tendo assinado a sua ficha de inscrição de camarada socialista, Castro esperava conseguir a garantia do apoio militar soviético que tal filiação certamente autorizaria”. Por sua vez, “Cuba proporcionava [à URSS] uma oportunidade única de penetrar nas linhas de defesa inimigas”.⁷⁹ Segundo Nikolai Leonov, principal especialista em América Latina da KGB, o serviço secreto soviético, “Cuba forçou-nos a dar uma nova olhada em todo o continente, que até então ocupara tradicionalmente o último lugar no sistema de prioridades da liderança soviética”.⁸⁰

No contexto bipolar da Guerra Fria, a passagem de Cuba para o lado do bloco soviético e sua conseqüente transformação em um Estado marxista foram interpretadas como uma demonstração de vassalagem da ilha à URSS. Fidel, nesse sentido, seria uma espécie de fantoche do Kremlin. Na verdade, nesse giro de 180 graus, que alterou bruscamente o equilíbrio de forças entre as superpotências, não foi o líder cubano que se transformou em um títere dos soviéticos, mas, sim, estes que se viram convertidos compulsoriamente em seus guardiães. Segundo o Secretário de Defesa do Governo Jimmy Carter (1977-1981), Zbigniew Brzezinski, “a premissa de que Cuba é uma marionete soviética é falsa”.⁸¹ Hugh Thomas afirma que a transformação de Cuba em um Estado socialista era mesmo pouco desejável para a URSS, mais interessada, em 1959-1960, em manter um *modus vivendi* com os EUA do que em fomentar revoluções que poderiam fugir ao seu controle, como fez Stálin em relação à Espanha republicana durante a Guerra Civil de 1936-1939: “Por razões de política internacional,

⁷⁸ Após ocuparem Cuba de 1899 a 1902, os EUA intervieram militarmente na ilha em mais três ocasiões: 1906, 1912 e 1917-1921. De 1906 a 1909, a ilha esteve novamente sob administração direta norte-americana, cf. Thomas, *op. cit.*, p. 303 e seguintes.

⁷⁹ Gott, *op. cit.*, pp. 226-7.

⁸⁰ *Apud* Andrew & Mitrokhin, *op. cit.*, p. 28.

⁸¹ *Apud* Furiati, *op. cit.*, p. 253.

a União Soviética, provavelmente, teria preferido uma Cuba amistosa e neutra a um satélite; por razões de política nacional e internacional, e inclusive por razões psicológicas, parece que Castro preferia um status mais comprometido”.⁸² Foi uma aposta extremamente arriscada e ousada do líder cubano, que quase levou o continente – e o mundo – a um dos períodos mais tensos de sua História.

1.2.2. O Tratado do Rio de Janeiro e o Sistema Interamericano

Para compreender a real dimensão da influência de Cuba na América Latina e, particularmente, no Brasil, depois de 1959, é preciso recordar como o continente americano está organizado multilateralmente. Os países da região organizados multilateralmente em dois instrumentos básicos: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 2 de setembro de 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 30 de abril de 1948, pela Carta de Bogotá, como resultado da IX Conferência Interamericana, realizada na Colômbia, de 30 de março a 2 de maio daquele ano. O TIAR instituía um sistema de segurança hemisférica do continente americano, com base nos princípios do Pan-americanismo, ao estabelecer, em seu artigo 3º, que uma agressão a qualquer país americano seria considerada como um ato de hostilidade a todos os países do continente. A OEA, criada como resultado da Conferência de Bogotá, deu uma estrutura organizacional ao conceito de segurança hemisférica, no contexto do início da Guerra Fria entre as duas superpotências. Amparado nesses dois instrumentos, o Governo dos EUA pretendia salvaguardar sua hegemonia política e econômica sobre o hemisfério contra qualquer possível ingerência do bloco rival liderado pela URSS.⁸³

A vitória das forças revolucionárias de Fidel Castro, em 1959, foi um divisor de águas nas relações interamericanas. O novo regime revolucionário cubano pôs em prática uma política radical de reformas sociais, que incluiu a reforma agrária e a expropriação de empresas e propriedades estrangeiras, sobretudo norte-americanas, culminando com a nacionalização das refinarias particulares de petróleo pertencentes aos

⁸² *Op. cit.*, pp. 1005 e 1020.

⁸³ O artigo 3º do TIAR estabelecia o seguinte: "As Altas Partes Contratantes estabelecem que em um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos. Em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se comprometem a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que reconhece o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas", *apud* Dabène, 2003, p. 141.

EUA na ilha, em julho de 1960. A intervenção nas refinarias de petróleo norte-americanas, seguiu-se à suspensão da cota de açúcar pelos EUA. Em seguida, pela Lei nº 851, o Governo cubano nacionalizou o total das empresas norte-americanas no país, cujos investimentos na ilha chegavam a US\$ 800 milhões.⁸⁴

Tais reformas, juntamente com as execuções de centenas de membros do Governo deposto, assim como a crescente influência dos comunistas no Governo cubano, levaram ao aumento dos atritos com Washington, culminando com o rompimento de relações diplomáticas e consulares entre Cuba e EUA, em 3 de janeiro de 1961. Em especial os fuzilamentos (*paredón*) levaram muitos a começarem a se questionar sobre o caráter democrático do novo regime revolucionário cubano. Em apenas quatro meses, cerca de 550 pessoas foram fuziladas em Cuba.⁸⁵ Conta Hugh Thomas que um dos oficiais do antigo regime, o General Cantillo, que esteve a ponto de ser fuzilado sem julgamento em 5 de janeiro de 1959 por haver deixado Batista escapar, foi salvo da morte graças à intervenção do Embaixador dos EUA, Earl T. Smith, e do Embaixador brasileiro Vasco Leitão da Cunha.⁸⁶ Em um discurso proferido em 16 de abril daquele ano, Fidel Castro proclamou abertamente o caráter socialista da Revolução Cubana.⁸⁷

A transformação de Cuba em um Estado socialista e seu alinhamento com o bloco soviético – a apenas 150 km do território dos EUA – significaram um duro golpe para a diplomacia norte-americana, pautada desde o fim da Segunda Guerra Mundial pelo objetivo da contenção do comunismo. Já em 1954, a X Conferência Interamericana, realizada em entre 1º e 28 de março em Caracas, apresentou uma declaração condenando veementemente o comunismo, apesar da oposição de Guatemala, México e Argentina. No mesmo ano, a política exterior norte-americana enfrentou o primeiro desafio sério à sua hegemonia no hemisfério, ao patrocinar um golpe de Estado que depôs o Governo nacionalista e reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala. Em 1959, a VI Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Santiago do Chile, reiterou em sua declaração final a condenação ao comunismo no âmbito interamericano, o que expressava a desconfiança crescente em relação ao regime de Fidel Castro.⁸⁸

Apesar dessas *démarches* de Washington no sentido de neutralizar a influência comunista e o aparecimento de governos nacionalistas e antiamericanos no continente, a América Latina vivia, no final da década

⁸⁴ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 198, 200, 229, 230-2 e 244, nota 94.

⁸⁵ Cf. Anderson, 1997, p. 419.

⁸⁶ Cf. Thomas, *op. cit.*, p. 857.

⁸⁷ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 295-6.

⁸⁸ Cf. Altman, 2001, p. 78; e Dabène, *op. cit.*

de 50, um renascimento do nacionalismo. Os governos latino-americanos sentiam-se frustrados e descontentes com a política externa da Casa Branca em relação à América Latina no imediato pós-guerra. Na medida em que vários países da região haviam apoiado o esforço de guerra dos EUA durante o conflito mundial, estes esperavam uma contrapartida em termos de apoio financeiro para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Isso, porém, não ocorreu, o que certamente contribuiu para que o sentimento antiamericano fosse demonstrado de forma dramática na recepção hostil da população ao Vice-Presidente dos EUA, Richard M. Nixon, quando da visita malsucedida deste à Venezuela e ao Peru, em 1958.⁸⁹

Assim, não surpreende que a Revolução chefiada por Fidel Castro em Cuba tenha exercido uma influência significativa sobre os países da América Latina. Logo a Revolução Cubana passaria a polarizar as opiniões políticas no continente: para muitos latino-americanos, a experiência de Cuba constituía um modelo de emancipação política e econômica; para outros, era um exemplo de subversão comunista a ser combatida e evitada a qualquer custo.

1.2.3. O Governo Kubitschek e a Operação Pan-Americana

Dentre os países latino-americanos que acolheram com simpatia a vitória dos revolucionários em Cuba, estava o Brasil. Já em 5 de janeiro de 1959, antes mesmo da entrada de Fidel Castro em Havana, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha recomendava que o Brasil não deixasse passar a oportunidade de ser um dos primeiros países a reconhecer o Governo provisório.⁹⁰ Em 13 de janeiro, Fidel Castro visitou o Embaixador Leitão da Cunha para agradecer ao Governo brasileiro pelo reconhecimento ao novo Governo revolucionário cubano. A rapidez com que este encontro aconteceu deveu-se ao interesse do Brasil em unir o continente em torno de sua política pan-americanista, de modo a conquistar a democracia e deter o comunismo.⁹¹

Em 21 de janeiro, os jornais cariocas noticiaram um banquete oferecido ao Embaixador brasileiro pelos ex-asilados cubanos – entre eles, Juanita, irmã de Fidel Castro –, em reconhecimento pela proteção e ajuda prestadas pela representação do Brasil aos revolucionários cubanos.

⁸⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998.

⁹⁰ Embaixada do Brasil em Havana, telegrama n^o. 7, de 5 de janeiro de 1959, confidencial-urgente, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. AMRE-B.

⁹¹ Cf. Bemvindo, 2008, p. 63.

A homenagem coincidiu com a chegada a Havana de avião trazendo asilados cubanos no Brasil. Apesar de as relações parecerem bastante alvissareiras, o Itamaraty não deixou de manifestar o receio de que a cerimônia fosse interpretada como uma atitude partidária da Embaixada em relação aos novos donos do poder em Cuba.⁹² No início de fevereiro, o próprio Fidel, ainda sem cargo formal no novo Governo revolucionário cubano, realizou nova visita a Vasco Leitão da Cunha, a fim de alcançar uma solução definitiva para a questão dos asilados na Embaixada do Brasil em Havana. Após demorada troca de ideias, Fidel aceitou a sugestão brasileira de que os asilados cubanos no Brasil fossem transportados em avião da FAB de volta a Cuba. O líder cubano agradeceu o gesto de cortesia do Presidente Juscelino Kubitschek e confidenciou a Vasco Leitão da Cunha que, no dia seguinte, assumiria – segundo disse, a contragosto – o cargo de Primeiro-Ministro. Dois dias após o encontro, a Chancelaria cubana começou a emitir discretamente salvos-condutos.⁹³

O rápido reconhecimento do Governo revolucionário cubano pelo Brasil não passou despercebido a Fidel Castro. As boas relações entre os dois países foram inclusive celebradas alegremente em Havana, com a participação da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro no “Carnaval de La Libertad”, em maio de 1959.⁹⁴ No mesmo mês, Fidel Castro encontrou-se com o Presidente Kubitschek e com o Vice, João Goulart, no Rio de Janeiro.⁹⁵ Esse encontro, porém, por pouco não se realizou. Segundo Hugh Thomas, o então presidente do Banco Nacional de Cuba, o economista Felipe Pazos, aconselhou Fidel a recusar o convite para ir ao Brasil e à Argentina, pois haveria muito a fazer em Cuba. Foi convencido do contrário pelo colega Rogerio Boti, Ministro da Economia cubano, que lhe disse que, se Castro estivesse no país em 1º de maio, certamente faria um discurso violento naquela data, colocando em risco as relações com os EUA.⁹⁶

A opinião das autoridades brasileiras sobre o novo regime cubano era bastante favorável. Segundo um dos biógrafos de JK, Claudio Bojunga, o Presidente brasileiro via Fidel Castro “como um idealista amargurado com o apoio prestado pelos EUA às ditaduras da América Latina. Achou que Fidel vivia ainda o drama de ter de optar entre a democracia e o sistema totalitário”. Julgando o líder cubano “recuperável para o Ocidente”, JK escreveu que o povo cubano, “que sofrera o garrote do regime de

⁹² Embaixada do Brasil em Havana, telegrama n. 23, de 23 de janeiro de 1959 e *despacho* telegráfico n. 14, de 21 de janeiro de 1959, da Secretaria de Estado para a Embaixada em Havana, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 237.

⁹³ Embaixada do Brasil em Havana, telegrama n. 39, de 19 de fevereiro de 1959, e n. 37, de 16 de fevereiro de 1959, *ibid.*, pp. 239-240.

⁹⁴ Cf. Bemvindo, *op. cit.*, p. 64.

⁹⁵ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 129 e seguintes.

⁹⁶ Cf. Thomas, *op. cit.*, p. 959.

Batista, não conseguia separar a trágica realidade da situação interna do apoio irrestrito de Washington”. Ainda de acordo com JK: “A indústria açucareira, a grande riqueza da ilha, estava nas mãos dos americanos, e todo o comércio de exportação fazia-se através de um esquema de espoliação, que só proporcionava aos nativos as migalhas do banquete imperialista”. Para Bojunga, “Fidel era, na visão de Juscelino, expressão dinâmica do inconformismo latino-americano em face da empedernida insensibilidade norte-americana. Só a partir do desafio que ele lançou os americanos voltaram seus olhos para o hemisfério”.⁹⁷

O entusiasmo de JK por Fidel era compreensível, haja vista a visão corrente de Cuba antes da Revolução, estimulada pelas novas autoridades revolucionárias cubanas, como uma quase colônia dos EUA. Para o Presidente brasileiro, porém, mais importante do que essa suposta predominância norte-americana na ilha antes de 1959 era o desinteresse de Washington pela América Latina. Mais tarde, ele escreveria, não poupando críticas aos EUA:

O Governo dos Estados Unidos, preocupado primeiro com a recuperação da Europa, e depois com a guerra da Coréia, esqueceu-se da América Latina – um erro bipartidário praticado com igual insistência por Truman e Eisenhower. Entre 1945 e 1960, a Iugoslávia sozinha – um país comunista – recebera mais dinheiro dos Estados Unidos do que todos os países latino-americanos juntos. A política da década de 1950 não só violava nossa prática nacional, como também era evidentemente inadequada aos problemas da América Latina, reforçando a convicção, muito difundida ali, de que a essência do objetivo dos Estados Unidos era o imperialismo econômico. E a ascensão de Fidel Castro em Cuba estava transformando o fracasso numa ameaça à segurança.⁹⁸

Fidel passou pelo Brasil pela primeira vez em 28 de abril, no caminho para Buenos Aires, frustrando os jornalistas que o esperavam ansiosamente no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro (uma avaria na pista forçou o pouso da aeronave em Congonhas, São Paulo).⁹⁹ No retorno da Argentina, vindo de Montevidéu, o festejado líder revolucionário esteve no Rio de Janeiro, em 5 de maio, onde almoçou com o Presidente Kubitschek e pronunciou um discurso de três horas para uma multidão calculada em cerca de 30 mil pessoas na Esplanada do Castelo, em uma concentração popular promovida por sindicatos e pela União Nacional dos Estudantes

⁹⁷ Bojunga, 2001, p. 514.

⁹⁸ *Ibid.*, pp. 531-2.

⁹⁹ Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, pp. 47-8.

(UNE). À noite, Fidel compareceu a uma festa na casa de José e Maria do Carmo Nabuco. Em 7 de maio, regressou a Cuba.¹⁰⁰

Na ocasião da visita do comandante revolucionário ao Brasil, os Governos brasileiro e cubano assinaram a “Carta de Brasília”, pela qual ambos os governos reafirmavam sua solidariedade com os princípios aprovados por todas as nações do continente, de acordo com os objetivos da OPA. Nessa oportunidade, JK ofereceu-se como mediador no conflito entre Cuba e os EUA, rejeitando qualquer solução que incluísse qualquer tipo de intervenção na ilha. As conversações sobre a situação interamericana continuaram no mês seguinte, em Washington, entre o Chanceler Horácio Lafer e o Secretário de Estado Christian Herter.¹⁰¹

Em Brasília, Fidel foi recebido no aeroporto por Juscelino, que lhe mostrou as obras da cidade. Na ocasião, JK tentou atrair o jovem e ardente líder cubano para sua proposta da Operação Pan-Americana (OPA), lançada pelo Brasil no ano anterior com o objetivo de unir o continente em torno das metas de desenvolvimento econômico. “O presidente brasileiro mal conseguiu abrir a boca. Fidel falava sem parar, antes, durante e depois do almoço. Foram horas de peroração ferosa e ininterrupta”, escreveu Claudio Bojunga. “Mas, ao tomar o helicóptero, ficou subitamente silencioso, e não apenas em virtude do rotor do motor”. Juscelino descreveria a cena, anos depois, do seguinte modo:

A paisagem de Brasília, agindo como um catalisador, fez com que ele [Fidel] voltasse de súbito à realidade. Até ali era um iluminado que falava. Pregara o que lhe parecia justo, sem se preocupar com o efeito do que dizia. Brasília, contudo, tivera o efeito de trazê-lo de volta ao meio ambiente. Contemplou-a outra vez longamente. E disse-me quase com emoção na voz: ‘É uma felicidade ser jovem nesse país, presidente’.¹⁰²

Mas nem tudo nessa primeira visita de Fidel ao Brasil foram flores. Ele também manteve um encontro com o então Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, principal comandante militar legalista na crise de novembro de 1955 e fiador da posse de JK e de João Goulart. A conversa entre os dois foi constrangedora. Em meio às baforadas que Fidel lançava no rosto do Marechal – que detestava charutos e afastava a fumaça com as mãos –, o militar brasileiro, após haver declarado sua admiração pelos revolucionários cubanos, referiu-se aos fuzilamentos em

¹⁰⁰ *Ibid.*, pp. 49-50.

¹⁰¹ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 244.

¹⁰² *Apud* Bojunga, *op. cit.*, p. 561.

Cuba, declarando-se contrário ao derramamento de sangue, pois “violência só gera violência”. Lott deu-se ainda ao trabalho de oferecer conselhos ao jovem líder cubano, advertindo-o contra os perigos do comunismo.¹⁰³

Apesar desse incidente, o entendimento entre Brasil e Cuba foi facilitado pela implementação, pelo Governo Kubitschek, de uma política econômica desenvolvimentista, que se refletiu na política externa brasileira. Com efeito, durante a Presidência JK, a relação entre política externa e desenvolvimento, já percebida no segundo Governo Vargas, foi reforçada, como afirmam Cervo & Bueno. Tal relação se fazia necessária, visto que “para retirar o país do atraso, impunham-se não apenas reformas internas, mas também mudanças no relacionamento do país com as demais nações”. Nesse contexto, inaugurou-se uma nova fase da política exterior brasileira, em que o “nacional-desenvolvimentismo passou a informar e a ser a chave para a compreensão das relações internacionais do Brasil”.¹⁰⁴

O ideal do nacional-desenvolvimentismo refletiu-se na proposta da Operação Pan-Americana (OPA), surgida da troca de cartas entre JK e o Presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. Como afirmam Cervo & Bueno, esta era “uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, na qual se insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”. A conjuntura em que fora lançada mostrava-se adequada, logo após as demonstrações populares de hostilidade ao Vice-Presidente Nixon em Lima e Caracas, que deixaram evidente o sentimento antiamericano na América do Sul. Daí a necessidade, exposta pela iniciativa de JK, de uma “atualização das relações entre os dois segmentos do continente”.¹⁰⁵ Kubitschek enxergaria, com satisfação, no contraste entre a recepção calorosa a Fidel na América do Sul e a acolhida hostil a Nixon no ano anterior a confirmação dos postulados da OPA.¹⁰⁶ Paulo Vizentini afirma, ainda em relação à OPA, que esta visava à retomada da “barganha nacionalista” do período Vargas.¹⁰⁷

No cerne da OPA estava a proposta de cooperação econômica entre os EUA e os demais países do hemisfério, a fim de restabelecer e reforçar o ideal pan-americanista frente à ameaça do avanço de “ideologias exóticas e antidemocráticas”. Uma vez que as populações do continente latino-americano alcançassem o desenvolvimento e saíssem da miséria,

¹⁰³ Cf. William, 2005, p. 297.

¹⁰⁴ Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 287-8.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 290.

¹⁰⁶ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 195.

¹⁰⁷ *Op. cit.*, 2004a, p. 206.

“formar-se-ia um escudo à penetração de ideologias estranhas”. Nesse sentido, JK “situava a OPA no contexto da luta do Novo Mundo para a defesa de suas ideias e, assim, erguia-se contra a ‘ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético’”. O Brasil se colocava inteiramente do lado do Ocidente, mas “não como *seu proletariado*”. O objetivo de defender a democracia estava intrinsecamente ligado à meta do desenvolvimento, pois “não há democracia onde há miséria”.¹⁰⁸

Entre os resultados práticos da OPA, pode-se citar a criação da Comissão Especial dos representantes dos 21 Estados-membros da OEA (“o Comitê dos 21”), encarregado de executar o programa, e cuja delegação brasileira foi chefiada por Augusto Frederico Schmidt. Além deste, o resultado concreto mais importante da OPA foi a fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que entrou em funcionamento em 1º de outubro de 1960, constituído por 20 países americanos exceto Cuba (que não ratificou o Convênio Constitutivo do Banco) e com capital de 1 bilhão de dólares para o financiamento e assistência técnica em projetos de desenvolvimento no continente americano. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Aliança para o Progresso, do Presidente Kennedy, também são relacionadas à proposta da OPA. A respeito desta última, afirmam Cervo & Bueno que “a Aliança para o Progresso, do presidente John Kennedy, foi também uma resposta, embora tardia, na conjuntura da crise de Cuba, à idéia lançada pela OPA. Os Estados Unidos passavam, então, a dar mais atenção aos problemas latino-americanos”.¹⁰⁹

De qualquer maneira, a OPA representou um passo importante para a evolução das relações do Brasil com o restante do continente americano. Desde então, ficou clara a correlação existente entre desenvolvimento e preservação da democracia. Nos anos seguintes, com a radicalização da questão cubana e a crise do populismo no Brasil, essa conexão se tornaria cada vez mais explícita.

1.2.4. A Declaração de San José

A proposta da OPA e a vitória da Revolução Cubana trouxeram para o primeiro plano a questão do subdesenvolvimento da América Latina. Essa questão ficou ainda mais evidente quando da visita do Presidente Eisenhower à Argentina, Chile e Brasil, em fevereiro de 1960. Na ocasião, encontrando-se com JK, Eisenhower assinou com este a Carta de Brasília,

¹⁰⁸ *Apud* Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 291, grifos no original.

¹⁰⁹ *Ibid.*, pp. 292-4.

que reafirmava a solidariedade entre os dois países nos termos da OPA. Também por ocasião da visita de Eisenhower, JK aproveitou para oferecer a mediação do Brasil no conflito cada vez mais tenso entre Cuba e os EUA, enfatizando que o país se opunha a qualquer iniciativa de intervenção na ilha. Por ocasião de sua visita ao Brasil, Eisenhower foi surpreendido no Rio de Janeiro por uma faixa colocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com os dizeres “We like Fidel Castro”. Ao que teria respondido: “Eu também gosto dele. Ele é que não gosta de mim”.¹¹⁰

A atitude conciliadora do Governo brasileiro ficou patente três meses depois, em maio de 1960, quando Fidel Castro, no caminho para a reunião do “Comitê dos 21” em Buenos Aires, visitou novamente o Brasil e encontrou-se com Kubitschek em Brasília. O Presidente brasileiro elogiou o Primeiro-Ministro cubano pelos seus “esforços na luta em favor do progresso dos países subdesenvolvidos”, tendo Fidel salientado a “importância da OPA para o reerguimento social e econômico dos povos da América Latina”. Pouco depois, o líder cubano fez um convite para que o Brasil participasse da Conferência dos Países Subdesenvolvidos a ser realizada em Havana. Seguiu-se, em junho, a visita do Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, estreitando ainda mais os laços entre os dois países.¹¹¹

Nesse ínterim, as relações cubano-norte-americanas rapidamente se deterioravam, à medida que o Governo de Fidel Castro implementava seu programa de reformas nacionalistas e se afastava cada vez mais da órbita de Washington. À decretação da reforma agrária e à suspensão da cota açucareira de Cuba pelos EUA seguiu-se a recusa das refinarias norte-americanas de refinar petróleo russo, ao que se seguiu a encampação destas pelo Governo cubano. Após o restabelecimento das relações diplomáticas com Moscou, em 9 de julho de 1960, Cuba aceitou o apoio militar oferecido pela URSS. Isso levou à convocação da VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, solicitada em caráter de urgência pelo Peru, para “examinar a situação do Caribe e a intervenção de uma potência extracontinental nos assuntos americanos”.¹¹² Na Reunião, realizada em San José da Costa Rica, de 22 a 29 de agosto de 1960, o representante do Brasil, Horacio Lafer, lançou a proposta de criação de um “Protocolo Adicional de Assistência Econômica ao TIAR”, que visaria a “fortalecer a solidariedade continental e o sistema interamericano ante as ameaças de intervenção que possam afetá-los”.¹¹³ Dessa forma, o Governo brasileiro buscou vincular o

¹¹⁰ *Apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 212; e Quintaneiro, *op. cit.*, p. 27.

¹¹¹ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, pp. 30-1; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 213.

¹¹² Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1988, p. 229.

¹¹³ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 28.

problema da segurança do continente ao do desenvolvimento econômico, salientando que “o fundo do problema era o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, e, conseqüentemente, propunha vincular a consideração dos temas econômicos apresentados no Protocolo de Assistência à política de segurança explicitada no TIAR”.¹¹⁴

Apesar das simpatias iniciais pelo regime revolucionário cubano, o Governo brasileiro via com preocupação crescente a aproximação de Fidel Castro com os comunistas. “Embora pessoalmente convencido de que Fidel Castro não é comunista e de que o Movimento 26 de Julho também não é”, escreveu o Embaixador brasileiro em Havana, em março de 1959, “não há a menor dúvida de que elementos comunistas ou filocomunistas, muito chegados ao líder da revolução, estão influenciando poderosamente no seu espírito”. Ao comentar a resposta de Castro ao discurso “corajoso e sensato” do ex-Presidente da Costa Rica, José Figueres, que diante de uma multidão, estimada em 200 mil pessoas, em frente ao Palácio do Governo, em Havana, procurou alertar para os perigos do comunismo, o chefe do Posto escreveu que Fidel Castro, “cuja atividade febril não lhe deixa tempo para a reflexão nem mesmo para dormir” estaria “falando demais e agindo como quem esteja à beira de um esgotamento nervoso, apesar de seu vigor excepcional”. Um tanto ingenuamente, o Embaixador ainda acreditava ser o líder cubano um democrata que estaria sendo manipulado pelos comunistas: “Tenho esperanças de que, inteligente e sensato como é, [Fidel Castro] compreenderá aos poucos o acerto das palavras de Figueres e de que estas o ajudarão a desvencilhar-se dos perigosos conselheiros, no momento em que perceber que está sendo manobrado.” A menos que Castro não soubesse distinguir entre os seus companheiros aqueles de filiação comunista, prosseguia o telegrama, “corre o risco de ser absorvido pelos mesmos, levando a revolução a um desastre”.¹¹⁵

Em outubro de 1959, a visão da Embaixada brasileira a respeito de Castro mostrava ligeiros sinais de mudança. Naquele mês, no dia 25, o Comandante militar da Província de Camagüey, Huber Matos, foi preso após pedir demissão do posto em protesto contra a crescente influência dos comunistas na ilha, sendo seguido por vários capitães e tenentes. O fato coincidiu com um *raid* aéreo de um pequeno avião pilotado pelo ex-Comandante da Força Aérea de Cuba, Pedro Díaz Lanz, que lançou panfletos de propaganda anticomunista sobre Havana. Um avião militar encarregado de interceptá-lo foi tomado como uma aeronave agressora pela bateria antiaérea da guarnição de La Cabaña, que disparou, resultando daí a

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 29.

¹¹⁵ Embaixada em Havana, telegrama n. 59, confidencial, 23 de março de 1959, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. AMRE-B.

morte de dois civis e ferimentos em 45 pessoas. Fidel Castro deliberadamente encampou a falsa versão de que o avião de Díaz Lanz havia bombardeado a cidade, ocasionando as baixas fatais, gesto considerado da maior gravidade pelo Embaixador Vasco Leitão da Cunha:

considerando que esta é a primeira vez em que êle [Fidel Castro] se vale de uma consciente falsidade para levantar o povo e para orientar a sua política. Resta saber se a presente atitude é apenas fruto do temperamento emocional do Primeiro Ministro ou se, como resultante da derrota da corrente anti-comunista, Fidel Castro começa a aderir à tentativa dos pró-comunistas, como Guevara e Raul Castro, buscando agravar a tensão política entre Cuba e os Estados Unidos da América.¹¹⁶

Em 12 de novembro, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha informava que Fidel Castro estava disposto a enfrentar os EUA.¹¹⁷

Após a visita do Vice-Primeiro-Ministro soviético Anastas Mikoyan a Cuba, em fevereiro de 1960, a aproximação Cuba-URSS intensificou-se. Tal fato, obviamente, não passou despercebido à Embaixada brasileira, que nele viu uma manobra do Governo revolucionário para obter maiores vantagens comerciais em suas negociações com os EUA:

Segundo informações de fonte fidedigna, seria intuito do Primeiro Ministro Fidel Castro, depois de efetivado o acôrdo com a URSS, estabelecer o clima indispensável para os entendimentos diretos entre seu Governo e o dos Estados Unidos da América, negociando com êste já fortalecido pelo acôrdo com os soviéticos. O atual remanso nas agitadas relações entre os dois países parece indicar ter encontrado Fidel Castro a maneira de entabular [sic] entendimentos com o Govêrno de Washington assim que Miró Cardona assumir seu novo posto e que Bonsal retorne a Havana.

A esperança de que Castro se livrasse dos comunistas que o cercavam e que supostamente o manipulavam permanecia de pé: “Ainda segundo meu informante, seria intenção de Fidel Castro anular a influência comunista em seu Govêrno apenas depois de realizar o acôrdo com a URSS para evitar que sua atitude possa ser interpretada internamente como provocada ou influenciada pelo Govêrno americano”.¹¹⁸

¹¹⁶ Carta-telegrama n. 140, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 26 de outubro de 1959, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. AMRE-B.

¹¹⁷ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1988, pp. 210-1.

¹¹⁸ Carta-telegrama n. 15, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 15 de fevereiro de 1960, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. AMRE-B.

Na opinião do Embaixador brasileiro, o refinamento de petróleo pela URSS em Cuba constituía um instrumento de expansão da influência soviética no mundo, pois “tendo em vista o espetacular incremento da produção petrolífera na URSS, é de se esperar por uma próxima ofensiva no mercado mundial, quiçá um ‘dumping’ do petróleo, por parte dos russos”. O Embaixador via no uso do petróleo pelos soviéticos em Cuba uma arma econômica para impor o predomínio comunista no mundo ocidental:

É o caso de se pensar em que o plano econômico dos Sete Anos da URSS, no que se refere à rápida expansão da produção petrolífera, esteja dirigido a ferir fundo a economia do Ocidente em um dos seus nervos mais sensíveis, qual seja o da produção e comércio do petróleo. Daí a teoria da coexistência pacífica, que permitiria, sem os perigos de uma guerra nuclear, o predomínio comunista do mundo, pela utilização de armas econômicas.

Leitão da Cunha criticava a falta de visão das empresas de petróleo do Ocidente que, visando principalmente ao lucro, teriam negligenciado a ameaça soviética: “Lamentável é o contraste entre esta política e a atitude das companhias petrolíferas ocidentais, que, mais preocupadas com os resultados de suas contas de lucros e perdas, não se detêm ante os perigos a que fica exposta a segurança do mundo livre”.¹¹⁹

Na Declaração de San José, que incluiu oito resoluções, os países membros da OEA condenaram energicamente em sua primeira resolução “a intervenção ou ameaça de intervenção extracontinental em assuntos das Repúblicas Americanas”. Tratava-se do primeiro passo para sanções diplomáticas e econômicas visando punir Cuba, à medida que este país se afastava cada vez mais do bloco ocidental para aceitar o auxílio da potência soviética. A Declaração foi aprovada por 19 votos contra nenhum (o México se absteve e Cuba retirou-se da reunião).¹²⁰

Ao mesmo tempo em que fazia coro com os países americanos na condenação ao comunismo, o Governo brasileiro ainda acreditava ser possível alguma forma de mediação entre Havana e Washington. O Chanceler Horácio Lafer observaria, a respeito da tentativa frustrada de intermediação entre Cuba e os EUA, a “boa vontade infinita da grande maioria latino-americana no sentido de conciliar Cuba com o sistema interamericano e ver resolvidas as sérias e profundas divergências entre Cuba e os Estados Unidos da América”. Lafer registraria, ainda, a

¹¹⁹ Carta-telegrama, reservado, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 22 de julho de 1960, a) Vasco Tristão Leitão da Cunha. AMRE-B.

¹²⁰ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 240-2.

“unanimidade, com a exceção de Cuba, na manifestação de confiança e fé no sistema interamericano e de repúdio à interferência de potências extracontinentais no destino dos povos americanos”. A conclusão do Chefe da delegação brasileira, expressa em seu relatório final da reunião enviado ao Itamaraty, foi que Cuba impossibilitara qualquer mediação, pois:

a rígida posição da Delegação cubana não mostrava sinais de acolhimento a propostas conciliatórias dos Representantes de países irmãos de Cuba.

[...] Por conseguinte, desvaneceram-se as esperanças de que nossa ação diplomática pudesse lograr objetivos importantes no sentido de ver Cuba conciliada com os ideais pan-americanistas. Por outro lado, sentimos nas declarações dos Representantes cubanos a firmeza na sua disposição de não renunciar ao eventual apoio soviético.

[...] Foi infelizmente insuperável o abismo entre Cuba e as nações americanas, por mais que fizéssemos em favor da conciliação, da tolerância e da transigência. A maior parte dos países latino-americanos estava disposta a transigir com tudo de Cuba, menos a aceitação da oferta de apoio militar das potências sino-soviéticas, porque isto contém o germe mesmo da destruição do sistema interamericano.

[...] Considero que a Delegação do Brasil foi incedível em seu esforço de conciliação junto às Delegações dos Estados Unidos e de Cuba. Por várias vezes, interferi pessoalmente e por intermédio de meus colaboradores junto às Delegações dos Estados Unidos e de Cuba para pedir-lhes moderação e compreensão.¹²¹

O Brasil votou a favor da Declaração condenando o comunismo, mas também do princípio da não intervenção. Moniz Bandeira ressalta que a Declaração de San José não agradou nem a Fidel nem aos EUA, embora, neste último caso, repudiasse de forma incisiva “qualquer ingerência soviética em assuntos das Repúblicas Americanas”. A defesa da não intervenção pelo Brasil levou a que o Governo norte-americano enxergasse “*leftist influence*” na posição brasileira.¹²²

Os EUA frequentemente se queixavam de que o Governo do Brasil subestimava o real perigo da infiltração comunista na América Latina. Em seu livro de memórias, o ex-Embaixador do Brasil nos EUA e ex-Ministro

¹²¹ Brasil, 1961, pp. 24-5.

¹²² Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 235-244.

dos Governos JK e Castello Branco, Roberto Campos, descreve um diálogo bastante revelador das diferenças de percepção entre os dois países sobre o problema do comunismo, travado entre JK e o então Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, durante visita deste último ao Brasil, em agosto de 1958:

Kubitschek passou a criticar a obsessão anticomunista da política exterior norte-americana, argüindo que somente através do desenvolvimento se obteria a imunização contra o comunismo; e que por muito tempo ainda as tradições católicas do Brasil nos assegurariam relativa tranqüilidade quanto à subversão totalitária. Dulles argüiu, com bastante realismo, que não se poderia afirmar ser o desenvolvimento uma vacina contra a subversão comunista, pois a Tchecoslováquia caíra presa do comunismo com uma das economias mais prósperas da Europa. E mesmo Cuba, ao início do fidelismo, tinha duas vezes a renda per capita do Brasil e quase cinco vezes a renda do nordeste brasileiro, se bem que talvez mais injustamente distribuída. Quanto à religião, lembraria apenas que os dois maiores partidos comunistas não-russos do mundo eram o da França e o da Itália, nações ambas católicas, e que a Polônia permanecia comunista, apesar da maioria católica. E acrescentou, em um dos raros sorrisos de homem já ferido pela doença, que se bem tivesse um filho jesuíta, tinha de registrar o fato de que os mais débeis partidos comunistas do mundo eram precisamente os dos países protestantes anglo-saxões...¹²³

A curto e médio prazos, a Declaração de San José contribuiu para aumentar ainda mais a radicalização da Revolução Cubana, resultando na proclamação, pelo Governo de Cuba, da Primeira Declaração de Havana, que aumentou ainda mais o abismo entre o regime de Fidel Castro e os demais Estados latino-americanos, ao alinhar Cuba com a URSS. No final do ano de 1960, o rompimento de Cuba com o bloco ocidental liderado pelos EUA e com o sistema interamericano já se mostrava praticamente irreversível. Em dezembro de 1960, Peru, República Dominicana e Guatemala romperam relações diplomáticas com Cuba.¹²⁴

A inflexão comunista do regime cubano passou a preocupar o Embaixador brasileiro quanto a suas repercussões no Brasil. Em 29 de setembro, logo após a Primeira Declaração de Havana, Leitão da Cunha informava o Itamaraty que o Governo cubano esperava a eclosão de um movimento revolucionário no Brasil, mais especificamente no triângulo Rio-São Paulo-Minas, até o dia 3 de outubro, o que impediria a realização

¹²³ Campos, 1994, p. 285.

¹²⁴ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 28, nota 36.

das eleições. Segundo Fernando José Marroni de Abreu, possivelmente a fonte dessa informação tenha sido o assessor jurídico da Presidência de Cuba, jovem jurista católico a quem o Embaixador havia concedido asilo dois dias antes: “Já havia então convicção de que a orientação marxista da revolução era irreversível”, afirma. Em novembro, a Rádio Mambí, ligada aos revolucionários cubanos, atacou violentamente os presidentes Kubitschek e Frondizi, da Argentina, apesar das declarações do Governo cubano de que a emissora não representava o pensamento oficial do regime. Pouco antes, no começo de setembro, o Chanceler Raúl Roa, descontente com os resultados da VII Reunião de Consulta da OEA em San José, e desconsiderando os esforços conciliadores do Brasil, declarou à televisão cubana que “o Senhor Lafer, milionário com pretensões a filósofo, não passa de um milionário sem qualquer espécie de escrúpulo”, e um “leva e traz do Senhor Rubbottom”.¹²⁵

O Governo brasileiro apresentou um protesto formal e enérgico contra essas ofensas, que tiveram ampla repercussão na imprensa brasileira e argentina. Ciente da importância das boas relações com os países da América Latina, Fidel Castro teria ficado “profundamente irritado com a incontinência verbal de Roa”, mas nada fez para desautorizá-lo. O Embaixador brasileiro interpretou o fato como uma demonstração do interesse deliberado de Havana de provocar os países latino-americanos ao rompimento diplomático. Para Leitão da Cunha, o Brasil não deveria “cair na armadilha adrede preparada, deixando o ônus de um eventual rompimento ao Governo cubano”.¹²⁶

Apesar desses incidentes, o Governo brasileiro manteve-se firme em sua disposição de manter boas relações com o regime de Havana. No entendimento do Embaixador brasileiro, a manutenção de missões diplomáticas latino-americanas em Cuba era da maior importância para a observação da evolução da situação cubana, verificação de informações “quase sempre falseadas”, garantia da instituição do asilo político e uma eventual tentativa de “recuperar” Cuba para o convívio continental. A frustração cubana com os resultados da reunião de San José explicava, em parte, o ânimo beligerante do regime. No começo de agosto, Vasco Leitão da Cunha havia conversado por duas horas com Fidel Castro. No decorrer da conversa, o líder cubano, demonstrando inegável confiança, confidenciou ao Embaixador brasileiro que iria nacionalizar, nas 48 horas seguintes, todas as propriedades norte-americanas em Cuba, inviabilizando qualquer tentativa de mediação.¹²⁷

¹²⁵ *Apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 241.

¹²⁶ *Ibid.*, pp. 241-2.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 242.

Coerente com esses propósitos, o Brasil procurou exercer alguma influência sobre o Governo cubano, na forma de mediação entre Havana e Washington. Em março de 1960, Leitão da Cunha fez a primeira tentativa nesse sentido, enviando mensagem de Juscelino Kubitschek ao Presidente cubano Osvaldo Dorticós. Tal iniciativa, entretanto, não frutificou, devido, segundo Fernando José Marroni de Abreu, a um erro de avaliação quanto ao canal escolhido (Dorticós estava longe de ter o poder e a influência requeridos para cuidar de tema tão importante). Na época, o regime cubano expressou que não desejava nem julgava oportuna mediação ou bons ofícios.¹²⁸

A essa altura, as relações entre os dois países se deterioravam rapidamente, à medida que diplomatas e agentes cubanos aumentavam sua atividade de agitação política no Brasil. Em julho de 1960, após meses de ausência de contato com o Itamaraty, o Embaixador cubano no Brasil, Eduardo Bárcena, simplesmente abandonou o País, sem ao menos despedir-se das autoridades brasileiras. Os contatos com os meios estudantis, operários e alguns segmentos da imprensa, porém, haviam-se multiplicado. Nesse período, a missão cubana teve como principal atividade encorajar na sociedade brasileira a emulação da Revolução Cubana e a reversão da política externa brasileira. Multiplicaram-se as visitas de “agitadores e propagandistas”, entre os quais alguns importantes próceres do regime, como Carlos Rafael Rodríguez e Lionel Soto, os quais buscaram reforçar os vínculos com os comunistas brasileiros, para desagrado do Governo Kubitschek. No mesmo mês de julho, visitou inopinadamente o Brasil o Ministro da Educação de Cuba, Armando Hart. A visita fora programada com elementos opositores ao Governo brasileiro e, apesar de recomendações em contrário, Hart participou de atos públicos de protesto. Como afirmou Fernando José Marroni de Abreu, “a certeza, naquela época, era de que Cuba rejeitara o diálogo franco e optara por suscitar correntes de agitação e subversão”. O Governo cubano rejeitara duas tentativas de aproximação por parte do Governo brasileiro. No final do mês, este reconheceu a ineficácia da estratégia de “dar tempo ao processo normal de decantação” do regime cubano e começou a cercar-se, “muito a contragosto”, de maiores cuidados na concessão de vistos a cidadãos cubanos que desejassem visitar o Brasil.¹²⁹

Um exemplo das precauções tomadas pelo Governo brasileiro em relação a possíveis agitadores cubanos no Brasil ocorreu no final de 1959. Naquela data, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha informou o Itamaraty de que o Secretário da Embaixada de Cuba na Bolívia, Reinaldo Arbezu,

¹²⁸ *Ibid.*, p. 249.

¹²⁹ *Ibid.*, pp. 242-3.

seria em breve nomeado para a mesma função no Rio de Janeiro. Segundo o informante, Arbezu não era diplomata de carreira, mas membro da Juventude Revolucionária, devendo sua ação estar subordinada diretamente ao Ministro das Forças Armadas, Raúl Castro, e dirigida para atividades de propaganda e difusão da Revolução Cubana. “Deveria ele também agir junto a elementos radicais bolivianos e brasileiros com o objetivo de facilitar a eclosão de movimentos revolucionários, nos mesmos moldes do ocorrido em Cuba”. Entre suas ações pregressas, contava-se que Arbezu teria comandado a invasão da Embaixada cubana no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1958, na época da luta contra Batista.¹³⁰ As desconfianças brasileiras aumentariam à medida que o regime de Havana se radicalizava.

1.2.5. *A questão cubana nas eleições presidenciais de 1960*

Entrementes, a questão cubana ultrapassava as fronteiras nacionais, passando a influir cada vez mais na situação interna dos Estados latino-americanos em geral, e do Brasil em particular. Na campanha presidencial brasileira de 1960, o nacionalismo desempenhou um papel importante, juntamente com o impacto da Revolução Cubana. A discussão sobre os rumos do processo revolucionário em Cuba entrou, de maneira inevitável, nos debates eleitorais. Politicamente, a situação eleitoral mostrou-se confusa, com o candidato apoiado pela direita UDN, o ex-Governador de São Paulo Jânio Quadros, dono de uma plataforma política populista e moralista, mostrando-se simpático à experiência revolucionária cubana. Por sua vez, o candidato apoiado pelas esquerdas, Marechal Henrique Teixeira Lott, condenava as medidas socializantes da Revolução Cubana e recusava publicamente o apoio do Partido Comunista, bastante ativo apesar de ilegal. Para aumentar a confusão, a legislação eleitoral permitia o voto separado no candidato à Presidência e à Vice-Presidência, o que levou à situação esdrúxula de um candidato apoiado pela direita, Jânio Quadros, e um apoiado pelas esquerdas, João Goulart (a chamada “dobradinha Jan-Jan”). Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República com mais de 5 milhões de votos, a maior votação de um candidato à Presidência no Brasil até aquela data, e João Goulart, à Vice-Presidência.¹³¹

Durante a campanha eleitoral, a questão de Cuba teve grande importância, evidenciada pelo convite feito pelo Embaixador cubano aos

¹³⁰ Carta-telegrama n. 54, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 14 de dezembro de 1959. AMRE-B.

¹³¹ Cf. Carone, 1980, p. 139.

dois principais candidatos para que visitassem a ilha. O Marechal Lott, da chapa PSD-PTB, recusou o convite. De olho nos dividendos políticos que poderiam resultar da visita, Quadros, por sua vez, aceitou-o logo após consultar suas bases eleitorais, em 9 de março.¹³²

O interesse de Jânio pelos temas da política internacional e, em particular, pela Revolução Cubana era bastante conhecido. Ainda no início da campanha presidencial, em junho de 1959, ele havia anunciado profeticamente do Cairo, no Egito – sede política do Movimento Não Alinhado –, sua intenção de fazer com que o Brasil compartilhasse, dentro de vinte anos, do círculo restrito das grandes potências. No mesmo pronunciamento, ele se referiu à Revolução Cubana, à agitação política na América Latina e à necessidade de pôr fim à exploração dos trabalhadores agrícolas e industriais, sinalizando para a realização de uma reforma agrária. Ao mesmo tempo, o candidato Jânio procurava aproximar-se internamente de setores políticos esquerdistas identificados com o regime de Fidel Castro. Assim, em dezembro de 1959, ele encaminhou telegrama ao líder das Ligas Camponesas, Deputado Francisco Julião, congratulando-o por uma série de artigos que escrevera para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo Jânio, os artigos de Julião haviam colocado o povo paulista a par de sua luta pela reforma agrária, através das Ligas.¹³³ A ideia era que Jânio fizesse uma visita também aos EUA, passando por Havana, mas a evolução da crise entre esse país e Cuba tornou o projeto desaconselhável.¹³⁴

Para Fidel Castro, visita de Jânio também se mostrava conveniente. Era uma forma de se evitar o isolamento de Cuba, além de reforçar a imagem de Fidel, tanto interna como externamente. Para Jânio, a iniciativa representava ainda uma oportunidade para aproximar-se de um grupo de escritores e intelectuais, uma maneira de expandir sua base política junto à influente imprensa carioca, visto que sua candidatura ainda se ressentia de uma base mais sólida no Rio de Janeiro. Apesar disso, inicialmente Fidel teve dúvidas a respeito da conveniência de se convidar Jânio, mas foi convencido diante das possibilidades eleitorais do ex-Governador de São Paulo.¹³⁵

As dúvidas quanto à conveniência da visita atingiam também as hostes janistas, parte das quais, acreditando que não se deveria assumir riscos eleitorais a menos de quatro meses das eleições, considerava-a polêmica. Mesmo com a Revolução Cubana não tendo entrado ainda em

¹³² Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 31.

¹³³ Cf. Fausto, 2001, pp. 205 e 220-1.

¹³⁴ Cf. Barbosa, 2007, p. 55.

¹³⁵ *Ibid.*, pp. 58-9.

sua fase mais radical e abertamente marxista-leninista, a iniciativa provocou reações de desconfiança junto ao eleitorado mais conservador, que apoiava Jânio. Parte da imprensa classificou a viagem como demagógica. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, levantou a possibilidade de a visita acentuar a divisão do sistema interamericano e reforçar o regime cubano, no momento em que este começava a aproximar-se da URSS. *A Folha de S. Paulo*, em editorial, classificou a viagem como inútil, apenas uma manobra de Jânio para afastar-se do rótulo de “entreguista” que lhe era lançado pelas esquerdas. Para contrabalançar essas críticas, membros da campanha janista mantiveram conversações com a representação diplomática norte-americana, com vistas a uma visita de Jânio aos EUA antes das eleições, o que não se concretizou.¹³⁶

A decisão de Jânio de visitar Cuba confundiu ainda mais a opinião pública brasileira, visto o caráter notoriamente conservador de sua candidatura, que tinha a apoiá-la a máquina da UDN de Carlos Lacerda, o político mais de Jânio, que visava eliminar o rótulo de ‘entreguista’, situando a posição do candidato mais à esquerda”.¹³⁷

A viagem foi articulada pelo Deputado Paulo de Tarso Santos, por intermédio do Embaixador cubano no Brasil, Rafael García.¹³⁸ Em memorando a Jânio Quadros, um dos principais coordenadores da campanha janista, Afonso Arinos de Melo Franco, ao mesmo tempo em que deixava claro que a viagem seria “muito mais um acontecimento de *política interna* brasileira do que da *política externa* continental”, recomendou-lhe manifestar, durante a visita, “solidariedade com a América Latina nas novas reivindicações do pan-americanismo; confiança nas instituições vigentes para levá-las a bom termo; propósito de reintegrar Cuba no convívio continental reaproximando Havana de Washington, firme posição ao lado do Ocidente democrático”.¹³⁹

“Para evitar suscetibilidades e garantir os objetivos políticos”, como afirma Tânia Quintaneiro, Afonso Arinos “achou conveniente informar a maioria dos embaixadores dos países americanos no Brasil sobre os motivos da viagem e pedir-lhes opiniões a respeito”. A conversa mais importante deu-se com o Embaixador dos EUA, John Moors Cabot, para quem Fidel Castro não era comunista, “mas que tampouco sabia até que ponto ele poderia resistir às pressões soviéticas”. Em 9 de março, mesmo dia em que Jânio aceitou o convite de Fidel para ir à ilha, Cabot informou a Arinos que o Governo dos EUA somente tomaria alguma atitude contra

¹³⁶ *Ibid.*, pp. 59-60.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 33.

¹³⁸ Cf. Melo Filho, 1999, p. 306.

¹³⁹ Franco, 1968, p. 462; grifos no original.

Cuba “diante de um possível desrespeito aos tratados interamericanos. Caso isso ocorresse, então, os EUA fariam funcionar a máquina política e diplomática continental ‘para garantir a segurança da América’”.¹⁴⁰ Com relação à visita do candidato presidencial brasileiro a Cuba, o Embaixador norte-americano classificou-a de “inoportuna”.¹⁴¹

A visita de Jânio Quadros a Cuba realizou-se de 29 a 31 de março de 1960. Buscando dar o máximo de publicidade à excursão, descrita posteriormente como um verdadeiro “trem da alegria”,¹⁴² Jânio fez-se acompanhar de uma numerosa comitiva, que incluiu seis parlamentares, dois assessores e 14 jornalistas.¹⁴³ O *Super Constellation* da Varig, que havia partido no dia 28 do Rio de Janeiro, seguiu para São Paulo, onde a esposa de Jânio e sua filha, D. Eloá e Dirce Maria, se juntaram à comitiva. Em seguida, o avião fez escala em Fortaleza (CE), onde Jânio, que queria ver *in loco* os estragos causados pelo transbordamento do açude de Orós, foi recebido no aeroporto pelo Governador Virgílio Távora e seu secretariado, além de um grupo de empresários, partindo, depois, para o Caribe, via Belém do Pará. A viagem foi bastante animada: anos depois, um dos membros da comitiva de Jânio, o jornalista Murilo Melo Filho, lembrou: “Bebeu-se tanto uísque nessa viagem que um dos companheiros, hoje já morto, desceu em Havana numa padiola, em estado de coma alcoólica, sendo levado para um hospital, onde ficou durante três dias, reincorporando-se depois à comitiva”.¹⁴⁴

O avião pousou em Havana uma hora antes do previsto. No aeroporto, uma multidão entusiasmada aguardava o político brasileiro, o primeiro líder estrangeiro a visitar Cuba desde o triunfo da revolução. Ao chegar ao local para receber o visitante ilustre, com uma hora de atraso, o líder cubano cumprimentou Jânio que, de chapéu e segurando duas maracas, pousou para fotografias ao lado de um grupo de cantores que entoavam um mambo em louvor a Fidel e a seu visitante.¹⁴⁵ Jânio declarou que tinha vindo conhecer a revolução que era “a admiração do mundo”, expressando depois, à imprensa cubana, seu compromisso de que, se

¹⁴⁰ *Apud* Quintaneiro, *op. cit.*, p. 32.

¹⁴¹ Cf. Arinos Filho, 2001, p.129.

¹⁴² Cf. Arnt, 2004, p. 131.

¹⁴³ Formavam a comitiva: Senador Afonso Arinos (UDN); deputados Castilho Cabral, Paulo de Tarso (PDC), Francisco Julião (PSB), Juraci Magalhães Jr. (UDN), Murilo Costa Rêgo (PTB), José Aparecido e Augusto Marzagão (secretários particulares de Jânio), jornalistas João Dantas, Carlos Castello Branco, Villas-Boas Corrêa, Hélio Fernandes, Carlos Mesquita, Márcio Moreira Alves, Moniz Bandeira, Fernando Sabino, Rubem Braga e Murilo Melo Filho, cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 32, nota 47; Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1973, pp. 402-3, 406; *Revolución*, 30, 31 de março e 4 de abril de 1960; *El Mundo*, 31 de março de 1960; *Prensa Libre*, 3 de abril de 1960. O Bispo de Santo André, D. Jorge Marcos de Oliveira, foi incluído na comitiva, mas declinou do convite, alegando razões de saúde, cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 61. Segundo Vasco Leitão da Cunha (*op. cit.*, p. 221), a visita deveria durar uma semana, mas foi encurtada, pois Jânio achou que não recebeu a atenção que queria.

¹⁴⁴ Melo Filho, *op. cit.*, p. 307.

¹⁴⁵ *Ibid.*, pp. 307-8.

fosse eleito, faria no Brasil a reforma agrária. Prometeu, ainda, estudar a realização de pactos sociais, educacionais e econômicos entre Brasil e Cuba.¹⁴⁶ Fidel divertiu-se ao saber que o símbolo da campanha janista era uma vassoura, tendo recordado que este fora também o símbolo eleitoral de Eduardo Chibás, líder do Partido Ortodoxo, ao qual Castro era filiado antes da revolução.¹⁴⁷

Após a recepção no aeroporto, os dois líderes se dirigiram, no Cadillac de Fidel Castro, até o Hotel *Habana Riviera*, que pouco antes fora expropriado pelo Governo revolucionário. No caminho, Fidel sondou Jânio sobre uma projetada conferência dos países subdesenvolvidos a ser realizada em Havana. O ex-Governador de São Paulo afirmou que a OPA era incompatível com a projetada conferência, ao que Fidel respondeu que não pudera cuidar da OPA por causa de suas ocupações em assuntos mais urgentes e graves no plano interno. Jânio retorquiu, ao mesmo tempo em que louvou a iniciativa cubana de convocar uma conferência para combater o subdesenvolvimento no mundo, afirmando que essa luta deveria começar pela América. Em resposta, Fidel disse que apenas os países de outros continentes haviam aceitado participar da dita conferência, pois “os meus irmãos e vizinhos da América Latina não puderam ter suficiente independência para fazer o mesmo”.¹⁴⁸ Durante a conversa que manteve com Jânio, Fidel Castro sugeriu o envio de uma missão comercial cubana ao Brasil, mostrando-se interessado na produção brasileira de tratores. Também queixou-se da influência dos EUA em Cuba antes da revolução, enquanto solicitava maiores informações sobre a tragédia de Orós.¹⁴⁹ Segundo Castilho Cabral, “Fidel enumerava a Jânio os produtos de exportação de Cuba e quando terminou, Raul, que estava sentado ao meu lado, acrescentou em voz baixa, como que falando para consigo mesmo: ‘y revolución’”.¹⁵⁰

Seguindo a programação, Jânio depositou uma coroa de flores no túmulo de José Martí, sendo ovacionado pela multidão ali presente. A seguir, visitou o Presidente cubano, Osvaldo Dorticós, ocasião em que demonstrou bastante interesse pelos sistemas educacional e de saúde de Cuba. Ao encontrar-se com o chefe da Igreja Católica no país, ouviu dele “peremptórias declarações” sobre o caráter não comunista do Governo revolucionário, fazendo junto ao prelado a defesa da reforma agrária. Como afirma Murilo Melo Filho, durante toda a visita Jânio não escondeu sua

¹⁴⁶ Cf. *Revolución*, 30 e 31 de março de 1960 e *El Mundo*, 31 de março de 1960.

¹⁴⁷ Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, p. 84.

¹⁴⁸ *Apud* Melo Filho, *op. cit.*, p. 309.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 310.

¹⁵⁰ Cabral, 1962, p. 189.

admiração pelo que via. Falando a Paulo de Tarso, disse: “Estamos diante de uma obra gigantesca e de um homem formidável. E o melhor é que uma e outro são autênticos”.¹⁵¹

Durante a visita, ocorreu um fato paralelo que teria profundas repercussões, anos depois, para as esquerdas brasileiras. Um dos membros da comitiva janista, o líder das Ligas Camponesas, Clodomir de Moraes, entregou ao Comitê Central do Partido Socialista Popular (PSP) cubano uma mensagem de Luiz Carlos Prestes, na qual o Secretário-Geral do PCB pedia a interferência do PSP junto a Fidel Castro para que este cessasse o debate público com o Marechal Lott, que era apoiado pelos comunistas brasileiros. A mensagem, verdadeira “operação cala-boca” do líder cubano, causou irritação no PSP. A questão foi resolvida salomonicamente por Davi Capistrano da Costa, membro do Comitê Central do PCB, que sugeriu a criação de comitês de solidariedade a Cuba pelas Ligas Camponesas, enquanto o partido prosseguiria apoiando Lott na eleição presidencial.¹⁵² A sugestão foi aceita. Iniciou-se, assim, o relacionamento entre Cuba e as Ligas Camponesas, relação que deixaria marcas profundas na política brasileira nos anos seguintes.

Enquanto isso, em conversa com os jornalistas brasileiros que acompanhavam Jânio, Fidel Castro aproveitou a oportunidade para aprofundar alguns pontos da agenda bilateral. Ao se referir à recusa do Governo brasileiro em participar da já mencionada conferência dos países subdesenvolvidos, manifestou sua esperança de que o Brasil viesse a reconsiderar a decisão, enfatizando a identidade entre sua política externa e a proposta da OPA, bem como o caráter internacionalista da Revolução Cubana: “Achamos apenas que não pertencemos somente à América, mas a todo o mundo. Daí a nossa tentativa de alargar, no âmbito mundial, aquilo que o Presidente Juscelino Kubitschek quis fazer no plano continental”. Negou que Cuba fosse comunista (“Dize-me quem acusa e eu te direi por quê”) e irritou-se com uma pergunta sobre a supressão das liberdades públicas em Cuba. Questionado sobre a deterioração das relações com os EUA e as pressões econômicas por parte de Washington, advertiu: “Se os americanos rejeitarem o nosso açúcar, não faltarão outros amigos que o queiram”.¹⁵³

Na entrevista, Fidel declarou que o Pacto do Rio de Janeiro era agressivo a Cuba, porque servia aos interesses de seus inimigos e cogitou do rompimento com este. Fidel irritou-se com uma pergunta do escritor Fernando Sabino, também presente na roda de imprensa, sobre o misterioso desaparecimento do Comandante Camilo Cienfuegos, ocorrido no ano

¹⁵¹ *Apud* Melo Filho, *op. cit.*, pp. 310-1.

¹⁵² Cf. Mir, 1994, pp. 35-6.

¹⁵³ *Apud* Melo Filho, *op. cit.*, pp. 311-2.

anterior.¹⁵⁴ Mostrando-se nitidamente desconfortável com a indagação, Fidel considerou-a ofensiva à dor que sentia pela perda do companheiro de armas e amigo. Apesar desse incidente, a entrevista transcorreu em clima cordial e amistoso.¹⁵⁵

À noite, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha ofereceu uma recepção para cerca de 300 convidados no prédio da Embaixada, programada para reunir, além dos visitantes brasileiros, os três principais comandantes da Revolução Cubana – Fidel, Raúl Castro e “Che” Guevara. A presença do *Líder Máximo* cubano só foi confirmada na última hora, visto que Fidel inicialmente se recusara a comparecer ao prédio, devido à presença de um grande número de asilados na Embaixada. O impasse foi solucionado com um telefonema de “Che” Guevara a Fidel, que concordou em participar da recepção, tendo viajado para isso cerca de 200 km.¹⁵⁶

A recepção foi bastante tumultuada, pois a Embaixada brasileira estava tomada por centenas de pessoas. Os incidentes começaram antes mesmo do esperado jantar. Quando se preparava para partir do hotel, Jânio descobriu que seu terno, trazido por ele especialmente para a ocasião, havia sido levado por alguém como “*recuerdo*”. Aborrecido, ele foi à recepção e queixou-se do furto, tendo conversado longamente com “Che” Guevara, acompanhado por Márcio Moreira Alves, Moniz Bandeira, Rubem Braga, Paulo de Tarso e Murilo Melo Filho.¹⁵⁷

Jânio se proclamara um admirador da Revolução Cubana, mas isso não significava que iria aderir incondicionalmente às propostas de Fidel. Durante a recepção, o *Líder Máximo* voltou a indagar o candidato presidencial brasileiro sobre sua projetada conferência dos países subdesenvolvidos. O Senador Afonso Arinos explicou a Fidel que Jânio não tinha interesse na reunião, pois temia que os países americanos pudessem ficar em minoria frente ao grande número de Estados asiáticos e africanos e, portanto, sujeitos a aceitar decisões desfavoráveis.¹⁵⁸ Em dado momento, Jânio referiu-se a Arinos como “meu Ministro”, o que aparentemente causou certo constrangimento a Castilho Cabral, João Dantas e a Leitão da Cunha, todos cotados pela imprensa para assumirem a pasta das Relações Exteriores no futuro Governo Jânio.¹⁵⁹

¹⁵⁴ Em 29 de outubro de 1959, o pequeno avião Cessna que transportava Camilo Cienfuegos desapareceu, no caminho para Havana, após aquele ter participado da prisão do comandante dissidente Huber Matos em Camaguey, no sul da ilha. O regime castrista afirmou que se tratou de uma sabotagem de contra-revolucionários apoiados pelos EUA, cf. Thomas, *op. cit.*, p. 988.

¹⁵⁵ Cf. Melo Filho, *op. cit.*, p. 312.

¹⁵⁶ Cf. Cunha, *op. cit.*, p. 220.

¹⁵⁷ Cf. Melo Filho, *op. cit.*, p. 313.

¹⁵⁸ Cf. Abreu, Beloch et alli, *op. cit.*, p. 1762.

¹⁵⁹ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 63.

Ao contrário de “Che” Guevara que, para espanto de Jânio, declarou-se expressamente marxista-leninista,¹⁶⁰ Fidel mostrou-se bastante cauteloso em suas declarações. Após ter de repetir sete vezes sua saudação a uma emissora de televisão paulista (as luzes da câmera insistiam em queimar), o *Líder Máximo* respondeu afirmativamente à pergunta de se era católico – portava um crucifixo no peito e tinha um sacerdote ao seu lado – e posava para fotos ao lado de Jânio e “Che”. Minutos depois, outro incidente insólito ocorreria, quando Fidel percebeu que tinha esquecido sua pistola, presente pessoal do Vice-Primeiro-Ministro soviético Anastas Mikoyan, no banheiro da Embaixada. Realizou-se uma intensa busca no prédio, mas somente foi encontrado o coldre da arma, jogado ao chão.¹⁶¹

Sumiços à parte, Murilo Melo Filho relata que, nessa ocasião, ocorreu uma “estranha conversa” entre Fidel Castro e Jânio Quadros, da qual foram testemunhas o Chanceler cubano Raúl Roa, Raúl Castro, “Che” Guevara, Osvaldo Dorticós, o Senador Aduino Lúcio Cardoso, Vasco Leitão da Cunha, Afonso Arinos e os deputados Castilho Cabral e Cid Sampaio. Nessa conversa, Fidel narrou um episódio ocorrido um ano antes, em julho de 1959. A julgar por seu conteúdo, é de presumir-se que teria impressionado sobremaneira Jânio, e pode-se especular se teve uma influência decisiva nos fatos que sucederiam depois no Brasil. Disse ele a Jânio:

– Imagine o senhor, Dr. Jânio, que logo após a vitória da revolução, nós queríamos nacionalizar uma empresa americana e o Dr. Manuel Urrutia, que havíamos empossado na Presidência da República, era contra. Queríamos encampar uma indústria estrangeira e o Dr. Urrutia se opunha. O senhor sabe o que fiz, Dr. Jânio? Eu renunciei ao meu cargo de primeiro-ministro. Quando o povo tomou conhecimento da minha renúncia, veio aqui para a frente, nesta praça enorme, e acampou durante três dias e três noites, exigindo a minha volta. Eu então voltei ao meu cargo de primeiro-ministro, demiti o Dr. Urrutia, mandei-o para Miami e nomeei o Dr. Oswaldo Dorticós, que está aqui ao nosso lado, para a Presidência da República.¹⁶²

No dia seguinte, Jânio retornou ao Rio de Janeiro, com escalas em Caracas e Recife. A viagem a Cuba lhe causara uma profunda impressão e influenciaria os rumos da eleição presidencial no Brasil. Nas palavras de Murilo Melo Filho: “O Jânio que foi a Cuba era um candidato derrotado e

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 62.

¹⁶¹ Cf. Melo Filho, *op. cit.*, pp. 313-4. Segundo Vasco Leitão da Cunha (*op. cit.*, p. 220), a pistola foi encontrada e devolvida a Fidel no dia seguinte.

¹⁶² *Apud* Melo Filho, *op. cit.*, p. 314.

pessimista. O Jânio que voltou de Cuba era outro candidato bem diferente: animado e otimista, certo de que ia ganhar a eleição”.¹⁶³

Na passagem por Caracas, prevista para durar algumas horas mas que acabou se prolongando por dois dias, Jânio foi homenageado com almoço pelo Presidente Rómulo Betancourt. A conversa girou em torno da América Latina e, particularmente, de Cuba. Betancourt, um inimigo radical de Fidel, não deixou boa impressão no visitante, não escondendo de Jânio seu apoio a medidas coercitivas contra Havana e irritando-o profundamente ao dizer-lhe, em um lampejo de sinceridade: “*Mira, Jânio, Fidel es un hombre muy peligroso. No es un demagogo como tú y yo...*”. Durante sua permanência na Venezuela, Jânio encontrou-se ainda com um grupo de exilados portugueses antissalazarista, liderados pelo ex-Capitão do Exército português Henrique Galvão, a quem Jânio acenou com a possibilidade de asilo no Brasil (alguns meses mais tarde, Galvão iria cobrar de Jânio a oferta de asilo, ao sequestrar o navio *Santa Maria*).¹⁶⁴

O entusiasmo de Jânio pela revolução de Fidel Castro parecia não ter limites. Em julho de 1960, em plena campanha presidencial, ele declarou aos jornalistas, renunciando a política que seria adotada pelo Brasil em relação a Cuba:

Vejo em Cuba o justo e poderoso anelo de um povo buscando a sua emancipação econômica e social. Um povo em pleno processo de afirmação nacional, órfão de compreensão e de estímulo. A tragédia cubana, que gerou a figura entre heróica e romântica de seu condutor, ameaça todo o sistema continental. Desejo, portanto, afirmar que não prevalece, no mundo contemporâneo, o regime das sanções políticas, militares e econômicas. Tal método acha-se recolhido ao museu dos arcaísmos diplomáticos. Cuba não reclama pressão nem justifica sanção de qualquer espécie. Cuba exige compreensão. Não se cuide de puni-la, mas de auxiliá-la: hostilizá-la no Continente corresponderá seguramente a compeli-la a procurar ajuda e segurança fora do hemisfério.¹⁶⁵

Se, para Jânio, a ida à ilha foi um momento particularmente importante de sua campanha presidencial, em Cuba sua visita também teve um significado especial. Era a primeira vez que um líder latino-americano visitava a ilha depois da revolução, e apenas dois meses após a de Mikoyan, em fevereiro. Para o Governo de Havana, a vinda do dirigente soviético e do

¹⁶³ *Ibid.*

¹⁶⁴ A passagem de Jânio por Caracas e o caso do *Santa Maria* são narrados em Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 65-6.

¹⁶⁵ *Ibid.*, pp. 131-3.

candidato brasileiro simbolizava o contato com os dois eixos principais da política externa revolucionária cubana: para o Leste, em direção aos países do bloco socialista; e para o Sul, rumo aos países em desenvolvimento.

Nos anos seguintes, esses dois eixos se sobreporiam nas políticas externas tanto de Cuba quanto do Brasil.

1.2.6. *Aprensões no Brasil*

De volta ao Brasil, o Senador Afonso Arinos, um dos principais coordenadores da campanha de Jânio e seu futuro Chanceler, procurou tranquilizar os parlamentares brasileiros sobre os motivos da visita, afirmando que a presença do comunismo em Cuba não era proporcional à atenção que se dava ao assunto. Falando no Senado, Arinos buscou minimizar as influências externas no processo político daquele país, salientando o “caráter tipicamente cubano da revolução”. Seu discurso foi moderado e simpático à Revolução Cubana.¹⁶⁶

Apesar desses esforços de Afonso Arinos em contrário, o próprio Jânio parecia querer transmitir uma imagem de adepto entusiasmado da revolução castrista, fazendo pouco caso das acusações de comunismo que lhe eram imputadas. Jânio não poupou elogios ao Governo cubano, o qual classificou de “honesto e operoso”, declarando: “Este Governo [o de Castro] está revelando absoluto respeito pelas normas jurídicas (...). As pessoas que o chamam de governo comunista revelam desconhecimento ou má fé”.¹⁶⁷ Questionado sobre os fuzilamentos sumários de adversários do novo regime em Cuba, ele fez a seguinte declaração: “Inicialmente, o sumário dos fuzilamentos ocorre por conta de quem fez a pergunta. Todos os fuzilados foram julgados por um tribunal revolucionário e eu não li os processos, mas eram realmente criminosos”.¹⁶⁸

Nesse meio tempo, a agência central de inteligência dos EUA (CIA) detectava uma “mudança de opinião” do Brasil em direção a uma visão mais positiva sobre Cuba. Em documento datado de 18 de abril de 1960, citando a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, a agência norte-americana afirmava que, desde o retorno de Jânio de sua visita a Cuba, em 5 de abril, estava ocorrendo um distanciamento da opinião pública brasileira em relação à

¹⁶⁶ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 32.

¹⁶⁷ *Apud* Chaia, 1992, p. 176. Ver também Arnt, *op. cit.*, p. 133.

¹⁶⁸ *Apud* Chaia, *op. cit.*, p. 189. A admiração de Jânio pela Revolução Cubana e pelo regime castrista não parece ter arrefecido com o tempo. Escrevendo nos anos 70, ele consideraria “a nacionalização das refinarias yankees” e a “reforma agrária desapropriando ou confiscando os latifúndios” como “imprescindíveis à essência das próprias reformas de base, sem as quais qualquer revolução não teria sentido”, Quadros, 1972, p. 358.

“quase universal condenação” ao regime de Fidel Castro, no sentido de uma “reavaliação”, essencialmente favorável, do mesmo. O documento também comentava o discurso de Afonso Arinos no Senado em 13 de abril, que enaltecera a “autenticidade” da revolução e minimizara a influência comunista no regime cubano. Referindo-se à matéria do *Jornal do Brasil* do dia 12, o documento afirmava que jornalistas que acompanharam Jânio a Cuba haviam sugerido que os serviços telegráficos internacionais estavam apresentando uma imagem “distorcida e injusta” do regime de Havana. A propósito do esforço de Jânio em desvincular-se da imagem de “lacaio de Wall Street”, a CIA informava que sua decisão de aceitar o convite para visitar a ilha havia “alienado muitos aliados conservadores” e, inclusive, dirigentes sindicais, que viram nela “mais um exemplo de instabilidade emocional” do então candidato opositorista à Presidência.¹⁶⁹

Um mês depois, em 16 de maio, outro documento da CIA chamava a atenção para a decisão do Governo Kubitschek de restringir a visita ao Brasil do Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, em virtude do temor do Itamaraty de que este a utilizasse, particularmente durante sua estada no Rio de Janeiro, para fazer propaganda da Revolução Cubana. O documento afirmava que esse temor provavelmente havia sido intensificado por recentes informes do Embaixador Vasco Leitão da Cunha, o qual avisara ao Itamaraty no final de abril que, “se Fidel Castro não repudiar o comunismo em seu discurso do 1º de Maio, seria necessário concluir que os comunistas tinham assumido as rédeas do poder em Cuba”. No mesmo documento, a CIA informava que as autoridades brasileiras estavam provavelmente receosas de que Jânio Quadros organizasse uma recepção calorosa a Dorticós no Rio de Janeiro, e que isso pudesse levar a distúrbios.¹⁷⁰ A simpatia do Governo brasileiro para com o regime de Havana também não foi suficiente para impedir que o Itamaraty fizesse planos para expulsar do País o diplomata cubano José Vega, como resultado de seus contatos com os comunistas locais, de acordo com a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro.¹⁷¹

A atitude positiva do Governo JK em relação à Revolução Cubana não impediu que o serviço secreto brasileiro à época, o SFICI (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações), criado em 1956, mostrasse preocupação quanto às manifestações de apoio ao regime de Fidel Castro. Apesar de JK ter sido eleito com o apoio do PCB, era inegável que o tema do comunismo não escapara à atenção das autoridades brasileiras e, nesse

¹⁶⁹ Documento CSI-1998-00005, com data de 18 de abril de 1960, disponível no sítio <<http://www.foia.cia.gov>>.

¹⁷⁰ Documento CSI-1998-00005, com data de 16 de maio de 1960, *ibid.*

¹⁷¹ Documento CSI-1998-00005, com data de 12 de julho de 1960, *ibid.*

sentido, o SFICI se mostrava particularmente vigilante. Entre seus alvos, estavam os estudantes, que organizavam manifestações de “solidariedade ao antiimperialismo cubano”, seja mediante um convite dos formandos de Direito de Goiás a Fidel Castro para paranimfar a turma de bacharelandos de 1960, seja por meio de uma “greve vitoriosa de estudantes de economia do RS, com o objetivo de forçar o Itamaraty a conceder vistos [...] aos jovens cubanos convidados àquele certame. [...]”. Em todos esses movimentos, os agentes do SFICI, precursor dos serviços de informações brasileiros, enfatizavam a participação dos representantes diplomáticos cubanos no Brasil: “A ligação da Embaixada de Cuba com os movimentos de agitação que se desenvolvem no Brasil é inequívoca, pela participação ostensiva que vem mantendo junto aos sindicatos e organizações estudantis que, por qualquer motivo, apresentam-se prontos a defender a revolução cubana”.¹⁷²

O interesse do SFICI pelas manifestações pró-Fidel Castro aumentou bastante durante o ano de 1960. Em 21 de novembro, um informe comentava que, durante um comício realizado pelos estudantes na Praça dos Trabalhadores, no bairro carioca de Padre Miguel, “foi anotado o carro da Embaixada de Cuba, [placa] CD-15, transportando pessoas ao referido local, inclusive o presidente da UBES [União Brasileira de Estudantes Secundaristas], Jarbas Santana”.¹⁷³ Para o serviço de informações do Governo JK, sinais como esse eram claros indícios de um plano subversivo com apoio externo: “[...] Os estudantes, em íntima associação aos trabalhadores, vêm emprestando apoio absoluto aos seus movimentos, de rebelião contra as autoridades e a lei, nitidamente inspirados em orientação de Cuba e da própria URSS”.¹⁷⁴ Quando do lançamento do livro de “Che” Guevara, *A Guerra de Guerrilhas*, o serviço de espionagem brasileiro teve acesso a trechos da obra, antes mesmo de sua publicação no Brasil. Na ocasião, o relatório do SFICI, de setembro de 1960, alertava que “o livro é uma fina atração, especialmente para as massas populares insatisfeitas”.¹⁷⁵

Uma vez eleito, Jânio foi logo sondado sobre o problema de Cuba pelo Governo dos EUA, que considerou “encorajadora” sua eleição à Presidência da República, já que o candidato adversário, o Marechal Lott, era tido como um dos elementos “mais anti-ianques” do Brasil. O Presidente Eisenhower manifestou seu interesse em receber Quadros para “trocar idéias” com o novo mandatário brasileiro, aceitando sugestão do Secretário de Estado Christian Herter. Em memorando de 29 de outubro de

¹⁷² *Apud* Figueiredo, 2005, p. 74.

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 79.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 97.

1960 a Eisenhower, Herter apresentou como “essencial” o papel do Brasil no conflito com Cuba.¹⁷⁶

A partir de 1961, ano em que tomariam posse os novos chefes de Estado do Brasil e dos EUA, a questão de Cuba se mostraria cada vez mais relacionada à conjuntura política dos países latino-americanos, a ponto de tornar-se praticamente uma questão de política interna desses países. O apoio das esquerdas e de parcela significativa da opinião pública, latino-americana e mundial, ao processo revolucionário de Cuba, demonstrava-se em declarações como a do filósofo francês Jean-Paul Sartre, em visita ao Brasil: “Cuba representa a primeira tentativa de uma nação latino-americana para atingir a independência total, sem a tutela de ninguém. Para que a Revolução Cubana assuma sua plena significação, será necessário à América Latina considerar o curso dos acontecimentos em Cuba como se fosse em seu próprio país”.¹⁷⁷ Em outras palavras, dizia o pai do Existencialismo, “é preciso que os cubanos triunfem, ou perderemos tudo, até mesmo a esperança”.¹⁷⁸ Desse momento em diante, como afirma Tânia Quintaneiro, “a política externa de alguns países latino-americanos não só acompanhará as mudanças no itinerário da Revolução, como também espelhará a radicalização ideológica que o processo cubano desencadeia no interior dessas sociedades”.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Na opinião de Herter, “O bem e a cooperação do Brasil são essenciais para que lidemos com problemas hemisféricos, especialmente a ameaça de subversão comunista e a influência de Castro...”, *ibid.*, nota 49; a confiança do Governo Kennedy em Jânio é descrita por Gordon, 2002, p. 316.

¹⁷⁷ *Apud* Sweezy & Huberman, *op. cit.*, 1961, p. 7.

¹⁷⁸ *Apud* Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 177.

¹⁷⁹ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 33.



Capítulo II

O Governo Jânio Quadros e a Questão Cubana

2.1. Fundamentos da PEI

2.1.1. *Em busca de um lugar na Guerra Fria*

Durante o breve Governo de Jânio Quadros (de 31/1/1961 a 25/8/1961), com Afonso Arinos de Melo Franco à frente do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil procurou afastar-se da bipolaridade Leste-Oeste que caracterizava as relações internacionais desde 1945. Guiada pelos objetivos do desenvolvimento nacional, a Diplomacia brasileira buscou diversificar seus parceiros comerciais, sem contudo romper os laços políticos e culturais que a vinculavam ao hemisfério ocidental, desenvolvendo o que seria batizado de um “neutralismo potencial”. Isso levou o Brasil a aproximar-se dos países socialistas, bem como dos Estados recém-independentes da África e da Ásia, os quais formaram em 1961 o bloco dos Não Alinhados.¹⁸⁰

Nesse sentido, a política externa inaugurada pelo Governo Jânio Quadros, batizada de Política Externa Independente (PEI), representou uma ampliação da linha empreendida por seu antecessor, em direção a uma orientação diplomática mais universal. Por meio dessa política, o Brasil buscava ampliar a “barganha nacionalista” do período Vargas,

¹⁸⁰ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 264. Para uma visão abrangente sobre a PEI, ver Cruz, 1989, pp. 65-78. Ver também Vizontini, *op. cit.*, 2004a, pp. 211-3; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310. Ver também o artigo de Quadros (1961).

caracterizada pela busca de uma “autonomia na dependência”, rompendo com a postura de “dependência relativa passiva frente aos Estados Unidos” e de “subserviência político-diplomática”. Desse modo, a nova política externa brasileira, “calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul”. Assim, “diferentemente da OPA de Juscelino Kubitschek, que priorizava o contexto hemisférico”, a PEI “partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil”.¹⁸¹

Segundo observam Cervo & Bueno, a elaboração da PEI beneficiou-se de um contexto internacional bastante favorável, estando relacionada à questão cubana:

Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois se aproveitou do receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. [...] Ao enfatizar o direito que têm os povos à autodeterminação, reivindicava-se para o país mais liberdade de movimentos no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais.¹⁸²

Em artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*, Jânio Quadros expôs o caráter e os objetivos da nova política exterior do Brasil. Afirmando que o interesse demonstrado pela posição brasileira nos assuntos mundiais constituía uma prova da presença de “uma nova força no palco mundial”, Quadros sugeria que o país abandonasse uma “diplomacia subsidiária e inócua” de uma nação alinhada a “interesses válidos porém alienígenas” para colocar-se na linha de frente das relações internacionais, em uma posição compatível com seu desenvolvimento nacional.¹⁸³

Embora reconhecendo a filiação do Brasil ao hemisfério ocidental, devido a “ideais comuns de vida e organização”, Quadros ressaltava que não se poderiam ignorar os pontos em comum entre o Brasil e os países vizinhos da América Latina, bem como com os povos recém-emancipados

¹⁸¹ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310. A respeito da ruptura com a política exterior dos governos brasileiros anteriores, Vizentini (*op. cit.*, 2002a, p. 215) descreve o Governo Dutra como “um dos governos que mais se submeteu aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos”, identificando na PEI uma concepção de “Brasil-Potência”, que seria retomada pelo regime militar.

¹⁸² Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 310.

¹⁸³ Cf. Gordon, *op. cit.*, 2002, p. 317; Silva, *op. cit.*, 1975, p. 59; Denys, 1980, p. 97; *El Mundo*, 29 de agosto de 1961; Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 329; Felizardo, 1988, p. 38; Barbosa, 2002, p. 104.

da Ásia e da África, cuja emergência no cenário internacional estava na origem do reajustamento da política exterior brasileira. O Brasil tinha interesse em ampliar seu leque de relações, e isso significava adotar uma política externa independente de qualquer filiação a esta ou àquela potência, ao mesmo tempo em que se reafirmava o compromisso brasileiro com os ideais democráticos. Assim, em uma retórica que o aproximava do recém-formado bloco dos Não Alinhados, ele propunha a formação de uma “frente única” de nações subdesenvolvidas. Enfatizando o desafio apresentado pelo bloco comunista e a necessidade de enfrentá-lo, Quadros contrapunha ao “planejamento comunista” o “planejamento democrático” como meio de promover o desenvolvimento e a prosperidade das economias nacionais, advertindo sobre os perigos que tal desafio representava para a própria existência do sistema político do mundo ocidental.¹⁸⁴

Subjacente a esse diagnóstico algo sombrio do desafio comunista encontrava-se a noção de que a enorme desigualdade Norte-Sul poderia tornar inviável a solidariedade entre os países ricos e pobres, e que daí decorria um sentimento de solidariedade do Brasil com os países assolados pela pobreza e em luta contra interesses imperialistas. Tal ponto de vista naturalmente conduzia a uma revisão da tradicional posição brasileira em relação ao colonialismo, que até então tinha sido de apoio às potências coloniais européias. Deve-se, porém, lembrar que, embora o Brasil se identificasse com a luta de libertação das colônias africanas, o país se absteve de condenar o colonialismo português na África, devido aos “laços fraternais” que uniam os governos do Brasil e de Portugal.¹⁸⁵ A desigualdade social e econômica constituía uma ameaça à manutenção da solidariedade dos países subdesenvolvidos com os mais desenvolvidos do Norte. Daí a imprescindibilidade do planejamento econômico estatal.¹⁸⁶

Visto isso, a tarefa da Diplomacia brasileira deveria ser a de dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da *autodeterminação* e da *não intervenção*. Em nenhuma outra questão internacional a defesa desses princípios se fazia mais presente do que na questão de Cuba. A esse respeito, Quadros reafirmava a defesa intransigente da soberania cubana pelo Brasil contra interpretações de um fato histórico “*a posteriori*”, com todas as consequências que daí poderiam advir para a Diplomacia brasileira: “Ao defender com intransigência a soberania de Cuba contra interpretações de um fato histórico que não pode ser controlado *a posteriori*, acreditamos

¹⁸⁴ O artigo, publicado na edição de outubro de 1961 da revista, e intitulado “*Brazil’s New Foreign Policy*”, foi escrito pouco antes da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, ocorrida em 25 de agosto de 1961. Encontra-se transcrito na íntegra, em inglês e em português, em Quadros Neto & Gualazzi, 1996, pp. 99-116.

¹⁸⁵ Ver Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 319-321; e Saraiva, 1996, pp. 76-89.

¹⁸⁶ Cf. Quadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, p. 111.

que estamos ajudando a despertar o Continente para a verdadeira compenetração de suas responsabilidades. Nós sustentamos nossa posição a respeito de Cuba, com todas as suas implicações".¹⁸⁷

O artigo elogiava a iniciativa do programa de ajuda da Aliança para o Progresso, considerado um passo importante rumo à revisão da política continental "clássica e inoperante" dos Estados Unidos, reconhecendo a atração exercida pela técnica comunista sobre os países subdesenvolvidos. A propósito das pressões do Governo norte-americano no sentido de medidas coletivas contra Cuba, o artigo lembrava que o Brasil tinha poucas obrigações internacionais, estando ligado somente por pactos e tratados de assistência continental que o comprometiam a solidarizar-se com qualquer membro do hemisfério vítima de uma agressão extracontinental. O Brasil não era membro da OTAN e não estava obrigado a tomar posição na Guerra Fria entre Ocidente e Oriente. Logo, estava em uma posição de seguir sua própria orientação nacional para agir em defesa da paz e da diminuição da tensão internacional. Desse modo, Jânio antecipava a posição que seria adotada pela delegação do Brasil com relação a Cuba em Punta del Este, no ano seguinte.¹⁸⁸

Com base nessa postura independente da Diplomacia brasileira, Jânio preconizava o estabelecimento de relações normais com *todos* os países, inclusive com os países do bloco comunista. Norteadando esta linha de conduta, estavam os interesses comerciais do Brasil, a busca de novos mercados para os produtos brasileiros. Nesse processo, em que não somente a lealdade do Brasil ao regime democrático como sua própria sobrevivência como nação dependiam da solução de seus problemas econômicos, a política externa brasileira constituía um instrumento da política de desenvolvimento nacional.¹⁸⁹ Durante o ano de 1961, o interesse comercial do Brasil pelos países da Europa Oriental refletiu-se no aumento de suas representações diplomáticas nos países da região. Assim, foram restabelecidas relações com Hungria, Romênia e Bulgária (31 de março) e com a Albânia (4 de abril).¹⁹⁰

Tal posicionamento equidistante do Brasil em relação ao confronto ideológico da Guerra Fria exigiu uma revisão das relações com os EUA, até então caracterizadas pelo "alinhamento automático", em direção a uma atuação diplomática mais universal e ecumênica. Isso implicava certo distanciamento dos parâmetros de política externa estabelecidos desde a época do Barão do Rio Branco, em particular no que dizia respeito

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 112.

¹⁸⁸ *Ibid.*, pp. 114-5.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 115.

¹⁹⁰ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 317. Para a relação entre desenvolvimento e uma postura diplomática universalista, ver Vizontini, *op. cit.*, 2004a, p. 208.

à “aliança não escrita” entre o Brasil e os EUA. Isso se expressaria, nas relações com Cuba, em uma atitude de defesa intransigente da soberania e da autodeterminação do Governo cubano, o que levou a atritos com Washington, como veremos mais adiante.¹⁹¹

O contraste entre as políticas externa e interna do Governo Jânio intriga até hoje muitos estudiosos e tem levado às mais diferentes interpretações. Cervo & Bueno sugerem que tal disparidade visava atender aos cálculos políticos de Quadros: ao adotar uma política externa agradável às esquerdas e uma política econômica ortodoxa afinada com o FMI, ele estaria visando manter a oposição dividida e confusa, garantindo para si uma ampla margem de manobra política.¹⁹² Realmente, à luz da trajetória política de Jânio Quadros como líder carismático e personalista, avesso à tutela dos partidos políticos e inclinado ao poder pessoal – sem esquecer, obviamente, sua notória instabilidade emocional, regada a generosas doses de *scotch* –, é tentador tecer considerações sobre a possível instrumentalização da PEI em favor de seus desígnios políticos. À adoção, em política externa, de uma postura não ideológica e equidistante dos blocos – inclusive do bloco dos Não Alinhados – corresponderia à pretensão de equidistância dos partidos e das ideologias políticas, como se pode depreender de seu artigo para a *Foreign Affairs*: “Não sendo membros de nenhum bloco, nem mesmo do bloco neutralista, nós preservamos nossa liberdade absoluta para efetuarmos nossas próprias decisões em casos específicos e à luz de sugestões pacíficas de acordo com nossa natureza e história.”¹⁹³ As políticas externa e interna de Jânio Quadros, longe de serem contraditórias, teriam sido complementares.

2.1.2. A Questão Cubana e as relações Brasil-EUA

Durante a gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos, o posicionamento do Brasil no tocante à questão cubana passou a chamar cada vez mais a atenção da opinião pública nacional e, também, do Governo dos EUA, que via com apreensão crescente a tendência neutralista e favorável à soberania e à autodeterminação de Cuba defendida pelo Governo brasileiro. Segundo o relatório ministerial divulgado pela Chancelaria brasileira, as relações entre Brasil e Cuba, no ano de 1961, foram “corretas”. Todavia, as tensões com os EUA, devido à questão cubana, ameaçavam tornar-se ainda mais graves.

¹⁹¹ Cf. Burns (1968). Ver também Vizentini, *op. cit.*, 2004a, pp. 197, 199.

¹⁹² *Op. cit.*, p. 321.

¹⁹³ *Apud* Quadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, p. 114.

Segundo Paulo Vizentini, “a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana”.¹⁹⁴

Esse distanciamento de Washington não significava, porém, que as relações Brasil-Cuba fossem incondicionais, como demonstrado na proibição, pelo Governo Goulart, do Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro.¹⁹⁵ Ao mesmo tempo, a defesa da autodeterminação e da não intervenção em Cuba expressava um “claro confronto com os Estados Unidos”, levando à criação de uma noção de “pertencimento” do Brasil à América Latina.¹⁹⁶

As relações com Washington esfriavam à medida que se intensificava a tensão no Caribe e aumentavam as pressões do Governo norte-americano sobre seus aliados latino-americanos para se alinharem em seu esforço contra Cuba. Em fevereiro de 1961, logo após a posse de Jânio Quadros na Presidência, Adolf Berle Jr., ex-Embaixador dos EUA no Brasil, chegou ao país como enviado do Governo Kennedy (que tomara posse em 20 de janeiro), com a função de pressionar o Governo brasileiro a juntar-se aos EUA em uma ação mais drástica contra Castro. Berle Jr. foi recebido friamente por Jânio, que rechaçou toda e qualquer insinuação de juntar-se a um ataque contra Cuba, recusando-se a apoiar os EUA “no momento em que se planejava tomar uma atitude armada contra o regime de Castro”.¹⁹⁷

Ao mesmo tempo em que a PEI fazia com que as relações com os EUA fossem acompanhadas, por “um componente de frieza”¹⁹⁸, intensificavam-se as trocas comerciais e as relações do Brasil com os países socialistas do Leste Europeu. Entre abril e junho de 1961, realizou-se uma missão especial aos Estados daquela região, chefiada pelo jornalista João Dantas. A Missão João Dantas, como foi chamada, visitou e firmou acordos comerciais com Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Albânia. Foram mantidas, ainda, conversações de natureza econômica com os governos da Itália, Áustria e Alemanha Oriental (República Democrática Alemã, RDA). No tocante a esta última, a visita do emissário brasileiro causou um incidente diplomático com o Governo da República Federal da Alemanha (RFA), posto que o Brasil não tinha oficialmente relações com a RDA. O incidente provocou uma nota de protesto por parte do Governo de Bonn, ameaçando as relações entre Brasil e RFA, de acordo com a Doutrina

¹⁹⁴ *Apud* Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321.

¹⁹⁵ Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004a, pp. 197 e 210.

¹⁹⁶ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, pp. 106-7.

¹⁹⁷ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 262-3.

¹⁹⁸ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321.

Hallstein.¹⁹⁹ A imprensa cubana não deixou passar despercebido o episódio, cobrindo de elogios a iniciativa do Governo brasileiro. Mais tarde, entre 14 e 25 de agosto de 1961, durante visita da Missão Comercial do Brasil a Havana, decidiu-se criar uma Comissão Mista Cubano-Brasileira, conforme anunciou o Chanceler cubano Raúl Roa à Embaixada brasileira.²⁰⁰

Fatos como esses levantaram o espectro das nacionalizações efetuadas pelo regime cubano e contribuíram para criar um ambiente de tensão entre os governos brasileiro e norte-americano, à medida que o regime cubano se radicalizava. Em 16 de abril de 1961, um dia antes da invasão da Baía dos Porcos, Fidel Castro proclamou o caráter socialista da Revolução Cubana. A ameaça da “contaminação” do resto do continente americano pelo exemplo de Cuba levou o Governo Kennedy a respostas retaliatórias ou à troca de apoio político por ajuda econômica. Paralelamente, e de forma clandestina, aumentavam os preparativos para uma invasão militar de Cuba por exilados anticomunistas, armados e treinados pela CIA em bases secretas na Guatemala.²⁰¹

Para os EUA, o Brasil era um país-chave na América Latina. Cerro & Bueno lembram que, em 1960, o fantasma da radicalização de Cuba levou o Governo dos EUA a conceder um empréstimo de 47,7 milhões de dólares ao Brasil, a despeito da ruptura do país com o FMI, “mesmo sem ter feito ajuste na economia nos padrões preconizados por aquele organismo internacional”.²⁰² Ao mesmo tempo, Washington intensificava seus planos de invasão militar e de sabotagens contra Cuba, que duraram até abril de 1964.²⁰³ A Casa Branca também fez planos secretos para eliminar Castro (*Operação Mongoose*). O comando das tentativas clandestinas de assassinar o líder cubano foi entregue em dezembro de 1961 a Bob Kennedy.²⁰⁴ O medo da expansão do exemplo cubano tomara conta do continente.

2.1.3. Playa Girón e as reações no Brasil

O plano de invasão de Cuba por exilados antirrevolucionários, surgido em 17 de março de 1960, na gestão Eisenhower (“Operação Zapata”),

¹⁹⁹ A Doutrina Hallstein (1955) proibia a RFA de manter relações diplomáticas com qualquer país que reconhecesse a RDA, exceto a URSS. Assim, a visita de João Dantas a Berlim ameaçou levar ao rompimento de relações da RDA com o Brasil, cf. Cunha, *op. cit.*, pp. 222, 261, nota 4.

²⁰⁰ Cf. Cerro & Bueno, *op. cit.*, p. 311; *El Mundo*, 9, 20 e 22 de junho e 12 de julho de 1961. Nota, Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Cuba, La Habana, 25 de agosto de 1961, “Año de la Educación”, a su Señoría Carlos Jacinto de Barros, Encargado de Negocios del Brasil, a) Raúl Roa. AMRE-B.

²⁰¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 295-6.

²⁰² *Op. cit.*, p. 297.

²⁰³ Cf. Schlesinger, *op. cit.*, pp. 237-271; e Grenville, *op. cit.*, p. 602.

²⁰⁴ Cf. Hersh, 1998, pp. 278-304.

chegou em 26 de janeiro de 1961 ao conhecimento do Presidente Kennedy, que o apoiou, como parte das ações norte-americanas para isolar Cuba na OEA. O plano incluía o ataque à ilha por um exército de cerca de 1.200 exilados cubanos treinados pela CIA. Em sua elaboração, Kennedy teve o cuidado de impedir a participação direta de militares norte-americanos na operação de desembarque, o que certamente traria a condenação dos governos latino-americanos e do mundo em geral, embora o Governo do EUA tenha reconhecido um “governo cubano no exílio”. Nesse meio tempo, a Casa Branca, por intermédio do assessor especial do Presidente, Arthur Schlesinger Jr., buscava esclarecer os objetivos dos EUA através de um *Livro Branco sobre Cuba*, que defendia a tese de que a Revolução Cubana havia traído seus objetivos democráticos originais e resultado em uma ditadura comunista.²⁰⁵

O Brasil acompanhava com atenção o desdobramento dos fatos. Já em novembro de 1960 a Embaixada em Havana informava sobre a ameaça de invasão de Cuba pelos EUA.²⁰⁶ Em agosto, ela já havia comunicado à Secretaria de Estado que um plano de invasão da ilha por uma força expedicionária, integrada por membros do exército de Batista e dissidentes, estava sendo preparado para aqueles dias, podendo coincidir o desembarque com a reunião de chanceleres de San José, Costa Rica. O telegrama mencionava o clima de insatisfação existente no país, embora ressaltasse a disposição dos castristas de resistir de maneira violenta, disposição esta que “poderia atingir as culminâncias da brutalidade”. O telegrama foi transmitido ao Presidente Kubitschek pelo Embaixador Fernando Ramos de Alencar, Ministro Interino do Exterior.²⁰⁷ Em fins de março de 1961, o Encarregado de Negócios do Brasil em Havana, Carlos Jacyntho de Barros, esteve nos EUA, onde se encontrou com um membro proeminente do anticastrista Conselho Revolucionário cubano, o qual lhe disse que o Governo cubano não chegaria a 1º de julho.²⁰⁸ Estava claro que algo grande estava sendo planejado.

No início de abril, os rumores de invasão de Cuba por forças anticastristas aumentaram bastante. No dia 10, um memorando de Jânio Quadros a Afonso Arinos mencionava a possibilidade de intervenção de potência extracontinental no problema cubano. No dia 11, Jânio dirigiu mensagem ao Presidente cubano Osvaldo Dorticós, veiculada no jornal

²⁰⁵ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45; Connel-Smith, 1974, p. 230; Schlesinger, *op. cit.*, p. 249.

²⁰⁶ Telegrama n. 203, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 10/11.8.1960, 19h00, MDB - Secretos - A - K - Cts - Rec. E Exp. 1960-1961. AMRE-B, *apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 229 e 243, nota 90; e Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45.

²⁰⁷ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 183.

²⁰⁸ Telegrama n. 62, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de março de 1961, Havana; a) Carlos Jacyntho de Barros. AMRE-B.

Revolución, na qual declarava expressamente que “o Brasil não permitirá nenhuma intervenção em Cuba e defenderá por todas as formas o sagrado direito de autodeterminação do povo cubano.” Em 12 de abril, o Encarregado de Negócios em Havana recebeu telegrama secreto e particular do Secretário-Geral das Relações Exteriores, alertando-o para que permanecesse de plantão, o que evidenciava que a Chancelaria brasileira dispunha de algum indício sobre uma provável invasão.²⁰⁹

Desde o primeiro momento, Jânio mostrou-se cético quanto à viabilidade de uma mediação entre os EUA e Cuba. Essa sua impressão foi confirmada à medida que os preparativos para a invasão se aceleravam. Já em fevereiro de 1961, pouco após Jânio ter assumido a Presidência, o Ministro Afonso Arinos recebeu o Encarregado de Negócios de Cuba, que lhe manifestou o desejo de seu Governo em contar com a mediação do Brasil para a normalização das relações com Washington, desde que se levasse em conta a soberania cubana e a aceitação das realizações da revolução castrista.²¹⁰ Outras tentativas semelhantes ocorreriam, todas sem sucesso. Em abril, enquanto os planos de invasão da ilha eram levados adiante, Jânio chegou a elaborar, juntamente com Afonso Arinos, uma carta a Fidel Castro, na qual reafirmava a defesa da não intervenção e da autodeterminação, ao mesmo tempo em que afirmava ser o comunismo uma opção inviável na América Latina.²¹¹

Finalmente, aconteceu o que quase todos achavam inevitável: nos dias 15 e 16 de abril de 1961, aviões B-26, pilotados por norte-americanos e com as cores da Força Aérea Cubana, decolaram de campos de pouso na Flórida e na Guatemala para bombardear as bases aéreas de Cuba. O que se seguiu então foi um dos maiores fiascos militares e da política externa norte-americana de todos os tempos. No dia 17, uma força invasora de exilados antirrevolucionários cubanos, batizada de Brigada 2506, desembarcou em Playa Girón (Baía dos Porcos), próximo à cidade de Trinidad, na parte centro-sul da ilha. Com as notícias da invasão tendo vazado na imprensa dias antes, e com a recusa do Presidente Kennedy em fornecer apoio aéreo aos invasores, não foi difícil para as forças de Fidel Castro cercar e desbaratar o inimigo. Logo a pequena força de invasão se viu cercada na praia pelas milícias cubanas e, desprovida de apoio aéreo, foi submetida a intenso bombardeio de artilharia e dos aviões T-33 e *Sea Fury* da Força Aérea Cubana. Dois navios de transporte da tropa invasora, o *Houston* e o *Rio Escondido*, carregados de munições, foram afundados pelos caças cubanos.

²⁰⁹ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 186-7.

²¹⁰ *Ibid.*, 133.

²¹¹ Ver Anexo A.

Em menos de 72 horas, a tentativa de desembarque foi completamente derrotada. Dos 1.400 exilados que compunham a força invasora, 114 foram mortos em combate e 1.189 foram capturados após feroz combate, enquanto navios de guerra norte-americanos, capitaneados pelo porta-aviões USS *Essex*, a tudo assistiam de longe, impotentes.²¹²

No momento em que a força de invasão desembarcou, os planos norte-americanos de ataque a Cuba estavam sendo alvo de denúncias na ONU. Assim que as notícias do ataque vieram à tona, o Premiê soviético Nikita Krushev enviou uma mensagem a Kennedy informando-lhe do compromisso da URSS de auxiliar Cuba a repelir o ataque de forças estrangeiras a seu território. Inicialmente, Kennedy procurou negar a participação dos EUA no malogrado desembarque, mas em seguida assumiu a autoria dos planos militares. Para grande constrangimento do Governo norte-americano, o fracasso da operação para derrubar Castro do poder foi total, abalando o prestígio mundial dos EUA e contribuindo para intensificar a proximidade entre Havana e Moscou.²¹³ Em termos concretos, acabou contribuindo para consolidar o regime revolucionário cubano, em um momento em que este se encontrava sob forte pressão e à beira do colapso econômico.²¹⁴ Enquanto isso, as prisões ficavam cheias: de 10.000 a 50.000 pessoas foram detidas em Cuba nos dias seguintes à invasão. O número de asilados na Embaixada brasileira passou de 32 para 162.²¹⁵

O Itamaraty foi avisado da invasão, com antecedência, pelo Embaixador na Guatemala, Martín Francisco de Andrada. Este enviou um ofício “não só prevenindo sobre os preparativos militares para a invasão, ali em curso, como dando testemunho de que pudera observá-los *in loco*”.²¹⁶ O Chanceler Afonso Arinos transmitiu as informações ao Presidente Quadros.²¹⁷

Durante a invasão da Baía dos Porcos, as comunicações de Havana com o exterior ficaram suspensas, levando Jânio a ressentir-se da morosidade das informações recebidas do Itamaraty. Por memorando, o Presidente determinou a imediata melhoria das comunicações, mediante acerto entre o Ministério das Relações Exteriores, de um lado, e a Diretoria Geral dos Correios e o Ministério da Marinha, de outro. As missões brasileiras no

²¹² Cf. Kornbluh, 1998, p. 2.

²¹³ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 46. Hugh Thomas (2004, pp. 1080 e 1087) lembra que os primeiros invasores a desembarcarem em Cuba foram dois agentes norte-americanos da CIA e que quatro pilotos dos EUA foram mortos na invasão. Os prisioneiros anticomunistas capturados foram trocados, em dezembro de 1961, por US\$ 54 milhões em alimentos e remédios para Cuba, cf. Furiati, *op. cit.*, p. 105.

²¹⁴ Segundo Thomas (*op. cit.*, p. 1061), o que impediu o colapso econômico do regime cubano foi o desafio da invasão.

²¹⁵ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 188.

²¹⁶ Arinos Filho, *op. cit.*, p. 182.

²¹⁷ Cf. Franco, *op. cit.*, 1968, p. 81.

exterior foram instruídas a seguir os horários e as frequências tanto das transmissões unidirecionais da Marinha como das emanadas da estação-rádio do Arpoador, no Rio de Janeiro, do Departamento dos Correios e Telégrafos.²¹⁸

As dificuldades de comunicação entre Havana e Brasília levariam Jânio a não dispor de informações sobre o desenrolar dos fatos em Cuba durante quase todo o período do desembarque. Na manhã do dia 17, dois dias após os primeiros *raids* aéreos sobre a ilha, a Embaixada em Havana enviou um lacônico telegrama, urgentíssimo, comunicando que “estava sendo bombardeada por aviões de origem desconhecida”. As transmissões silenciaram a seguir.²¹⁹

No Brasil, o malogro da invasão orquestrada pelos EUA gerou reações apaixonadas, tanto à esquerda quanto à direita. No Congresso e nas ruas das principais cidades houve manifestações de repúdio à invasão e a favor de Cuba, organizadas por entidades como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além da Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano.²²⁰ Refletindo a opinião de amplos setores políticos brasileiros, o Governador do Rio Grande do Sul e uma das principais estrelas da esquerda nacionalista, Leonel Brizola, enviou telegrama a Jânio, no qual avaliava o episódio como uma ameaça ao direito de autodeterminação da nação brasileira, assim como aos demais países livres do continente.²²¹

Do lado da oposição, a reação do Governador da Guanabara e crítico implacável da política exterior do Governo, Carlos Lacerda, foi inusitada: em entrevista ao jornal *O Globo* de 18 de abril de 1961, o principal opositor da PEI e da aproximação com Cuba foi enfático: “Saúdo a invasão de Cuba como começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano. Ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos de vanguarda do imperialismo russo, Fidel Castro não somente traiu o povo cubano, como se constituiu numa ameaça à paz e à liberdade das nações deste continente, inclusive do Brasil”.²²²

O fracasso da tentativa de invasão de Playa Girón por forças antirrevolucionárias apoiadas pelos EUA, constituiu um momento decisivo da questão cubana. Apesar de Kennedy ter negado à força invasora o apoio aéreo e ter evitado envolver-se diretamente na empreitada, tornou-se claro

²¹⁸ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 41-2.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 189.

²²⁰ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, pp. 45-7.

²²¹ *Ibid.*, p. 47.

²²² *Ibid.*, p. 48.

o envolvimento norte-americano na tentativa de depor o regime cubano pela força das armas. Isso constituía uma aberta violação dos princípios de autodeterminação e de não intervenção pelos quais se batiam vários governos latino-americanos, entre eles o do Brasil.²²³

A reação do Governo brasileiro à invasão foi marcada, mais uma vez, pela defesa dos princípios correlatos de autodeterminação e de não intervenção. O Governo Quadros não recuou desses princípios, manifestando “profunda apreensão” com o que sucedia em Cuba, além de pedir, em telegrama enviado ao embaixador do Brasil na ONU (e ex-Embaixador em Havana), Cyro de Freitas-Valle, a “cessação das hostilidades” e a “apuração da procedência e da natureza das forças desembarcadas naquela República”.²²⁴ O Itamaraty divulgou a seguinte nota sobre o episódio:

O Brasil, reiterando sua decisão inabalável de defender neste Continente e no Mundo, os princípios de autodeterminação dos povos e de absoluto respeito à soberania das nações, manifesta a sua mais profunda apreensão pelos acontecimentos que se desenrolam em Cuba.

O Ministério das Relações Exteriores expediu instruções urgentes às nossas Missões Diplomáticas no sentido de obter informes detalhados sobre esses mesmos acontecimentos.²²⁵

“Nos días da invasão”, relata Arinos em suas memórias,

“o Presidente convocou-me a Brasília. Lá, analisando om êle a situação bastante confusa, e de acôrdo com as informações de que dispúnhamos, chegamos à conclusão de que tinha passado a hora de uma tentativa brasileira de acomodação. As coisas tinham ido longe demais; a sugestão que eu formulara no meu memorando secreto, depois da conversa com Berle, e que poderia ter sido um ponto de partida, tornara-se já superada.²²⁶

Tudo que o Brasil pôde fazer foi marcar sua posição em defesa do restabelecimento da normalidade, mediante um despacho ao Embaixador

²²³ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 284.

²²⁴ Eis o texto transmitido ao representante do Brasil na ONU: “O Governo brasileiro reitera sua profunda apreensão face aos acontecimentos que se desenrolam em Cuba, pondo em risco a paz mundial. Tendo em vista encontrar-se esse problema sob exame nas Nações Unidas, expediu o Governo instruções ao seu delegado permanente para que solicite, ao longo da proposta mexicana, a imediata cessação de hostilidades e, ainda, a apuração da procedência e da natureza das forças desembarcadas naquela república”, *apud* Quintaneiro, *op. cit.*, p. 47, nota 34; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 321.

²²⁵ *Apud* Victor, *op. cit.*, p. 239.

²²⁶ Franco, *op. cit.*, 1968, pp. 91-2.

Cyro de Freitas-Valle. No despacho, Jânio reiterava sua apreensão pelos acontecimentos em Cuba e instruía seu representante na ONU a apoiar a proposta mexicana de cessação das hostilidades e de apuração da origem das forças invasoras.²²⁷

Obedecendo as instruções recebidas de Brasília, a delegação brasileira na ONU pediu que se realizasse uma investigação para estabelecer a composição das tropas que invadiram Cuba, assim como os países de onde partiu a invasão. Enquanto isso, Jânio Quadros buscou obter do Presidente argentino Arturo Frondizi, em visita ao Brasil, um comunicado conjunto de condenação da invasão e a favor de Cuba, iniciativa que não se pôde realizar, devido à delicada situação política por que passava o país platino (sob fogo cruzado dos militares antiperonistas, Frondizi seria derrubado em um golpe de estado em 1962).²²⁸

O repúdio oficial brasileiro à tentativa de invasão foi reiterado em 31 de maio, quando Jânio, em entrevista à imprensa, declarou, de maneira incisiva, repugnar ao Brasil qualquer intervenção, militar ou econômica, direta ou indireta, de qualquer Governo em qualquer nação. Na ocasião, ele reafirmou que tais instrumentos de ação já estavam ultrapassados e não poderiam ser ressuscitados. Aproveitou a oportunidade para bater na velha tecla da defesa da autodeterminação: “Entende o Brasil que só há uma base estável, sólida e construtiva para os entendimentos internacionais, a da igualdade das nações, a da plenitude de sua soberania. A autodeterminação, que é o princípio da liberdade em termos de organização internacional, é a base da paz mundial.”²²⁹

Apesar dessas gestões, a reação do Governo brasileiro ao episódio da Baía dos Porcos, na opinião de Moniz Bandeira, caracterizou-se pela timidez, ficando aquém do esperado ante a gravidade do fato.²³⁰ O Brasil não condenou a atitude do Governo dos EUA nem diretamente a invasão, limitando-se a manifestar apreensão e a pedir o fim da luta e a apuração da origem dos invasores. No primeiro telegrama a ser entregue ao representante brasileiro na ONU, Jânio Quadros expressava a “profunda emoção e o protesto do povo brasileiro” diante da invasão, declarando-se disposto “a somar o Brasil a outros países no que poderia constituir uma forma de repúdio continental àquele tipo de agressão”. O Chanceler Afonso Arinos, porém, considerou muito duro o teor do telegrama, além de sugerir que Jânio, sem o apoio de outros governos, poderia colocar-se em uma

²²⁷ *Ibid.*, p. 92.

²²⁸ Cf. Portillo, 1981, p. 153.

²²⁹ *Apud* Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 191.

²³⁰ *Op. cit.*, 1973, pp. 406-7; *id.*, *op. cit.*, 1989, p.58.

posição “difícil e ridícula”. Foi então redigido um segundo telegrama, de conteúdo mais moderado, entregue, em 27 de abril, ao Embaixador Freitas-Valle. De acordo com Arinos, caso se realizasse uma investigação sobre a procedência das forças invasoras, ficaria apurado que estas “vinham da Guatemala ou da Nicarágua; os EUA ficariam de fora, e a questão se resolveria na rivalidade entre ditadores do Caribe que, de resto, viviam se ameaçando”.²³¹

Desse modo, afirma Moniz Bandeira, comprovou-se a preocupação do Governo Quadros com os efeitos internos de sua política externa, o que é também confirmado pelo fato de que, em sua gestão, o Brasil não reatou relações com a URSS nem reconheceu a China Comunista. Essa posição conciliadora em política externa do Governo Quadros se refletia também no *front* da política interna, onde duas frações bem nítidas se confrontavam abertamente, expressando visões diametralmente antagônicas acerca da questão cubana.²³² Tânia Quintaneiro assim apresenta a complexa situação política do Governo Quadros:

Diante deste quadro de crescente radicalização catalisado pela questão cubana, o governo brasileiro tentava manter o equilíbrio entre os grupos favoráveis a um apoio irrestrito a Fidel Castro, e aqueles que exigiam a redefinição da política externa aproximando-a da posição assumida pelos EUA em relação a Cuba. O discurso janista insistia, então, na independência com que o Brasil seguia seu rumo de potência em desenvolvimento. O apoio que lhe prestavam Brizola e outras lideranças nacionalistas, entretanto, deixava pouco seguros os setores que, formando constelações de interesses de alguma forma vinculados a grupos econômicos externos, preferiam a tradicional política de manter o Brasil alinhado com os EUA.²³³

Em 9 de maio, Arinos declarou que o Brasil não romperia relações com Cuba no caso de que este país se convertesse em um membro do bloco soviético. No dia seguinte, Jânio afirmou que se opunha, rotundamente, a qualquer intervenção estrangeira em Cuba, direta ou indireta, e que não reconheceria nenhum Governo que fosse imposto com ajuda estrangeira. Para marcar posição, em 22 de maio, ele entrevistou-se com o Subsecretário Político da chancelaria cubana, Carlos Olivares Sánchez, que declarou que Cuba não tinha pactos militares com os países do bloco soviético.²³⁴

²³¹ Franco, *op. cit.*, 1968, p. 92. Ver também Affonso, 1988, p. 16.

²³² Cf. Franco, *op.cit.*, 1968, p. 92.

²³³ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 48.

²³⁴ Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 154.

A tentativa frustrada de invasão de Cuba estimulou ainda a aproximação entre os dois maiores países da América do Sul, já ensaiada em 1958 pelo Governo Kubitschek, ensejando em encontro entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi na cidade gaúcha de Uruguaiana, na fronteira brasileiro-argentina. No encontro, os dois chefes de Estado abriam caminho para a superação de antigas rivalidades pelo controle da região do Prata, visando a lançar as bases para uma nova política hemisférica destinada a fortalecer o sistema interamericano, ao tentar retirar do Caribe a posição central nas atenções da política norte-americana para a região.²³⁵

A ideia do encontro enfrentou resistências por parte de setores militares argentinos, que desconfiavam da política externa janista, considerando-a demasiadamente esquerdista. O Secretário da Marinha argentina, Contra-Almirante Gastón Clément, apresentou um memorando a Frondizi, em 13 de abril, expondo a conveniência de se adiar o encontro. No memorando, Clément afirmava:

Levo ao conhecimento de V. Exca. que as últimas declarações do Presidente Quadros e especialmente as publicadas em Havana, do dia 11 de abril, reproduzidas pelos jornais desta Capital no dia 12 do mesmo mês, somadas aos problemas internos argentinos e a outras declarações anteriores do Presidente Quadros, que implicam numa política de *franca virada para a esquerda, comunista ou pró-comunista*, foram causa de que esta Secretaria de Estado estime inconveniente realizar em data próxima a projetada entrevista dos dois presidentes e assim aconselha a V. Exca.

Aludindo às declarações de Kennedy feitas no dia 11 sobre o agravamento do problema cubano, o memorando recomendava explicitamente que a reunião fosse postergada até que a situação fosse esclarecida, “já que caso contrário poderiam ocorrer novas e sérias comoções internas no país”. Em resposta, o Chanceler Domingos Taboada enviou um memorando à Casa Rosada, em 15 de abril, descartando as considerações de Clément e defendendo a realização do encontro entre os dois presidentes. Quanto à “política de *franca virada para a esquerda comunista ou pró-comunista* do Presidente Quadros”, afirmava o documento, “esta chancelaria considera que até esta data não existe nenhum fato real que permita sustentar tal ponto de vista”. Para corroborar essa visão, o texto fazia referência às declarações elogiosas do Secretario do Tesouro dos EUA, Douglas Dillon, no Rio de Janeiro, em 9 de abril, à política externa de Quadros. No final, elencava uma

²³⁵ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 152.

série de fatos que, a seu ver, comprovavam a clara posição anticomunista da política externa brasileira, como o apoio prestado pelo Episcopado brasileiro em reunião em Brasília, em 3 de março, e os ataques, por vezes violentos, das publicações de esquerda *Novos Rumos* (órgão oficial do Partido Comunista), *O Semanário* e *Última Hora* contra o Governo Quadros.²³⁶

De 21 a 23 de abril, Quadros e Frondizi encontraram-se em Uruguaiana. Acompanhados de seus respectivos chanceleres e pelos embaixadores em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, os dois chefes de Estado assinaram uma Convenção de Amizade e Consulta visando à maior integração bilateral e firmaram a Declaração de Uruguaiana, pela qual afirmaram seu compromisso com a não interferência na questão de Cuba e a necessidade de ação continental em defesa da estabilidade política e social dos países americanos. Era uma resposta à política dos EUA de isolamento da Revolução Cubana.²³⁷

A questão cubana permeou as discussões entre os dois presidentes. O tema apresentou-se com maior intensidade durante as negociações para a assinatura da Declaração Conjunta, ao final da reunião. No parágrafo IV, do projeto de declaração, o qual tratava do repúdio a qualquer forma de ingerência em assuntos internos latino-americanos, Jânio defendeu a inclusão da palavra “continentais” após a expressão “extracontinentais”, sinalizando com isso a oposição brasileira à intervenção também de um Estado americano em outro país da região. Desse modo, ele aludia tacitamente à política norte-americana em relação a Cuba. Após longas negociações, chegou-se a uma fórmula de consenso, a qual fortalecia o princípio da “efetiva soberania das nações”, dentro do conceito de autodeterminação. Além disso, incluiu-se a expressão “de acordo com a essência ocidental e cristã de suas nacionalidades”. Essa fórmula visava a agradar os militares argentinos, “desconfiados de que a liderança de Quadros poderia levar a Argentina a adotar uma posição mais favorável ao regime cubano.”²³⁸

A aproximação entre Quadros e Frondizi não se mostraria suficiente para impedir a marcha dos acontecimentos. Meses depois do encontro de Uruguaiana, após a renúncia de Jânio, Frondizi encontrou-se com Afonso Arinos, então representante brasileiro na ONU. Na ocasião, o Presidente argentino, relata Arinos,

²³⁶ *Ibid.*, pp. 154-7; grifos meus.

²³⁷ Cf. Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 246; Cerro & Bueno, *op. cit.*, p. 322; e Moniz Bandeira, 2003, pp. 306-310. Ver também Quintaneiro, *op. cit.*, pp. 38-9.

²³⁸ Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 172.

passou subitamente a manifestar suas sérias preocupações sobre a ameaça militarista na América do Sul. Justificou esses receios com lucidez e objetividade e, de repente, sem qualquer ambigüidade, declarou-me textualmente que ‘tinha a impressão de que ia ser deposto’. Justificou essa sua observação sombria afirmando que ‘os velhos problemas institucionais do Continente misturavam-se agora às conseqüências da luta ideológica mundial, e que as aspirações de mando das forças armadas (no seu e no meu país, ajuntou) cobriam-se com a defesa anticomunista’.

Segundo Arinos, Frondizi criticou duramente Fidel Castro por essa onda de radicalização política, que levaria, anos depois, a uma sucessão de regimes militares ditatoriais na América Latina: “Acusou Fidel de não perceber que, com a sua demagogia provocadora, levava os países livres da América à ditadura”. Frondizi disse ainda que o Brasil seguiria a Argentina nesse caminho. Para ilustrar essa sua visão pessimista, ele relatou a Arinos o seguinte episódio: em sua ausência, um funcionário da Embaixada cubana em Buenos Aires havia pedido asilo e divulgado documentos que provariam a subversão fidelista na Argentina. Segundo disse Frondizi ao ex-Chanceler brasileiro, os tais documentos, ao que parecia, não eram cubanos, mas de militares argentinos. “Só argentinos”, acrescentou Frondizi, “os poderiam ter preparado, pelos pormenores que tinham”.²³⁹

Enquanto se desenrolava a reunião de Uruguiana, a delegação brasileira na ONU, chefiada pelo Embaixador Freitas-Valle, conforme as instruções recebidas, apoiou a proposta de resolução mexicana em que se pedia a cessação das hostilidades e a verificação da procedência das forças invasoras. Contudo, o Brasil acabou abstendo-se na votação da proposta, colocando-se a favor daquela apresentada pelos EUA.²⁴⁰ Ainda assim, o Embaixador norte-americano no Brasil, John Moors Cabot, criticou abertamente a política do Governo brasileiro em relação a Cuba. Jânio Quadros, também em público, prontamente repeliu as afirmações do diplomata norte-americano.²⁴¹

Enquanto isso, a situação interna em Cuba agravava-se a olhos vistos, com a irrupção de um movimento guerrilheiro na Serra de Escambray contrário ao Governo castrista. A Embaixada acompanhou o desenrolar dos acontecimentos com grande interesse, inclusive após o esmagamento dos insurretos.²⁴² Em 22 de março, logo após a aniquilação dos guerrilheiros

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ Cf. Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 245.

²⁴¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1989, p. 59; e Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 246.

²⁴² Cartas-telegrama 17, 18, 26 e 27, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 23 de fevereiro e 22 de março de 1961, Havana, a) Carlos Jacyntho de Barros. AMRE-B.

- um grupo permaneceria na ativa por alguns anos -, o Encarregado de Negócios enviou telegrama no qual transmitiu o seguinte: “Fonte digna de absoluto crédito e que recentemente percorreu todo o interior da Província do Oriente revelou-me que é incalculável o número de milicianos e oficiais que ali recebem treinamento militar intensivo, assistidos por técnicos russos e tchecos”.²⁴³

Ao mesmo tempo, vigorava grande expectativa em Havana quanto ao discurso a ser proferido por Fidel Castro nas celebrações do 1º de Maio, Dia do Trabalho, no qual fora anunciado que ele proclamaria Cuba como um Estado socialista. Feito o discurso, a Embaixada brasileira enviou o seguinte comentário ao Itamaraty: “o regime cubano está tendendo cada dia mais para a linha das repúblicas populares, no que tange à aplicação do marxismo-leninismo, a caminho de um regime comunista, isso, apesar do personalismo de Castro, de cujas convicções marxistas é lícito duvidar, mas que está seduzido pela possibilidade de uma plena vitória”.²⁴⁴ Ficava cada vez mais claro que o caminho tomado por Cuba não tinha volta.

2.2. As tentativas de conter a Revolução Cubana

2.2.1. O jogo diplomático

Fracassada a tentativa de derrubar Castro pela força, o Governo dos EUA procurou persuadir o Governo Jânio a se unir a ele para isolar Cuba do resto do continente. O Embaixador John Moors Cabot sondou Afonso Arinos em torno de três possíveis soluções para o “caso cubano”: 1) Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, 2) Conferência Especial Interamericana e 3) Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos nos termos do TIAR. Segundo Tânia Quintaneiro, “Afonso Arinos acreditava que o Governo dos EUA parecia disposto a estabelecer preliminares jurídicas e diplomáticas que acobertassem uma intervenção direta em Cuba”. Nesse processo, a OEA seria usada como anteparo à ação contra Cuba, dando-lhe uma aparência de participação multilateral, e a condenação do regime castrista seria feita em termos da sua influência comunista no Continente. Desse modo, concluiu Arinos, o Brasil ficava em uma situação bastante delicada, pois caso não aderisse à proposta norte-americana,

²⁴³ Carta-telegrama n. 27, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 22 de março de 1961, Havana, a) Carlos Jacyntho de Barros. AMRE-B.

²⁴⁴ Telegrama n. 110, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 7 de maio de 1961, Havana, a) Carlos Jacyntho de Barros. AMRE-B.

correria o risco do isolamento perante os demais países do continente. Em vez de sancionar a proposta norte-americana, Arinos firmou posição pela manutenção da política brasileira de defesa da autodeterminação e da não intervenção. Essa linha de conduta trouxera para o Brasil “a atenção e o respeito internacional”, o que garantia uma posição mais favorável nas negociações com os EUA e o apoio popular à sua política de saneamento financeiro e austeridade administrativa, inclusive favorecendo o auxílio econômico externo.²⁴⁵

Em memorando a Jânio Quadros, com data de 2 de maio, Arinos expôs sua opinião sobre o assunto, afirmando que o não comparecimento à Reunião de Consulta “é desaconselhável para o Brasil, dada nossa importância no continente, considerados os prejuízos que adviriam dessa espécie de omissão”.²⁴⁶ A atitude a ser adotada pelo Brasil deveria ser de extrema cautela, não devendo o País se opor aos desígnios norte-americanos referentes à condenação do comunismo, pois

a) se o Brasil se colocasse contra a condenação do comunismo internacional na América, ficaria, seguramente, isolado no continente, e este isolamento, apesar de nossa importância relativa, será funesto aos nossos interesses continentais; b) a mesma recusa criaria, além dessa delicada situação continental, outra de indiscutível gravidade interna, visto que não só a opinião nacional largamente preponderante é anticomunista, como certas instituições sociais (Congresso, Igreja, Forças Armadas, etc.) mobilizar-se-iam contra as diretrizes mencionadas do governo, inclusive arrastando correntes que atualmente o apóiam; c) apesar de nossa maturidade institucional, a pressão externa e interna comprometeriam a obra do governo, e, talvez, sua estabilidade (os casos da Guatemala e da própria Cuba são exemplos, aos quais se poderia juntar os da Bolívia e Argentina, países cujos governos foram levados a rever linhas anteriormente estabelecidas); d) finalmente, e consideradas as coisas no seu mérito, parece certo que, país democrático, devemos lutar contra o alargamento do comunismo no mundo e cumprir os compromissos internacionais a isto referentes, mencionados, inclusive, em atos de Vossa Excelência, como a primeira mensagem ao Congresso, a declaração de Uruguaiana, etc.²⁴⁷

Ao mesmo tempo, Arinos reconhecia a necessidade de se adotar uma linha de independência política externa, a qual incluía o apoio ao

²⁴⁵ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 49.

²⁴⁶ Arinos Filho, *op.cit.*, p. 185.

²⁴⁷ *Ibid.*, pp. 185-6.

princípio da não intervenção e à luta anticolonista, que não deveria ser abandonada. Além disso, ponderava Arinos, “se existe uma forte opinião externa e interna contra o totalitarismo comunista, é inegável que também existe uma outra, bastante forte, que, sem desejar o comunismo, condena, contudo, o imperialismo, o colonialismo, o racismo, e anseia por justiça social e igualdade, dentro da liberdade”. Desse modo, era justo que o Brasil se colocasse “ao lado das forças progressistas da história, e cumpra os compromissos internacionais que defendem a autodeterminação dos povos”.²⁴⁸

O memorando finalizava apontando para a possibilidade de uma intervenção direta norte-americana em Cuba. Nesse caso, reiterava que a atitude do Brasil deveria pautar-se pela defesa da não intervenção, embora deixasse claro que condenava o comunismo:

Não devemos perder de vista, com efeito, que, no caso de resistência intratável de Cuba, parece certo que os Estados Unidos intervirão. É imprevisível como será apresentada a tese da intervenção, mas o Brasil poderá afastar-se dela, acompanhando os textos, de acordo com a seguinte orientação: a) o princípio da não-intervenção veda qualquer intervenção, individual e coletiva, ainda que para impor o regime democrático de governo; b) o princípio da solidariedade continental impõe a defesa do hemisfério contra o comunismo. Então, nós nos oporíamos à intervenção em Cuba, feita a pretexto de prevenir a América contra a intervenção do comunismo internacional. Mas, ao mesmo tempo, nós concordaríamos com todas as medidas preventivas que visassem a evitar os riscos que o comunismo traria a certos países mais expostos da América Central e do Sul (...), os quais, realmente, ficarão em sérios apuros caso se consolide, em Cuba, um fidelismo comunista.²⁴⁹

Uma semana depois do memorando de Arinos a Quadros, este último enviou-lhe um despacho no qual reafirmava a firme defesa do princípio da autodeterminação e da não intervenção na questão cubana. O texto sintetizava, em três pontos, a posição do Brasil na questão cubana, pela qual o Governo brasileiro

1) defende a autodeterminação do povo de Cuba; 2) opõe-se a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indireta, para impor a Cuba determinada forma de governo, e considerando-se intervenção indébita tanto a militar como a econômica ou ideológica; 3) não reconhecerá, de acordo com os

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 186.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 187.

compromissos internacionais vigentes, em qualquer estado americano, regime político que resulte da ingerência claramente manifestada de potência estrangeira. Acompanhará, neste caso, as medidas de preservação da integridade continental que não impliquem intervenção em qualquer dos países do hemisfério.²⁵⁰

A posição da Chancelaria brasileira na questão de Cuba no hemisfério foi objeto de um memorando de onze páginas dirigido ao Chefe da Divisão Política do Itamaraty. Com data de 8 de maio e elaborado pelo então Primeiro-Secretário Ramiro Saraiva Guerreiro, o memorando, com o carimbo “confidencial”, fazia um exame da situação de Cuba à luz de dispositivos de tratados e resoluções interamericanas. Com relação à aplicação à ilha do princípio de autodeterminação, e tendo em vista que “o senhor Fidel Castro rejeita o regime democrático representativo, como definido na ‘Declaração de Santiago’, a qual, entretanto, contou com o apoio do governo de Cuba”, o texto sugeria que os demais governos do continente poderiam “constatar” – “sem que isso represente intervenção” – que o Governo de Cuba “repudiou um dos princípios básicos do sistema interamericano, isto é, o da autodeterminação pelos processos da democracia representativa”. Desse modo, não estariam “julgando” o regime castrista, “mas simplesmente verificando fato notório e formalmente proclamado pelo primeiro-ministro Fidel Castro”. O texto ressaltava ainda: “Não convém esquecer que ignorar a existência de uma ditadura de extrema esquerda, totalitária, dificultaria a condenação, pela maioria democrática dos países americanos, das poucas ditaduras de direita ainda existentes no continente”.²⁵¹ Analisando as relações entre os princípios de soberania, autodeterminação e não intervenção, o memorando afirmava que “a comunidade internacional não estará intervindo se constatar que, protegido pela soberania e pela independência do Estado, o governo [cubano] se mantém no poder sem ser ele mesmo resultante da autodeterminação no âmbito interno”. No entanto, as repúblicas americanas deveriam respeitar o princípio da não intervenção, tal como previsto no Artigo 15 da Carta da OEA,²⁵² uma vez que, embora Cuba não fosse mais uma democracia representativa, nem se pudesse dizer que o regime cubano devesse ser respeitado em virtude do princípio da autodeterminação, “terão

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 188.

²⁵¹ “Memorando sobre a situação de Cuba”, in: Franco, 2007, p. 65.

²⁵² O Artigo 15 da Carta da OEA diz o seguinte: “Nenhum Estado, ou grupo de Estados, tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem”. A única exceção ao princípio de não intervenção era o Artigo 19 da mesma Carta, a qual se referia à aplicação de “medidas adotadas para a manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes”, *ibid.*, pp. 66-7.

elas de respeitá-lo [o princípio da não-intervenção], da mesma maneira, em obediência ao princípio da soberania e independência dos Estados e só podem intervir se considerarem que tal regime ameaça a paz e a segurança do continente”.²⁵³

Ao responder a pergunta que dava título ao ponto III do memorando – “Cabe intervenção em Cuba como medida para a manutenção da paz e da segurança?” –, Saraiva Guerreiro reconhecia que

Cuba tem propiciado a agitação subversiva em outros países do hemisfério, o que já caracterizaria uma situação capaz de pôr em perigo a paz e ameaçante da independência política dos Estados. É mesmo uma das modalidades de agressão, dita indireta, que se tem incluído em vários projetos de definição de agressão apresentados, até hoje sem êxito, nas Nações Unidas. [...] Como foi agressão indireta a participação dos Estados Unidos da América, Guatemala e Nicarágua, na recenté e abortada invasão de Cuba por forças rebeldes.

[...] Tais agressões indiretas são sintomas de uma situação que põe em perigo a paz e a segurança continentais, e não a causa. A causa seria o controle de Cuba por um governo cujas convicções ideológicas são contrárias aos princípios do sistema interamericano [...] e que se afastou politicamente do sistema e passou a agir internacionalmente como um satélite soviético, embora sem aderir formalmente ao Pacto de Varsóvia. [...].²⁵⁴

Em outras palavras, o regime cubano constituía, sim, uma ameaça à paz e à segurança nas Américas. Tal situação confrontava-se diretamente com a declaração final da Conferência de Caracas (1954), a qual deixava claro

que o domínio ou o controle das instituições políticas de qualquer dos Estados americanos pelo movimento comunista internacional, estendendo a este continente o sistema político de uma potência extra-continental, constituiria ameaça à soberania e à independência política dos Estados americanos, pondo em perigo a paz da América, e exigia uma reunião de consulta para considerar a adoção de medidas adequadas, de conformidade com os tratados existentes.

O memorando de Saraiva Guerreiro fazia a ressalva, entretanto, de que tal resolução “não é juridicamente obrigatória”, tendo, antes, o valor de “recomendação”.²⁵⁵

²⁵³ *Ibid.*

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 68.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 69.

Finalmente, em sua parte final, o texto do memorando admitia enfaticamente “que a questão de Cuba ultrapassou o âmbito interamericano, é um aspecto da Guerra Fria e que a reação estritamente interamericana só pode ser a de defesa contra um adversário ideológico e político implantado no âmbito geográfico do sistema”. Advertia ainda que “não é possível continuar ignorando eternamente o fato de que Cuba se desligou, para todos os efeitos, do sistema interamericano”, e reconhecia que, diante desse fato, “o máximo que se poderia esperar seria a ‘iugoslavização’ de Cuba”. Mesmo isso, porém, era “improvável”, concluía.²⁵⁶

Apesar dessas observações, a Chancelaria brasileira manteve sua posição moderada em relação ao problema de Cuba. Em 10 de maio, foi emitido um comunicado sobre a posição brasileira em assuntos de política internacional. Na parte referente à questão de Cuba, o texto reiterava os princípios de autodeterminação e não intervenção. Destoando abertamente do caráter alarmista do memorando de 8 de maio, o comunicado afirmava que o Governo brasileiro 1) defendia a autodeterminação do povo de Cuba; 2) opunha-se a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indireta, e 3) não reconheceria, em qualquer Estado americano, regime político resultante da ingerência de potência estrangeira.²⁵⁷

Em 18 de maio, Afonso Arinos teve a oportunidade de expor a posição do Governo brasileiro sobre Cuba na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. A convocação fora feita por um grupo de deputados “que fazia da política externa o alvo principal dos seus ataques ao nôvo govêrno”. Em um depoimento de aproximadamente quatro horas, que em certos momentos resvalou para o emocional, o Chanceler manteve-se firme em sua defesa da não intervenção, buscando equilibrá-la com a condenação à ideologia comunista. Ao mesmo tempo em que a condenava, sublinhou Arinos, o Brasil nunca fora levado a atitudes de represália contra o sistema soviético, e sempre buscou manter relações diplomáticas e comerciais com alguns desses países. “O fenômeno novo era a existência de um país de tendências comunistas dentro do hemisfério”, afirmou. “Mas era ingênuo supor que, ao tempo dos aviões a jato e dos foguetes supersônicos, o perigo subversivo aumentasse com a proximidade geográfica e não com a miséria interna”, sublinhou. Embora admitisse que “Cuba, colocando-se voluntariamente sob o jugo soviético, excluiu-se, praticamente, do convívio continental”, Arinos defendeu que nem por isso foi possível levar adiante a intervenção contra a ilha.²⁵⁸

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 73.

²⁵⁷ *Ibid.*, pp. 75-6.

²⁵⁸ Franco, *op. cit.*, 1968, pp. 96-8.

Em sua exposição perante os deputados, e ao longo do debate que se seguiu, o Chanceler brasileiro fez uma defesa vigorosa da política externa do Governo Quadros. Em sua exposição, ele buscou dar ênfase aos aspectos principais daquela política, a saber:

plena autonomia da decisão brasileira; subordinação desta decisão aos compromissos internacionais existentes, principalmente aos princípios de não-intervenção e de repulsa ao comunismo internacional; não aceitação, dentro do sistema continental, de um Estado integrado no sistema comunista; não participação em represálias diretas contra esse Estado.

Em suas memórias, Arinos lamenta que esses princípios não tenham sido corretamente compreendidos pelos setores de oposição, os quais viam na política externa brasileira, particularmente no tocante a Cuba, uma perigosa abertura para a subversão comunista:

Infelizmente, as condições internas da nossa política partidária, a infiltração da propaganda norte-americana da guerra fria no meio dos oficiais superiores das forças armadas, a influência dos interesses econômicos na imprensa, a ignorância e o pânico nas correntes católicas conservadoras, tudo concorreu para que o Brasil não pudesse manter a sua linha de equilibrada independência em política externa, linha que, sem qualquer compromisso de amizades, nem sacrifício de interesses, faz o êxito e a glória da política externa mexicana, tornando o México, hoje, o país mais respeitado e prestigioso do Continente latino.²⁵⁹

Logo surgiu a pergunta inevitável: Cuba era uma república comunista? Indagado a respeito, e percebendo que a “tendência dos questionamentos era pela afirmativa”, Arinos mostrou um relatório preparado pela Embaixada do Brasil em Cuba, o qual respondia negativamente à questão. Anos depois, ele procurou justificar essa sua resposta do seguinte modo: “Historicamente, esta era, de fato, a verdade. O governo cubano, em maio de 1961, mesmo depois da invasão malograda, não se declarara, ainda, comunista. Afirmação solene e oficial neste sentido, só foi feita por Fidel Castro mais para o fim do ano, quando eu me encontrava em missão nas Nações Unidas”. No entanto, sua negativa em admitir que Cuba já era, então, um país comunista, seria lembrada pelos inimigos de Arinos de Jânio Quadros anos depois.²⁶⁰

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 98.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 99.

O depoimento de Arinos na Câmara dos Deputados constituiu oportunidade para uma defesa entusiasmada da necessidade de reformas sociais. Arinos buscou reafirmar a tese desenvolvimentista das reformas como um remédio contra o comunismo. Tendo em vista que a “defesa de um país contra o comunismo, em favor da democracia, não se faz através, a meu ver, de esquemas arbitrários ou de esquemas policiais”, Arinos discorreu longamente sobre o caráter excludente do sistema político brasileiro, marcando posição em favor de medidas de reforma social. Para o Chanceler brasileiro, a luta contra o comunismo passava necessariamente pelo:

revigoramento da democracia no seu conteúdo humano, quero dizer social, [...] [mediante] a eliminação da injustiça, [...] das desigualdades intoleráveis, [...] as possibilidades de dignidade para todos os homens que habitam um determinado território nacional, de salário, de sustentar sua família, [...] aquela capacidade de todos os homens de dar valor a estes valores democráticos, que, neste país, só têm sentido para as elites, [...]. Isto não é posição comunista. É posição de um católico que protesta, que reivindica, que defende a igualdade em todas as possibilidades políticas e sociais, que deseja que a democracia no Brasil não seja um curso literário, [...], mas que seja uma prática efetuada nos lares dos operários, [...] dos trabalhadores, dos camponeses abandonados nos latifúndios. [...]. Esta é a defesa da democracia, senhores deputados. [...] Jamais defenderemos a democracia a pata de cavalo e a ponta de lança, senão com a generosidade e a compreensão dos governantes, em benefício dos interesses mais dignos do povo espoliado, [...] que não tem razão para acreditar num regime político de cujos benefícios ele não participa.²⁶¹

Ao final de sua exposição, o Chanceler brasileiro foi bastante aplaudido, tendo recebido posteriormente um bilhete de Jânio felicitando-lhe pela firmeza e fidelidade com que traçou as diretrizes da política externa brasileira.²⁶²

A resposta da oposição viria no dia seguinte, 19 de maio, por intermédio de Carlos Lacerda, nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. Na opinião de Lacerda, Arinos subestimava a ameaça representada pelo regime cubano:

O principal engano do ministro Afonso Arinos consiste, a meu ver, em pensar que a ditadura totalitária em Cuba é uma ameaça aos Estados Unidos, e só aos Estados Unidos interessa. Melhor defendidos politicamente

²⁶¹ *Apud* Arinos Filho, *op. cit.*, pp. 193-4.

²⁶² Cf. Franco, *op. cit.*, 1968, p. 100.

e economicamente, mais fortes militarmente e mais conscientes de sua responsabilidade, os Estados Unidos não estão tão ameaçados quanto nós e os demais países do continente. Custa a crer que um homem da inteligência do sr Afonso Arinos não tenha percebido o que representa uma Cuba comunista para a liberdade e a paz dos povos da chamada América Latina. E que um homem de sua sensibilidade não tenha uma palavra para condenar as monstruosas violências cometidas por um ditador contra um povo martirizado. [...] Como a segurança do meu país e a paz do continente não são monopólio de ninguém e interessam a todo o mundo, tenho o dever de não silenciar e dizer, como digo, que a declaração do ministro do Exterior foi um alento a Fidel Castro e um desapontamento para nós.²⁶³

Essa não era uma opinião isolada. A maioria da imprensa (as exceções, no Rio, eram o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*) criticou duramente a fala de Arinos na Câmara dos Deputados. Como informou no dia 19 o *Jornal do Brasil*, Lacerda afirmou em entrevista gravada em vídeo para a rede de TV norte-americana CBS que era a favor de uma intervenção militar direta em Cuba. Além de Lacerda e da *Tribuna da Imprensa*, outros jornais, como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, fizeram coro aos ataques, “com a habitual má vontade para a política externa independente”, nas palavras de Afonso Arinos.²⁶⁴

Com o título de “Guinada para a Esquerda”, editorial d’*O Estado de S. Paulo*, de 19 de maio, atacou violentamente a política exterior brasileira, acusando o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores de “investir contra todos os tratados e obrigações contraídos pelo Brasil no curso de sua história contemporânea”.²⁶⁵ Em pronunciamento na TV Tupi, em 6 de junho, Lacerda novamente não poupou adjetivos para atacar o regime cubano e a política de Quadros para Cuba: “No momento, o Brasil apóia uma das mais sanguinárias, uma das mais torpes, uma das mais sujas ditaduras do mundo, pois é a nação que fortifica a tirania de Fidel Castro no continente”.²⁶⁶ Também a Igreja Católica se pronunciou: o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, condenou o neutralismo, o que foi interpretado como uma crítica à política do Governo Quadros com respeito ao caso cubano. Enquanto isso, nos meios militares, aumentava bastante o descontentamento com a política exterior do Governo brasileiro.²⁶⁷

O episódio da tentativa de invasão de Playa Girón comprovou a preocupação do Governo Quadros com os efeitos internos de sua política

²⁶³ *Apud* Arinos Filho, *op. cit.*, p. 194.

²⁶⁴ *Ibid.*, pp. 100-1.

²⁶⁵ *Apud* Victor, *op. cit.*, p. 250.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 252.

²⁶⁷ Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 154.

externa, preocupação também confirmada pelo fato de que, em sua gestão, o Brasil não reatou relações com a URSS nem reconheceu a China Comunista, embora tenha dado passos importantes nesse sentido, havendo inclusive assinado acordos comerciais com esses países. O Governo procurava equilibrar-se entre dois grupos radicalmente opostos, tentando tirar vantagem dessa polarização.²⁶⁸ Assim definiu a situação a historiadora Tânia Quintaneiro:

Diante deste quadro de crescente radicalização catalisado pela questão cubana, o governo brasileiro tentava manter o equilíbrio entre os grupos favoráveis a um apoio irrestrito a Fidel Castro, e aqueles que exigiam a redefinição da política externa aproximando-a da posição assumida pelos EUA em relação a Cuba. O discurso janista insistia, então, na independência com que o Brasil seguia seu rumo de potência em desenvolvimento. O apoio que lhe prestavam Brizola e outras lideranças nacionalistas, entretanto, deixava pouco seguros os setores que, formando constelações de interesses de alguma forma vinculados a grupos econômicos externos, preferiam a tradicional política de manter o Brasil alinhado com os EUA.²⁶⁹

Ao mesmo tempo, o Governo Quadros dava sinais de que não se limitaria a desempenhar um papel passivo frente à questão cubana: em 26 de junho de 1961, Jânio sugeriu ao Papa João XXIII a intervenção do Vaticano como mediador entre os EUA e Cuba. Em 4 de julho, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Chile firmaram um comunicado ratificando a autodeterminação dos povos, declarando-se contrários à infiltração de idéias subversivas no continente e expressando seu desejo comum de que todas as nações americanas ratificassem sua adesão ao sistema regional.²⁷⁰

Enquanto isso, o Governo de Cuba não abandonara completamente a possibilidade de alguma forma de diálogo com os EUA. Em maio de 1961, Fidel Castro enviou o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Carlos Olivares, para um encontro com Afonso Arinos, no qual o enviado cubano requisitou a mediação do Brasil entre Havana e Washington.²⁷¹ Tais tentativas esbarravam, contudo, em pressões de setores como a Igreja Católica. Em 15 de junho, o Núncio Apostólico no Brasil, Monsenhor Armando Lombardi, entregou a Arinos um memorando, que continha

²⁶⁸ Para as duas frações da política interna no Governo Quadros, ver Manzur (2000).

²⁶⁹ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 48.

²⁷⁰ Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 155.

²⁷¹ Cf. Franco, *op. cit.*, 1968, pp. 94-5. Ver também Quintaneiro, *op. cit.*, p. 49; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 322-4.

um memorial da Secretaria de Estado da Santa Sé, datado de 24 de maio, com denúncias sobre perseguições à Igreja em Cuba.²⁷² Era este o texto da nota do Vaticano:

- 1 - A Santa Sé vê com agrado tudo que pode contribuir para assegurar uma paz verdadeira e justa no Continente Americano.
- 2 - Embora não mantenha relações diplomáticas com os Estados Unidos da América, a Santa Sé poderá contudo estudar a possibilidade de fazer chegar ao govêrno desta Nação, por intermédio de um membro influente da Hierarquia Eclesiástica, uma palavra de recomendação, a fim de que considere a questão com a maior boa vontade.
- 3 - Nas circunstâncias atuais, a Santa Sé, ainda uma vez, não pode deixar de relevar e deplorar vivamente a situação de injustiça e perseguição movida contra a Igreja em Cuba, e a necessidade - também para a causa da paz - de ser restabelecido naquele país o respeito dos direitos fundamentais do homem, inclusive os religiosos, e dos direitos da Igreja Católica, e de serem reparadas as injustiças gravíssimas cometidas contra pessoas e instituições da Igreja; especialmente com a lei de nacionalização das escolas particulares, promulgada nos últimos dias.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1961.²⁷³

As denúncias do Vaticano contra o regime cubano eram só parte do problema. O Brasil via Cuba distanciar-se cada vez mais do sistema interamericano. Na XVI Assembleia Geral da ONU, ocorrida pouco depois, a delegação de Cuba conseguiu incluir nos debates da Comissão Política uma queixa relativa “às ameaças contra a paz e a segurança internacionais resultantes de novos planos de agressão e atos de intervenção do govêrno dos Estados Unidos da América contra o govêrno o revolucionário de Cuba”. A solicitação cubana tinha por finalidade, relata Afonso Arinos, “utilizar o fórum internacional para campo de incessante batalha diplomática entre o mundo democrático e o mundo comunista”.²⁷⁴ A questão se complicaria, meses depois, com o discurso em que Fidel Castro fez solene profissão de fé marxista-leninista.

A partir de então, diz Afonso Arinos, a permanência de Cuba na OEA se tornaria impossível, pois a Carta da OEA estabelecia explicitamente

²⁷² Cf. Arinos Filho, *op. cit.*, p. 194

²⁷³ *Apud* Franco, *op. cit.*, 1968, p. 102; foi mantida a grafia original.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 197.

que a observância do sistema democrática representativo é condição necessária à participação de qualquer país naquele órgão: “A adesão de Cuba ao marxismo-leninismo implicava em inequívoco repúdio ao sistema democrático representativo e, conseqüentemente, ao dar êste passo, Fidel Castro excluía o país sob seu govêrno da Organização dos Estados Americanos. Ninguém o expulsava; êle é que criava uma incompatibilidade juridicamente intransponível”.²⁷⁵

Ao mesmo tempo, o Governo de Cuba não abandonara completamente a possibilidade de alguma forma de diálogo com os EUA. Em maio de 1961, dois meses após a invasão de Playa Girón, Fidel Castro enviou o Vice-Ministro cubano das relações exteriores, Carlos Olivares, para um encontro com o Chanceler Afonso Arinos, no qual o vice-Chanceler cubano requisitou a mediação do Brasil entre Havana e Washington.²⁷⁶ Assim, na opinião de Hermes Lima, que sucedeu San Tiago Dantas como Chanceler, a questão cubana, submetida a “pressões à esquerda e à direita”, passou a constituir um problema também interno, “como se a viabilidade ou não do regime brasileiro dependesse do que fosse suceder em Cuba”.²⁷⁷

2.2.2. *Manobras cubanas no Movimento dos Não Alinhados*

À medida que Cuba se afastava cada vez mais dos EUA e do sistema interamericano, seus diplomatas buscavam desesperadamente evitar o isolamento político da ilha, garantindo o apoio das demais repúblicas americanas nos foros multilaterais. Em particular, o nascente Movimento dos Não Alinhados, que se preparava para sua primeira Conferência de Cúpula, aparecia, para Havana, como uma tábua de salvação. Cada vez mais isolado no âmbito da OEA, o Governo de Fidel Castro voltava suas esperanças para o novo agrupamento, composto principalmente de países africanos e asiáticos.

No começo de junho de 1961, essa busca desesperada de Havana por respeitabilidade política gerou um incidente na Conferência dos Países Não Alinhados, realizada no Cairo, Egito, entre o representante de Cuba, Chanceler Raúl Roa, e o observador do Brasil naquela reunião – oficialmente, o País não participava da Conferência como representante, mas como “observador” –, Ministro João Augusto de Araújo Castro.

O incidente ocorreu devido à insistência de Roa em falar em nome do Brasil na Conferência, uma reunião preliminar à projetada Reunião de

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 198.

²⁷⁶ *Ibid.*, pp. 94-5; Quintaneiro, *op. cit.*, p. 49; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 322-4.

²⁷⁷ Lima, 1974, p. 270, *apud* Quintaneiro, *op. cit.*, p. 105.

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Movimento Não Alinhado, que se realizaria em setembro em Belgrado, Iugoslávia. Em seu relatório à Secretaria de Estado, Araújo Castro narrou pormenorizadamente as manobras do representante cubano para enredar o Brasil em algum tipo de ação comum no movimento. Já em seus primeiros contatos com diplomatas presentes à reunião – o Vice-Chanceler da República Árabe Unida (RAU),²⁷⁸ o Embaixador da Iugoslávia no Cairo e o Chanceler Raúl Roa –, Araújo Castro mostrou-se bastante preocupado, pois “todos os três interlocutores me insinuavam existir, da parte do Presidente Jânio Quadros, uma atitude francamente afirmativa no que toca à possibilidade de seu comparecimento à Conferência de Cúpula”, o que contrariava abertamente as instruções que recebera do Itamaraty, que diziam expressamente que o Brasil não deveria assumir nenhum compromisso. Em suas gestões, Roa parecia apoiar-se na recente visita ao Brasil do vice-Chanceler de Cuba, Carlos Olivares. A esse respeito, relatou Araújo Castro, Roa “mostrara-se muito mais categórico e decidido, afirmando-me que nossa posição estava tomada, lamentando apenas que o cancelamento da ida do Embaixador Vasco Leitão da Cunha muito prejudicasse o entrosamento de nossas atuações na conferência, já que tínhamos ‘planos de interesse comum’”. Segundo o observador brasileiro à reunião,

Roa, que propusera a cidade de Havana como sede da Conferência de Cúpula, surpreendeu-me com a declaração de que somente a ausência do Embaixador Vasco Leitão da Cunha o fizera ‘optar pela capital cubana’. Na realidade, dizia trazer instruções de Fidel Castro para, por meio do Embaixador Leitão da Cunha, tentar convencer o Governo brasileiro da conveniência do oferecimento de Brasília ou Rio de Janeiro como sede da conferência.

Diante disso, Araújo Castro frisou em mostrar a Roa seu espanto, “repetindo-lhe que era, pelo menos, duvidoso nosso comparecimento e que, por isso mesmo, não podíamos sequer pensar em oferecer uma cidade brasileira para sede da Conferência de Cúpula”. O diplomata brasileiro ficou ainda mais surpreso quando ouviu de Roa que, por estar ele, Araújo Castro, vindo do Japão, onde servia, “possivelmente, não sabia do que se passava em Brasília”. O Ministro brasileiro teve de responder-lhe, “em tom um tanto seco e terminantemente”, que só podia guiar-se pelas instruções do presidente da República, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.²⁷⁹

²⁷⁸ De 1958 a 1961, os governos do Egito e da Síria formaram a República Árabe Unida (RAU).

²⁷⁹ “Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados, Confidencial, Cairo, 5 a 13 de junho de 1961”, in: Franco, *op.*

Estava claro que o Chanceler cubano queria criar um *fait accompli*, forçando o Brasil a algum tipo de compromisso na reunião. Roa apregoava a posição brasileira, como se esta já tivesse sido decidida a favor das posições cubanas. Isso se mostrava particularmente embaraçoso para o observador brasileiro, visto que, na reunião, Cuba assumia posturas francamente mais radicais do que os demais países. De acordo com o relatório de Araújo Castro:

Ficou patente que Cuba, com sua ênfase na coexistência e desejosa de apenas excluir os “imperialistas”, estava consideravelmente à esquerda deste agrupamento de países não-alinhados. [...] com sua participação no Cairo, Roa procurava uma espécie de “atestado de ideologia”, para seu país. [...] Cuba, ao proclamar aos quatro ventos sua identidade de vistas com o Brasil, desejava, com nossa companhia, readquirir um certo ar de responsabilidade em suas relações internacionais.²⁸⁰

A insistência do representante cubano em falar em nome do Brasil na Conferência do Cairo chegou ao clímax e provocou um incidente com o observador brasileiro na sétima sessão plenária da reunião, realizada na manhã do dia 9 de junho. Nessa ocasião, relata Araújo Castro,

o Chanceler Raul Roa, sem que me desse qualquer aviso prévio, insistia no sentido de que o convite [para a Conferência de Cúpula] fosse formulado ao Brasil, México, Bolívia e Equador. Sendo Cuba o único país latino-americano habilitado a exprimir seu ponto de vista, já que o Brasil estava representado por um mero ‘observador’, desejava Roa anunciar que o presidente Jânio Quadros estava em condições de participar da conferência, caso fosse à mesma convidado.

“Essa declaração de Raul Roa, se passasse sem reparos”, escreveu Araújo Castro,

destruiria toda a nossa cuidadosa atitude de cautela e reserva, pois daria, nos termos em que fora formulada, a impressão de que havia sido inspirada por nós. Com efeito, a nenhuma pessoa normal pareceria possível que Roa ousasse dar a garantia de nossa participação, sem que a isso o governo brasileiro o houvesse autorizado.²⁸¹

cit., 2007, pp. 98-100.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 101; grifo no original.

²⁸¹ *Ibid.*, pp. 102-3.

Era urgente deixar claro que as declarações de Roa não expressavam a posição do Governo do Brasil. Sem interromper o Chanceler cubano, Araújo Castro pediu a palavra ao presidente da reunião, o Ministro das Relações Exteriores da RAU, Mahmud Fawzi, a fim de esclarecer a posição brasileira. Perante aquela assembléia de vinte países, começou dizendo que, apesar de sua condição de observador, faltaria a seu dever de funcionário diplomático brasileiro e à franqueza e à lealdade com os delegados ali presentes se deixasse sem reparo algumas observações que haviam acabado de ser feitas. Explicitou, assim, que “não podia admitir que, naquela sala, ninguém, nem mesmo o ministro das Relações Exteriores de uma república irmã, pudesse falar em nome do Brasil”. Tentando contornar a situação embaraçosa, “Roa pediu a seguir a palavra, para declarar que lamentava o mal-entendido. Não tivera a intenção de falar em nome do Brasil. Limitara-se a aludir, de um lado, a posições públicas adotadas pelo Brasil na vida internacional e, por outro lado, a tornar públicas certas informações que haviam sido confiadas à chancelaria cubana”. Araújo Castro não retrucou, pois julgou desnecessária qualquer intervenção sua, “considerando-se os termos categóricos com que repelira a possibilidade de que Roa falasse em nome do Brasil”.²⁸²

“Ao término da reunião, enquanto eu permanecia sentado em torno da mesa”, escreveu Araújo Castro em seu relatório, “Roa procurou-me para dizer que errara. ‘Revelara’ a posição do Brasil porque desejava neutralizar a ação de Gana, Guiné e Mali, que desejavam restringir o comparecimento à Conferência de Cúpula aos 20 países que haviam participado da reunião preliminar, acrescidos do Congo de Gizenda e do governo provisório da Argélia”²⁸³. Araújo Castro respondeu-lhe que, “pessoalmente”, considerava o incidente encerrado e estendeu-lhe a mão, “E politicamente?”, perguntou Roa. “Isso não depende de mim; depende de meu governo”, foi a resposta do observador brasileiro.²⁸⁴

Ainda segundo Araújo Castro, sua atitude na reunião contou com a simpatia e adesão de outros membros da Conferência. “À saída, enquanto esperávamos nossos automóveis”, ele escreveu, “o embaixador iugoslavo Rato Dugonjic batendo-me amistosamente nas costas, disse: *‘Dans les mêmes circonstances, j’aurais fait la même chose et prononcé les mêmes paroles. Nous*

²⁸² *Ibid.*; sublinhado no original.

²⁸³ À época (1961), o Movimento dos Não Alinhados reconhecia como legítimo representante do Congo (ex-Congo Belga, atual República Democrática do Congo) o Governo rebelde de Gizenda, e não o governo de Joseph Kazavubu, reconhecido pelos EUA. A Argélia só se tornaria independente da França no ano seguinte, em 3 de julho de 1962. Até aquela data, fazia-se representar no Movimento dos Não Alinhados como o Governo Provisório da Frente de Libertação Nacional (FLN).

²⁸⁴ *Ibid.*, pp. 102-4.

*voulons savoir ce que pense le Brésil, mais nous voulons le savoir du Brésil”.*²⁸⁵ Araújo Castro notou que, sempre que se chegava a um acordo sobre a composição da Conferência de Cúpula e os critérios de não alinhamento, “Roa, sem qualquer êxito [...], introduzia alguns elementos de confusão”. Observou, a esse respeito, que “o presidente da reunião preliminar do dia 9, o Chanceler egípcio Mahmud Fawzi, “parece ter tido especial prazer em proporcionar-me a oportunidade de replicar ao chanceler Raul Roa”.”²⁸⁶

O incidente, que a imprensa local, sob censura, deixou de noticiar, não teve praticamente qualquer repercussão no Brasil. No entanto, ajudou a azedar as relações do País com Cuba, inserindo um elemento de precaução em relação ao regime cubano e à sua política exterior nos meios diplomáticos brasileiros, bem como ao Movimento dos Não Alinhados em geral. Apesar de sua vinculação à PEI, sobretudo nos anos finais do Governo Goulart, quando seria Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro não esconde, em seu relatório, a atitude de cautela brasileira em relação ao Movimento. Nas conclusões, ele recomendou o não comparecimento do Brasil à projetada Reunião de Cúpula na Iugoslávia, pois isso

se traduziria em apreciável desgaste diplomático para o Brasil. Em confronto com a posição de países muito mais radicais, a nossa posição pareceria tímida e indecisa, em contraste com a posição ativa e independente que o presidente Jânio Quadros vem procurando assumir. É preferível ser o elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembléia de radicais.²⁸⁷

Mais tarde, já findo o efêmero Governo de Jânio Quadros, Araújo Castro enviou carta ao novo Chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, na qual aludia ao incidente com Raúl Roa no Cairo. Na carta, remetida em Tóquio e datada de 19 de setembro, Araújo Castro critica acidamente a política de Quadros em relação a Cuba: “O governo anterior falava muito em independência. Na realidade, precisamos, embora não possamos dizê-lo, de maturidade, de frieza e de objetividade. Em relação a Cuba, cometemos erros gravíssimos. Mesmo que quiséssemos defender, até as últimas conseqüências, o princípio de não-intervenção, não havia razão alguma para que identificássemos nossa posição com a posição de Cuba”. Em seguida, narra sucintamente o incidente com Roa, afirmando que a

²⁸⁵ “Nas mesmas circunstâncias, eu teria feito a mesma coisa e pronunciado as mesmas palavras. Queremos saber o que pensa o Brasil, mas queremos sabê-lo do Brasil”.

²⁸⁶ *Ibid.*, pp. 104 e 107.

²⁸⁷ *Ibid.*, pp. 111-2; sublinhado no original.

insistência do Chanceler cubano em identificar suas posições com a do Brasil “nos colocava na mais ridícula das posições, perante uma assembléia de 21 países, na posição de estar mendigando um convite”. Araújo Castro informa na carta que foi ao Rio de Janeiro, para relatar o caso às autoridades brasileiras, mas mostra-se desapontado com a reação do Governo ao episódio: “O presidente e o ministro aprovaram minha atitude, mas, por incrível que pareça, deixamos de manifestar nossa estranheza por gesto tão insólito de Roa, ao governo de Havana”.²⁸⁸

A questão de Cuba não mexia apenas com os brios de diplomatas como Araújo Castro. Na arena política, o tema inflamava os ânimos, contribuindo para polarizar as opiniões de líderes tanto à direita quanto à esquerda. Políticos como o então Deputado Federal Leonel Brizola aproveitaram a questão cubana para elevar o tom de suas críticas aos EUA. Poucos dias depois da Conferência do Cairo, Brizola declarou, em discurso durante uma conferência na UNE, em 16 de junho, que “no caso cubano pode haver um espelho do que, desditosamente, venha a ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com os EUA continuarem como até agora”. As autoridades norte-americanas certamente ficariam alarmadas com suas palavras: “Sou dos que sustentam a tese de que devemos acompanhar atentamente o que lá [em Cuba] aconteceu. Se hoje Cuba e seus dirigentes estão desligados quase do mundo ocidental, se deve exclusivamente aos Estados Unidos, à intransigência, à intolerância dos agentes públicos e dos chamados homens de negócios norte-americanos”.

No final de seu discurso, Brizola fez a seguinte observação: “Entendo que devemos acompanhar o ‘caso cubano’ considerando-o um problema tanto da América Latina quanto do Brasil”.²⁸⁹

Não havia mais dúvida. Cuba tornara-se um assunto de política interna brasileira.

2.2.3. *A Aliança para o Progresso*

Concomitantemente aos planos de agressão armada contra Cuba, o Governo Kennedy buscou desenvolver um programa de ajuda econômica aos países da América Latina. Esse programa, batizado de Aliança para o Progresso, foi exposto pelo Presidente dos EUA em 13 de março de 1961, cerca de um mês antes da invasão de Playa Girón. Para apresentá-lo,

²⁸⁸ “Carta do Ministro João Augusto de Araújo Castro para o Ministro de Estado San Tiago Dantas, 19 de setembro de 1961”, *apud* Franco, *op. cit.*, 2007, pp. 168-9.

²⁸⁹ *Apud* Moniz Bandeira, 1979, p. 130.

Kennedy enviou o Embaixador dos EUA na ONU, Adlai Stevenson, assim como vários outros altos funcionários da administração norte-americana, em um *tour* pelos países da região, de 4 a 22 de agosto.²⁹⁰

Inspirada nos ideais da “*New Frontier*” (o plano de ação social da administração Kennedy), e concebida como um programa de ajuda econômica aos países da América Latina, a Aliança para o Progresso foi exposta pelo Presidente norte-americano em 13 de março de 1961, cerca de um mês antes da invasão de Playa Girón. No relatório entregue a Kennedy após retornar da longa viagem pela América Latina, Stevenson revelou-se surpreso com a opinião persistente nos países latino-americanos visitados “de que os EUA e Cuba estão engajados numa disputa meramente bilateral e passível de mediação”. Na opinião do diplomata estadunidense, as “vulneráveis democracias” da América Latina teriam mais a perder do que os EUA com a “sovietização” da ilha. Não obstante, ele reconheceu que estratégias como chamar a atenção para a comunização de Cuba (“estabelecimento de um aparato estatal de terror para a perversão dos objetivos revolucionários originalmente estabelecidos por Castro”) não seriam suficientes “para apagar entre os desprivilegiados, ainda entre os mais miseráveis, a evidência de que os camponeses cubanos obtiveram um lugar ao sol”.²⁹¹

Antes, em junho de 1961, Stevenson estivera no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo-se encontrado com o Chanceler Afonso Arinos. Nessa sua primeira visita ao Brasil, ele assegurou às autoridades brasileiras que os EUA não tinham nenhuma intenção de intervir em Cuba. Nessa ocasião, também, respondeu afirmativamente à pergunta se os EUA aceitariam a mediação de um terceiro país para a reintegração de Cuba na família continental, mas – ressaltou –, “desde que Havana se afastasse da União Soviética e da China, condição requerida para que se restabelecesse o diálogo com Washington. Pois, Cuba não mais controlava os seus destinos”. Arinos ressaltou-lhe, então, que o problema cubano unia a opinião pública norte-americana mas desunia a latino-americana, o que requeria a devida cautela por parte dos EUA para não agravar essa desunião. Stevenson afirmou ser chegado o momento de Brasil e Argentina, “como países líderes, mobilizarem seus dispositivos de segurança contra a infiltração comunista, que agora utilizava instrumentos não-convencionais”. Arinos concordou com a afirmação de Stevenson, mas disse-lhe que “o combate às verdadeiras raízes do comunismo – pobreza e subdesenvolvimento – representava condição essencial para se evitar a propagação de ideologias

²⁹⁰ *Id.*, 1998, p. 315.

²⁹¹ *Apud* Quitaneiro, *op. cit.*, p. 51.

extremistas no continente. Dispositivos militares ou sistemas de segurança seriam insuficientes para neutralizar tal ameaça.”²⁹²

Após o encontro com Arinos, Stevenson reuniu-se com Jânio, que o recebeu juntamente com o Subchefe do Gabinete Civil, Deputado Araripe Serpa, e outros assessores. A entrevista durou cerca de duas horas e 15 minutos – uma hora a mais que o tempo previsto – e girou, em linhas gerais, em torno dos temas previamente tratados na audiência com Afonso Arinos. Stevenson retomou o tema da ameaça cubana, afirmando que as consequências de uma “sovietização” de Cuba seriam menores para os EUA do que para os outros Estados do hemisfério, citando inclusive a fragilidade das instituições democráticas da maioria desses países. Concordou, em linhas gerais, com a tese brasileira, segundo a qual “a miséria era um campo fértil para o castrismo e o maoísmo” e reiterou o ponto de vista norte-americano de que o problema não era apenas bilateral entre os EUA e Cuba, mas “de interesse primordial para todos os países hemisféricos”.²⁹³

Em seguida, o representante especial de Kennedy dirigiu-se a Buenos Aires, onde se reuniu com o Presidente Frondizi. Este procurou diminuir o relevo do assunto cubano, afirmando que os EUA estariam superestimando a influência de Fidel Castro sobre o hemisfério, em detrimento de outros temas da agenda interamericana. Frondizi repetiu o argumento de Jânio e Arinos de que a cooperação econômica com os países latino-americanos constituía “a única maneira de impedir a propagação de doutrinas extremistas de direita ou de esquerda no hemisfério”. Sublinhou que a Argentina se opunha também a uma ação conjunta contra Cuba, “seja pelo rompimento de relações diplomáticas ou pelo bloqueio econômico”. Segundo C.A. Leite Barbosa: “No fundo, as posições do Brasil e da Argentina coincidiam em suas linhas-mestras, demonstrando que as resoluções de Uruguaiiana estavam norteando um novo estilo de atuação em ambos os países”.²⁹⁴

Para enfrentar o dilema suscitado pela Revolução Cubana, foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada de 5 a 17 de agosto de 1961, em Montevideu, Uruguai. Para chefe da delegação brasileira foi escolhido o Ministro da Fazenda, Clemente Mariani.²⁹⁵ Os objetivos da missão do Brasil na Reunião não eram nada modestos: “o primeiro era intermediar uma reaproximação

²⁹² *Apud* Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 204-5.

²⁹³ *Ibid.*, pp. 206-7.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 209.

²⁹⁵ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 315. A delegação brasileira era composta, além de Clemente Mariani, por Brizola, Arthur Bernardes (Ministério da Indústria e Comércio), Luís Simões Lopes (Presidente da Fundação Getúlio Vargas), Edmundo Barbosa da Silva, Roberto Campos, Hélio Beltrão, Celso Furtado, Ernane Galvêas e José Luiz Bulhões Pedreira, cf. Campos, *op. cit.*, p. 418.

entre Cuba e EUA, representados respectivamente pelo presidente do Banco Nacional de Cuba, Ernesto Guevara, e por Douglas Dillon, secretário do Tesouro norte-americano, e Lincoln Gordon. O Brasil pedia também a inclusão de Cuba na 'Aliança'. Ambos os objetivos, porém, acabaram fracassando, "talvez porque se subestimou a capacidade de intermediação do Brasil em uma questão cuja gravidade ultrapassa o plano continental, já que, para os EUA, o caso cubano não era visto apenas como uma divergência entre dois países, mas como uma interferência soviética inadmissível na sua área de influência tradicional".²⁹⁶

Um dos convidados por Jânio para integrar a delegação brasileira foi o então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Desde o início, a relação de Brizola com os demais delegados do Brasil foi bastante conturbada. Segundo Moniz Bandeira, Brizola aceitou em princípio o convite para a Conferência de Punta del Este, mas, "sentindo-se discriminado pelo ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e pelo embaixador Roberto Campos, que não viam com agrado sua presença na delegação, resolveu recusá-la".²⁹⁷ Roberto Campos não poupou críticas à atuação do Governador gaúcho em Punta del Este: "Ainda que consultor da delegação, Brizola não participava ativamente dos debates. Era, por assim dizer, um partido de oposição e tinha freqüentes atritos com Clemente Mariani, chegando mesmo a escrever uma carta de renúncia, quando não lhe foi permitido falar no plenário em nome da Delegação. Brizola não manifestava maior interesse no ideário reformista de Kennedy. Preferia acreditar que se tratava de uma nova artimanha norte-americana, um pouco mais simpática que as anteriores, para sob o pretexto de encorajar reformas, preservar sua dominação".²⁹⁸ Brizola certamente se sentiu ainda mais desprestigiado ao ver que o representante de Cuba na Reunião, o famoso guerrilheiro "Che" Guevara, elegera o conservador Clemente Mariani como seu principal interlocutor junto à delegação brasileira. Nas palavras de Roberto Campos, o Governador gaúcho não dissimulava sua admiração pelo Ministro cubano-argentino: "Brizola ouvira com visível entusiasmo o primeiro discurso de Guevara e não conseguiu ocultar sua vibração quando das intervenções cubanas nos debates. Era evidente seu desejo de deitar fala, seguramente em consonância com os pronunciamentos daquele que tanto admirava".²⁹⁹

Segundo Carlos Lacerda, "o fato é que Che Guevara procurava o Clemente Mariani quase que diariamente, porque o seu objetivo era de

²⁹⁶ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 52.

²⁹⁷ "Brizola sentia-se isolado da delegação brasileira, cujos membros praticamente o congelaram", Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1979, pp. 73-4.

²⁹⁸ *Op. cit.*, p.421.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 422.

que os brasileiros o aproximassem dos americanos. Ele queria muito que o governo americano tivesse um entendimento com o governo cubano, e então achava que o governo brasileiro, pela sua aproximação com os americanos, seria o instrumento intermediário adequado”.³⁰⁰ A delegação do Brasil mostrou-se contrária à proposta de censura a Cuba, elaborada pelos governos do Peru e da Colômbia, atuando conjuntamente com a Argentina na condenação à intromissão de assuntos políticos na Conferência, chocando-se, assim, com os objetivos da representação norte-americana.³⁰¹

Da Reunião resultou a Carta de Punta del Este (16 de agosto), pela qual os EUA prometeram destinar 20 bilhões de dólares em ajuda para projetos de desenvolvimento, pelos próximos dez anos, na América Latina. Nos países da América Latina, a relação entre a ajuda econômica norte-americana e a Revolução Cubana era óbvia demais para ser negada. Ficava claro, para a maioria dos latino-americanos, que a Aliança só saíra devido à vitória dos barbudos e à subsequente passagem de Cuba para a órbita soviética. Daí porque a Aliança seria posteriormente ironizada como “Plano Castro”.³⁰²

A Aliança para o Progresso significou um verdadeiro ponto de inflexão nas relações dos EUA com a América Latina, tendo sido ditada pelos rumos da Revolução Cubana. Esta foi seu verdadeiro catalisador, ao despertar o Governo norte-americano para os problemas do continente. A partir desse momento, os EUA prestariam mais atenção à região ao Sul do Rio Grande, como aponta Tânia Quintaneiro:

A insensibilidade para com a problemática social dos países da área contribuiu para que neles a insatisfação política se expressasse em movimentos de cunho nacionalista e antiimperialista. Nesse sentido é que o rompimento revolucionário de Cuba com a situação de dependência serviu de inspiração para os movimentos contestatórios da presença norte-americana nos países da América Latina. Inegavelmente o ano de 1959 representa um marco de referência entre duas épocas: os EUA passaram sucessivamente de uma atitude de descompromisso geral com os problemas da América Latina para outra caracterizada por uma paulatina tomada de consciência da importância da região ao nível político, militar e econômico. Isto se acentuou a partir do agravamento das relações com o governo de Fidel Castro, na medida em que se radicalizou a política externa da Revolução.³⁰³

³⁰⁰ Lacerda, 1978, pp. 243-4.

³⁰¹ Cf. Arnt, *op. cit.*, p. 169.

³⁰² Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004a, p. 160.

³⁰³ Quintaneiro, *op. cit.*, p. 20.

Em favor da posição favorável do Governo Quadros à Aliança para o Progresso estava a situação de crise econômica por que passava o Brasil, o que impunha a necessidade de ajuda financeira. Ademais, outro fator que certamente influenciou para a boa acolhida do programa pelas autoridades brasileiras foi a semelhança entre a iniciativa norte-americana e a OPA de Juscelino Kubitschek, apesar do caráter nitidamente mais imediatista e assistencialista da Aliança, que fora concebida, ao contrário da OPA, como uma resposta tardia às condições que teriam gerado a Revolução Cubana e como um meio de neutralizá-la. Segundo Cervo & Bueno: “O plano de cooperação econômica norte-americano contido na Aliança para o Progresso corresponde a uma resposta, ainda que tardia, à aceitação da Operação Pan-Americana formulada por Juscelino K. de Oliveira. Entre a proposta de JK (junho de 1958) e o plano de Kennedy (março de 1961), ocorreu a derivação de Cuba para o bloco socialista, fato que teria precipitado a decisão do governo norte-americano”.³⁰⁴

Outros analistas são da mesma opinião. Claudio Bojunga escreveu que “foi a Revolução Cubana que forçou Washington a levar a sério as teses sustentadas pela OPA. A revolução cubana mudou tudo: ela gerou entusiasmo entre os movimentos populares e nacionalistas latino-americanos, e isso era má notícia para Washington. O prestígio de Fidel, naquela altura, decorria menos de sua definição socialista do que do efeito demonstrativo de uma política interna e externa desafiadora aos EUA”.³⁰⁵

Apesar de seu óbvio caráter reativo ante o desafio representado pela inflexão comunista de Cuba, para seus defensores, como o então Embaixador em Washington Roberto Campos, a Aliança para o Progresso constituiu um salto de qualidade em relação a iniciativas anteriores de desenvolvimento, como a OPA: “Ao passo que a Operação Pan-Americana era um grito de alarme e um pedido de assistência, sem especificação de reformas internas, a proposta americana da Carta de Punta del Leste [sic], substancialmente aceita no final dos debates, colocava grande ênfase sobre as reformas estruturais – reforma fiscal, reforma agrária, habitação, saneamento e educação”.³⁰⁶ Para os seus críticos, porém, a Aliança situava-se no plano norte-americano destinado a “manter e reforçar a influência dos Estados Unidos sobre a América Latina”, e era vista como “contrapartida positiva do esforço americano para esvaziar a Revolução Cubana”. Seria, assim, reformista e contra-revolucionária, a reedição de uma forma de

³⁰⁴ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 323. Consta que assessores de Kennedy teriam cogitado batizar o programa com o nome jusceliniano de Operação Pan-Americana, mas desistiram da idéia, por receio, entre outras coisas, de provocar os ciúmes dos demais países latino-americanos, cf. Campos, *op. cit.*, p. 419; e Goodwin, 1988, p. 109.

³⁰⁵ Bojunga, *op. cit.*, p. 751, nota 24.

³⁰⁶ Campos, *op. cit.*, p. 420.

“imperialismo ilustrado” norte-americano, oposta à reforma social e pela manutenção do *status quo*. Portanto, um “instrumento para vincular os países latino-americanos visando ao isolamento de Cuba”.³⁰⁷ Esta impressão seria reforçada nos meses finais de 1961: ainda em agosto, a Costa Rica decidiu romper relações diplomáticas com o Governo cubano; em dezembro, foi a vez de a Venezuela cortar seus laços com Havana.³⁰⁸

Não obstante, o Governo Jânio viu com bons olhos a ideia da Aliança para o Progresso, enxergando na proposta norte-americana uma oportunidade de combater o subdesenvolvimento, em especial em regiões economicamente deprimidas ou particularmente atrasadas, como o Nordeste brasileiro.³⁰⁹ O Brasil foi de longe o maior beneficiado com a ajuda norte-americana, cabendo-lhe a quantia significativa de 700 a 800 milhões de dólares, em um total de 2 bilhões de dólares de financiamento anual destinados pela Aliança para o Progresso aos países da América Latina.³¹⁰

Nesse ponto, a Diplomacia brasileira adotou posição contrária à de Cuba, pois o regime de Fidel Castro considerou desde o início a Aliança para o Progresso como um veículo para neutralizar a influência da Revolução Cubana na América Latina. O representante de Cuba na Conferência Econômica Extraordinária de Punta del Este, Ernesto “Che” Guevara, foi o único delegado presente à reunião que votou contra a iniciativa, apesar dos pedidos em contrário da delegação brasileira.³¹¹ Do lado da delegação brasileira, o único que aplaudiu o discurso de “Che” na conferência foi Brizola.³¹²

Ao explicar a posição do Governo cubano sobre a proposta da Aliança, Guevara afirmou, em um arroubo de otimismo triunfalista: “Sou contra. O regime de Fidel Castro converterá meu país, dentro de dez anos, na maior potência da América Latina. Já temos um crédito de 375 milhões de dólares nos países comunistas. É isso que os Estados Unidos querem dar para todos os países latino-americanos”.³¹³

Vista como reformista, a Aliança para o Progresso descontentou tanto os setores nacionalistas, como os grupos conservadores. Assim, “a Aliança para o Progresso não empolgou positivamente a opinião da América Latina. No Brasil, recebeu a repulsa dos nacionalistas que viam na aplicação dos programas da Aliança – numa área carente de quadros técnicos e de tecnologia, mas com forte presença de empresas norte-americanas – o aumento da dependência em relação aos Estados Unidos”. Para esses

³⁰⁷ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 308. Ver também Connel-Smith, *op. cit.*, pp. 264-5

³⁰⁸ Cf. Anderson, 2005, p. 597.

³⁰⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 309.

³¹⁰ Cf. Fausto, 2007, pp. 225-6, nota 201.

³¹¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 323-4.

³¹² Cf. Markun & Hamilton, 2001, p. 91.

³¹³ *Ibid.*

setores, a Aliança visava tão somente “fomentar reformas capitalistas antes que revoluções populares ocorressem”.³¹⁴

2.2.4. Um “diálogo perdido” em Punta del Este

Durante a reunião econômica de Punta del Este, ocorreu um fato paralelo que teria repercussões inesperadas em Washington. O episódio, que teve a participação de personagens brasileiros, teve um significado especial; por isso merece ser relatado aqui.

Em 17 de agosto, “Che” Guevara se encontrou com o assessor especial do Presidente Kennedy para a América Latina, Richard Goodwin, conforme este narra em seu livro de memórias.³¹⁵ Seria a primeira – e única – vez que o líder guerrilheiro encontraria um alto funcionário do Governo norte-americano.

A iniciativa do encontro teria partido de Guevara, como narra C.A. Leite Barbosa:

O líder cubano havia notado que Goodwin apreciava charutos e decidiu enviar-lhe uma caixa de havanas ao seu apartamento, no Hotel Vitória Plaza, em Montevidéu, onde se hospedava a maioria das delegações, com o seguinte cartão batido à máquina: ‘Como escrever a um inimigo é difícil – e não sou bom para escrever – estendo-lhe aqui a minha mão.’ O portador desse presente teria sido o jornalista argentino Jacobo Timmerman, e o mesmo foi recebido com satisfação por Goodwin, que mais tarde, ao retornar a Washington, iria oferecer um de seus charutos a Kennedy. [...] ³¹⁶

As circunstâncias do encontro Guevara-Goodwin são narradas por Roberto Campos. Segundo ele, teria havido uma pequena conspirata, que envolveu alguns diplomatas brasileiros, para viabilizar um encontro entre os dois representantes de países inimigos:

Terminada a conferência, quando já hospedado no hotel Victoria Plaza, em Montevidéu, Goodwin relata ter sido convidado por um delegado brasileiro, presumivelmente Barbosa da Silva, para uma festa de aniversário em honra do delegado brasileiro da ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio. [...] Aparentemente, havia uma pequena conspiração, armada por

³¹⁴ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 324.

³¹⁵ Cf. Goodwin, *op. cit.*

³¹⁶ Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 295-6.

um membro da delegação argentina, o jovem Rodríguez Larreta, não se sabe sob a influência de quem, para ensejar um seu contato com Guevara. Este, acompanhado de dois guarda-costas, só chegou à festa às duas da manhã, ali permanecendo até as 5:30h. [...] Durante a recepção, teria confirmado ao delegado argentino, Rodríguez Larreta, que gostaria de ter uma conversa privada com Goodwin. Este consultou Barbosa da Silva, que não manifestou objeções a participar desse encontro. Escapando ao barulho da festa, reuniram-se num quarto ao lado Guevara, Goodwin, Barbosa da Silva e Rodríguez Larreta.³¹⁷

O encontro realizou-se na casa de veraneio do banqueiro brasileiro Walter Moreira Salles (futuro Ministro da Fazenda de João Goulart). Segundo Paco Ignacio Taibo II, nem Guevara falava inglês nem Goodwin compreendia espanhol, de modo que um dos brasileiros presentes, que promoveram o contato entre os dois, serviu de intérprete.³¹⁸

O convite a Goodwin para que comparecesse à festa de aniversário no apartamento de Gerson da Silva, funcionário do Ministério da Fazenda e membro da delegação brasileira na recém-criada ALALC, partiu de um repórter do jornal francês *Figaro*, juntamente com um diplomata brasileiro. Goodwin chegou ao local por volta de uma hora da manhã. Guevara, pouco depois. Após conversar com alguns convidados e desembaraçar-se da presença feminina, que sempre o assediava nessas ocasiões sociais, o líder cubano disse a Horacio Rodríguez Larreta, membro da delegação argentina à CIES, que gostaria de ser apresentado a Goodwin, tendo demonstrado interesse em conversar com o representante norte-americano. A partir de então, o pequeno grupo, entre os quais estava o correspondente do *New York Times* no Rio de Janeiro, Juan de Onís, dirigiu-se à sala contígua, “mas Guevara observou que não desejava que a imprensa tivesse acesso à conversa”.³¹⁹

Estiveram presentes ao encontro, além de Guevara e Goodwin, Larreta e o Ministro Edmundo Penna Barbosa da Silva, Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty. Primeiramente, Guevara sentou-se no assoalho, sendo imitado por Goodwin. As instâncias dos diplomatas presentes, porém, os dois sentaram-se em poltronas. Barbosa da Silva e Larreta serviram de intérpretes (embora Goodwin, ao contrário do que diz Taibo II, entendesse razoavelmente o espanhol).

Inicialmente, o clima era tenso – pontilhado por algumas tiradas de humor para tentar quebrar o gelo. Guevara foi o primeiro a falar,

³¹⁷ Campos, *op. cit.*, pp. 424-5.

³¹⁸ Cf. Taibo II, 2004, p. 431.

³¹⁹ Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 296.

perguntando se o encontro seria entre dois inimigos ou entre duas pessoas para discutir um problema comum. “Entre inimigos”, respondeu secamente Goodwin, que esclareceu não estar credenciado para falar em nome de Kennedy ou do Governo dos EUA. Guevara então agradeceu, em tom jocoso, pela invasão da Baía dos Porcos, que ajudou a consolidar a revolução e uniu a população cubana em torno da liderança de Fidel Castro. Goodwin replicou, ironicamente, não ser isso um problema, pois os cubanos poderiam retribuir o favor, invadindo Guantánamo. “Ah, não somos loucos!” – retrucou Guevara, bem-humorado.

Os dois conversaram por mais de três horas. Guevara falou do caráter irreversível da Revolução Cubana e da liderança de Fidel, das relações com o Leste Europeu e da inutilidade de os EUA tentarem salvar Cuba das garras do comunismo por nova ação militar. Disse ser falso ver Fidel como um moderado cercado por radicais e suscetível de ser devolvido ao mundo ocidental. Asseverou, ainda, que a revolução não poderia ser destruída por movimentos internos, mesmo apoiados do exterior.³²⁰

Guevara perguntou a Goodwin se ele ouvira seu discurso da sessão plenária do dia 16, tendo seu interlocutor respondido afirmativamente. A partir daí, narra C.A. Leite Barbosa:

A intervenção de Guevara podia ser considerada essencialmente política mas moderada, na qual não faltaram referências explícitas ao diálogo com os Estados Unidos, ao afirmar que a Carta de Punta del Leste [sic], em um dos seus parágrafos, admitia “a existência de regimes que não adotam a filosofia de livre empresa”, e assim se admitia a existência de um país que apresenta uma série de características específicas que o diferencia dos demais. Guevara considerava tal fato uma atitude positiva dos Estados Unidos e “seria um primeiro passo para que governos que estejam contra o nosso possam ao menos reconhecer a irreversibilidade da Revolução cubana e de seu direito a ser reconhecida como um estado independente”. Destacou o interesse de Cuba em dirimir suas dificuldades com os americanos e discuti-las em qualquer parte do mundo, “desde que não haja condições prévias”. Aventou inclusive a possibilidade de indenizações para os bens americanos desapropriados, a serem pagas em exportações cubanas, mas excluiu qualquer possibilidade de sua devolução. Sem prejuízo da natural simpatia pelos países do Leste europeu, Guevara contemplava a eventualidade de não serem concluídos os acordos de cooperação econômica e militar com os mesmos.³²¹

³²⁰ *Ibid.*, p. 297.

³²¹ *Ibid.*, p. 298.

Prosseguindo em suas observações, Guevara classificou como “fracasso” a recém-criada Aliança para o Progresso, pois duvidava que tal iniciativa seria capaz de resolver os graves problemas sociais do continente, que exigiam medidas mais drásticas e profundas. Abordou com franqueza as dificuldades domésticas de Cuba (oposição da Igreja católica, sabotagens, movimentos armados etc.) e problemas econômicos (início de escassez de peças de reposição, falta de recursos para novos investimentos). Afirmou, também, ter plena consciência da inviabilidade de um entendimento com os EUA, mas se poderia tentar um *modus vivendi* temporário – achava mais fácil para os EUA apresentar uma proposta, “pois tinha o governo americano de se preocupar com a opinião pública, o que não era o seu caso”.³²²

Quanto à “exportação” da revolução para outros países do continente, Guevara mostrou-se cauteloso, deixando entrever que “seu governo estaria disposto a negociar desde que os Estados Unidos abandonassem qualquer plano para derrocar o regime cubano e levantasse o embargo comercial, além de cessar a campanha contra seu país.” Poderiam começar as conversas bilaterais com assuntos menores, como o roubo e sequestro de aviões, “mas em nenhuma hipótese aceitaria discutir fórmulas que importassem na mudança do sistema social e político implantado pela revolução.” A conversa, que terminou por volta das cinco da manhã, “foi mais um monólogo do que um diálogo.”³²³

Ao retornar a Washington, Goodwin relatou imediatamente o encontro a Kennedy.³²⁴ JFK pediu-lhe que redigisse memorando a Dean Rusk e a outras autoridades governamentais americanas. Em seu relatório, o jovem Goodwin (29 anos), mostrou-se bastante impressionado com Guevara, apenas alguns anos mais velho do que ele próprio. A repercussão do assunto na imprensa norte-americana levou o Departamento de Estado a emitir o telegrama-circular 312 aos embaixadores na América Latina – no documento, o encontro era descrito como tendo sido meramente casual, caracterizado pela troca de impressões pessoais, sem qualquer comprometimento político. Mesmo assim, Goodwin teve de comparecer, em 31 de agosto, a uma audiência da Subcomissão para a América Latina da Comissão de Assuntos Exteriores do Senado, presidida pelo Senador Morse, na qual reiterou o que relatara ao Presidente Kennedy e em seu memorando a Rusk.³²⁵

³²² *Ibid.*, pp. 298-9.

³²³ *Ibid.*, p. 299.

³²⁴ *Ibid.*

³²⁵ *Ibid.*, pp. 299-300.

Assim transcorreu a primeira e única ocasião em que o número dois da Revolução Cubana e ícone revolucionário mundial manteve um encontro com um representante do “Império”. Certamente, foi uma oportunidade perdida, para ambos os países, além de constituir, até hoje, fonte de especulação para os historiadores. Segundo uma versão apócrifa, nesse encontro reservado, “Che” teria apresentado ao representante norte-americano a seguinte proposta de Fidel Castro: Cuba suspenderia a ajuda à subversão no continente e, em troca, os EUA aceitariam a existência de um Estado comunista na América do Sul – a Venezuela. A proposta teria sido recusada terminantemente pelo Governo Kennedy. Tal versão, porém, jamais foi confirmada por nenhum dos participantes, permanecendo, portanto, na esfera dos rumores e especulações, comuns àquela época de tensões acirradas e conspirações.³²⁶

2.2.5. A visita de Guevara

Não obstante as reiteradas declarações oficiais de que o Brasil “fazia parte do mundo livre”, a política externa de Jânio Quadros gerou descontentamento e desconfiança entre as forças conservadoras, sobretudo a UDN de Carlos Lacerda, que logo se passou para o lado da oposição ao Governo. Notadamente a nova atitude em relação à África, o anúncio do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e – *last but not least* – o posicionamento em relação a Cuba provocaram forte reação dos setores anticomunistas, que viam na PEI “um perigoso e novo alinhamento internacional do Brasil”.³²⁷

Os EUA acompanhavam com atenção esses desdobramentos. Em 15 de junho, o Encarregado de Negócios da Embaixada norte-americana no Rio, Niles Bond, escreveu uma carta confidencial a J. W. Wilson, do Bureau de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, na qual traçava o seguinte perfil do Governo Jânio: “a persistência de Quadros em insistir numa política externa considerada por muitos brasileiros como hostil aos Estados Unidos, seu programa de austeridade econômica, suas medidas de reformas internas e seus métodos autoritários, os quais tendem a levar à quebra do tradicional equilíbrio entre o governo federal de um lado e governos estaduais e municipais de outro, e entre o Executivo e o

³²⁶ Cf. Mir, *op. cit.*, pp. 46-7. Com exceção desse último autor, que infelizmente omite as fontes, não há nenhuma outra referência à proposta cubana na bibliografia pesquisada. Mantenho aqui a referência, embora com a ressalva de que esta ainda necessita de comprovação factual. Ver também Campos, *op. cit.*, pp. 418 e 424-430.

³²⁷ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 326.

Legislativo, podem gerar uma oposição política suficiente para levar a um golpe de estado para depô-lo do poder”. Bond acreditava que havia mais probabilidade de o golpe partir da direita do que da esquerda, “porque a esquerda é mais fraca e tem pouco ou mesmo nenhuma força verdadeira nas Forças Armadas, embora Jânio tenha alienado setores representativos de ambos”.³²⁸

Em fins de agosto de 1961, a oposição passou à ofensiva. O estopim foi a condecoração, por Jânio, do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no dia 19, quando da visita deste a Brasília, de retorno da Conferência Econômica de Punta del Este. Durante a Conferência, “Che” fora convidado a visitar o Brasil pelo Ministro da Fazenda de Jânio, Clemente Mariani, que chefiava a delegação brasileira. Para o Governo Quadros, a visita do comandante revolucionário atendia ao interesse de Jânio em aparecer como mediador entre Cuba, a URSS e os EUA.³²⁹

Antes disso, em 2 de agosto, a Embaixada do Brasil em Havana enviou telegrama secreto informando que Guevara chefiaria a delegação cubana em Punta del Este, tendo manifestado ao Encarregado de Negócios brasileiro seu desejo de reunir-se com Mariani e Arthur Bernardes Filho antes da reunião. No seu regresso a Cuba, Guevara desejava encontrar-se com Jânio. Em sua estada no Uruguai, ele teve dois encontros com o Presidente uruguaio, Eduardo Vitor Haedo, nos dias 8 e 13 de agosto. No dia 17, pronunciou uma palestra na Universidade de Montevidéu, ao lado do Senador socialista chileno Salvador Allende. Nessa ocasião, ocorreu um atentado contra sua vida, com tiros disparados da platéia, tendo sido mortalmente ferido um professor da universidade.³³⁰

De volta de Punta del Este, Guevara manteve secretamente um encontro de duas horas com o Presidente Frondizi, da Argentina, na residência oficial de Olivos, localidade de San Torcuato, perto de Buenos Aires, em 18 de agosto. Esteve acompanhado do Dr. Ramón Aja Castro, Chefe do Departamento de Assuntos Latino-Americanos da Chancelaria cubana. O encontro, que vazou para a imprensa e gerou uma crise política, realizou-se em parte devido à insistência de Frondizi, que se via diante de uma situação desfavorável para uma futura mediação argentina na questão cubana, caso não recebesse Guevara. Ainda mais porque, desde 12 de agosto, já se sabia do convite ao líder revolucionário para ir a Brasília encontrar-se com Jânio. Embora não se saiba se Jânio e Frondizi tenham conversado a respeito da ida de Guevara

³²⁸ *Apud* Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 97.

³²⁹ Cf. Mir, *op. cit.*, pp. 45-6; Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1973, p. 413; *id.*, 1998, *op. cit.*, p. 328; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 323.

³³⁰ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 282 e 301.

a Buenos Aires, o fato é que o mandatário argentino certamente não queria sentir-se desprestigiado ante seu colega brasileiro. Daí seu convite a Guevara para passar algumas horas em Buenos Aires antes de ir a Brasília. Além disso, como diz C.A. Leite Barbosa, “a diferença da acolhida dispensada por Quadros a Guevara possivelmente poderia causar repercussões contraproducentes à boa marcha da *entente* argentino-brasileira.”³³¹

A primeira vez que Guevara esteve em solo brasileiro, em missão oficial,³³² foi em 3 de agosto, durante escala técnica para reabastecimento do avião da Cubana que levava o Ministro cubano-argentino para Montevidéu, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, por pouco ele não cruzou com o Senador norte-americano Edward (“Ted”) Kennedy, irmão do Presidente John Kennedy, que retornava a Washington após curta visita ao Brasil, onde conheceu as favelas de Recife e fora recebido por Jânio em Brasília, o qual lhe explicou os principais itens do programa brasileiro de estabilização financeira, tendo mencionado, ainda, o caso de Cuba e suas implicações para a estabilidade política continental. “Nesse assunto”, afirma C.A. Leite Barbosa, “Ted teria sido o portador de pedido de seu irmão para que o Brasil tentasse uma mediação com Fidel, num momento propício”.³³³

Ao saber que Guevara se encontrava em território brasileiro, Jânio telefonou a João Dantas, que se encontrava no Rio, na manhã de 3 de agosto, tendo-lhe dito que recebera um pedido de Kennedy e da Santa Sé para mediar a situação com Cuba. Jânio pediu a Dantas que fosse ao encontro de Guevara no Galeão e lhe transmitisse o convite para que viesse ao Brasil após a reunião de Punta del Este. Jânio queria conversar, entre outros assuntos, sobre os 168 asilados cubanos na Embaixada brasileira em Havana, problema que requeria solução urgente, inclusive para que fosse designado o novo Embaixador brasileiro em Cuba.³³⁴

No dia 12, o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Carlos Castello Branco, anunciou no Palácio do Planalto a vinda de Guevara. Todavia, foi somente no dia 16, no final da reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, que o jornalista Ewaldo Simas Pereira, Assessor de Imprensa do Ministro Clemente Mariani, formalizou o convite em Punta del Este. Entrementes, Jânio regressou de São Paulo, onde havia inaugurado uma exposição de arte sacra e atendido a compromissos familiares. Nessa oportunidade, ele chegou a levantar a hipótese de receber

³³¹ *Ibid.*, pp. 301-2 e 304. No ano seguinte, Frondizi foi deposto pelos militares; seu encontro com Guevara detonou, em parte, a crise que levou à sua queda, *ibid.*, pp. 282 e 301.

³³² Guevara passara rapidamente pelo Brasil em 1951, a bordo de um navio da companhia petrolífera estatal argentina, no qual se empregara como médico, cf. Anderson, *op. cit.*, 2005, p. 58.

³³³ Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 305-6.

³³⁴ *Ibid.*, p. 306.

Guevara em Bertioga, na residência de praia do Deputado Estadual Roberto de Abreu Sodré, mas o atraso no encerramento da reunião de Punta del Este inviabilizou a idéia. Ademais, o caráter oficial da visita se perderia, caso ela ocorresse em São Paulo. Tendo isso em mente, Jânio resolveu retornar a Brasília, onde ficou esperando o visitante.³³⁵

Às 23h35, de 18 de agosto, Guevara desembarcou em Brasília, à frente de uma comitiva de 45 pessoas, em um avião da Britannia, procedente do aeroporto de Carrasco, em Montevidéu. Devido ao encontro com Frondizi no mesmo dia, o avião estava cerca de 12 horas atrasado. Além disso, uma avaria no sistema de aquecimento da aeronave retardou a decolagem para as 19h40. (Ironicamente, quase naquele mesmo horário, às 19h30, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, desembarcava na Capital Federal.³³⁶)

Guevara foi saudado na Base Aérea pelo comandante da base e pelo Encarregado de Negócios de Cuba, Helio Amenieros Fernández. Jânio solicitara ao então Deputado Federal José Sarney que recebesse Guevara, mas frequentes mudanças de horário do avião impediram o jovem parlamentar maranhense de estar presente à base na hora do desembarque (Sarney chegaria mais tarde, na companhia do Deputado Ferro Costa e de outros parlamentares). Após descer do avião e se dirigir à pequena sala VIP, Guevara foi convidado pelo Secretário C.A. Leite Barbosa a entrar no carro do Cerimonial, um Chevrolet 1954. Entraram no automóvel, além de Guevara, um de seus assessores, que ocupou o banco dianteiro, o introdutor diplomático, Arrhenius F. Machado de Freitas, e o Secretário Leite Barbosa. Demonstrando cansaço (tivera um ataque de asma no dia anterior), Guevara permaneceu calado durante quase todo o trajeto até o hotel, dando a impressão de ser “uma pessoa gentil mas profundamente tímida”. Devido ao atraso do avião, a cerimônia no dia seguinte no Palácio do Planalto seria às 7 horas da manhã. Às seis horas, Leite Barbosa e o introdutor diplomático iriam buscar Guevara, com uma escolta de batedores militares³³⁷, no apartamento 305 do Brasília Palace Hotel, onde se hospedara.³³⁸ A suíte ministerial em que passou a noite era ladeada por dois apartamentos ocupados por agentes do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS. O andar inteiro foi bloqueado.³³⁹

A agenda de Jânio para o dia 19 de agosto era intensa. Pela manhã, logo após o encontro com Guevara, ele iria a Vitória, Espírito Santo, para

³³⁵ *Ibid.*, pp. 307-8.

³³⁶ *Ibid.*, p. 310.

³³⁷ *Ibid.*, pp. 311-2.

³³⁸ Cf. Melo Filho, *op. cit.*, p. 289.

³³⁹ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 310.

inaugurar a fábrica Braspérola e conhecer o terminal de minérios da Companhia Vale do Rio Doce, em Tubarão. Em seguida, iria ao Rio de Janeiro, onde teria um encontro, no final da tarde, com Carlos Lacerda, no Palácio Laranjeiras. Na manhã do dia seguinte, domingo, ele voltaria a Brasília.³⁴⁰

As primeiras notícias da decisão de Jânio de condecorar Guevara chegaram aos militares brasileiros antes mesmo da chegada do Ministro cubano-argentino ao Brasil. O General Pedro Geraldo avisou Quintanilha Ribeiro sobre a repercussão negativa nas Forças Armadas, onde começava a surgir um movimento de questionamento das honras militares ao visitante, pois este não era Chefe de Estado. O problema foi resolvido rapidamente, visto que o Presidente da República poderia autorizá-las em caráter excepcional.³⁴¹

Após descansar algumas horas no hotel, Guevara dirigiu-se no dia seguinte, sábado, às 6h30, para uma audiência com Jânio Quadros no semidesértico Palácio do Planalto. Guevara chegou ao local em um automóvel do Itamaraty, escoltado por batedores da Aeronáutica. Após ouvir, com a boina na mão mas sem prestar continência, a execução dos hinos nacionais brasileiro e cubano, e após passar em revista a tropa, ele foi conduzido ao gabinete presidencial, acompanhado pelo Encarregado de Negócios de Cuba e pelo Chefe do Cerimonial da Presidência. Esperavam-no ao pé da rampa do Planalto o Ministro J.A. de Macedo Soares e o Capitão Gesel Ferrari. Após os cumprimentos de praxe, os três tomaram o elevador para o 3º andar do Palácio, dirigindo-se ao gabinete presidencial. (Momentos antes, Jânio fora informado pelo General Pedro Geraldo sobre a intenção de Lacerda de renunciar ao Governo da Guanabara, a fim de “ir para as ruas para lutar como cidadão comum contra a comunização do Brasil pela política externa”. Imperturbável, Jânio aguardou Guevara, conversando com José Aparecido.³⁴²)

Enquanto isso, meia dúzia de seguranças permaneceram no Salão Verde, contíguo ao gabinete, juntamente com os jornalistas que se apinhavam no local.³⁴³ Durante a audiência, o líder revolucionário manifestou o agradecimento do Governo de Cuba pela posição do Brasil em Punta del Este e apresentou as saudações pessoais de Fidel Castro.³⁴⁴ Jânio iniciou a conversa agradecendo a documentação recebida sobre a Universidade do Povo e o documentário sobre a invasão da Baía dos Porcos

³⁴⁰ *Ibid.*

³⁴¹ *Ibid.*

³⁴² *Ibid.*, p. 312.

³⁴³ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, *apud* Carone, 1980, pp. 180-1.

³⁴⁴ Cf. Melo Filho, *op. cit.*, p. 289.

enviado pouco antes pelo Subsecretário de Relações Exteriores de Cuba, Carlos Olivares. Relembrou o telegrama que Guevara lhe enviara um ano antes, no qual o alertava a respeito de possíveis tumultos no Triângulo Mineiro às vésperas das eleições presidenciais. A mensagem, cifrada, havia sido remetida de Havana por um diplomata brasileiro para um ex-funcionário da Embaixada em Cuba em São Luís do Maranhão. Após decifrada, ela foi entregue a José Sarney, que a remeteu a João Dantas. Este finalmente a fez chegar a seu destinatário no Rio de Janeiro. No começo de junho, Jânio viu-se novamente alvo de especial consideração do comandante revolucionário, diante da irrupção de uma greve universitária em Pernambuco, deflagrada por uma palestra da mãe de Guevara, Celia de La Serna y Llosa, na Faculdade de Direito de Recife. A crise, que durou cerca de quinze dias, teve desdobramentos na área sindical, resultando na reação enérgica dos ministros da Justiça, Pedroso Horta, e da Guerra, Odylio Denis. Na ocasião, Guevara enviou mensagem a Jânio na qual afirmava não ser responsável pelas declarações de sua mãe e que estava disposto a pedir que ela deixasse o País, caso fosse considerado necessário.³⁴⁵

Menos de 25 minutos depois do início da conversa reservada, às 7h40, Guevara e Jânio dirigiram-se ao Salão Verde do Palácio.³⁴⁶ Devido a outro compromisso de Jânio (teria que viajar para Vitória uma hora e meia depois), a conversa entre os dois foi bastante rápida. Poucas pessoas – cerca de dez – estiveram presentes: o Chefe do Cerimonial do Itamaraty, Embaixador José Augusto de Macedo Soares; o Secretário Leite Barbosa e o jornalista Araújo Neto, da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Além destes, encontravam-se no recinto o Secretário particular de Jânio, José Aparecido; o Encarregado de Negócios de Cuba; os oficiais do Gabinete Civil J. Pereira e Murilo Antunes Alves; o Primeiro-Secretário Renato Bayma Denis; os ajudantes-de-ordens Major Chaves Amarante e Comandante Alexandre Leal Filho; o Intendente dos Palácios Presidenciais João Braz, os fotógrafos e alguns poucos funcionários administrativos.³⁴⁷ Nesse momento, Jânio condecorou Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Toda a cerimônia não durou mais de 40 minutos.³⁴⁸

A entrega da comenda foi assim descrita por Carlos Castello Branco:

Jânio saudou rapidamente o ministro revolucionário de Cuba que, em um uniforme simples, cansado e sonolento – havia viajado toda a noite – não

³⁴⁵ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 319-320.

³⁴⁶ *Ibid.*

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 313.

³⁴⁸ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, *apud* Carone, *op. cit.*, 1980, p. 180.

parecia estar à vontade na cerimônia. O presidente lhe passou o colar pelo pescoço e lhe entregou a caixa com o diploma e a medalha. Guevara agradeceu com poucas palavras. Depois se produziu um silêncio constrangido. Jânio convidou o ministro a entrar em seu gabinete e, percebendo o incômodo do homenageado, voltou-se para seu chefe de protocolo e lhe disse: “Ministro, tire esse colar do Guevara...”³⁴⁹

O breve discurso de Quadros ao conferir a comenda ao visitante foi protocolar. Foram estas suas palavras:

Ministro Guevara: V. Exa. manifestou em várias oportunidades o desejo de estreitar relações econômicas e culturais com o Governo e povo brasileiros. Esse é o nosso propósito também. E é a deliberação que assumimos no contato com o Governo e o povo cubanos. E para manifestar a V. Exa., ao Governo de Cuba e ao povo cubano, nosso apreço, nosso respeito, entregamos a V. Exa. esta alta condecoração do povo e do Governo brasileiros.

Já ostentando a faixa da Grã-Cruz atravessada no peito, Guevara agradeceu a comenda em nome do povo de Cuba e da Revolução Cubana. Seu discurso, em espanhol, foi igualmente conciso:

*Sr. Presidente: como revolucionário, estou profundamente honrado com esta distinção do Governo e do povo brasileiros. Porém, não posso considerá-la nunca como uma condecoração pessoal, mas como uma condecoração ao povo e nossa revolução, e assim a comunicarei com as saudações desse povo que V. Exa. pessoalmente representa. E a transmitirei com todo desejo de estreitar as nossas relações.*³⁵⁰

Terminada a cerimônia, Quadros e Guevara voltaram para o gabinete presidencial, onde conversaram por cerca de dez minutos.³⁵¹ A conversa entre os dois tratou de temas espinhosos, com o Presidente brasileiro manifestando seu desagrado com o fato de não haver sido resolvido até então o caso dos asilados na Embaixada do Brasil em Havana. Jânio transmitiu a Guevara, também, o apelo formulado ao Governo brasileiro pelo Encarregado de Negócios do Vaticano no Brasil, no sentido de ser modificado o tratamento hostil que vinha sendo dado aos católicos em Cuba. A esse respeito, os seguintes pontos foram sintetizados: “1) apropriação pelo Estado das escolas privadas católicas; 2) expulsão em

³⁴⁹ Castello Branco, 1996, p. 61.

³⁵⁰ *Apud* Pinheiro, *op. cit.*, 2001, pp. 150-1.

³⁵¹ *Cf. O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, *apud* Carone, *op. cit.*, 1980, p. 181.

massa de religiosos e religiosas estrangeiros; 3) proibição de comunicação entre os Bispos e os fiéis de suas dioceses através de pastorais ou outros documentos eclesiásticos normais”. De acordo com comunicação enviada pelo Itamaraty à Embaixada em Havana, Guevara teria revelado “muita simpatia” pela gestão.³⁵² Ao despedir-se, “Che” levou de volta uma carta de Jânio a Fidel, com um pedido para que os asilados que lotavam a Embaixada brasileira fossem autorizados a sair de Cuba.³⁵³

A conversa entre Jânio e Guevara pode ser reconstituída pelo memorando (bilhete) de Jânio a Afonso Arinos, que não participou da conversa, pois não estava em Brasília, mas no Rio. Em 22 de agosto, Jânio enviou o seguinte bilhete a Arinos: “Secreto – Comunicar ao Ministro do Exterior da Colômbia [Turbay Ayala, então de passagem no Rio de Janeiro] minha conversa com Guevara, tendo em vista: 1) a necessidade de Cuba manter-se na família continental; b) a necessidade de evitar o aparecimento do problema religioso, com violências contra a Igreja”.³⁵⁴

Após calorosa despedida, Guevara tomou um cafezinho e, ao deixar o Palácio, acompanhado do Major Chaves Amarante, colocou-se à disposição das perguntas dos jornalistas.³⁵⁵ Afirmou que viera “apenas testemunhar os agradecimentos de seu governo à atitude do Brasil em Punta del Este”. Repetiu o que dissera pouco antes, dizendo-se satisfeito com a condecoração que acabara de receber, “não por mim, mas pelo que significa para a aliança entre os dois povos”, e observou que sua audiência com Jânio não teve nem buscou resultados concretos, pois era apenas uma visita de cortesia. Perguntado sobre a Conferência de Punta del Este, declarou que Cuba não assinou a Carta porque foi excluída da Aliança para o Progresso, embora – afirmou – simpatizasse e apoiasse todos os desejos de melhor nível de vida que se traduziam no documento.³⁵⁶

Em seguida à entrevista coletiva, Guevara percorreu a avenida W-3 ao lado do Prefeito de Brasília, Paulo de Tarso Santos. Durante o percurso, os vidros do carro em que estavam permaneceram levantados, apesar do clima quente e seco que caracteriza o mês de agosto na capital federal. Temia-se a possibilidade de um atentado, como o que ocorrera no Uruguai,

³⁵² Telegrama da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Havana, 21 de agosto de 1961. AMRE-B. Quadros explicaria a condecoração a Guevara como um gesto de agradecimento a Cuba por ter atendido as gestões brasileiras feitas a pedido do Núncio Apostólico, Monsenhor Lombardi, em favor da libertação de cerca de 20 padres espanhóis, cf. Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 249.

³⁵³ Cf. Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 93.

³⁵⁴ *Apud* Franco, *op. cit.*, 1968, p. 102.

³⁵⁵ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 314.

³⁵⁶ Cf. Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 93.

quando durante uma palestra de Guevara na Universidade de Montevideu, um tiro fora disparado da audiência, ferindo mortalmente um professor.³⁵⁷

De volta ao hotel, após descansar um pouco, Guevara concedeu nova entrevista à imprensa. Dessa vez, foi bem mais loquaz. Falando aos jornalistas no próprio apartamento onde estava hospedado, disse que Cuba não subscrevera as decisões de Punta del Este porque “não poderia apoiar uma Aliança para o Progresso, de que não participa”. Criticou asperamente a declaração resultante da Conferência, afirmando que aquela “é ambígua quanto às necessidades dos países latino-americanos e quanto ao que se poderá fazer em seu benefício. Não obstante” – ressaltou –, “vimos com simpatia aquela reunião, pois, pela primeira vez, Cuba teve apoio para manter a sua posição de república americana. Antes estivemos sempre sós e de tal maneira agredidos, que só poderíamos reagir de maneira violenta. Nesta conferência, a atitude do Brasil e também de outros países pôde evitar aquelas agressões pesadas e as tentativas de afastar Cuba do continente, mantendo-a isolada”. Quanto à Aliança para o Progresso, chamou-a de “inócua”, afirmando que esta “não resolverá nada”, pois não seria mais que um meio pelo qual os EUA “tentam recuperar-se perante a América Latina”. Assinalou, contudo, “dois fatos animadores”: 1) os EUA “reconhecem que há situações que é necessário enfrentar; e 2) vários países falaram linguagem diferente da usual nesse tipo de conferência”. A respeito do discurso proferido pelo representante norte-americano em Punta del Este, Douglas Dillon, que buscara responder à tese defendida pelos cubanos – e pelos brasileiros – de que “podem existir na América Latina países com regimes sociais diferentes”, Guevara qualificou-o como “insultante, uma inundação de falsidades e mentiras”, em que Dillon “negou a coexistência”. O líder esquerdista insistiu que Cuba estava disposta a negociar com os EUA, mas, frisou, “desde que mantida a igualdade de tratamento e o respeito mútuo”. Depois de dizer que o Governo cubano se dispunha expressamente a isso, assinalou: “Todavia, não faremos esforço algum. Cuba é um país soberano, livre e está à altura dos EUA. Oferecemos negociações em pé de igualdade. Se eles quiserem, está bem e se não, também está bem. Cuba não se ajoelhará diante dos EUA”.³⁵⁸

Após a entrevista no hotel, Guevara sobrevoou de helicóptero a recém-inaugurada capital federal, ocasião em que avistou desde cima a Embaixada dos EUA (“*tan chiquita*”, exclamou).³⁵⁹ Ao meio-dia, acompanhado pelo Encarregado de Negócios da Embaixada cubana e

³⁵⁷ Cf. Villa, 2004, p. 41.

³⁵⁸ *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961. No mesmo dia da concessão da comenda a Guevara, o Congresso dos EUA aprovava o boicote a Cuba, cf. Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 90.

³⁵⁹ Cf. Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 90. Ver também Anderson, *op.cit.*, 1997, p. 497.

por mais alguns membros de sua comitiva – e visto que o Itamaraty se havia recusado a oferecer um almoço de boas-vindas ao visitante ilustre –, almoçou na residência oficial do Prefeito do Distrito Federal, a Granja do Riacho Fundo, em um almoço para doze convidados.³⁶⁰ Nessa ocasião, Guevara elogiou a política exterior do Brasil, asseverando que o continente inteiro se estava beneficiando dela. Ainda durante o almoço, no qual permaneceu por aproximadamente duas horas e meia, ele formulou convite para que a Juventude Democrática Cristã (do PSD, partido do Prefeito de Brasília Paulo de Tarso) visitasse Cuba. Guevara então dirigiu-se com ele ao aeroporto, onde chegou cinco minutos antes da partida do avião da Cubana de Aviación. O aparelho decolou às 14h55, rumo a Trinidad.³⁶¹ Lembraria Paulo de Tarso, mais de vinte anos depois: “Não havia nos esperando, um único ministro de Estado, uma única figura oficial, sequer havia um único soldado”.³⁶² No total, Guevara permaneceu exatamente 15 horas e 25 minutos em Brasília.³⁶³

O gesto da condecoração, em si, era algo rotineiro. Guevara foi o quarto integrante do Governo cubano revolucionário a receber a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul – antes dele, o Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, o Chanceler Raúl Roa e o Ministro da Agricultura receberam a honraria, em junho de 1960. Por sua vez, o Governo cubano concedeu a Ordem de Céspedes ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ao ex-Chanceler Horácio Láfer, ao General Nelson de Mello (Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República), a Oswaldo Penido (do Gabinete Civil) e a vários diplomatas brasileiros – 17 agraciados ao todo por Havana.³⁶⁴ A outorga da comenda ocorreu sem o conhecimento do Chanceler Afonso Arinos.³⁶⁵ Assim como ocorrera na visita de Berle Jr. em abril, Jânio queria preservá-lo de qualquer desgaste. Em suas memórias, Arinos confirma não ter sido cientificado da honraria concedida a Guevara, “só tendo dela conhecimento pelo Chefe do Cerimonial do Planalto, Ministro Macedo Soares, quando cheguei a Brasília, *depois da partida de Guevara*”.³⁶⁶ Gesto teatral e inesperado, este seria um dos últimos atos do Governo Quadros.

³⁶⁰ Cf. Barbosa, *op.cit.*, 2007, p. 315.

³⁶¹ Cf. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961.

³⁶² Santos, 1984, p. 35.

³⁶³ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, *apud* Carone, *op. cit.*, 1980, p. 180.

³⁶⁴ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 317-8.

³⁶⁵ Cf. Campos, *op. cit.*, p. 428.

³⁶⁶ Franco, *op. cit.*, 1968, p. 102; grifo meu. De acordo com o protocolo diplomático, Guevara não poderia ter sido condecorado pelo Presidente da República, mas pelo Ministro das Relações Exteriores. Deveria também retribuir com uma comenda cubana equivalente. Mais tarde, a condecoração foi cassada pelo Governo Castello Branco, cf. Pinheiro, *op.cit.*, 2001, pp. 150-1.

2.2.6. A renúncia de Quadros e a crise da legalidade

A condecoração de “Che” Guevara com a mais alta comenda nacional, embora não tenha tido, por si só, a importância que lhe foi atribuída à época, tendo sido, antes de tudo, um gesto simbólico, desencadeou uma onda de oposição a Quadros e à sua política externa. Segundo Boris Fausto:

A condecoração a Ernesto Guevara, que precipita a crise, é mais um desafio a antigos aliados e uma prova de independência do que a revelação de novas lealdades, pois com o Ministro cubano o Brasil não havia marchado oficialmente na recentemente concluída Conferência de Punta del Este. E diante da calculada generosidade americana foi o Brasil, de longe, o maior contemplado. Mas para a oposição de direita é o estopim que Carlos Lacerda, oportunamente, maneja, ligando-o a intenções golpistas de Jânio através de seu Ministro da Justiça, Pedroso Horta.³⁶⁷

As reações começaram antes mesmo da chegada de Guevara a Brasília. “Che” quase foi recebido sem as honras militares de estilo: sua visita por pouco não deflagrou uma rebelião militar. Ao saber que prestaria homenagens ao líder revolucionário cubano-argentino, a oficialidade do Batalhão de Guarda, encarregado da recepção aos dignitários estrangeiros, recusou-se a acatar as ordens de formar defronte ao Palácio do Planalto para a habitual revista às tropas. Durante toda a noite de 18 para 19, os oficiais superiores se movimentaram para vencer a resistência de seus subordinados. Tiveram êxito, visto que, antes das 7 horas da manhã, os soldados estavam em seus postos. Excetuando-se o caráter improvisado da cerimônia de condecoração de “Che” pelo Presidente da República, não houve incidentes.³⁶⁸

A crise maior viria em seguida. No mesmo dia em que Guevara era condecorado por Jânio, o líder anticomunista cubano Manuel Antonio Varona recebia, às 6 horas da tarde, no Palácio Laranjeiras, as chaves da cidade do Rio de Janeiro das mãos do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda,³⁶⁹ tendo sido condecorado, na mesma ocasião, o líder anticomunista Álvaro Díaz.³⁷⁰ Ao conceder a honraria a Varona, Lacerda assim discursou:

³⁶⁷ *Op. cit.*, 2007, pp. 225-6.

³⁶⁸ Cf. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961. Afirma Murilo Melo Filho (*op. cit.*, p. 289) que a condecoração entregue por Jânio a “Che” foi emprestada da Embaixada do Peru, visto que não havia comendas no Itamaraty quando da visita do Ministro cubano-argentino e o Presidente peruano, Manuel Prado, havia sido condecorado um mês antes; “Che” não levou a comenda.

³⁶⁹ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 45, nota 26.

³⁷⁰ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 315.

É uma das mais destacadas personalidades, não apenas por seu passado de lutas, mas antes de mais nada, por uma honestidade e uma conduta retilínea, que, apesar de todas as adversidades jamais alguém conseguiu atacar. Neste seu quarto exílio, depois de haver combatido, sempre na primeira linha, as tiranias de Machado e Batista, esta última por duas vezes, Verona [sic] nada perdeu de seu poder de luta, nem da sua fé, colocando-se sempre na primeira linha dos homens que empenham todas as suas forças para realizar a redemocratização de Cuba.

Nos agradecimentos, Varona admitiu que foram cometidos erros gravíssimos na tentativa de invasão da Baía dos Porcos, reafirmou sua disposição de derrubar Fidel e pediu ajuda ao Brasil para esse propósito, alertando para o risco do surgimento de novas Cubas no continente. Nesse momento, Lacerda interrompeu-o, para esclarecer que, mesmo fazendo parte do Governo, a UDN não aceitava a política externa do Governo federal e emendou: “Apenas os comunistas apóiam a política do presidente Jânio Quadros”.³⁷¹

As palavras de Lacerda encontraram eco nos militares das Três Armas, onde o descontentamento com a comenda a Guevara ficou evidente. O Ministro da Guerra, Odílio Denys, que já havia advertido Jânio quatro vezes “sobre a repercussão de sua política externa dentro das Forças Armadas”, comunicou-lhe sobre a agitação nos quartéis em relação à PEI e para transmitir-lhe o ponto de vista dos militares de alta patente, os quais estavam “inquietaos e alarmados” com “a política externa esquerdistas do Presidente”. Jânio comprometeu-se que os tranquilizaria em seu discurso durante a comemoração do Dia do Soldado.³⁷²

A condecoração a Guevara também gerou acirrados debates no Congresso, onde provocou reações apaixonadas de protesto. O Deputado Padre Calazans atacou diretamente o Presidente:

Política se faz com mais seriedade, menos uísque e menos outras coisas. Não sei por que Che Guevara foi condecorado. Por ter as mãos ensangüentadas como Fidel Castro? Por que se fez assassino de milhões de cubanos? Por que saqueou terras? Por que tomou propriedades particulares? Por que aprisionou o povo e enganou uma nação? Por que entregou Cuba a Krutchev [sic] para que tivesse um baluarte, uma trincheira, um bastião dentro do continente americano, para ameaçar todas as nações da América?³⁷³

³⁷¹ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 93. Varona era o chefe da organização anticomunista Resgate, tendo, inclusive, segundo Furiati (*op. cit.*, 2002, p. 96), ligações com a máfia de Miami; no início de 1961, ele teria participado de um complô para matar Fidel Castro usando pastilhas envenenadas.

³⁷² Cf. De Carli, 1962, p. 17.

³⁷³ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 94.

A questão agitou os debates parlamentares, principalmente nos dias 21 e 22 de agosto. Em discurso na tribuna da Câmara, o Deputado Maurício Joppert classificou como “uma ignomínia” a condecoração. João Mendes (UDN), presidente da conservadora Ação Democrática Parlamentar (ADEP), destacou:

O Brasil é nitidamente uma nação cristã e democrata, devotada ao respeito à pessoa humana. Trairá o mandato dela recebido, porque estará em choque com os próprios sentimentos do povo brasileiro, quem, no exercício deste mandato, aceitar o paredón cubano como forma de justiça. E como se considerasse bastante conferi-la aos membros de certa missão soviética, secundários representantes de interesses comerciais russos, escolheu-se o peito de Che Guevara, argentino que renegou sua pátria a fim de servir ao comunismo internacional, para nele colocar, profanando-a, a Cruz de Cristo.³⁷⁴

Mesmo parlamentares moderados se pronunciaram contra a entrega da comenda a “Che”. O udenista Adauto Lúcio Cardoso, Deputado pela Guanabara, classificou de “provocação inútil” a condecoração a Guevara,³⁷⁵ enquanto deputados governistas, como Adahil Barreto, buscavam minimizar o significado do gesto: “O ato do presidente não implica em solidariedade específica com o regime cubano [...], mas no reconhecimento de Estado para Estado, da personalidade do ministro cubano, que, quer queiram quer não, é uma personalidade das maiores do mundo latino-americano”.³⁷⁶ Apesar dessas palavras, a insatisfação avançava, inclusive no meio militar. Vários comandantes militares se manifestaram, ameaçando devolver suas condecorações em sinal de protesto, o que lhes valeu uma advertência do Ministro da Guerra.³⁷⁷

Em contraste com as apaixonadas reações internas, em Washington a condecoração teve pouca repercussão nos círculos oficiais norte-americanos. O Departamento de Estado e a CIA avaliaram-na como “uma bravata de tendência esquerdista, sem maiores conseqüências”. Apesar disso, a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro sugeriu em 22 de agosto um convite ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek para entrevistar-se com Kennedy em Washington, a fim de que o mandatário norte-americano externasse a insatisfação dos EUA com os rumos da política externa brasileira.³⁷⁸

De sua parte, o Governo de Cuba manteve uma atitude discreta em relação à visita de Guevara a Brasília, talvez para não prejudicar o

³⁷⁴ *Ibid.*, pp. 94-5.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 95.

³⁷⁶ *Apud* Victor, *op. cit.*, p. 276.

³⁷⁷ Cf. Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 95.

³⁷⁸ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 326.

Governo Quadros. A condecoração era vista por Havana como um ato de cortesia, sem implicações político-ideológicas. Durante coquetel oferecido pelo Encarregado de Negócios brasileiro aos membros da missão Borges da Fonseca – que se encontravam em Havana para a assinatura de um acordo comercial entre os dois países –, na noite de 24 de agosto, Guevara compareceu sem portar a condecoração, sequer tendo feito qualquer menção a ela.³⁷⁹

Nada disso pareceu significar muito para alguns órgãos de imprensa brasileiros, que redobram seus ataques ao Governo Jânio e à sua política exterior. Com o título “Humilhação e Vergonha”, editorial do *Diário Carioca* do dia 22, assinado por J.E. de Macedo Soares, não hesitou em lançar ao Presidente da República a pecha de traidor da pátria, por supostamente humilhá-la e insultá-la com suas atitudes. No começo do mês, em 3 de agosto, Lacerda já havia pronunciado um duro discurso, ao saudar o Presidente Prado, do Peru, no Rio de Janeiro, tendo declarado que “nossa política exterior está destruindo a unidade do continente americano e colocando o Brasil como cabeça de ponte diplomática para a Rússia completar o que militarmente iniciou em Cuba, com a invasão de técnicos que preparam, para todos nós, dias de agonia”. Ele classificou Guevara como um “aventureiro internacional”, um “bandido” e um “pilantra bêbado de poder, ávido de tirania e de violência”.³⁸⁰

Tais declarações inflamadas destoavam da repercussão restrita obtida pela condecoração no exterior. Segundo C.A. Leite Barbosa: “A mídia estrangeira não avançou além de publicar os despachos das agências de notícias e, em alguns casos, sobretudo nos jornais latino-americanos, posições eram explicitadas em editoriais, de acordo com as tendências políticas de cada jornal, mas sem qualquer caráter sensacionalista”.³⁸¹

Uma das reações mais violentas contra a condecoração de Guevara partiu do jornal *O Estado de S. Paulo* que, em virulento editorial, intitulado “Grã-Cruz para um Agitador Internacional”, resumiu a indignação dos setores conservadores:

Atingiu o limite da capacidade do povo brasileiro suportar agressões a outorga ao Sr. Ernesto Guevara, vulgo Che – ex-cidadão argentino que renegou sua pátria para servir à causa do bolchevismo na frente avançada de Cuba –, da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em seu mais elevado grau. A visita desse senhor ao Brasil já era difícil de engolir. Admitia-se que ele viesse a

³⁷⁹ *Ibid.*, pp. 326-7.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 328.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 329.

convite próprio, apenas referendado pelo nosso governo, que não tivera saída. Entretanto, o presidente transformou o agitador profissional, o inimigo da democracia, que acaba de renegá-la em Punta del Este, esse desalinhado promotor de vários escândalos internacionais, em hóspede bem-vindo, merecedor das maiores homenagens. Não sabemos como os dignos ministros da Guerra e da Marinha – não falemos do ministro do Exterior –, que fazem parte do Conselho da Ordem, podem haver concordado com a indefensável deferência ao sócio de Fidel Castro.³⁸²

Em 21 de agosto, *O Globo* somou-se às críticas de *O Estado de S. Paulo*, afirmando, em editorial:

Sob nenhum pretexto a Ordem do Cruzeiro do Sul poderia ser concedida a Guevara, já que uma condecoração como esta é um prêmio a serviços prestados ao Brasil ou ao gênero humano. Pregar no peito de Guevara a mesma estrela que o governo Epitácio Pessoa entregou a Alberto I, o Rei Soldado, representa, no mínimo, um sacrilégio, uma desmoralização. Jânio Quadros condecorou um aventureiro internacional, representante de um bando de fanáticos que se apoderou, pela violência, do governo da pátria de José Martí, desrespeitando os compromissos, desvinculando a República das obrigações e tratados interamericanos, para jogar-se nos braços do comunismo sino-soviético.³⁸³

Por sua vez, o liberal *Correio da Manhã* buscou diminuir a importância do episódio: “A ordem conferida ao sr. Guevara não significa nada. Significa, sim, que o governo do Brasil considera o atual governo de Cuba como um fato. Mas isto não é nada de novo”.³⁸⁴ Em favor desse ponto de vista, Afonso Arinos Filho lembra que Guevara visitara o País na qualidade de Ministro de Estado de um país com o qual o Brasil mantinha relações diplomáticas. “Enquanto isso”, afirma, “representantes do governo soviético, que não tinham conosco aquelas relações, e aqui se encontravam como membros de uma delegação comercial, haviam recebido, pouco antes, a mesma comenda, sem objeções ou reações”.³⁸⁵

Tais ponderações, porém, caíram no vazio. Estava criado o cenário para uma das mais graves crises políticas da História do Brasil. No dia 24, em um programa de televisão, um Lacerda flamejante denunciou com grande estardalhaço um suposto convite do Ministro da Justiça,

³⁸² *Apud* Victor, *op. cit.*, p. 291.

³⁸³ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 94.

³⁸⁴ *Ibid.*

³⁸⁵ Arinos Filho, *op. cit.*, p. 195.

Oscar Pedroso Horta, para participar de um golpe de Estado que fecharia o Congresso e daria amplos poderes a Jânio. Em seu pronunciamento, Lacerda voltou a atacar a decisão de condecorar “Che” Guevara: “Por trás da condecoração dada ilegalmente a esse aventureiro internacional, a esse apátrida especialista em oprimir a pátria alheia, que coisas se escondem, que aventuras, que tramas da madrugada, que torvas conversas, que sinistras combinações!”³⁸⁶

Foi então que veio o inesperado. Em 25 de agosto, alegando a pressão de “forças terríveis”, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Tratou-se, quase certamente, de uma tentativa frustrada de auto-golpe.³⁸⁷ Pouco antes, na Ordem do Dia lida durante a cerimônia do Dia do Soldado, o Ministro da Guerra ressaltou que o Exército respeitava o princípio da autodeterminação das nações “baseado em eleições livres e periódicas” e repelia qualquer intervenção “através da infiltração ideológica ou da subversão política”.³⁸⁸ Era uma intromissão sutil, mas evidente, na política exterior do Governo Jânio Quadros.

Também naquele mesmo dia, como se nada de anormal estivesse acontecendo, Cuba e Brasil firmavam um acordo comercial e de pagamentos, pelo qual o Governo brasileiro se comprometia a fornecer produtos alimentícios e industriais à ilha, que proporcionaria matérias-primas, principalmente minerais, ao Brasil.³⁸⁹ A missão comercial brasileira em Havana, chefiada pelo Ministro Mário Borges da Fonseca, Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, incluía representantes da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil; do Conselho Nacional do Petróleo; do Instituto Nacional do Pinho; do Ministério da Indústria e Comércio; e das Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio. Após seu encontro com Guevara, Jânio expediu memorando ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Indústria e do Comércio recomendando a assinatura de um acordo comercial. Foi assinado então em Havana um convênio de pagamentos entre o Banco do Brasil e o Banco Nacional de

³⁸⁶ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 98.

³⁸⁷ Durante 35 anos, a causa da renúncia de Jânio foi um mistério. Em 1996, porém, seu neto publicou um livro em que o avô confessa que a renúncia foi uma tentativa de auto-golpe. Disse Quadros: “A minha renúncia era para ter sido uma articulação: nunca imaginei que ela teria sido de fato aceita e executada. [...] foi uma estratégia política que não deu certo, uma tentativa de governabilidade. [...] Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e principalmente o povo nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder. [...] Charles de Gaulle renunciou na França e o povo foi às ruas, exigir a sua volta. A mesma coisa ocorreu com Fidel Castro, em Cuba”, *apud* Quadros Neto & Gualazzi, *op. cit.*, pp. 45-6. Essas palavras contrastam com a interpretação de alguns biógrafos de Guevara de que a renúncia de Quadros foi o resultado de pressões de setores militares direitistas descontentes com a condecoração a “Che”. Ver, por exemplo, Gambini, 1998, pp. 252-3; Taibo II, *op. cit.*, p. 433; e Anderson, *op. cit.*, 2005, p. 597. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1973, pp. 404-18; e Markun & Hamilton, *op. cit.*, pp. 135-6.

³⁸⁸ *Apud* Cabral, *op. cit.*, p. 238.

³⁸⁹ Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 156.

Cuba, para exportação de carros, peças de reposição, artigos elétricos, madeiras e alimentos e importação de chumbo, zinco e cobre. Por troca de notas, foi criada uma comissão mista cubano-brasileira para estudar o incremento do comércio bilateral.³⁹⁰ Nessa mesma época, a Mercedes-Benz de São Paulo preparava a venda de 200 chassis de ônibus e caminhões para Cuba, e o Governo cogitava impulsionar o comércio triangular de bens e maquinaria brasileiros com a Polônia, a Tchecoslováquia e a Romênia, através de Cuba.³⁹¹ Antes, no dia 21, Jânio já expedira memorando aos ministros das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio determinando: “Recomendação especial à nossa missão econômica em Cuba, tendo em vista um bom acordo comercial com aquele país. A oportunidade é excelente. Entendi-me a respeito com o ministro Guevara”.³⁹²

A renúncia inopinada de Quadros pegou o Governo dos EUA de surpresa e mergulhou o País em uma das maiores crises político-institucionais de sua história, decorrente do veto dos três ministros militares, “por razões de segurança nacional”, à volta do Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava em visita oficial ao Extremo Oriente. Os militares tentaram impedir, assim, a posse de um vice identificado com o populismo varguista e considerado, por alguns, um perigoso comunista. Logo formou-se uma campanha popular de resistência, a “campanha da legalidade”, organizada no Rio Grande do Sul pelo Governador Leonel Brizola, em favor da posse de Goulart na Presidência e do respeito à Constituição, que assim o determinava. Durante vários dias o País esteve à beira da guerra civil. Refletindo o clima geral, em 29 de agosto, o jornal cubano *El Mundo* estampava uma manchete em que Fidel Castro exortava o povo brasileiro a aproveitar a experiência de Cuba e o aconselhava a formar guerrilhas contra os golpistas. A notícia gerou um protesto do Itamaraty. No dia anterior, em um pronunciamento dramático, Brizola endossou a proposta do líder cubano para que se organizassem guerrilhas em defesa da legalidade.³⁹³

A posição de Cuba ante a renúncia de Jânio foi de grande consternação. Classificando o acontecimento como o resultado de um “traíçoeiro golpe do imperialismo”, o Governo cubano decretou uma greve de 15 minutos (!) em solidariedade a Jânio. Em editorial, o jornal *Revolución* afirmou: “Ante a renúncia de Quadros, não há outro caminho senão a revolução”. O diário *Hoy*, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba,

³⁹⁰ Cf. Barbosa, *op. cit.*, 2007, pp. 324-5.

³⁹¹ Cf. Arnt, *op. cit.*, p. 169.

³⁹² *Apud* Victor, *op. cit.*, p. 282.

³⁹³ Cf. Gordon, *op. cit.*, p. 317; Silva, *op. cit.*, p. 59; Denys, *op. cit.*, p. 97; *El Mundo*, 29 de agosto de 1961; Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 329; Felizardo, *op. cit.*, p. 38; Barbosa, *op. cit.*, 2002, p. 104.

escreveu que o Presidente demissionário “foi derrotado pelos mesmos senadores de Washington e lacaios internos. Algo semelhante aconteceu com Getúlio Vargas”.³⁹⁴ Desde Havana, Fidel Castro declarou que:

se o povo brasileiro aproveitasse a experiência de Cuba, nunca lhe poderiam derrotar os militares reacionários... Cuba soube com profunda tristeza da notícia da renúncia do Presidente do Brasil. A América perde um de seus mais valentes defensores do princípio da autodeterminação. O governo da grande nação sul-americana tinha efetuado uma política exterior independente, pacifista, de amizade e de intercâmbio comercial com todos os povos. Suas instruções à delegação brasileira na Conferência de Punta del Este foram valentes e precisas. Nas Nações Unidas e nas relações internacionais, o Brasil tinha assumido uma posição importantíssima e muito firme. O prestígio internacional do Brasil crescia a cada dia. Somente os reacionários americanos, o Departamento de Estado ianque, os monopólios imperialistas, inimigos da independência e soberania de nossos povos, podem receber esta notícia com júbilo. Cuba, a quem Quadros tinha defendido valente e tenazmente, sente-se solidária a ele.³⁹⁵

A declaração de Castro – um verdadeiro chamado à guerra de guerrilhas – foi transcrita e encaminhada ao Itamaraty pela Embaixada em Havana. Por sua belicosidade, sua generalização a partir do exemplo de Cuba e seu tom marcadamente triunfalista, ela equivale a uma verdadeira síntese da tese cubana do foco guerrilheiro, que atingiria o ápice de sua influência nos anos 60:

Num país como o Brasil, num país tão gigantesco como o Brasil, êsses militares não sabem o que são guerrilhas revolucionárias. Se o povo do Brasil aproveita a experiência de Cuba e se lança implacavelmente à luta nas montanhas, nas selvas, nos bosques, nesse imenso território, nesse imenso teatro de guerra que é o Brasil; se aproveita a experiência de Cuba e toma das armas e organiza a guerra de guerrilhas, não uma batalha convencional, campal; se não pode dispor de forças suficientes, organiza luta de guerrilhas no Brasil. Que tome a experiência de Cuba, na qual um punhado de homens pôde fazer frente aos exércitos profissionais [...] Se os operários, os camponeses, os estudantes, os homens progressistas e os militares honestos tomam das armas e organizam, não uma frente de luta, mas sim mil frentes de luta, jamais poderá esperar o grupo de militares reacionários esmagar o povo. E certamente que, apesar

³⁹⁴ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 129.

³⁹⁵ *Apud* Portillo, *op. cit.*, pp. 156-7.

de desvantagens iniciais, poderiam levar adiante um movimento o qual não poderiam esmagar já não mais o Exército do Brasil, quer dizer, a parte do Exército que está com a reação, mas nem sequer as Forças da OTAN poderiam derrotar o movimento revolucionário brasileiro.³⁹⁶

O Governo norte-americano, por seu lado, relacionou a renúncia à condecoração de Guevara, como ilustrativa da Política Externa Independente e catalisadora das pressões das forças conservadoras. Um memorando da CIA assim buscou explicar o episódio, especulando ter-se tratado de uma tentativa de golpe por parte de Jânio:

A atenção de Quadros a Che Guevara e Gagárin e mais geralmente suas manifestas tendências de se aproximar do Bloco [comunista], despertaram fortes expressões de desaprovação do Exército e de elementos conservadores no Brasil. Nós achamos provável que ele renunciou na expectativa de provocar uma forte manifestação de apoio popular, em resposta à qual ele retornaria à presidência em melhor posição diante de seus adversários. (Fidel renunciou uma vez com este propósito e Perón mais de uma.) Embora as patentes mais altas do Exército desgostem de Quadros, elas provavelmente não bloqueariam seu retorno nessas circunstâncias.³⁹⁷

A documentação disponível demonstra que Washington limitou-se a acompanhar a situação, sem buscar imiscuir-se na divisão entre os brasileiros pró e contra a posse de Goulart. Em telegrama datado de 1º de setembro de 1961, o Encarregado de Negócios dos EUA no Brasil, Niles Bond, afirmava que o Governo dos EUA “tem sido amplamente elogiado pela postura pública de não-interferência (como refletido, entre outras coisas, na declaração do presidente de 30 de agosto) que tem sido favoravelmente contrastada com os esforços de Castro para se ejetar dentro de crises”.³⁹⁸

A crise foi contornada com a aprovação pelo Congresso, em 2 de setembro, do Ato Adicional que instalou o parlamentarismo, concebido como uma solução de emergência, pois retirou poderes do Presidente, ao mesmo tempo em que permitiu sua posse. Em 7 de setembro, João Goulart finalmente assumiu a Presidência, sob o Gabinete parlamentarista encabeçado por Tancredo Neves.³⁹⁹ Todavia, longe de significar uma solução definitiva, isso apenas adiou um desfecho que se mostraria a cada dia mais inevitável.

³⁹⁶ Telegrama n. 237, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 31 de agosto de 1961, a) Carlos Jacyntho de Barros. AMRE-B.

³⁹⁷ *Apud* Markun & Hamilton, *op. cit.*, p. 366.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 371.

³⁹⁹ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1980, pp. 259-264.



Capítulo III

Anos de crise: o governo João Goulart (1961-1964) – 1ª parte

3.1. Continuidade da PEI

Sob o governo parlamentarista de João Goulart (7 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963), tendo Tancredo Neves como Primeiro-Ministro e San Tiago Dantas à frente do Itamaraty, decidiu-se dar continuidade à PEI. O novo Governo, de caráter menos personalista, daria continuidade à política externa janista, ao mesmo tempo em que diferiria substancialmente da administração anterior, ao buscar implementar uma política de reformas estruturais, as *reformas de base*, com um forte laivo esquerdista. Como afirma Bóris Fausto: “Se o tônus dominante do período janista foi marcado por uma forte, porém *difusa* conotação reformista, pela ânsia de mudança, pelo compromisso inovador, faltando-lhe porém o respaldo necessário de uma composição de forças mais afinada com sua estratégia política, a experiência de Goulart caracterizou-se, ao contrário, por uma rígida predeterminação das linhas de força na arena política, e sobretudo por uma configuração ideológica prévia dos rumos traçados e alianças que definiriam a ação governamental”.⁴⁰⁰

O novo Ministro brasileiro das Relações Exteriores tomou posse no cargo em 11 de setembro de 1961, prometendo continuar a política externa de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Nascido em 1911, no Rio de Janeiro, Francisco Clementino de San Tiago Dantas fora integralista na juventude,

⁴⁰⁰ Fausto, 1999, p. 228; grifo no original.

fazendo parte, na década de 30, das hostes do movimento de ultradireita liderado por Plínio Salgado, de forte cunho antiliberal e anticomunista, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1958, fora eleito Deputado Federal pelo PTB de Minas Gerais e, no exercício dessa função, fora convidado por Goulart para chefiar a máquina do Itamaraty.⁴⁰¹

Já em seu discurso de posse, San Tiago Dantas deu o tom de sua atuação à frente da Diplomacia brasileira. Considerando “ultrapassada a fase jurídico-política do Pan-americanismo”,⁴⁰² San Tiago Dantas reafirmou as linhas gerais da PEI, inclusive a idéia de estabelecer relações comerciais e diplomáticas com os países do bloco socialista. Como que a relembrar seu passado de militante anticomunista, ressaltou, porém, que o estabelecimento de tais relações não implicaria “simpatia, ou mesmo tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos”.⁴⁰³ Na verdade, o reatamento com a URSS foi um presente de grego para Goulart. Afirma Fernando José Marroni de Abreu que, com isso, “Goulart tornara-se o herdeiro de um problema, já que, na realidade, não conseguiu obter grandes benefícios econômicos ou políticos e, ao contrário, corria-se o risco de minar as já reduzidas bases internas de sustentação do regime”.⁴⁰⁴

Seja como for, a notícia da primeira reunião do Conselho de Ministros, que decidiu pela ratificação e manutenção da PEI, foi muito bem recebida em Cuba. Em 16 de setembro de 1961, o jornal comunista *Hoy* comentou a decisão do novo Governo brasileiro, citando as palavras de Afonso Arinos de que Cuba continuaria sendo apoiada pelo Brasil em seu direito à autodefesa contra as pressões ao seu direito de autodeterminação, mas fez uma ressalva quanto ao parlamentarismo, afirmando que este não resolveria a crise em que se encontrava o País. Postura semelhante tiveram outros jornais cubanos, como o *El Mundo* que, em editorial, saudou a “firme atitude” do Conselho de Ministros brasileiro de manter, por unanimidade, a atitude de defesa em relação a Cuba dos princípios de não intervenção e de autodeterminação dos povos.⁴⁰⁵

Apesar desse começo auspicioso, persistiam dúvidas de Washington em relação ao novo Governo brasileiro e, em particular, no tocante à

⁴⁰¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 336. Apesar de sua vinculação à PEI, Dantas era bem visto pelo Governo dos EUA, que o considerava a encarnação da “esquerda positiva”, cf. Gordon, *op. cit.*, pp. 317-6 e 338, nota 25.

⁴⁰² *Apud* Cerro & Bueno, *op. cit.*, p. 329.

⁴⁰³ Dantas, 1962, p. 20-5. Ver também Cerro & Bueno, *op. cit.*, p. 330. Parker (*op. cit.*, p. 28) afirma que o Embaixador Lincoln Gordon achava que a linha da política externa do Governo Jango, assim como fora no Governo Jânio, “era na prática substancialmente mais amistosa para com os Estados Unidos do que para com o bloco comunista”. Ver Vizenini, *op. cit.*, 2004a, p. 214.

⁴⁰⁴ Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 256.

⁴⁰⁵ Cf. *Hoy*, 16 de setembro de 1961; *El Mundo*, 16 de setembro de 1961.

questão cubana. Estas foram manifestadas durante reunião entre o novo Embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Campos, e o Presidente Kennedy, por ocasião da apresentação de cartas credenciais daquele ao mandatário norte-americano, em 18 de novembro de 1961. Nessa oportunidade, segundo relato de Campos enviado no dia seguinte ao Itamaraty, Kennedy perguntou se o novo Governo brasileiro alteraria a posição relativa a Cuba. Campos respondeu negativamente, pois o gabinete “reafirmaria fidelidade aos princípios de não-intervenção e autodeterminação”. Kennedy expressou desapontamento ante o que descreveu como “quatro incompreensões básicas de vários países latino-americanos em relação a Cuba”:

[Segundo o Presidente Kennedy] 1) O conflito não é bilateral e sim continental, pois se Cuba é apenas uma humilhação para os Estados Unidos, é um perigo para o restante da América Latina, econômica, social e militarmente mais vulnerável ao comunismo; 2) A disputa não resulta das reformas sociais de Fidel Castro, em si mesmas aceitáveis, ou das expropriações de capitais, assunto facilmente negociável, senão que assenta em razões ideológicas; 3) Os países da América Latina subestimam a gravidade da infiltração ideológica promovida por Cuba nos meios estudantis, sindicais e militares, infiltração capaz de sabotar o sucesso da Aliança para o Progresso; 4) A reconciliação com Castro seria impossível, por estar ele inteiramente subjugado pela ideologia marxista, revelando menos independência que alguns dos satélites soviéticos, e muito menos que Nkrumah e Sekou Touré, por exemplo, que seguem a linha neutralista.

Ainda segundo o relato de Campos, Kennedy indicou que “aumentava a pressão interna, sobretudo do Congresso, em favor da demonstração da solidariedade latino-americana contra Castro e perguntou se havia alguma evolução nas idéias brasileiras a esse respeito”. A resposta de Campos foi que não havia clima no Brasil para ação coletiva, “nem sob forma de intervenção, nem sequer sob a forma mais moderada de rompimento de relações ou bloqueio”. Qualquer tentativa nesse sentido, assinalou, “poderia gerar enorme tensão interna, não só no Brasil como em vários outros países da América Latina, transformando em interno um conflito que é hoje extrínseco”. Campos acentuou, ainda, que o Brasil continuava acreditando que o isolamento de Cuba, ao destruir alternativas, “tenderia a acelerar o processo de sovietação, tornando-o irreversível”. Além disso, “como o problema tinha raízes sociais e econômicas”, acentuou, pareceria mais construtivo: “1) Intensificar o esforço de desenvolvimento democrático dentro da ‘Aliança para o Progresso’, de modo a tornar

cada vez menos atraente o desenvolvimento totalitário; 2) Divulgar a documentação porventura existente sobre a intervenção cubana sob a forma de infiltração ideológica; 3) Tornar claro que a oposição norte-americana se referia apenas à satelitização de Cuba pelo comunismo, e não às reformas sociais ou à liberdade de escolha de regime econômico”. Ainda segundo Campos: “Cuba – retrucou Kennedy – é pequena demais para representar um problema de poder para os EUA; também não constitui ameaça política e social ante o vigor das instituições americanas. O perigo é muito mais direto para a América Latina, que pode ser seduzida por soluções violentas e antidemocráticas, transformando-se então numa base ideológica perigosa para todo o sistema ocidental”.⁴⁰⁶

Com relação à condecoração de “Che” Guevara, o Embaixador brasileiro procurou ressaltar o simbolismo dessa medida, a qual refletiu uma “profunda simpatia em vários setores da vida brasileira pela revolução cubana, considerada reformista e nacionalista”, além de simbolizar um “desafio de Davi a Golias”. Campos sublinhou, ainda, as motivações complexas por trás da atitude de Jânio, quais foram: acalmar a oposição das esquerdas à política anti-inflacionária e o desejo de afirmação da personalidade internacional do Brasil, “ainda que talvez com risco de subestimação da periculosidade desestabilizadora do caso cubano”.⁴⁰⁷ Ao mesmo tempo, porém, criticou duramente os excessos da PEI, acrescentando que “era forçoso reconhecer que Quadros se havia excedido, passando a confundir a afirmação de nossa personalidade externa com atitudes provocatórias, quase infantis, ao passo que as crescentes indicações de subordinação da política cubana à influência soviética começavam a esmaecer o brilho nacionalista da revolução cubana”.⁴⁰⁸

A continuidade da PEI após a posse de Goulart é explicada, além do caráter nacionalista de seu Governo, em termos da manutenção de uma tendência da política exterior brasileira cujas origens remontavam aos anos 50 e, mesmo antes, à década de 30, como menciona Moniz Bandeira: “Essa continuidade deve-se, sobretudo, ao fato de a Política Externa Independente ter sido o desdobramento de uma tendência da política exterior brasileira que, a rigor, vinha desde o segundo governo Vargas. Tendência essa de não acompanhar a política exterior norte-americana, e que decorria da emergência de nova configuração econômica brasileira, que modificava a complementaridade das economias dos dois países”.⁴⁰⁹ Nessa

⁴⁰⁶ Telegrama ao Itamaraty, 19.10.61, *apud* Campos, *op. cit.*, pp. 449-450, nota 172.

⁴⁰⁷ *Ibid.*

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 451.

⁴⁰⁹ *Op. cit.*, 1998, pp. 405 e 420; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 327. A continuidade entre as políticas externas de Vargas, JK e Jânio é ressaltada por Vizentini, *op. cit.*, 2004a, pp. 202-3.

perspectiva, destacava-se a ideia, defendida desde o Governo Quadros, do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1947 e finalmente reatadas em 23 de novembro de 1961.⁴¹⁰

A PEI acompanhava de perto a trajetória do populismo brasileiro e pode-se dizer que era mesmo fruto deste. Assim, dentre as mudanças verificadas na política externa brasileira desde o fim da Segunda Guerra Mundial e implementadas após 1961, certamente uma das mais significativas foi aquela que San Tiago Dantas chamou de “transformação da política externa em uma política de opinião pública”. Reconhecendo que a Diplomacia brasileira fora, até então, “quase uma atividade de Estado-Maior”, o Chanceler brasileiro defendeu a necessidade de contato estreito do Itamaraty com o povo, acompanhando a tendência verificada na sociedade brasileira com a industrialização e a entrada em cena das camadas populares. Para San Tiago Dantas, “uma chancelaria que não esteja em contato com o povo, que não receba do povo as suas inspirações e as suas motivações, perde em primeiro lugar a autenticidade e em segundo lugar mesmo a eficiência porque a sua ação externa deixa de ter a clareza e a coerência próprias de uma nação consciente dos seus próprios fins e passa, muitas vezes, a ser um tapeio ou um jôgo de posições acadêmicas ao sabor dos ocupantes das Pastas”.⁴¹¹

As suspeitas de simpatia ideológica do Governo Goulart em relação ao comunismo, e a Cuba em particular, aumentaram por ocasião do restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS.⁴¹² No mesmo dia do reatamento, San Tiago Dantas foi à Câmara dos Deputados, onde defendeu, em discurso, o estabelecimento de relações com os países socialistas, “dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas”. Segundo ele, esse ponto do programa governamental “não correspondia, nem corresponde, nos desígnios do governo, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa, em que se acha vazada a nossa Constituição e que é parte integrante do patrimônio político e cultural sobre que se desenvolveu a nossa nacionalidade”. San Tiago Dantas procurou tranquilizar os parlamentares mais reticentes em relação ao reatamento, fazendo menção ao convênio assinado entre os dois países que estabelecia uma série de limitações aos diplomatas e funcionários soviéticos no Brasil, no tocante à liberdade de locomoção no território nacional, à fixação de um

⁴¹⁰ Cf. Garcia, 2000, p. 138.

⁴¹¹ Dantas, 1964, pp. 477-8, *apud* Quintaneiro, *op. cit.*, p. 107.

⁴¹² O reatamento com a URSS causou mal-estar entre os meios militares, entre outras razões, porque ocorreu no dia mesmo dos levantamentos comunistas de 1935. Incrivelmente, tal detalhe passou despercebido pelo Governo Goulart. Ver Barboza (2002).

número máximo de agentes diplomáticos no País, à um sistema de retirada de pessoas, sempre que isso fosse necessário, sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata* e outras cautelas do tipo. Em sua exposição de motivos, ele chamou a atenção para o fato de que “o governo não foi levado a essa decisão [o reatamento com a URSS] por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso país”. Lembrou, a respeito, que, no tocante às motivações políticas, vários estados (71 no total) mantinham relações com a URSS, entre os quais, frisou, quase todas as democracias modernas.⁴¹³ Em seu discurso ao Congresso, San Tiago Dantas fez uma defesa apaixonada da convivência pacífica entre os regimes como pré-condição para a paz:

A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiosincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. [...] Quem deseja manter os povos isolados uns dos outros, sem contato, sem conversações, sem convivência, longe de estar trabalhando pela diminuição das tensões internacionais e pela eliminação progressiva dos atritos, está trabalhando pela acumulação das resistências, dos ódios recíprocos, das incompreensões e pelo aumento constante do risco de guerra. [...] Se queremos sinceramente a paz, temos de ser os advogados da coexistência e não podemos admitir que se parta do princípio de que o regime democrático é dotado de tal fragilidade, que, se for posto em contato e em confrontação com os regimes socialistas, o seu destino será selado.⁴¹⁴

E ainda:

[...] Os povos que não se encontram, os povos que não trocam legações, que se isolam diplomaticamente, são povos entre os quais cresce a incompreensão e o ressentimento. Pelo contrário, os que mantêm a capacidade de negociar e de conversar, são povos que podem trabalhar pela maior das causas a que, hoje, se propõe a humanidade: evitar a destruição coletiva, não apenas a destruição física, mas também a destruição moral, porque, nos termos em

⁴¹³ “Trechos do discurso do ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados sobre o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, 23 de novembro de 1961”, In: Franco, *op. cit.*, 2007, pp. 203-208.

⁴¹⁴ “Discurso do ministro San Tiago Dantas sobre o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, 23 de novembro de 1961”, *Ibid.*, pp. 208-9.

que o armamento nuclear e termonuclear colocou a guerra moderna, esta deixou de representar uma alternativa aceitável em certos casos e tornou-se um mal a combater por todos os meios.⁴¹⁵

Em seu arrazoado em favor da coexistência e da tolerância entre regimes políticos diferentes, San Tiago Dantas não deixava de proclamar a superioridade do regime democrático representativo. Nisso, porém, deixou escapar uma certa admiração pelos Estados socialistas os quais, “embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos”, ofereciam, no campo das soluções políticas, “esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, aquilo que tem sido alcançado pelas democracias”. San Tiago Dantas tendia a encarar o comunismo menos como uma ideologia e mais como uma técnica administrativa, diante da qual a democracia fatalmente se sobreporia por suas qualidades superiores. Nesse quesito, afirmou, a democracia “é, de todas as formas de governo, a que melhor resiste à confrontação e, portanto, a que melhor se impõe, através da coexistência”.⁴¹⁶

A questão de Cuba não poderia, obviamente, passar despercebida no debate sobre o reatamento com a URSS. Em aparte, o Deputado Raimundo Padilha, ex-integralista, interpelou o Chanceler brasileiro sobre o caso cubano. Ao mesmo tempo em que felicitava San Tiago Dantas por sua “extraordinária exposição”, Padilha registrava a “gravíssima responsabilidade” que o Governo acabava de assumir, no sentido de deixar clara sua posição anticomunista.⁴¹⁷

Em resposta ao aparte, San Tiago Dantas saiu-se em defesa da política externa do Governo Goulart: “jamais houve governo que tomasse, em relação ao caso cubano, uma linha de tão clara definição quanto este [...] na nossa atitude, apenas estávamos procurando respeitar integralmente os princípios da democracia representativa numa de suas manifestações mais essenciais, que é o princípio da autodeterminação”. San Tiago Dantas foi mais além, deixando claro que a motivação do Governo brasileiro, na questão de Cuba, era política e não ideológica:

Simpatia ideológica não impregna, em coisa alguma, nossa posição no caso cubano. É uma posição difícil, reconheço, mas é uma posição em que estamos dispostos a manter essa linha de clareza, isenta de toda ambigüidade e defendendo do perigo do desaparecimento aquilo que é o maior patrimônio

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 210.

⁴¹⁶ *Ibid.*, p. 209.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 219.

sobre que temos construído a consciência democrática deste Hemisfério, o princípio da autodeterminação.⁴¹⁸

Na gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos/João Goulart-San Tiago Dantas, a questão do relacionamento com o regime de Cuba assumiu um caráter central na definição dos rumos da política externa brasileira. À temática do desenvolvimento econômico se acrescentaria a da defesa da soberania política e da autodeterminação no tocante ao conflito de Cuba com os EUA. Esses princípios foram assim defendidos em 1962 pelo sucessor de Afonso Arinos:

Com relação a Cuba, o Governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não-intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto fôr, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá, e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano, e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.⁴¹⁹

Nem todos pensavam de maneira semelhante. Segundo Roberto Campos, o Governo dos EUA “enxergava na atitude brasileira uma preocupação jurídicista e ingênua, frente às realidades brutais do expansionismo ideológico soviético. Na ótica de Washington, o Brasil subestimava os perigos da infiltração comunista, ao qual, diziam, seria mais vulnerável que os outros dois grandes países – o México e a Argentina. Aquele, por ter a mística de sua própria revolução. Esta, porque seu mais elevado padrão de vida atenuaria as pressões sociais”.⁴²⁰

Em outras palavras, o Governo brasileiro opunha-se a qualquer tentativa de intervenção externa no problema cubano, ao mesmo tempo em que expressava sua esperança de que o regime de Havana evoluísse rumo ao restabelecimento das liberdades democráticas. Tal evolução não poderia ser imposta de fora, quer unilateral quer multilateralmente, mas deveria ser o resultado da própria vontade soberana do povo cubano.

⁴¹⁸ *Ibid.*, pp. 219-220.

⁴¹⁹ Dantas, *op. cit.*, 1962, p. 21.

⁴²⁰ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 470.

Com base nesses princípios de autodeterminação e de não intervenção, a Diplomacia brasileira buscou justificar sua recusa em aderir ao rompimento de relações multilaterais com o regime de Cuba. Afirmando que “o rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores”, San Tiago Dantas argumentava que tal medida seria, na verdade, inócua e contraproducente, “pois diminuiria a capacidade de influir sobre o Governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério”.⁴²¹ Desse modo, o Governo brasileiro justificava a decisão de não romper relações com Havana com base também em considerações políticas e estratégicas, pois confiava na possibilidade de influenciar os rumos do regime de Fidel Castro.⁴²²

Ao mesmo tempo, porém, em que defendia intransigentemente os princípios de autodeterminação e de não intervenção nos assuntos cubanos, San Tiago Dantas reconhecia a necessidade de preservação do sistema de segurança interamericano, defendendo a aplicação de “obrigações negativas” a governos que se afastassem dos princípios democráticos que norteavam os países do hemisfério. Nesse caso, ficava implícita a necessidade de alguma forma de intervenção multilateral contra tentativas de “infiltração subversiva ou ideológica” no continente:

Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas, ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado, e para que suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.⁴²³

Em síntese, o Governo brasileiro afirmava seu compromisso com a soberania e a autodeterminação de Cuba, mas fechava com os demais países americanos na condenação ao comunismo. Em pouco tempo, a tensão entre essas duas posições se mostraria inconciliável.

⁴²¹ Dantas, *op. cit.*, 1962, p. 107.

⁴²² Ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 420-2.

⁴²³ Dantas, *op. cit.*, 1962, p. 107. Para as “obrigações negativas”, ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 360-1.

3.2. A VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos

3.2.1. Os preparativos da VIII Reunião de Consulta

Enquanto isso, em Cuba, as expropriações de empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas, prosseguiram a todo vapor, atingindo, inclusive, empresas brasileiras instaladas na ilha. Um exemplo foi o Laboratório Labrápia, adquirido pelo Governo cubano. Em 21 de setembro de 1961, a Secretaria de Estado do Itamaraty enviou telegrama à Embaixada em Havana solicitando maiores informações a respeito da aquisição do laboratório. O telegrama lembrava que o assunto fora objeto de memorando da missão comercial brasileira que visitou Havana em agosto. Naquela ocasião, o chefe da referida missão sugerira ao Ministro cubano Regino Botti que o pagamento da metade do preço oferecido pelo proprietário do laboratório (US\$ 400.000,00) fosse efetuado mediante a conta estabelecida no Ajuste firmado entre o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Cuba, em 25 de agosto.⁴²⁴

Ao esfriamento das relações de Havana com os EUA, somava-se a crise no relacionamento com os demais países do continente. Em outubro de 1961, o Brasil tentou evitar a ruptura diplomática entre Cuba e Argentina após a revelação feita nos EUA, pelo ex-Cônsul de Cuba em Buenos Aires, de documentos que comprovariam a intervenção cubana nos assuntos internos argentinos. O Itamaraty compreendia que o rompimento poderia debilitar a atuação diplomática tanto brasileira quanto de outros países, no sentido de impedir o afastamento definitivo de Cuba do sistema hemisférico. A crise, porém, não evoluiu, uma vez que, pouco depois, comprovou-se a falsidade dos documentos, montados com o apoio do Departamento de Estado.⁴²⁵

O Governo brasileiro se mostrava cada vez mais inquieto com a marcha dos acontecimentos. Particularmente a Embaixada em Washington, que em 16 de novembro de 1961 enviou um telegrama ao Itamaraty, baseado em “fonte bem informada”, que apontava para as disputas internas no Governo cubano. Segundo o telegrama,

reina atualmente cisma ideológico no govêrno cubano entre os partidários da linha ortodoxa de Pequim e os fiéis do revisionismo de Moscou. Essa luta interna que emula as divergências verificadas no XXII Congresso do Partido Comunista [da URSS], teria ocasionado a queda em desfavor de Ernesto Guevara, de filiação comunista chinesa, e sua substituição na direção da economia cubana por um triunvirato integrado por Botti, Roca e Rodríguez [...].

⁴²⁴ Telegrama, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, à Embaixada em Havana, 21 de setembro de 1961. AMRE-B.

⁴²⁵ Embaixada do Brasil em Havana, Telegrama n. 264, de 5 de outubro de 1961, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 243.

Ainda segundo o texto, “a atual impopularidade de Guevara resultaria das atuais deficiências econômicas cubanas, tanto quanto de suas afinidades ideológicas com a linha comunista chinesa”.⁴²⁶

Em fins de 1961, a questão cubana ocasionou a convocação, por solicitação da Colômbia, de uma reunião internacional dos países do continente, motivada pela constatação de que, ao proclamar-se socialista, Cuba se afastara do convívio continental. Em 10 de novembro, San Tiago Dantas enviou carta a seu homólogo colombiano, José Joaquim Calcedo Castilla, na qual expressou as apreensões do Brasil em relação à projetada reunião de consulta. “Seria tão indesejável que os resultados de uma consulta evidenciassem divisões internas entre governos do Hemisfério, cujas atitudes internacionais não podem deixar de refletir as tendências e contrastes de sua respectiva opinião pública, quanto que viéssemos a converter esse mecanismo de segurança comum num instrumento de intervenção”, escreveu Dantas. A lembrança do desastre da Baía dos Porcos ainda estava bem viva na memória: “Os infelizes acontecimentos de abril último deixaram abalada a confiança pública e tornaram patente que o uso da força é de conseqüências desastrosas, sejam quais forem seus resultados”.

“O problema de Cuba”, prosseguiu o Chanceler brasileiro,

só é um problema do Hemisfério na medida em que se lhe procure solução dentro dos limites das convenções interamericanas que preconizam, como regra, a solução pacífica das controvérsias. Só assim atingiremos, num caso como o de Cuba, resultados duradouros e capazes de fortalecer o sistema interamericano e cada um dos Estados que dele fazem parte.⁴²⁷

San Tiago Dantas temia que, sob o pretexto do combate à subversão inspirada pelo regime de Havana, o princípio de não intervenção estivesse sob perigo. “Não duvida o Brasil que o governo colombiano esteja imbuído dos mais nobres e altos propósitos ao sugerir a conveniência de ação diplomática conjunta por parte dos estados americanos”, escreveu ele a Calcedo Castilla. “Mas não podemos ignorar os riscos a que ficamos todos expostos se, ao iniciar-se o processo de consulta, não tiverem sido tomadas as cautelas necessárias para que seu curso não venha a ser desviado, com severo prejuízo para as conquistas pacientemente acumuladas em séculos de esforço e luta pelo direito à existência soberana dos Estados

⁴²⁶ Carta-Telegrama n. 395, da Embaixada do Brasil em Washington, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 16 de novembro de 1961. AMRE-B.

⁴²⁷ Minuta de carta do ministro San Tiago Dantas ao Chanceler colombiano, José Joaquim Calcedo Castilla, 10 de novembro de 1961”, *In: Franco, op. cit.*, 2007, p. 193.

mais fracos”. Dantas não escondia sua preocupação com a possibilidade de intervenções futuras, em nome do combate ao comunismo: “Uma vez ferida a intangibilidade do princípio de não-intervenção, ainda que por motivos que possam, na conjuntura, parecer suficientes para tão grave atitude, que limites se poderia impor, no futuro, a outras iniciativas de natureza semelhante e de motivação imprevisível?”. Por trás desse apego ao princípio da não intervenção, estava a defesa dos países pequenos ou débeis em termos militares: “Temos todos bem viva a consciência de que, no mundo atual, com as imensas disparidades de forças, a preservação da incolumidade de certos princípios é a melhor, senão a única defesa de nações militarmente fracas”. O caminho para a preservação da paz e da segurança no hemisfério passava, necessariamente, pela defesa da legalidade:

É certo que esses argumentos não devem servir para propiciar a qualquer Estado americano o afastamento de seus compromissos internacionais e a quebra do respeito aos direitos humanos e aos princípios da democracia representativa. Mas, para tanto, aí está a extensa gama de procedimentos pacíficos, que só quando esgotados e nos casos extremos, nitidamente caracterizados no Tratado do Rio de Janeiro, poderiam vir a justificar o emprego de sanções de ordem militar.⁴²⁸

O Brasil se opôs, juntamente com o México, à convocatória da reunião de consulta sobre Cuba, pois entendeu que esta visava sancionar uma intervenção contra a ilha. O México, aliás, notabilizava-se por manter uma tradição diplomática de independência de sua política externa, baseada na defesa da não intervenção, em virtude da Revolução que vivera no início do século. Em 1961, o representante mexicano apresentara proposta de deslocar a questão cubana da OEA para a Assembleia Geral da ONU, defendendo a supremacia desta última organização, no que contou com o apoio do Brasil.⁴²⁹ O México, seguindo uma tradição diplomática de independência face aos EUA, se opôs à convocatória, pois “não era um fato que a determinava, mas uma possibilidade.”⁴³⁰

Um mês antes da reunião, a posição brasileira ficou seriamente prejudicada por um fato que teria profundas repercussões no continente. Em 2 de dezembro de 1961, em discurso pronunciado por ocasião do quinto aniversário do desembarque do *Granma*, Fidel Castro declarou sua adesão ao marxismo-leninismo, afirmando preempitoriamente: “sou um marxista-

⁴²⁸ *Ibid.*, pp. 193-4.

⁴²⁹ *Ibid.*, pp. 345-7, 354, 435-7, 353.

⁴³⁰ Altman, *op. cit.*, p. 80.

-leninista e o serei até morrer” (“*soy un marxista-leninista y lo seré hasta que me muera*”).⁴³¹ O discurso era um claro rompimento com a afirmação do próprio Castro, repetida inúmeras vezes desde a época de Sierra Maestra, de que “*Nuestra revolución no es comunista*”.⁴³² Nessa mesma ocasião, ao inaugurar a Universidade Popular, o líder cubano disse que, quando estudante, lera *O Capital* até a página 370, além de outras obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Lênin, e que, àquela época, estava “grandemente influenciado” pela literatura marxista, embora não pudesse dizer que era então “*un marxista-leninista, ni mucho menos...*”.⁴³³ Segundo Moniz Bandeira, ao aderir publicamente ao comunismo, Castro teve por finalidade comprometer a URSS a ajudar Cuba militarmente. Com isso, tornou-se claro que a questão cubana se tornara um problema continental.⁴³⁴ Finalmente o líder cubano atravessara o Rubicão.

Em 4 de dezembro, após uma série de tentativas protelatórias por parte dos países que se opunham à medida (Brasil, inclusive), o Conselho da OEA aprovou a resolução da Colômbia pedindo uma conferência para funcionar como Órgão de Consulta, de acordo com o TIAR, “a fim de apreciar as ameaças à paz e à independência política dos Estados americanos, que poderiam resultar da intervenção de potências extracontinentais com a intenção de quebrar a solidariedade americana”. Cuba e México votaram contra a resolução, enquanto Bolívia, Chile, Brasil, Argentina e Equador se abstiveram, “por motivos técnicos”.⁴³⁵

A essa altura, a opção do Governo cubano pelo socialismo era evidente. Mesmo assim, em 14 de dezembro, ante as pressões externas e internas que exigiam do governo brasileiro uma posição objetiva com respeito a Cuba, o Brasil exigiu saber de Fidel Castro se ele era ou não comunista.⁴³⁶ Malgrado a declaração do próprio líder cubano, feita dias antes em discurso perante milhares de pessoas, a posição do Itamaraty em face da questão manteve-se inalterada, o que colocou o Embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, em uma situação bastante difícil perante o Governo norte-americano. Como afirma em seu livro de memórias:

Talvez o mais difícil de minhas tarefas tenha sido procurar demonstrar a inoportunidade da convocação, proposta pelos americanos, da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres [...]. E, após convocada, explicar que a posição ‘neutralista’ do Brasil refletia apenas realismo político e não simpatia ideológica pelo regime castrista.⁴³⁷

⁴³¹ *Apud* Portillo, *op. cit.*, p. 158.

⁴³² Cf. *El Mundo*, 9 de maio de 1959.

⁴³³ *Apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 347.

⁴³⁴ *Ibid.*, pp.197, 347 e seguintes.

⁴³⁵ Cf. Berle, 1963, p. 110; e Portillo, *op. cit.*, pp. 80-1.

⁴³⁶ Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 158.

⁴³⁷ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 467.

3.2.2. “Estamos na hora de escolher os nossos inimigos”

A preocupação de Roberto Campos seria intensificada nos meses seguintes, à medida que aumentava o debate interno no Itamaraty sobre a questão cubana. O assunto deu ensejo a duas reuniões da comissão de planejamento sobre a VIII Reunião de Consulta da OEA, nos dias 26 e 27 de dezembro de 1961. Antes, ocorrera uma reunião preliminar entre San Tiago Dantas e o Embaixador Vasco Leitão da Cunha, que ficaria conhecida como a “reunião da Casa das Pedras”. San Tiago Dantas iniciou a primeira reunião da comissão de planejamento, no dia 26, fazendo uma distinção entre a política externa do Governo Goulart e a do Governo Quadros em relação a Cuba:

Pode-se dizer que essa linha [a política do Governo Jango para Cuba] é herdada da administração Jânio Quadros. Tenho insistido, entretanto, em que há uma pequena diferença entre o que temos procurado fazer e o que caracteriza a linha Jânio Quadros em relação a Cuba. Naquela linha, havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática – sendo que, algumas vezes, evasiva – de se pronunciar sobre o caráter democrático do governo Fidel Castro. [...] O próprio ministro Afonso Arinos, numa de suas idas à Câmara, chegou a dizer, de maneira categórica, que não considerava que existissem provas de que o regime de Fidel Castro fosse comunista, dando a impressão de que haver, ou não haver provas fosse de grande importância. Além do mais, atitudes como a da condecoração do comandante Guevara mostravam simpatia e nada tinham que ver com a autodeterminação, o que tornava a atitude oficial mais polêmica do que a que temos procurado observar.

Segundo San Tiago Dantas, a linha adotada pelo governo Goulart, embora herdada da administração anterior era, até certo ponto, oposta a de Quadros. Em primeiro lugar, o novo Governo reconhecia abertamente o regime político de Havana como não democrático, o que não ocorreu na gestão anterior:

Começamos pelo reconhecimento sincero de que o regime cubano não era democrático. Pouco importava saber se era comunista ou socialista. Mesmo porque, é muito difícil definir se um regime é socialista ou comunista. O que importava era classificá-lo como não democrático, tomado como padrão a Declaração de Santiago. Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado.

A posição anticomunista da política exterior do Brasil, segundo o Chanceler, era inequívoca: “O governo brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime Fidel Castro; ainda que a possam ter grupos políticos dentro do governo, o governo só tem simpatia pelo que está na Constituição ou nos tratados”.⁴³⁸

Em seguida, San Tiago Dantas fez um resumo das gestões feitas até o momento pelo Brasil junto aos demais Estados latino-americanos, no sentido de adiar a Reunião de Punta del Este, e junto aos EUA, a fim de impedir o uso da violência contra Cuba:

Na Casa das Pedras, trabalhamos com uma idéia cuja origem foi uma sugestão do embaixador Leitão da Cunha, que foi ganhando vários aperfeiçoamentos. [...] Consistiu, primeiro, em procurarmos adiar a consulta o mais possível e, à sombra desse adiamento, tentarmos uma gestão diplomática junto aos Estados Unidos, para obter do governo daquele país um compromisso de não-emprego de violência em relação a Cuba. Nesse momento, estavam muito vivos os sinais de que se planejava uma invasão de Cuba, lançada da Nicarágua ou da Guatemala ou dos dois países simultaneamente. [...] havia, ainda, uma informação extremamente confidencial de que um governador prestigioso tinha participado de uma conferência com o presidente Kennedy em que insistiu na idéia de invasão.⁴³⁹

A preocupação em garantir um compromisso por parte dos EUA de que não usaria a força contra Cuba vinha acompanhada, segundo San Tiago Dantas, da busca da observância, por parte do regime cubano, dos princípios da Declaração de Santiago, de agosto de 1959, que condenava explicitamente o comunismo. Isso era de fundamental importância, na visão do governo brasileiro, visto que Cuba sancionara a Declaração:

Se conseguíssemos dos Estados Unidos um compromisso de não-violência, tínhamos a impressão de que poderíamos contar com a própria Cuba para obter, do governo Fidel Castro, uma observância progressiva da Declaração de Santiago. A Declaração de Santiago ocupa um papel muito importante, por ser o único documento firmado pelo governo Fidel Castro e no qual se contém claramente o reconhecimento dos princípios democráticos. Poderíamos pedir ao governo Fidel Castro que ele, fortalecido pelo compromisso de não-violência aceitasse uma evolução gradual para entrar na observância da Declaração de Santiago.

⁴³⁸ “I Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, 26 de dezembro de 1961”, in: Franco, *op. cit.*, 2007, p. 222.

⁴³⁹ Trata-se, provavelmente, do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

A defesa da observância da Declaração de Santiago pelo regime de Havana era o caminho, segundo Dantas, para a neutralização de Cuba no conflito ideológico Leste-Oeste:

Se esse binômio não-violência versus Declaração de Santiago fosse alguma coisa que pudesse deixar raízes, iríamos tentar desenvolver mais o esquema e caminhar para uma espécie de neutralização de Cuba, com a manutenção de suas conquistas sociais fundamentais, a criação de um Estado democrático e a ruptura das suas vinculações com a União Soviética. Essa foi a idéia imaginada na reunião da Casa das Pedras que foi objeto de duas sondagens, ambas boas. A primeira foi com o embaixador Lincoln Gordon, que apreciou muito a idéia. Não houve reação escrita do Departamento de Estado, mas o embaixador transmitiu memorandum bastante completo sobre o assunto e insistiu e continua a insistir na conveniência de um entendimento pessoal meu com o secretário Rusk. A segunda foi junto ao embaixador de Cuba, que também recebeu a idéia muitíssimo bem e a transmitiu ao governo de Havana.

Essas gestões no sentido de garantir a não intervenção e a neutralização de Cuba foram por água abaixo, contudo, por causa do discurso de Fidel Castro de 2 de dezembro de 1961, no qual ele se proclamou abertamente marxista-leninista. Isso levou à inutilização dos esforços brasileiros até aquele momento:

Terminou, porém, essa terceira etapa com o discurso em que Fidel Castro fez a declaração conhecida da filiação ideológica, que tornou inadmissível qualquer espécie de gestão baseada na Declaração de Santiago como alguma coisa a que ele pudesse retornar. Nosso esquema, podemos considerá-lo inutilizado. A importância do discurso não foi revelar coisa alguma, mas tornar impossível um esquema de ação diplomática, que tinha como pressuposto a volta a um tipo de eleições livres. Isso ocorreu às vésperas da reunião de 4 de dezembro. Nós, que tínhamos um pequeno projeto articulado com a Argentina e o Chile, visando a protelação da reunião para dar tempo às gestões em torno da violência, tomamos a decisão de não apresentar projeto algum e saímos pela porta da abstenção.⁴⁴⁰

Nessa busca por preservar a posição do Brasil em relação a Cuba, San Tiago Dantas contava com seus bons contatos com o Embaixador norte-americano, Lincoln Gordon. Ao mesmo tempo, porém, ele identificava no representante dos EUA aspectos positivos e negativos:

⁴⁴⁰ *Ibid.*, pp. 223-4.

[...] O embaixador Gordon é um embaixador de excepcional valor, um intelectual, um homem preocupado em fazer a diplomacia da boa vontade, o que tem aspectos positivos e negativos. Um dos negativos é que ele nos oculta, um pouco, as reações hostis nos meios americanos a atitudes nossas. Muito delicadamente, ele insinuou que as nossas consultas reiteradas com a Argentina, Chile e outros países da América tinham sido vistas, no Departamento de Estado, como um esforço da nossa chancelaria para sabotar a consulta.[...].⁴⁴¹

San Tiago Dantas sublinhou os perigos para a política externa brasileira presentes na Reunião de Punta del Este:

[...] Penso que a reunião de consulta contém vários perigos. O primeiro, reside em ter sido convocada com base no Tratado do Rio de Janeiro, o que significa, em última análise, para deliberar sobre sanções. Já vamos para ela com 13 Estados americanos de relações rompidas com Cuba e com grande probabilidade de que o Equador seja o 14º. Vamos com maioria de 2/3 já constituída para tornar obrigatórias as decisões. É evidente que um país como o Brasil, como a Argentina, como o Chile, como o México, não podem [sic] ir para essa reunião apenas para assistirem a uma deliberação já tomada e se vincularem a ela por uma norma jurídica, sem terem tido nenhuma possibilidade de rediscuti-la. [...].⁴⁴²

A fim de contornar esses perigos e instruir a posição do Brasil na questão cubana, o Chanceler brasileiro buscou fazer uma distinção, no âmbito do sistema interamericano, entre *compromisso* e *aspiração*: “[...] Os princípios de não intervenção e de autodeterminação estão na área dos compromissos e não são apenas de obrigatoriedade regional, pois pertencem ao direito internacional público mundial. A fidelidade do regime democrático representativo está na área das aspirações”. De acordo com essa distinção, Cuba havia rompido com uma aspiração, não com um compromisso, da OEA. Logo, não cabia sanção (uso da força - não haveria diferença entre aspiração e compromisso). “A esse argumento jurídico”, afirmou San Tiago Dantas,

acrescentem-se os políticos: a perda da autoridade moral do sistema interamericano, a conversão automática do sistema regional independente numa área de satélites, a impossibilidade de pensar em desenvolver a sério

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 225; sublinhado no original.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 226.

o sistema interamericano. Também o rompimento de relação não se justifica, num momento em que o Brasil reata relações com países socialistas, em que outros países mantêm relações.⁴⁴³

Em outras palavras, o rompimento das finalidades democráticas da OEA não justificava a derrubada de um regime pela força:

[...] Um país que renuncie a tais finalidades, declarando-se comunista e adotando um padrão antidemocrático de governo e economia não pode, certamente, ter o seu governo derrubado pela força. Não pode, tampouco, ser condenado ao isolamento diplomático através do rompimento de relações. [...] Temos de admitir que possa haver um país socialista na América. A idéia de que o aparecimento de um Estado socialista envolve uma ação militar ou bloqueio econômico para descartá-lo é insustentável, inclusive praticamente, em face da composição interna da opinião pública de todos os países americanos.

A conclusão era que seria necessário chegar a alguma forma de convivência, com a neutralização de Cuba: “[...] a presença de um enclave socialista num hemisfério de países todos eles fortemente unidos por pactos defensivos de base democrática, geraria a necessidade de neutralização”.⁴⁴⁴ Daí o paralelo com a Finlândia:

Se no mundo socialista se admite um enclave democrático, como é a Finlândia, ao preço da neutralização, não parece fora de propósito admitir que também no mundo democrático possa haver um enclave socialista protegido pela neutralização. Essa neutralização não vai sem muitas dificuldades. Do ponto de vista soviético, acho que não há interesse em manter compromisso militar com Cuba. Aceita-se a neutralização e considera-se o melhor dos negócios essa ponta de lança socialista dentro do mundo ocidental. Do ponto de vista cubano, acho que não haverá grandes dificuldades, embora prefira dizer alguma coisa mais adiante. Sob o ponto de vista americano, há o problema de que a neutralização pode envolver a base de Guantánamo. Talvez através de um acordo construtivo se pudesse achar uma solução parecida com a de Bizerta, de retirada gradual.

San Tiago Dantas finalizou suas exposições mencionando a visita do Vice-Chanceler cubano Carlos Olivares ao Brasil, mostrando-se, porém, decepcionado com os resultados da visita:

⁴⁴³ *Ibid.*, pp. 226 e 227.

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 228.

O embaixador Olivares, quando esteve aqui, teve uma conversa da qual esperávamos alguma coisa que tivesse a nos dizer ou propor, mas evidenciou-se que o seu propósito era ver como estávamos em relação à consulta. Daqui, foi ao presidente João Goulart e, no dia seguinte, ao ministro Tancredo Neves e, de ambos, ouviu a mesma coisa: que o Brasil era inflexível na questão do princípio de não-intervenção, que não tergiversaríamos em defender o sistema interamericano. Quanto à maneira em que essa atitude se converteria em ação diplomática, teriam que ouvir o Ministério das Relações Exteriores. Nem o presidente da República, nem o primeiro-ministro deram uma palavra além disso. Na volta, Olivares manifestou simpatia pela idéia da neutralização.⁴⁴⁵

No dia seguinte, 27 de dezembro, a comissão reuniu-se novamente. Dessa vez, San Tiago Dantas ouviu mais do que falou. A segunda reunião foi um verdadeiro *brainstorm*, com os diplomatas presentes buscando encontrar a melhor fórmula para guiar a posição do Brasil sobre a questão cubana. O tom das intervenções foi de pessimismo. O Ministro Gibson Barboza, presente à reunião, chamou a atenção para o fato de que, àquela altura, “estamos à procura não de solução para o problema cubano, mas de solução para a ameaça de crise no sistema interamericano”. Lembrou ainda, a respeito da crise nas relações cubano-americanas nos meses precedentes: “Foi sempre o governo americano que teve uma atitude de intransigência em relação ao tratamento do problema. Até a fase da invasão [de Baía dos Porcos], embora as agressões houvessem partido de Washington, esta era mais intratável que Havana.”⁴⁴⁶

No geral, Dantas concordou com a análise de Gibson Barboza: “Agora, tudo indica que o problema é extra-hemisférico e a posição tomada por Fidel Castro como que se ajustou a essa interpretação americana dos acontecimentos”. Assinalou, ainda, que a chave da questão estava na relação entre Washington e Havana. “Se os Estados Unidos conseguissem um termo de tratamento com Cuba, não haveria mais o problema do Hemisfério”.⁴⁴⁷

Também presente à reunião, o agora Embaixador Araújo Castro afirmou compreender perfeitamente “o sentido de frustração” de Gibson Barboza, ao mesmo tempo em que chamou a atenção para a necessidade de se justificar a posição brasileira sobre Cuba ante a opinião pública interna:

⁴⁴⁵ *Ibid.*, pp. 228-9.

⁴⁴⁶ “II Registro da reunião da comissão de planejamento sobre assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, 27 de dezembro de 1961”, in: Franco, *op. cit.*, 2007, pp. 232-3.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 235.

Nós, a esta altura, já não estamos preocupados com a solução do problema cubano, mas com a solução para o problema interamericano e, mais especificamente, com uma solução diplomática brasileira, não somente no sentido que interessa a diplomacia brasileira, mas como vamos justificá-la perante a opinião pública, que está, neste caso, dividida.

Reconhecendo que o assunto cubano “está se extremado e, em janeiro, será o grande assunto da política brasileira”, Araújo Castro sublinhou a forte pressão das esquerdas na questão: “É, sobretudo, impressionante verificar no Brasil o problema da pressão das esquerdas. A impressão que se tem é que estão mobilizados em torno do problema cubano. Os outros assuntos são secundários”. Comparou, nesse sentido, o forte interesse no Brasil pelo caso cubano com a reação nula à anexação de Goa pela Índia, assim como à abstenção de voto brasileiro na ONU no caso da independência da Argélia, “o que prova a mobilização da opinião pública, seja no Parlamento, seja na imprensa, em torno da questão cubana”.⁴⁴⁸

Com relação à possibilidade de diminuição das tensões cubano-americanas, bem como de mediação brasileira no conflito, Araújo Castro mostrou-se pessimista:

A meu ver, qualquer possibilidade de atenuação da posição americana em relação ao problema cubano, não vejo possibilidade. Não havendo possibilidade de atenuação, dos Estados Unidos assumirem o compromisso de não emprego da violência, qualquer mediação nossa seria infrutífera, suspeita, e nos colocaria numa posição em que ficaríamos à mercê de um dos dois grupos: ou dos Estados Unidos ou de Fidel Castro.

Classificou, ainda, o caso cubano como “perdido”, e concluiu, pesaroso: “Acho que esse caso vai se resolver mal para o pan-americanismo”.⁴⁴⁹

À pergunta de San Tiago Dantas (“Acha que o sistema interamericano está liquidado?”), Araújo Castro respondeu afirmativamente. Aproveitou para reforçar sua objeção a qualquer tentativa de mediação do problema cubano pelo Brasil, que considerava contraproducente:

Se, desde já, definirmos que o Brasil é contra a aplicação de sanções, contra o rompimento, se for votado contra nós, cumpriremos, mas ficaremos numa

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 236.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 237.

posição muito segura. Se entrarmos numa tentativa de mediação, vamos nos desgastar, ficar oscilantes até o último momento e podemos, depois, ser atingidos pelos dois lados.⁴⁵⁰

Levando em consideração as ponderações dos diplomatas presentes à reunião, San Tiago Dantas passou a enunciar as questões sobre as quais o Brasil não poderia deixar de se pronunciar na VIII Reunião de Consulta da OEA. A primeira questão era sobre a “existência do regime socialista, claramente ligada ao bloco soviético, dentro do Hemisfério”. A questão que se colocava era: que posição o Brasil deveria adotar em relação ao regime político de Cuba? “A opinião pública brasileira está, toda ela, convergente para o exame do problema e não deixará de colocar essas questões: São contra a ruptura de relações, mas o que acham? Quanto mais marxista ou leninista melhor?”. Os diplomatas presentes concordaram que o momento era chegado de esclarecer a posição do Brasil quanto a um regime comunista no hemisfério americano. San Tiago Dantas pareceu concordar e, referindo-se à situação política interna, decretou: “Estamos na hora de escolher os nossos inimigos”.⁴⁵¹

Mas qual fórmula deveria ser adotada para definir a posição brasileira sobre Cuba? O Embaixador Maury Valente mostrou-se favorável a que o Brasil declarasse que Cuba estava fora do sistema interamericano, pois havia se desligado das aspirações contidas na Carta da OEA. Sua opinião foi secundada pelo Embaixador Henrique Valle, que lembrou que as consequências mesmas da não intervenção levavam o Brasil a admiti-la “dentro do continente, mas fora do sistema”.⁴⁵²

A preocupação central de San Tiago Dantas não era impedir a exclusão de Cuba da OEA, mas marcar a posição brasileira na VIII Reunião de Consulta, de modo a preservar os princípios norteadores da Política Externa Independente. Não se tratava de se opor, pura e simplesmente, à expulsão – até porque, àquela altura, esta já eram favas contadas –, caso em que o Brasil se chocaria frontalmente com a política externa norte-americana e correria o risco de ficar isolado no continente. Tampouco de condenar ideologicamente o regime cubano, o que levaria fatalmente a uma exacerbação da polarização política interna. Tratava-se, isso sim, de defender a independência da política exterior brasileira e os princípios de autodeterminação e não intervenção. “Uma coisa é o Brasil ir para uma conferência disposto a cumprir o que for deliberado. Outra é ir a uma

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 238.

⁴⁵¹ *Ibid.*, pp. 238-9.

⁴⁵² *Ibid.*, p. 239.

conferência onde não há nada mais a deliberar, onde a proposta que acabou de ser lida está copatrocinada por 14 países e nosso papel é oferecer nossa chancela à aplicação do sistema”, disse San Tiago Dantas.⁴⁵³

A política externa brasileira estava em uma encruzilhada. Se simplesmente chancelasse a decisão de expulsar Cuba, estaria concordando com uma deliberação estabelecida *a priori*, que contrariava abertamente os princípios de autodeterminação e não intervenção. Se, em vez disso, se colocasse frontalmente contra qualquer sanção a Cuba, passaria à idéia de simpatia ideológica pelo regime de Fidel Castro. As duas posições teriam profundas implicações no âmbito da política interna brasileira e afetariam a própria existência do Governo. As esquerdas, em particular, não aceitariam a expulsão, pois tinham, pela primeira vez na História latino-americana, um tema de política externa a defender. Como disse Araújo Castro: “O comunismo na América Latina nunca teve um tema continental”.⁴⁵⁴

A solução era opor-se à exclusão, ao mesmo tempo em que se condenava o comunismo no continente. Esta era a única maneira de preservar os princípios que guiavam a Diplomacia brasileira e, ao mesmo tempo, minimizar os danos causados, tanto à direita quanto à esquerda. O país não poderia simplesmente respaldar o que saísse da Reunião de Chanceleres, sob risco de parecer caudatário e subserviente aos EUA. Por outro lado, alguma forma de condenação do comunismo era necessária, a fim de abrandar as reações da direita, que certamente viriam. Araújo Castro vocalizou essa necessidade, ao enfatizar, durante a reunião da comissão de planejamento:

Está chegando o momento em que, ou internamente, ou na declaração na Conferência de Chanceleres, devemos usar palavras um tanto duras com Fidel Castro. Acho que não poderemos mais ignorar a caracterização como regime comunista e, talvez, o momento seja este, em que estamos tomando posição contra violência em relação a Cuba.⁴⁵⁵

Levantou-se a questão da conveniência de um pronunciamento do Primeiro-Ministro Tancredo Neves sobre a questão. San Tiago Dantas descartou polidamente a ideia, reafirmando os inconvenientes políticos que ela apresentava. Lembrou, a propósito, que:

nossa linha de conduta tem sido de atrair sobre nós os problemas da política externa. O presidente do Conselho já tem sobre os ombros um

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 240.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 241.

⁴⁵⁵ *Ibid.*, p. 243.

grande problema, que é o de manter o governo. Não pode tomar posição. Não temos interesse em fazer com que faça uma declaração que diminua, de qualquer forma, a base de apoio político do gabinete. Agimos assim no caso do reatamento de relações [com a URSS]. Conseguimos evitar que o criticismo suscitado pelo reatamento se propagasse ao gabinete. Foi uma coisa confinada. Houve proposta de moção de censura ao ministro do Exterior, mas, em nenhum minuto, ninguém se lembrou de pôr em causa a figura do primeiro-ministro e do gabinete em seu conjunto. [...] Por outro lado, o presidente da República não pode fazer declarações nesse particular, saindo um pouco de sua limitação constitucional. Creio que eu mesmo tenho que fazer a declaração.⁴⁵⁶

Havia um precedente, que fora o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, um mês antes. Naquela ocasião, lembrou San Tiago Dantas,

“O reatamento não produziu efeito negativo nas classes armadas. No seio do povo a política externa é bem aceita. [...] Hoje, falta à política externa um intérprete que tenha reputação muito afirmativa no país. O presidente João Goulart não responde pela política externa. O Tancredo Neves tem sido muito omissos na política externa”.

O clima de pessimismo, que se manteve durante toda a reunião, foi sintetizado por Araújo Castro. Em um momento de franqueza, ele frisou:

Nós não temos coragem do fracasso. A tendência geral do governo, por conveniência da política interna, é achar que determinada política tinha sido um sucesso, quando não tinha. Não acho inconveniente em dizer que estamos preocupados, que não vemos solução.⁴⁵⁷

“O que vamos ter necessidade de ver nesse caso da consulta”, afirmou San Tiago Dantas em suas considerações finais, “é dar a impressão de uma grande firmeza. Não vamos fazer nada de hesitante, ainda que essa firmeza nos leve a arrostar uma diminuição de popularidade. É claro que isso tem um limite de segurança, abaixo do qual podemos ir a pique como governo, mas a marca tem que ser a da firmeza”. Acordou-se que, na VIII Reunião de Consulta, a delegação do Brasil deveria 1) abdicar completamente da ideia de uma elaboração através de consultas e 2) essa

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 244.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 245.

linha não poderia constituir surpresa nem para Cuba, nem para os EUA, nem para o Brasil.⁴⁵⁸

Finalmente, Dantas tentou deixar claro que essa posição não significaria endosso ao regime cubano: “Não estamos fugindo a sancionar Fidel Castro violentamente. Não é que estejamos querendo servir-lhe de guarda-costas. O que estamos fazendo é saber que uma cirurgia mal feita naquele ponto vai abrir um problema novo, incurável e de grandes proporções”. Era, sem dúvida, um desafio novo para a Política Externa Independente, o maior de todos até aquele momento, pois, como sublinhou o Embaixador Araújo Castro, o Governo Jânio Quadros “não teve realmente um problema da política exterior, a não ser o caso do Santa Maria”.⁴⁵⁹

No mesmo dia, 27 de dezembro, a Embaixada do Brasil em Washington enviou uma extensa “análise da situação” ao Itamaraty, na qual propôs a “necessidade de atualização do sistema interamericano como sistema de segurança coletiva do hemisfério”. No texto, o Embaixador Roberto Campos sugeria a adoção de uma posição “ativista intermediária”, que evitasse tanto o *abstencionismo* como o *intervencionismo*. Tal posição:

visava a evitar uma ação unilateral dos Estados Unidos contra Cuba, que levaria à destruição do sistema interamericano, e incluía os seguintes elementos (1) Reconhecimento de que a tradição continental é contrária às sanções ofensivas, devendo ser afastada *in limine* a idéia de qualquer ação militar; (2) Reconhecimento da validade de sanções defensivas, a serem aplicadas de forma graduada, em função do grau de ativismo subversivo de Cuba. Essas sanções abrangeriam (a) Rompimento de comunicações; (b) Estabelecimento de uma comissão de vigilância; (c) Ruptura de relações diplomáticas, e (d) Sanções econômicas. A idéia seria o estabelecimento de um “cordão sanitário”, destinado a impedir a exportação da “ditadura do proletariado”.⁴⁶⁰

Esse posicionamento intermediário do Brasil em relação à questão de Cuba não impediu, porém, que Roberto Campos se visse impelido a responder, em carta, a editorial do jornal *The New York Times* que fizera duras críticas à posição “neutralista” do Brasil na questão cubana. Na carta, Campos procurou estabelecer a diferença entre “política de independência” e “neutralismo”, afirmando que o Brasil se distanciava deste último, pois 1) estava integrado ao sistema interamericano, 2) optara pela democracia

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 246.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 247.

⁴⁶⁰ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 467, nota 182. Grifos no original.

representativa, 3) tinha uma economia aberta a capitais estrangeiros, e 4) considerava o marxismo-leninismo incompatível com os princípios do sistema interamericano, do qual fazia parte.⁴⁶¹

Embora se visse na situação, como representante do Governo Goulart, de defender a atitude brasileira no tocante a Cuba, Roberto Campos tratou de imprimir à questão sua marca pessoal. Conhecido adversário das ideias marxistas e, por conseguinte, do regime de Fidel Castro, ele explicou, anos depois, que sua atuação no caso cubano se baseou na separação doutrinária entre o princípio de *não intervenção*, que coonestava, e de *autodeterminação dos povos*, ao qual fazia reservas:

Ao defender a posição brasileira contrária à expulsão de Cuba do sistema interamericano, tinha sempre o cuidado de fazê-lo com uma filigrana que passou despercebida do Itamaraty: fazia-o em nome do princípio pragmático de não-intervenção, e não do princípio político da autodeterminação dos povos. Este só me parece plenamente aplicável aos regimes democráticos, nos quais não pode existir por longo tempo discrepância entre a autodeterminação do povo e o arbítrio governamental, em virtude da periódica substituição da liderança. Nos regimes totalitários, de direita ou de esquerda, como no exemplo castrista, não se pode presumir coincidência entre a vontade popular e a autodeterminação do governo.⁴⁶²

Nesse meio tempo, San Tiago Dantas convocou, em 12 de janeiro, uma reunião no Itamaraty com os chefes de missões diplomáticas dos Estados americanos acreditados no Brasil. Perante os representantes estrangeiros, ele informou a posição do Brasil, baseada na solução diplomática e no respeito à autodeterminação dos povos. Em seguida, apresentou sua proposta de “finlandização” de Cuba, ou seja, de neutralização da ilha no contexto da Guerra Fria, através da elaboração de um estatuto das relações entre Cuba e os países do hemisfério, sobre o qual se pronunciaria o Conselho da OEA. Desse modo, seria possível “criar condições de neutralização do regime instaurado na República de Cuba em bases jurídicas sólidas”.⁴⁶³ No encontro com os embaixadores estrangeiros, o Chanceler brasileiro assim definiu a posição do Brasil:

⁴⁶¹ *Ibid.*, pp. 468-9.

⁴⁶² *Ibid.*, p. 469.

⁴⁶³ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 336; e Dantas, *op. cit.*, 1962, pp. 105-109. Em seu depoimento ao CPDOC, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha, que fora representante diplomático do Brasil em Helsinque, reivindica para si a autoria da proposta de “finlandização” de Cuba, ressaltando, porém, que tal iniciativa se viu prejudicada pela declaração de Fidel Castro de que era marxista-leninista: “Essa proposta de finlandização, assim como serve para atar, serve para desatar. Já que o Fidel diz que é comunista, ele que aguente as conseqüências”, Cunha, *op. cit.*, p. 236. Para o projeto de San Tiago Dantas de neutralização de Cuba, ver Brasil, 1962, p. 34.

O atual Governo brasileiro exprimiu, por mais de uma vez, o seu pesar por ver o regime cubano apartar-se por sua livre e espontânea vontade dos princípios da democracia representativa definidos na Declaração de Santiago, subscrita por Cuba em 1959. A evolução do regime revolucionário no sentido da configuração de um Estado socialista, ou - na expressão do Primeiro Ministro Fidel Castro - marxista-leninista, criou, como era inevitável, profunda divergência e mesmo incompatibilidades, entre a política do Governo de Cuba e os princípios democráticos, em que se baseia o sistema interamericano.

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico, e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do Governo do Brasil [...].

[...] a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá).

Sanções econômicas também pareceriam um remédio politicamente inidôneo, já que o comércio de Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5% do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento das relações diplomáticas que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sobre o Governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do hemisfério.

É pela via diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dêle se afasta, configurando seu regime como socialista.⁴⁶⁴

Na mesma exposição, Dantas expressou as esperanças do Brasil de que Cuba retornasse, em breve, ao convívio das nações democráticas do hemisfério. Vistas retrospectivamente, suas palavras parecem denotar uma forte dose de *wishful thinking* por parte da posição brasileira:

⁴⁶⁴ "Exposição aos chefes de missão dos Estados Americanos no Itamarati, em 12 de janeiro de 1962", In: Dantas, *op. cit.*, 1962, pp. 105-9.

Não acreditamos que esteja no interesse de Cuba ficar por muito tempo fora do sistema, que contribuiu para construir. Fatores geopolíticos condicionam estreitamente a vida das nações, e Cuba, por sua cultura, tanto quanto pelos imperativos de sua economia, há de sentir a necessidade de retornar ao ecúmeno democrático americano, por uma evolução natural superior às paixões políticas e às ideologias.⁴⁶⁵

Os preparativos para o encontro de Punta del Este levaram à intensificação do debate sobre Cuba na imprensa brasileira. Em 17 de janeiro de 1962, o jornal *O Globo* publicou uma nota assinada por quatro ex-ministros das Relações Exteriores do Brasil, com críticas severas à posição do governo brasileiro sobre a questão cubana. Enumerando a condenação ao comunismo reiterada em várias Conferências Interamericanas e Reuniões de Consulta da OEA, os ex-Chanceleres lembravam que “dentro do sistema continental não é admissível um estado comunista ou vinculado às potências comunistas”.⁴⁶⁶

A respeito dos princípios de autodeterminação e de não intervenção defendidos pelo governo brasileiro, a nota afirmava que “o problema criado pela comunização de Cuba não se resolve com a simples enunciação daquelas regras gerais”, sendo imperioso “combinar o respeito a elas devido, com resoluções, declarações e tratados por todos nós subscritos”. Nesse sentido, deveria ser adotada uma postura compatível com o compromisso assumido de deter o avanço do comunismo, que vinha “eliminando a vigência da democracia representativa, o império da liberdade, as garantias de independência das nações e as franquias indispensáveis à pessoa humana”. Criticando a “posição resignatória de cruzar os braços” da Chancelaria brasileira, a nota propunha a adoção de uma atitude que isolasse Cuba do convívio político com as demais repúblicas americanas, mediante o “rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine da OEA, enquanto durar a ditadura fidelista”. Isso porque não era lícito “invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil”.⁴⁶⁷

Em resposta à nota dos ex-Chanceleres, San Tiago Dantas publicou uma declaração, escrita de maneira elegante porém enérgica, na qual reafirmou a posição brasileira sobre Cuba. Afirmando concordar com a

⁴⁶⁵ Brasil, *op. cit.*, 1962, p. 32.

⁴⁶⁶ Os ex-Chanceleres que assinaram a nota foram José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Rão e Horácio Lafer. Raul Fernandes, embora estivesse de acordo com a nota, não a assinou, pois era membro da Comissão Jurídica Interamericana, cf. Dantas, *op. cit.*, 1962, pp. 110-4.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 113.

condenação ao comunismo internacional, dizia discordar, porém, da solução apresentada pelos ex-ministros para a questão cubana. Sua defesa da soberania de Cuba radicava na constatação de que “a vontade de uma nação não pode ser substituída, na escolha de seu regime, pela de nenhum outro Estado ou Organismo internacional”. Desse modo, ele demonstrava sua discordância com o apelo feito pelos ex-Chanceleres ao governo brasileiro para que se isolasse Cuba através do rompimento coletivo das relações diplomáticas. San Tiago Dantas contestava a eficácia de tal medida: “que alcance prático teria, para reconduzir à democracia um Estado socialista, ou, como êle próprio se confessa, marxista-leninista, a retirada das missões diplomáticas americanas?”. No caso em questão, o rompimento diplomático levaria a resultados opostos do que se esperava, pois “Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria de gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contrato diplomático com o hemisfério, o caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente”. O rompimento seria, assim, ou “mero passo para uma ‘intervenção pela força’”, ou “remédio inócuo e talvez contraproducente”. A declaração de San Tiago Dantas terminava rejeitando a atribuição de uma “posição resignatária” à atitude da Chancelaria brasileira, pois “o que ao ardor do jornalista às vezes pode parecer ‘braços cruzados’, à ponderação do estadista se revela às vezes como linha eficiente de ação”.⁴⁶⁸

San Tiago Dantas fez questão, ainda, de enfatizar a condenação do governo brasileiro ao comunismo: “Condenamos o comunismo internacional, lutaremos por medidas que ponham a democracia a salvo de suas infiltrações, e tudo faremos para que o regime de Cuba não ameace o sistema interamericano”.⁴⁶⁹ Segundo Fernando José Marroni de Abreu: “Na visão brasileira, Cuba não deixa de ser considerada incompatível com o sistema interamericano, mas a imposição de sanções apenas agravaria as tensões da guerra fria e criaria situações delicadas para os demais países da América Latina”.⁴⁷⁰ Às observações do Chanceler somaram-se as do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, que, ao comentar o rumo tomado pelo regime de Fidel Castro, expressou-se da seguinte maneira: “Lamento que a revolução em Cuba, tendo começado por exprimir a justa reação popular contra a ditadura, haja acabado por converter-se num regime marxista-leninista”.⁴⁷¹

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 112.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 115.

⁴⁷⁰ Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 245.

⁴⁷¹ *Apud* Villa, *op. cit.*, p. 66.

Apesar de sua condenação do comunismo e da afirmação de que o caráter comunista do regime de Fidel Castro tornava-o incompatível com o sistema interamericano, o ponto de vista de San Tiago Dantas sobre a questão cubana seria reconhecido pelo governo de Havana durante encontro, no Brasil, do Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, com João Goulart, em 20 de janeiro de 1962, dois dias antes do início da VIII Reunião de Punta del Este. Nessa ocasião, Dorticós declarou que “Cuba recebe com alto agrado a posição do Brasil, porque justamente é esta a aspiração de Cuba: respeito ao princípio de não-intervenção e de respeito à autodeterminação do povo cubano”.⁴⁷²

Nas instruções confidenciais aos delegados brasileiros que iriam à Punta del Este, a defesa desses princípios foi colocada de forma clara e inequívoca. A delegação do Brasil deveria pautar sua atuação da Reunião pela estrita observância ao artigo 15 da Carta da OEA, não votando

em favor de medidas que importem na violação do princípio de não-intervenção, inclusive sanções militares, econômicas ou diplomáticas, as quais, sem produzirem qualquer resultado prático, na verdade só serviriam para agitar a opinião pública, radicalizar ainda mais a política interna do Brasil e de outros países e enfraquecer o sistema regional interamericano.

Em vez disso, o representante do Brasil iria reafirmar

a fidelidade de nosso país, não só aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, mas também aos princípios da democracia representativa, comuns aos povos deste hemisfério, tais como se acham definidos na Declaração de Santiago, e aos compromissos de segurança coletiva e assistência recíproca, constantes do Tratado do Rio de Janeiro.

Isso significava, no caso de Cuba, colocar-se a favor da adoção de uma resolução em que “se reconheça a incompatibilidade das declarações e atitudes do governo de Cuba com os princípios e objetivos do sistema interamericano”, e dar apoio a uma fórmula que permitisse “a constituição de uma comissão especial, destinada a definir as obrigações e limites que o governo de Cuba deve respeitar, para que a presença de um governo socialista no hemisfério não se torne permanente ameaça às instituições e governos de outros Estados”.

Entre as obrigações e limites que seriam sugeridas pela delegação brasileira deveriam constar as seguintes: “a) o compromisso de não contrair

⁴⁷² Brasil, *op. cit.*, 1962, p. 213.

alianças militares com quaisquer potências ou grupos de potências; b) a limitação de armamentos, mediante o estabelecimento de certas garantias; c) a abstenção de propaganda política e ideológica e de qualquer atividade no exterior que possa ser considerada subversiva ou contrária às instituições e governos de outros Estados”.⁴⁷³

Em breve a posição da diplomacia brasileira seria colocada à prova.

3.2.3. *A posição do Brasil em Punta del Este*

De 22 a 31 de janeiro de 1962, realizou-se em Punta del Este, Uruguai, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, convocada por Resolução do Conselho da OEA. O objetivo da Reunião foi o exame da expulsão do governo de Cuba da referida organização e, por conseguinte, do sistema interamericano. A reunião transcorreu em clima tenso, com a delegação dos EUA, chefiada pelo Secretário de Estado, Dean Rusk, fazendo pressão sobre os demais Estados americanos, inclusive com a arma da ajuda econômica.⁴⁷⁴

Como observa em suas memórias o ex-Chanceler Mário Gibson Barboza, a importância conferida pelo governo dos EUA à reunião ficou atestada pela permanência do Secretário de Estado Rusk em Punta del Este durante toda a duração da conferência: “fato excepcional, pois mesmo quando as reuniões da OEA se realizam em sua sede, em Washington, o Secretário de Estado limita-se a pronunciar o discurso oficial, passando a chefia da delegação ao Assistente do Secretário de Estado para a América Latina”.⁴⁷⁵ Interpelado, no transcorrer da reunião, sobre o problema da autodeterminação de Cuba, Rusk chegou a dizer ao Chanceler brasileiro que “não compreendia o significado de não-intervenção, porque uma potência, como os Estados Unidos, sempre se intrometia nos assuntos internos de outras nações, mesmo quando deixava de fazê-lo”.⁴⁷⁶

O pomo da discórdia era a exclusão de Cuba da OEA. A ideia foi atribuída à Argentina, como alternativa à adoção de sanções obrigatórias à ilha.⁴⁷⁷ Para que tal proposta, apresentada pelos EUA, fosse aprovada, era necessário o voto de 2/3 dos 21 países membros da organização, ou seja,

⁴⁷³ “Instruções confidenciais do Conselho de Ministros à delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA”, documento sem data, in: Franco, *op. cit.*, 2007, pp. 272-3.

⁴⁷⁴ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, pp. 47-8.

⁴⁷⁵ Barboza, *op. cit.*, p. 104.

⁴⁷⁶ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 47.

⁴⁷⁷ Os representantes dos EUA interpretaram a iniciativa argentina de excluir Cuba da OEA como uma tentativa do governo Frondizi de manter-se no poder. Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 73. A Argentina rompeu relações diplomáticas com Cuba em 8 de fevereiro de 1962, uma semana depois da Reunião de Punta Del Este, cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 259.

pelo menos 14 votos. A esse respeito, a delegação brasileira mostrava-se otimista, pois era sabido que sete países opor-se-iam certamente a essa iniciativa, abstendo-se na votação. Na última hora, porém, para grande consternação dos representantes brasileiros, a delegação do Haiti resolveu mudar de idéia, votando a favor da proposta norte-americana.⁴⁷⁸ O preço da mudança de voto do governo de François (“Papa Doc”) Duvalier: 13 milhões de dólares, prontamente concedidos por Washington.⁴⁷⁹ Mário Gibson Barboza, que integrava a delegação brasileira na reunião de Punta del Este, narra o seguinte diálogo que manteve com San Tiago Dantas quando este soube da mudança de posição do Haiti:

- Telefone ao Chanceler do Haiti e diga-lhe que desejo visitá-lo já, se possível.
 - O senhor quer mesmo procurá-lo? De nada vai adiantar, sua visita só vai agravar o constrangimento dele.
 - Quem é que você pensa que eu sou? Vou levar-lhe minha solidariedade, neste momento de humilhação que está sofrendo.
- E efetuou a visita naquele mesmo dia.⁴⁸⁰

A despeito da argumentação de Dantas a favor da autodeterminação e da não intervenção na questão cubana, o Governo de Cuba foi excluído da OEA por 14 votos contra um (o da delegação cubana, obviamente). Seis países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México) se abstiveram. Em sua Ata Final, a VIII Reunião de Consulta reconheceu e repudiou a ofensiva do comunismo na América, reiterou a adesão aos princípios de autodeterminação e de não intervenção e instou a realização de eleições livres no continente. A reunião decidiu, ainda, pela exclusão do governo cubano da Junta Interamericana de Defesa e pela suspensão imediata do comércio e do tráfico de armas e material de guerra de todo gênero com Cuba.⁴⁸¹ Nessa última votação, o resultado foram 16 votos a favor, um contra e quatro abstenções.⁴⁸² Brasil, Argentina, México e Equador fizeram constar da Ata da Reunião que a exclusão de um Estado-membro não estava prevista na Carta da OEA e que, por conseguinte, tal medida somente seria legal se aquela fosse emendada.⁴⁸³

⁴⁷⁸ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 358-9, 368; e Barboza, *op. cit.*, pp. 103 e 107.

⁴⁷⁹ Cf. Boersner, 1996, p. 213.

⁴⁸⁰ Barboza, *op. cit.*, p. 107-8.

⁴⁸¹ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 73. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1973, p. 422; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 338-9. Para a posição do Brasil ante a resolução dos EUA na VIII Reunião, ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 368. Para a coincidência entre as posições brasileira e mexicana na OEA, ver Altman, *op. cit.*, p. 78.

⁴⁸² Cf. Boersner, *op. cit.*, p. 213.

⁴⁸³ Cf. Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 257.

O Brasil apoiou a ressalva da delegação mexicana à segunda parte da resolução advinda da reunião da OEA, que interpretava como agressão armada a instalação de armamento atômico na ilha, pois a “instalação de mísseis nucleares em Cuba não era ataque armado segundo a ONU e o TIAR”.⁴⁸⁴ Demonstrando esperança de reversão do processo revolucionário cubano, a Resolução aprovada baseou-se em uma fórmula inédita, pois expulsava “o atual governo cubano”, tendo acrescentado que aquela e outras medidas ficariam sem efeito caso o regime de Havana voltasse a ser compatível com os objetivos e os princípios do sistema interamericano.⁴⁸⁵

No decorrer das negociações, travou-se uma dura, implacável luta de bastidores. Por trás de cada manobra de Rusk, uma constante: a arma econômica. O governo brasileiro, ante tais demonstrações de poder imperial, sentiu-se ofendido: no meio da Reunião, o Chanceler interino, Renato Archer, convocou em Brasília o Embaixador Lincoln Gordon para explicações, adiantando-lhe “que comunicaria o fato [a “chantagem” norte-americana em Punta del Este] ao Gabinete, aos Ministros militares e à imprensa, a fim de que o país adotasse medidas compatíveis com a sua dignidade e a defesa da soberania nacional. Gordon, atordado, desculpou-se e alegou que houve mal-entendido dos comentários de Rusk. Mas o clima de suborno e coação não mudou em Punta del Este. Os Congressistas que integravam a Delegação americana insinuaram que o resultado da Conferência poderia prejudicar a aprovação de verbas da Alpro [Aliança para o Progresso]”.⁴⁸⁶

Em Punta del Este a delegação brasileira, tendo o Chanceler San Tiago Dantas à frente, adotou uma posição conciliatória. Por um lado, interpretando de forma literal a Carta de Bogotá, o Brasil marcou posição em favor dos princípios de *não intervenção* e de *autodeterminação dos povos*, ao se opor à exclusão de Cuba da OEA, o que desagradou sobremaneira aos norte-americanos. Também posicionou-se contra a utilização do TIAR e a aplicação de sanções militares e econômicas contra o regime de Fidel Castro, assim como o rompimento de relações diplomáticas. Ao mesmo tempo, com base nessa interpretação estritamente jurídica, e a despeito do apelo em contrário de Fidel Castro a Goulart, o Brasil reconheceu a incompatibilidade entre o caráter marxista-leninista do regime cubano e os princípios democráticos que norteiam o sistema interamericano (de acordo com o artigo 5º, *d*, da Carta de Bogotá), votando a favor da Declaração final da Reunião que condenou o comunismo como incompatível com o sistema

⁴⁸⁴ *Apud* Altman, *op. cit.*, pp. 76-7.

⁴⁸⁵ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 259.

⁴⁸⁶ Moniz Bandeira, 1978, pp. 420-1.

interamericano e a favor da retirada de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (em ambas as votações, Cuba foi excluída por unanimidade). Ao discursar na Comissão Geral da Reunião, em 24 e em 30 de janeiro, assim como ao justificar o voto brasileiro, San Tiago Dantas apresentou a posição do Brasil sobre o tema.⁴⁸⁷

Não somente a expulsão de Cuba foi motivo de controvérsia. Outras medidas, como a criação do Colégio Interamericano de Defesa, dividiram o governo brasileiro. A esse respeito, Roberto Campos narra que a posição oficial do Itamaraty era que,

ao criar esse órgão, a Junta Interamericana de Defesa havia exorbitado de suas funções. Meu colega, o embaixador Ilmar Pena Marinho, chefe da delegação junto à OEA, referia-se a esse órgão como uma 'academia de golpes de Estado'. No entanto, meu adido militar na embaixada em Washington, o general Orlando Ramagen, recebia instruções diretas do EMFA, no sentido de prestigiar o Colégio Interamericano de Defesa. Obviamente, reproduziram-se no seio do governo brasileiro as tensões internas entre a visão dos diplomatas e a visão dos militares [...].⁴⁸⁸

A decisão do Brasil de aferrar-se à Carta da OEA, que condenava a intervenção mas também o comunismo, para opor-se à exclusão de Cuba é até hoje assunto de debate. Na realidade, após a profissão de fé marxista-leninista de Fidel Castro, não havia mais lugar para Cuba na organização hemisférica. Vasco Leitão da Cunha é taxativo ao enfatizar que, ao se declarar comunista, o líder cubano praticamente carimbou sua saída da OEA:

Não foi uma expulsão, foi uma auto-expulsão! O Fidel se declarou comunista no fim do ano de 61, de maneira que não cabia outra coisa senão desistir da solução finlandesa. O Brasil deveria ter tomado conhecimento, em ato notarial, da decisão de Fidel de abandonar o sistema interamericano. Era essa a posição que eu teria tido em Punta del Este. Foi o Fidel que se retirou, ao adotar uma posição proibida pela declaração de Santiago, que dizia que o sistema comunista é incompatível com a organização interamericana.⁴⁸⁹

A posição brasileira em Punta del Este desagradou o governo dos EUA, que esperava uma atitude mais firme de condenação do regime

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 335. Para o ponto de vista dos EUA sobre a posição brasileira em Punta del Este, ver Gordon, *op. cit.*, 2002, pp. 320-1. Ver Anexo B.

⁴⁸⁸ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 469, nota 185.

⁴⁸⁹ Cunha, *op. cit.*, p. 237.

cubano. Como afirma Roberto Campos, em meio ao clima de grande tensão da Guerra Fria, “parecia herético admitir, mesmo indiretamente, qualquer formulação jurídica que reconhecesse a presença no continente de regimes comunistas, ainda que sob cautelas destinadas a esterilizar quer a influência militar soviética, quer a possibilidade de práticas subversivas”.⁴⁹⁰

De fato, segundo Arthur Schlesinger, o Governo dos EUA, apesar da expulsão de Cuba da OEA, considerou o resultado da VIII Reunião de Chanceleres, por causa da resistência de países como o Brasil, como uma “vitória parcial” norte-americana.⁴⁹¹ Em sinal de desagrado com a posição do Brasil, o Senador norte-americano Hickenlooper, presente à Reunião como conselheiro do Congresso dos EUA, apelidou San Tiago Dantas de “Santiago de Cuba”.⁴⁹²

Apesar disso, era corrente a opinião norte-americana de que a decisão brasileira, assim como a dos outros cinco países, de abster-se na votação sobre a exclusão de Cuba do organismo hemisférico obedecia não a convicções ideológicas, mas a fatores políticos internos. Segundo Adolf Berle Jr:

Na maioria dos casos é provável que os ‘seis moderados’ governos em Punta del Este tenham-se abtido de votar a resolução que ordenava a expulsão de Cuba, menos por convicção do que por incerteza quanto a sua própria segurança política. [...]

Face a um estado de coisas bem determinado, os maiores Estados latino-americanos não quiseram ou não se sentiram capazes de apoiar medidas de acôrdo com a seriedade da situação real, e seus estadistas se refugiaram em evasões, legalismos exagerados e fórmulas sem nenhum sentido, medidas essencialmente impossíveis de ser harmonizadas com o espírito do Tratado do Rio de Janeiro e a Carta de Bogotá.⁴⁹³

Durante a sessão que decidiu pela expulsão de Cuba, a delegação brasileira foi alvo de intensas pressões. Estas vinham não somente dos EUA, mas do próprio Governo Goulart, submetido, por sua vez, a um verdadeiro fogo cruzado. Mário Gibson Barboza narra um episódio que

⁴⁹⁰ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 470.

⁴⁹¹ Cf. Schlesinger, *op. cit.*, p. 784. Moniz Bandeira (*op. cit.*, 1998, pp. 370-1 e 491) descreve o resultado final da Reunião de Punta del Este como uma “meia vitória” dos EUA. Opinião diversa tem Adolf Berle: “O resultado positivo foi uma nítida manifestação conjunta de oposição ao imperialismo comunista extracontinental por dezenove países. [...] Em tudo [e] por tudo, foi uma vitória para a posição dos Estados Unidos”, Berle, *op. cit.*, pp. 112-3.

⁴⁹² Cf. Gordon, *op. cit.*, p. 321.

⁴⁹³ Berle, *op. cit.*, pp. 115-6.

revela claramente o nível de tensão a que estavam submetidos o governo e os delegados brasileiros em Punta del Este:

Na sessão em que finalmente se realizou a votação, com o resultado que se sabe, a expulsão do governo cubano [...], em dado momento San Tiago recebeu o recado de que estava sendo chamado de Brasília pelo Presidente. Não atendeu à chamada, suspeitando, com razão, como soubemos depois, que Jango queria mudar nossa posição, cedendo à pressão final do Embaixador Lincoln Gordon, que lhe fizera um forte apelo nesse sentido.⁴⁹⁴

Vale recordar que o Brasil já se abstivera de votar a solicitação da Reunião de Consulta ao Conselho da OEA feita pela Colômbia, pois entendeu que não era o caso de se invocar o TIAR, em que a delegação colombiana buscava fundar sua solicitação ao referido Conselho.⁴⁹⁵ Assim, desde o início da reunião, Brasil e EUA colocaram-se em campos opostos na questão cubana: de um lado, estavam os países mais populosos da América Latina, que se opunham à exclusão; de outro, os EUA, apoiados pelos pequenos Estados centro-americanos, que percebiam o regime cubano como uma ameaça direta à sua segurança. Segundo Adolf Berle Jr.:

Militarmente fracos, eles [os países da América Central e do Caribe] sabem que sua existência pacífica depende de proteção, em caso de necessidade, por um sistema interamericano apoiado, se necessário, pela força que ele puder reunir; ou, faltando a ação interamericana efetiva, da proteção direta dos Estados Unidos.⁴⁹⁶

Lado a lado com a delegação brasileira, a representação da Argentina, chefiada pelo próprio Presidente Frondizi, manteve-se igualmente firme em sua oposição à expulsão de Cuba e na defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção. Em discurso proferido na Conferência, em 3 de fevereiro, Frondizi foi enfático:

as delegações de seis Estados (Brasil, México, Chile, Equador, Bolívia e Argentina) fundamentaram sua abstenção [...] no direito internacional, que resolve questões vinculadas à soberania dos Estados e só admite interpretações restritivas. [...] Toda a tradição jurídica da humanidade civilizada descansa sobre o princípio de que não há pena sem lei, de que nada pode ser julgado

⁴⁹⁴ *Op. cit.*, p. 108.

⁴⁹⁵ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 336.

⁴⁹⁶ Berle, *op. cit.*, p. 120.

sem estar conforme a uma lei anterior ao fato. [...] Renunciar a este princípio equivale, nas relações internacionais, a um estretecimento da soberania.⁴⁹⁷

A oposição de San Tiago Dantas à idéia de isolar Cuba diplomaticamente do convívio com os demais países do hemisfério e de excluí-la da OEA assentava em argumentos jurídicos e políticos. Juridicamente, o Chanceler brasileiro aferrou-se à letra do Tratado do Rio, que declarava que o rompimento e a intervenção só se justificariam em caso de agressão concreta. Do ponto de vista político, a argumentação era mais complexa: assentava na defesa da competição pacífica entre regimes políticos diferentes e na confiança na vitória iniludível da democracia.⁴⁹⁸ A repercussão da Conferência no Brasil foi grande, e a posição de San Tiago Dantas teve o apoio dos setores nacionalistas e de esquerda, além de vários órgãos de imprensa, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro.⁴⁹⁹

Apesar da argumentação jurídica de San Tiago Dantas, o debate sobre a posição da diplomacia brasileira no tocante à questão cubana viu-se inevitavelmente contaminado pela disputa ideológica da época. A postura moderada e conciliadora do Chanceler brasileiro não foi entendida por nenhum dos dois polos em que se dividia a opinião pública, acarretando, na verdade, o aguçamento das posições antagônicas. Da parte da direita, a atitude da delegação brasileira em Punta del Este, ao se abster na votação que decidiu pela exclusão de Cuba, configurava inaceitável conciliação e tolerância para com a infiltração comunista; aos olhos da esquerda, por sua vez, o apoio à parte resolutiva que condenava o comunismo caracterizava injustificável capitulação ao imperialismo de Washington. No meio desse fogo cruzado, isolado entre essas duas posições inconciliáveis, ficou o chefe da Diplomacia brasileira. Como observa Mário Gibson Barboza:

Em suma, o Chanceler se encontrava praticamente sozinho para enfrentar as implacáveis investidas dos vários setores da opinião pública nacional, sobressaindo dentre eles o militar, que em tudo enxergava, simplisticamente, a ação do comunismo internacional, no que não deixava de ser “ajudado” pela condução demagógica e populista do governo. [...] Mais uma vez se configurou a frustrante marca que caracterizou nossa atuação diplomática naquele conturbado período da vida nacional: era uma política externa certa, num governo errado.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ “Discurso do Presidente da Argentina, Arturo Frondizi, em 03/02/1962, em Punta del Este”, in: Brasil, *op. cit.*, 1962, p. 137.

⁴⁹⁸ Cf. Barboza, *op. cit.*, p. 105; Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 338.

⁴⁹⁹ Cf. Abreu, Beloch et alli, 2001, p. 1795.

⁵⁰⁰ Barboza, *op. cit.*, pp. 104-5.

Acossado interna e externamente, o Governo Goulart não poderia compactuar com a exclusão de Cuba do sistema interamericano, pois

defender a possibilidade de Cuba traçar seus novos caminhos, mesmo que deles discordasse, era a única alternativa que restava a um governo como o de Goulart [...], concordar com a expulsão de Cuba da OEA e com o total bloqueio à Ilha significaria referendar uma atitude que se voltaria contra si muito em breve.⁵⁰¹

Essa resistência aos objetivos da Casa Branca na América Latina se refletia em iniciativas paralelas a Punta del Este. Ao mesmo tempo em que ocorria a reunião de chanceleres, realizava-se em 22 de janeiro uma conferência latino-americana em Havana, paralela à de Punta del Este, com o fim de reafirmar os princípios de autodeterminação e de não intervenção dos povos. A conferência, encabeçada pelo ex-presidente mexicano Lázaro Cárdenas e convocada juntamente com o senador socialista chileno Salvador Allende, contou com a participação do deputado federal e líder das Ligas Camponesas do Brasil, Francisco Julião.⁵⁰² Era uma resposta de Havana à exclusão de Cuba da OEA. A resposta, porém, foi em vão: a exclusão de Cuba da OEA, a essa altura, já era um fato consumado.

3.2.4. O debate no Congresso

De regresso de Punta del Este, San Tiago Dantas teria uma dura batalha pela frente. Em 5 de fevereiro, falando em cadeia nacional de rádio e televisão, o Chanceler brasileiro lembrou a respeito da Declaração de Punta del Este que esta era “uma declaração de defesa da democracia e de condenação do comunismo. Mas é também uma declaração condenatória do reacionarismo, condenatória das atitudes puramente negativas que, sob o pretexto de combaterem o comunismo internacional, na verdade, combatem o progresso social e o processo revolucionário democrático dos povos”. Na mesma ocasião, ele lembrou que, além da exclusão da OEA, foram adotadas outras medidas de caráter executivo em relação ao regime cubano, em favor das quais votou o Brasil, como o afastamento de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, a reafirmação da confiança no programa da Aliança para o Progresso e a proclamação da necessidade de promover eleições livres em toda a América, “porque eleições livres representam

⁵⁰¹ Barbosa, 1989, pp. 76-7, *apud* Vizentini, *op. cit.*, 2004a, p. 188.

⁵⁰² Cf. *El Mundo*, 21 de janeiro de 1962.

a forma mais perfeita, através da qual se exerce a autodeterminação dos povos”.⁵⁰³

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 7 de fevereiro, San Tiago Dantas defendeu com firmeza a posição do Brasil em Punta del Este. Com base no princípio do respeito à norma jurídica, ele posicionou-se a favor da via da convivência e da negociação com o regime cubano. Em um momento particularmente tenso da sessão, em que foi bastante apertado, o Chanceler brasileiro fez uma verdadeira profissão de fé no Direito como instrumento dos países militarmente fracos:

Já tem sido dito, tantas vezes que me acanho de repetir, mas a defesa do Direito, no mundo em que vivemos, para as nações militarmente fracas e que não dispõem de recursos, nem econômicos nem tecnológicos, para poderem fazer frente aos problemas de segurança, com as grandes armas nucleares e term nucleares da atualidade, a linha defensiva para essas nações, aquela de onde não podem recuar, aquela de onde não podem consentir que se abra uma fissura, porque depois dessa fissura nada mais existe senão o desconhecido, é a intangibilidade dos princípios e da norma jurídica. (Muito bem.) Ai do Estado responsável que compareça a uma reunião internacional para homologar, com seu voto, uma política de poder! A política de poder ainda pode constituir, nos nossos dias, um sonho, uma aspiração dos que julgam que têm o poder ou que talvez o tenham verdadeiramente. Mas para os Estados que sabem que esse poder não se encontra nas suas mãos, para esses o que se impõe é se abroquelarem nos ideais da Justiça e do respeito à ordem jurídica, única fortaleza que resta aos que querem defender a sua própria independência e civilização.⁵⁰⁴

No mesmo discurso, San Tiago Dantas foi interpelado por um deputado acerca da aparente contradição da decisão brasileira de votar a favor da retirada de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, mas não da OEA. Ele explicou que, enquanto a exclusão de um membro da OEA exigiria a reforma da Carta de Bogotá, que fora estabelecida por uma Conferência Interamericana e ratificada pelos governos americanos, a JID fora criada por uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, e, portanto, qualquer decisão tomada em uma Reunião de Consulta poderia ser modificada por uma outra Reunião. Foi somente por esse motivo que uma decisão foi possível, e outra, não. Ao mesmo tempo em que afirmou que houve um ponto de vista unânime na Reunião de Punta del Este em torno

⁵⁰³ Dantas, *op. cit.*, 1962, pp. 172 e 174.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, pp. 140-1.

da incompatibilidade entre um regime marxista-leninista e os princípios democráticos do sistema interamericano, San Tiago Dantas lembrou que a Carta dos Estados Americanos “não contém nenhum artigo que preveja a expulsão ou a suspensão de um Estado do seio da Organização. Diz como se adquire a condição de membro, mas não fala na perda coercitiva desta condição”. Diante disso, prosseguiu, o Direito Internacional ensina que “quando um organismo internacional não prevê, com uma norma própria, o modo de eliminação de um dos seus membros, a maneira de alcançar esse resultado é a reforma da Carta”. O caminho indicado para tanto era o artigo 111 da Carta de Bogotá, que previa sua reforma.⁵⁰⁵

Pela mesma razão por que se opôs à expulsão de Cuba da OEA, a delegação do Brasil em Punta del Este marcou posição em defesa da convivência com o regime de Havana, posicionando-se contra a utilização do Tratado do Rio de Janeiro no caso de Cuba. O TIAR prestava-se a ser empregado diante de uma agressão externa concreta, e não como um instrumento para julgar um regime político destoante dos demais governos americanos. Esse instrumento legal, que fora feito para a defesa comum do hemisfério contra ataques armados ou agressões equivalentes, não poderia ser usado contra um regime, pois isso iria contra o “princípio de não-intervenção de um Estado, ou de grupo de Estados, nos negócios internos de um outro”. A expulsão de Cuba e a adoção de medidas punitivas estariam, assim, em contradição com o próprio TIAR, visto que este “não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja ele qual for, como um caso de ataque armado ou de agressão”. Pelo mesmo motivo, lembrou San Tiago Dantas, a ONU mantinha em situação de relações amistosas Estados com os mais variados regimes políticos.⁵⁰⁶ Segundo Dantas:

O Tratado do Rio de Janeiro, concebido para que os Estados americanos se defendam conjuntamente dos riscos de um ataque armado ou de uma agressão equivalente, consubstanciado num fato concreto, jamais foi concebido como instrumento político para que os Estados dêste hemisfério ou a sua organização regional se convertam em juizes dos regimes políticos adotados por qualquer país, seja pela via das eleições livres, seja pela via das revoluções.⁵⁰⁷

À defesa da convivência pacífica com o regime revolucionário de Cuba somava-se a confiança na perspectiva de evolução democrática da

⁵⁰⁵ O Deputado que interpelou San Tiago Dantas foi Padre Vidigal. O parlamentar valeu-se de pergunta formulada pelo jornal *Diário Carioca* do dia (7 de fevereiro de 1962), *ibid.*, pp. 138-9 e 177.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, pp. 175 e 187.

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 135.

Revolução Cubana. Reafirmando sua convicção de que, caso não se buscasse isolar Cuba com medidas extremas como sanções militares e econômicas e o rompimento de relações diplomáticas, o país retornaria, cedo ou tarde, à seara da democracia, Dantas afirmava que o restabelecimento das liberdades democráticas era uma consequência do próprio processo revolucionário cubano:

Não é verdade que Cuba esteja perdida como nação para a convivência democrática. Se não a isolarmos, se não a bloquearmos de tal maneira que não lhe deixemos outro rumo senão a integração definitiva no bloco soviético, Cuba completará o seu processo revolucionário, e o seu processo revolucionário a trará de volta à convivência dos Estados democráticos deste hemisfério.⁵⁰⁸

Em outras palavras, a posição brasileira sobre Cuba era que medidas punitivas apenas serviriam para radicalizar ainda mais o processo revolucionário na ilha, afastando o país do sistema democrático ocidental. A solução era a convivência.

Na já citada exposição nacional em cadeia de rádio e televisão, San Tiago Dantas defendeu esse ponto de vista, afirmando que:

em face de um governo que sai da prática da democracia representativa e se alinha segundo outros princípios políticos estranhos ao nosso hemisfério, a solução adequada não é o isolamento; a solução adequada é aquela que, limitando os riscos representados pela presença de um tal governo no hemisfério, entretanto permita a convivência, pois a convivência no mundo contemporâneo tem sido o caminho seguro para fazer com que as revoluções populares voltem ao seio da democracia. [...] Onde se deixou a um governo revolucionário e popular uma alternativa, uma porta aberta para o mundo democrático, esse governo não se alinhou com as potências comunistas e acabou ou por retornar a uma forma mais ou menos perfeita de democracia ou, pelo menos, a adotar na sua conduta internacional uma posição favorável ao Ocidente.⁵⁰⁹

A confiança de San Tiago Dantas no retorno de Cuba ao caminho democrático – perspectiva que se tornava a cada dia mais distante – radicava na sua crença jurídica na superioridade da democracia sobre o socialismo e na “vitória do regime de liberdade”, ficando clara na seguinte

⁵⁰⁸ *Ibid.*, p. 154.

⁵⁰⁹ *Ibid.*, p. 131. Grifos meus.

declaração: “A pobreza das soluções políticas oferecidas pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização”.⁵¹⁰ Essa declaração condenatória do comunismo e em favor da democracia não impediu, porém, que fosse votada uma moção de censura ao Chanceler brasileiro na Câmara dos Deputados.⁵¹¹

Na opinião insuspeita de Roberto Campos, a atitude de San Tiago Dantas constituía:

uma posição bastante severa com relação a Cuba. Aceitava, é verdade, a coexistência como um dado de fato – em vista do impasse nuclear e da renúncia por Washington a uma solução de força – mas sugeria a imposição a Cuba de “um estatuto de obrigações negativas”, cuja violação implicaria sua expulsão do sistema, e até mesmo a imposição das sanções previstas no artigo 8º do Tratado do Rio de Janeiro. Estas não excluía como *ultima ratio* a hipótese de intervenção armada. A neutralização de Cuba através de um estatuto de ‘obrigações negativas’ tinha sido uma brilhante invenção de San Tiago Dantas, visando conciliar os princípios de autodeterminação e não-intervenção com as necessidades de defesa do sistema interamericano.[...].⁵¹²

Apesar disso, a posição brasileira em Punta del Este desencadeou uma forte reação dos grupos conservadores e anticomunistas, que enxergavam na defesa da não intervenção por San Tiago Dantas uma “capitulação ao comunismo”. Em 10 de fevereiro, os jornais do Rio de Janeiro noticiaram a realização de um comício em frente ao Teatro Municipal, convocado pelo Centro Cívico do Brasil e pela União Feminina Anticomunista, que teria reunido de 1.500 a 2.000 pessoas. Manifestações semelhantes se seguiriam, tendo sido apoiadas pelos órgãos da grande imprensa, que continuaram a pressionar a diplomacia brasileira, denunciando a “influência comunista” no Itamaraty. Em 26 de outubro, o jornal *O Estado de S. Paulo* reclamou da “leviandade e irresponsabilidade” da política externa. Em 22 de fevereiro de 1963, um editorial do *Correio da Manhã*, intitulado “Libertar-se de Cuba”, exigia do governo o abandono do apoio ao regime de Fidel Castro.⁵¹³

Ao mesmo tempo, o Brasil não deixou de exercer alguma forma de ascendência sobre o regime cubano, agindo como mediador entre este e os

⁵¹⁰ *Ibid.*, pp. 130-1.

⁵¹¹ *Ibid.*, pp. 183-192. Ver também Cerro & Bueno, *op. cit.*, p. 341.

⁵¹² Campos, *op. cit.*, 1994, p. 470.

⁵¹³ Cf. Motta, 2002, pp. 236-7.

EUA. Assim, em março de 1962, durante o julgamento dos invasores da Baía dos Porcos, o assessor especial do Presidente Kennedy, Richard Goodwin, fez chegar a Fidel, por intermédio de Goulart, a mensagem que, se aqueles fossem fuzilados, a opinião pública norte-americana se alvoroçaria até o ponto de a invasão tornar-se inevitável.⁵¹⁴

Mais à direita do espectro político, as decisões emanadas da Reunião de Punta del Este também ensejou análises preocupadas. Durante conferência patrocinada pelo Conselho para as Tensões Mundiais, realizada em Salvador (BA), de 9 a 11 de agosto de 1962, o então Embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Campos, ao tratar do problema do “fidelismo”, assim apresentou a questão:

As tensões geradas pelo movimento fidelista afetam não somente as relações da América Latina com os Estados Unidos como também as relações entre os próprios Estados latino-americanos. Pois, sob a compulsória da expansiva ideológica marxista, Castro não tem poupado esforços para infiltrar os países vizinhos e espalhar a subversão não só contra os governos oligárquicos tradicionais, mas também contra governos progressistas da esquerda moderada. Conseguiu efetivamente dividir a cena interamericana, com a emergência de tensões até agora desconhecidas, tais como o voto dividido na Conferência de Punta del Este no tratamento do problema cubano. Os países mais diretamente expostos à infiltração e à propaganda subversiva preconizavam uma ação forte, enquanto o México e cinco dos países sulinos, obedecendo a razões tradicionais (princípio de não-intervenção), razões jurídicas (imprecisão dos instrumentos jurídicos da OEA para tratamento de formas novas de agressão da guerra fria), ou razões pragmáticas (receio de agravar tensões internas ou ceticismo quanto à eficácia das sanções), seguiram curso mais moderado, conquanto aderissem à condenação da aliança de Castro com o bloco soviético, por ser incompatível com o sistema interamericano.⁵¹⁵

Na mesma ocasião, Campos chamou a atenção para o dilema fundamental da América Latina no começo dos anos 60, salientando que “nem a revolução castrista esgotou ainda o seu vigor e versatilidade, de modo a permitir-nos julgá-la ineficaz, nem a Aliança para o Progresso demonstrou ainda o seu valor. Esta é, pois, a grande confrontação dos anos próximos, com as suas tensões, perigos e promessas”.⁵¹⁶

⁵¹⁴ Cf. Thomas, *op. cit.*, pp. 1099-1100.

⁵¹⁵ Campos, 1964, p. 48.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 49.

A Reunião de Punta del Este foi o ponto culminante na evolução da PEI e nas relações do Brasil com os governos de Cuba e dos EUA durante o período Goulart. Significou a afirmação na prática da retórica de autonomia da Diplomacia brasileira face à questão cubana e às pressões de Washington, postura esta iniciada por Jânio Quadros e ensaiada por Kubitschek. Enquanto isso, o governo era pressionado, internamente, tanto à esquerda quanto à direita.⁵¹⁷ Ocorreram distúrbios em frente à Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, onde manifestantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) protestaram contra a expulsão de Cuba da OEA, entrando em choque com a polícia do Governador Lacerda.⁵¹⁸

A questão de Cuba seria retomada, ainda, na Reunião Ministerial da OEA, realizada em Washington em 2 e 3 de outubro. O representante do Brasil foi o ex-Chanceler e então Embaixador do Brasil na ONU, Afonso Arinos. O comunicado final da reunião, não assinado pelos chanceleres, expressou a condenação ao regime de Fidel Castro e ao comunismo: “Ficou patente durante a reunião que, na atual conjuntura, o mais urgente [...] é representado pela intervenção sino-soviética em Cuba como tentativa de converter essa ilha em base armada para a penetração comunista nas Américas e a subversão das instituições democráticas do hemisfério”.⁵¹⁹

Em depoimento posterior, Afonso Arinos afirmou que a redação do documento final sofreu alteração por parte do Departamento de Estado norte-americano, interessado em torná-lo mais enfático em sua condenação ao regime de Cuba e a favor da intervenção coletiva na ilha. Em suas memórias, o então Chanceler Hermes Lima assim narra o episódio:

[...] convidados para um banquete seguido de recepção naquele Departamento de Estado, os delegados-chefes não puderam acompanhar a versão final do documento para controlar sua adequação ao que havia sido aprovado. No dia seguinte verifiquei que, em muitos pontos, a redação saída do Departamento de Estado publicada pelos matutinos e espalhadas por todo o mundo pelas agências telegráficas fora acomodada a certos pontos de vista dos Estados Unidos nem sempre vitoriosos na reunião. Teve ali outra prova do entrosamento entre os órgãos políticos dos Estados Unidos e os formidáveis meios de divulgação existentes no país, supostamente independente do Governo.⁵²⁰

⁵¹⁷ Para as pressões das esquerdas, ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 359. A respeito do apoio das esquerdas à posição do Brasil em Punta del Este, Mário Gibson Barboza (*op. cit.*, p.104) afirma que “na verdade, porém, estas constituíam um aliado indesejável, pois injetavam um explosivo fator de natureza ideológica na apreciação do grave e delicado problema, contribuindo, assim, para conturbar ainda mais o clima, já demasiadamente emocional, das discussões”.

⁵¹⁸ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 81.

⁵¹⁹ *Apud* Barreto, *op.cit.*, 2001, p. 263.

⁵²⁰ Lima, *op. cit.*, pp. 267-8.

Um dia após o término da reunião de Washington, em 4 de outubro, em entrevista ao jornal *Última Hora* Hermes Lima apresentou uma síntese da postura brasileira no tocante a Cuba:

- defesa da autodeterminação dos povos, não em função de Cuba, mas do princípio político e moral da coexistência dos povos e do respeito mútuo;
- reconhecimento de que Cuba tem o direito de se armar como qualquer país que se sentisse ameaçado devido a sua situação geográfica ou em defesa de sua segurança interna, oposição à formação de alianças americanas com propósitos agressivos; e
- solidariedade com os países americanos no esforço de livrar o continente da influência comunista que pudesse pôr em perigo suas instituições.⁵²¹

No mesmo mês, estourou a Crise dos Mísseis em Cuba.

⁵²¹ Abreu, Beloch et alli, *op. cit.*, p. 1846.

Capítulo IV

Anos de crise: o governo João Goulart (1961-1964) – 2ª parte

4.1. A crise dos mísseis

A perigosa decisão da URSS de instalar secretamente mísseis nucleares em Cuba, como parte do acordo de ajuda militar soviética ao regime socialista cubano (*Operação Anadir*), deflagrou uma crise que por pouco não provocou uma hecatombe nuclear e constituiu um sério desafio à política do Itamaraty em relação ao regime cubano.⁵²²

Até hoje, a decisão soviética – e o desfecho da crise que se seguiu – é motivo de controvérsia entre historiadores. Sabe-se ao certo que, do lado da URSS, a instalação de armamento nuclear praticamente às portas dos EUA correspondia a um objetivo estratégico: tratava-se de uma resposta a uma solicitação de um governo aliado, a fim de se defender dos EUA e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de estabelecer uma cabeça-de-ponte no continente americano, alterando em seu favor o equilíbrio nuclear entre as superpotências.⁵²³

A decisão teve a ver também com a relação entre o Kremlin e a liderança cubana, cada vez mais isolada politicamente. Entre dezembro de 1961 e o começo de 1962, treze governos latino-americanos romperam relações diplomáticas com Cuba. Ao mesmo tempo, a inteligência soviética detectava

⁵²² Ao todo, o acordo militar Cuba-URSS incluiu o envio de 42 mísseis nucleares para a ilha, além de 42.000 soldados soviéticos, cf. Furiati, *op. cit.*, pp. 126-7. Ver também Dobbs (2009).

⁵²³ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 412, 420-2 e 437. Para os objetivos estratégicos dos EUA na questão dos mísseis em Cuba, ver Grenville, *op. cit.*, pp. 593-4. Moniz Bandeira (*op. cit.*, 1998, p. 414) afirma equivocadamente que os mísseis instalados em Cuba eram "ar-ar".

um aumento da atividade clandestina de grupos de exilados cubanos.⁵²⁴ Era urgente, portanto, garantir a defesa do novo aliado nas Américas.

A ajuda militar soviética a Cuba levava em consideração, ainda, o caráter cada vez mais radical e independente do regime revolucionário cubano a partir do começo de 1962, quando a hora foi considerada “madura para a revolução” na América Latina, segundo os dirigentes de Havana. Em março, o Ministro do Interior, Ramiro Valdés, visitou Moscou, ocasião em que sugeriu à URSS organizar em Cuba um centro de inteligência soviética para dar apoio aos movimentos revolucionários na América Latina. Caso a URSS não se dispusesse a cooperar, afirmou, os cubanos estavam dispostos a irem adiante sozinhos com o projeto.⁵²⁵

Outro fator que certamente contribuiu para a ajuda militar soviética a Cuba foram as notícias sobre o declínio da influência dos comunistas na ilha, sobretudo após a queda em desgraça de seu Secretário-Geral, Aníbal Escalante, em fevereiro de 1962. Além disso, a URSS temia a influência da China Comunista sobre algumas lideranças revolucionárias, como “Che” Guevara, que se mostrava cada vez mais crítico das posições da URSS. Embora o perigo chinês não fosse então considerado sério, Moscou não queria correr riscos.⁵²⁶

Por todos esses motivos, e apesar do desequilíbrio nuclear a favor dos EUA, interessava à URSS o estabelecimento de uma base de mísseis em território cubano. O líder soviético, Nikita Krushev, certamente se sentia encorajado pelo recente revés norte-americano na Baía dos Porcos e subestimava o novo Presidente dos EUA, John F. Kennedy. Em junho de 1961, apenas dois meses depois do fiasco da tentativa de invasão, ocorrera o primeiro encontro de cúpula entre os dois, Kennedy e Krushev, em Viena. O dirigente soviético saiu da reunião com a impressão de que Kennedy era um político pouco resoluto e inexperiente. A instalação dos mísseis em Cuba seria uma oportunidade de testar a capacidade de resposta do governo norte-americano. Ou, como disse Krushev em seu estilo camponês característico, “por que não enfiar uma marmota nas calças de Tio Sam?”. Em 21 de maio de 1962, durante reunião do *Presidium* do Comitê Central do PCUS, foi tomada a decisão de instalar mísseis nucleares em Cuba.⁵²⁷

Do lado dos EUA, por sua vez, a descoberta em Cuba, em 14 de outubro de 1962, por aviões espões U-2, de bases de mísseis soviéticos balísticos de alcance médio e intermediário (MRBM e IRBM), capazes de atingir o território norte-americano, constituía uma séria ameaça não só a

⁵²⁴ Cf. Fursenko & Naftali, *op. cit.*, pp. 151 e 159.

⁵²⁵ *Ibid.*, pp. 168 e 171.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 169.

⁵²⁷ *Ibid.*, pp. 171 e 180-1.

sua segurança, mas ao seu prestígio no mundo. Sobretudo após o fiasco da Baía dos Porcos, Cuba tornou-se uma verdadeira obsessão para Kennedy. O Procurador-Geral dos EUA, Robert (“Bob”) Kennedy, advertiu o Presidente de que “chegara a hora para uma demonstração (“*a showdown*”), pois em um ou dois anos a situação estará muito pior”. Insistentemente, Bob aconselhou seu irmão-Presidente a realizar operações clandestinas, que incluiriam diversos planos para assassinar Fidel Castro e outros membros da alta cúpula cubana (cognominados AM/LASH) e lançar um falso ataque à base de Guantánamo, para servir de pretexto para uma intervenção militar em Cuba. De maneira profética, ele advertiu: “Se não quisermos que a Rússia instale bases de mísseis em Cuba, é melhor que decidamos agora o que estamos dispostos a fazer para detê-la”.⁵²⁸

Outro fator importante era a necessidade de Kennedy de dar uma resposta à opinião pública interna dos EUA em face do avanço do comunismo, *vis-à-vis* às eleições norte-americanas de novembro daquele ano.⁵²⁹ A instalação dos mísseis em Cuba era um claro desafio à manutenção da supremacia norte-americana no hemisfério ocidental.⁵³⁰ Krushev visava, com os mísseis, vincular a defesa de Cuba à questão de Berlim, dividida por um muro desde 13 de agosto de 1961 em um setor soviético e outro ocidental.⁵³¹ Quanto a Fidel Castro, sua disposição de defender a ilha contra uma agressão imperialista norte-americana confundia-se com propósitos bem mais agressivos em relação à potência do Norte, como se revelou posteriormente.

Poucos dias depois da confirmação da presença de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, Kennedy ordenou, em 21 de outubro, um bloqueio naval (“quarentena”) à ilha, a fim de impedir o desembarque de material militar proveniente da URSS. A resposta de Krushev veio em forma de ameaça: se os EUA atacassem Cuba, a URSS retaliaria, o que certamente iria desencadear um conflito de grandes proporções.⁵³²

Durante treze dias, Cuba tornou-se o centro da disputa geopolítica mundial entre as duas superpotências, que chegaram à beira de uma guerra nuclear. Diante da gravidade da situação, o Secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, tentou mobilizar os países da América Latina, convocando uma

⁵²⁸ “If we don’t want Russia to set up missile bases in Cuba, we had better decide now what we are willing to do to stop it”, *apud* Fursenko & Naftali, *op. cit.*, pp. 96-7. Operações secretas contra líderes estrangeiros incômodos não foram uma exclusividade estadunidense. Alexandr Fursenko e Timothy Naftali apontam para o fato de que, após a Baía dos Porcos, os dirigentes comunistas cubanos Blas Roca e Aníbal Escalante sugeriram um plano para eliminar os líderes da contrarrevolução no exílio, dos quais Manuel Ray era o alvo principal. O plano, porém, não foi adiante, à objeção da URSS, *ibid.*, p. 98.

⁵²⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 438-9.

⁵³⁰ Cf. Grenville, *op. cit.*, p. 595.

⁵³¹ *Ibid.*, pp. 416, 426, 435 e 446.

⁵³² As primeiras evidências da presença de armamento nuclear soviético em Cuba datam de 28 de agosto. *Ibid.*, pp. 428, 440, 458 e 597. Para a resposta de Krushev a Kennedy, ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 434, 443 e 452. Para um relato dia a dia da crise, ver May & Zelikow (1997) e Dobbs (2009).

reunião de consulta informal dos chanceleres americanos em Washington. Na reunião, em que Rusk tentou comprometer os governos da região com uma atitude de firme condenação da ameaça comunista, o Brasil adotou novamente uma postura moderada, coerente com sua defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção, ao lado de Chile, Bolívia, México e Uruguai.⁵³³ Apesar disso, vários países latino-americanos colocaram-se ao lado dos EUA na crise. Venezuela e Argentina enviaram navios de guerra para a região. O Presidente do México, Adolfo López Mateos, adotou postura contrária à tradicional neutralidade mexicana em relações internacionais e opôs-se firmemente à instalação de mísseis da URSS em Cuba.⁵³⁴

A questão seria resolvida no âmbito das negociações bilaterais entre a Casa Branca e o Kremlin. A crise se agravou após a reunião entre Kennedy e o Chanceler da URSS, Andrei Gromiko, em Washington, em 18 de outubro. Nessa ocasião, segundo Moniz Bandeira, “Rusk explicou que Cuba não era apenas um problema continental e que o agravamento da situação no Caribe coincidia com maior pressão da URSS em outras partes do mundo, como Berlim e Vietnã, bem como na questão do desarmamento”.⁵³⁵

Para impedir o alastramento da influência soviética, os norte-americanos estavam dispostos a utilizar qualquer meio que fosse necessário – um eufemismo para o uso da força. Assim, citando o ex-Chanceler brasileiro Afonso Arinos, Moniz Bandeira afirma que, após a reunião com os chanceleres americanos em Washington,

o Departamento de Estado chegou ao ponto de modificar, sub-repticiamente, o documento aprovado, inserindo opiniões que não foram aceitas, a fim de comprometer todos os países, inclusive o Brasil, com a perspectiva de aplicação de ‘medidas de maior alcance que as já autorizadas’, caso a situação o exigisse.⁵³⁶

4.2. O papel do Brasil

4.2.1. A posição do Brasil na OEA

Para os países da América Latina, o agravamento da situação no Caribe parecia traduzir-se no enfraquecimento dos EUA e na inevitabilidade

⁵³³ Cf. Grenville, *op. cit.*, pp. 430-1 e 435.

⁵³⁴ Cf. Domínguez, *op. cit.*, p. 28.

⁵³⁵ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 76.

⁵³⁶ *Ibid.*

do avanço da URSS sobre o Ocidente. A crise atingiu o auge com a convocação, pelos EUA, do Órgão de Consulta da OEA. Nessa ocasião, a delegação norte-americana apresentou a proposta de mediação do Brasil junto a Cuba. Seguiu-se um apelo a Fidel Castro por parte do Embaixador do Brasil em Havana, Luís Bastian Pinto, visando a solução da crise com a Casa Branca.⁵³⁷ Por sua vez, o Embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, recebeu um pedido de Dean Rusk para que interviesse junto a João Goulart com vistas a recomendar-lhe que o Brasil consentisse com o necessário voto unânime na OEA a favor do bloqueio.⁵³⁸

Em suas memórias, Roberto Campos descreve o diálogo que teve com Goulart, às 12h da noite de 21 de outubro de 1962, em que ficou decidido o voto brasileiro a favor do bloqueio a Cuba na OEA, apresentado como uma “questão vital”:

Goulart perguntou-me se havia perigo de uma guerra nuclear caso os soviéticos decidissem romper o bloqueio. Respondi-lhe que os EUA não podiam recuar, sob pena de desmoralização do sistema defensivo ocidental, e que contavam com superioridade nuclear tão positiva que qualquer revide russo seria suicida. Mesmo que a URSS lançasse um primeiro ataque e destruísse 60% do poderio americano, os EUA poderiam com o restante destruir toda a URSS.⁵³⁹

Ao lembrar que a Argentina enviara dois destróieres e uma esquadra de três aviões de patrulha, busca e salvamento para participar do bloqueio,⁵⁴⁰ Campos acrescentou que seria embaraçoso para o Brasil recusar qualquer cooperação, chamando a atenção para o risco de isolamento diplomático na região, de forma paralela à maior presença de Fidel Castro na América Latina. Diante desses argumentos, Goulart foi categórico: “o senhor fica autorizado a prometer o voto do Brasil”.⁵⁴¹

Embora o bloqueio naval a Cuba fosse aprovado unanimemente pelos países latino-americanos,⁵⁴² a ideia de uma ação militar contra a ilha estava longe de ser consensual entre os Estados da região. Nesse momento, Washington decidiu aumentar a pressão sobre os governos latino-americanos. Em 22 de outubro, mesma data de seu famoso pronunciamento na TV, Kennedy enviou uma carta ao Presidente João Goulart, escrita,

⁵³⁷ *Id.*, *op. cit.*, 1998, p. 455 e seguintes. Castro retribuiria o apelo, após o fim da crise, com uma visita à Embaixada do Brasil em Havana, *ibid.*, pp. 476-7.

⁵³⁸ Cf. Campos, *op. cit.*, 1994, p. 494.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 495.

⁵⁴⁰ Cf. Moniz Bandeira, *op.cit.*, 1983, p. 175.

⁵⁴¹ Cf. Campos, *op. cit.*, 1994, p. 496.

⁵⁴² Cf. Vizontini, *op.cit.*, 2004a, p. 201.

segundo Moniz Bandeira, “em tom insolente, quase imperativo”.⁵⁴³ Após observar que “não se trata somente de ameaça militar contra nós”, o mandatário norte-americano afirmava que o comportamento de Moscou e de Havana tornava evidente o desafio representado pela expansão soviética no hemisfério. Instando pela convocação de uma reunião imediata do Órgão de Consulta do sistema interamericano, Kennedy reafirmava que “a colocação de armas ofensivas com capacidade nuclear em Cuba ‘coloca em risco a paz e a segurança do Continente’”, de acordo com o Artigo 6º do Tratado do Rio. O Presidente dos EUA informava, ainda, que havia dado instruções ao Embaixador norte-americano na ONU, Adlai Stevenson, para apresentar uma resolução pedindo “a retirada das bases de foguetes e outras armas ofensivas em Cuba sob a supervisão de observadores das Nações Unidas”. Antecipando o teor da resolução que seria apresentada pelo representante dos EUA na ONU, o chefe da maior potência militar do planeta convidava abertamente Goulart a juntar-se aos EUA em uma possível ação armada contra Cuba, quando fazia um convite aos assessores militares do Governo brasileiro para que discutissem com os norte-americanos “a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer”.⁵⁴⁴ A iniciativa norte-americana estava em clara contradição com os artigos 15, 16 e 17 do Capítulo III da Carta da OEA.⁵⁴⁵

A resposta de Goulart a Kennedy foi enérgica. Segundo Moniz Bandeira, esta se fez através de “críticas diretas à forma como Kennedy conduzira a questão dos mísseis soviéticos e à manipulação da OEA pelos EUA”.⁵⁴⁶ Em carta-resposta datada de 24 de outubro,⁵⁴⁷ Goulart reafirmava, entre outros pontos, a “fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental”, ao mesmo tempo em

⁵⁴³ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 76.

⁵⁴⁴ A carta de Kennedy, que foi enviada também para todos os demais presidentes latino-americanos, está transcrita em Moniz Bandeira, 2001, pp. 244-7, nota 4. O Artigo 6º do Tratado do Rio dizia o seguinte: “Se a inviolabilidade ou integridade do território, a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for afetada por uma agressão que não seja armada, ou por conflito extra-continental ou intra-continental, ou qualquer outro feito ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Organismo de Consulta se reunirá imediatamente, a fim de decidir as medidas que, em caso de agressão, deverão ser tomadas em auxílio ao agredido ou, em todo caso, as que convenham tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente”, *apud* Dabène, *op. cit.*, p. 141.

⁵⁴⁵ O Capítulo III da Carta da OEA dizia: “Nenhum Estado ou grupo de Estados (americanos) tem direito a intervir, direta ou indiretamente, e seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. O princípio anterior exclui não só a força armada, mas também qualquer outra forma de ingerência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado ou dos elementos políticos, econômicos e culturais que os constituem” (artigo 15). “Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de caráter econômico ou político para forçar a vontade de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza” (artigo 16). “O território de um Estado é inviolável; não pode ser objeto de ocupação militar nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente, qualquer que for o motivo, ainda de maneira temporal (artigo 17)”, *apud* Rangel, 1976, p. 60, nota 2.

⁵⁴⁶ *Op. cit.*, 1998, p. 463.

⁵⁴⁷ Ver Anexo C.

que ressaltava, lembrando o discurso por ele proferido perante o Congresso norte-americano, em 4 de abril daquele ano, que “o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver”. Em tom conciliador, expresso no apelo à negociação e na crença nos frutos benéficos da convivência pacífica entre os dois blocos, a carta dizia:

O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e à preservação de sua liberdade.⁵⁴⁸

Na carta, Goulart manifestou, ainda, a “apreensão e a insatisfação” do Brasil com o modo como a OEA decidiu pela quarentena a Cuba. Segundo o Presidente brasileiro, essa decisão deveria ter sido precedida de uma investigação *in loco*, bem como de uma tentativa de negociação. Além disso, o desarmamento de Cuba deveria vir acompanhado, conforme o Brasil propusera em Punta del Este, de uma garantia recíproca de que os EUA não invadiriam a ilha. A carta expressava, ainda, os receios de Goulart sobre o futuro da OEA, observando que “as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação”. Em uma estocada na política norte-americana para a América Latina, criticava a “tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário”. O texto respondia às pressões da Casa Branca afirmando, de forma peremptória, o princípio da autodeterminação, ao mesmo tempo em que também revelava a conexão entre a questão cubana e a situação política interna brasileira:

O Brasil é um país democrático, em que o povo e o governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando, desse modo, o próprio processo democrático de nossa evolução.

⁵⁴⁸ *Apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2001, p. 247.

O governo brasileiro opunha-se, portanto, a qualquer ação militar contra Cuba, pois “nada seria mais perigoso ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana”.⁵⁴⁹ Insistindo na defesa do direito de todos os países a se autodeterminarem soberanamente, a resposta do Presidente brasileiro admitia, segundo Moniz Bandeira, “como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem pela força ou pela violência a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de autodeterminação do povo cubano”.⁵⁵⁰

Além disso, embora o Governo brasileiro se mantivesse fiel à sua postura independente frente aos dois blocos, ainda era forte no Brasil o sentimento de identificação com os EUA na disputa com a URSS. Segundo Phyllis Parker, em que pese a defesa do governo brasileiro da não interferência e da autodeterminação dos povos, a atitude de Goulart foi de apoio à posição norte-americana. Diante da revelação da presença dos mísseis em Cuba, o Presidente brasileiro teria dito: “Se o que Kennedy diz é verdade, então isso é não somente uma ameaça para vocês, mas para todos nós... e, evidentemente, estamos com vocês”. De acordo com Parker, “Goulart parecia quase desapontado com o fato de os Estados Unidos não partirem para uma ação militar direta. Perguntou por que os Estados Unidos ‘simplesmente não os explodiam todos com uma bomba atômica’”.⁵⁵¹

Não obstante, a posição do Brasil continuava favorável à autodeterminação de Cuba. Em 23 de outubro, o Chanceler Hermes Lima afirmou em um discurso que Cuba tinha “o direito de levar a cabo sua experiência política”, ressaltando: “O fato de existir um regime socialista em Cuba não significa que não seja um regime americano. [...] A América Latina não está sujeita a quaisquer interesses internacionais que nos obriguem a manter um tipo de regime em que o povo não encontre condições para o seu progresso natural e a libertação nacional”.⁵⁵² Enquanto isso, no dia 25, o Chanceler Raúl Roa garantia ao Embaixador Luiz Bastian Pinto em Havana ser “totalmente falsa a acusação de que, em Cuba, existe qualquer

⁵⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 247. Tal postura simpática do Brasil à soberania de Cuba não impediu, porém, que, segundo um ex-funcionário do governo cubano, os principais informantes da CIA na ilha durante a Crise dos Mísseis de outubro de 1962 estivessem nas Embaixadas do Reino Unido, Uruguai, Itália e Brasil. De acordo com este, os informes dos serviços secretos soviéticos “sugeriam” que se vigiasse de perto os movimentos dos representantes diplomáticos desses países, porque estes teriam “estreitos laços” com os serviços de inteligência dos EUA, cf. Cifuentes, Laura Weffer, “Reino Unido, Uruguay, Brasil e Italia informantes CIA crisis misiles”, <<http://www.latinamericanstudies.org/us-cuba/informantes.htm>>.

⁵⁵¹ Parker, *op. cit.*, p. 49. A mesma opinião está em Gordon, *op. cit.*, p. 330.

⁵⁵² *Apud* Young, *op. cit.*, p. 166. Ver também Barreto, *op. cit.*, 2001, pp. 264-5.

armamento ofensivo”. Para reforçar essa sua afirmação, Roa chegou a dizer que Cuba estaria mesmo disposta a “dissolver o seu Exército”.⁵⁵³

Ainda no dia 23, o Embaixador Roberto Campos, telegrafou à Secretaria de Estado sugerindo que o Brasil propusesse formalmente à ONU a desnuclearização da América Latina. Era uma solução de compromisso, que buscava transformar em resolução uma sugestão apresentada por Afonso Arinos em discurso na XVII Assembleia Geral da ONU, em 20 de setembro. Segundo relato de Campos, esse projeto de resolução

chegou a ser preparado por Arinos e pelo embaixador Araújo Castro, obtendo logo o apoio expresso da Bolívia, Chile e Equador e simpatia discreta dos Estados Unidos. A resolução, entretanto, não chegou a ser apresentada. É que o compromisso de desnuclearização da América Latina só faria sentido se fosse unânime. Mas Cuba introduziu um obstáculo irremovível. Queria que a resolução abrangesse também os territórios ‘latinos’ em poder dos americanos, isto é, Porto Rico e Flórida! Mais tarde, já passada a confrontação, o projeto brasileiro foi criticado em reunião de embaixadores no Departamento de Estado, pela República Dominicana, Guatemala e Venezuela, os quais erroneamente vislumbravam em nosso projeto um propósito oculto de reintegração de Cuba no sistema interamericano e queriam que o assunto fosse tratado na OEA e não na ONU.⁵⁵⁴

No dia 24, o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Raul Ryff, entregou a carta-resposta de Goulart a Kennedy ao Embaixador Lincoln Gordon, “credenciando-se o Brasil para servir de mediador entre Cuba e os Estados Unidos”. Ato contínuo, no dia 29 foi enviado a Havana, a pedido de Gordon, o General Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, com a missão de comunicar a posição do governo brasileiro a Fidel Castro. Em dois encontros com o líder cubano, o General informou-lhe que o Brasil se opunha à invasão de Cuba e continuaria defendendo a soberania cubana, buscando reaproximar a ilha dos demais Estados americanos, mas “participava dos mesmos receios dos Estados Unidos, diante da instalação, pelos soviéticos, de bases de mísseis em seu território”.⁵⁵⁵ Nesse ínterim, o Embaixador Lincoln Gordon apresentou ao governo brasileiro a sugestão de fazer ver a Fidel Castro “a absoluta necessidade de sair do território da ilha o armamento nuclear soviético”.

⁵⁵³ Telegrama n. 345, confidencial-urgentíssimo, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 25 de outubro de 1962, Havana, a) Luiz Leivas Bastian Pinto. AMRE-B.

⁵⁵⁴ Campos, *op. cit.*, p. 493.

⁵⁵⁵ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 141. Ver também Weiss, 1993, p. 157; e Vizentini, *op.cit.*, 2004a, p. 202.

As instruções a Albino Silva foram no sentido de dissuadir Fidel de manter essas armas com fins ofensivos, como lembra Hermes Lima: “compreendíamos que Cuba possuísse armamento soviético defensivo, mas nos opúnhamos à instalação de armamento soviético ofensivo em seu território, pois isto colocava em risco a segurança do continente e mesmo a paz mundial”. Em 21 de novembro, já contornada a crise cubana, Hermes Lima comunicaria ao Congresso Nacional, em sessão secreta do Senado, sobre a missão Albino Silva.⁵⁵⁶ Em 8 de novembro, o Premiê soviético Nikita Krushev enviou uma mensagem de agradecimento a Goulart pelos esforços do Brasil na Crise dos Mísseis.⁵⁵⁷

Na reunião da OEA, convocada para resolver a questão dos mísseis soviéticos em Cuba, os EUA apresentaram um anteprojeto de resolução que pedia “o desmantelamento e a retirada imediata de Cuba de todos os mísseis e de qualquer outra arma com capacidade ofensiva” e recomendava a adoção, pelos Estados-membros, nos termos dos Artigos 6 e 8 do Tratado do Rio de Janeiro, de “medidas individualmente e coletivamente, inclusive o emprego da força armada”, a fim de

assegurar que o governo de Cuba não possa continuar a receber das potências sino-soviéticas material militar e os abastecimentos correspondentes que possam ameaçar a paz e a segurança do Continente e para evitar que os mísseis e as bases em Cuba com capacidade ofensiva possam tornar-se no futuro uma ameaça à paz e à segurança do Continente.⁵⁵⁸

A atitude da Casa Branca era inflexível. A esse respeito, Moniz Bandeira lembra que Roberto Campos, desempenhou um papel importante na mediação com o governo dos EUA:

O secretário de Estado, Dean Rusk, solicitou ao embaixador Roberto Campos, especialmente, que interviesse junto a Goulart para recomendar-lhe que o Brasil, onde a opinião pública e mesmo do governo, segundo ele sabia, estava dividida, desse o consentimento necessário a que a OEA aprovasse por unanimidade a quarentena, por tratar-se de uma questão vital para os EUA.⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ Cf. Lima, *op. cit.*, p. 268.

⁵⁵⁷ Cf. Barreto, *op. cit.*, 2001, p. 266.

⁵⁵⁸ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, pp. 79-80.

⁵⁵⁹ *Id.*, *op. cit.*, 2001, p. 90. Ver também Campos, *op. cit.*, 1994, pp. 494-5.

4.2.2. A posição do Brasil na ONU

Na referida Reunião da OEA, mais uma vez a atitude da Chancelaria brasileira foi conciliadora. Nessa organização, como na ONU, o Brasil adotou medidas de alcance imediato, na primeira delas, e a prazo mais longo, na segunda, subordinando-as a diretivas mestras da política exterior brasileira (respeito a compromissos livremente assumidos, defesa de certos postulados jurídicos básicos e da paz mundial). Coerente com a posição assumida meses antes em Punta del Este, o Brasil apoiou a primeira parte da resolução apresentada pelos EUA, que pedia a retirada dos mísseis de Cuba e decidia pelo bloqueio naval à ilha, mas se opôs à segunda parte, que defendia uma ação militar contra Cuba.⁵⁶⁰

Enquanto isso, o Embaixador do Brasil na ONU, Ilmar Pena Marinho, seguindo instruções de Goulart, concordou com a parte da resolução que determinava a inspeção de navios que se dirigiam a Cuba, ao mesmo tempo em que propôs modificar o parágrafo segundo do anteprojeto de resolução apresentado pelos EUA, exigindo, em lugar de qualquer ação armada, a inspeção de observadores da ONU, que deveriam averiguar a permanência de material nuclear soviético em Cuba. No final dos debates, o representante brasileiro absteve-se da votação na parte da resolução que recomendava o uso da força contra Cuba.⁵⁶¹ Ainda “com o objetivo imediato de atenuar a crise no Caribe e, a prazo mais longo, dentro de sua política favorável ao desarmamento progressivo e controlado”, em 29 de outubro o Brasil apresentou ao Comitê Político da Assembleia-Geral um projeto de resolução no sentido da desnuclearização da América Latina e da África.⁵⁶²

Na opinião de Moniz Bandeira, a atitude do representante do Brasil na ONU “não refletiu exatamente a orientação de Goulart, que, conquanto não a desautorizasse, rechaçara, na verdade, o propósito intervencionista dos Estados Unidos”. A posição do Brasil na reunião da OEA teria parecido, na verdade, “vacilante, dúplíce e equívoca, em virtude do caráter de conciliação que apresentara”. Nesse sentido, “a posição do governo se afigurou confusa, num momento de radicalização, em que seus próprios sustentáculos se solidarizavam com Cuba”.⁵⁶³

Diante do impasse criado pela questão dos mísseis, EUA e URSS chegaram finalmente a um acordo. Em 27 de outubro, Krushchev decidiu retirar as armas nucleares de Cuba, após a promessa dos EUA de que não atacariam a ilha e da retirada dos mísseis Júpiter norte-americanos

⁵⁶⁰ Cf. Campos, *op. cit.*, 1994, p. 1335.

⁵⁶¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 80; e Gordon, *op. cit.*, 2002, pp. 280-1, 330 e 378.

⁵⁶² Cf. Campos, *op. cit.*, 1994, p. 1335.

⁵⁶³ Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, pp. 80-1. Ver também Lima, *op. cit.*, pp. 267-272; e Campos, *op. cit.*, 1994, p. 497.

instalados na Turquia. Ambos os lados cantaram vitória: Kennedy alegou ter conseguido afastar a ameaça soviética do continente e Krushev ao assegurar a integridade de Cuba contra uma agressão norte-americana. Mas houve alguém que não ficou nada satisfeito com as negociações, pois delas não tomou parte nem foi consultado a respeito: Fidel Castro.⁵⁶⁴

O desfecho da crise até hoje é motivo de controvérsia. Lincoln Gordon afirma que uma de suas consequências foi o aumento do prestígio dos EUA na América Latina e a diminuição da eficácia da propaganda cubana no Brasil.⁵⁶⁵ Esta opinião coincide com a de Phyllis Parker, segundo a qual “a maneira pela qual Kennedy conduziu a crise dos mísseis de Cuba serviu para elevá-lo aos olhos de Goulart, e a opinião pública em geral no Brasil foi bastante favorável à virada dos acontecimentos”.⁵⁶⁶ Krushev, por sua vez, afirmou em suas memórias: “Removemos nossos mísseis em troca da promessa americana de não invadir Cuba. O objetivo dos agressores americanos era destruir Cuba. O nosso, preservar Cuba. E Cuba existe. Então, quem levou a melhor?”⁵⁶⁷

Enquanto isso, o líder cubano, segundo Krushev, mostrava-se abertamente favorável ao confronto com os EUA, mesmo que isso resultasse na destruição total de Cuba em um holocausto nuclear. Em sua autobiografia, o dirigente soviético afirma que

Castro sugeriu que a fim de impedir a destruição dos nossos mísseis, nós os usássemos contra os Estados Unidos num golpe preventivo. Achava que um ataque americano era inevitável e que cumpria que nos antecipássemos a ele. Em outras palavras: tínhamos de lançar imediatamente um ataque com mísseis nucleares contra os Estados Unidos. [...] Ficou claro para nós que Fidel Castro não havia entendido os nossos propósitos.⁵⁶⁸

Posteriormente, Castro tentou negar que tivesse feito semelhante proposta, que poderia ter deflagrado uma guerra nuclear de proporções inimagináveis. Krushev relata, em suas memórias, o seguinte diálogo, travado com o líder cubano quando da primeira visita deste à URSS, em 1963:

⁵⁶⁴ Cf. Grenville, *op. cit.*, pp. 598-9; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 475.

⁵⁶⁵ Cf. Gordon, *op. cit.*, 2002, pp. 335 e 377.

⁵⁶⁶ *Op. cit.*, p. 50.

⁵⁶⁷ Khrushchev, 1991, p. 227. Essa avaliação contrasta com a de Zizentini (*op. cit.*, 2004a, p. 202): “Sem alternativas, Krushov [sic] recua e aceita os termos da Casa Branca, sofrendo uma humilhação, apesar da sobrevivência do regime cubano. Na hora da verdade, a URSS tivera de recuar, perdendo muito de sua credibilidade. Enquanto isso, os EUA reconquistaram sua força, partindo para uma ofensiva internacional, intensificando suas ações no Vietnã e retomando e ampliando suas pressões na América Latina”. No polo ideológico oposto, Paul Johnson (*op. cit.*, 1994, p. 529), afirma o seguinte: “Na questão prática de segurança de Cuba e do Caribe, Kennedy perdeu a crise dos mísseis. Foi uma derrota americana: a pior que sofreu na Guerra Fria”.

⁵⁶⁸ Khrushchev, *op. cit.*, 1991, p. 224.

[Krushev, dirigindo-se a Fidel] Eu disse a ele: “Você queria iniciar uma guerra com os Estados Unidos. Por quê? Afinal, se uma guerra começasse, nós teríamos sobrevivido, mas Cuba provavelmente não mais existiria. Seria pulverizada. Mas você estava propondo que fizéssemos um ataque preventivo!”

Ele disse: “Não, eu nunca propus isso.”

Eu disse: “Como você pode dizer que nunca o propôs?”

O intérprete falou: “Fidel, Fidel, você me falou pessoalmente sobre isso.”

Fidel novamente insistiu: “Não!”

Então começamos a procurar os documentos. É uma coisa boa que Fidel não tenha feito essa declaração apenas oralmente, mas nos enviou um documento escrito.

O intérprete mostrou-o a ele: “Como você interpreta esta palavra aqui? Não significa guerra? Um ataque nuclear?”⁵⁶⁹

Em mensagem a Krushhev, datada de 27 de outubro, Castro expressou de forma dramática todo seu descontentamento com a decisão soviética de retirar os mísseis da ilha:

“Muitos olhos de homens, cubanos e soviéticos... dispostos a morrer com suprema dignidade, verteram lágrimas ao conhecer a decisão surpreendente, inesperada e praticamente incondicional, de retirar as armas... Nós sabíamos – não presume que ignorávamos – que haveríamos de ser exterminados, no caso de estalar a guerra termonuclear. Contudo, nem por isso lhe pedimos que cedesse [...] Entendo que não se deve conceder aos agressores o privilégio de decidir, ainda mais quando há de se usar a arma nuclear... E não sugeri ao senhor, camarada Krushov, que a URSS fosse agressora, porque isso seria algo mais que incorreto... imoral e indigno de minha parte, mas que, desde o instante em que o imperialismo atacasse... as forças armadas destinadas à nossa defesa... respondessem com um golpe aniquilador...”⁵⁷⁰

A crise dos mísseis soviéticos em Cuba coincidiu com a XVII Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual compareceu, como

⁵⁶⁹ Khrushchev, 2007, p. 348.

⁵⁷⁰ *Apud* Furiati, *op. cit.*, p. 133. A mágoa cubana com a decisão unilateral de Krushov, que pôs fim à questão dos mísseis, ficou expressa no slogan “*Nikita mariquita, lo que se da no se quita*”, *ibid.*, p. 135.

representante do Brasil, o ex-Chanceler de Jânio Quadros, Afonso Arinos. No dia 20 de setembro, Arinos tinha proclamado um discurso em que apresentara uma ideia até então inédita no seio da ONU: a desnuclearização do continente americano. Em 1º de novembro, poucos dias após o desfecho da crise dos mísseis, falando na Comissão Política, ele reiterou a iniciativa brasileira. O projeto fora redigido por ele e pelo Embaixador Araújo Castro, tendo recebido o copatrocinio da Bolívia, do Chile e do Equador. A delegação brasileira estava negociando o encaminhamento do projeto quando irrompeu a crise.⁵⁷¹

Segundo Arinos, o projeto de desnuclearização do continente contou com o apoio dos EUA, o que destoava da posição dos militares brasileiros. Estes se opunham à ideia da desnuclearização alegando, paradoxalmente, a necessidade de defesa do continente:

Os Estados Unidos, cujo hipotético interesse em utilizar armas atômicas na defesa continental era o grande argumento dos militares brasileiros contra a idéia, mostraram-se, muito ao contrário, face à crise cubana, partidários ardorosos da sugestão. Fui imediatamente procurado pelos principais delegados americanos em Nova Iorque [sic], estimulando-me a apresentar quanto antes o projeto, enquanto o Embaixador Roberto Campos, de Washington, me informava pelo telefone que estava sendo também assediado pelo Departamento de Estado.⁵⁷²

No dia 8, atendendo à solicitação norte-americana, Arinos apresentou o projeto na Comissão Política, antes mesmo de tê-lo circulado entre as outras delegações continentais. “Naquele dia”, escreveu anos mais tarde, “vi a influência do Departamento de Estado sobre o *New York Times*. O principal representante do jornal nas Nações Unidas veio procurar-me, para obter informações sobre o nosso projeto. Nessa noite [...] comprei o *New York Times* do dia seguinte, 9, como se faz habitualmente em Nova Iorque. Lá estava, em página importante, o noticiário de três colunas em quadro sobre o projeto brasileiro, ilustrado com fotografia minha...”⁵⁷³

O projeto brasileiro de desnuclearização do continente americano recebeu uma acolhida extremamente favorável na Comissão Política. Os delegados de nada menos do que cinquenta e quatro países fizeram referência ao projeto em seus discursos. Todavia, Arinos terminou não o apresentando à votação, devido à oposição à ideia por parte de Cuba.⁵⁷⁴

⁵⁷¹ Cf. Franco, *op. cit.*, 1968, p. 203.

⁵⁷² *Ibid.*, pp. 203-4.

⁵⁷³ *Ibid.*, p. 204.

⁵⁷⁴ *Ibid.*

A objeção cubana estava centrada no sistema de inspeções. Nesse ponto, a delegação de Cuba condicionou sua adesão ao projeto à inclusão, na área desnuclearizada, dos territórios de Porto Rico e da Flórida, que Havana considerava como pertencentes “sociologicamente” à América Latina. Conforme escreveu Afonso Arinos, isso era, evidentemente, uma provocação, uma vez que, sendo Porto Rico um Estado associado aos Estados Unidos (de fato, um território americano) e a Flórida um dos Estados da Federação, Cuba estava exigindo, nada menos, que os EUA permitissem a inspeção no seu território, no cumprimento de um tratado em que não era parte. A provocação cubana tinha por objetivo matar a ideia no nascedouro. Prossegue Afonso Arinos:

Fui à delegação cubana e tentei entender-me por telex com o govêrno de Havana. Mas logo percebi que era inútil. Havia o propósito deliberado de Fidel de derrubar o projeto, provavelmente em revide à humilhação sofrida no recente caso dos foguetes. Neste ponto Cuba ficou até contra a Rússia, pois os soviéticos declararam-me que apoiariam e votariam o nosso projeto, se Cuba o fizesse. Foi Cuba quem se opôs.⁵⁷⁵

No quesito desnuclearização, Brasil e Cuba estavam em lados opostos. A postura adotada pelo governo brasileiro durante a crise dos mísseis colocou-o ao lado dos EUA. Em carta a Afonso Arinos, o Embaixador dos EUA na ONU, Adlai Stevenson, reconheceu a proximidade de pontos de vista entre os governos brasileiro e norte-americano. Na carta, Stevenson agradece a delegação brasileira pela solidariedade sem deslizes (*unwavering solidarity*) das nações latino-americanas para com os EUA, durante a crise cubana.⁵⁷⁶

Paralelamente à XVII Assembleia Geral da ONU, o Governo dos EUA convocou uma reunião de consulta dos chanceleres americanos, entre os dias 2 e 8 de outubro, em Washington. A reunião, de caráter informal, tinha como objetivo tomar medidas drásticas contra Cuba, tendo em vista que, àquela altura, o Departamento de Estado certamente já dispunha de informações sobre o deslocamento de mísseis soviéticos para Cuba. O representante do Brasil na Reunião foi Afonso Arinos, que se deslocou até Washington, onde permaneceu os dias 2 e 3, seguindo instruções do Chanceler Hermes Lima. Nas palavras de Arinos, a convocatória era “mais uma iniciativa de caráter propagandístico, pois, sendo informal, a reunião não podia tomar decisões, mas poderia chegar a certas conclusões, que, publicadas, atingiriam os propósitos da Casa Branca”. No dia 4, ele

⁵⁷⁵ *Ibid.*, pp. 204-5.

⁵⁷⁶ *Ibid.*, p. 205.

acentuou, em telegrama ao Itamaraty: “Devemos reconhecer, do ponto de vista americano, a necessidade desta manobra, em momento extremamente delicado para êste país, quando a pressão soviética atinge, com o domínio de Cuba, a órbita continental”.⁵⁷⁷

Ainda conforme o relato de Arinos, a reunião de Washington

prolongou-se por sessões que duravam praticamente da manhã à noite, durante dois dias. O Brasil, como acontecia naquele tempo, liderou o grupo independente, composto, além de nós, pelo México, Chile, Bolívia e Uruguai. No meu discurso, frisei nossa cooperação aos esforços de resistência à subversão comunista no Continente, mas, por outro lado, defendi com a maior clareza o nosso direito de levarmos avante, como entendêssemos, a luta anticomunista nos planos nacional e internacional.⁵⁷⁸

Arinos teve intensa participação na redação do comunicado final da reunião. No entanto, de acordo com seu relato, o texto do comunicado foi modificado para ajustar-se às determinações do Departamento de Estado:

[...] Numerosas sugestões que fiz, sempre no empenho de salvaguardar a linha geral de independência de ação dos governos, foram acolhidas pelo plenário. Muitas delas, contudo, se viram atenuadas e mesmo alteradas pela química redacional do Departamento de Estado. Com efeito, convidados para um banquete seguido de recepção naquele Departamento, os delegados-chefes não puderam acompanhar a versão final do documento para controlar a sua adequação ao que havia sido aprovado. No dia seguinte verifiquei que, em muitos pontos, a redação saída do Departamento de Estado, publicada pelos matutinos e espalhada por todo o mundo pelas agências telegráficas, fora acomodada a certos pontos de vista dos Estados Unidos, nem sempre vitoriosos na reunião. Tive ali outra prova do entrosamento entre os órgãos políticos dos Estados Unidos e os formidáveis meios de divulgação existentes no país, supostamente independentes do governo.⁵⁷⁹

Internamente, a opinião pública brasileira, na opinião de Roberto Campos, estava dividida e confusa:

O desfecho não satisfez nem a extrema-direita nem as esquerdas radicais (inclusive Brizola, que acusou o embaixador Pena Marinho de ‘desobediência às

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 245.

⁵⁷⁸ *Ibid.*, pp. 245-6.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 246.

instruções’). A extrema direita não via por que não autorizar-se o uso da força, ou até mesmo a invasão da ilha. As esquerdas se apoiavam numa fidelidade ingênua ao princípio da autodeterminação, como se não estivéssemos no cruel mundo da *realpolitik*, um de cujos princípios, adotado por Krushev na invasão da Hungria em 1956, era a inaceitabilidade de uma alteração do balanço de poder numa área tida como de ‘interesse vital’ pelas potências hegemônicas.⁵⁸⁰

Ainda de acordo com Campos, o grande perdedor da crise foi o dirigente cubano: “Quanto a Fidel Castro, perdeu prestígio no episódio, havendo passado por mero fâmulos de Moscou. Apareceu como figura secundária e dependente, e perdeu o discreto apoio que tinha de países como o Brasil. Sua única vantagem parece ter sido o reforço da garantia norte-americana de não-invasão”.⁵⁸¹ Outro resultado da Crise dos Mísseis que teria profundas repercussões foi a perda de confiança dos dirigentes cubanos na URSS. Como afirma Tomás Díez da Costa, citado por Richard Gott: “Depois dessa experiência amarga, mas instrutiva – em que Cuba não foi nem consultada nem levada em consideração como devia –, nunca mais os cubanos tiveram a mesma confiança na capacidade de liderança soviética para lidar com problemas internacionais”.⁵⁸²

A Crise dos Mísseis em Cuba em outubro de 1962, assim como a Reunião de Punta del Este em janeiro, foi um momento-chave para a definição dos rumos da Política Externa Independente. Teve como uma de suas consequências o esvaziamento da proposta de mediação do Brasil entre as superpotências, uma vez que, a partir de então, estas passaram a buscar resolver seus litígios através de frequentes contatos diplomáticos bilaterais, inaugurando o período de distensão internacional conhecido como *détente*.⁵⁸³ A consequência disso para o Brasil foi a inviabilização da “barganha nacionalista” com os EUA, levada a efeito desde o período Vargas, e a ascensão, em lugar desta, da retórica desenvolvimentista imprimida ao Itamaraty pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro.⁵⁸⁴ Outro resultado foi a proposta brasileira de desnuclearização da América Latina e da África apresentada pelo, então embaixador do Brasil na ONU,

⁵⁸⁰ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 497.

⁵⁸¹ *Ibid.*, p. 499.

⁵⁸² *Apud* Gott, *op. cit.*, p. 237.

⁵⁸³ Nas palavras de Vizontini (*op. cit.*, 2004a, pp. 202-3), “a crise dos mísseis prejudicou a diplomacia brasileira, ao reforçar o argumento norte-americano de que o problema cubano vinculava-se a uma invasão e ameaça externa ao continente. A defesa do princípio de não-intervenção tornava-se mais difícil e, pior que a crise em si, foi seu desfecho, com esta renovada agressividade dos EUA. Além disso, as duas superpotências estabeleciam uma política de contatos diretos (o ‘telefone vermelho’ foi um símbolo dessa atitude), esvaziando a mediação oferecida pela terceira força”.

⁵⁸⁴ Chanceler de 21/08/1964 a 16/01/1966, Araújo Castro trataria de imprimir uma linha tida como mais realista e pragmática à Diplomacia brasileira, mediante o abandono do neutralismo e a ênfase nos aspectos econômicos do desenvolvimento, tendo como marco seu famoso discurso na XVIII Assembleia Geral da ONU, em 1963, conhecido como o discurso dos “3 Ds” (Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização), *ibid.*, pp. 214-5.

Afonso Arinos⁵⁸⁵ e que seria finalmente concretizada, no âmbito latino-americano, com o Tratado de Tlatelolco em 1967.

Além disso, embora o Brasil tenha assumido uma postura favorável aos EUA, a ponto de Goulart ter feito inclusive um brinde, ao final da crise, “à vitória dos ianques”,⁵⁸⁶ o episódio dos mísseis convenceu muitos no Brasil de que a política exterior do Governo brasileiro inclinava-se perigosamente para o lado do bloco socialista, visto que, a partir de então, tornou-se claro que a questão cubana estava inserida em um contexto mundial mais amplo. Tal fato contribuiu, como afirma Paulo Vizentini, para a paralisia da PEI nos momentos finais do Governo Jango.⁵⁸⁷ Para Moniz Bandeira, o resultado da crise para o Brasil foi “o impulso à radicalização interna, tanto pela esquerda quanto pela direita, paralelamente a outro abalo que causou nas relações com os Estados Unidos, cujas autoridades não tinham a menor simpatia por Goulart e nele confiavam cada vez menos”.⁵⁸⁸

Não obstante, a crise nuclear em Cuba trouxe também resultados positivos para a diplomacia brasileira, reconhecidos inclusive por alguns opositores da PEI. Ao analisar as consequências a longo prazo da posição brasileira na OEA, em documento datado de 1º de novembro de 1962, Roberto Campos descreveu a atitude do Brasil com tintas bastante elogiosas:

A atitude do Brasil serena e firme na OEA, abstendo-se de apoiar medidas imediatas mais violentas contra Fidel Castro, sobre contribuir para aliviar a tensão internacional (o que na ONU se procurou com o projeto de desnuclearização), visou a não alienar Cuba totalmente do sistema interamericano, o que eventualmente permitirá, tão logo cesse o clima emocional exacerbado de agora, uma volta à posição defendida em Punta del Este, isto é, a tese de que Cuba, neutralizada e não-infiltronista, poderia conviver competitivamente com as democracias representativas do continente. [...]

Essa atitude “serena e firme” do Brasil na questão cubana não foi, obviamente, apreciada de forma positiva pelos EUA. Segundo Roberto Campos, embora parte da opinião pública e uma parcela da administração norte-americana reconhecessem os aspectos positivos da atuação brasileira, “certos setores da imprensa” e os “meios diplomáticos latino-americanos em Washington” passaram a comentar que o Brasil a) não tinha percebido a diferença entre “comunismo de caráter nacional” e “comunismo

⁵⁸⁵ Na época, o Brasil ocupava uma cadeira não permanente no Conselho de Segurança da ONU, *ibid.*, pp. 202-3.

⁵⁸⁶ Cf. Parker, *op. cit.*, p. 50. Ver também Gordon, *op. cit.*, 2002, p. 330.

⁵⁸⁷ Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004a, pp. 210 e 214.

⁵⁸⁸ *Op. cit.*, 1998, p. 484.

internacionalista, sectário, infiltracionista e instrumento da política exterior soviética”, bem como do perigo que este último tipo de regime representava para os países do continente; b) talvez por seu afastamento geográfico de Cuba, não sentiu o desequilíbrio de poder no hemisfério e a conseqüente ameaça que um Fidel Castro em plena posse de armas atômicas produziria para a região; e c) não percebeu que, por estar Fidel Castro “demasiadamente comprometido com a linha marxista-leninista” e por ter despertado “irreconciliável antagonismo não só nos Estados Unidos, mas em várias áreas da América Latina”, o que impossibilitava a montagem de “fórmulas de conveniência”, o desenvolvimento do “comunismo nacional não-agressivo” seria dificilmente concebível sem a “substituição de liderança”⁵⁸⁹ (ou seja, sem a derrubada de Fidel Castro do poder).

Momento culminante da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis colocou em questão muito mais do que simples jogos de poder entre as superpotências. Tratou-se de um momento único na História, que por muito pouco não ocasionou uma catástrofe de dimensões realmente apocalípticas. Muito já se escreveu sobre o episódio. Mas as palavras de Afonso Arinos na XVII Assembleia Geral da ONU, em 8 de novembro de 1962, sintetizam a verdadeira natureza da questão:

Pela primeira vez, em tôda a sua história diversa e movimentada, a humanidade se achou diante da possibilidade de um desfecho - que não encontraria precedente na sua experiência e que, mais ainda, poderia ser o fim da história do homem no nosso planeta. É estranho notar que a rotina da nossa sensibilidade gasta e os hábitos conformistas do nosso pensamento não se revoltam diante de expressões tão carregadas de sentido como as que venho de utilizar e que passaram a constatações evidentes, para cada um de nós. Fechados nas suas rivalidades, nas suas competições, nos seus receios e nos seus desejos de supremacia, os principais responsáveis pela sorte de todos nós continuam a considerar o problema do desarmamento, considerado nos seus termos atuais, como se se tratasse de uma questão diplomática de rotina. Nas suas manobras efêmeras eles não se dão conta de que lidam com o eterno.⁵⁹⁰

Os líderes das duas nações mais poderosas da Terra haviam se encarado olho no olho. Em jogo, além de Cuba, a própria sobrevivência da humanidade. No meio do fogo cruzado, estava o Brasil.

⁵⁸⁹ “Análise da crise cubana. Expediente enviado pela embaixada em Washington ao Itamaraty. 1º de novembro de 1962 – À Sua Excelência Senhor professor Hermes Lima, Ministro de Estado as Relações Exteriores – Confidencial”, *apud* Campos, *op. cit.*, 1994, p. 1336.

⁵⁹⁰ Franco, *op. cit.*, 1968, p. 250.

4.3. O problema dos asilados

Passada a Crise dos Mísseis, a atenção da Chancelaria brasileira voltou-se para o problema dos asilados na Embaixada do Brasil em Cuba. Tal assunto, comparativamente mais comezinho, nem por isso deixou de apresentar um aspecto dramático, ocasionando sérios atritos com o governo cubano, devido aos abusos do direito de asilo e à propensão do regime de Fidel Castro a não conceder salvos-condutos aos asilados. Estes lotaram, assim, o prédio da Embaixada, gerando vários incidentes violentos e colocando em perigo a integridade física dos funcionários diplomáticos brasileiros.

Desde antes de 1959, a Embaixada brasileira em Havana recebia asilados políticos cubanos – então, opositores ao regime de Batista. Em setembro de 1958, ainda em Sierra Maestra, Fidel Castro enviou a seguinte carta à Embaixatriz Leitão da Cunha, agradecendo a acolhida dada aos asilados castristas durante a ditadura de Fulgencio Batista:

Território Livre de Cuba
Sierra Maestra
Sep. 16/58

Senhora Virgínia de Miranda da Cunha
C.S.M.

Estimada Senhora,

Talvez lhe surpreenda que de longe lhe escrevam estas linhas. É que até aqui chegaram notícias de seu altruísmo excepcional que nos faz sentir maior fé todavia nas qualidades do coração humano, que tem na senhora tão belo exemplo na solidariedade demonstrada com nosso povo e seus filhos perseguidos nesta hora difícil de Cuba.

Em nome de nossos abnegados soldados e do povo de Cuba pelo qual lutamos, recebam a senhora, seu esposo e sua grande e promissora pátria a modesta homenagem de seus agradecidos amigos.

Fidel Castro
Comandante Rebelde.⁵⁹¹

Vitoriosa a revolução, e com o aumento das tensões entre as forças pró e contra Castro, o fluxo se inverteu, e a representação diplomática do

⁵⁹¹ *Apud* Barbosa, *op. cit.*, 2007, p. 132.

Brasil na capital cubana foi logo sondada por grupos anticastristas sobre a possibilidade de asilo. Em 7 de novembro de 1962, produziu-se uma situação inadmissível para o corpo diplomático latino-americano acreditado em Havana, quando o governo cubano passou a exigir dos asilados que pagassem suas passagens em dólares – quando era proibido possuir divisas –, somente lhes estando permitidos dez quilos de bagagem por pessoa. Os diplomatas tiveram que recordar ao governo cubano que o asilo político estava sob a jurisdição do Estado asilante. Nesse mesmo dia, em sinal de protesto, setenta asilados nas embaixadas do Brasil e do México deram início a uma greve de fome.⁵⁹²

No começo de 1963, com o influxo crescente de asilados na Embaixada brasileira, o problema agravou-se. Ocorreram assassinatos em várias embaixadas, gerando insegurança entre os membros do corpo diplomático.⁵⁹³ Pode-se ter uma ideia das condições precárias de segurança na Embaixada brasileira por uma relação de armas apreendidas com os asilados, datada de 14 de dezembro de 1961: entre o armamento recolhido, encontrava-se uma submetralhadora Thompson calibre 45, com três pentes de balas, uma carabina M1, três pistolas calibre .45, várias pistolas calibre 9 mm e revólveres calibre .38, além de farta munição e sete granadas.⁵⁹⁴

Dois episódios demonstram o caráter realmente dramático que assumiu o problema. Um asilado, Pedro Fernandez López, que invadira a Embaixada brasileira em um ônibus, com mulher e filhos, foi assassinado em 17 de janeiro de 1963 com fortes golpes na cabeça. No dia seguinte, outro asilado, Ramón Padilla Pérez, foi encontrado moribundo no jardim com um tiro no peito, falecendo em seguida, ao que se somou um suicídio, um dia depois, ocorrido no interior da Embaixada.⁵⁹⁵ Em nota enviada ao Embaixador brasileiro, datada de 19 de janeiro, o Chanceler cubano Raúl Roa afirmou que tais fatos confirmavam que “numerosos delinquentes comuns têm solicitado indevidamente asilo diplomático, surpreendendo a boa fé de Vossa Excelência”. Roa afirmava que “as convenções vigentes sobre asilo político privam de seus benefícios aos acusados de delitos comuns”.⁵⁹⁶

Tais fatos levaram o governo cubano a solicitar a autorização de uma vistoria na representação diplomática brasileira, “a fim de retirar

⁵⁹² Cf. Portillo, *op. cit.*, p. 158.

⁵⁹³ Cf. Cunha, *op. cit.*, pp. 200-4. Moniz Bandeira (*op. cit.*, 1998, p. 499) contabiliza o assassinato de um conselheiro da Embaixada do México, três mortos na do Equador, dois na do Uruguai e dois na do Brasil.

⁵⁹⁴ Ofício da Embaixada em Havana, n. 359, Havana, 14.12.1961, a) José Maria Diniz Ruiz de Gamboa – AHMRE-B.

⁵⁹⁵ Telegrama da Embaixada em Havana DAC/922.31 (42) – 18 – 02hs00, a) Luís Leivas Bastian Pinto. 19.01.1963. AHMRE-B.

⁵⁹⁶ “Nota, Ministerio de Relaciones Exteriores, República de Cuba, La Habana, 19 de enero de 1963. Al Excelentísimo señor Luiz Bastian Pinto, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario del Brasil, a) Raúl Roa. AHMRE-B”, *apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 497.

armas que os asilados sabidamente possuíam”. O Embaixador Bastian Pinto, reconhecendo o estado de “completa anarquia” em que se encontrava a Embaixada, embora esperasse que outro crime semelhante ocorresse a qualquer momento, comunicou em telegrama à Secretaria de Relações Exteriores do Itamaraty que se achava impossibilitado de autorizar a busca, “com receio de que os asilados e seus amigos, espalhados na cidade, consumassem as ameaças de morte que faziam a todos os funcionários da embaixada”. Bastian Pinto relatou o fracasso de seus esforços no sentido de manter um mínimo de disciplina entre os cerca de 70 asilados, “muitos dos quais são da pior espécie”.⁵⁹⁷ A situação se complicava dia a dia, pois, segundo o Encarregado de Negócios brasileiro, organizações de exilados anticastristas utilizavam os incidentes na Embaixada para fazer proselitismo político contra o regime cubano e, por extensão, contra o Brasil, o que o levou a queixar-se em Telegrama ao Itamaraty:

[...] Organizações exilados cubanos miami aproveitaram acontecimentos para sua velha campanha contra política exterior brasil. Através jornais e rádio estão continuamente deturpando fatos, atacando incrível violência embaixada e minha pessoa, inclusive procurando incitar asilados e assim provocar novos incidentes. Obcecados por seus objetivos políticos imediatos esquecem proteção muitos deles receberam desta embaixada como é caso francisco varona [...]. Talvez convenha averiguar se, como consta, algumas dessas organizações e jornais recebem subvenção direta ou indireta govêrno americano. [...]⁵⁹⁸

Entre os asilados, estavam muitos dissidentes políticos do regime castrista, mas também muitas pessoas que abusavam do direito de asilo, como informou o Conselheiro da Embaixada do Brasil em Havana, José Maria Ruiz de Gamboa, em ofício datado de 18 de junho de 1963: “Se em 1960 as embaixadas latino-americanas pululavam de sabotadores-terroristas, em 1961 transformaram-se em agências de viagens para os que ambicionavam deixar o país, sem passar pelas complicadas exigências burocráticas”. O diplomata acrescentava que “maridos cansados das esposas procuraram asilo, sedutor de conhecida dama penetrara na chancelaria Argentina para melhor escapar do marido enfurecido e jogadores profissionais, uma vez proibido o jogo, buscaram a embaixada do Equador, atendendo à

⁵⁹⁷ Telegrama nº 21, reservado-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto) 19/20.1.1963 – 15hs30. Telegramas – Recebidos – Havana – 1962-1964. AHMRE-B, *ibid.*, p. 498.

⁵⁹⁸ Telegrama Urgente da Embaixada em Havana em 27/28/01/1963, n. 32 – 16hs50. a) Luís Leivas Bastian Pinto. AMRE-B.

sugestão do próprio Castro, feita em discurso”.⁵⁹⁹ Afirma Moniz Bandeira que “a possibilidade de asilo e a facilidade em obtê-lo representaram um estímulo à oposição, tanto que ‘muitos descontentes com o regime levavam na mão direita uma bomba, na outra o endereço de uma embaixada’”.⁶⁰⁰ O problema gerava crescente preocupação entre os diplomatas brasileiros em Havana, à medida que o fluxo de asilados de outras embaixadas se dirigia para a representação do Brasil, em virtude do rompimento de relações diplomáticas entre Cuba e os países latino-americanos.

Tal situação acabou gerando atritos com o governo cubano, resultantes da negativa deste em conceder salvos-condutos para os asilados na Embaixada brasileira. Sem os salvos-condutos, não lhes restou outra opção senão permanecer na embaixada, o que resultou em um sério problema de segurança para o pessoal brasileiro. Essa decisão do regime cubano contrariava as convenções de Havana (1928) e de Montevideu (1933), que regulavam o direito de asilo, como observa Moniz Bandeira.⁶⁰¹ Em meio à sensação de insegurança e ao caos generalizado, no dia 20 de janeiro de 1963, Bastian Pinto enviou um telegrama urgentíssimo à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, escrito em letras garrafais: “EXTREMAMENTE CONSTRANGIDO SINTO-ME NA NECESSIDADE DE DIZER VOSSA EXCELÊNCIA TODOS MEMBROS DESTA EMBAIXADA E NOSSAS FAMILIAS CORREMOS GRAVE PERIGO VIDA”.⁶⁰²

A concessão de salvos-condutos pelo regime de Havana jamais foi feita com facilidade, o que gerou irritação no governo brasileiro. Em 1961, após intervenção de “Che” Guevara, Fidel Castro concedeu os salvos-condutos para 127 asilados na Embaixada do Brasil, mas o problema estava longe de se resolver. No começo de 1963, Goulart enviou a Havana o Embaixador Antônio da Câmara Canto a fim de resolver a situação, que “se tornara incontrolável devido ao amontoado de pessoas”. O problema foi solucionado com o envio de aviões da FAB e de fuzileiros navais para garantir a retirada dos asilados e a segurança dos funcionários da Embaixada. No dia 29 de janeiro, Câmara Canto, Chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, chegou a Havana, com a tarefa de investigar as causas das mortes, permanecendo em Cuba até 12 de fevereiro.⁶⁰³ A missão obteve salvos-condutos para cerca de noventa pessoas que ainda se encontravam na Embaixada. Destas, dezesseis se dirigiram ao Brasil.⁶⁰⁴

⁵⁹⁹ Ofício nº 149, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa ao chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 18.6.1963. MDB - Havana - Ofícios Recebidos - 1962-1964. AHMRE-B, *apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 499.

⁶⁰⁰ *Ibid.*, p. 500.

⁶⁰¹ *Ibid.*

⁶⁰² Telegrama, da Embaixada em Havana, reservado-urgentíssimo, 20.01.1963, a) Luiz Leivas Bastian Pinto. AMRE-B.

⁶⁰³ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 499-500.

⁶⁰⁴ Cf. Lima, *op. cit.*, p. 272; e Barreto, *op. cit.*, p. 267.

Paralelamente ao problema dos asilados, o governo brasileiro procurou usar sua influência junto a Havana para impedir os fuzilamentos de opositores do regime. Sobretudo a partir do Governo Jânio, os pedidos de clemência do governo brasileiro junto à justiça revolucionária cubana tornaram-se frequentes. Um episódio dramático, que exigiu ação rápida da Embaixada do Brasil, ilustra o caráter dramático que tais casos tomaram. Em novembro de 1963, o dirigente estudantil Julio Hernández Rojo, 24 anos, seria julgado sob a acusação de pertencer à CIA (o que significava fuzilamento). Seis meses antes, o Presidente João Goulart apresentara um pedido de clemência ao Governo cubano, e as autoridades revolucionárias decidiram suspender o julgamento. No dia 19 de novembro, porém, o julgamento foi retomado de surpresa, com o promotor pedindo “pena de morte sem apelação”. Informado disso, o Ministro-Conselheiro José Maria Diniz Ruiz de Gamboa foi imediatamente à Chancelaria cubana; como já era tarde, somente encontrou um dos auxiliares do Chanceler Raúl Roa, a quem recordou o pedido de clemência feito seis meses antes. Apesar disso, às 10 horas da noite o tribunal pronunciou a sentença de fuzilamento. Na manhã seguinte, Gamboa retornou à Chancelaria, e o mesmo funcionário que o recebera antes informou que o Governo decidira suspender a sentença. Disse, ainda, que, não fosse a rápida intervenção da Embaixada brasileira, Hernández Rojo teria sido fuzilado naquela madrugada. Por questão de horas, a vida dele foi salva. “Tudo indica”, escreveu Gamboa em telegrama, “que o Governo cubano não considerava que depois dêsses seis meses o fuzilamento passaria desapercibido”. A Embaixada atribuiu a decisão do governo cubano, única e sem precedentes, provavelmente ao interesse de Cuba por obter café brasileiro.⁶⁰⁵

Fatos como esse, bem como as dificuldades para a obtenção de salvos-condutos para os asilados, levaram o Conselheiro Gamboa a criticar duramente a atitude “de troca” da diplomacia cubana. Em ofício datado de 12 de julho de 1963, ele escreveu: “o pequeno interesse com que muitas vezes somos acolhidos decorre do fato fundamental de que as relações de Cuba com outros países que não os da órbita socialista são imaginadas em termos de relações de troca [...] o princípio do ‘toma lá, dá cá’, passou a ter aplicação generalizada nas relações do governo de Cuba com os países do Ocidente”.⁶⁰⁶

Essa “diplomacia cubana de troca imediata”, segundo Gamboa, decorreria do próprio caráter do povo cubano, tido como “imediatista,

⁶⁰⁵ Telegrama n. 113, confidencial, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 20 de novembro de 1963, Havana, a) José Maria Diniz Ruiz de Gamboa. AMRE-B.

⁶⁰⁶ “Ofício nº 175, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa para o chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 12.7.1963. MDB – Havana – Ofícios Recebidos – 1962-1964. AHMRE-B”, *apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 501.

avesso a divagações mentais”, sendo a mentalidade por trás da atuação diplomática de Cuba marcada pelo “signo do utilitarismo mais primitivo e pela falta de perspectivas políticas”. Na visão do diplomata brasileiro, excetuando-se “o Comandante Guevara, que, sendo argentino, infelizmente para nós não é o Chanceler de Cuba”, os líderes cubanos careciam de “uma perspectiva de geografia política que os habilitasse a avaliar melhor a importância de países como o Brasil”. Tal falta de perspectiva mais ampla por parte dos líderes cubanos levava a uma atitude ensimesmada, chamada por Gamboa de “cubanocentrismo”:

se antes da revolução a geografia dos cubanos era ‘limitada’, após o advento de Castro tornou-se ‘completamente absurda’ [...], pois eles passaram a imaginar Cuba como o centro do mundo, o ‘farol’ que ilumina a América, o grande fulcro do movimento revolucionário de países subdesenvolvidos. E eles passaram a sofrer de ‘cubanocentrismo’.⁶⁰⁷

Nos anos seguintes, essa visão dos dirigentes cubanos sobre seu país e seu papel na América Latina e no mundo teria profundas repercussões nas relações de Cuba com o Brasil.

4.4. Brasil: uma nova Cuba?

Com a adesão de Cuba ao bloco comunista, a Guerra Fria “latino-americanizou-se”. A partir daí, a percepção da ameaça do comunismo – até então circunscrita ao jogo de poder mundial entre as superpotências – passou a fazer parte, também, da agenda dos governos latino-americanos, tornando-se um problema político também doméstico. O confronto ideológico entre os dois blocos invadiu o âmbito interno dos Estados do hemisfério, e, nesse contexto, a “contenção do comunismo” adquiriu contornos de luta contra o “inimigo interno”, devotado a uma implacável “guerra revolucionária” pela conquista do poder, tal como ocorrera em Cuba.

Dos países do continente onde essa “guerra revolucionária” avançava a olhos vistos, no começo dos anos 60, o Brasil era um dos que esse conflito parecia ter atingido um ponto de ebulição.⁶⁰⁸ Com o agravamento

⁶⁰⁷ *Ibid.*, pp. 501-2.

⁶⁰⁸ Documentos da CIA recentemente desclassificados confirmam a impressão geral de que o Brasil e o governo Goulart eram vistos com apreensão pelos EUA. De acordo com os papéis, tornados públicos em 26 de junho de 2007, o Brasil “é o principal alvo comunista no hemisfério Ocidental” e Goulart é descrito como “um oportunista que ascendeu ao poder com o apoio da esquerda e que desde então vem tentando aumentar seu poder pessoal ao fazer concessões alternadamente à direita e à esquerda”, “The Sino-Soviet Struggle in Cuba and the Latin American Communist Movement”, Top Secret, novembro 1963, pp. 148-9. Disponível em www.foia.cia.gov.

das tensões sociais nas cidades e no campo, o Brasil apresentava-se como o “elo frágil” da aliança ocidental, o que gerou o medo por parte dos setores conservadores de que uma “nova Cuba” viesse a surgir na América do Sul.⁶⁰⁹ Criou-se, nas palavras de um historiador de esquerda, uma situação “pré-revolucionária” no Brasil: “Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse”.⁶¹⁰

Esse clima de radicalização política estava intimamente ligado ao impacto, pelo menos psicológico e intelectual, da Revolução Cubana. O jornalista Tad Sculz, do *New York Times*, constatou, como evidente, que “não foi a influência direta de agentes, dinheiro ou armas de Cuba que levou Goulart e seus companheiros à beira de um Estado quase revolucionário no Brasil, embora fosse inconfundível a influência psicológica e intelectual da revolução de Fidel Castro, ainda que transmudada em termos puramente brasileiros”.⁶¹¹ Tanto à esquerda quanto à direita, passaram a ser lugar-comum as analogias entre Brasil e Cuba, e surgiu a convicção generalizada de que o País poderia seguir o caminho da ilha, abraçando o socialismo. Escrevendo em 1964, Irving L. Horowitz assim sublinhou os principais traços comuns entre Brasil e Cuba, ao mesmo tempo em que ressaltava suas óbvias diferenças geográficas e demográficas:

Brasil e Cuba são extremos geográficos. O Brasil é a maior nação na América Latina, aproximadamente do tamanho da porção continental dos Estados Unidos; e Cuba é uma das menores, com cerca do tamanho de New Hampshire. Em termos de população a mesma comparação é válida. O Brasil tem mais de setenta milhões, enquanto Cuba é habitada por sete milhões. Mas em termos políticos, econômicos e históricos, eles têm muito em comum. Têm uma herança compartilhada de latifúndios, de grandes propriedades feudais que por mais de quatro séculos dominaram grande parte da agricultura da América Latina. Em resumo, têm uma estrutura compartilhada de subdesenvolvimento econômico e não-democracia política.⁶¹²

Em uma visão retrospectiva, hoje parece claro que as semelhanças entre os dois países foram grandemente exageradas pelos dois polos

⁶⁰⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 141.

⁶¹⁰ Gorender, *op. cit.*, p. 73.

⁶¹¹ Sculz, 1968, p. 91. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 124.

⁶¹² Horowitz, 1964, p. 13.

ideológicos em que se dividia a Nação. Mas parece fora de dúvida que tal analogia, se carecia de base histórica e sociológica mais profunda, estava longe de ser puro alarmismo ou *wishful thinking*. A despeito das evidentes diferenças com a ilha caribenha, o aguçamento das tensões sociais, em particular no Nordeste, e o avanço das esquerdas no Governo Goulart pareciam prenunciar para o Brasil um destino análogo ao de Cuba.

País igualmente subdesenvolvido, de estrutura agrária monocultora e latifundiária, com forte presença de capitais estrangeiros e vasta população negra e mestiça, o Brasil colocou-se, no começo dos anos 60, no centro da disputa ideológica no continente. Com o clima político cada vez mais radicalizado entre setores contra ou a favor do regime cubano, para muitos observadores nacionais e estrangeiros cristalizou-se a percepção de que a batalha decisiva da Guerra Fria na América Latina seria travada no Brasil. E a marcha dos acontecimentos apenas parecia confirmar essa impressão. Nesse quadro de crescente polarização ideológica, a PEI apareceu como o corolário inevitável do projeto de desenvolvimento econômico nacional, o qual só poderia realizar-se mediante “o aprofundamento das rupturas estruturais internas e externas”.⁶¹³ Nas palavras de Octavio Ianni, o período iniciado em 1961 marcou o ponto de inflexão do populismo no Brasil:

De fato, nos anos de 1961-64 o povo brasileiro defronta-se de modo cada vez mais premente com a necessidade de adotar uma opção drástica. Por um lado, o modelo getuliano esgotava um ciclo crucial de realizações. Impunha-se uma decisão corajosa, no sentido de aprofundar as rupturas estruturais indispensáveis à consecução dos alvos inerentes à sua lógica interna.⁶¹⁴

A ruptura estrutural preconizada pelo nacional-populismo coincidia, no plano internacional, com a revisão das relações com os EUA, o que se traduzia em ameaça ao predomínio norte-americano no continente. Diante disso, o governo norte-americano procurou intensificar seu programa de ajuda econômica ao Brasil, que se expressou no estímulo à formação de “ilhas de sanidade administrativa”. Washington buscou canalizar a ajuda econômica, através da Aliança para o Progresso e da Agência norte-americana de Ajuda e Desenvolvimento (USAID), aos governos estaduais afinados com os interesses norte-americanos, como o de Carlos Lacerda na Guanabara.⁶¹⁵ Assim, nas eleições de outubro de 1962,

⁶¹³ Ianni, *op. cit.*, p. 119.

⁶¹⁴ *Ibid.*, p. 123.

⁶¹⁵ A respeito das “ilhas de sanidade administrativa”, o ex-Embaixador dos EUA rejeita a interpretação de que a ajuda aos governos estaduais tinha como objetivo enfraquecer o Governo Goulart. Tal ajuda, na visão do ex-Embaixador, pautava-se

o Governo dos EUA financiou, por meio de sua Embaixada, os candidatos identificados com sua estratégia, a fim de criar um contraponto ao governo federal.⁶¹⁶

A avaliação da Embaixada norte-americana no Brasil sobre o Governo Goulart, tendo em vista a atitude da Diplomacia brasileira em face da questão cubana e a radicalização política interna, era, obviamente, negativa. Em fins de 1961, fora escolhido para a chefia da representação dos EUA no Brasil o nome de Lincoln Gordon. Sua nomeação para substituir o Embaixador John Moors Cabot seguia a linha preconizada pelo Governo Kennedy de dar mais atenção à América Latina após a Revolução Cubana.⁶¹⁷

Desde o começo, o novo Embaixador norte-americano atacou implacavelmente a política do governo brasileiro. Criticando o “personalismo” de Goulart, Gordon enfatizava em suas comunicações a Washington a exploração política da reforma agrária, enxergando nesta a expressão das ambições autoritárias do Presidente:

parece-me cada vez mais claro que o objetivo pessoal de Goulart é perpetuar-se no poder com a repetição do golpe de 1937 de Getúlio Vargas, imaginando um governo do tipo peronista, de extremado nacionalismo antiamericano, fortalecido pela situação privilegiada dos sindicatos que ameaçam com greves gerais e por um dispositivo militar pessoal. Nesse esforço, Goulart aceita e até mesmo promove o apoio de comunistas e simpatizantes destes.

O Presidente da República era apresentado como um homem fraco, facilmente manipulável pelos comunistas que dele se acercavam:

O perigo de uma tomada do poder pelos comunistas decorre da total incapacidade de Goulart de compreender ou resolver problemas reais, econômicos, administrativos ou de outra natureza, de forma que, tendo servido de fantoche para a criação de um modelo autoritário, ele depois poderia ser facilmente afastado do poder, como o general Naguib no Egito, abrindo lugar para algum Nasser comunista.⁶¹⁸

unicamente por critérios técnicos: “em vez de aplicar pressões econômicas destinadas a enfraquecer o governo Goulart, nossa política foi manter a assistência econômica onde ela podia ser eficaz”, Gordon, 2002, pp. 328-9.

⁶¹⁶ Segundo o ex-agente da CIA Phillip Agee (1975, p. 285), o Governo dos EUA doou entre US\$ 12 e 20 milhões aos candidatos por ele apoiados em 1962. Em entrevista à revista *Veja*, em 9/03/1977, Lincoln Gordon admitiu que essa ajuda foi de US\$ 5 milhões, *apud* Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 68.

⁶¹⁷ Para um perfil de Gordon, ver Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 59.

⁶¹⁸ Gordon, *op. cit.*, 2002, pp. 95-100, 326, 343 e 347-8. Sobre as intenções golpistas de Jango, vale a pena transcrever as palavras de um autor de esquerda: “No dia 24 de março (de 1964), segundo revelação ainda de Paulo Schilling, o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da parte da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução”, Gorender, 1999, p. 67.

Gordon afirmava, ainda, que “o único progresso visível que ele [Goulart] promoveu foi no aumento do empreguismo, na corrupção e na polarização do sentimento político. Fora isso, o que existe é um vácuo, com elementos perigosos ansiosos para preenchê-lo”.⁶¹⁹ Em certo momento do relatório, após analisar a fraqueza da oposição a Goulart e a impossibilidade de *impeachment*, Gordon chega a apelar para uma intervenção divina: “Se Deus é realmente brasileiro, o problema cardíaco que acometeu Goulart em 1962 não tardará a se tornar agudo”.⁶²⁰

Diante dessa ameaça, real ou imaginária, o governo dos EUA admitia cada vez mais uma ação golpista contra Goulart. Em despacho à Embaixada no Brasil, datado de 30 de março de 1962, o Departamento de Estado definia-se abertamente por uma solução golpista, caso a situação no Brasil ameaçasse fugir ao controle. O documento afirmava que

uma clara determinação por parte da autêntica liderança brasileira e a presunção de uma posição de legitimidade são da maior importância possível. Não obstante, não nos deixaremos paralisar por filigranas teóricas, se não houver dúvida quanto a uma opção entre as forças governamentais democráticas do Brasil e uma ditadura dominada pelos comunistas.⁶²¹

Mais tarde, o representante norte-americano no Brasil seria ainda mais explícito: “preferiríamos um golpe por forças favoráveis aos EUA a um golpe por forças hostis, suscetíveis de serem capturadas pelo Partido Comunista, por soviéticos e cubanos”.⁶²² Em conversa gravada no Salão Oval da Casa Branca, em 30 de julho, Kennedy discutiu com Lincoln Gordon a melhor maneira de livrar-se de Goulart.⁶²³

4.4.1. A radicalização política

Os temores de Washington aumentaram de intensidade, diante de declarações como a de Goulart, quando de sua visita aos EUA em abril de 1962 (“Aqueles que tornarem impossível a revolução pacífica, farão inevitável a revolução violenta”, afirmou então).⁶²⁴ Nessa mesma

⁶¹⁹ *Op. cit.*, 2002, p. 348.

⁶²⁰ *Ibid.*, p. 349.

⁶²¹ Telegrama 1296 do Departamento de Estado para a Embaixada no Brasil, 30.03.1962”, *ibid.*, p. 113.

⁶²² *Ibid.*, p. 369.

⁶²³ Na gravação, a primeira feita pelo sistema instalado no Salão Oval da Casa Branca, Gordon referiu-se aos US\$ 8 milhões doados pelos EUA para as eleições de 1962 no Brasil, como uma forma de preparar o terreno para o golpe contra Goulart (“- to push him out, if necessary”). Mencionou também que a estação da CIA no Brasil iria deixar claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a algum tipo de ação militar” se a ação fosse contra a esquerda, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 59.

⁶²⁴ *Apud* Toledo, 1997, p. 29.

oportunidade, Goulart defendeu, em discurso no Congresso dos EUA (4 de abril de 1962), a convivência pacífica com o comunismo, a qual demonstraria que “a democracia representativa é a mais perfeita forma de governo para a exploração das liberdades individuais”. Goulart assinalou aos parlamentares norte-americanos que o Brasil se identificava com os princípios democráticos do Ocidente, e que “somos partidários da coexistência pacífica entre o mundo democrático e o mundo socialista, e de um desarmamento progressivo, pois o conflito entre os dois blocos não pode ser resolvido militarmente”.⁶²⁵

Mais tarde, em entrevista à imprensa norte-americana em Nova York, ao responder a pergunta dos jornalistas se seria possível conviver com o regime de Cuba, Goulart buscou novamente justificar a defesa da coexistência pacífica com o mundo socialista afirmando que esse convívio poderia ajudar Cuba a retornar ao sistema democrático. Indagado sobre as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, que então desenvolviam intensa agitação política e social no nordeste, o Presidente brasileiro sublinhou que estes constituíam um “fenômeno político ligado à situação social” e que a popularidade de Julião baixaria à medida que melhorassem as condições sociais da região.⁶²⁶ Às declarações tranquilizadoras de Goulart somar-se-iam as de San Tiago Dantas, que em almoço oferecido à delegação brasileira na sede do grupo *Time-Life*, em Nova York, afirmaria, em relação à orientação geral política exterior brasileira: “Não somos nem neutralistas, porque estamos integrados no sistema interamericano de defesa, nem comunistas; somos independentes”.⁶²⁷ Não obstante, na percepção de Washington, o “caso brasileiro” continuava caracterizando-se pela deterioração econômica e pela aproximação com Cuba.⁶²⁸

A debilidade de Goulart e a influência crescente do Partido Comunista traduziam-se, nas palavras de Gordon, na “superversão” (subversão pelo alto) da vida política brasileira, expressa no risco da tomada do poder pela esquerda radical ou da instauração de um regime ultranacionalista de cunho antiamericano, no que o exemplo de Nasser no Egito parecia encaixar-se perfeitamente. Tal situação refletia uma ameaça real ao *status quo*, caracterizada por um quadro geral de “guerra revolucionária”, em que a “comunização” do País se apresentava como uma possibilidade cada vez mais real. Somava-se a isso o pouco interesse e a relutância demonstrados pelo governo brasileiro em relação à Aliança para

⁶²⁵ *Apud* Campos, *op. cit.*, 1994, pp. 481-2.

⁶²⁶ *Ibid.*, pp. 482-3.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 483.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 484.

o Progresso, a despeito da crise econômica,⁶²⁹ e o crescimento das agitações sindicais de organizações esquerdistas apoiadas pelo governo, como o CGT, o PUA, a FPN, o PCB, as Ligas Camponesas e a UNE. As reformas de base propostas pelo governo (agrária, habitacional, universitária, urbana etc.) e o aumento generalizado do sentimento antiamericano agravavam o quadro, levando à rápida polarização entre direita e esquerda e, dentro desta última, entre reforma e revolução.⁶³⁰ Em 1963, estouraram 50 greves, somente no estado do Rio de Janeiro; em apenas 15 dias de janeiro de 1964, o número de paralisações trabalhistas chegou a 17.⁶³¹ Enquanto isso, agravava-se a crise econômica, com o aumento do déficit em conta-corrente da balança de pagamentos do País: em 1958, este era de US\$ 266 milhões; em 1960, já atingira US\$ 410 milhões.⁶³² Em 1963, o PIB crescera apenas 1,5%, enquanto a inflação atingira 81,3%. Nesse ano, o déficit chegara a 500 bilhões de cruzeiros.⁶³³

As apreensões dos EUA em relação ao Brasil aumentaram em fevereiro de 1962, com a decisão do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, de nacionalizar as propriedades da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* (ITT), empresa multinacional norte-americana concessionária dos serviços telefônicos no estado sulista.⁶³⁴ Já em 13 de maio de 1959, pouco depois de assumir o governo estadual, Brizola havia expropriado a Companhia Elétrica Rio-Grandense, filial da *Bond & Share (American Foreign Power)*, empresa responsável pelos serviços de iluminação elétrica no Rio Grande do Sul.⁶³⁵ Àquela época, nem mesmo o regime de Fidel Castro em Cuba havia adotado atitude semelhante em relação às empresas norte-americanas, o que provocou uma forte reação negativa do Secretário do Tesouro dos EUA, Douglas Dillon.⁶³⁶ Como reação a essas medidas do governador gaúcho, em especial a encampação da ITT, o Congresso dos EUA votou a Emenda Hickenlooper, que estabelecia a suspensão da ajuda norte-americana a países onde ocorressem expropriações “sem indenização imediata,

⁶²⁹ Goulart mostrava-se cético acerca das possibilidades da Aliança para o Progresso, demonstrando “receios de dificuldades quanto à execução daquele programa, sobretudo se não houvesse espírito de confiança e respeito recíproco entre os governos dos dois países”, Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 52.

⁶³⁰ *Id.*, *op. cit.*, 1998, pp. 96-7, 99, 281, 319, 339, 355, 393 e seguintes. Os EUA associavam a crise brasileira à Guerra Fria, enfatizando a possibilidade de a URSS “correr em ajuda” a um Governo pró-comunista no Brasil, tal como acontecera em Cuba, *ibid.*, pp. 362-3.

⁶³¹ *Ibid.*, p. 155.

⁶³² *Ibid.*, p. 19.

⁶³³ *Ibid.*, p. 160.

⁶³⁴ *Ibid.*, p. 49.

⁶³⁵ *Ibid.*; *id.*, *op.cit.*, 1979, pp. 61-2.

⁶³⁶ *Id.*, *op. cit.*, 1979, p. 62. Além dessas encampações, teve destaque o caso jurídico envolvendo a nacionalização das propriedades da empresa norte-americana *Hanna Mining Co.*, que explorava minério de ferro em Minas Gerais. Ver Lima, *op. cit.*, p. 250-1; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 46.

adequada e efetiva”. A alteração da lei de remessa de lucros (de agosto de 1962 e sancionada em janeiro de 1964) juntamente com outras medidas de cunho nacionalista, como o cancelamento das concessões da empresa *Hanna Mining Co.*, em Minas Gerais,⁶³⁷ levaram o Governo norte-americano a diminuir pela metade a ajuda financeira ao Brasil, com a exceção dos governadores identificados com a política de Washington, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.⁶³⁸

Paralelamente, o Governo dos EUA pressionava Goulart a romper relações diplomáticas com Cuba, embora, segundo o Embaixador Gordon, não tenha havido pressões econômicas. Por ocasião do encontro entre Robert Kennedy e Goulart em Brasília, em 17 de dezembro de 1962, a questão cubana foi colocada na pauta de discussões. Os temores de “cubanização” do Brasil alimentados pelos EUA e pelas forças conservadoras nacionais, civis e militares, intensificaram-se após a substituição do primeiro gabinete parlamentarista (Tancredo Neves) em junho de 1962. Iniciou-se, então, uma fase “claramente negativa” nas relações Brasil-EUA, marcadas pela desconfiança de Washington em relação ao novo Primeiro-Ministro, Francisco Brochado da Rocha, identificado com setores nacionalistas. A uma terceira fase, “aparentemente positiva”, marcada pelas negociações Bell-Dantas em Washington (abril de 1963), seguiu-se outra, de maior radicalização, a partir de meados de 1963.⁶³⁹

A essa altura, as posições se encontravam bastante acirradas, com a intensificação da propaganda ideológica pró-Cuba no Brasil realizada por grupos de esquerda, especialmente intelectuais, estudantes e partidos como o PCB. De 23 a 29 de março de 1962, a UNE realizou uma Semana de Cuba, e, no início de 1963, foi eleita a diretoria do Instituto Cultural Brasil-Cuba, composta por 49 membros, entres os quais conhecidas personalidades dos meios jornalístico, artístico, político, intelectual e diplomático.⁶⁴⁰ Em 28 de março de 1963, realizou-se, no Rio de Janeiro, o Congresso de Solidariedade ao Povo de Cuba. Inicialmente previsto para ocorrer na capital carioca, o encontro foi, porém, proibido pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e transferido para Niterói. Importantes personalidades da vida política e intelectual brasileira alinharam-se a favor do regime cubano: para presidentes de honra do referido Congresso, foram eleitos os deputados

⁶³⁷ Cf. Toledo, *op. cit.*, p. 26.

⁶³⁸ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1973, p. 423; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 334. Para o ponto de vista do Governo norte-americano sobre a encampação da ITT, ver Gordon, *op. cit.*, pp. 321-2. A Lei de Remessa de Lucros (Lei nº 4.131, de janeiro de 1964) definia que os lucros excedentes reinvestidos de empresas estrangeiras no Brasil passariam a ser computados como capital nacional, embora pertencente a estrangeiros, mas sem dar direito a nenhuma remessa de lucros para o exterior, cf. Silva, *op. cit.*, 1975, p. 183.

⁶³⁹ Segundo Lincoln Gordon (*op. cit.*, 2002, p. 104), “Contrariamente a muitas das alegações que já foram publicadas, o governo dos EUA não procurou debilitar o governo de Goulart colocando-o sob pressão econômica”.

⁶⁴⁰ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, 261.

Barbosa Lima Sobrinho, Celso Brant, Almino Affonso, Sérgio Magalhães e Francisco Julião, além do arquiteto Oscar Niemeyer, Osvaldo Pacheco (Presidente do CGT), Carlos Taylor e Marcus Vinicius Caldeira Brant (presidente da UNE).⁶⁴¹ Como sinal do fogo cruzado em que se encontrava o governo, Goulart havia proibido anteriormente o Congresso, e o Itamaraty negara a concessão dos vistos de entrada a algumas personalidades internacionais que participariam do certame, como os filósofos Bertrand Russell, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, além do ex-Presidente mexicano Lázaro Cárdenas. Para justificar esse gesto, Goulart afirmou ser contrário à realização do Congresso, por “ser contra a extrema-direita e também contra a extrema-esquerda, colocando-se no centro”.⁶⁴² Por sua vez, o Chanceler Hermes Lima negou ter havido qualquer pressão dos EUA para a proibição do Congresso, dizendo que esta tinha sido uma decisão soberana do Governo brasileiro, pois “não convinha ao governo permitir mais projeção do Congresso de Solidariedade a Cuba”.⁶⁴³

A ambiguidade de Goulart refletia as divisões existentes entre as forças de esquerda com relação a Cuba. Embora a totalidade dos partidos e movimentos esquerdistas de então apoiassem a Revolução Cubana contra as pressões dos EUA, o PCB opunha-se à postura cada vez mais radical de Havana e a sua ascendência sobre as esquerdas brasileiras. A tática cubana parecia ter confirmado a possibilidade de uma revolução vitoriosa sem o partido e, até mesmo, apesar deste, o que significava uma inversão total do dogma comunista. Em particular, o Secretário-Geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, não escondia seu desconforto com essa situação: “Como um comunista antigo, ex-guerrilheiro, que atravessou todo o Brasil com a sua coluna, de 1924 a 1927”, escreveu a companheira de Prestes, Maria, “Prestes não queria receber ensinamentos dos cubanos ou dos soviéticos entusiasmados com a proeza e o heroísmo dos revolucionários de Sierra Maestra”. Nas palavras de Maria Prestes, o dirigente do PCB desdenhava da possibilidade de uma revolução *à la* Castro no Brasil: “Sim, eles [os cubanos] realizaram a primeira revolução socialista em nosso continente, mas Cuba não é o Brasil e vice-versa”.⁶⁴⁴

Outra fonte constante de atrito entre o PCB e os revolucionários cubanos era a política externa. Seguindo à risca a orientação de Moscou, Prestes geralmente criticava a atitude mais agressiva de Havana em relação aos EUA, a qual acusava de contribuir para o acirramento das tensões da Guerra Fria.

⁶⁴¹ Cf. Mir, *op. cit.*, p. 99.

⁶⁴² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/04/63, p. 20.

⁶⁴³ *Apud* Moniz Bandeira, 1978, p. 442.

⁶⁴⁴ Prestes, 1992, p. 19.

“Na política externa”, ele afirmou ao retornar de uma viagem a Cuba, no início de 1964, “o governo cubano está indo contra os princípios leninistas de convivência pacífica. Esse posicionamento pode aprofundar seu isolamento”.⁶⁴⁵

Nesse ínterim, as relações entre Washington e Havana pareciam caminhar para uma diminuição de tensões, à medida que, após a Crise dos Mísseis de outubro de 1962, Kennedy se mostrava, segundo alguns autores, receptivo à ideia de uma aproximação e, possivelmente, à normalização das relações com o regime de Fidel Castro.⁶⁴⁶ Entretanto, um fato trágico e inesperado iria cortar bruscamente qualquer esperança de um maior entendimento entre Cuba e EUA: o assassinato de Kennedy, em 22 de novembro de 1963.⁶⁴⁷ Entre as numerosas teorias conspiratórias que cercam o fato, recaíram suspeitas sobre a CIA, a Máfia, setores exilados anticomunistas e inclusive Fidel Castro, que veria no magnicídio uma forma de vingar-se das frequentes agressões contra Cuba patrocinadas pelos norte-americanos. Tais suspeitas, jamais confirmadas, seriam reforçadas por declarações como a do próprio Fidel Castro pouco antes dos tiros que abateram o Presidente norte-americano. Segundo um de seus biógrafos, George Anne Geyer, o comandante cubano teria afirmado, durante recepção na Embaixada brasileira em Havana, em 7 de setembro de 1963, em tom de ameaça: “Os dirigentes dos Estados Unidos deveriam pensar que se eles fomentam planos terroristas para eliminar dirigentes cubanos, eles mesmos tampouco estão seguros”.⁶⁴⁸

Após o assassinio de Kennedy, as relações Brasil-EUA, acompanhando de perto a polarização político-ideológica interna, deterioraram-se rapidamente. Do lado da direita, os setores conservadores e anticomunistas também se mobilizavam. Em discurso pronunciado em 18 de novembro de 1963 na sede da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Miami, o diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, pintou a situação no Brasil com tintas apocalípticas:

existe o perigo de o Brasil se converter em outro bastião comunista, como Cuba. [...] Se o Brasil chegar a ter uma ditadura esquerdista, isto significará a guerra atômica. Se chegar a estabelecer-se uma cabeça-de-ponte russa no Brasil, os Estados Unidos terão de aceitar tal guerra e então será o fim.⁶⁴⁹

⁶⁴⁵ *Ibid.*, p. 21.

⁶⁴⁶ Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, p. 148; e Skierka, 2004, pp. 464-5.

⁶⁴⁷ No dia do assassinato de Kennedy, Fidel Castro recebeu uma mensagem do mesmo pleiteando a aproximação EUA-Cuba, cf. Furiati, *op. cit.*, pp. 148-9. Em conferência realizada em Havana, por ocasião dos quarenta anos da Crise dos Mísseis, em 11 e 12 de outubro de 2002, o ex-assessor especial de Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., mencionou “uma carta de cujo conteúdo exato não posso me recordar, dirigida ao governo cubano, que foi enviada por intermédio do governo do Brasil”; *apud* Ramonet, *op. cit.*, 2006, pp. 556-7, Cap. XIII, nota 3.

⁶⁴⁸ *Apud* Geyer, 1991, pp. 298-9. Ver também Montaner, *op. cit.*, 1999, p. 137; e Skierka, *op. cit.*, pp. 201-2.

⁶⁴⁹ *Apud* Stacchini, 1965, p. 90.

O temor de “cubanização” do Brasil era diariamente alardeado nos grandes meios de imprensa e por políticos como Carlos Lacerda, atingindo, inclusive, os debates sobre desnuclearização da América Latina na ONU. À época Deputado Federal, San Tiago Dantas protestou, em 4 de janeiro de 1964, contra as tentativas de incluir a questão cubana nas discussões sobre o problema:

a reabertura do caso cubano perante à OEA (constitui) uma iniciativa perigosa e inoportuna. Cuba, depois da retirada do armamento ofensivo, tem vivido em termos de coexistência bem aceitos pelo governo e pelo povo dos EUA, e bastante próximos do estatuto proposto pelo Brasil, antes e durante a consulta de Punta del Este.⁶⁵⁰

Apesar disso, no mesmo mês, o jornal venezuelano *La República* apelou ao Brasil para estudar “provas de agressão que a Venezuela apresentou contra Cuba, antes de decidir a votar contra as sanções propostas na OEA”.⁶⁵¹

Temendo cada vez mais o avanço das esquerdas, a oposição a Goulart aumentava dia a dia, manifestando-se, inclusive, dentro do próprio Governo. Em 30 de janeiro de 1964, por exemplo, o Chanceler Araújo Castro assinou um “ajuste pormenorizado” do Acordo Militar de 1952 com os EUA, à revelia de Goulart. Renovou-se, assim, o vínculo militar com a Casa Branca sem que o Presidente da República ao menos aprovasse.⁶⁵²

A percepção da ameaça de “cubanização” do Brasil era compartilhada pelos chefes militares brasileiros. Para estes, em particular, o receio de que o país viesse a se transformar em uma “nova Cuba”, de proporções continentais, deitava fortes raízes no imaginário das Forças Armadas, principalmente do Exército. Imaginário este forjado no forte antiamericanismo cultuado pela corporação militar, em especial após a “Intentona Comunista” de 1935. A comunização de Cuba, ao longo dos primeiros dois anos após o triunfo da revolução castrista, pareceu provar aos militares brasileiros o caráter solerte e traiçoeiro da

⁶⁵⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/01/1964, p. 2, *apud* Vizentini, *op. cit.*, 2004a, p. 229.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 229.

⁶⁵² Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 465. Segundo esse autor, a revalidação do Acordo Militar com os EUA, “contornando a autoridade” de Goulart, estava em sintonia com os planos dos golpistas: “A renovação do Acordo ocorreu sem o conhecimento (de Goulart), através de simples troca de notas entre o Ministro Araújo Castro e o encarregado de negócios da Embaixada dos EUA, John Gordon Mein, no dia 30 de janeiro de 1964. [...] A inopinada renovação de um Acordo já caduco tinha como finalidade proporcionar aos EUA a base legal para a intervenção armada no Brasil, a pretexto de reprimir a agressão comunista, a subversão, etc., caso irrompesse a guerra civil”, *id.*, *op.cit.*, 1978, pp. 467-8, *apud* Vizentini, *op. cit.*, 2004a, pp. 228-9.

subversão marxista, sempre à espreita. Em uma visão que se cristalizaria depois de 1964, especialmente entre os setores mais duros das Forças Armadas, as tentativas de tomada do poder pelas esquerdas no Brasil, desde a década de 30, inscreviam-se na estratégia revolucionária do Movimento Comunista Internacional (MCI), conduzido mundialmente pela URSS e, no plano continental, pelo regime de Fidel Castro em Cuba, cuja revolução vitoriosa os esquerdistas brasileiros tentavam emular. Nessa perspectiva, o fato de Fidel ter-se declarado inicialmente um líder democrata e anticomunista constituía a prova da “traição”, contra a qual toda vigilância se fazia necessária.⁶⁵³

Paralelamente aos receios dos militares, aumentavam as desconfianças de Washington em relação a Goulart. Em 27 de março de 1964, Lincoln Gordon enviou um memorando pessoal, com a classificação “ultrasseguro”, no qual afirmou categoricamente que Goulart estava agora envolvido “numa campanha para conseguir poderes ditatoriais” e que, caso tivesse êxito, seria “mais que provável que o Brasil ficará sob controle comunista”. Segundo Gordon, a verdadeira finalidade de Goulart “não é realmente fazer reformas econômicas e sociais construtivas, mas desacreditar a Constituição atual e o Congresso, criando clima para um golpe a ser dado de cima, que seria depois ratificado por um plebiscito fraudulento e a reforma da Constituição por uma Assembléia Constituinte submissa”. Nessa perspectiva, alertava o Embaixador norte-americano: “Uma investida desesperada para obter Poder Totalitário poderá ser feita a qualquer momento”.⁶⁵⁴

Foi então que Goulart, amparado nos sindicatos e em seu suposto dispositivo militar, optou pelo caminho que levou à intervenção dos militares, temerosos de que as reformas e a radicalização política conduzissem à transformação do Brasil em uma “nova Cuba” de dimensões continentais.

4.4.2. A Segunda Declaração de Havana

Enquanto isso, tanto no Brasil como no resto do continente, aumentava o temor, entre os setores conservadores, de que Cuba “exportasse” a sua revolução. Em 4 de fevereiro de 1962, logo após o encerramento da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, que decidiu pela exclusão de Cuba da OEA, Fidel Castro proferiu um

⁶⁵³ Ver, a esse respeito, Motta, *op. cit.*, 2002; e Augusto (2001).

⁶⁵⁴ *Apud* Carone, *op.cit.*, 1980, pp. 268-9.

discurso, conhecido como a Segunda Declaração de Havana, em que rompeu definitivamente com o sistema interamericano e com vários dogmas marxistas. Concebida como uma resposta revolucionária à Declaração de Punta del Este, que proclamou a incompatibilidade do regime cubano com o sistema interamericano, a Segunda Declaração de Havana constituiu um ponto de inflexão na estratégia de Cuba para a América Latina, com profunda influência na esquerda do continente. A partir de então, a Revolução Cubana entraria em uma nova fase, marcada pelo agravamento das tensões e das hostilidades recíprocas em seu relacionamento com os Estados americanos. Nas palavras do então Embaixador do Brasil em Havana, Luís Bastian Pinto, as determinações da Segunda Declaração de Havana refletiram o surgimento de um “comunismo latino-americano”.⁶⁵⁵

Pronunciada com grande solenidade e em tom apocalíptico, a Declaração procurou associar o futuro da América Latina ao da Revolução Cubana, afirmando peremptoriamente que os EUA e as oligarquias do continente estavam unidos na agressão a Cuba, não pelo medo à Revolução Cubana em si, mas à revolução social em seus próprios países. Os destinos do processo revolucionário de Cuba e da América Latina estavam intimamente ligados. Para os demais governantes latino-americanos, o recado não poderia ser mais claro: a Revolução Cubana não se restringiria à ilha de Cuba, pois constituía um processo sintonizado com as lutas políticas e sociais da América Latina como um todo.

Na Declaração, afirmando que “em muitos países da América Latina a revolução é hoje inevitável”, Fidel Castro lembrava que tal fato era determinado “pelas espantosas condições de exploração em que vive o homem americano, o desenvolvimento da consciência revolucionária das massas, a crise mundial do imperialismo e o movimento universal da luta dos povos subjugados”. A Reunião de Punta del Este e a exclusão de Cuba da OEA teriam sido o ponto culminante dessa política de estrangulamento da soberania das nações latino-americanas e de mãos livres para os EUA intervirem em seus assuntos internos. Caracterizava-se, assim, na visão do dirigente cubano, a “submissão dos povos à vontade todo-poderosa dos Estados Unidos da América do Norte, contra a qual lutaram todos os próceres, desde Bolívar até Sandino”.⁶⁵⁶

Condenando os acordos obtidos pelos EUA e o “entreguismo” e “traição” das oligarquias aos interesses nacionais, assim como a “podridão das classes exploradoras”, a Segunda Declaração de Havana chancelou a ruptura do Governo revolucionário de Cuba com a OEA, a qual, nas

⁶⁵⁵ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 376.

⁶⁵⁶ *Apud* Cuba, 1966, pp. 307 e 310.

palavras de Fidel Castro, “foi desmascarada como o que é, um ministério de colônias ianques, uma aliança militar, um aparato de repressão contra o movimento de libertação dos povos latino-americanos”, e isso porque, em Punta del Este, os chanceleres que expulsaram Cuba do sistema interamericano se reuniram para “renunciar à soberania nacional”. Ao mesmo tempo, Fidel respondia à acusação de que Cuba queria exportar sua revolução, afirmando que “as revoluções não se exportam; fazem-nas os povos”. O que Cuba podia dar, e estava dando efetivamente, aos povos latino-americanos era seu “exemplo”. Nesse contexto, a vitória da Revolução Cubana havia significado uma ruptura também com a ortodoxia marxista dos PCs tradicionais, ao mostrar que, nos países subdesenvolvidos da América, o verdadeiro motor da revolução não era a classe operária, em geral relativamente pequena, mas os camponeses. Estes, dirigidos pelos trabalhadores e pelos intelectuais revolucionários, tinham uma importância decisiva na luta pela libertação nacional, visto que “na América Latina a população pobre do campo constitui uma tremenda força revolucionária potencial”.⁶⁵⁷

Contra essa força revolucionária potencial e a forma de luta geralmente a ela associada – a guerra de guerrilhas –, os exércitos regulares latino-americanos eram impotentes, pois não estavam preparados para esse tipo de enfrentamento armado não convencional. Desse modo, Fidel Castro estabeleceu, na Segunda Declaração de Havana, as bases da teoria do foco guerrilheiro, segundo a qual um pequeno núcleo de combatentes determinados, contando com o apoio decisivo do povo, poderia deflagrar uma insurreição generalizada e levar as massas ao poder:

Os exércitos, estruturados e equipados para a guerra convencional, que são a força em que se sustenta o poder das classes exploradoras, quando têm que enfrentar a luta irregular dos camponeses no cenário natural destes, resultam absolutamente impotentes; perdem dez homens para cada combatente revolucionário que cai, e a desmoralização os atinge rapidamente ao terem que enfrentar um inimigo invisível e invencível que não lhes oferece ocasião de mostrar suas táticas de academia e suas fanfarras de guerra, das que tanto alarde fazem para reprimir os operários e os estudantes nas cidades.⁶⁵⁸

Prosseguindo em sua ruptura com o dogma tradicional da esquerda marxista, segundo o qual, nos países latino-americanos e nos do Terceiro Mundo em geral, a burguesia nacional constituía um setor “progressista”

⁶⁵⁷ *Ibid.*, pp. 311 e 318-320.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p. 320.

e “anti-imperialista”, Fidel Castro afirmou, na Segunda Declaração de Havana, que “nas atuais condições históricas da América Latina, a burguesia nacional não pode encabeçar a luta antifeudal e antiimperialista”.⁶⁵⁹

O dogma marxista foi posto mais ainda de lado em favor da ideia de revolução imediata, quando o dirigente cubano deixou claro que, diante do poder e da reação das forças conservadoras, “não é justo nem é correto entreter os povos com a vã e acomodatória ilusão de arrancar, por vias legais que não existem, nem existirão, às classes dominantes”. Estas jamais entregariam pacificamente o poder, que “defenderão a sangue e fogo com a força de suas polícias e de seus exércitos”. Diante da ilusão do caminho pacífico defendido pelos PCs ortodoxos, a palavra de ordem colocada pelo líder cubano era: “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”.⁶⁶⁰

Segundo a Embaixada do Brasil em Havana, a importância da Segunda Declaração de Havana consistiu no fato de que, “pela primeira vez, surge neste Continente, não mais uma central de difusão de propaganda preparada alhures, mas, sim, um centro gerador de ideologia marxista plenamente adaptado às condições históricas e regionais da América Latina”.⁶⁶¹

Nos anos seguintes, o lema da Segunda Declaração de Havana – “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução” – iria calar fundo naquela parcela da esquerda latino-americana e, particularmente, brasileira, que estava disposta a lutar de armas na mão para alcançar o poder.

4.4.3. A situação do Nordeste e as Ligas Camponesas

Um dos setores da esquerda brasileira que se apresentou mais receptivo, durante o governo João Goulart, ao apelo da Revolução Cubana, consubstanciado na Segunda Declaração de Havana, foram as Ligas Camponesas, movimento fundado em 1955 no Nordeste brasileiro e liderado pelo advogado pernambucano e Deputado Federal Francisco Julião Arruda de Paula.⁶⁶²

⁶⁵⁹ *Ibid.* A título de comparação entre o radicalismo da Segunda Declaração de Havana e a atitude moderada dos PCs tradicionais vale a pena mencionar a seguinte passagem da Declaração de Março de 1958 do Partido Comunista do Brasil (PCB): “Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, portanto, não é ainda socialista, mas antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática... Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em conflito com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza sua expansão...”, *apud* Sader, 1991, pp. 174-5.

⁶⁶⁰ *Apud* Cuba, *op. cit.*, p. 321.

⁶⁶¹ Telegrama n. 174, confidencial-urgente, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 7 de fevereiro de 1962, Havana, a) Luiz Leivas Bastian Pinto. AMRE-B.

⁶⁶² Para a origem das Ligas, ver Julião, 1962, p. 24. Para a influência da Revolução Cubana nas Ligas, ver Montenegro, 2003, p. 262. O autor enfatiza o clima de apreensão criado na opinião pública norte-americana por uma reportagem do jornalista Tad Sculz no *The New York Times*, que dava aos leitores a impressão de que “uma revolução comunista estava

Surgido por iniciativa do PCB como um movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais da zona da mata de Pernambuco e da Paraíba, as Ligas logo se tornaram, sob a liderança de Julião, um movimento político autônomo de oposição ao latifúndio e pela reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, rivalizando com a Igreja Católica e com o próprio PCB na disputa pelo controle dos sindicatos rurais em vários estados brasileiros.⁶⁶³ No começo dos anos 1960, as Ligas já estavam espalhadas por todo o País, a par com o processo de sindicalização rural (em julho de 1963, havia 300 sindicatos rurais no Brasil; em março de 1964, eles já eram 1.500. Entre 1955-1957, eram apenas três).⁶⁶⁴ Em 1964, as Ligas já eram 64 em Pernambuco, totalizando 218 em 20 estados da federação.⁶⁶⁵

A transformação política das Ligas Camponesas, de movimento reivindicatório e sindicalista à organização revolucionária, está intimamente ligada à do próprio Julião, sobretudo após sua primeira visita a Cuba como membro da comitiva do então candidato presidencial Jânio Quadros em 1960.⁶⁶⁶ Nessa ocasião, Fidel Castro ofereceu seus préstimos para atuar como mediador na disputa cada vez mais ácida entre Julião e Luiz Carlos Prestes, a quem o líder das Ligas acusava de excessivamente moderado e conciliador.⁶⁶⁷ Em alguns textos didáticos, escritos com o objetivo de divulgar os propósitos do movimento, o próprio Julião deixaria claro o impulso dado pelo exemplo de Cuba:

A vitória da Revolução Cubana trouxe ao movimento camponês do nordeste notável reforço. Desde o momento em que Fidel Castro com os seus barbudos entrou em Havana, ao lado de Cienfuegos, Guevara, Almeida e Raul, libertando o seu povo do regime cruel de Batista, nunca mais as Ligas perderam de vista a gloriosa Pátria de José Martí.

Tendo sido a reforma agrária a espinha dorsal daquela revolução, seu eixo, sua alma, os camponeses nordestinos imediatamente passaram a defendê-la nas demonstrações de massas, passeatas e comícios.

prestes a acontecer no Nordeste brasileiro”, o que colocaria em risco uma região estrategicamente importante para os EUA na Guerra Fria, *ibid.*, pp. 262-3. Para uma visão geral do Nordeste, particularmente de Pernambuco, no início dos anos 60, ver Callado (1964).

⁶⁶³ Para o papel do PCB no surgimento das Ligas, ver Silva, *op.cit.*, 1975, p. 277.

⁶⁶⁴ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 116.

⁶⁶⁵ Cf. Basbaum, 1976, p. 41.

⁶⁶⁶ Como que para comprovar a confusão ideológica das eleições de 1960, embora integrasse a comitiva de Jânio que foi a Cuba, Julião apoiava a candidatura do Marechal Lott à Presidência. Face a essa aparente contradição, Julião afirmou que ia “à Cuba com Jânio, mas às urnas com Lott”, *apud* Page, 1986, p. 67.

⁶⁶⁷ *Ibid*, p. 109.

Nossa visita a Cuba em abril de 1960, integrando a comitiva do ex-presidente Jânio Quadros, contribuiu para estreitar mais ainda os laços de solidariedade entre as Ligas Camponesas do Nordeste e aquele povo sofrido.⁶⁶⁸

Principalmente após a renúncia de Jânio, em agosto de 61, Julião se deixaria influenciar cada vez mais pela Revolução Cubana, passando a defender soluções radicais para a questão da terra. Durante o I Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), realizado em Belo Horizonte (MG), de 15 a 17 de novembro de 1961, o qual contou com 1.600 delegados de todo o país (1.300 da ULTAB, 215 das Ligas Camponesas e 38 do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER –, este último criado por Brizola no Rio Grande do Sul), cristalizou-se a divisão irreversível entre as posições moderadas do PCB e a linha radical das Ligas e de Julião (“reforma agrária na lei ou na marra”).⁶⁶⁹ A partir de então, o líder das Ligas seria o porta-voz oficial da Revolução Cubana junto aos camponeses do Brasil, como observa Joseph Page:

Apesar da insistência de Julião de que Cuba era apenas um símbolo e Castro apenas mais um herói no seu panteão revolucionário terrivelmente eclético (juntamente com Moisés, Jesus, São Francisco de Assis, Mao Tsé-Tung, Ben Bella, Thomas Jefferson, Abraão Lincoln e outros), suas palavras freqüentemente continham implicações veladas de que Cuba era para ele mais do que uma simples inspiração. Certa vez ele disse a um jornalista no Rio: “Todos nós somos cubanos. A revolução de Cuba é nossa. Não apenas simbolicamente, porém concretamente. Quem hoje tiver a audácia de tocar em Cuba... estará diretamente provocando o povo brasileiro a uma luta imediata e sem limite”.⁶⁷⁰

A posição revolucionária de Julião lançara sementes em terreno fértil. No contexto da radicalização política do Governo Goulart, o Nordeste brasileiro se destacava como uma área potencialmente explosiva. O Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, despontava como uma poderosa liderança nacional de esquerda, rivalizando com Brizola e

⁶⁶⁸ Julião, *op. cit.*, p. 41.

⁶⁶⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, p. 55. O principal empecilho legal à reforma agrária preconizada pelas Ligas era o artigo 141 da Constituição de 1946, que estabelecia o direito à propriedade privada da terra e a obrigação de indenização em caso de desapropriação. Ver também Page, *op. cit.*, p. 68.

⁶⁷⁰ Page, *op. cit.*, pp. 116-7. Em depoimento vinte e cinco anos depois, Julião reconheceu a influência que sobre ele exerceu a Revolução Cubana: “– Realmente o Fidel Castro exerceu sobre mim uma influência poderosa. A Revolução Cubana me causou um profundo impacto. Sobre tudo a figura de Fidel. Uma figura forte, carismática, um homem que transluzia sinceridade, honestidade nas suas palavras, na maneira de ser. [...] Quem poderia resistir ao impacto de um homem que saía de uma revolução vitoriosa? E nós aqui vivíamos numa região tão atrasada, miserável, com certas características semelhantes às de Cuba. Pernambuco era um Estado que tinha como eixo da economia o açúcar, como Cuba. Uma região pobre, atrasada, afetada por um tipo de latifúndio que não aceitava absolutamente nenhuma modificação capaz de favorecer a fixação do homem na terra”, *apud Moraes, op.cit.*, 1989, pp. 80-1.

Goulart. Kennedy, em várias ocasiões, demonstrou interesse e preocupação pelos problemas da região, chegando a identificar no movimento das Ligas Camponesas o surgimento de um “comunismo local”, de características próprias. Por esse motivo, o governo norte-americano escolhera a região nordestina como um *showcase* da Aliança para o Progresso, despejando milhões de dólares em ajuda econômica aos estados governados por políticos pró-EUA e enviando emissários para averiguar *in loco* a situação política e social. Em 13 de abril de 1962, os governos do Brasil e dos EUA assinaram o chamado Acordo do Nordeste, pelo qual a USAID supervisionaria uma ajuda de US\$ 131 milhões à região pelos próximos anos. Sintomático desse aumento do interesse norte-americano, o Nordeste brasileiro seria a única região do mundo a contar com uma missão própria da USAID.⁶⁷¹

Apesar disso, a influência cubana se fazia sentir entre os camponeses, mormente porque, com a Segunda Declaração de Havana, Fidel Castro havia rompido com a ortodoxia dos PCs tradicionais, que relutavam em enxergar no camponato uma força revolucionária. Em entrevista à revista cubana *Bohemia*, Julião se referiu à Segunda Declaração de Havana como “o documento que deve orientar as lutas dos povos latino-americanos para sua libertação do imperialismo ianque e do subdesenvolvimento interno que freia o progresso. É o manifesto de nosso tempo para os povos subjugados da América”.⁶⁷²

A influência de Cuba nas Ligas não se resumiu ao campo das ideias, tendo-se traduzido no apoio material de Havana. Por diversas vezes, Julião visitou Cuba e encontrou-se pessoalmente com Fidel Castro e outros dirigentes revolucionários, estreitando seus laços com o regime cubano e discutindo a possibilidade de um movimento revolucionário camponês no Nordeste, nos moldes do que tivera lugar em Sierra Maestra. No início de 1962, ele decidiu passar das palavras à ação. Em 21 de abril, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que implantou oito áreas de treinamento guerrilheiro em sete estados brasileiros, com cerca de cinquenta militantes. Segundo seu depoimento, Julião voltara de Cuba “impressionado com o fato de a revolução ter sido agrária, partido do campo para a cidade. Imaginei que, como já existia aqui no Brasil um movimento camponês que adquirira muita força, muita substância, poderíamos seguir a experiência cubana”. O desmantelamento, pela polícia, do acampamento guerrilheiro localizado no município de Dianópolis, em Goiás (atualmente em Tocantins), e a subsequente descoberta dos planos cubanos de apoio material à empreitada levaram a uma queixa de Jango ao Embaixador cubano no Brasil, Raúl

⁶⁷¹ Cf. Page, *op. cit.*, pp. 151-2 e 154.

⁶⁷² *Bohemia*, 8 de março de 1963. Ver também Page, *op. cit.*, pp. 136-147; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 505-7.

Roa Khoury.⁶⁷³ Tais movimentos da organização liderada pelo advogado pernambucano não passariam despercebidos pelo governo norte-americano: um memorando da CIA, com o timbre “secreto”, datado de 1º de junho de 1962, informava que “Julião e líderes comunistas dissidentes aparentemente concordaram em juntar forças para advogar a atividade revolucionária, e os dois líderes dissidentes chave foram a Cuba no início de maio sob instigação de Julião para receber instrução em técnicas revolucionárias”.⁶⁷⁴

O projeto guerrilheiro das Ligas Camponesas, apoiado pelo regime cubano, falhou completamente antes mesmo de ser desencadeada a luta, servindo de motivo para que as forças conservadoras do campo se articulassem ainda mais com os grupos urbanos contra as projetadas reformas de Goulart. Nas palavras do dirigente nordestino, o comandante cubano “quis deslanchar na América Latina um processo revolucionário, para ver se distraía a preocupação dos Estados Unidos de invadir e aniquilar o processo revolucionário cubano. Entre os países em que ele considerou que poderia haver uma revolução, ou que poderia haver guerrilha, estava o Brasil”. O líder das Ligas Camponesas resume o apoio de Cuba à empreitada guerrilheira da seguinte maneira: “Castro estava verdadeiramente obcecado. Ele queria transplantar a realidade cubana para libertar a América Latina”.⁶⁷⁵

No começo dos anos 60, a existência de um forte movimento camponês no Nordeste do Brasil pareceu oferecer a Havana uma excelente oportunidade para a internacionalização de sua revolução. Embora a influência de Cuba no movimento das Ligas não deva ser superdimensionada,⁶⁷⁶ é inegável que, por trás dessa atmosfera de efervescência contestadora, estavam os ventos soprados de Havana.

4.4.4. O fantasma da quebra da hierarquia militar

A agitação sindical no campo e nas cidades não eram os únicos problemas a tirar o sono dos conservadores brasileiros. De fundamental importância para a radicalização política durante o Governo Goulart foi,

⁶⁷³ Ver Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 179; Moraes, *op. cit.*, pp. 81 e 84; Page, *op. cit.*, pp. 118-124; e Tavares, 1999, pp. 77-8.

⁶⁷⁴ “Current Intelligent Weekly Review”, documento de 10 páginas, com o número F-1998-01629, com data de 1º de junho de 1962, p. 8. Os propósitos bélicos do líder das Ligas Camponesas eram anteriores à própria Revolução Cubana. Segundo Geneton Moraes Neto (1996, p. 225), Julião havia requisitado, em viagem à URSS em 1957, mil metralhadoras às autoridades soviéticas para armar os camponeses nordestinos.

⁶⁷⁵ *Apud* Moraes, *op. cit.*, p. 225; e Page, *op. cit.*, p. 118-124.

⁶⁷⁶ Como afirma Joseph Page (*op. cit.*, p. 255): “A recente revolução cubana, embora praticamente não pudesse ser comparada com o que estava acontecendo no Nordeste, amedrontava tanto as pessoas que estas aumentavam de forma ridícula as proporções dos primeiros movimentos de um campesinato que havia suportado durante séculos uma existência quase animal”.

também, o temor da substituição das Forças Armadas por milícias populares ou partidárias, tal como sucedeu em Cuba após a derrubada de Batista. Com efeito, ao assumirem o poder, os revolucionários cubanos substituíram o Exército regular pelo “povo armado”, organizado em Milícias Nacionais Revolucionárias.⁶⁷⁷ Tal medida do regime de Fidel Castro, mais do que qualquer outra, causou forte apreensão entre a alta oficialidade militar brasileira, pois atingia em cheio um dos pilares da própria instituição militar: a hierarquia. A preocupação dos militares aumentaria, no Governo Goulart, à medida que cresciam os atos de insubordinação e a ameaça da perda da coesão militar. Como observa Elio Gaspari:

A revolta dos marinheiros na semana anterior [ao golpe de 31 de março de 1964], e o discurso de Jango no Automóvel Clube, na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia. Além disso, o discurso do presidente mostrara que a mazorca tinha o seu amparo. Desde 1961, quando os sargentos foram peças importantes para neutralizar a ação de oficiais que pretendiam impedir a posse de Jango, algumas unidades viviam sob uma espécie de duplo comando. Centenas de oficiais suportaram situações vexatórias. Numa unidade da Vila Militar havia sargentos que não cumpriam escalas de guarda e mantinham paióis particulares. Um deles ameaçou os “senhores reacionários”: “O instrumento de trabalho dos militares é o fuzil”. Outro, eleito deputado, falava em “enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos”.⁶⁷⁸

O temor, por parte da alta oficialidade militar, de destruição do quadro de oficiais, conforme ocorrera em Cuba, era maior do que a aversão ideológica ao comunismo, como observa Alfred Stepan:

Os militares não temiam tanto o comunismo como tal. Muitos regimes militares da América Latina, como os dos generais Pérez Jiménez na Venezuela, Odría no Peru e o do general Rojas Pinilla na Colômbia, no passado haviam coexistido com os comunistas, e de fato haviam utilizado o apoio comunista como arma contra o movimento sindicalista democrático, que os militares consideravam uma ameaça maior que os comunistas. Muitas vezes, o partido comunista emergiu até mais fortalecido ao final do governo militar.⁶⁷⁹

⁶⁷⁷ Lei de 29 de outubro de 1959, que dissolveu o Exército regular e criou as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), sob o comando de Raúl Castro.

⁶⁷⁸ Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 91-2.

⁶⁷⁹ Alexander, 1963, p. IX-XIX, *apud* Stepan, *op. cit.*, 1975, p. 116, nota 3.

A questão da hierarquia e da disciplina tocava em um nervo particularmente sensível dos militares. Já em 1954, durante a crise que levou Vargas ao suicídio, o Manifesto dos Coronéis afirmava a necessidade central de reforçar a coesão militar em vista da “ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito de partidarismo político”.⁶⁸⁰ Em agosto de 1961, o Manifesto à Nação, em que os três ministros militares vetavam o regresso de João Goulart para assumir a presidência da República, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, justificava o veto da seguinte maneira:

Na Presidência da República, em regime que atribui alta autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. *As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.*⁶⁸¹

O medo da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas estaria presente em vários outros pronunciamentos militares. Em fins de 1963 ou início de 1964, outro documento, batizado de Documento Leex (Lealdade ao Exército), de circulação restrita aos oficiais, identificava na quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas o principal inimigo a combater. O documento fazia uma advertência: “Deveríamos lembrar que somente depois que a traição fora consumada em Cuba [pela] extinção virtual de qualquer possibilidade de resistência é que o ditador cubano proclamou a ideologia marxista-leninista da revolução que ele liderava”. Mais adiante, há uma referência explícita à destruição do Exército regular e à sua substituição por milícias populares, tal como sucedera em Cuba: “O que as Forças Armadas não aceitam é o jogo que se tenta pôr em prática para lançar a cizânia entre os seus componentes, solapar-lhes a disciplina, destruir-lhes a eficiência, aniquilá-las e, por fim, *substituí-las por um arremedo de exército vermelho ou de milícia cubana*”.⁶⁸²

Em 20 de março de 1964, às vésperas do golpe que derrubou Goulart, o General Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), fez um pronunciamento, vedado à imprensa, em que advertiu que “os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos

⁶⁸⁰ *Apud* Martins Filho, *op. cit.*, p. 117.

⁶⁸¹ *Apud* Silva, *op. cit.*, p. 87; grifo meu.

⁶⁸² *Ibid.*, p. 468; grifos no original.

a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei". O documento enfatizava o caráter apartidário e legalista dos militares, pois "não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência". Contra as tentativas do Governo Goulart de criar uma base de sustentação política entre os setores militares subalternos, o documento afirmava peremptório:

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.⁶⁸³

Outro manifesto, datado de 1º de abril de 1964, emitido em nome dos generais Castello Branco, Costa e Silva e Decio Escobar e de autoria de Golbery do Couto e Silva, ia direto ao cerne da questão: "É, pois, na sua estrutura e na sua essência mesma que as Forças Armadas estão sendo destruídas, quando se subverte a hierarquia, e é o próprio presidente da República quem incita à insubordinação e oferece plena cobertura a motins".⁶⁸⁴

Mais que o temor do comunismo, o receio da quebra da hierarquia e da disciplina nas fileiras militares foi um dos principais efeitos colaterais da Revolução Cubana no Brasil, contribuindo para mobilizar as forças que conspiravam contra Goulart e que finalmente o derrubaram em março de 1964. Quebrados esses princípios, rompera-se o último elo que prendia os militares à legalidade. Tal fato está claramente exposto por Elio Gaspari:

Fosse qual fosse o governo, fosse qual fosse o presidente, depois dos acontecimentos como a insubordinação da marujada e o discurso do Automóvel Clube, em algum lugar do Brasil haveria um levante. [...] Um governo que tolerava a indisciplina não deveria acreditar que seria defendido de armas na mão por militares disciplinados, obedecendo a ordens de hierarquia. [...] o situacionismo esperou ser defendido pela estrutura convencional que desafiara.⁶⁸⁵

⁶⁸³ *Ibid.*, pp. 342-3. Ver também Viana Filho, *op. cit.*, p. 19.

⁶⁸⁴ *Apud* Carneiro, 1965, v. 2, p. 524. Ver também Gaspari, 2003, p. 165.

⁶⁸⁵ Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 92. Segundo esse autor, "Nem sequer no Setor Mil [composto por militares que simpatizavam com os comunistas] do partido [o PCB] havia simpatia para com a baderna", *ibid.*, p. 56.

Evidentemente, fatores como a quebra da disciplina nos quartéis não podem ser superdimensionados para explicar o golpe de 64. Mas é inegável a importância que teve essa variável para a ruptura da ordem constitucional, como afirma Marcelo Ridenti:

Seria por demais estreito pensar o golpe de 1964 em função principalmente da dinâmica interna das Forças Armadas; contudo, é inegável que o movimento político dos militares de baixa patente, como parte da ascensão popular mais ampla no pré-64, esteve no centro da cena política nos anos, nos meses e mesmo nos dias que antecederam a “redentora”, constituindo-se no estopim detonador do golpe.⁶⁸⁶

Em 31 de março de 1964, era deflagrado o movimento político-militar que derrubou João Goulart do poder.

4.4.5. O golpe de 64 e o rompimento de relações diplomáticas

Os fatos relativos ao golpe civil-militar de março-abril de 1964 são por demais conhecidos para serem narrados em detalhes aqui. Faremos apenas uma síntese dos principais acontecimentos que levaram à deposição do Governo Goulart.

No começo de 1964, a polarização política entre as forças pró e contra Goulart havia atingido seu ponto máximo, aguçada pelas divergências em relação ao programa de reformas de base e pelas agitações esquerdistas de entidades como o CGT, o PUA, a FPN e a UNE. Estas, juntamente com os partidos políticos de esquerda, legais ou ilegais, como o PCB, levantavam alto a bandeira das reformas sociais, influenciadas pela Revolução Cubana, que se tornara um verdadeiro divisor de águas no embate com as forças conservadoras internas e com os EUA. O Presidente Goulart, restabelecidos seus poderes constitucionais no plebiscito de janeiro de 1963, decidira enveredar definitivamente, sobretudo após julho desse ano, pelo caminho das reformas, apoiando-se cada vez mais nos sindicatos e nos partidos de esquerda. Diante disso, os grupos de direita e a Embaixada norte-americana alarmaram-se, vendo, nas manobras políticas do Presidente, a ante-sala da revolução comunista ou, pelo menos, de uma “república sindicalista”. Ademais, havia a política externa janguista. O General Golbery do Couto e Silva, futuro criador do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Chefe do

⁶⁸⁶ Ridenti, 1993, p. 200.

Gabinete Civil de três governos (Castello Branco, Geisel e Figueiredo), via na política externa de Goulart a intenção de “jogar o Brasil, semi-satelizado, nos tentáculos do imperialismo soviético”.⁶⁸⁷

A partir de então, os fatos se sucederam com grande rapidez, sendo o comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, geralmente considerado o catalisador da crise que levou à queda de Goulart. Durante o comício, realizado em frente ao prédio do Ministério da Guerra – o que foi considerado uma provocação pelos militares –, Goulart anunciou um conjunto de reformas, como a agrária e a universitária. Na multidão, composta em sua maioria de trabalhadores e estudantes e protegida por soldados do Exército, ao lado de cartazes com os dizeres: “Manda brasa, Jango!” e “Legalidade para o PCB”, podia-se ver vários retratos do Presidente e de Fidel Castro com cartazes em que se liam slogans a favor da Revolução Cubana.

Ao anúncio das reformas, que incluíam a encampação de refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras às margens das rodovias e ferrovias federais, seguiu-se, no dia 19, uma gigantesca manifestação da classe média em São Paulo, a “Marcha com Deus pela Família e a Propriedade”. Convocada pelos setores conservadores e anti-Goulart e apoiada pelo governo do estado e por grande parte do empresariado paulista, a marcha reuniu milhares de pessoas entoando cânticos religiosos e cartazes onde se lia: “Brasil sim, Cuba não” e “O Brasil não será uma nova Cuba”. Em 25 de março, a taça finalmente transborda: nessa data eclode, no Rio de Janeiro, a revolta dos marinheiros, organizados na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e liderados por José Anselmo dos Santos. Esse fato e o discurso de Goulart na assembleia de sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março, indispuseram ainda mais o Governo com os comandos militares. Jango fizera sua opção pela radicalização política. Não havia mais retorno.⁶⁸⁸

Enquanto isso, o jornal cubano *Revolución* apoiava abertamente as reformas de base, em especial a reforma agrária, apresentada como “uma porta que se abre” no Brasil. Os cubanos, em seu triunfalismo, confundiam a crise em que se encontrava o governo com seu momento de maior glória. No dia 16, o diário publicou uma matéria em que saudava o comício de Goulart acompanhada de uma fotografia de arquivo, em que o Presidente brasileiro aparecia sendo recebido por uma multidão no aeroporto de Brasília ao final

⁶⁸⁷ *Ibid.*, p. 212.

⁶⁸⁸ Cf. Corrêa, 1977, pp. 20-4; e Moniz Bandeira, op. cit., 1983, pp. 169-170. Este último autor insiste na tese de que Anselmo, quando da revolta dos marinheiros, era um agente provocador (“conforme se descobriu depois do golpe de Estado em 1964”), *id.*, op. cit., 2001, p. 16.

da crise de agosto de 1961 (entre os presentes, estava o militar incumbido de recebê-lo, General Ernesto Geisel). Em 17 de março, a imprensa cubana noticiava a existência no Brasil de 10 mil “comandos nacionalistas” prontos para entrar em ação em defesa das reformas, por orientação do então Deputado Federal Leonel Brizola. Tais fatos, ao caracterizarem a preferência de Goulart pela radicalização e pela insubordinação nas Forças Armadas, como parecia demonstrar cabalmente a revolta da AMFNB, convenceram os chefes militares de que não havia outra saída senão derrubar o governo, a fim de impedir a “cubanização” do País. Paralelamente, em Washington, faziam-se planos para uma intervenção militar no Brasil, batizada de *Operação Brother Sam*. Com a rápida queda de Goulart, esta mostrou-se desnecessária.⁶⁸⁹

Com o início do movimento político-militar em Minas Gerais, em 31 de março, e a queda de Goulart, no dia seguinte, os militares instalados no poder decidiram romper as relações diplomáticas com Governo de Cuba. Segundo Tânia Quintaneiro, o rompimento de relações “era, além de uma medida de segurança, definida de acordo com novos parâmetros, uma forma inequívoca de restabelecer a fidelidade brasileira aos propósitos fundamentais estabelecidos pela política externa norte-americana”, atitude que foi bastante criticada pelo ex-Chanceler Afonso Arinos.⁶⁹⁰

O Governo de Havana recebeu a notícia da deposição de Goulart com grande desalento. Entretanto, o rompimento de relações diplomáticas só se concretizou em 13 de maio. Nesse meio tempo, afirmam Geneton Moraes Neto e Geraldo Cantarino com base em documento confidencial do *Foreign Office* britânico datado de 15 de abril de 1964, o Governo cubano manteve uma atitude cautelosa, não desejando romper relações com o Brasil. Afirma o documento citado que, apesar da tristeza de Havana com o golpe que depôs Goulart, a propósito do rompimento de relações do novo Governo militar brasileiro com Cuba, o regime de Castro “vem exercitando uma certa cautela a esse respeito. Imaginamos que Castro não tem intenção de cortar relações com o Brasil, a não ser como antecipação de uma firme decisão brasileira de cortar relações com Cuba”.⁶⁹¹ O rompimento seria, assim, uma decisão unilateral do novo regime militar brasileiro, não de Cuba.

Também nesse ínterim, fizeram-se sentir as resistências internas no Itamaraty à ruptura com o regime cubano, como observa Paulo G. Vizentini:

⁶⁸⁹ Cf. Silva, *op. cit.*, 1975, pp. 362-4; e *Revolución*, 16 e 17 de março de 1964. Ver também Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 97-102.

⁶⁹⁰ *Op. cit.*, p. 103, nota 1; p. 104, nota 6. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 538.

⁶⁹¹ *Apud* Moraes Neto, *op. cit.*, p. 140; e Cantarino, 1999, p. 86.

Setores do Itamaraty, interessados na manutenção das relações com os países socialistas, esboçaram certa resistência à idéia da ruptura. O Chanceler Vasco Leitão da Cunha reafirmou, na reunião ministerial de 24 de abril de 1964, a resolução do Brasil de não precipitar qualquer decisão quanto às relações com Cuba, assinalando a preocupação do governo brasileiro, apesar das pressões existentes, de manter regularmente o intercâmbio com a área socialista, no quadro das relações normais com outros países. Face à esta posição, o Ministério das Relações Exteriores passou a sofrer ataques dos grupos de direita e/ou pró-norte-americanos, através de críticas explícitas à Política Externa Independente e às tentativas de conservá-la, com sugestões explícitas de expurgos em seus quadros.⁶⁹²

Tais resistências levaram os setores mais conservadores a se manifestarem na imprensa, exigindo uma atitude mais firme do Itamaraty quanto ao regime cubano, em conformidade com os novos tempos. Ainda em abril, o jornalista Théophile de Andrade publicou violento artigo no jornal *Diário de Notícias*, que resumia o pensamento da direita sobre a questão cubana:

Será porque o Itamaraty ainda não se adaptou ao espírito da revolução? Será porque ainda não se fez o processo de dedetização que já preconizei, nesta coluna? Chegou o momento de pôr um fim a esse *intermezzo* sórdido que consistia em colocar o Brasil no bonde comuno-afro-asiático com tanta subserviência que ainda depois da vitória da revolução a delegação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Dias Carneiro, cometia para com Portugal a deselegância de abandonar o recinto ao subir a tribuna da Conferência Mundial do Comércio, o Ministro dos Estrangeiros Franco Nogueira, somente porque os comuno-afro-asiáticos tomaram essa iniciativa. Esse desmantelamento do Itamaraty começou com o Sr. Jânio Quadros, o homem que descobriu a África, no que foi assessorado pelo Sr. Afonso Arinos. Foram os dois que inventaram a Política Externa Independente. E a tal política foi continuada pelo Sr. San Thiago Dantas [sic], que já tem um sentido mais claro das coisas, pois independência não era por amor à África, mas por amor de Fidel Castro, ou melhor, pelo proveito que pretendia tirar na política interna, captando os votos dos comunistas domésticos... Está na hora do Itamaraty repensar à altura as ofensas de Fidel Castro.⁶⁹³

A opinião de Théophile de Andrade seria ecoada pela mais veemente voz do anticomunismo no Brasil, a de Carlos Lacerda. Em

⁶⁹² Vizentini, *op. cit.*, 2004b, p. 40.

⁶⁹³ *Ibid.*, p. 41.

suas memórias, o demolidor de presidentes reconheceu ter forçado o rompimento do Brasil com Cuba e que tal medida enfrentou resistências dentro do Itamaraty, inclusive do novo Chanceler (e ex-Embaixador em Cuba), Vasco Leitão da Cunha:

[...] Eu insistia com o Vasco pelo rompimento com Cuba e o Vasco, instruído pelo Castelo Branco, resistia à idéia. Eu achava que um dos compromissos da Revolução era romper com Cuba [...]. E achava que essa idéia era muito um sentimento militar e que eu a interpretava muito, sobretudo dos militares da Revolução. Era gesto simbólico de rompimento, depois de todo aquele namoro que tinha havido no governo do Jânio e Jango com o Fidel. Além disso, eu tinha de um certo modo, um compromisso moral com todos aqueles milhares de refugiados e de imigrados, porque eu tinha ido a Miami fazer uma conferência para eles, o estádio assim repleto de cubanos! Foi muito difícil, mas acabaram rompendo depois de uma longa discussão.⁶⁹⁴

As pressões de políticos como Lacerda finalmente deram resultado. Às 16h, de 13 de maio de 1964, o Encarregado de Negócios do Brasil em Havana, Enaldo Camaz de Magalhães, entregou ao Ministro Raúl Roa García a seguinte nota, que comunicava a decisão do Governo brasileiro de romper as relações diplomáticas com Cuba:

Havana, treze de maio de mil novecentos sessenta e quatro.

Senhor Ministro,

o Governo dos Estados Unidos do Brasil considera não haver condição para grande prosperidade das relações diplomáticas e consulares com Governo; 2) decidiu Governo brasileiro, por conseguinte, instruir-me no sentido de comunicar Vossa Excelência que cessam, nesta data, as suas relações diplomáticas e consulares com Governo o cubano; 3) solicito Vossa Excelência meios necessários para minha pronta e segura saída deste país, em companhia todo pessoal brasileiro desta Embaixada. Aproveito oportunidade para renovar Vossa Excelência protestos minha mais alta consideração.

Assinado, Einaldo Camaz de Magalhães
Encarregado de Negócios Ad Interim.⁶⁹⁵

⁶⁹⁴ Lacerda, *op. cit.*, p. 320.

⁶⁹⁵ Telegrama n. 85, 16h30, da Embaixada em Havana à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 13 de maio de 1964, a) Enaldo Camaz de Magalhães. AHMRE-B.

A resposta da chancelaria cubana veio no mesmo dia, por volta das 18h:

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento de vossa nota datada de hoje, pela qual me fez saber da decisão do Governo dos Estados Unidos do Brasil de cessar, a partir do dia de hoje, as relações diplomáticas e consulares com o governo cubano. Em nome do governo revolucionário de Cuba, devo informar a Vossa Senhoria que, tanto o Senhor como todo o pessoal brasileiro dessa Embaixada, desfrutarão das garantias consagradas pelo costume, a prática diplomática e o direito internacional até sua saída do território nacional. Confio, também, que o governo do Brasil brindará iguais garantias ao pessoal cubano da Embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, para que possa abandonar dito país com a brevidade possível.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Senhoria o testemunho de minha muito distinta consideração.

Assinado,
Raúl Roa.⁶⁹⁶

Destoando da polidez dos comunicados formais entre a Embaixada e a Chancelaria de Cuba, o Itamaraty divulgou a seguinte nota sobre o rompimento diplomático entre Brasil e Cuba. Mais que uma nota diplomática, era um verdadeiro libelo contra Havana:

Com respeito às relações entre o Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o governo Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução vitoriosa. [...] A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional.⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ Telegrama n. 86, 18h00, da Embaixada em Havana à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 13 de maio de 1964, a) Enaldo Camaz de Magalhães. AHMRE-B.

⁶⁹⁷ *Apud* Brasil, 1965, p. 50. Ver Anexo D.

Pouco depois, em junho de 1964, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, já expurgada dos parlamentares identificados com o regime deposto, em um gesto simbólico anulou, por unanimidade, a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a “Che” Guevara, conferida a este por Jânio Quadros em agosto de 1961.⁶⁹⁸

Ignoravam as autoridades brasileiras depostas o significado e a magnitude do perigo comunista na América Latina, tal como acusavam seus críticos à direita, e inclusive membros do Departamento de Estado? Certamente, não. Os governos de Juscelino e de Jânio, e mesmo o de Jango, tinham clara consciência da ameaça à democracia emanada do avanço do comunismo e tomaram, eles também, medidas repressivas contra a subversão doméstica. Mas é inegável que a contenção do comunismo estava longe de ser uma prioridade para esses governos. O interesse maior brasileiro, no período 1959-1964, esteve direcionado para o objetivo do desenvolvimento, visto como um antídoto contra a infiltração comunista. Nesse sentido, a aparente leniência do governo brasileiro em relação ao regime fidelista, longe de significar afinidade ideológica, visava, na realidade, atender um cálculo político bem delineado: sendo o Brasil um parceiro estratégico dos EUA, cujo apoio era imprescindível à qualquer política de defesa do hemisfério, o temor da “cubanização” do restante do continente era constantemente invocado pelos *policy-makers* brasileiros, mediante a elaborada argumentação jurídica de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, como um instrumento para a obtenção de maiores vantagens econômicas no relacionamento com a Casa Branca. O ambiente de radicalização política interna a partir de 1961, porém, contribuiu para turvar essa realidade, tendo sido atribuído à política externa brasileira e à posição do Itamaraty *vis-à-vis* à questão cubana um viés esquerdista ou esquerdizante. Para os novos ocupantes do poder em Brasília, qualquer vantagem material advinda dessa política mostrava-se secundária ou ilusória diante da necessidade imperiosa de segurança.

A queda de Goulart e a tomada do poder pelos militares fecharam um ciclo da História brasileira. Seriam necessários vinte e dois anos para que os dois países se reencontrassem.

⁶⁹⁸ Cf. Vizontini, *op. cit.*, 2004b, p. 41.



Capítulo V

Anos de ruptura: a política do regime militar frente a Cuba (1964-1974)

5.1. O Governo Castello Branco e a “correção de rumos” da política externa brasileira (1964-1967)

5.1.1. O alinhamento Brasil-EUA

O rompimento de relações entre Brasil e Cuba não foi um fato isolado. Segundo o cientista político Jorge I. Domínguez, após 1964, a marginalização do regime cubano no contexto das Américas tornou-se uma realidade:

As relações diplomáticas de Cuba com a América Latina estavam em frangalhos. Os líderes cubanos tinham agido ousadamente, mas suas duas políticas-chave – apoio a revoluções e uma aliança com a União Soviética tão próxima que mísseis estratégicos logo foram transferidos para Cuba – levaram-nos a perder a boa vontade que tinham ganho na luta contra Batista e nos primeiros meses no poder. O México manteve relações com Cuba, mas elas eram mais “corretas” do que calorosas. O hemisfério ocidental como um todo era pouco hospitaleiro, o governo dos EUA especialmente hostil. A fim de sobreviver, a revolução tinha que se voltar para os países comunistas, para o mundo industrializado não-comunista, e para outras partes do Terceiro Mundo.⁶⁹⁹

⁶⁹⁹ Domínguez, *op. cit.*, p. 29.

As palavras acima refletem perfeitamente o grau de isolamento em que se encontrava o regime cubano no continente em meados da década de 60. Se a exclusão de Cuba da OEA, aprovada na reunião da OEA em Punta del Este, em janeiro de 1962, revelou a divisão existente com relação à questão cubana, esbarrando na oposição dos maiores países do continente, os resultados da IX Reunião de Consulta expressaram a emergência de um quase consenso sobre o assunto. Cinco anos depois da vitória dos guerrilheiros em Cuba, a maré política do hemisfério havia mudado, e a nova posição do Itamaraty em relação a Havana demonstrava-o cabalmente.

Concretizada após a queda de Jango, a ideia do rompimento com Cuba estava sendo gestada muito antes do golpe de 1964. Francisco José Marroni de Abreu cita um documento elaborado no Itamaraty, datado de fevereiro de 1963, que recomenda enfaticamente a ruptura de relações diplomáticas com Cuba, “por afastar-se deliberadamente cada vez mais dos países americanos e consolidar vínculos com o bloco soviético, o que teria proporcionado a Fidel Castro meios de constituir considerável potencial agressivo, crescentemente utilizado contra seus vizinhos latino-americanos”. Segundo o documento, o Brasil tentara assegurar a Cuba todos os mecanismos e oportunidades de defesa no âmbito da OEA, contra as acusações de subversão e ingerência nos assuntos internos dos países da região, mas “a reação cubana ao gesto brasileiro foi um telegrama e repulsa em termos tão insultuosos” que a comissão brasileira na OEA que investigava a procedência de acusações de agressão cubana à Venezuela “preferiu dá-lo por não recebido”. Ainda segundo o relatório, o agravante era que o Governo cubano preferia aos debates regulares diplomáticos “um inaceitável diálogo com grupos minoritários no Brasil, desenvolvendo uma agressiva campanha ideológica, oposta às convicções cristãs e democráticas do povo brasileiro”.⁷⁰⁰ Para Jorge I Domínguez:

O ostracismo de Cuba pela maioria dos governos latino-americanos no começo da década de 60 foi causado em parte por políticas bem-sucedidas dos EUA, mas foi também uma reação compreensível ao apoio de Cuba àqueles que buscavam derrubar esses governos. [...] Os problemas que levaram a essas derrotas além-mar para o governo cubano foram primariamente criados por ele próprio.⁷⁰¹

Rompidas as relações entre o Brasil e Cuba, dois meses após o golpe que derrubou Goulart, a notificação do rompimento foi entregue ao

⁷⁰⁰ “Ministério das Relações Exteriores, Relatório, 9/02/63 (?) data manuscrita ilegível, p. 3”, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 261-2.

⁷⁰¹ Domínguez, *op. cit.*, p. 2.

Encarregado de Negócios cubano no Rio de Janeiro, pois àquela altura o Embaixador de Cuba no Brasil, Raúl Roa (“Raulito”), filho do Chanceler Raúl Roa, fora chamado pouco antes a Havana. Mais afeito às colunas sociais que às lides diplomáticas, ele descuidou-se e não preveniu seu governo acerca do movimento político-militar que se preparava no Brasil, tendo sido penalizado por esse desleixo imperdoável. Suas instruções foram não se despedir de ninguém, pois o regime cubano não queria nenhum contato com o novo governo brasileiro.⁷⁰²

Desde sua chegada ao Brasil, pouco mais de um ano antes, como substituto do Embaixador Joaquín Hernández Armas - uma figura imponente, antigo professor saído das masmorras da ditadura de Fulgencio Batista, “que morava num quarto dentro do apartamento onde funcionava a Chancelaria” -, o jovem Embaixador Raúl Roa estivera envolvido em polêmicas. Em abril de 1963, o jornal *O Estado de S. Paulo* lançou uma violenta campanha contra ele, acusando-o de ter supostamente declarado, durante uma conferência no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que Cuba “era o único país livre do continente”. Roa sustentou que suas palavras foram distorcidas, pois o que ele teria querido dizer era que Cuba era o único livre do analfabetismo. De qualquer modo, a polêmica custou-lhe um convite para explicar-se ao então Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Araújo Castro. Seu desempenho na atividade diplomática foi considerado pífio, tendo ele pouco contribuído para as relações entre os dois países, ao contrário de suas relações pessoais, que rapidamente floresceram. Uma vez no Brasil, Raulito integrou-se rapidamente ao circuito de intelectuais de esquerda, cultivando amizades com personalidades como os escritores Jorge Amado e Dias Gomes, e o arquiteto Oscar Niemeyer. Graças à sua desenvoltura nesses círculos, conseguiu ser nomeado membro honorário da escola de samba Salgueiro.⁷⁰³

Com a vitória do golpe, o rompimento com Cuba tornou-se uma questão de tempo. Já nos primeiros dias de abril de 1964, fora fechado o Instituto Brasil-Cuba. Durante o ano de 1963, acumularam-se as denúncias de ingerência cubana nos assuntos brasileiros. A mais sensacional delas dizia respeito à descoberta, no ano anterior, nos escombros de um avião acidentado da Varig em Lima, Peru, de um malote pertencente a um correio diplomático cubano com documentos comprometedores, que revelavam um minucioso plano de apoio a guerrilhas no Brasil. O então Embaixador do Brasil em Lima, Carlos Alfredo Bernardes, sugeriu a hipótese de que

⁷⁰² Cf. *Veja*, “Cuba, a Ilha Volta ao Mapa”, 22 de maio de 1985; e “Um Ano Entre o Sonho e o Pesadelo”, 2 de julho de 1986, p. 28, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 262.

⁷⁰³ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 262.

os documentos poderiam ser forjados, o que lhe custaria mais tarde dura perseguição por parte dos governantes militares brasileiros.⁷⁰⁴

O Brasil foi o 14º país das Américas a romper relações com Cuba. Com o rompimento, os três asilados restantes na Embaixada do Brasil, em Havana, foram transferidos para a missão do Chile, a qual passou a representar os interesses brasileiros na ilha. Posteriormente, o Governo chileno também rompeu relações diplomáticas com Cuba, e os interesses brasileiros na ilha passaram a ser representados pela Embaixada da Suíça, que cumpriu essa função até 1986. A ruptura foi apresentada como uma medida de segurança definida de acordo com os parâmetros do novo Governo brasileiro, “uma forma inequívoca de restabelecer a fidelidade brasileira aos propósitos fundamentais estabelecidos pela política externa norte-americana”.⁷⁰⁵

A nova posição brasileira em relação a Cuba era o resultado inevitável do regime político instaurado no País após a queda de João Goulart. Eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 11 de abril de 1964 e empossado no dia 15, o primeiro Presidente do ciclo militar brasileiro, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), tratou de levar adiante a reformulação da política externa brasileira.⁷⁰⁶ O nacionalismo populista, baseado na mobilização de massas e nas reformas sociais, foi substituído pela modernização autoritária, que enfatizava o desenvolvimento e a segurança, dando lugar a uma “correção de rumos” mediante uma “política de portas abertas” ao capital estrangeiro.⁷⁰⁷ A Política Externa Independente, com sua ênfase na equidistância em relação à Guerra Fria, foi abandonada em favor de uma posição de alinhamento militante com o bloco ocidental liderado pelos EUA.⁷⁰⁸ Nesse sentido, a PEI, como corolário necessário do desenvolvimento capitalista autônomo, foi substituída pela doutrina da interdependência e do desenvolvimento internacionalista, calcada naquilo que Otávio Ianni chamou de “reversão de expectativas”.⁷⁰⁹ Sintomático dessa virada brusca na diplomacia brasileira foi o fato de que a missão da USAID, no Brasil, durante o período de Castello Branco, ter-se tornado a maior do mundo, depois da do Vietnã e da Índia.⁷¹⁰

Em seu discurso de posse na Presidência da República, Castello Branco esboçou as linhas-mestras da nova política externa brasileira:

⁷⁰⁴ *Ibid.*, p. 263.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 264.

⁷⁰⁶ Cf. Fausto, *op. cit.*, 1999, p. 468.

⁷⁰⁷ Cf. Viana Filho, *op. cit.*, p. 149.

⁷⁰⁸ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 367-380. Em resposta às críticas de Afonso Arinos à política externa do Governo Castello Branco, Roberto Campos (*op. cit.*, p. 758) classificou-as como “mera masturbação oratória”. Segundo ele, a Política Externa Independente “era mera gesticulação machista, acompanhada de mendicância econômica e irrelevância prática no contexto da *realpolitik* e da guerra fria mundial”.

⁷⁰⁹ *Op. cit.*, p. 175 e 202-3.

⁷¹⁰ Stepan, *op. cit.*, 1975, p. 168.

A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os trabalhos e os pactos celebrados. Todas as nações democráticas livres serão nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas.⁷¹¹

Essa nova orientação exterior do Brasil seria reforçada em 31 de julho. Nessa data, Castello Branco esteve presente no Itamaraty para a cerimônia de entrega dos diplomas aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata. Seu discurso na ocasião foi um divisor de águas da História da política exterior brasileira. Redigido a quatro mãos pelo diplomata Carlos Calero Rodrigues e pelo próprio Chanceler Leitão da Cunha, o discurso foi considerado por Juracy Magalhães, que o sucedeu logo depois na chefia do Itamaraty, como um “verdadeiro catecismo para a ação de nossa política exterior”.⁷¹² Nele, o Presidente da República, afirmando que “a expressão ‘política de independência’ tem sido deturpada e perdeu a utilidade descritiva”, observou:

No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.⁷¹³

Nessa linha de pensamento, de acordo com a visão do novo regime militar brasileiro, a política de defesa, seja no mundo ocidental, seja no mundo soviético, tinha de ser “necessariamente associativa”. Isso significava que a política externa tinha feito uma opção básica pela “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”, o que não impedia que o País mantivesse uma certa margem de aproximação comercial e técnico-financeira com países socialistas, “desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica”. Em outras palavras, o Brasil optava pelo alinhamento com o mundo ocidental, mas não abdicava de seus objetivos nacionais, distinguindo entre o objetivo geral de defesa do Ocidente contra o comunismo e os interesses particulares dos EUA:

⁷¹¹ *Apud Fico, op. cit., p. 342-3.*

⁷¹² Magalhães, 1982, p. 201.

⁷¹³ *Apud Cravo, 2003, p. 101.*

Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências – nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que, na política externa destas, é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência.⁷¹⁴

Em que pese a opção por um dos lados do conflito ideológico global, Castello Branco enfatizou o caráter necessariamente independente da política externa brasileira. Alinhamento e interdependência, nesse sentido, não significavam subordinação.⁷¹⁵ Daí a idéia, defendida por ele, dos “círculos concêntricos”:

Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação. Sem subordinação a nenhum interesse estranho ao do Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários.⁷¹⁶

Condenando o neutralismo por sua “passividade”, “indeterminação”, “emotividade imatura”, “extorsão” e “fuga da realidade internacional”, Castello Branco ressaltava que “o nacionalismo se agravou [sic] internamente, criando contradições em nossa política externa”, resultando daí que se tenha deturpado, “a ponto de se tornar opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas, cujas possibilidades de comércio conosco e capacidade de inversão na América Latina foram sobrestimadas”. Em lugar do neutralismo esposado pelos governos anteriores, o novo mandatário brasileiro optava pela manutenção da adesão ao Pan-americanismo e pelo fortalecimento da OEA, “procurando fazer com que se restaure a unidade democrática do continente”.⁷¹⁷ Em outras palavras, o Governo Castello Branco, em matéria de política externa, retomava, nos quadros da OEA, assim como na ONU, a política tradicional de estreita colaboração com os EUA.

O apoio da Casa Branca à deposição de Goulart, que se refletiu no quase imediato reconhecimento, por Washington, do novo governo militar brasileiro, bem como na nova política norte-americana de apoio a regimes ditatoriais anticomunistas na América Latina, lançada em março de 1964

⁷¹⁴ *Ibid.*, p. 102.

⁷¹⁵ A mesma opinião tem Gordon, *op. cit.*, 2002, p. 282.

⁷¹⁶ *Apud* Cravo, *op. cit.*, p. 102.

⁷¹⁷ *Ibid.*, p. 193 e 195.

(*Doutrina Mann*),⁷¹⁸ resultou no alinhamento das políticas externas brasileira e norte-americana, durante o Governo Castelo Branco. Todavia, apesar do abandono da PEI e da reorientação da política externa brasileira nessa direção, é um erro enxergar nessa nova orientação diplomática brasileira uma pura e simples subserviência aos EUA. Por exemplo, a respeito do voto brasileiro na OEA em favor do rompimento coletivo de relações diplomáticas com Cuba, do qual falaremos mais adiante, Lincoln Gordon observou que tal atitude:

não foi apenas em resposta aos desejos dos Estados Unidos. Vasco [Leitão da Cunha] tinha sido embaixador do Brasil em Havana nos anos iniciais da revolução cubana. Tinha dado boas-vindas à deposição do ditador Batista e à perspectiva de um regime democrático aberto e respeitoso dos direitos humanos. Quando o jardim da sua embaixada ficou cheio de dissidentes cubanos temerosos, incluindo uma irmã de Fidel Castro, solicitando asilo e ajuda para sair de Cuba, ele se tornou progressivamente desiludido. Em 1965, o governo brasileiro não precisava de nenhum estímulo dos Estados Unidos para votar também pela exclusão.⁷¹⁹

Na realidade, a chamada “correção de rumos” empreendida pelo primeiro Presidente militar após 1964 decorreu não da pressão norte-americana, mas da decisão dos novos governantes militares, interessados em ajustar a política externa aos condicionantes e objetivos da segurança nacional contra o comunismo. Como afirma Alfred Stepan, o alinhamento Brasil-EUA resultou, na verdade, de uma “atração por medo” entre os dois países: temendo a subversão interna, os militares brasileiros optaram conscientemente por alinhar a diplomacia brasileira ao bloco ocidental, ao passo que os EUA viram na nova atitude do Brasil um reforço valioso na luta mundial contra o comunismo. A ruptura com Cuba, nesse sentido, não foi uma decisão imposta de fora, o produto de fatores externos, mas resultou do próprio desenrolar do processo político brasileiro, marcado pela crise do nacional-populismo. A tão mencionada “subserviência” dos militares brasileiros aos EUA não impediu que o regime militar mantivesse relações diplomáticas normais com a URSS e se recusasse a enviar tropas para o Vietnã, tal como chegou a insinuar o Departamento de Estado norte-americano.⁷²⁰

⁷¹⁸ A doutrina derivou seu nome de seu autor, Thomas G. Mann, Subsecretário de Estado para Assuntos Americanos do Governo Johnson, cf. Page, *op. cit.*, p. 224.

⁷¹⁹ Gordon, 2006, p. 52.

⁷²⁰ Cf. Stepan, *op. cit.*, 1975, p. 97 e 168; e Gordon, *op. cit.*, 2002, p. 282.

Em entrevista à imprensa, em 16 de maio de 1964, logo após o rompimento com Cuba, Castello Branco enfatizou que a “correção de rumos” por ele efetuada buscava a continuidade da política externa brasileira, caracterizada pela manutenção da independência. A diferença estava na ênfase na “defesa contra a subversão comunista”, o que implicava na rejeição do nacional-populismo como suspeito de ser parte “da estratégia do comunismo internacional”. Nesse contexto, na percepção dos novos governantes militares brasileiros, o rompimento com o regime cubano estava plenamente sintonizado com os objetivos nacionais. Mais tarde, em mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1965, Castello Branco enumerou as atuações mais marcantes da Chancelaria brasileira desde 1964, a saber: o rompimento com Cuba e o reforço do sistema de segurança continental e do sistema interamericano na IX Reunião da OEA.⁷²¹

No relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo ao ano de 1964, a nova orientação brasileira era assim apresentada:

Um dos primeiros passos do governo da revolução foi verificar o curso sinuoso que, sob rótulos variados, desgarrava de nossa tradição diplomática e fugia dos princípios básicos de nossa formação histórica. Essa retificação consistiu em retomar a opção fundamental em favor do sistema democrático ocidental. [...] A política externa da revolução devota especial atenção à integração latino-americana e cuida de aprimorar, em todas as esferas, as relações com os demais países do continente, a que nos vinculam a geografia, herança histórico-cultural, bem como a identidade de aspirações e o sentimento de que temos um destino coletivo a partilhar.

No mesmo texto, havia uma referência explícita à opção ideológica do regime pelo bloco ocidental e à questão de Cuba:

dentro do sistema interamericano, o governo brasileiro deseja manter relações especiais com os EUA em benefício do desenvolvimento do país, da estabilidade democrática do continente e da paz mundial. Ainda no plano continental há que assinalar o rompimento diplomático com o governo comunista de Cuba e a realização, em Washington, da 9ª reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, onde o Brasil defendeu a necessidade do reforço do mecanismo de segurança continental, por ocasião das sanções ao atual regime cubano.⁷²²

⁷²¹ Cf. Quintaneiro, *op. cit.*, p. 103 e 108.

⁷²² *Apud* Brasil, 1964, p. 1 e 2.

Essa “reversão de expectativas” da política externa brasileira expressou a reviravolta política ocorrida no Brasil em 1964. Esta, por sua vez, não foi um fato isolado: no começo da década de 60, o contexto na América Latina, sob o influxo da comunização de Cuba e do acirramento da Guerra Fria, encaminhou-se para a substituição de governos constitucionais por regimes de exceção comandados por militares. Além do Brasil, houve golpes militares, nesse período, na Argentina (1962), Peru (1962), Equador (1963), Guatemala (1963), República Dominicana (1963) e Bolívia (1964), renunciando-se, assim, a onda ditatorial que tomou conta dos países da região, e particularmente da América do Sul, na década seguinte. Em todo esse processo, o fantasma da Revolução Cubana e do comunismo aparecia como a principal preocupação dos militares e como uma das causas determinantes do golpe civil-militar.⁷²³

Talvez para reforçar a disposição dos militares no poder de romper os laços com o passado, foi escolhido como Ministro das Relações Exteriores o ex-Embaixador do Brasil em Cuba e então Embaixador na URSS, Vasco Leitão da Cunha. Oito anos depois de desembarcar em Havana, naquele dia de novembro de 1956, caberia a ele a missão de romper definitivamente os laços entre os dois países e verbalizar a nova política brasileira para o regime de Fidel Castro.

Essa nova postura do Brasil em relação a Cuba foi demonstrada na IX Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington, em junho de 1964, cuja resolução condenou a “agressão cubana” a Venezuela, via apoio a guerrilhas.⁷²⁴ De acordo com o Artigo 8º do TIAR, os países presentes à reunião decidiram pelo rompimento coletivo de relações diplomáticas com Cuba, por 14 votos a favor, quatro contra (México, Bolívia, Uruguai e Chile) e uma abstenção (Argentina).⁷²⁵ Foram também aprovadas sanções ao regime cubano, por 15 votos a favor e três contra (México, Chile e Uruguai) e uma abstenção (Bolívia).⁷²⁶

Em sua mensagem à IX Reunião da OEA, em 22 de julho, a Embaixada do Brasil em Washington manifestou a esperança de que o povo

⁷²³ A ideia de que a influência cubana esteve presente na queda de Goulart está longe de ser um exagero. Autores críticos ao regime de Havana, como Elizabeth Burgos, ressaltam esse ponto: “É inegável o que significou como retrocesso para a democracia na América Latina a influência do militarismo cubano no continente. Um exemplo de profundas consequências foi o golpe de estado no Brasil em 1964, de cuja origem tampouco esteve ausente a influência cubana. A decisão das Forças Armadas brasileiras em dar o golpe, em um país onde não existia essa tradição, teve como origem a penetração comunista no seio do próprio exército e a crescente influência cubana no seio do governo de Goulart”, Burgos, Elizabeth, “Perturbaciones cubanas en América Latina”, no sítio webarticulista.net. <<http://luisdelion.free.fr>>.

⁷²⁴ Em 1963, um carregamento de armas soviéticas e checoslovacas foi descoberto em uma praia do Estado de Falcón, Venezuela. Uma comissão da OEA formou-se para investigar o caso, concluindo que as armas procediam de Cuba. Em seguida, o Governo venezuelano de Rómulo Betancourt solicitou a convocação da IX Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, cf. Boersner, *op. cit.*, p. 214.

⁷²⁵ *Ibid.*, p. 214.

⁷²⁶ Cf. Barreto, 2006, p. 58.

de Cuba pudesse, “fortalecido pela confiança na solidariedade nos demais povos e dos governos americanos, por seus próprios meios, em futuro muito próximo, libertar-se da tirania do regime comunista”. Embora o Brasil não propusesse medidas concretas contra a ilha, apresentou-se uma proposta conjunta Brasil-EUA de projeto de resolução à Conferência, advertindo o Governo cubano para que não prosseguisse “em suas atividades subversivas no hemisfério, sob pena de expor-se aos riscos de sanções coletivas”.⁷²⁷

Na declaração final da reunião, os países membros condenaram o regime cubano:

O governo de Cuba, se persistir na realização de atos que revistam características de agressão e intervenção contra um ou mais dos Estados membros da organização, os demais preservarão seus direitos essenciais de Estados soberanos, mediante o uso da legítima defesa, em forma individual ou coletiva, podendo chegar até o emprego da força armada.⁷²⁸

Em aberto contraste com a posição adotada pelo Brasil até então, sintetizada pelo ex-chanceler San Tiago Dantas no binômio “autodeterminação e não-intervenção”, a delegação brasileira presente à IX Reunião de Consulta votou a favor da aplicação de sanções a Cuba na OEA.⁷²⁹

No discurso que pronunciou por ocasião do encerramento da IX Reunião da OEA, o chefe da delegação brasileira, Chanceler Vasco Leitão da Cunha, deixou clara a posição do novo regime brasileiro sobre Cuba. O Brasil condenava o regime marxista-leninista de Havana, pois conhecia “a política intervencionista do governo cubano” em sua “própria carne”. Cuba praticara “sua política de intervenção e subversão, de cumplicidade com uma situação já irreversivelmente passada”. O Brasil não tinha “qualquer propósito de constranger países irmãos a tomar medidas” que já havia tomado, embora o relatório da Comissão de Investigação convocada pela OEA tivesse comprovado que os atos do governo de Cuba configuravam “uma política de agressão” contra “a integridade territorial, a soberania política e a estabilidade das instituições democráticas da Venezuela”. No discurso, o representante brasileiro expressou, também, solidariedade ao povo e ao Governo da Venezuela, “país irmão, vítima desses intoleráveis atentados”. Sublinhou, ainda, que a reunião, por maioria superior a dois terços exigidos pelo Tratado do Rio de Janeiro, caracterizara “tais atos do

⁷²⁷ *Apud* Vizentini, *op. cit.*, 2004b, p. 41-2.

⁷²⁸ *Apud* Furiati, *op. cit.*, 2002, p. 149.

⁷²⁹ Cf. Moraes Neto, *op. cit.*, p. 140.

governo de Cuba como agressão”, malgrado não fossem “ataque armado”, e defendeu a decisão de adotar sanções contra Cuba com base “nos fatos apurados pela Comissão de Investigação”, pois os Ministros presentes teriam agido rigorosamente de acordo com o Artigo 9º do TIAR. Este, por sua vez, fora “legitimamente invocado” e estava sendo “legitimamente aplicado”.⁷³⁰

5.1.2. A crise dominicana e a II Conferência Interamericana Extraordinária

A nova orientação da política externa brasileira, formulada por Castello Branco e implementada por Juracy Magalhães, expressou-se por ocasião da crise política irrompida na República Dominicana, em virtude da eclosão da guerra civil entre forças pró e anti-Castro, naquele país do Caribe. A crise dominicana tinha suas origens na situação de anarquia política deflagrada após o assassinato, em 1961, do ditador Rafael L. Trujillo, no poder desde 1930. Em 1963, foi eleito um governo esquerdista, liderado por Juan Bosch, sendo derrubado alguns meses depois em um golpe de Estado encabeçado por Donald Reid Cabral. Em abril de 1965, forças do Exército lideradas pelo Coronel Francisco Caamaño Deñó, favoráveis a Cuba, derrubaram o Governo pró-EUA de Reid Cabral. O Presidente norte-americano Lyndon Johnson anunciou, então, o envio de um contingente de fuzileiros navais à República Dominicana, a fim de “proceder a retirada dos cidadãos norte-americanos daquele país”, gerando protestos por parte do Presidente da Venezuela, Raúl Leoni (1964-1969), que acusou os EUA de violarem os tratados pan-americanos. Em seguida, Washington comunicou oficialmente ao Conselho de Segurança da ONU a intervenção na República Dominicana e Johnson declarou que a missão das tropas norte-americanas era impedir o surgimento de um novo Estado comunista na América. Os EUA não estavam dispostos a permitir que uma “nova Cuba” surgisse no continente.⁷³¹

No dia 3 de maio de 1965, os Chanceleres dos países membros da OEA resolveram formar uma comissão de cinco membros a fim de “restabelecer a paz” no país caribenho. No mesmo dia, Castello Branco autorizou o representante brasileiro na OEA a acatar a proposta norte-americana de envio de tropas para uma força de intervenção naquele país. No dia 6, Leitão da Cunha participou da reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países membros da OEA, na qual se decidiu pela intervenção

⁷³⁰ *Apud* Barreto, *op. cit.*, 2006, pp. 58-9.

⁷³¹ Cf. Magalhães, *op.cit.*, p. 183-5; e Abreu, Beloch et alli, 2001, pp. 1754-5.

na República Dominicana, contra os votos do México, Chile, Venezuela, Peru e Uruguai. Vários outros países manifestaram-se contra a intervenção, exigindo a retirada das tropas norte-americanas, entre eles a França.⁷³²

No Brasil, o Conselho de Segurança Nacional aprovou, por unanimidade, o envio de tropas brasileiras à República Dominicana. Em 22 de maio, partiu para São Domingos o primeiro contingente de 1.300 soldados da Força de Intervenção Brasileira (FAIRBRAS), sob o comando do general Hugo Panasco Alvim, para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP), ao lado das tropas dos EUA, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Apesar de o Secretário-Geral da ONU, U Thant, ter condenado, em 27 de maio, a criação da FIP, Castello Branco declarou, no dia seguinte, que o envio de tropas brasileiras ao Caribe traduzia “a consciência de que ao Brasil cabem também grandes responsabilidades na preservação do continente contra o comunismo que, disfarçado sob mil faces, tenta subverter as liberdades democráticas”.⁷³³

No início de junho, 280 soldados brasileiros da FAIRBRAS entraram em ação pela primeira vez na República Dominicana, ocupando o palácio presidencial em São Domingos. De imediato, Leitão da Cunha solicitou a U Thant que suspendesse suas gestões para solucionar a crise dominicana, enquanto o governo brasileiro, por sua vez, tentava resolver o problema. A Comissão Política da OEA, chefiada pelo Ministro brasileiro Ilmar Pena Marinho, manteve no dia 4 conversações com os líderes dos dois grupos em luta na República Dominicana, coronel Caamaño e general Antonio Imbert Barrera. Três dias depois, em 7 de junho, as tropas latino-americanas da FIP, formada por contingentes do Brasil, Honduras, Nicarágua e Paraguai, substituíram os *marines* norte-americanos na República Dominicana. Diante do papel desempenhado pelo Brasil no desfecho da crise, o regime de Cuba obviamente não ficou calado: em 17 de junho, Fidel Castro pronunciou um discurso em Havana no qual criticou duramente o governo brasileiro pelo envio de tropas à República Dominicana.⁷³⁴

A nova postura da Diplomacia brasileira de alinhamento com os EUA, com ênfase na segurança, foi reiterada na II Conferência Interamericana Extraordinária iniciada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1965, a qual não contou com a participação da Venezuela, que se mantinha fiel à Doutrina Betancourt, de não reconhecimento de governos instalados pela força.⁷³⁵ Na reunião, Castello

⁷³² Cf. Abreu, Beloch et alli, *op.cit.*, p. 1764.

⁷³³ *Ibid.*

⁷³⁴ *Ibid.*, p. 1765.

⁷³⁵ Sobre a Doutrina Betancourt, ver Romero, 2002, pp. 38-9.

Branco referiu-se aos acontecimentos na República Dominicana, que seriam reveladores, segundo ele, “de formas muito mais sutis de agressão” e do despreparo do sistema interamericano para uma ação mais imediata. Em seu discurso, preparado com a colaboração do Itamaraty e do então Ministro do Planejamento Roberto Campos, Castello Branco defendeu a criação da Força Interamericana de Paz em caráter permanente: “Precisamos, portanto, reconhecer realisticamente a inabilidade de querermos proteção coletiva e ação coletiva sem criar mecanismos eficazes de decisão coletiva e ação conjunta”.⁷³⁶

Não obstante, tal declaração do Presidente brasileiro não significou adesão incondicional às posições de Washington. O biógrafo de Castello, Luís Viana Filho, revelaria, mais tarde, que os EUA, por meio de seus delegados à Conferência – o Embaixador Lincoln Gordon, o Secretário de Estado Dean Rusk e Averell Harriman –, iriam propor na reunião a criação da Força Interamericana de Paz permanente. Castello Branco acreditava, porém, que somente através de um consenso geral deveria ser levado a cabo tal empreendimento. As consultas às chancelarias revelaram não haver unanimidade na decisão e o chanceler Vasco Leitão da Cunha “obteve de Dean Rusk a segurança de que não pleitearia, na II CIE, a criação da FIP”. Em 30 de novembro, Vasco Leitão da Cunha fez o discurso de encerramento da II CIE, no qual pediu aos Estados-membros da OEA que continuassem considerando a possibilidade de estabelecer “um mecanismo defensivo para conter a subversão no continente”.⁷³⁷

A análise de Viana Filho é corroborada por Roberto Campos, que assim avalia a atitude do governo brasileiro em relação à FIP:

Apresentada sob ótica malévol e deformada, a idéia da Força Interamericana de Defesa pareceu à opinião pública brasileira um ato de subserviência a interesses reacionários, antes que a assunção de uma responsabilidade coletiva moderadora. A América Latina sempre sofreu de uma ambivalência. Reclama dos Estados Unidos decisões coletivas, sem nunca querer assumir responsabilidade coletiva no terreno da segurança. Na visão de Castello, a criação da Força Interamericana de Defesa (também chamada de Força Interamericana de Paz) equivaleria a uma renúncia pelos Estados Unidos a qualquer ação unilateral.⁷³⁸

⁷³⁶ *Apud* Abreu, Beloch et alli, *op. cit.*, p. 1765.

⁷³⁷ *Ibid.*, pp. 1765-6.

⁷³⁸ Campos, *op. cit.*, pp. 1994, 757.

Responsabilidade coletiva ou não, o fato é que a idéia da FIP, assim como a crise dominicana e a II Conferência Interamericana Extraordinária, demonstrou que Brasil e Cuba não apenas haviam rompido relações diplomáticas, mas estariam, a partir de então, em lados diametralmente opostos na disputa ideológica global. Disputa esta que ultrapassaria as fronteiras das relações diplomáticas, entrando no terreno sombrio da guerra contrarrevolucionária.

5.1.3. A influência da Doutrina de Segurança Nacional

A tomada do poder pelos militares no Brasil coincidiu com o isolamento de Cuba do sistema interamericano e com o surgimento de uma ideologia militar de segurança formulada em instituições de pesquisa e escolas de Estado-Maior, batizada de Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Um resumo dessa doutrina e de seus condicionantes se faz necessário para esclarecer o contexto ideológico em que ocorreu o rompimento de relações do Brasil com Cuba, assim como os fatores políticos internos e externos que o determinaram.

A origem da DSN remonta ao início da Guerra Fria, na segunda metade da década de 40, com a divisão do mundo em dois blocos político-ideológicos antagônicos, mas sua implementação efetiva ocorreu a partir do começo dos anos 60, sob o impacto da vitória da Revolução Cubana, em 1959. Desde então, como aponta Alfred Stepan, a lógica da política de ajuda militar dos EUA aos países da América Latina mudou da segurança hemisférica para a segurança interna.⁷³⁹ Como observa Márcio Moreira Alves:

Até 1959, quando Fidel entrou em Havana, a estratégia norte-americana era voltada quase exclusivamente para as hipóteses de guerra com a União Soviética, especialmente para a guerra atômica. Na eventualidade desse confronto se concretizar, as forças armadas latino-americanas, encaradas como tropas auxiliares dos Estados Unidos, pouco teriam a fazer.⁷⁴⁰

Nessa perspectiva, o Governo dos EUA, com base na doutrina de *flexible response*, intensificou a ajuda militar aos exércitos da América Latina, criando em 1961 a Escola das Américas, sediada no Panamá, responsável pela formação de centenas de oficiais latino-americanos nos

⁷³⁹ Cf. Stepan, *op. cit.*, 1975, p. 95.

⁷⁴⁰ Alves, 1998, p. 103.

anos seguintes.⁷⁴¹ Os militares dos países da região enxergaram, então, no alinhamento com os EUA e na “democracia vigiada” uma forma de combater o comunismo, a fim de garantir a segurança do “mundo livre” e a ordem interna.⁷⁴² Com esse propósito, passou-se a dar ênfase, nos cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais militares, ao estudo das táticas e estratégicas da guerra revolucionária e de contrainsurgência.⁷⁴³

No Brasil, a DSN teve como seu principal ideólogo o General Golbery do Couto e Silva, que sistematizaria suas idéias no livro *Geopolítica do Brasil*, lançado em 1955 (antes, portanto, da vitória de Fidel Castro em Cuba). Segundo Golbery, a DSN caracterizava-se pela elaboração de uma política de segurança nacional baseada no fortalecimento do Estado e de seu papel dirigista na economia, visando à realização dos “grandes objetivos nacionais”. A democracia liberal, com suas contradições, mostrava-se incapaz de garantir a paz e a ordem interna necessárias para a consecução desses objetivos; caberia aos militares, o setor mais disciplinado e organizado da sociedade, zelar pela aplicação de uma política de segurança na qual o governo “coordena, dentro de um conceito estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares”.⁷⁴⁴ Nessa perspectiva, o Brasil não poderia ficar inerte diante da divisão bipolar do mundo no pós-Segunda Guerra entre os blocos capitalista e comunista, devendo assumir integralmente sua posição alinhada ao mundo ocidental. Essa concepção será explicada por Castello Branco nos seguintes termos:

Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços sobre a violência das agressões externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jôgo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe [...]. E ninguém duvida de que, se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher a atacar uma nova vítima.⁷⁴⁵

⁷⁴¹ Antes do triunfo de Fidel Castro em Cuba, a política de defesa dos EUA na Guerra Fria se caracterizava pela “estratégia global” de “retaliação maciça”. Como observa Tânia Quintaneiro (*op. cit.*, p. 18-9): “Esta doutrina sustentava o recurso à força nuclear como principal alternativa em caso de um conflito com a União Soviética. Em oposição a ela, a orientação dos democratas privilegiava a ação internacional coletiva e uma relação mais intensa com outros países com o intuito declarado de ajudá-los a enfrentar ataques militares mais diversificados”. Ver também Schlesinger, *op. cit.*, p. 315.

⁷⁴² Cf. Rouquié, *op. cit.*, p. 334; e Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 305.

⁷⁴³ Uma rápida análise do currículo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ESCEME), ao longo dos anos 50 e 60, é revelador a respeito dessa mudança de ênfase da doutrina militar brasileira. Em 1956, o currículo da ESCEME não incluiu nenhuma conferência sobre contrainsurgência ou estratégias de segurança interna; em 1961, o assunto rendia um total de 51 horas no currículo da escola; em 1968, 222 horas no total eram dedicadas à Doutrina de Segurança Nacional e 129 à análise de formas não convencionais de guerra. Apenas 21 horas eram dedicadas ao estudo da guerra convencional, cf. Stepan, *op. cit.*, 1975, p. 133; e Alves, 1989, p. 37.

⁷⁴⁴ Silva, 2003, p. 20, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 130.

⁷⁴⁵ *Apud* Ianni, *op. cit.*, p. 203. Nota-se claramente, nessa frase, a influência do conceito de “fronteiras ideológicas”, inerente à guerra revolucionária. Ver, a respeito, Alves, *op. cit.*, 1989, p. 37.

Tal pensamento, entretanto, esteve longe de constituir um simples eco das preocupações geopolíticas e ideológicas do Departamento de Estado ou do Pentágono, bem como uma mera expressão dos interesses da classe dominante local, como é por vezes descrito.⁷⁴⁶ Como demonstra Alain Rouquié, a DSN buscou atender primordialmente às aspirações nacionais de desenvolvimento econômico e de controle social; daí o seu forte caráter anticomunista.⁷⁴⁷ A luta contra o comunismo vinha acompanhada da intervenção na vida política e econômica da Nação, identificada com o próprio Estado. Anticomunismo e nacionalismo, nessa perspectiva, não eram necessariamente antagônicos. Pelo contrário: complementavam-se.

Isso fica claro quando se percebe que, desde o início, a DSN, por sua ênfase no intervencionismo estatal e no dirigismo econômico, e a despeito de seu forte caráter anticomunista, teve a oposição direta do governo dos EUA, que privilegiava o enfoque liberal na condução da economia, o que beneficiaria suas empresas multinacionais. Como afirma de forma clara um especialista da CIA, citado por Elio Gaspari: “Advogando uma política neocolonial e neomercantilista, os funcionários americanos queriam criar e manter um fluxo de matérias-primas brutas brasileiras. Eles não queriam que o Brasil desenvolvesse uma capacidade industrial competitiva, especialmente em relação a materiais estratégicos”.⁷⁴⁸ Exatamente o oposto do preconizado pela DSN.

Convém lembrar que a luta contra o comunismo não era exatamente uma novidade para os militares brasileiros. Muito antes que as expressões “Guerra Fria” e “Cortina de Ferro” entrassem para o vocabulário político, vivera-se no Brasil uma onda de perseguição anticomunista, após o esmagamento da insurreição de novembro de 1935, e a ditadura varguista do Estado Novo, que tomara emprestado vários elementos do nazifascismo, havia colocado praticamente todo o Comitê Central do PCB detrás das grades. Tal fato dava ao anticomunismo dos militares brasileiros precedência histórica sobre os norte-americanos, como afirma Alain Rouquié:

A concepção planetária do ‘antagonismo dominante’ e do caráter intransponível da confrontação Leste-Oeste, e que forma o eixo e a chave-mestra dessa doutrina surge muito antes que o Pentágono convidasse, nos

⁷⁴⁶ Alain Rouquié (*op. cit.*, pp. 336-7) afirma que a verdadeira ideologia dos militares brasileiros, longe de ter sido simples reflexo dos interesses das elites econômicas, era a causa do Estado. Mesma opinião tem Fernando Henrique Cardoso (1975, p. 48), que afirma ser a verdadeira ideologia dos militares o “nacional-estatismo que substituiu o nacional-populismo antiimperialista”. Ao contrário do padrão marxista clássico, o Estado militar, portanto, não constituía um comitê para administrar os negócios da classe dominante, mas constituiu, em vez disso, uma forma bastante complexa de autonomia do aparelho estatal. Ver também Martins Filho, *op. cit.*, p. 104.

⁷⁴⁷ *Op. cit.*, pp. 336-7.

⁷⁴⁸ Haines, 1989, p. 87, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 131.

anos sessenta, os exércitos continentais a se prepararem, tendo em vista a luta anti-subversiva e a guerra contra-revolucionária. [...]. Quando a guerra fria ganha realmente o continente americano, o grupo da ESG está pronto para traduzir a conjuntura em termos político-corporativos e a tornar-se hegemônico no seio das forças armadas.⁷⁴⁹

Márcio Moreira Alves reforça esse ponto de vista, ao observar que o pensamento militar brasileiro voltara-se para a contrainsurreição bem antes dos generais norte-americanos começarem a se interessar pelo assunto:

Na verdade, a doutrina de segurança nacional brasileira, baseada na idéia de que combater internamente o comunismo seria a missão principal das nossas Forças Armadas, é uma criação essencialmente nacional. Sua origem está na tentativa de levante militar liderada por Luís Carlos Prestes, em 1935, a chamada Intentona Comunista. A partir desse episódio, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tornaram-se visceralmente anticomunistas, mantendo essa atitude inclusive durante a Segunda Guerra Mundial, quando norte-americanos e russos colaboraram estreitamente na luta contra o nazismo.⁷⁵⁰

Vale ressaltar que, contrariamente às democracias que venceram a guerra na Europa, no Brasil não houve uma depuração dos setores de ultradireita vinculados ao regime ditatorial, e que tinham no ferrenho anticomunismo seu denominador comum. Como afirma Elio Gaspari:

o Estado Novo lutava contra a Cortina de Ferro antes que ela tivesse começado. Se o combate ao nazismo aproximara conservadores europeus e americanos dos comunistas, no Brasil essa aproximação não se deu, porque a direita filofascista e mesmo filonazista jamais foi combatida, muito menos derrotada.⁷⁵¹

Em comum com os norte-americanos, além do anticomunismo, a DSN tinha a ênfase na guerra antirrevolucionário. Mesmo aqui, entretanto, a maior influência sobre os militares brasileiros da ESG não era norte-americana, mas francesa. Em especial a experiência do Exército francês no combate aos guerrilheiros comunistas na Indochina e, mais tarde, na Argélia, além da produção bibliográfica de autores franceses como Gabriel

⁷⁴⁹ Rouquié, *op. cit.*, pp. 333-4.

⁷⁵⁰ Alves, *op. cit.*, 1998, p. 105. Dos 16.342 militares latino-americanos que passaram pela Escola das Américas no Panamá, apenas 165 eram brasileiros.

⁷⁵¹ *Op. cit.*, 2003, p. 124.

Bonnet no campo da guerra insurrecional ou revolucionária, exerceriam sobre a DSN uma influência decisiva.⁷⁵²

Elio Gaspari chama a atenção para o caráter autóctone do anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, lembrando que o Brasil foi o primeiro país do mundo ocidental a romper relações diplomáticas com a URSS, em 1947. O episódio, mostrado tantas vezes como prova da “subserviência” do governo Dutra aos interesses dos EUA na Guerra Fria que se iniciava, revela, na verdade, um nítido componente de independência da política exterior brasileira:

Na época, bem como nas décadas seguintes, a retórica e a propaganda stalinistas atribuíram o refluxo político de 1947 à inspiração americana. O governo do presidente Harry Truman foi sem dúvida anticomunista, mas não lhe coube a concepção da virada brasileira, muito menos o ardor. Era o general Alcio Souto quem informava ao embaixador dos Estados Unidos, antes mesmo da abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte, que o PCB seria cassado. Era também ele quem se queixava do que seria a excessiva tolerância americana em relação ao comunismo. Foi o marechal Dutra quem pediu ao presidente Truman que colocasse o combate ao comunismo no topo de sua agenda numa rápida visita ao Brasil. O general George Marshall, chefe do estado-maior do exército americano durante a guerra e secretário de Estado em 1947, chegou a sugerir que fosse evitado o rompimento de relações com Moscou. Já o ministro da Guerra, general Goes Monteiro, em torno do qual gravitaram os oficiais germanófilos nos primeiros anos de combates, dizia que “a primeira bomba atômica foi jogada sobre Hiroshima e a segunda em Nagasaki, a terceira e a quarta no atol de Bikini, mas a quinta, a sexta, sétima e oitava podem muito bem cair na Rússia.”⁷⁵³

Nessa perspectiva, o comunismo era visto como o inimigo a ser combatido, não porque assim desejassem os EUA ou porque norte-americanos e soviéticos estivessem em lados opostos na Guerra Fria, ou ainda porque assim determinavam os interesses patrimoniais das elites econômicas, mas porque aquele representava, para os militares, a subversão da ordem, o solapamento das instituições que davam estabilidade e constância à vida nacional. O sentido de autopreservação da instituição militar confundia-se com a própria defesa do mundo ocidental e do sistema

⁷⁵² Cf. depoimento do General Octávio Costa em D’Araújo, Castro & Soares, 1994b, p. 79. O livro de Gabriel Bonnet, *Guerras subversivas e revolucionárias*, foi editado pela Biblioteca do Exército em 1963.

⁷⁵³ *Apud* Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 126-7. Grifos meus. Vale chamar a atenção para o fato de que o restabelecimento de relações do Brasil com a URSS, em 1945, contou, paradoxalmente, com o incentivo do Governo dos EUA, cf. Haines, *op. cit.*, pp. 26 e 28; e Corrêa, 1995, p. 289.

capitalista. Nesse quadro geral, encontrava-se o medo da “cubanização” do País, como apontou Robert Hayes: “De fato, o exemplo de Cuba, de Fidel Castro, onde o exército de forças regulares fora substituído por forças de milícia estava presente no espírito de todos os chefes militares”⁷⁵⁴. Assim, a necessidade de exorcizar o fantasma da quebra da hierarquia e da disciplina militares – revelada de forma dramática em episódios como as rebeliões dos sargentos em Brasília (12 de setembro de 1963) e dos marinheiros no Rio de Janeiro (25 a 27 de março de 1964) – parece ter sido a verdadeira motivação que impeliu os generais brasileiros a depor Goulart.

Os militares que tomaram o poder em 1964 eram sem dúvida anticomunistas, mas viam-se também como ardentes patriotas. A ideologia militar, calcada nos princípios da DSN, trazia embutido um forte nacionalismo. Esse detalhe passou quase sempre despercebido pelos críticos, sobretudo de esquerda, do regime militar, que enfatizaram, em suas análises, o caráter geopolítico do golpe de 1964, o qual se teria traduzido em subserviência e “dependência estrutural” do “regime colonial-fascista” brasileiro aos ditames dos EUA.⁷⁵⁵

Contra essa tese, vale lembrar que, nas Forças Armadas brasileiras, havia uma forte fração nacionalista, cujo antiamericanismo se equiparava, e em alguns casos até superava o da esquerda radical. Inclusive, esses militares viam com bons olhos várias reformas preconizadas pelo Governo Goulart. Assim, o Governo Castello Branco, embora pautasse sua política econômica pela linha ortodoxa do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), levada adiante pela dupla de ministros Roberto Campos-Gouveia de Bulhões,⁷⁵⁶ adotou algumas medidas defendidas por Goulart, promulgando, em 1964, o Estatuto da Terra, e a estatização dos serviços públicos mediante a criação de empresas como a Embratel e a Eletrobrás.⁷⁵⁷ Mais tarde, no Governo Costa e Silva, emergiria uma forte fração ultranacionalista da “linha dura” militar, encabeçada pelo Ministro do Interior, General Afonso Augusto Albuquerque Lima. Não por acaso, também, os expoentes da ESG, conhecidos como “Sorbonne” e articulados em volta de Castello Branco – Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva etc. –, ao retornarem ao poder em 1974 implementariam uma política externa de cunho nacionalista (o “Pragmatismo Responsável”), tornando-se comuns os atritos com os EUA. Tais fatos reforçam a tese de que não foi o nacionalismo ou o reformismo de Jango, mas seu esquerdismo populista,

⁷⁵⁴ Hayes, 1991, p. 212.

⁷⁵⁵ Cf. Ianni, *op. cit.*, p. 211. A conceituação de “regime colonial-fascista” é de Hélio Jaguaribe.

⁷⁵⁶ Cf. Fausto, *op. cit.*, 1999, pp. 471-3.

⁷⁵⁷ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1983, pp. 116-7.

em particular sua opção por apoiar-se politicamente nos sindicatos e nos setores subalternos das Forças Armadas, o que levou os chefes militares a apeá-lo do poder.

Isso explica em parte por que a argumentação de San Tiago Dantas em favor da não intervenção e da autodeterminação dos povos com relação a Cuba, embora solidamente fundamentada e estruturada em termos jurídicos, encontrou pouca ou nenhuma ressonância entre os grupos mais conservadores, tanto civis como militares. Explica, também, por que o Governo militar brasileiro, destoando de sua linha anticomunista, decidiu manter relações com a URSS e outros países socialistas, até mesmo ampliando-as nos anos seguintes. Afinal, tanto na URSS, quanto nos Estados socialistas do Leste Europeu se conservaram as bases das forças armadas regulares, com sua organização hierárquica e disciplina rígida. Outro fator que certamente contribuiu para a manutenção das relações do Brasil com a URSS após 1964 foi a oposição da liderança soviética às tentativas guerrilheiras patrocinadas pelo Governo cubano na América Latina, consoante com a política do Kremlin de “coexistência pacífica” com o Ocidente, tornando-se frequentes os atritos entre Havana e Moscou acerca do projeto fidelista de “exportar a revolução”. É o que demonstram, por exemplo, as críticas constantes de “Che” Guevara à URSS e a ácida polémica travada entre o principal ideólogo da teoria castrista do “foco” e a liderança soviética no período.⁷⁵⁸

Não se pode esquecer, também, a distância geográfica que separa o Brasil dos Estados do Leste Europeu e o interesse brasileiro em ampliar o comércio com esses países, apesar das divergências político-ideológicas. Como afirmou o próprio Castello Branco, ao contrário da percepção em relação a Cuba, que oferecia poucas perspectivas de intercâmbio comercial, as divergências de filosofia política entre o Governo militar brasileiro e os demais Estados socialistas “não têm por que criar entre nós e esses países um estado de hostilidade”. O novo regime se dispôs a manter e mesmo, em certos terrenos, a ampliar as relações com esses Estados, considerando que “pode ser mutuamente proveitoso”, o comércio entre o Brasil e esses países, “desde que as trocas comerciais não sejam veículo de influências inaceitáveis”.⁷⁵⁹

O mesmo padrão seria repetido quando de sondagens feitas por Washington junto ao Governo brasileiro, tendo em vista uma eventual participação do Brasil ao lado das tropas norte-americanas no conflito

⁷⁵⁸ Ver, por exemplo, Castañeda, *op. cit.*, 1997, pp. 295-340.

⁷⁵⁹ “Discurso do Presidente Castello Branco aos formandos do Instituto Rio Branco, 31.07.1964”, *apud* Cravo, *op. cit.*, pp. 98-107.

crescente do Vietnã. A esse propósito, Roberto Campos lembra a diferença, na percepção do Brasil, entre o papel dos EUA como guardião da segurança hemisférica e sua projeção como superpotência mundial:

[...] Em várias cartas do presidente Johnson a Castello Branco, relatando o desenrolar dos acontecimentos no Vietnã, e em visita pessoal do embaixador Lincoln Gordon a Castello, foi manifestada a esperança de que o Brasil admitisse alguma participação no conflito asiático, seja através do envio de meios de guerra, seja de médicos e enfermeiros. Castello não admitiu a hipótese. O engajamento americano no Vietnã, conquanto baseado no princípio, para nós louvável, de contenção do comunismo, não era diretamente relevante para a segurança do hemisfério.⁷⁶⁰

Estava claro que, para os militares brasileiros no poder, Cuba era uma ameaça a ser detida; os países socialistas do Leste Europeu e as guerrilhas vietnamitas, não. E isso por razões muito mais pragmáticas do que ideológicas.

5.2. O Governo Costa e Silva e a transição da política externa brasileira (1964-1967)

5.2.1. A ascensão da “linha dura”

O mandato de Castello Branco estava previsto para encerrar-se em 31 de janeiro de 1966, quando completaria o mandato de Goulart. Entretanto, vários fatos se combinaram para que tal objetivo não se realizasse, resultando na continuidade do domínio militar. Ao primeiro Ato Institucional, decretado pelos ministros militares em 9 de abril de 1964, antes mesmo da posse de Castello Branco na Presidência, o qual cassou mandatos e suspendeu direitos políticos de opositores do novo regime, seguiu-se, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos, abrindo caminho para a adoção do bipartidarismo, em reação à vitória dos candidatos de oposição nas eleições estaduais na Guanabara e em Minas Gerais. Ao AI-2 seguiu-se o AI-3, decretado em fevereiro de 1966, que tornou indiretas as eleições para governadores dos Estados.⁷⁶¹

⁷⁶⁰ Campos, *op. cit.*, 1994, p. 758.

⁷⁶¹ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1988, pp. 99-100 e 107.

No decorrer desse processo, as divisões no interior das Forças Armadas começaram a aflorar, acarretando o surgimento de duas grandes frações: os “moderados”, articulados em volta de Castello Branco e em geral associados à ESG, e a “linha dura”, reunida em torno do Ministro da Guerra, Marechal Arthur da Costa e Silva. Os representantes do segundo grupo rapidamente conseguiram impor-se aos “castelistas”, levando à sucessão de Castello Branco por Costa e Silva, eleito indiretamente para a Presidência da República e empossado em 15 de março de 1967,⁷⁶² com o ex-Governador de Minas Gerais pela UDN, Magalhães Pinto, como Chanceler.⁷⁶³ No mesmo dia, entrou em vigência a nova Constituição, editada durante o governo Castello Branco.⁷⁶⁴

De 1964 a 1986, em virtude da instauração do regime militar-autoritário no Brasil, as relações Brasil-Cuba estiveram rompidas. Nesse contexto, a subida ao poder do Marechal Arthur da Costa e Silva foi um momento chave no processo de consolidação do regime militar brasileiro. Três anos antes, em março de 1964, os militares depuseram o Governo Goulart e o Marechal Castello Branco assumiu o poder, com o apoio ostensivo dos EUA, que viram nele o homem certo para deter o avanço do comunismo e garantir a fidelidade do Brasil aos princípios democráticos do mundo ocidental. Agora, com a sucessão deste por outro militar na Presidência da República, o regime marchava para sua institucionalização, o que teria consequências também na política externa brasileira: com a ascensão de Costa e Silva, seria implementada uma nova política exterior, batizada de “Diplomacia da Prosperidade”.

Com a ascensão de Costa e Silva à Presidência, a “linha dura” se instalou no poder, aumentando sua influência nos negócios do Estado à medida que o ambiente político interno se radicalizava, durante todo o primeiro semestre de 1968, mediante a eclosão de greves operárias e de manifestações estudantis contra o regime. Além disso, o aparecimento das primeiras ações guerrilheiras nas cidades, também naquele ano, conduziu ao aumento das pressões dos setores mais duros das Forças Armadas no sentido de um fechamento autoritário. Esses setores viam em tais manifestações de protesto e no surgimento da guerrilha urbana um novo risco de “comunização” do País. Do lado oposto, muitos dos manifestantes e os autores das ações armadas inspiravam-se no exemplo da Revolução Cubana, nas lutas de independência das colônias africanas e na guerrilha do Vietcongue contra as forças norte-americanas no Sudeste asiático,

⁷⁶² Cf. Fausto, *op. cit.*, 1999, pp. 475-7.

⁷⁶³ Cf. Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 336 e 339.

⁷⁶⁴ Cf. Viana Filho, *op. cit.*, p. 463; e Skidmore, *op. cit.*, 1988, p. 139.

planejando derrubar o Governo por meio de uma revolução violenta.⁷⁶⁵

No meio desse fogo cruzado, Costa e Silva, de líder da facção “linha dura” do Exército, tornara-se seu prisioneiro. Na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, usando como pretexto o desafio lançado pela Câmara dos Deputados, que no dia anterior havia negado conceder licença para que o Deputado opositor Márcio Moreira Alves fosse julgado por haver proferido um discurso considerado ofensivo pelas Forças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional, presidido por Costa e Silva, decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou o Congresso e suspendeu garantias e direitos individuais, dando amplos poderes ao Executivo.⁷⁶⁶ Era o “golpe dentro do golpe”, que completou o processo de ruptura da ordem constitucional iniciado em 1964.

Livres de impedimentos legais, a influência e o poder da “linha dura” cresceram ainda mais durante o ano de 1969, acompanhando o aumento das ações armadas das organizações clandestinas de esquerda. No final de agosto, com o afastamento de Costa e Silva da Presidência por motivo de doença, uma Junta Militar formada pelos Ministros das três Armas subiu ao poder, impedindo a posse do Vice-Presidente civil, Pedro Aleixo, violando, assim, a própria Constituição decretada em 1967. Nesse ínterim, a Junta enfrentou um novo desafio, com o sequestro, em 4 de setembro, do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles B. Elbrick, realizado no Rio de Janeiro por militantes de duas organizações armadas de esquerda. A resposta do regime veio na forma de um endurecimento ainda maior. No dia 6, foi decretada uma nova Lei de Segurança Nacional, ainda mais rígida que a anterior, e em 17 de outubro realizou-se uma consulta entre os comandos militares que escolheu o General Emílio Garrastazu Médici como o novo Presidente da República.⁷⁶⁷

Estava consolidado o domínio militar no Brasil, fato que teria profundas repercussões na política externa brasileira nos anos seguintes.

5.2.2. *Novos paradigmas após 1967*

Se o alinhamento limitado e condicional com os EUA deu o tom do Governo Castelo Branco, o nacionalismo militar caracterizou as administrações de Costa e Silva e Médici, atingindo o auge com Geisel. A partir de 1967, a política externa brasileira refletiu essa transição, à medida que o regime se consolidava e que surgiam áreas de atrito com os interesses

⁷⁶⁵ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1988, pp. 151-160; e Gorender, *op. cit.*, pp. 153-166.

⁷⁶⁶ Cf. Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 333-344.

⁷⁶⁷ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1988, pp. 189-202 e 203-7; Gorender, *op. cit.*, pp. 181-6; e Gaspari, *op. cit.*, 2002b, pp. 87-124.

norte-americanos. Em um aparente paradoxo, o sentimento anti-EUA cresceu em escala diretamente proporcional à orientação anticomunista do regime. Segundo Paulo Roberto de Almeida:

Tem início, a partir de 1967, uma fase de “revisão ideológica” e de busca de autonomia tecnológica. A atitude “contemplativa” em relação aos Estados Unidos cede lugar a uma diplomacia personalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação e instrumentalizada para o atendimento dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma “diplomacia do desenvolvimento”, consubstanciada na conquista de novos mercados (abrindo fricções comerciais com os Estados Unidos em calçados e café solúvel) e na busca de autonomia tecnológica, inclusive nuclear.⁷⁶⁸

Essa postura independente da Diplomacia brasileira teria suas sementes lançadas desde a instauração do próprio regime militar. Já no Governo Castelo Branco, apesar do alinhamento com os EUA, foram mantidas as relações diplomáticas com a URSS e os países socialistas do Leste Europeu, e o Brasil recusou-se a engrossar o contingente das forças militares norte-americanas que lutavam no Vietnã, como queria a Casa Branca.⁷⁶⁹ Durante o Governo militar seguinte, de Costa e Silva, os atritos com Washington se expressaram na fria recepção do Governo dos EUA à sucessão de Castelo Branco, bem como na preocupação demonstrada por Washington a respeito das denúncias cada vez mais frequentes de torturas contra presos políticos e na reação contrária do governo norte-americano ao AI-5.⁷⁷⁰ Concomitantemente, o aumento do sentimento nacionalista nas Forças Armadas brasileiras, intensificado após a ascensão da “linha dura” ao poder, conduziu à adoção de posições contrárias aos interesses estadunidenses em alguns temas da agenda internacional. Em 1968, no auge do anticomunismo e da repressão política interna, o governo brasileiro se negou a ratificar o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP), por considerá-lo discriminatório e nocivo à soberania nacional, uma vez que impedia o acesso do Brasil à tão cobiçada tecnologia nuclear.⁷⁷¹

À primeira vista, parece incongruente a adoção de um posicionamento em política exterior pautado, ao mesmo tempo, pelo anticomunismo e pelo nacionalismo em relação aos EUA, na América Latina, em plena Guerra Fria. Na

⁷⁶⁸ Almeida, 2006, pp. 22-3.

⁷⁶⁹ Cf. Magalhães, *op. cit.*, p. 183.

⁷⁷⁰ Cf. Drosdoff, 1986, pp. 53-5; e Gordon, *op. cit.*, 2002, pp. 282-3.

⁷⁷¹ Cf. Cravo, *op. cit.*, p. 32.

realidade, tal posição da diplomacia brasileira durante o regime militar demonstra uma complementaridade perfeitamente lógica. A atitude anticomunista dos militares não correspondia a nenhuma subordinação do Brasil aos objetivos dos EUA, mas a uma necessidade política interna, qual seja a contenção da “subversão comunista” e a manutenção da ordem. Nesse sentido, o rompimento de relações com Cuba visara, acima de tudo, ao interesse da segurança nacional, sendo a decisão de alinhar o País com os EUA na Guerra Fria instrumentalizada a serviço desse propósito. Nas palavras insuspeitas de Márcio Moreira Alves:

O que levou os militares brasileiros a adotarem, no front interno, uma política consistente de alinhamento com as grandes estratégias norte-americanas não foi uma obediência servil às ordens de Washington. Foi a adoção de uma Doutrina de Segurança Nacional baseada em um anticomunismo doentio. Essa doutrina servia para justificar a própria existência das Forças Armadas brasileiras como tropas auxiliares das Forças Armadas dos Estados Unidos, na cruzada mundial contra o Movimento Comunista Internacional.⁷⁷²

A rejeição da Política Externa Independente de Quadros-Goulart não significou, assim, rejeição do nacionalismo, mas do perigo comunizante subjacente àquela orientação diplomática, vista como um Cavalo de Tróia para a infiltração de idéias esquerdistas e subversivas. Em outras palavras, a PEI fora rejeitada não porque fosse nacionalista ou porque se opunha aos desígnios dos EUA com relação a Cuba, mas porque, como declarou Castello Branco, em seu discurso de 31 de julho de 1964, no Itamaraty, o nacionalismo se havia *deturpado* a ponto de, na visão dos militares, tornar-se “opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas”. Assim, o ano de 1967 aparece como um marco na evolução da política externa do regime militar, uma vez que, a partir de então, a orientação da Diplomacia brasileira no sentido de um afastamento progressivo das posições norte-americanas se revelaria com cada vez maior nitidez.

5.3. O Governo Médici e a consolidação do regime militar (1969-1974)

5.3.1. O nacionalismo militar

Durante os governos militares seguintes, essa postura nacionalista da política externa brasileira refletiu-se em uma atuação diplomática no sentido de ampliar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais,

⁷⁷² Alves, *op. cit.*, 1998, pp. 69-70.

realizando acordos bilaterais com países da América Latina, da Europa Ocidental, do Oriente Médio, da África e da Ásia, de modo a aumentar as oportunidades para o comércio brasileiro e a presença do Brasil em órgãos multilaterais como a ONU e a OEA.⁷⁷³ Assim, levou-se adiante uma política exterior orientada sob a égide da visão do grupo militar-tecnocrático no poder, inspirada no binômio “segurança e desenvolvimento”, denominada diplomacia do Interesse Nacional.

No que diz respeito aos EUA, as relações entre Brasília e Washington mantiveram-se cordiais, buscando-se a ampliação dos laços bilaterais em áreas como a segurança hemisférica, malgrado o malogro dos esforços brasileiros no sentido da aprovação da Convenção sobre o Terrorismo.⁷⁷⁴ Por ocasião da visita de Médici aos EUA, em dezembro de 1971, esses laços foram reforçados, levando o Presidente norte-americano Richard M. Nixon (1969-1974) a pronunciar uma frase que se tornou famosa (“para onde for o Brasil, irá a América Latina”), interpretada com apreensão pelos demais Estados latino-americanos.⁷⁷⁵

O estreitamento dos vínculos políticos com Washington e o claro apoio do Governo Nixon a regimes ditatoriais de direita na América Latina não impediram, contudo, o surgimento de divergências entre Brasil e EUA, das quais a mais visível foi, sem dúvida, a questão do mar territorial de 200 milhas. O Governo norte-americano adotou ponto de vista contrário à reivindicação do Governo Médici de ampliação da fronteira marítima brasileira, que era de 12 milhas, por motivos estratégicos e econômicos, o que gerou um certo atrito entre os dois governos, com a apreensão de diversos navios de pesca estrangeiros pela Marinha do Brasil. Tal questão, que foi amplamente explorada pelo Governo militar com fins de propaganda nacionalista, seria finalmente resolvida com a decretação das 200 milhas como limite marítimo (decreto-lei n.º 1.098, de 25 de março de 1970).⁷⁷⁶

No âmbito das relações interamericanas, essa busca por maior autonomia, como resultado do crescimento econômico, coincidiu com o surgimento de governos militares nacionalistas na América Latina, como os dos generais Juan Velasco Alvarado no Peru (1968-1975) e Juan J. Torres na Bolívia (1970-1971). Esses governos, que desenvolviam uma atuação externa independente e não alinhada, pareceram mostrar a setores da esquerda latino-americana um caminho novo de resistência à hegemonia norte-americana no continente, o que levou, após o fracasso do foquismo, à aproximação entre

⁷⁷³ Cf. Gordon, *op. cit.*, 2002, p. 283.

⁷⁷⁴ Cf. Barboza, *op. cit.*, pp.265-9.

⁷⁷⁵ A frase de Nixon (“*We know that as Brazil goes so will go the rest of the Latin American continent*”) foi divulgada no *The New York Times* de 31 de dezembro de 1971, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2002b, p. 335, nota 88.

⁷⁷⁶ Cf. Cravo, *op.cit.*, p. 39. A mesma medida foi adotada, na mesma época, pelo governo nacionalista do Peru.

os militares peruanos e bolivianos e o regime de Fidel Castro no início dos anos 70.⁷⁷⁷ O Governo brasileiro, embora adotasse uma política externa com alguns pontos em comum com a dos governos do Peru e da Bolívia, viu na aproximação entre tais governos e Havana o perigo de subversão ideológica comunista na América do Sul. Essa impressão foi aumentada depois da eleição do Governo socialista de Salvador Allende no Chile, em setembro de 1970, e do retorno de Juan D. Perón à Argentina, em 1973.⁷⁷⁸

A resposta do regime militar brasileiro ao que lhe parecia ser uma ameaça subversiva crescente em suas fronteiras meridionais veio na forma daquilo que foi batizado de “diplomacia militar secreta”. Esta ficaria evidenciada nos planos de intervenção militar no Uruguai em caso de vitória da frente de esquerda nas eleições de 1971 e, principalmente, no golpe militar que derrubou Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, o qual contou com o apoio ostensivo do representante diplomático do Brasil em Santiago.⁷⁷⁹ O objetivo de impedir uma “segunda Cuba” na América do Sul, verdadeira obsessão da Casa Branca após 1959, continuava a nortear a política exterior do regime militar brasileiro, coincidindo com a política do Governo norte-americano para o hemisfério. Não obstante, em fevereiro de 1970, o Chanceler Gibson Barboza teve de desmentir publicamente especulações sobre a existência de estudos do Itamaraty visando ao reingresso de Cuba na OEA. Em 12 de setembro de 1970, o Governo Médici deixou ainda mais clara sua posição em relação ao regime cubano, ao condenar veementemente o reatamento de relações diplomáticas entre o Chile e Cuba, considerando a decisão chilena uma “flagrante violação do Tratado do Rio de Janeiro”.⁷⁸⁰

5.3.2. *Atritos multilaterais*

A sinergia existente entre o Brasil e os EUA, no que diz respeito a Cuba, ficou evidente diante da ocorrência de atritos diplomáticos com o Governo de Havana em alguns foros multilaterais. Como as relações entre Brasília e Havana estavam rompidas, a arena multilateral tornou-se o palco de polêmicas e duelos verbais entre representantes diplomáticos dos dois países.

⁷⁷⁷ Cf. Rouquié, *op. cit.*, pp. 366-380.

⁷⁷⁸ Cf. Boersner, *op. cit.*, pp. 227-236.

⁷⁷⁹ Cf. Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 355. Ironicamente, era o Embaixador Antônio da Câmara Canto, que dez anos antes estivera em Cuba, à frente de missão especial para garantir a saída do país de dezenas de refugiados políticos cubanos, que se haviam asilado na Embaixada do Brasil em Havana.

⁷⁸⁰ Cf. Barreto, *op. cit.*, 2006, p. 220.

Um desses confrontos, embora indireto, ocorreu por ocasião da Assembleia Geral da OEA, realizada em Washington em abril de 1973, quando a delegação brasileira opôs-se à declaração proposta pela Colômbia que reconhecia a existência *de facto* de diversos regimes políticos no continente americano. Segundo a declaração, tais regimes, “inspirados inclusive em diferentes ideologias”, poderiam coexistir sempre que respeitassem os princípios fundamentais da Carta da OEA de respeito à soberania, à autodeterminação e à não intervenção.⁷⁸¹

A ideia foi duramente combatida pela delegação do Brasil na OEA. Na opinião do Embaixador brasileiro Georges A. Maciel, o projeto de resolução colombiano essencialmente afirmava que “o ‘pluralismo ideológico’ era não só ‘compatível’ com o sistema americano, mas também um ‘pressuposto da solidariedade regional’”. Assim sendo, o Brasil se opôs terminantemente ao projeto, pois a expressão “pluralismo ideológico” parecia indicar “um princípio totalmente indefinido e, portanto, inaceitável”. Daí porque “afirmar que tal ‘princípio’ era o pressuposto, condição essencial da solidariedade panamericana, era um absurdo histórico, político e jurídico”. Além do mais, tal resolução se dava em meio a uma “circunstância suspeita”, uma vez que, de acordo com a declaração final da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos de 1962, o regime comunista de Fidel Castro fora considerado “incompatível” com o sistema interamericano.⁷⁸²

Ao rejeitar o texto colombiano, a representação brasileira procurou negociar um novo texto, o qual substituiu o termo “pluralismo ideológico” pela expressão mais neutra “pluralidade ideológica”. Com efeito, essa nova expressão indicava “não um princípio, mas um fato sociológico, perfeitamente em harmonia com os preceitos da democracia incorporados na Carta da OEA. A expressão foi incluída no texto final de um parágrafo que subordinava sua interpretação a “tratados especiais” (o TIAR) e à resolução 78 da II Assembleia Geral da OEA, que reiterava os princípios de não intervenção e autodeterminação. O novo texto reafirmava a obrigação dos Estados-membros de “abster-se de organizar, apoiar, promover, financiar, instigar ou tolerar atividades subversivas, terroristas ou armadas contra outro Estado”.⁷⁸³

Mais tarde, ocorreria um incidente entre os representantes do Brasil e de Cuba. Ao discursar na IV Conferência dos Países Não Alinhados, realizada em Argel, em 9 de setembro de 1973, Fidel Castro fez duras críticas ao Brasil, que participava da reunião como observador. Ao alegar que o País

⁷⁸¹ *Ibid.*

⁷⁸² *Ibid.*

⁷⁸³ *Ibid.*, p. 221.

vivia sob uma feroz ditadura militar, Fidel defendeu a retirada do *status* de observador do Brasil. As declarações do líder cubano motivaram uma forte resposta por parte do observador brasileiro, Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho. Este qualificou qualquer objeção cubana à presença do Brasil na Conferência de “insólita, inadmissível e contrária às normas internacionais”. Acrescentou que, “como se poderia esperar”, tal iniciativa do Governo cubano de excluir o Brasil da reunião não tinha encontrado “qualquer apoio, perdendo-se no seu próprio vazio”, tendo registrado e agradecido as intervenções dos chanceleres de Gana, Quênia e Egito, que se manifestaram a favor da presença de observadores, atitude ratificada pelo “consenso da Assembléia”.⁷⁸⁴

Desculpando-se perante aquela “nobre Assembléia” por tomar mais alguns minutos da mesma, o Embaixador Murtinho explicou ter sido obrigado a assim proceder, em resposta às referências feitas no dia anterior pelo Primeiro-Ministro cubano. De forma bastante veemente, afirmou que as referências de Fidel Castro não mereciam resposta pormenorizada e que o Brasil não tinha, portanto, que lhe dar explicações, tendo afirmado que a opinião pública internacional conhecia “perfeitamente os objetivos e a política interna e externa brasileira”. Expressou, no entanto, o desejo de “refutar, por intoleráveis, as falsas, sem fundamento e gratuitas acusações” que estavam sendo feitas contra o Brasil, pois este sempre tinha sido “fiel aos princípios de não-intervenção, autodeterminação e soberania dos povos”, pontos fundamentais da política exterior brasileira. Ironizou que gostaria de “poder dizer o mesmo sobre Cuba no regime do Senhor Fidel Castro” e concluiu que não se alongaria sobre as “palavras irresponsáveis” pronunciadas pelo Primeiro-Ministro cubano, nem pretendia voltar ao assunto; rejeitava-as formalmente, disse, “de uma vez por todas”.⁷⁸⁵ Classificou, ainda, o regime cubano como “policial”, e contestou seu caráter não alinhado, por “defender um total e incondicional alinhamento a uma das duas superpotências”.⁷⁸⁶

5.3.3. O mito do *foco revolucionário*

Rompidos os laços diplomáticos entre Brasília e Havana, o Governo de Cuba continuou a influir indiretamente na política interna brasileira, mediante o apoio material às organizações radicais de esquerda que pegaram em armas para derrubar os militares do poder.

⁷⁸⁴ *Ibid.*

⁷⁸⁵ *Ibid.*, p. 222.

⁷⁸⁶ *Apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 268.

O apoio de Cuba a movimentos guerrilheiros é um dos temas mais controversos da história latino-americana na segunda metade do século XX. Em seus discursos e entrevistas, Fidel Castro sempre negou veementemente que Cuba tivesse “exportado” a revolução,⁷⁸⁷ e somente há pouco o tema começou a ser estudado mais a fundo. Buscarei aqui, em linhas gerais, descrever o panorama histórico em que se realizou esse apoio, como ele se materializou, e qual a reação da Chancelaria brasileira ao desafio representado pela luta armada de inspiração castrista.

Em um livro já clássico sobre a luta armada no Brasil nos anos 60 e 70, o historiador marxista Jacob Gorender descreve a influência da teoria cubana do foco guerrilheiro sobre a esquerda brasileira. Essa teoria, nascida com a vitória da Revolução Cubana, e exposta em livros como *A Guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara, e *Revolução na Revolução?*, de Régis Debray, tinha como postulado básico a idéia de que as condições objetivas para a revolução nos países subdesenvolvidos poderiam ser criadas pela ação armada de um pequeno grupo de combatentes determinados. Caberia à vanguarda revolucionária (o “pequeno motor”) criar essas condições, acionando as massas (o “grande motor”) para desencadear a revolução. Esta era vista como continental e diretamente socialista, pois as burguesias nacionais, débeis e temerosas do avanço das massas populares, eram incapazes de levar adiante o processo revolucionário (o apoio de setores da burguesia cubana, assim como uma certa leniência do Governo dos EUA para com os rebeldes de Fidel Castro, constituía uma excepcionalidade histórica irrepetível). O instrumento para alcançar esse objetivo era a guerra de guerrilhas, elevada à condição de “forma absoluta de ação revolucionária”. Em outras palavras, um pequeno grupo de combatentes, com apoio da população local, poderia, a partir do campo, deflagrar um processo insurrecional por meio da luta guerrilheira, tal como supostamente ocorrera em Cuba. Desse modo, a teoria do foco rompia abertamente com várias premissas marxistas ortodoxas, defendidas pelos PCs fiéis a Moscou, afirmando a primazia do fator militar – o foco – sobre o fator político – o partido (de início, a tese foquista afirmava a inviabilidade de sua aplicação em países sob regimes constitucionais; posteriormente, porém, o próprio Guevara retirou a ressalva). Segundo Gorender, a opção por regiões de selva ou montanha para a implantação do foco guerrilheiro traduzia um “frágil geografismo”, que se refletia na afirmação de Régis Debray acerca da

⁷⁸⁷ Cf. Betto, *op. cit.*, pp. 353-6; e Morais, *op. cit.*, p. 136.

impossibilidade da revolução ser vitoriosa nas cidades, consideradas pelo filósofo francês como “o túmulo da revolução”.⁷⁸⁸

A teoria do foco guerrilheiro exerceu profunda influência sobre os setores radicais de esquerda, que viram nela o caminho para a tomada do poder em vários países da América Latina, tanto os submetidos a regimes ditatoriais como a governos constitucionais. Foi nesse contexto, juntamente com o cerco imposto à ilha pelos EUA a partir de 1961, que surgiu a ideia de Cuba “exportar a revolução”. Segundo Denise Rollemberg, autora de um estudo sobre o apoio do regime de Havana à luta armada no Brasil, a ideia de “exportar a revolução” correspondia a uma necessidade estratégica do regime cubano:

Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba. Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução, ainda no calor dos acontecimentos, pouca ênfase foi dada à conjuntura, pela qual o clima de descontentamento e revolta contra a ordem estabelecida havia levado à mobilização e à organização da sociedade. Quando os revolucionários desembarcaram em Cuba, um episódio tantas vezes narrado como um quadro épico, não estavam sozinhos. Ao contrário, encontravam uma situação plenamente favorável à sublevação. [...] O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições.⁷⁸⁹

Essa análise está em sintonia com a de Jacob Gorender, que atribui a grande influência que teve a tese foquista ao mito revolucionário criado pelo castrismo visando à sua própria legitimação política após a Revolução em Cuba. Na opinião de Gorender:

⁷⁸⁸ Cf. Gorender, *op. cit.*, pp. 88-91. Moniz Bandeira (*op. cit.*, 1998, p. 297) chama a atenção para a ruptura de Fidel Castro com os “dogmas stalinistas”, o que se teria traduzido, segundo a Embaixada do Brasil em Havana, em uma forma de “marxismo amador”, descrito por ela como “cubanismo”.

⁷⁸⁹ Rollemberg, *op. cit.*, 2001, pp. 14-5.

O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do zero.

Trata-se de um mito, pois

Não há começo a partir do nada, exceto o que os crentes atribuem a Deus na teologia judaico-cristã. O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada a Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. É que, desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento”.⁷⁹⁰

Em outras palavras, na opinião de Gorender, a vitória da revolução em Cuba não foi o resultado da ação de um punhado de homens, mas de um amplo movimento de massas, logo “esquecido” após a subida de Fidel Castro ao poder. Se não fosse tal movimento popular, certamente os guerrilheiros não teriam triunfado: “A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. [...] Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco”.⁷⁹¹ Criado o mito, tratava-se agora de colocá-lo em prática.

Oportunidades não faltariam. Já em abril de 1959, pouco depois da vitória do M-26-7, uma expedição de revolucionários partiu de Cuba e desembarcou no Panamá, onde pretendia deflagrar uma revolta contra o Governo local.⁷⁹² A esse respeito, comentando as declarações de Che Guevara a um programa de televisão cubano em 28 de abril de 1959, o Encarregado de Negócios brasileiro em Havana informou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores que o Comandante cubano-argentino, “figura grandemente discutida e apontado como agente do comunismo internacional” emitiu o seguinte juízo: “Sobre a invasão do Panamá, disse que embora os membros da expedição fossem cubanos, não tinha havido autorização para sua saída e que, ‘somos exportadores de democracia mas

⁷⁹⁰ Gorender, *op. cit.*, pp. 89-90.

⁷⁹¹ *Ibid.*, p. 90.

⁷⁹² Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 194.

achamos que cada povo deve fazer sua própria revolução”⁷⁹³. Entre abril e julho, outras expedições partiram do território de Cuba para derrubar os governos da República Dominicana, Nicarágua e Haiti.⁷⁹⁴ Tais fatos colocaram o Governo cubano em uma posição difícil perante os demais países latino-americanos, e por conseguinte também a Chancelaria brasileira, pois confirmavam as acusações do Governo norte-americano de que Cuba estava intervindo em assuntos dos países vizinhos. Com isso, lembra Moniz Bandeira, “a posição moral e política do governo revolucionário tornou-se, internacionalmente, bastante vulnerável, na medida em que ele desrespeitara o princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros estados, enquanto exigia dos EUA respeito à sua soberania nacional”⁷⁹⁵. E mais:

O estímulo não apenas ideológico mas sobretudo material dado pelo governo cubano à deflagração da luta armada em toda a América Latina provocou, naturalmente, severas reações em todas as áreas, uma vez que, ao interferir na política interna de outros países, o próprio governo de Fidel Castro violava os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não-intervenção, evocados exatamente para condenar e impedir a intervenção dos EUA em Cuba.⁷⁹⁶

No campo das relações internacionais, a ideia de “*converter los Andes en la Sierra Maestra del continente*”,⁷⁹⁷ defendida por Fidel Castro, expressou-se na realização da Conferência Tricontinental de Havana, em 13 de janeiro de 1966, da qual resultou a criação da Organização de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL).⁷⁹⁸ Devido a divergências em torno da liderança dos países não alinhados, contudo, tal organização acabou não vingando. Mais tarde, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, realizou-se na capital cubana a primeira conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), espécie de “internacional revolucionária” concebida como uma forma de congregar as organizações esquerdistas do continente.⁷⁹⁹ Segundo Elio Gaspari,

⁷⁹³ Carta-Telegrama, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Havana, 29.04.1959, a) Marcos Antonio de Salvo Coimbra. AMRE-B.

⁷⁹⁴ Além de ter patrocinado quatro tentativas de desembarque de guerrilheiros em países da América Central em 1959, o governo cubano passou a patrocinar em 1963 guerrilhas na Venezuela, Peru, Guatemala e Argentina. Nos anos seguintes, surgiram guerrilhas castristas na Bolívia, Brasil, Guatemala e Nicarágua, cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 200, 347, nota 6. Ver também Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 180, nota 20.

⁷⁹⁵ *Op. cit.*, 1998, pp. 201-2.

⁷⁹⁶ *Ibid.*, p. 305.

⁷⁹⁷ *Ibid.*, p. 301.

⁷⁹⁸ *Ibid.*, p. 562. Ver também Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 197.

⁷⁹⁹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 574. Esse autor afirma que já em 1962 “Che” Guevara lhe revelara, em conversa em Havana, a idéia de criação de uma internacional revolucionária. *Ibid.*, p. 10.

Fidel sonhava com uma revolução continental que transformasse os Andes numa Sierra Maestra. Pensava assim porque esse era seu desejo, mas também sua conveniência. Hostilizado pelo governo americano, temia ser derrubado por uma invasão da ilha e acreditava que ‘os Estados Unidos não poderão nos atacar se o resto da América Latina estiver em chamas’.⁸⁰⁰

Desde o momento em que os guerrilheiros comandados por Fidel Castro entraram em Havana, em 2 de janeiro de 1959, o destino da Revolução Cubana esteve intrinsecamente ligado ao do restante do continente americano. Sobretudo após a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, a defesa do regime contra agressões externas por parte dos exilados anticastristas, apoiados pelos EUA, colocou-se na ordem do dia, levando à idéia de “exportar” a revolução para outros países. Por outro lado, o desfecho da Crise dos Mísseis demonstrara, aos olhos de dirigentes como “Che” Guevara, que o papel da URSS como principal farol da revolução comunista mundial havia chegado ao fim. Nada impediria, começaram a pensar os cubanos, que, uma vez deflagrada uma nova crise, ante o temor de uma conflagração nuclear, Moscou resolvesse sacrificar Cuba como “moeda de troca” no altar da coexistência pacífica com Washington. Diante disso, a orientação da liderança soviética pareceu aos líderes cubanos mais exaltados como uma demonstração tácita de fraqueza ou de cumplicidade com o “imperialismo ianque” e, por conseguinte, como a renúncia à via revolucionária socialista. O único caminho que restara aos revolucionários no início dos anos 60 era, portanto, o da luta armada contra o imperialismo norte-americano, o que se expressaria, nas condições de isolamento diplomático de Cuba nas Américas, no incentivo a movimentos guerrilheiros de extrema esquerda ou nacionalistas contra os governos identificados com os objetivos políticos da Casa Branca. Desse modo, a ilha do Caribe passaria a desempenhar no cenário internacional, ao longo dos anos 60 e 70, um papel totalmente desproporcional a seus recursos. Para sobreviver, a Revolução Cubana, a exemplo do rum e dos charutos da ilha, transformara-se em produto de exportação.

5.3.4. *O apoio de Cuba às guerrilhas*

Em termos práticos, a decisão cubana de apoiar movimentos revolucionários traduziu-se principalmente no treinamento de guerrilheiros

⁸⁰⁰ *Op. cit.*, 2002b, p. 178.

latino-americanos em Cuba, dentre os quais dezenas de brasileiros.⁸⁰¹ Em meio a uma conjuntura internacional marcada pela acomodação da *détente* entre EUA e URSS e pela instauração de ditaduras militares de direita em vários países da América Latina, o foquismo cubano exercia inegável fascínio entre setores radicais de esquerda, que viam na ruptura de Fidel Castro com o burocratismo soviético o caminho mais curto para a revolução socialista.⁸⁰² A participação direta do Governo cubano no projeto de revolução continental latino-americana ficou evidenciada quando da prisão e execução de “Che” Guevara na Bolívia, à frente de um grupo que incluía vários cubanos, em 8 de outubro de 1967.⁸⁰³

Embora Guevara admitisse a inviabilidade da guerrilha em países que tinham alcançado um alto nível de industrialização e de urbanização, o Governo de Fidel Castro patrocinou tentativas de implantação de focos revolucionários no Brasil em três momentos distintos. No primeiro momento, anterior ao golpe de 1964, o regime cubano elegeu como seu principal interlocutor as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Havana forneceu treinamento militar em Cuba e ajuda financeira para a implantação de um acampamento guerrilheiro em Dianópolis (GO), projeto que foi abandonado devido à descoberta, em 27 de novembro de 1962, dos planos subversivos na mala de um agente cubano morto na queda de um avião comercial próximo a Lima, Peru.⁸⁰⁴ Segundo Denise Rollemberg, 12 militantes das Ligas fizeram treinamento guerrilheiro em Cuba antes de 1964.⁸⁰⁵

No segundo momento, já após a queda de Goulart, Fidel Castro aliou-se ao grupo de exilados brasileiros articulados no Uruguai em torno de Leonel Brizola, constituído principalmente de marinheiros e militares cassados, que formaram em 1965-66 o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Embora fizesse algumas ressalvas à tática guerrilheira, Brizola deixou-se influenciar bastante pelo modelo revolucionário cubano, segundo depoimento de Theotônio dos Santos, para quem “Brizola estava muito mais inspirado na Revolução Cubana do que numa perspectiva nacional-democrática”. A ajuda cubana novamente se

⁸⁰¹ *Ibid.*, p. 563. A respeito do número de brasileiros que teriam feito treinamento de guerrilha em Cuba, Rollemberg (*op. cit.*, 2001, p. 12) informa sobre a existência de um dossiê de 107 páginas, preparado em 1972 pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que traz o nome de 219 militantes.

⁸⁰² Ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 492, 495. Segundo esse autor, “Não fosse a extrema dependência econômica de Cuba em relação à URSS, o governo cubano se alinharia ostensivamente à China”, *ibid.*, p. 508. Dentre os líderes revolucionários cubanos, sem dúvida o que tinha uma visão mais crítica sobre a URSS era “Che” Guevara (p. 549). Em várias ocasiões Fidel Castro deu mostras de independência em relação à URSS, *ibid.*, pp. 234, 575, 579-580 e 581.

⁸⁰³ *Ibid.*, p. 565 e 568; e Castañeda, *op. cit.*, 1997, pp. 399-476. A escolha da Bolívia deveu-se à sua localização estratégica, no centro da América do Sul, de onde Guevara pretendia deflagrar a revolução continental.

⁸⁰⁴ *Ibid.*, p. 301; Page, *op. cit.*, p. 123; e Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 179.

⁸⁰⁵ *Op. cit.*, 2001, p. 24; e Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 178.

fez na forma de auxílio financeiro, sendo encerrada após a prisão de um grupo de 14 militantes do MNR que pretendiam deflagrar um movimento guerrilheiro na Serra de Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em abril de 1967.⁸⁰⁶

A relação de Brizola com Havana após 1964 esteve longe de ter sido tranquila. Após o insucesso de uma primeira tentativa guerrilheira no Sul do Brasil, liderada pelo ex-Coronel do Exército Jefferson Cardim Osório, em março de 1965, o regime cubano passou a ver o esquema brizolista com desconfiança, apesar de a tentativa ter ocorrido à revelia do ex-governador gaúcho. As relações só se normalizaram depois que Brizola enviou a Havana o ex-deputado cassado Neiva Moreira para acalmar Fidel Castro.⁸⁰⁷ Além disso, o compromisso de Brizola com o modelo foquista cubano é colocado em dúvida por vários autores. Segundo Denis de Moraes,

Brizola insistia na carta cubana para conservar a sua condição de comandante da ala esquerda da oposição ao regime brasileiro. Pode-se supor que a sua fé na guerrilha guevarista tenha sido nula. Sua ligação com Cuba, além da ajuda logística, permitira-lhe manter fechado o caminho a outras lideranças de esquerda.⁸⁰⁸

Seja como for, Havana buscou parceiros no Brasil, e candidatos não faltaram. Ao mesmo tempo em que se aproximava do MNR de Brizola, outra organização com a qual Havana buscou uma aliança foi a maoísta Ação Popular (AP).⁸⁰⁹ Segundo depoimento de Herbert José de Souza (“Betinho”), o Governo cubano enviou 20 mil dólares aos membros da organização que, por divergências ideológicas com o regime castrista, e para espanto dos seus financiadores cubanos, resolveu devolver o dinheiro a Havana.⁸¹⁰

A aposta seguinte de Cuba recaiu sobre o dirigente comunista e ex-deputado federal Carlos Mariguella. Único membro do Comitê Central do PCB a resistir à prisão em 1964, ocasião em que foi ferido à bala dentro de um cinema no Rio de Janeiro, expulso do partido por ter participado clandestinamente da Conferência da OLAS em Havana, Mariguella fundara, em fins de 1967, a Ação Libertadora Nacional (ALN), que desencadeou a partir de 1968 o processo de guerrilha urbana no Brasil, até ser aniquilada

⁸⁰⁶ Cf. Moraes, *op. cit.*, p. 344.

⁸⁰⁷ Depoimento de Paulo Schilling, in: Costa, 2007, pp. 122 e 127.

⁸⁰⁸ *Op. cit.*, p. 207. Ver também Gorender, *op. cit.*, pp. 134-7; e José, 1997, pp. 215-222. Segundo Flávio Tavares (*op. cit.*, p. 190, 195), a guerrilha brizolista tinha apoio do Governo de Chadi Jagan, da Guiana.

⁸⁰⁹ Elio Gaspari data o primeiro plano de insurreição brizolista para 15 de setembro de 1964. Ver também Gaspari, *op. cit.*, 2002a, pp. 182-4, 190, 196, 200, 202, 244.

⁸¹⁰ Cf. Moraes Neto, *op. cit.*, p. 216.

pela repressão governamental em 1973.⁸¹¹ Entre setembro de 1967 e julho de 1971, quatro grupos de militantes da ALN (chamados cada um, exageradamente, de “exércitos”) foram enviados para treinamento de guerrilha em Cuba, via Moscou, Praga ou Roma.⁸¹² Além do treinamento, Cuba ofereceu ajuda em dinheiro à ALN. A instrução militar aos brasileiros era dada por agentes do Departamento América do serviço secreto cubano (*División General de Inteligencia*, DGI), tendo como principal articulador o Ministro do Interior, Manuel Piñeiro Losada, conhecido como *Barbarroja*.⁸¹³ No total, foram 90 os militantes da ALN treinados em Cuba.⁸¹⁴

Nem sempre o relacionamento entre Cuba e os guerrilheiros brasileiros era amistosa, como aponta Denise Rollemberg:

as relações de Mariguella e da ALN com Cuba, mesmo depois de sua morte, em novembro de 1969, não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava, para Mariguella, o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira. O apoio jamais levaria à perda da autonomia da organização, à entrega da direção da guerrilha e, muito menos, à subserviência.⁸¹⁵

Outros grupos que receberam apoio material de Havana, na forma de treinamento guerrilheiro, foram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o chamado Grupo da Ilha, também conhecido como Grupo dos 28 ou Grupo Primavera. Este último se originou de uma cisão da ALN, composta dos membros do chamado “3º Exército” enviado para treinar em Cuba. Criticando o que consideravam o militarismo excessivo da ALN, estes voltaram ao Brasil no final de 1970 e se uniram aos dissidentes da organização em São Paulo para formar o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Após enveredar pelo mesmo caminho militarista exacerbado que criticara na ALN, o grupo foi exterminado pela repressão nos primeiros meses de 1971.⁸¹⁶

Sobre o treinamento guerrilheiro, afirma Denise Rollemberg: “Mário Japa, codinome de Shizuo Ozawa, da VPR, lembra o *status* que dava ir treinar em Cuba: “Todo mundo queria ir. Era quase um batismo de fogo: tinha que participar de uma ação militar e tinha que ir treinar em

⁸¹¹ Para a participação de Mariguella na OLAS, ver Gorender, *op. cit.*, p. 104; e Gaspari, *op. cit.*, 2002a, p. 248. Mariguella considerava Cuba como uma “retaguarda estratégica”, cf. Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 47.

⁸¹² *Ibid.*, pp. 40-3.

⁸¹³ *Ibid.*, pp. 45 e 49

⁸¹⁴ Cf. Gaspari, *op. cit.*, 2002b, p. 256.

⁸¹⁵ Cf. Rollemberg, 2003, p. 63.

⁸¹⁶ *Id.*, *op. cit.*, 2001, pp. 50-9. Do grupo, apenas seis sobreviveram, cf. Gaspari, *op. cit.*, 2002b, pp. 386-8.

Cuba’”.⁸¹⁷ O treinamento consistia no seguinte: “os militantes ficavam por um período de cerca de cinco meses no Ponto Zero, um quartel do exército, próximo a Havana, onde passavam toda a semana. Aí, tinham instruções e prática de tiro, aprendiam fórmulas de explosivo e a montar e desmontar armas. Nos finais de semana iam para a capital. O segundo momento do treinamento era na serra, em Pinar del Rio, no ocidente, para onde os militantes eram deslocados e alojados em acampamentos preparados para este fim. Faziam exercícios militares e de sobrevivência, marchas, tiro, tática, manobras, recebiam noções de topografia. O treinamento culminava em uma simulação, durante a qual os guerrilheiros enfrentavam militares do exército cubano.”⁸¹⁸

Além da ajuda material e do treinamento, o apoio cubano às guerrilhas brasileiras refletiu-se também na insólita proposta do General Arnaldo Ochoa Sanchez, em junho de 1973, de enviar um grupo de cerca de 100 combatentes cubanos, “bem treinados e com todo o armamento disponível”, que entraria no Brasil de barco pelo rio Amazonas: “A idéia era se instalar na selva amazônica, em seguida, montar depósitos de armas, abrigos, recuos da guerrilha e, em fase posterior, começar as ações de guerrilha no campo”.⁸¹⁹ Concebido em um momento de descenso geral da luta armada no Brasil, quando as organizações armadas de esquerda já estavam praticamente aniquiladas, e sofrendo a oposição dos militantes brasileiros que não admitiam interferência externa no processo revolucionário que desejavam deflagrar, o plano foi abandonado.⁸²⁰ Caso tivesse sido implementado, caracterizaria uma intervenção cubana direta no Brasil.

Segundo a historiadora venezuelana Elisabeth Burgos,

Nunca na história um país de tão poucos recursos teve uma projeção mundial das proporções que teve Cuba. Na América Latina, cuja especificidade é a produção de caudilhos, até agora não houve um exemplo que possa equiparar-se ao de Fidel Castro. [...] É certo que Bolívar, o de maior projeção política, conduziu sua ação além das fronteiras de seu país, mas nunca lhe ocorreu a idéia de desenvolver uma ação desestabilizadora em nível mundial. Os únicos que podem equiparar-se em ousadia a Fidel Castro são os conquistadores espanhóis, mas se pode aduzir que atuaram sem conhecimento de causa: atuaram quase às cegas, ignorando o alcance de suas façanhas.⁸²¹

⁸¹⁷ Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 12.

⁸¹⁸ *Ibid.*, p. 41.

⁸¹⁹ *Ibid.*, p. 62.

⁸²⁰ *Ibid.*, p. 63. O General Arnaldo Ochoa Sánchez, que seria comandante das tropas cubanas em Angola e na Etiópia, foi condenado em um rumoroso processo por tráfico de drogas e outros delitos e fuzilado em 1989.

⁸²¹ “Introdução”, *in*: Benigno, 2004, p. 14.

Embora Fidel Castro sempre tenha rejeitado a acusação de que seu regime “exportava revolução”, pois, como sempre fez questão de ressaltar, “revoluções não se exportam”,⁸²² a verdade é que Cuba deu apoio ideológico e material, em forma de treinamento, dinheiro, armas e, em alguns casos, homens, a movimentos revolucionários armados nos anos 60 e 70 em vários países da América Latina, entre eles o Brasil. Esse apoio, aliás, estava previsto implicitamente na própria ideia do foco guerrilheiro, defendida por “Che” Guevara e Régis Debray: uma vez que cabia ao “pequeno motor”, a vanguarda revolucionária, deflagrar a rebelião, vindo de fora das massas, não havia por que não admitir uma interferência externa no processo insurrecional de cada país. E, sendo a revolução essencialmente continental e internacionalista, como dizia Guevara, não havia motivo para que os revolucionários limitassem sua atuação às fronteiras nacionais. A morte de “Che” Guevara nas selvas da Bolívia, em 1967, desmentiu veementemente as declarações de Fidel Castro, enterrando qualquer dúvida sobre o projeto castrista de “exportar a revolução” para a América Latina. No final, este se mostrou um fracasso completo.

5.3.5. A conexão brasileira de “Che”

Especulou-se muito a respeito da passagem de “Che” pelo Brasil, a caminho da Bolívia. Rumores de que ele estivera clandestinamente no país já haviam circulado antes, durante os meses de seu desaparecimento público, após a frustrada campanha no Congo, em 1965. Alertado da possível presença do líder revolucionário em território nacional, o III Exército chegou a fazer buscas intensas ao longo da fronteira com o Uruguai, e a Polícia Militar de Minas Gerais realizou buscas semelhantes e operações de vigilância antiguerilha.⁸²³ Mas as diligências deram em nada.

Mais intrigantes são os fatos envolvendo a estada clandestina de Guevara em território brasileiro, um ano depois. Trata-se de episódio histórico ainda cercado de dúvidas, que precisam ser esclarecidas. Sabe-se que, no dia 4 de novembro de 1966, Guevara desembarcou no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), vindo de Madri, disfarçado e com a identidade falsa de Adolfo Mena González, economista, enviado especial da OEA, de nacionalidade uruguaia.⁸²⁴ Em seu livro sobre a esquerda

⁸²² Contradizendo essa sua afirmação, em discurso pronunciado em 13 de março de 1961, ao se referir ao apoio de outros países a elementos contrarrevolucionários, Fidel Castro afirmou que “promoverá a revolução contra os governos que pretendam derrubar o regime cubano”, *Revolución*, 14 de março de 1961.

⁸²³ Cf. Ryan, 1999, p. 37.

⁸²⁴ Cf. Mir, *op. cit.*, p. 19. Segundo o ex-Comandante cubano Dariel Alarcón Ramírez (Benigno), um dos sobreviventes da guerrilha da Bolívia, o itinerário de “Che” foi Havana-Moscú-Praga-Paris-Rio de Janeiro-Corumbá-Cochabamba-La Paz, *op. cit.*, p. 136.

armada no Brasil, Luís Mir afirma que, nessa ocasião, o líder guerrilheiro teve um encontro secreto em São Paulo com membros do Agrupamento Comunista (embrião da futura ALN), inclusive com o próprio Mariguella e com o número dois da organização, Joaquim Câmara Ferreira.⁸²⁵

Jacob Gorender refuta veementemente essa versão, observando, em ácida polêmica pela imprensa, que na mesma data apontada por Mir como sendo a do encontro de Guevara com os militantes brasileiros, aquele chegara à Bolívia.⁸²⁶ Citando livro de Régis Debray sobre a guerrilha boliviana de “Che”, Gorender sustenta que, em sua passagem pelo Brasil, Guevara jamais se encontrou com Mariguella e Câmara Ferreira, de cuja atuação, provavelmente, tinha apenas uma vaga ideia, tachando a versão do encontro de uma “rematada falsidade”.⁸²⁷ Outros ex-militantes sustentam, porém, a versão do encontro clandestino. O ex-marinheiro Avelino Capitani, em depoimento à Denise Rollemberg, afirma que o comandante cubano-argentino foi acompanhado, em seu trajeto à Bolívia, por um integrante do esquema revolucionário de Brizola. “Che” teria, inclusive, mantido um encontro secreto com Brizola no Uruguai antes de internar-se na Bolívia.⁸²⁸

Cabe fazer, aqui, algumas observações. Sobre o suposto encontro de “Che” com Mariguella, pode-se notar que Mir cai aparentemente em contradição, ao afirmar, em réplica ao artigo de Gorender, que Guevara passou um dia e meio na capital paulista para, logo em seguida, dar a entender que o líder revolucionário teria permanecido cerca de dois meses no Brasil antes de ingressar na Bolívia, tempo este que teria aproveitado para negociar com os dissidentes paulistas do PCB. Trata-se, provavelmente, de confusão cronológica, pois o autor parece confundir a data da primeira reunião de “Che” com o Secretário-Geral do PC boliviano, Mario Monje (31 de dezembro de 1966), já no acampamento guerrilheiro de Ñancahuazú, em plena selva boliviana, com a da entrada de Guevara na Bolívia, vindo do Brasil,⁸²⁹ quando se sabe que ele chegou a Corumbá, na fronteira com o território boliviano, em começos de novembro.⁸³⁰ Portanto, a tese de Mir carece de fundamentação factual e inexistente, até o momento, qualquer prova documental de que Ernesto “Che” Guevara encontrou-se com Carlos Mariguella ou com outros dissidentes pecebistas, quando passou

⁸²⁵ Cf. Mir, *op. cit.*, pp. 193-6 e 198. Mesma versão é sustentada por Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, pp. 567 e 569-570.

⁸²⁶ Cf. “Pseudo-história da esquerda brasileira”, *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 1994.

⁸²⁷ *Ibid.* O livro citado por Gorender é o de Debray (1980, p. 75 e 138).

⁸²⁸ Cf. Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 35. Segundo Capitani, o acompanhante de “Che” até a Bolívia teria sido o Coronel Dagoberto Rodrigues.

⁸²⁹ Cf. “Autor de ‘Revolução’ responde à crítica”, *Folha de S. Paulo*, 23 de outubro de 1994.

⁸³⁰ Existe certa confusão sobre a data precisa da entrada de Guevara na Bolívia, vindo do Brasil. Jorge Castañeda (*op. cit.*, 1997, p. 425) aponta o dia 6 de novembro de 1966. Por sua vez, Paco Ignacio Taibo II (2004, p. 630) fala erroneamente em 3 de novembro.

secretamente pelo Brasil, em fins de 1966. Aliás, deve-se lembrar que, nesse momento, a principal ligação de Havana com a esquerda armada brasileira se fazia por meio de Brizola, e não de Mariguella.

Quanto ao outro suposto encontro secreto, o de “Che” com Brizola, também existem versões conflitantes. Segundo Avelino Capitani, os planos de guerrilha brizolista estavam estreitamente ligados ao projeto revolucionário continental de “Che” – um dos focos do MNR, o de Mato Grosso, teria a função de manter o contato com Guevara e com outra frente guerrilheira no norte do Paraná.⁸³¹ Essa visão é compartilhada por Moniz Bandeira, que observa que a guerrilha de Caparaó fazia parte da articulação continental com o movimento de “Che” na Bolívia.⁸³² Chegou mesmo a circular na imprensa a informação, tida quase unanimemente como fantasiosa, de que Guevara estivera em Caparaó, antes do desbaratamento do foco guerrilheiro.⁸³³ A prisão ocasional em São Paulo, em 1967, de um estudante boliviano, Juan Alex Aldunati, que declarou estar no Brasil em missão secreta a serviço de Guevara, revelando estar àquele ciente dos planos guerrilheiros do MNR em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, pareceu comprovar a existência de alguma forma de coordenação entre os brasileiros e a guerrilha boliviana de “Che”.⁸³⁴

Um membro do estado-maior brizolista no exílio, Paulo Schilling, afirma que não havia, porém, articulação entre Caparaó e outros focos revolucionários na América Latina. Essa opinião é corroborada pelo professor Bayard Demaria Boiteux, um dos articuladores políticos da guerrilha do MNR, preso pela polícia no Rio de Janeiro na mesma época do desmantelamento do foco, o qual, segundo diz, “foi uma iniciativa exclusiva de brasileiros”.⁸³⁵ Por outro lado, um ex-agente dos serviços de informações do regime militar afirmou que “Che” Guevara esteve em Montevideu e encontrou-se com Brizola, tendo sido inclusive fotografado nas imediações de Curitiba, o que sugere que estava sendo monitorado pelos órgãos de segurança brasileiros.⁸³⁶

A recusa de Brizola, até seu falecimento (2004), em falar sobre o assunto, em nada contribuiu para esclarecer o episódio, que continua a ser um dos grandes mistérios da época dos “anos de chumbo” no Brasil. Como afirma Denise Rollemberg, em seu estudo sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil, publicado em 2001:

⁸³¹ Cf. Capitani, 1997, p. 101; e Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 35.

⁸³² *Op. cit.*, 1998, p. 570, nota 98.

⁸³³ Cf. *O Globo*, 03/04/1967, *apud* Costa, 2007, p. 223.

⁸³⁴ Cf. Gomes, 2002, pp. 26-9.

⁸³⁵ *Apud* Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 36. Segundo Paulo Schilling, Brizola teve uma reunião em Montevideu, nessa época, com o filósofo francês Régis Debray, um dos elementos de apoio da guerrilha de “Che” na Bolívia, cf. Costa, *op. cit.*, p. 126.

⁸³⁶ Cf. depoimento do Coronel Luiz Helvécio da Siveira Leite, *in*: Argolo & Fortunato, 2004, p. 187.

Uma vez que Brizola e Neiva Moreira recusam-se a falar sobre Caparaó, assim como Clodomir Moraes sobre as Ligas Camponesas, a reconstrução do apoio de Cuba à luta armada é limitada, ficando difícil saber se seus projetos estavam – e como estavam –, de fato, articulados aos de Che Guevara”.⁸³⁷

Nos últimos anos, surgiram novas informações que podem ajudar a elucidar esse enigma. Em 2007, o jornalista gaúcho José Mitchell escreveu um livro em que sustenta que Brizola e Guevara realmente se encontraram no Uruguai, antes da partida de “Che” para a Bolívia. Os dois líderes teriam discutido, na ocasião, um plano para invadir o Brasil e derrubar os militares. Segundo Mitchell, o fato lhe foi revelado pelo historiador Décio Freitas, que seria a única testemunha do encontro.⁸³⁸ Infelizmente, contudo, não é possível averiguar a veracidade dessa informação: falecido em 2004, mesmo ano da morte de Brizola, Décio Freitas levou para o túmulo esse segredo da luta clandestina contra o regime militar. A passagem de “Che” por terras brasileiras em seu último ano de vida, assim como o destino dos milhares de dólares entregues por Cuba a Leonel Brizola, continua, portanto, um mistério.

5.4. A reação do Governo

Diante da intensificação das ações armadas de esquerda nas principais cidades do País, as quais contavam com o apoio do regime de Havana, o Governo brasileiro reagiu, por meio do Itamaraty, realizando gestões junto aos fóruns internacionais para a adoção de medidas legais contra o terrorismo em âmbito continental.

Antes mesmo do AI-5 e do início do surto guerrilheiro, a questão foi tratada em diversas oportunidades pelos representantes dos países americanos. Em 24 de janeiro de 1966, o Brasil aprovou moção de repúdio da OEA às resoluções da Conferência Tricontinental de Havana, realizada naquele ano.⁸³⁹ Ao mesmo tempo, porém, a diplomacia brasileira insistia em sua postura independente. Assim, em 14 de fevereiro de 1967, o Brasil abandonou o projeto norte-americano da FIP, lançado dois anos antes por ocasião da crise na República Dominicana.⁸⁴⁰

⁸³⁷ Rollemberg, *op. cit.*, 2001, p. 37.

⁸³⁸ “Segundo Décio, num mapa em uma das paredes, Brizola mostrou vários pontos marcados em preto e que seriam focos de resistência, locais de armas escondidas ou de futuros levantes de quartéis no Brasil, quando Che invadissem o nosso país pela Amazônia. Haveria também focos de grupos guerrilheiros e rebeliões em quartéis da Brigada Militar e do Exército em diferentes pontos da fronteira, na contingência de que exilados no Uruguai invadiriam o Brasil pelo Rio Grande do Sul.” O ex-guerrilheiro Avelino Capitani teria confirmado o encontro secreto de “Che” e Brizola, cf. Mitchell, 2007, pp. 226-7.

⁸³⁹ Cf. Vizontini, *op. cit.*, 2004b, p. 369.

⁸⁴⁰ *Ibid.*, p. 370.

Mais tarde, na XII Reunião de Consulta da OEA, realizada em junho de 1967 em Washington, D.C., a questão do combate aos movimentos subversivos apoiados por Cuba voltou à pauta. Durante esse encontro, a delegação brasileira ainda se mostrava reticente quanto ao assunto: embora concordasse com a reunião de chanceleres solicitada pela Venezuela para debater a infiltração cubana, o Brasil declarou que somente tomaria uma posição baseado em evidências. O Chanceler Magalhães Pinto, que participava da Assembléia-Geral da ONU, não compareceu à Reunião. Na opinião de Paulo Vizontini: “Ficava evidente, no episódio, a tentativa da diplomacia brasileira de dar maior dimensão ao fato, como forma de evitar sua capitalização por parte dos Estados Unidos”.⁸⁴¹

No mesmo mês (junho de 1967), o Brasil “negou enfaticamente” sua participação em um pacto militar antiguerrilhas. Em um eco da visão desenvolvimentista seguida desde o período Vargas e implementada pela Política Externa Independente do período pré-64, Magalhães Pinto acentuou que o Itamaraty “colocava a questão do desenvolvimento acima do problema da segurança, convencido de que o progresso econômico permitiria a eliminação das próprias causas geradoras da instabilidade social e da agitação subversiva”. O Chanceler brasileiro considerou a realização da Conferência da OLAS em Havana como um “blefe”, buscando retirar-lhe qualquer importância. Chamou-a, ainda, de “fracasso”, por causa das divisões entre as correntes subversivas. Para Magalhães Pinto, a OLAS “não tem a importância que estão dando a imprensa e alguns círculos”.⁸⁴²

Durante esse período, ainda predominava na chancelaria brasileira uma abordagem essencialmente política, e não policial, do problema. Em setembro de 1967, durante Reunião de Chanceleres da OEA, novamente em Washington D.C., convocada para debater a subversão cubana na América Latina, o Brasil condenou a intromissão de Cuba na Venezuela, em favor do Governo do presidente Raúl Leoni, mas se opôs novamente à formação da FIP permanente, tal como desejado pelos EUA.⁸⁴³

Nos anos seguintes, e sobretudo após a decretação do AI-5 e o recrudescimento da onda subversiva no País, inclusive com a realização de sequestros de diplomatas estrangeiros, a postura da Diplomacia brasileira a respeito do assunto mudou substancialmente, em favor de uma atitude mais agressiva. Já no início de seu discurso à 25ª Assembleia-Geral da ONU, em 1970, o Chanceler Mário Gibson Barboza referiu-se à ameaça das ações terroristas e aos meios para enfrentá-la:

⁸⁴¹ *Ibid.*, pp. 104-5.

⁸⁴² *Ibid.*, p. 105.

⁸⁴³ *Ibid.*

Atualizando seus mecanismos de cooperação, os países do Hemisfério Ocidental reafirmam seu desejo de ampliar a ação comum pelo desenvolvimento e pela justiça. Fazem-no quando grupos extremamente minoritários, que seguem orientação alheia ou a ela obedecem, tentam, em vão, pelo terrorismo, perturbar o progresso de seus povos. Ações irracionais, como o seqüestro de aeronaves, assaltos e atentados à mão armada, aprisionamento de reféns inocentes, particularmente agentes diplomáticos, assassinatos bárbaros e covardes, são crimes que a opinião mundial repele e condena veementemente e que a Organização dos Estados Americanos já classificou como delitos comuns e, mesmo, de lesa-humanidade. Fazendo-se eco desse pensamento, a primeira Sessão Especial da Assembléia Geral da OEA reafirmou sua mais enfática repulsa a tais métodos de violência e terror.⁸⁴⁴

A fim de melhor lidar com o problema, Gibson Barboza intensificou seus esforços no sentido de aprovar uma Convenção internacional contra o terrorismo. A oportunidade surgiu com a convocação da Assembleia Geral da OEA em Washington, de 25 de junho a 8 de julho de 1970, que teve a questão do terrorismo como o item principal de sua agenda. O tema mostrava-se de extrema relevância, visto a onda de terrorismo que assolava a América Latina, principalmente na forma de sequestros diplomáticos, que no Brasil ameaçavam converter-se em prática rotineira.⁸⁴⁵ Nessa reunião, a primeira a ser realizada depois da reforma da Carta da OEA, realizada pelo Protocolo de Buenos Aires em 1970, foi aprovada, por 22 votos e uma abstenção (a do Chile, mais tarde modificada em favor da aprovação), uma resolução condenando energicamente os atos de terrorismo como “graves delitos comuns caracterizados por flagrante violação dos mais elementares princípios de segurança do indivíduo e da coletividade, ao mesmo tempo que atentados contra a liberdade e a dignidade da pessoa humana”, e recomendando “aos Estados membros que não o houvessem feito adotar as medidas que julgassem oportunas, no exercício de sua soberania, para prevenir e sancionar este gênero de delitos, tipificando-os em sua legislação”.⁸⁴⁶

Após a elaboração do projeto de resolução pelo Comitê Jurídico Interamericano, convocou-se uma reunião extraordinária da Assembleia Geral da OEA, realizada entre 25 de janeiro e 2 de fevereiro de 1971.

⁸⁴⁴ *Apud* Corrêa, *op. cit.*, 1995, p. 250.

⁸⁴⁵ Entre setembro de 1969 e dezembro de 1970, quatro diplomatas estrangeiros foram sequestrados por membros de organizações guerrilheiras no Brasil: o Embaixador dos EUA, Charles B. Elbrick (4 de setembro de 1969), o Cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi (11 de março de 1970), o Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben (11 de junho de 1970) e o Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher (7 de dezembro de 1970). Todos foram libertados em troca da soltura de presos políticos, cf. Gorender, *op. cit.*, pp. 181-6, 210, 217 e 220-1. Além desses, um diplomata brasileiro, o cônsul Aloísio Dias Gomide, foi mantido em cativeiro pelos guerrilheiros Tupamaros no Uruguai, de 31 de julho de 1970 até 22 de fevereiro de 1971, cf. Cravo, *op. cit.*, pp. 40 e 44, nota 2.

⁸⁴⁶ Barboza, *op. cit.*, p. 264.

Nessa segunda reunião, classificada como “extremamente frustrante” por Gibson Barboza, levantaram-se várias objeções ao projeto original, que foi considerado atentatório às liberdades e direitos individuais. Após uma série de *démarches* e fórmulas conciliatórias, aprovou-se um projeto de convenção muito mais restrito e diferente daquele elaborado pelo Comitê Jurídico Interamericano, o qual limitava o crime de sequestro “a pessoas a quem o Estado devia proteção especial” e mantinha o direito de asilo para quem praticasse atos terroristas. Inconformado e frustrado com o que lhe pareceu ser uma “farsa”, Gibson Barboza, representante brasileiro na Assembleia, retirou-se da reunião, abandonando-a juntamente com os representantes de Argentina, Equador, Guatemala, Haiti e Paraguai.⁸⁴⁷ Esvaziada, a convenção acabou não sendo ratificada por nenhum Estado e terminou caindo no esquecimento, para grande desapontamento do chefe da delegação do Brasil.

Outros eventos se sucederiam, nos quais as posições brasileira e cubana se confrontaram diretamente em organismos internacionais. Durante a Conferência do Movimento dos Não Alinhados, realizada em setembro de 1973 em Argel, Fidel Castro fez uma declaração que foi considerada uma crítica direta ao Brasil, provocando um protesto do representante brasileiro. Este foi impedido de falar na assembleia da organização, visto que o Brasil participava da Conferência na qualidade de observador, e não como membro efetivo. Apesar disso, apresentou no dia seguinte uma réplica às declarações do líder cubano, que foi bastante suavizada pela tradução simultânea.⁸⁴⁸

Frustrado o intento da Chancelaria brasileira de conseguir uma condenação ao terrorismo das organizações de esquerda por meios diplomáticos, o problema das guerrilhas ficaria circunscrito ao âmbito policial-militar, a cargo dos órgãos de repressão criados pelo regime de 1964, como a Operação Bandeirante (OBAN) e os Departamentos de Operações Internas-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs), além dos Centros de Informações das três Forças Armadas (Cenimar, CIE, CISA) e dos Departamentos estaduais de Ordem Política e Social (DOPS). Tudo isso reforçado por uma draconiana legislação de exceção, composta de Atos Institucionais e Complementares e da Lei de Segurança Nacional (Lei n.º. 898, de 23 de setembro de 1969), auxiliada pela censura governamental aos meios de comunicação, que amordaçou a imprensa, impedindo a divulgação de fatos considerados ofensivos à imagem do regime. Além dos demais órgãos de segurança do regime militar, vale assinalar a existência do Centro de Informações do Serviço Exterior (CIEEx), atuante dentro do Ministério das Relações Exteriores, e que tinha a função de

⁸⁴⁷ *Ibid.*, pp. 265 e 267.

⁸⁴⁸ Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, pp. 211-2.

coletar informações junto aos membros e funcionários do corpo diplomático brasileiro.⁸⁴⁹ No final, as guerrilhas foram aniquiladas, mas a um alto preço em termos de liberdades políticas. Como afirmou um General que participou diretamente do combate às organizações de esquerda: “resolveu-se matar a mosca com um martelo-pilão”.⁸⁵⁰

Além das declarações diplomáticas de repúdio ao regime cubano, a posição anticomunista do regime militar brasileiro revelou-se na forma do combate às guerrilhas esquerdistas que começaram então a atuar no Brasil, sob a influência direta ou indireta de Havana. Assim como ocorreu por ocasião do golpe que depôs Goulart em 1964, difundiu-se a ideia de que a repressão a esses movimentos no Brasil contou com o aberto incentivo e a participação de militares norte-americanos, ideia reforçada pela política norte-americana de apoio aos regimes militares latino-americanos na luta contra o comunismo, tal como demonstrado com a derrubada de Allende no Chile. No caso do Brasil, porém, há fortes motivos para crer que o regime ditatorial prescindiu desse apoio estrangeiro.

De fato, as políticas de Johnson e de Nixon coincidiram, em sua preocupação com a segurança hemisférica, com os objetivos das ditaduras militares latino-americanas, mas o anticomunismo destas e o aparato repressivo por elas posto em funcionamento estavam longe de ser artigos importados. Embora Nixon enfatizasse, durante reunião com seus principais assessores na Casa Branca em 6 de dezembro de 1970, que “o jogo está na Argentina e no Brasil” e que “jamais vou concordar com a política de rebaixamento dos militares na América Latina”, pois estes seriam “um centro de poder sujeito a nossa influência”, eram os generais brasileiros que empreendiam, com recursos próprios e *know-how* nativo, a repressão aos seus adversários políticos. Como afirma Elio Gaspari:

não há prova de que um só militar ou policial tenha aprendido a bater em seus presos nos cursos de intercâmbio patrocinados pelo governo dos Estados Unidos. Da mesma forma, não há prova de que americanos tenham participado de sessões de tortura. A polícia brasileira sempre excedeu, de muito, a americana na prática e na desenvoltura da criminalidade contra presos. Se uma delas tivesse algo a aprender com a utilização do pau-de-arara ou dos choques elétricos, seria a americana, não a brasileira.⁸⁵¹

⁸⁴⁹ Cf. Figueiredo (2005). Para a legislação de exceção do regime militar, ver Alves, *op. cit.*, 1989, pp. 157-9.

⁸⁵⁰ Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro, in: D’Araújo, Soares & Castro, *op. cit.*, p. 75. No auge do surto guerrilheiro, o ex-Chanceler e então Embaixador em Washington, Vasco Leitão da Cunha, defendeu publicamente a execução de prisioneiros políticos, cf. *Veja*, 15 de abril de 1970, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2002b, p. 94, nota 20.

⁸⁵¹ *Ibid.*, pp. 303-4.

Visão compartilhada por Jacob Gorender: “É uma tolice a idéia de que os brasileiros aprenderam a torturar com os norte-americanos. [...] se houvesse Prêmio Nobel para torturadores, estou certo de que os suecos seriam atentos às credenciais dos candidatos brasileiros. Nesta esfera, contamos com *know-how* de prestígio internacional”.⁸⁵²

Uma última observação. Apesar de estarem em campos ideológicos radicalmente opostos na Guerra Fria, o nacionalismo era um ponto em comum entre os grupos da extrema esquerda e da extrema direita militar. Consta que, em uma ocasião, a aproximação entre os dois pólos chegou perto de concretizar-se. Pouco antes de ser morto, o líder guerrilheiro Carlos Mariguella teve, inclusive, um encontro secreto com o General Albuquerque Lima, líder da linha-dura militar, que fora preterido na escolha do sucessor de Costa e Silva na Presidência da República.⁸⁵³ É o caso de se pensar se a morte de Mariguella não impediu uma aliança improvável entre guerrilheiros castristas e a ala mais radical dos militares encarregados de combatê-los.

⁸⁵² Gorender, *op. cit.*, p. 258.

⁸⁵³ *Ibid.*, pp. 187-9.



Capítulo VI

Anos de degelo: o processo de reaproximação Brasil-Cuba (1974-1986)

6.1. O Governo Geisel e o Pragmatismo Responsável (1974-1979)

6.1.1. *Distensão interna e universalismo*

Com a posse do General Ernesto Geisel na Presidência da República, em 15 de março de 1974, teve início uma nova fase da história política e diplomática do Brasil. Contrastando com a feroz repressão aos grupos de oposição e com a política de alinhamento com o mundo ocidental adotada desde 1964, o Governo Geisel deu início ao processo de abertura “lenta, gradual e segura” do regime e implementou uma política externa fortemente marcada pelo universalismo e por uma linha de maior independência. Surgiram divergências com os EUA em áreas importantes, como direitos humanos, política nuclear e transferência de tecnologias sensíveis, que ameaçaram abalar as relações entre os dois países e sinalizaram um novo *approach* brasileiro em relações internacionais.⁸⁵⁴

A emergência da rivalidade entre Brasil e EUA resultou de mudanças essenciais ocorridas na conjuntura internacional no início da década de 70. Esse período foi marcado pelo primeiro choque do petróleo, em 1973, e pelo arrefecimento da liderança norte-americana na região após a derrota no Vietnã e a renúncia do Presidente Nixon em decorrência do escândalo de Watergate em 1974. Como resultado, o poderio norte-americano parecia

⁸⁵⁴ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1989; e Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 401-11.

declinante, enquanto o bloco socialista, com a URSS à frente, parecia avançar cada vez mais na disputa de poder mundial.⁸⁵⁵ Chegava ao fim o que Eric Hobsbawm chamou de a “Era de Ouro”, caracterizada pelo otimismo e abundância dos anos pós-Segunda Guerra, e começavam os anos incertos da “Era da Desintegração”.⁸⁵⁶

Nessa nova conjuntura mundial, ocorreu no Brasil o retorno do grupo castelista ao poder, do qual estivera afastado desde a ascensão de Costa e Silva à Presidência da República, em 1967. O novo mandatário, General Ernesto Geisel, exerceria o poder com a mesma austeridade e disciplina com que comandava um quartel. Após a prosperidade geral do “Milagre” e a feroz repressão dos anos Médici, caberia a ele administrar um país em crise econômica e proceder à desmontagem do aparelho repressivo, que se convertera em verdadeiro poder paralelo durante os anos de chumbo do combate à subversão, ameaçando a própria autoridade presidencial.

Ex-tenente que tomou parte em diversas agitações políticas a partir de 1930, participante dos golpes que depuseram Getúlio Vargas em 1945 e João Goulart em 1964, Chefe da Casa Civil do Governo Castelo Branco e ex-Presidente da Petrobrás, sua política externa refletiria o tom marcadamente nacionalista e antiamericano que caracterizava o seu pensamento.

Via a participação do capital estrangeiro como um complemento do processo de desenvolvimento do país. As empresas estrangeiras podiam fazer o que quisessem, desde que fosse coisa que brasileiro não soubesse fazer. Era um nacionalismo sincero, utilitário e dirigista. Nele se infiltrava o conceito de projeto nacional comum às formulações dos autoritarismos de direita e de esquerda da metade do século XX,

assim o descreveu o jornalista Elio Gaspari.⁸⁵⁷ Entre os princípios que lhe norteavam a ação, acreditava que “a nação não se desenvolve espontaneamente”, pois necessita sempre de “alguém que a oriente e impulsione”.⁸⁵⁸ Era um militar rígido, austero e disciplinado.

Após a anarquia militar, que caracterizara a sucessão dos governos anteriores, impôs-se a missão de restabelecer a ordem e o respeito à cadeia

⁸⁵⁵ Cf. Kennedy (1989).

⁸⁵⁶ Cf. Hobsbawm, *op. cit.*

⁸⁵⁷ *Op. cit.*, 2003, p. 294. Geisel quis “induzir a iniciativa privada a crescer sob a liderança das grandes estatais não só porque não confiava no empresariado, mas também porque o estatismo de sua geração (à esquerda e à direita) derivava de uma visão autoritária do poder. Tinha preferência pelas empresas do governo porque, ao robustecê-las, poderia fundir hierarquia e ordem ao mercado. Hierarquia e ordem eram dois conceitos essenciais à sua maneira de pensar. [...] Autoritário, estatista e nacionalista, Geisel via no autoritarismo, no estatismo e no nacionalismo o caminho certo para o Brasil”, *ibid.*, p. 335.

⁸⁵⁸ Cf. D’Araújo & Castro, 1997, p. 287.

de comando, enquadrando os setores das Forças Armadas refratários à abertura política e levando adiante, com pulso firme, a “lenta, gradual e segura distensão” rumo ao restabelecimento da legalidade democrática.⁸⁵⁹

Sob a administração centralizadora de Geisel, ocorreria a mudança mais importante na diplomacia brasileira desde 1964. Como desdobramento da política externa nacionalista levada a efeito desde 1967, e aprofundando o distanciamento diplomático em relação aos EUA, a nova política exterior brasileira seria caracterizada por uma ênfase ainda maior no nacionalismo e na independência nacional. Para a chefia do Itamaraty, encarregada de implementar a transformação em curso na política externa do regime militar, foi nomeado o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira.⁸⁶⁰

De 1974 a 1979, esse novo enfoque em relações internacionais, que moldaria definitivamente a Diplomacia brasileira, influiria decisivamente nas relações com a ilha de Cuba.

6.1.2. *Um novo contexto mundial*

Quando Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira assumiram seus postos, a realidade mundial passara por profundas mudanças em relação à década anterior.

No terreno das relações entre as grandes potências, tivera início um período marcado por uma bipolaridade mais matizada entre os dois blocos político-ideológicos em que se dividia o mundo desde 1945. Tal fato se expressaria na chamada diplomacia triangular, com a política de *détente* entre EUA e URSS – iniciada após a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962 – atingindo o auge com a assinatura dos Acordos SALT entre Washington e Moscou e o reconhecimento, pelo Governo Nixon, da República Popular da China, em 1972.⁸⁶¹

Paralelamente à essa tendência à multipolaridade, haviam aumentado as divisões no seio do mundo socialista – já marcado, desde fins dos anos 40, pela defecção da Iugoslávia e, a partir de 1960, pelo conflito sino-soviético –, e surgiram novos polos de poder, como a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Japão. Tal processo era acompanhado,

⁸⁵⁹ Ver Gaspari, *op. cit.*, 2003.

⁸⁶⁰ Azeredo da Silveira é assim descrito por Elio Gaspari (*op. cit.*, 2003, p. 313): “[...] era irredutível em suas lealdades e insuperável nas vinganças. Tinha uma cultura utilitária, acompanhada por um egocentrismo que lhe permitia formular teorias com a naturalidade de quem manuseia um catálogo de ferramentas. Havia nele um nacionalismo assustador, quase xenófobo. Ninguém o julgava pelo que pensava, mas pelo que fazia”.

⁸⁶¹ Segundo Antonio Montilla Saldívia (*op. cit.*, p. 51), “o desenvolvimento do processo de distensão internacional dos anos setenta contribuiu também para permitir a ampliação das relações internacionais de Cuba e a recuperação de sua inserção hemisférica”.

no início dos anos 70, pelo auge da influência do Movimento dos Não Alinhados (após uma fase de aparente refluxo em 1965-1969), que se refletia no fortalecimento internacional de organizações como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Grupo dos 77 e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – esta última, sobretudo após o primeiro choque do petróleo, decretado pelos países árabes em decorrência do apoio ocidental a Israel na Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973.⁸⁶²

Na América Latina, o contexto da primeira metade dos anos 70 também modificara-se bastante. Após a onda de golpes de Estado direitistas ocorrida no início dos anos 60, surgiram no final da década governos militares nacionalistas em vários países do continente, como os dos generais Velasco Alvarado, no Peru, e J. J. Torres, na Bolívia, além da eleição do governo socialista da Unidade Popular no Chile, em 1970, e o retorno dos peronistas ao poder na Argentina, em 1973. Uma frente de esquerda, encabeçada pelo General Liber Seregni, concorreu com chances de vitória nas eleições presidenciais de 1971 no Uruguai, enquanto os governos de Luís Echeverría Álvarez, do México (1971-1977) e os, na Venezuela, de Rafael Caldera (1969-1974) e Carlos Andrés Pérez (1974-1979) desenvolviam políticas externas de caráter nitidamente terceiromundista, mantendo boas relações com o regime de Cuba, amparados na alta mundial dos preços do petróleo. Configurava-se, desse modo, uma clara tendência à contestação da hegemonia dos EUA na América Latina, de uma maneira que não se via desde a vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959.⁸⁶³

A derrubada, em 11 de setembro de 1973, do Governo marxista chileno de Salvador Allende (1970-1973) marcaria uma nova inflexão na política latino-americana. Nos anos seguintes, ocorreram golpes militares de direita também no Peru (1975), na Argentina (1976) e no Uruguai (1976). Somando-se esses às ditaduras militares já existentes no continente, em meados da década não existia mais nenhuma democracia no Cone Sul da América Latina.⁸⁶⁴

⁸⁶² Cf. Boersner, *op. cit.*

⁸⁶³ A influência de Havana sobre o Governo da *Unidad Popular* no Chile merece um estudo mais aprofundado. Destoando das versões de que o Presidente chileno foi morto ou suicidou-se durante o golpe, depoimento do ex-agente da DGI cubana Juan Vivés ao jornalista francês Alain Ammar, corroborado por Dariel Alarcón Ramírez (Benigno), sustenta que Salvador Allende teria sido executado por um de seus guarda-costas, Patricio de la Guardia, chefe das tropas especiais cubanas, quando Allende, acuado dentro do Palácio presidencial de La Moneda, demonstrou sua intenção de se render aos militares golpistas. Ver Ammar (2005).

⁸⁶⁴ Em 1976, os seguintes países sul-americanos viviam sob regimes militares de direita: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Apenas Colômbia (desde 1957) e Venezuela (desde 1958) tinham governos democráticos.

6.1.3. Da guerrilha à diplomacia

Essa nova realidade latino-americana e mundial traduziu-se em mudanças na política exterior de Cuba, no sentido de substituir a tática revolucionária dos anos 60 por uma abordagem mais pragmática, direcionada para os canais diplomáticos tradicionais. Embora Cuba continuasse a apoiar movimentos guerrilheiros, como os Tupamaros uruguaios e os Montoneros argentinos, tal apoio diminuiu bastante nos anos 70, tornando-se muito mais sutil e seletivo.⁸⁶⁵ Segundo Piero Gleijeses:

A questão não é que Castro não apoiava mais a luta armada. Nesses mesmos anos, Cuba ajudou os Tupamaros no Uruguai e a ala armada do movimento peronista (os futuros Montoneros) na Argentina. Esse apoio, porém, foi muito mais discriminatório e discreto do que tinha sido na década de 60. Castro não mais lançou apelos fervorosos pela revolução em toda a América Latina. Em vez disso, em fevereiro de 1970 Cuba assinou um acordo comercial com o governo democrata-cristão do Chile, e em agosto, um mês antes das eleições presidenciais chilenas, Castro anunciou: “É possível chegar ao socialismo através do voto”.⁸⁶⁶

Foi durante esse período também que as relações entre Havana e Moscou melhoraram significativamente. Embora, desde o começo dos anos 60, Cuba fosse vista pelos governos vizinhos como um satélite soviético nas Américas, as relações entre o regime castrista e a URSS nunca tinham sido fáceis.⁸⁶⁷ Na verdade, os dois países tinham mesmo entrado em fricção várias vezes, principalmente por causa das divergências em relação à luta armada na América Latina, somente desenvolvendo laços mais estreitos após 1968.⁸⁶⁸ Entre as causas dessa maior aproximação entre Havana e Moscou no final dos anos 60, estão certamente a dependência econômica crescente da ilha em relação à URSS, o fracasso da luta guerrilheira na América Latina e das primeiras incursões cubanas na África, o esfriamento

⁸⁶⁵ Um exemplo eloquente dessa nova política de Havana em relação aos movimentos revolucionários na América Latina foi a morte do líder guerrilheiro Francisco Caamaño Deñó na República Dominicana. Caamaño desembarcou em seu país em 1973, após anos de exílio, com o objetivo de deflagrar a guerra de guerrilhas no interior. Em poucos dias, seu pequeno grupo guerrilheiro foi cercado e aniquilado pelas forças dominicanas, sem que lhe tivesse sido prestado quase nenhum apoio cubano, cf. Gleijeses, 2002, p. 221.

⁸⁶⁶ *Ibid.*

⁸⁶⁷ “O fim da hegemonia dos EUA sobre Cuba em 1959-60 não levou necessariamente a relações fáceis entre Cuba e a URSS. Em vez disso, a fricção permeou a primeira década das relações cubano-soviéticas. Somente a partir do final da década de 60 Cuba se tornou um dos aliados mais próximos da URSS, um relacionamento que se tem desenvolvido desde a metade da década de 70”, Domínguez, *op. cit.*, p. 61.

⁸⁶⁸ “Em momentos chave, além disso, especialmente depois de 1970, Cuba veio exercer sua autonomia em relação à URSS ao liderar os soviéticos em assuntos de política externa, conquanto permanecesse preocupada e comportando-se consistentemente com os interesses soviéticos”, *ibid.*, pp. 62-3.

das relações com a China Comunista e a eleição de Richard Nixon para a Presidência dos EUA, em 1968, que sugeria uma abordagem mais dura de Washington em relação à “questão cubana”.⁸⁶⁹

Principalmente após 1970, o regime de Havana, embora crescentemente dependente da ajuda econômica da URSS, conseguiu exercer sua autonomia em relação ao Kremlin, particularmente em assuntos ligados ao Terceiro Mundo. Segundo o próprio Fidel Castro, em 1979, havia entre 2.000 e 3.000 militares soviéticos em Cuba, “subordinados às forças armadas cubanas”.⁸⁷⁰ Não obstante a isso, Cuba jamais aderiu ao Pacto de Varsóvia.⁸⁷¹ Em 1972, o país ingressara no Conselho de Cooperação Mútua Econômica (CAME), o mercado comum do bloco socialista, e o aumento em 300% do preço do açúcar de 1970 a 1978 reduzira a dependência de Cuba dos subsídios da URSS. Não obstante, os laços entre os dois países foram amplamente reforçados, resultando na maior sintonia entre Havana e Moscou nos assuntos internacionais, como observa Jorge I. Domínguez:

os recursos soviéticos impulsionaram a economia doméstica de Cuba e liberaram outros recursos, capacitando o governo cubano a conduzir uma política vigorosa no exterior. Ao mesmo tempo, a assistência econômica soviética tornou mais fácil para Cuba aceitar a hegemonia soviética ao custo de limitar, a um certo grau, a liberdade de ação de Cuba.⁸⁷²

A nova situação internacional apontava para o fim do isolamento de Cuba no plano diplomático. Nos anos 70, o regime de Havana intensificou suas relações com vários países capitalistas ocidentais. Em janeiro de 1975, o Vice Primeiro-Ministro Carlos Rafael Rodríguez visitou oficialmente a França, tendo obtido do governo francês créditos no valor de US\$ 350 milhões no período 1975-6. Foi a primeira vista oficial de uma alta autoridade cubana a um país não-comunista desde 1959. Em maio, Rodríguez visitou Londres, tendo conseguido um crédito de US\$ 550 milhões. Seguiu-se a visita a Havana do Primeiro-Ministro da Suécia, Olaf Palme, em 28 de junho de 1975. Em meados da década, o Japão se tornara o principal parceiro comercial de Cuba fora do bloco socialista, tendo aumentado suas exportações para a ilha de US\$ 51 milhões, em 1972, para US\$ 438 milhões em 1975.⁸⁷³

⁸⁶⁹ *Ibid.*, pp. 219-220.

⁸⁷⁰ *Ibid.*, p. 79.

⁸⁷¹ Em 1985, o Governo dos EUA estimava que havia uma brigada de combate da URSS com 2.500 tropas e um total de 7.000 militares da URSS em Cuba, juntamente com cerca de 8.000 civis soviéticos, *ibid.*, pp. 79-80. Ver também Gleijeses, *op. cit.*, p. 95.

⁸⁷² *Op. cit.*, p. 81.

⁸⁷³ Cf. Gleijeses, *op. cit.*, p. 224.

O fim do isolamento de Cuba no plano internacional levou a uma tentativa de reaproximação entre Havana e Washington. Apesar de algumas crises ocasionais envolvendo a presença de militares e de equipamento bélico soviético na ilha,⁸⁷⁴ ao longo da década de 70, os dois países procuraram retomar o contato rompido desde 1961. No Departamento de Estado norte-americano e em importantes círculos intelectuais e de imprensa dos EUA, era cada vez maior a percepção de que a política norte-americana de isolar Cuba, além de um anacronismo, era contraproducente. Assim, em junho de 1974, o Secretário de Estado do Governo Nixon, Henry Kissinger, enviou mensagem a Fidel Castro, na qual sugeria a realização de discussões secretas entre representantes dos dois países, visando à normalização total das relações bilaterais.⁸⁷⁵ Em 9 de julho de 1975, ocorreu um encontro secreto entre representantes de Cuba e dos EUA, no qual se discutiu uma série de ideias para uma melhoria recíproca das relações, nas palavras do secretário-assistente para América Latina, William Rogers. Paralelamente, Cuba intensificava suas relações com a URSS, tendo sido assinados cinco acordos econômicos entre Havana e Moscou em dezembro de 1972, assim como com a maioria dos países ocidentais (Canadá, Japão, Espanha, etc).⁸⁷⁶

Os anos do apoio cubano à revolução continental pareciam ter ficado para trás. Mas não era assim que pensavam muitos militares brasileiros.

6.1.4. As resistências internas

A nova conjuntura mundial e latino-americana influenciou decisivamente a orientação diplomática do Governo Geisel, que se caracterizou pela retomada dos pressupostos básicos da Política Externa Independente do período pré-1964. Após a “correção de rumos” de Castello Branco, a “diplomacia da prosperidade” de Costa e Silva e a “diplomacia do interesse nacional” de Médici, a política exterior brasileira voltava à linha a ela imprimida por Afonso Arinos e San Tiago Dantas em 1961-1964.⁸⁷⁷

Em termos concretos, a política exterior levada a efeito por Geisel e Azeredo da Silveira, batizada de *Pragmatismo Responsável*, expressou-se em atitudes como o voto brasileiro na Assembleia Geral da ONU favorável à condenação do sionismo como uma forma de racismo

⁸⁷⁴ Em 1970, foram detectadas bases de submarinos da URSS em Cienfuegos; em 1978, os EUA detectaram a presença de caças soviéticos MIG-23 na ilha; em 1979, foi a vez de uma brigada soviética instalada no país gerar preocupação em Washington, *ibid.*

⁸⁷⁵ *Ibid.*

⁸⁷⁶ *Ibid.*, p. 225. Ver também Domínguez, *op. cit.*, p. 5.

⁸⁷⁷ Ver Vizontini, *op. cit.*, 2004b.

(1974), o reconhecimento das independências das colônias portuguesas na África (1974-5), o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China (1975), a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha (1975) e a denúncia do Acordo Militar com os EUA (1977), vigente desde 1952.⁸⁷⁸ A Diplomacia brasileira buscou uma maior aproximação com os países da África e do mundo árabe, visando à diversificação de seus parceiros comerciais e à maior inserção do país no sistema internacional, através de uma retórica próxima do terceiromundismo, refletida na condenação ao regime do *apartheid* da África do Sul e no apoio brasileiro às aspirações de soberania do povo palestino, entre outras iniciativas.⁸⁷⁹

Em que pese a adoção de novas posturas em questões como a bipolaridade Leste-Oeste e o colonialismo português na África, a política de afirmação dos interesses nacionais brasileiros no contexto internacional seguiu uma linha de coerência em relação a dos governos militares anteriores, articulando-se, no plano interno, com o processo de distensão política “lenta, gradual e segura”.⁸⁸⁰ Era necessário adequar a conduta internacional do Brasil à nova conjuntura econômica. A crise do petróleo desencadeara o declínio do modelo de desenvolvimento do regime militar, levando ao início da crise econômica que se prolongaria durante os anos 70 e 80, na forma de crescimento do endividamento externo e da inflação, em virtude da decisão de manter o ritmo acelerado de crescimento econômico a qualquer custo, mediante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Daí a necessidade de uma política externa distanciada dos alinhamentos automáticos da Guerra Fria e voltada para os países do Terceiro Mundo, mediante a qual o Brasil buscou romper os laços de dependência estrutural em relação aos países desenvolvidos, demonstrados pela crise do “Milagre”. Ao mesmo tempo, porém, o Governo Geisel fez questão de desvincular a posição internacional do Brasil de qualquer simpatia ideológica com os países socialistas, de maneira mais incisiva do que a Política Externa Independente, reafirmando a identificação do país com o mundo ocidental contra o comunismo.⁸⁸¹ A política externa brasileira definia-se, assim, como *pragmática*, porque buscava manter relações com Estados independentemente do seu matiz ideológico, e *responsável*, porque não descurava do compromisso básico com os valores do Ocidente, a maior ênfase neste último aspecto distinguia-a da PEI.

⁸⁷⁸ Cf. Abreu, 1979, 38-59.

⁸⁷⁹ Cf. Pinheiro, 2001, pp. 75-88.

⁸⁸⁰ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1988, pp. 322-335.

⁸⁸¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1989, p. 226.

Apesar dessa postura universalista e ecumênica da política exterior brasileira, no tocante a Cuba não houve qualquer alteração. Isso estava em clara contradição com o surgimento de posições convergentes entre as representações dos dois países em vários foros multilaterais, mormente no que dizia respeito ao comércio internacional. Brasil e Cuba adotaram pontos de vista semelhantes e votaram a favor das mesmas propostas em diversas reuniões internacionais, em especial no que dizia respeito à defesa dos preços do açúcar, do qual ambos os países eram os maiores produtores mundiais. Assim, em 1976-1977, os objetivos dos dois governos coincidiram, de forma quase natural, em órgãos como o Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), criado em novembro de 1974 para defender os preços internacionais do produto.⁸⁸² Todavia, devido ao fato de as relações entre Brasília e Havana estarem rompidas há dez anos, não era possível uma articulação bilateral em torno de interesses comuns. Em depoimento prestado à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 1986, o Chanceler Azeredo da Silveira afirmou que tentou convencer Geisel a reatar com Cuba, mas o Presidente “não se sensibilizou com a proposta”.⁸⁸³

Essa situação continuou inalterável, mesmo após sinalizar-se uma abertura dos países latino-americanos em relação a Cuba no início dos anos 70. Não obstante, a partir de 1974, começaram a revelar-se, embora de forma tímida, alguns sinais de mudança da atitude brasileira em relação a Cuba, que acompanharam de perto a mudança de atitude dos países da região no tocante ao regime de Havana. Esse novo contexto expressou-se em 1974 na criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), com sede em Caracas, englobando todos os países da América Latina, inclusive Cuba, e excluindo deliberadamente os EUA.⁸⁸⁴ Em 9 de março de 1974, em resposta a tentativas de aproximação de Cuba, fontes diplomáticas declararam que o Brasil não voltaria a negociar enquanto não fosse revogada a resolução de 1964 da OEA, que determinou o bloqueio diplomático e econômico a Cuba com base no TIAR.⁸⁸⁵ Em setembro de 1974, o governo do Brasil condicionou seu apoio à suspensão do bloqueio à Cuba à comprovação da não intervenção cubana em assuntos de outros Estados. Pouco depois, em 12 de novembro de 1974, o Brasil absteve-se na votação para revogação das sanções a Cuba durante reunião do TIAR.⁸⁸⁶ Finalmente, em 29 de julho de 1975, a OEA decidiu-se pelo levantamento das sanções decretadas contra

⁸⁸² Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, p. 266.

⁸⁸³ Cf. *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1986, p. 14.

⁸⁸⁴ Cf. Balfour, *op. cit.*, p. 168.

⁸⁸⁵ Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004b, p. 380.

⁸⁸⁶ *Ibid.*, p. 381.

Cuba em 1964. Na votação, revelando uma mudança na orientação brasileira em face do regime cubano, o Brasil preferiu abster-se.⁸⁸⁷

A decisão brasileira de não buscar o reatamento com Cuba, nesse período, destoou também da nova política externa, menos revolucionária e mais pragmática, adotada pelo regime de Fidel Castro. Esta decorria da nova situação política da América Latina a partir do final da década de 60, marcada pelo aparecimento de governos militares reformistas e nacionalistas, dos quais o do Peru era o maior exemplo. Tais fatos terminariam por fortalecer a crença de que a mudança desejada viria não mais da ação guerrilheira, mas de uma aliança entre as diferentes forças sociais, crença esta, em 1970, pela vitória eleitoral da Unidade Popular no Chile, que parecia sinalizar para o caminho parlamentar e pacífico em direção ao socialismo.⁸⁸⁸ Como reflexo dessa mudança de posicionamento tático e estratégico, em junho de 1975, o regime cubano patrocinou uma reunião de partidos comunistas em Havana, buscando reaproximar-se destes após anos de críticas ferozes ao seu “reformismo” e “pacifismo”.⁸⁸⁹ Como afirma Jorge I. Domínguez, a mistura de militância revolucionária e pragmatismo político é um importante fator da política externa de Cuba:

Revolucionários como eram, os líderes cubanos não são nem dogmáticos nem estúpidos: eles aprenderam com os erros passados. Cuba ajudou a sabotar o Acordo Internacional do Açúcar em 1961; em anos posteriores cooperou nos esforços para regular o mercado mundial de açúcar. Cuba esteve em rota de colisão com o regime de Francisco Franco na Espanha nos anos iniciais do governo revolucionário em Cuba; a partir de 1963, Espanha e Cuba alcançaram um entendimento que permitiu o desenvolvimento de um comércio mutuamente lucrativo, e vinte anos depois Cuba lamentou oficialmente a morte de Franco. Cuba apoiou muitos movimentos revolucionários a fim de avançar outros objetivos mais importantes.⁸⁹⁰

Tal mentalidade essencialmente pragmática da diplomacia cubana está intrinsecamente ligada ao objetivo da sobrevivência do regime. Domínguez comenta:

O objetivo mais importante do governo cubano é sua própria sobrevivência. Ele correu o ousado risco de romper com os Estados Unidos e mesmo deu as

⁸⁸⁷ Cf. Abreu, *op. cit.*, 1979, pp. 49-50. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 591.

⁸⁸⁸ Cf. Balfour, *op. cit.*, pp. 164-5.

⁸⁸⁹ Cf. Castañeda, 1994, p. 79.

⁸⁹⁰ Domínguez, *op. cit.*, pp. 4-5.

boas-vindas às armas estratégicas soviéticas em solo cubano. A sobrevivência e prosperidade de um regime mais convencional poderia ter sido assegurada com menor custo através de melhores relações com os Estados Unidos. Essa visão revolucionária, hostil ao governo dos EUA, continua no coração da política doméstica e externa de Cuba. Uma vez ganho o poder em casa, Cuba teve de tornar o mundo seguro para sua revolução: o regime tinha que sobreviver. A aliança soviética tornou-se necessária para a consolidação desse regime. Assim, o desafio de Cuba à URSS em 1968 durou pouco porque teria colocado em perigo o regime.⁸⁹¹

Essa diplomacia pragmática levaria ao aumento da influência internacional de Cuba. No final da década de 70, 35 países recebiam ajuda militar ou civil de Havana. Em 1979, a influência de Cuba no cenário internacional chegou ao auge quando a capital cubana foi escolhida para sediar a VI Conferência do Movimento dos Não Alinhados, para cuja Presidência Fidel Castro foi eleito para um mandato de quatro anos, embora a sua pretensão de ser o líder moral do Terceiro Mundo ficasse seriamente prejudicada pela decisão de apoiar a invasão soviética do Afeganistão, no mesmo ano.⁸⁹² O prestígio alcançado pelo regime cubano em meados dos anos 70 é descrito por Jorge Castañeda:

As atividades de Cuba no exterior fizeram da ilha humilhada pela Emenda Platt e pelos prostíbulos de Havana um ator no cenário mundial. Cuba foi denegrada por Washington, ofendida por Moscou, mas respeitada, admirada e reverenciada em todo o Terceiro Mundo. O dirigente do povo cubano converteu-se em uma figura mundial, alguém que despertava orgulho nas choupanas tanto do interior quanto do litoral. Em seu apogeu – na sexta Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados, celebrada em Havana em 1979 e presidida por Fidel Castro –, a posição de Cuba no cenário mundial era uma fonte de dignidade para seu povo, de respeito para seu líder e de infinita irritação para seus inimigos.⁸⁹³

Visto esse cenário mundial cambiante, bem como o novo prestígio internacional de Havana, a manutenção da atitude da Chancelaria brasileira em relação a Cuba, assim como o rompimento em 1964, explica-se principalmente em termos de política interna. A decisão de não reatar relações diplomáticas com Cuba visou não prejudicar o processo de abertura

⁸⁹¹ *Ibid.*, p. 6.

⁸⁹² Cf. Balfour, *op. cit.*, pp. 159 e 176-9.

⁸⁹³ Castañeda, *op. cit.*, 1994, p. 58.

política, uma vez que poderia provocar reações desfavoráveis dos setores da “linha dura” que, embora afastados do poder desde o fim do Governo Médici, mantinham-se ativos. Além disso, as organizações armadas de inspiração castrista somente há pouco haviam sido debeladas e o espectro da revolução socialista continuava rondando as casernas, o que levou à manutenção, embora em escala reduzida, das operações repressivas. Longe de ser vista como um fantasma, a subversão comunista era encarada, por esses setores, como uma ameaça real, como observa Elio Gaspari:

As exorbitâncias, o tempo e os fatos deram um ar farsesco, quase folclórico, aos fantasmas do CIE. Contudo, inúmeras ameaças enfrentadas pela direita militar tiveram base real. Os oficiais que nelas acreditavam não cultivavam fantasias, mas tão-somente um anacronismo. Eles tentavam combater em 1976 a guerra de 69.

Os receios dos setores mais à direita do regime militar se justificavam, pois, na realidade, “o PCB estava infiltrado no MDB e na imprensa, e o ‘Ouro de Moscou’ existia. Fidel Castro efetivamente treinara e subsidiara o surto terrorista do final dos anos 60 e início dos 70, e a China dera instrução militar a três turmas de militantes do PCdoB”.⁸⁹⁴ Logo, parece equivocada a abordagem de alguns autores, segundo a qual as ligações do regime cubano com as guerrilhas não teriam sido substantivas, e que a segurança nacional jamais teria estado seriamente ameaçada pela ação cubana.⁸⁹⁵

Um relatório do serviço secreto da Aeronáutica (CISA), de novembro de 1975, deixava evidente que os temores da “comunidade de informações” em relação à subversão inspirada por Cuba eram ainda bastante fortes, em plena distensão política:

É bem possível que, em futuro próximo, repressão violenta tenha de ser retomada, sob condições ainda mais adversas (como aconteceu no Chile e agora na Argentina) ou estaremos correndo o risco de uma revolta, aparentemente para a restauração das liberdades democráticas, mas terminando sob o domínio de Cuba.⁸⁹⁶

A resistência da “linha dura” a qualquer modificação da linha essencialmente anticomunista da política externa brasileira em relação a Cuba ficou registrada no comunicado divulgado pelo Ministro do Exército,

⁸⁹⁴ Gaspari, 2004, p. 272.

⁸⁹⁵ Exemplo dessa abordagem é dada por Abreu, *op. cit.*, 2000, pp. 269-270.

⁸⁹⁶ Relatório reservado do CISA nº 47, de novembro de 1975, *apud* Figueiredo, *op. cit.*, p. 267.

General Sylvio Frota, em 12 de outubro de 1977, quando, em um momento decisivo do processo de abertura, foi demitido sumariamente por Geisel. Ao deixar o ministério, Frota, líder da “linha dura” e aspirante à sucessão de Geisel, divulgou nota em que apresentou, como prova do “abandono dos objetivos da Revolução”, entre outros fatos, “o voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos, que esconde, na omissão, a simpatia a um país comunista, exportador de subversão”.⁸⁹⁷

Ainda em 1985, quando o reatamento já se afigurava como praticamente inevitável, algumas vozes expressavam publicamente o pensamento da parte do estamento militar mais refratária ao reconhecimento do regime cubano. Em artigo na revista *Política e Estratégia*, o General Carlos de Meira Mattos, considerado um dos maiores especialistas em Geopolítica do Exército brasileiro, defendia a tese de que as condições que levaram ao rompimento de relações com Cuba em 1964 não haviam mudado substancialmente: a vitória dos sandinistas na Nicarágua e outros movimentos guerrilheiros na América Central demonstrariam, em seu entender, a continuidade da irradiação revolucionária cubana no continente latino-americano. Segundo Mattos, o reatamento somente faria sentido se as tropas cubanas se retirassem de Angola.⁸⁹⁸

Em que pensem essas reticências de parte da oficialidade, o reatamento se mostrava um imperativo da política externa brasileira. E, assim como em 1964, foram fatores domésticos que determinaram a política do Brasil em relação a Cuba. Ademais, no plano externo, o início de uma distensão entre Cuba e o governo norte-americano de Jimmy Carter (1977-1981) coincidiu com o esfriamento das relações do Brasil com os EUA.⁸⁹⁹ Por um curioso paradoxo histórico, no que dizia respeito às relações com Washington, Brasil e Cuba caminhavam em direções diametralmente opostas, dessa vez com o sinal trocado em relação a 1964.

6.2. As políticas africanas de Brasília, Washington e Havana

De todas as questões internacionais em que as políticas exteriores brasileira e cubana se encontraram durante a década de 70, a atitude de ambas as Chancelarias no que dizia respeito à África foi, certamente, a mais significativa. Se nas reuniões e organismos multilaterais surgiram pontos de convergência entre os objetivos dos dois países, nas colônias portuguesas

⁸⁹⁷ *Apud* Abreu, *op. cit.*, 1979, p. 50.

⁸⁹⁸ Cf. Mattos, 1985, p. 228, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, pp.270-1.

⁸⁹⁹ Cf. Vizontini, *op. cit.*, 2004b.

recém-independentes do continente africano Brasil e Cuba se colocaram, de maneira surpreendente, no mesmo lado.

Para o regime de Fidel Castro, o apoio à luta pela independência das colônias africanas, em especial as colônias portuguesas da África, era não somente uma questão política, mas ideológica. Desde o começo dos anos 60, Cuba apoiava abertamente movimentos de libertação colonial no continente negro, como uma manifestação de seu compromisso com o “internacionalismo revolucionário”. Agentes e técnicos cubanos, sobretudo médicos, foram enviados a vários países da região, especialmente Argélia, Congo (Zaire), Congo-Brazzaville, Angola e Guiné-Bissau. Segundo Piero Gleijeses, esse apoio atendia primordialmente aos objetivos cubanos, não Soviéticos:

Para Cuba, *realpolitik* e altruísmo iam de mãos dadas. A independência das colônias portuguesas enfraqueceria o Ocidente e traria novos amigos para Cuba. A causa era moralmente impositiva: um povo lutando com impressionante coragem contra o domínio colonial. E Cuba poderia arcar com os custos, tanto financeiros como humanos: entre 1966 e 1974, nove cubanos morreram em Guiné-Bissau, e apenas um foi capturado. Não é motivo para ver uma mão soviética [por trás de Cuba].⁹⁰⁰

A coincidência de interesses entre Brasília e Havana foi possibilitada pela decisão de Geisel de rever a posição tradicional brasileira em relação ao colonialismo de Portugal na África, onde o Governo de Lisboa enfrentava, desde 1961, uma custosa guerra de guerrilhas em suas “províncias ultramarinas” de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.⁹⁰¹ Essa mudança de atitude do Itamaraty não se relacionava diretamente com considerações ideológicas, nem geopolíticas, mas decorria, sobretudo, de um cálculo pragmático: o governo brasileiro temia que seu apoio irrestrito ao colonialismo de Lisboa prejudicasse suas relações com os países árabes produtores de petróleo, visto que estes em geral apoiavam, com base em uma visão comum anticolonialista, a luta de independência das colônias africanas. Os dois apoios – ao regime salazarista português e à Israel – estavam, assim, intimamente relacionados e custariam caro ao Brasil, daí porque “Geisel se assustara com a possibilidade de um boicote árabe e se tornara um crítico do que considerava um apoio gratuito a Israel”.⁹⁰²

⁹⁰⁰ Gleijeses, *op. cit.*, p. 212-3. Segundo Jorge I. Domínguez (*op. cit.*, p. 4), “há poucas provas de que Cuba age em assuntos internacionais simplesmente a reboque da URSS. Castro não é títere de ninguém.”

⁹⁰¹ Cf. Cervo & Bueno, *op. cit.*, pp. 420-3.

⁹⁰² Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 345.

Foi, portanto, somente após a decretação do boicote árabe à produção de petróleo, em represália ao apoio dos países ocidentais ao Estado judeu na Guerra do Yom Kippur, que o governo brasileiro decidiu mudar sua política para o Oriente Médio e para as colônias portuguesas da África. Como afirma Elio Gaspari, o mandatário brasileiro

só se transformou num adversário do colonialismo lusitano depois da crise do petróleo de 1973. Pressionado pelos americanos, o governo português permitiu que a ponte aérea destinada a garantir o suprimento de armas para Israel se reabastecesse nos Açores. Os países árabes responderam embargando as exportações de petróleo para Portugal.⁹⁰³

Com o mundo mergulhado em uma grave crise energética no início da década de 70, a manutenção de uma política pró-israelense e pró-colonialista na África constituía um anacronismo indefensável. Mais: era uma postura pouco realista, sobretudo porque os maiores produtores mundiais de petróleo estavam apoiando os movimentos de libertação.

É isso que explica o por quê de um regime militar conservador e essencialmente anticomunista ter reconhecido governos anticolonialistas de esquerda na África. À primeira vista uma atitude contraditória, tal mudança de posicionamento é explicada por José Flávio S. Saraiva:

Não há contradição entre a existência de um regime que combatia guerrilhas de esquerda no país e o reconhecimento de governos apoiados pelos soviéticos na África, como aconteceu no caso de Angola em 1975. As razões de Estado pesaram mais nas escolhas pragmáticas. Esboçava o Brasil um lugar na “nova partilha africana”. Esse lugar serviu para afirmar a idéia de que o Brasil tinha uma política global e universalista. Também serviu para desafiar os interesses norte-americanos na região. O Brasil ensaiou perfurar o neocolonialismo europeu e norte-americano na África por meio de um programa de ação que envolveu a mobilização de empresas estatais, empreiteiras, operações de counter-trade e o jogo de sedução das elites africanas por meio do discurso da africanidade brasileira.⁹⁰⁴

Um obstáculo a ser superado por essa nova visão do Itamaraty era o ressentimento dos africanos por décadas de apoio incondicional do Brasil ao colonialismo português. Tal postura, que se manteve inalterada

⁹⁰³ *Ibid.*, p. 366.

⁹⁰⁴ Saraiva, 2001, p. 11.

até aquela data, deixara marcas difíceis de serem apagadas. Nesse sentido, a mudança de orientação do Brasil na questão das colônias portuguesas da África tinha também o significado de ajustar as contas de uma dívida da Diplomacia brasileira com os povos africanos, atitude que começava a cobrar um alto preço ao Brasil, inclusive em termos econômicos. Como ressalta Elio Gaspari:

O etnocentrismo do Estado brasileiro deformara a sua posição na África. A aproximação com os movimentos nativos que passaram a governar o ultramar português parecia um ato de generosidade. Vista da África, era uma incerta correção de rumo de uma diplomacia colonialista fracassada. Os dirigentes dos movimentos vitoriosos queriam cobrar ao Brasil a frustração que eles lhes impusera ao aliar-se, desnecessariamente, aos portugueses.⁹⁰⁵

Em breve, os receios e desconfianças dos africanos em relação à diplomacia do Brasil deixariam de existir e dariam lugar a outro tipo de receio, desta vez interno, vindo principalmente de setores incrustados no interior do próprio regime militar brasileiro.

6.2.1. *A questão de Angola*

Especialmente após a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao regime salazarista vigente desde 1933 em Portugal, a independência da África portuguesa tornou-se inevitável. Essa nova realidade levou Brasília a abandonar sua atitude anterior, de apoio à permanência lusa no continente negro, em favor do direito dos povos africanos à independência, embora a presença de comunistas no novo governo português fosse significativa.⁹⁰⁶

O interesse brasileiro nas riquezas naturais dessas colônias e na conquista de novos mercados explica a mudança de posição de Brasília na questão. Em especial, o Brasil visava a maior, mais rica e mais populosa das colônias portuguesas de ultramar: Angola.

Com uma população de 5 milhões de negros e mestiços e 335 mil colonos portugueses, Angola era, na década de 70, o maior fornecedor de diamantes do mundo, um dos cinco grandes produtores de café, além ser de rico em petróleo (172 mil barris por dia na província de Cabinda, onde

⁹⁰⁵ Gaspari, *op. cit.*, 2004, p. 149.

⁹⁰⁶ Cf. D'Araújo & Castro, *op. cit.*, pp. 343-4.

estava instalada uma refinaria da Gulf Oil).⁹⁰⁷ Considerados esses números, não surpreende que o Brasil tenha sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, no dia mesmo de sua proclamação (11 de novembro de 1975), não obstante o caráter marxista do partido dominante, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto e apoiado pela URSS e por Cuba.⁹⁰⁸ Com isso, o Itamaraty sinalizava de maneira inequívoca que, acima de considerações ideológicas, estavam os interesses econômicos da Nação.

Do lado do governo cubano, desde o início dos anos 60, o regime de Fidel Castro desenvolvia uma política ativa de apoio a movimentos de libertação nacional no continente africano como parte de sua estratégia de “internacionalização da revolução” nos países do Terceiro Mundo.⁹⁰⁹ “Che” Guevara lutara nas guerrilhas do Congo em 1965 e voluntários cubanos participavam, desde 1960, de movimentos revolucionários em vários países africanos.⁹¹⁰ Fracassado o foquismo na América Latina, e com a maior aproximação entre Cuba e Moscou após 1968, o regime cubano resolveu optar pela intervenção direta nos países da África negra.

Nesse processo, ao contrário do que se convencionou pensar durante anos, o regime de Fidel Castro atuou por iniciativa própria, e não como um mero títere da URSS – que chegou a opor-se, em um dado momento, à intervenção cubana em Angola. “Os líderes soviéticos”, escreve Piero Gleijeses,

ficaram preocupados de que o envio de tropas cubanos prejudicasse a *détente* e ofendesse a maioria dos países africanos, e não estavam convencidos de que a situação em Angola o garantisse. O *timing* de Castro era débil. O enfermo Brezhnev estava focado nas conversações sobre limitação de armas estratégicas (SALT II) com os Estados Unidos e no Congresso de fevereiro de 1976 do Partido Comunista da União Soviética. [...] Claramente, Castro e Brezhnev estavam em ondas de transmissão diferentes.⁹¹¹

O próprio Henry Kissinger admitiu em suas memórias:

À época pensamos que ele [Castro] estava operando como um subordinado soviético. Não podíamos imaginar que ele agiria tão provocativamente tão

⁹⁰⁷ Cf. Tvedten, 1997, p. 82-3; e Guimarães, 1998, p. 20, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2004, p. 138.

⁹⁰⁸ Cf. Abreu, *op. cit.*, 1979, pp. 52-6; e D’Araújo & Castro, *op. cit.*, pp. 344-5.

⁹⁰⁹ Cf. Moraes, *op. cit.*, 1988, p. 147; e Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 597.

⁹¹⁰ Cf. Taibo II, 1995, pp. 85 e 192; Castañeda, *op. cit.*, 1997, pp. 341-398; e Gleijeses, *op. cit.*, pp. 78-159.

⁹¹¹ Gleijeses, *op. cit.*, p. 260. Ver também Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 597. Na opinião de Zbigniew Brzezinski, no tocante à intervenção cubano-soviética na África: “Foi Fidel quem arrastou a União Soviética para a guerra, e não o contrário. Os aviões russos decolaram de Havana sem que Moscou soubesse”, *apud* Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 147. Ver também Kissinger, 1999, pp. 815-7; e Coltman, 2004, p. 243.

longe de casa, a menos que fosse pressionado por Moscou para compensar a União Soviética por seu apoio militar e econômico. As evidências agora disponíveis sugerem que o oposto foi o caso.⁹¹²

Longe de terem sido meros agentes dos interesses soviéticos, os cubanos atuaram de forma independente, segundo sua própria lógica e objetivos. Nas palavras de Elio Gaspari: “Fica a impressão de que as aventuras latino-americanas levaram Fidel a sonhar, aos 48 anos, com uma guerra de verdade”.⁹¹³ Essa nova postura de Havana levou a um aumento significativo da presença militar cubana na região. A partir de 1975, Cuba manteve uma força militar no exterior, relativamente à sua população, maior do que a que os EUA mantiveram no Vietnã no ápice do conflito.⁹¹⁴

A ajuda miliar cubana estendeu-se também a outras regiões, como o Oriente Médio. Em 1973, cerca de cem instrutores cubanos foram enviados para treinar a milícia do regime fortemente pró-comunista do Iêmen do Sul. Em algumas situações, soldados cubanos chegaram a entrar em combate: após a Guerra do Yom Kippur entre Israel e seus vizinhos árabes, em outubro de 1973, mil soldados cubanos chegaram à Síria e, como tripulantes de tanques soviéticos T-54, engajaram-se em duelos de artilharia com as forças israelenses na guerra de atrito que se seguiu, tendo retornado para casa em fevereiro de 1975. Entre 1972 e 1974, instrutores militares cubanos ajudaram a treinar as forças locais em Serra Leoa, Somália e Guiné Equatorial. Foi prestada ajuda militar e técnica também à Argélia, Guiné, Congo, Tanzânia, Mali e Somália.⁹¹⁵

Mas foi em Angola que a presença cubana se fez sentir de forma mais forte e duradoura. Como parte da nova estratégia de Havana, cerca de vinte mil soldados cubanos foram enviados a Angola, a partir de 1975, para combater ao lado do governo socialista do MPLA, em uma gigantesca ponte aérea (*Operação Carlota*), as forças antimarxistas da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi, apoiadas pelos EUA e pela África do Sul.⁹¹⁶ Em 1977, a presença cubana na África foi ampliada com o envio de soldados para combater ao lado do governo pró-soviético de Mengistu Hailé Marian, na Etiópia, contra a Somália pela posse da região de Ogaden e contra os rebeldes que lutavam pela independência

⁹¹² *Apud* Gleijeses, *op. cit.*, p. 307.

⁹¹³ *Op. cit.*, 2003, p. 145.

⁹¹⁴ Cf. Domínguez, *op. cit.*, pp. 1-2.

⁹¹⁵ Cf. Gleijeses, *op. cit.*, pp. 226-8. Ver também Benemelis (1988, 2002).

⁹¹⁶ Cf. Balfour, *op. cit.*, p. 171. Para mais detalhes sobre a intervenção cubana em Angola, ver o memorando da CIA, número EO-1997-00620, com data de março de 1977, “Intelligence Memorandum – Soviet and Cuban Intervention in the Angolan Civil War”, disponível no site <www.foia.cia.gov>.

da Eritreia.⁹¹⁷ Ao ser declarada a independência de Angola e das demais possessões portuguesas, Brasil e Cuba defendiam posições semelhantes, chocando-se com os interesses de Washington e de Pretória no continente africano: o Brasil, entre outras razões, por causa do petróleo angolano; Cuba, por razões pragmáticas e ideológicas.

À primeira vista, mais um capítulo da Guerra Fria,⁹¹⁸ a intervenção cubana e a guerra civil em Angola envolveram, na realidade, interesses muito mais complexos de cada ator político envolvido na disputa. Para os norte-americanos e soviéticos, tratava-se, obviamente, de garantir o controle e a lealdade de um país vital do continente negro para a balança de poder na contenda ideológica global entre as duas superpotências. Para os chineses, tratava-se de aumentar sua influência na África, em sua disputa com Moscou pela liderança do mundo comunista. Para os racistas sul-africanos, a questão se resumia a impedir o que julgavam ser uma ameaça marxista à posse da Namíbia e à manutenção do *apartheid* em suas fronteiras. Para Cuba, era uma oportunidade de aplicar sua política internacionalista, pondo um pé na África subsaariana. O envolvimento desses atores políticos no conflito angolano é assim descrito por Elio Gaspari:

Entre abril de 1974 e o dia 11 de novembro de 1975, quando a bandeira portuguesa deixaria o mastro do palácio do governo de Luanda, todos os cavaleiros da Guerra Fria meteram-se na rivalidade das três facções angolanas. A União Soviética armou o MPLA com milhares de fuzis AK-47. Americanos e chineses ampararam a FNLA. Washington triplicara sua mesada, elevando-a para 300 mil dólares anuais. Pequim mandara-lhe 450 toneladas de armas e 120 instrutores militares, comandados por um general. Até maio de 1975 a Unita não teve patrocinador ostensivo. Vivia de subvenções secretas do governo português.⁹¹⁹

Quanto ao Brasil, a questão de Angola revestia-se de um significado próprio, estando ligada à implementação da política de Pragmatismo Responsável, que permitiu um alargamento do grau de independência diplomática brasileira em relação a Washington. O governo norte-

⁹¹⁷ Cf. Balfour, *op. cit.*, pp. 174-5.

⁹¹⁸ Curiosamente, o golpe de 25 de abril de 1974 em Lisboa foi visto como uma bênção pela Casa Branca. Henry Kissinger escreveu ao Presidente Richard Nixon que o movimento português "poderia fornecer alguns benefícios de médio prazo para os Estados Unidos - por exemplo, uma possível redução ou o fim da pressão portuguesa por armas dos EUA para usar nos territórios africanos", *apud* Gleijeses, *op. cit.*, 233.

⁹¹⁹ Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 139. Para os AK-47 e a ajuda chinesa, ver Guimarães, *op. cit.*, pp. 100 e 159. Para a mesada de Washington, ver Stockwell, 1978, p. 54; e Kissinger, *op. cit.*, p. 795. Para a ajuda do Governo português à UNITA, ver Guimarães, *op. cit.*, p. 131; e Gleijeses, *op. cit.*, p. 239. O Governo dos EUA teria oferecido 14 milhões de dólares à FNLA e à UNITA para que capturassem Luanda antes de 11 de novembro de 1975, cf. Maxwell, 1995, p. 144.

-americano, desconhecendo o alcance e o significado dessa mudança de orientação diplomática do Brasil, supunha ter todos os motivos para acreditar que o Governo Geisel acompanharia sua política em Angola. Segundo Elio Gaspari, os EUA chegaram mesmo a enviar um emissário a Brasília, a fim de solicitar algum tipo de cooperação militar do governo brasileiro, particularmente sargentos negros, “pois tinham a virtude de falar português”. O pedido foi recusado.⁹²⁰

Em outubro de 1975, ocorreu aquilo que Elio Gaspari chamou de “uma das grandes surpresas da política mundial”.⁹²¹ No dia 14, teve início a *Operação Zulu*: uma coluna blindada sul-africana, da qual faziam parte ex-oficiais portugueses e cerca de mil angolanos, penetrou em Angola. Uma semana depois, 1.500 soldados sul-africanos invadiram o sul do país, vindos da Namíbia.⁹²²

A resposta de Cuba e da URSS não se fez esperar. Em maio, a CIA detectou a chegada a Angola de um pequeno contingente de tropas cubanas.⁹²³ Em meados de agosto, iniciaram-se os preparativos da “Operação Carlota” – a gigantesca ponte aérea que levaria milhares de soldados cubanos até Luanda.⁹²⁴ Em julho, o Comandante cubano Victor Schweg Colás (Ziwa) passara pela capital angolana, retornando em setembro.⁹²⁵ Em agosto, havia cerca de 230 conselheiros militares cubanos no país.⁹²⁶ Segundo Elio Gaspari:

Em duas semanas, a partir de 31 de outubro (dezessete dias depois da invasão sul-africana), a União Soviética mandou vinte aviões-cargueiros para Brazzaville e Luanda. Entregaram cerca de duzentos veículos blindados, entre os quais algo como cinquenta tanques, lançadores de foguetes, artilharia pesada e mais de 20 mil rifles.⁹²⁷

Nesse momento, antes de 11 de novembro, calculava-se em até 1.500 o número de soldados cubanos em Angola.⁹²⁸ Em 3 de novembro, eles entraram em combate – com sucesso – contra uma coluna inimiga

⁹²⁰ Cf. Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 142. O ex-chefe de uma força-tarefa da CIA, John Stockwell (1978, p. 126), relatou em livro que encontrou brasileiros em Ambriz, no quartel-general da FNLA; dois deles eram mercenários, o terceiro vestia uniforme de major do exército. A CIA teria recrutado mercenários no Brasil, em Portugal e em vários países africanos para combater em Angola, cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 813.

⁹²¹ *Op. cit.*, 2003, p. 144.

⁹²² Cf. Guimarães, *op. cit.*, p. 110.

⁹²³ Cf. Gates, 1996, p. 66.

⁹²⁴ Cf. Maxwell, *op. cit.*, p. 144.

⁹²⁵ Cf. Báez, 1997, p. 206.

⁹²⁶ Cf. Guimarães, *op. cit.*, p. 145.

⁹²⁷ *Op. cit.*, 2003, pp. 145-6. Ver também Kissinger, *op. cit.*, p. 815.

⁹²⁸ Cf. Guimarães, *op. cit.*, p. 146.

em Benguela.⁹²⁹ Na segunda quinzena de outubro, jornais franceses denunciaram a presença cubana em Angola. A *Operação Carlota* transportou, em 7 de novembro, 650 combatentes do Ministério do Interior (MININT) cubano ao país africano. Às vésperas da proclamação da independência do país, em novembro, o número de soldados cubanos em Angola já chegara a 5.000 combatentes.⁹³⁰ Nesse meio-tempo, o governo brasileiro despachava três navios repletos de alimentos para auxiliar o governo sitiado do MPLA em Luanda.⁹³¹

O aumento da presença cubana e o recrudescimento dos combates, entretanto, não levariam a uma mudança na posição brasileira sobre a questão de Angola. Em 11 de novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com a recém-nascida República Popular de Angola. Como lembra Elio Gaspari, “nenhuma grande nação ocidental, nem sequer africana, acompanhou o gesto”. Posteriormente, em uma conversa com o Chanceler Azeredo da Silveira, o diplomata Ítalo Zappa, Chefe do Departamento para a África do Itamaraty e um dos principais artífices da política brasileira para as ex-colônias africanas de língua portuguesa – e que seria nomeado, anos depois, primeiro Embaixador brasileiro em Cuba após o reatamento de relações diplomáticas –, considerou o reconhecimento de Angola “o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos trinta anos”.⁹³²

A posição brasileira provocou, evidentemente, descontentamento em Washington. Isso se refletiu, no decorrer da crise angolana, na intensificação da luta entre o MPLA e as duas outras facções apoiadas pelos EUA e pela África do Sul, levando à proliferação de boatos e de intrigas. Em fins de novembro de 1975, por exemplo, um comunicado da UNITA anunciou a captura de 20 assessores militares soviéticos, 35 cubanos, 15 moçambicanos, 3 congolese e 1 brasileiro, feitos prisioneiros quando da tomada, pela UNITA, da cidade de Malange, a leste de Luanda. O detalhe é que Malange não fora tomada, nem qualquer assessor militar estrangeiro caíra nas mãos da UNITA. Não havia nenhum assessor militar brasileiro atuando junto ao MPLA. O comunicado não passava de uma peça de desinformação, produzida pela estação da CIA em Lusaca, Zâmbia.⁹³³

Washington continuou a expressar sua insatisfação com a atitude do Brasil em Angola. Falando em um programa de TV no domingo, 12 de dezembro de 1975, o então Embaixador dos EUA na ONU, Daniel Patrick Moynihan, deixou claro que o Departamento

⁹²⁹ Cf. Furiati, *op. cit.*, 2002, p. 227.

⁹³⁰ Cf. Guimarães, *op. cit.*, pp. 146-7.

⁹³¹ Cf. Stepan, 1986, p. 100.

⁹³² *Apud* Gaspari (*op. cit.*, 2003, p. 148). Geisel decidiu reconhecer o governo do MPLA em 6 de novembro.

⁹³³ Cf. Gleijeses, *op. cit.*, pp. 325-6.

de Estado considerava o Brasil um alvo potencial do expansionismo soviético: “Se o neocolonialismo soviético for bem-sucedido [em Angola], o mundo não será mais o mesmo. [...] As rotas de petróleo da Europa estarão sob controle soviético, assim como o estratégico Atlântico Sul, com o próximo alvo na lista do Kremlin sendo o Brasil”. Tal posição era compartilhada pelo presidente Gerald Ford. Na mesma época, o antigo adido militar norte-americano no Brasil em 1964, General Vernon Walters, tentou influenciar os militares brasileiros para que ajudassem os EUA, buscando recrutar mercenários no Brasil para lutar em Angola contra o MPLA.⁹³⁴

Mas não somente os EUA demonstravam desconfiança em relação à atitude brasileira no tocante a Angola. A URSS também tinha profundas reservas *vis-à-vis* à política externa do Brasil, particularmente quanto à relação do Brasil com o MPLA. Segundo Piero Gleijeses:

Os soviéticos também estavam ressabiados com o Brasil, que reconhecera a República Popular de Angola de Neto com velocidade suspeita. ‘Muito embora pareça que a iniciativa veio deles [os brasileiros]’, o Embaixador Afanassenko disse a Columbié que não se poderia excluir a possibilidade de que eles o tenham feito sob inspiração dos Estados Unidos, ‘que sabe que seria bem fácil para os brasileiros manipular a liderança do MPLA’.⁹³⁵

Apesar da oposição das duas superpotências, o reconhecimento brasileiro do governo de Luanda reforçava-se a cada dia, à medida que o MPLA consolidava sua posição, alcançando, com o apoio das tropas cubanas, vitória após vitória no campo de batalha contra as forças da UNITA, da FNLA e da África do Sul. Em 9 de janeiro de 1976, as forças cubanas e do MPLA derrotaram a FNLA no Norte do país, levando a Embaixada brasileira em Luanda a reportar: “Somente obstáculos naturais, como pontes destruídas, estão retardando o avanço do MPLA”. Em 26 de fevereiro, o Ministério da Defesa de Angola declarou a completa libertação do Norte do país.⁹³⁶

Provavelmente um aspecto facilitador do reconhecimento brasileiro do governo marxista de Angola, embora pouco percebido na época, foi o caráter ideológico eclético e pouco ortodoxo do MPLA. Piero Gleijeses

⁹³⁴ *Ibid.*, pp. 332-4.

⁹³⁵ *Ibid.*, p. 366. Os soviéticos também não se mostravam muito favoráveis à intervenção cubana em Angola: “O mínimo que se pode dizer, até os arquivos soviéticos serem abertos, é que Moscou não foi um participante entusiasmado. Provavelmente, a contenção soviética foi provocada pela preocupação quanto ao impacto sobre a *détente*, ou pela irritação com a decisão unilateral de Castro, ou por dúvidas sobre a capacidade dos cubanos de deter os sul-africanos, ou por reservas quanto ao MPLA”, *ibid.*, p. 371.

⁹³⁶ *Ibid.*, pp. 338-9.

chama a atenção para esse fato ao afirmar que os novos dirigentes angolanos esposavam uma interpretação eclética do marxismo.

Alguns intelectuais, nenhum em uma posição elevada, apoiavam o socialismo ortodoxo orientado em direção à União Soviética. A grande maioria dos comandantes militares não tinham bússola ideológica além de uma vaga crença de que a independência deveria ser seguida por mudanças profundas na sociedade angolana. Conquanto indefinido o compromisso ideológico do MPLA possa ter sido, ele os colocou à parte: os líderes da FNLA e da UNITA não esposavam nenhuma doutrina política.⁹³⁷

Qualquer que fosse a real orientação ideológica dos detentores do poder em Luanda, porém, o que realmente importa é que, ao reconhecer o novo governo independente de Angola, o governo militar do Brasil colocou-se no lado oposto ao dos EUA. E isso unicamente por razões geopolíticas. Fosse a FNLA ou a UNITA que estivesse no controle na capital certamente Brasília as teria reconhecido como o legítimo representante do povo angolano. Foi a fria, e às vezes cruel, *realpolitik* e não considerações ideológicas de qualquer tipo, o que guiou a Diplomacia brasileira na época.

Definitivamente, a realidade internacional de 1975 não era mais a mesma de 1964. Se havia alguma dúvida, o papel do Brasil no conflito de Angola enterrou-a para sempre.

6.2.2. *Os contenciosos do Brasil com os EUA*

Ao lado da Independência de Angola, uma outra questão que colocou Brasil e EUA em lados opostos, estando diretamente ligada à política interna brasileira, foi a dos direitos humanos. A nova administração norte-americana de Jimmy Carter tomara para si a tarefa de restabelecer a liderança ética dos EUA no mundo, seriamente abalada após os escândalos dos anos Nixon e o trauma do Vietnã. O novo Presidente norte-americano decidira transformar a defesa da democracia em um “instrumento de afirmação da política externa dos Estados Unidos sobre a União Soviética”. Essa política, formulada pelo professor da Universidade de Columbia e um dos responsáveis pela política externa do novo governo democrata, Zbigniew Brzezinski, partia do pressuposto de que “a causa dos direitos

⁹³⁷ *Ibid.*, 236.

humanos era justa e invencível, pois colocaria a URSS e o bloco comunista numa eterna e inglória defensiva”.⁹³⁸

Apesar de ser, em sua essência, uma política voltada para a contenção do comunismo, mediante a aplicação daquilo que seria chamado, anos depois, de *soft power*,⁹³⁹ a política de defesa dos direitos humanos defendida por Carter e Brzezinski não foi bem recebida pelos governantes militares brasileiros, o que levou ao recrudescimento do nacionalismo autoritário do Governo Geisel em suas relações com os EUA. Com efeito, raras vezes na história política brasileira, mesmo durante os governos Vargas ou Goulart, o relacionamento entre Brasília e Washington esteve tão estremecido. Como observa Elio Gaspari:

Para os militares que haviam derrubado Goulart, a conduta de Carter era incompreensível. Combatiam na Guerra Fria ao lado dos americanos. Tinham derrotado o terrorismo e as guerrilhas comunistas, estavam abrandando o regime e, de uma hora para outra, sentiam-se isolados, confundidos com Pinochet. Viam como excentricidade aquilo que viria a ser uma profunda mudança de rumo da política americana.⁹⁴⁰

Logo as denúncias de violações de direitos humanos no Brasil, somadas às pressões da Casa Branca contra a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, fariam com que as relações entre os dois países, que haviam sido excelentes durante o Governo Castello Branco e começaram a esfriar após 1967, chegassem ao seu ponto mais baixo em muitos anos. As tensões se avolumaram, culminando, em 1977, na denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA, o que foi considerado o maior “ato de hostilidade” praticado por um Presidente brasileiro contra os Estados Unidos em todos os tempos.⁹⁴¹

A forma como a questão foi encaminhada por Geisel revela o caráter extremamente nacionalista e antiamericano de seu Governo, o que põe por terra as teorias sobre a “subserviência” do regime militar brasileiro aos ditames do “imperialismo norte-americano”. A combinação de antiamericanismo e de anticomunismo que caracterizou a ação governamental brasileira no período pode ser constatada na forma como o General Golbery do Couto e Silva ironizou a utilização do fato – o virtual rompimento com a política norte-americana – para fins de propaganda

⁹³⁸ Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 373.

⁹³⁹ Para o conceito de *soft power*, ver Nye (2001).

⁹⁴⁰ Gaspari, *op. cit.*, 2003, p. 380.

⁹⁴¹ *Ibid.*, p. 387.

ufanista: “Se aceitarmos apoio político, acabam fazendo uma passeata que começará na Cinelândia, aplaudindo o presidente. Quando chegar à Presidente Vargas, estará gritando ‘Abaixo o imperialismo’. Na praça Mauá incorporará uma faixa pedindo a legalidade do Partido Comunista”.⁹⁴² O regime era certamente anti-EUA, mas nem por isso perderia de vista a necessidade de controle social.

Paradoxalmente, o anticomunismo do quarto governo militar brasileiro desde 1964, em que pese o processo de distensão política interna, influenciou para o esfriamento das relações com os EUA. Geisel via com desconfiança e opunha-se com veemência a qualquer tentativa de ingerência norte-americana nos assuntos brasileiros porque era um nacionalista, mas também porque, como sublinha Elio Gaspari, estava convencido de que os EUA, com a política de Carter, “enfraqueciam os aliados que combatiam o comunismo”. A ameaça representada pelo regime de Cuba na América Latina havia diminuído bastante, as guerrilhas esquerdistas haviam sido sufocadas, o regime dava seus primeiros passos no caminho da descompressão política, mas o governo militar brasileiro ainda via os EUA como um aliado natural contra a ideologia comunista. Daí, entre outros fatores, o estranhamento causado pela nova política de Washington. Como disse, em carta a Geisel, o General Ivan de Souza Mendes, seu ex-colaborador na Petrobrás e então Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Esceme), vocalizando as preocupações dos militares brasileiros com a nova política de Washington: “Parece que os americanos estão agindo exatamente ao contrário do que seria desejável, fazendo mesmo admitir como possível, uma infiltração de elementos comunistas, ou pelo menos esquerdistas, nas altas esferas do governo. Quem perde, afinal de contas, é todo o Bloco Ocidental”.⁹⁴³

As raízes dessa política fortemente nacionalista e anticomunista do regime militar brasileiro remontam ao pensamento da ESG, e, em especial, de seu principal ideólogo, Golbery do Couto e Silva. Como diz Maria Helena Moreira Alves, “Embora aceite a necessidade de subordinação ao ‘Gigante do Norte’, Golbery reivindica a posição de barganha de um aliado ‘privilegiado’”.⁹⁴⁴ O próprio Golbery assim colocou os termos da relação entre o Brasil e os EUA, com sua peculiar linguagem rebuscada:

Justo me parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam mesmo

⁹⁴² *Ibid.*

⁹⁴³ *Ibid.*, p. 389 e 391.

⁹⁴⁴ *Op. cit.*, 1989, p. 47.

com seu sangue contra o invasor intruso de eras passadas. Também nós podemos invocar um “destino manifesto”, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte...⁹⁴⁵

Essa atitude de barganha dos militares brasileiros em face do poderio norte-americano, visando à implementação de seu próprio “destino manifesto” na América do Sul, levou a que muitos observadores enxergassem aí um “subimperialismo” brasileiro. Na análise de Maria Helena Moreira Alves:

Os líderes militares brasileiros acreditam que o mais alto preço deve ser pago pelo constante apoio do Brasil e sua integração à Aliança Ocidental. Além disso, é evidente que os militares nutrem eles mesmos certas idéias subimperialistas, especialmente no que diz respeito às relações entre o Brasil e outros países da América Latina. Desenvolveram, assim, uma “visão pragmática das relações exteriores”. Os militares com toda evidência acreditam no “destino manifesto” do Brasil, em sua posição geograficamente estratégica e em seu potencial para alcançar uma posição de superpotência.⁹⁴⁶

Visto isso, fica mais fácil compreender o porquê das tensões entre o Governo Geisel e a administração Carter. O anticomunismo aproximava os militares brasileiros dos objetivos dos EUA; o nacionalismo do regime, porém, afastava-os. Essa tensão refletiria-se em outros episódios, como o reconhecimento pelo Brasil, em 1975, da República Popular da China, após 25 anos em que os representantes brasileiros votaram sistematicamente contra o ingresso de Pequim na ONU. Mesmo depois da reaproximação entre EUA e China, ocorrida em 1971, setores importantes do governo brasileiro continuaram insistindo em reconhecer em Taiwan o representante do Estado e do povo chinês. Contrariando o prognóstico otimista de Azeredo da Silveira, segundo o qual o reconhecimento da China comunista seria tarefa fácil, visto que inclusive ditaduras direitistas como a chilena mantinham relações com Pequim, os comandantes militares opuseram-se, alguns veementemente, à reaproximação. Uma vez mais, em reunião com seus ministros militares para tratar do tema, o Presidente brasileiro justificou a medida em termos pragmáticos e nacionalistas: “Se vocês querem ser coerentes, então vamos cortar relações com a Rússia também e vamos nos isolar, vamos virar mesmo uma colônia dos Estados Unidos”.⁹⁴⁷

⁹⁴⁵ Silva, 1981, p. 52, *apud* Alves, *op. cit.*, 1989, p. 47.

⁹⁴⁶ Alves, *op. cit.*, 1989, pp. 47-8.

⁹⁴⁷ *Apud* Gaspari, *op. cit.*, 2003, pp. 125-6.

O Brasil estava longe de virar uma colônia dos Estados Unidos, como a política externa de Geisel e Azeredo da Silveira demonstrou. A convergência estratégica entre os governos brasileiro e cubano na África Austral, a partir da segunda metade da década de 70, combinada com a distensão política interna no Brasil e com o distanciamento em relação à política externa norte-americana ajudou a criar as condições para a reaproximação bilateral entre Brasília e Havana, intensificada no governo militar seguinte e concretizada após a restauração do regime democrático.

6.3. O Governo Figueiredo e a redemocratização (1979-1985)

6.3.1. Os pontos de convergência

O processo de abertura política interna, iniciado com Geisel, teve prosseguimento e foi concluído durante a Presidência de seu sucessor, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tomou posse em 15 de março de 1979, tendo Ramiro Saraiva Guerreiro como Ministro das Relações Exteriores. À revogação do AI-5, em dezembro de 1978, seguiu-se, em agosto de 1979, a Lei de Anistia, que libertou os presos políticos e permitiu o retorno ao Brasil de exilados como Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. No mesmo ano, a reforma partidária extinguiu o bipartidarismo, abrindo o caminho para a criação de novas legendas.⁹⁴⁸

Ao mesmo tempo, a reorganização da sociedade civil e o abrandamento da censura governamental se refletiram nas relações internacionais do Brasil, notadamente na questão de Cuba. Por causa das sequelas da luta armada dos anos 60 e 70, Cuba tornara-se um tabu.⁹⁴⁹ Entretanto, a ideia do reatamento entre Brasília e Havana passou a ganhar força entre os setores que se rearticulavam politicamente, sobretudo os de esquerda, tornando-se uma opinião quase consensual que a manutenção do rompimento entre os dois países, em face do processo de redemocratização interna, era um anacronismo que tinha de ser superado.

À distensão política interna correspondeu a abertura para Cuba nos meios jornalísticos e editoriais brasileiros. À medida que o regime se abria, e começavam a surgir sinais de restauração da preeminência civil nos negócios do Estado, cresciam as pressões da sociedade para o reatamento de relações com Havana. Nesse momento, os contatos do Governo de Cuba

⁹⁴⁸ Cf. Skidmore, *op. cit.*, 1988, pp. 422-433.

⁹⁴⁹ Segundo Tancredo Neves, recém-eleito para a Presidência da República, "Cuba é um problema dos militares, não é uma questão de política", *apud* Furiati, *op. cit.*, 1999, p. 9.

com o Brasil ocorriam principalmente por meio de partidos de esquerda como o PCB, o MR-8 e o PT e de setores da Igreja Católica partidários da “Teologia da Libertação”, passando a realizar-se um intenso intercâmbio de ideias e pessoas entre esses segmentos e Cuba.

No plano cultural, o relacionamento entre os dois países adquiriu, na segunda metade dos anos 70, um novo *status*. As viagens à ilha estavam proibidas, desde 1964, e os passaportes brasileiros ostentavam a advertência “não válido para Cuba”. Com o rompimento, Cuba tornara-se “a ilha proibida”, cercada de mistério, aonde brasileiros só iam de forma clandestina, quase sempre por motivos políticos. Mesmo assim, crescia o número de escritores e intelectuais que conseguiam burlar o bloqueio imposto pelos militares. Não raro, essa ousadia lhes custava alguns dissabores com as autoridades brasileiras. Em 1978, o escritor Antonio Callado passou varias horas sendo interrogado por agentes da Polícia Federal no aeroporto do Rio de Janeiro após retornar de Cuba, aonde fora para participar do júri de um festival cultural.⁹⁵⁰ Foi sobretudo a partir da publicação, em 1976, do livro-reportagem de Fernando Morais – *A Ilha –*, que os temas Cuba e Revolução Cubana passaram a ocupar cada vez mais espaço nos meios de imprensa e entre intelectuais brasileiros. À obra pioneira de Morais, que rompeu um cerco informativo vigente desde 1964, seguiram-se várias outras publicações, que atestaram o grande interesse do público brasileiro pelo assunto.⁹⁵¹ Em 1977, Fidel Castro concedeu uma longa entrevista a Morais, publicada pela revista *Veja*, a primeira do líder cubano a um órgão de imprensa brasileiro em treze anos. Em 1978, a despeito da proibição legal de viagens a Cuba, um grupo de artistas e intelectuais brasileiros participou, em Havana, pela primeira vez, do júri do prêmio cultural *Casa de Las Américas*, criado em 1960 e promovido pelo governo cubano.⁹⁵² No ano seguinte, uma delegação de cineastas brasileiros, chefiada pelo produtor Nei Sroulevich, foi a Havana para participar do I Festival do Novo Cinema Latino-Americano. Tratou-se da primeira visita realizada à ilha, em caráter oficial, autorizada pelo Presidente Figueiredo, feita por iniciativa de Celso Amorim, então presidente da EMBRAFILME (e futuro Chanceler), embora, na ocasião, o grupo tenha embarcado sem vistos (não

⁹⁵⁰ Para o episódio, ver Callado, *op. cit.*, 1978.

⁹⁵¹ Além do livro de Morais, vale mencionar os de Callado (*op. cit.*, 1978); Brandão (*op. cit.*, 1978); Escosteguy (*op. cit.*, 1979); Fernandes (*op. cit.*, 1979); Nepomuceno (*op. cit.*, 1986); e Betto (*op. cit.*, 1987). Essas obras apresentam uma visão positiva sobre o regime de Fidel Castro, enfatizando os progressos alcançados nas áreas de saúde, educação e justiça social em meio a um continente caracterizado pela miséria e desigualdade. Em especial a longa entrevista concedida por Fidel Castro a Frei Betto em 1985 logo se tornou um dos maiores *best-sellers* latino-americanos. Além dos elogios às supostas “conquistas sociais” da Revolução Cubana, essas obras têm em comum o fato de praticamente não tocarem em temas espinhosos para o regime castrista, como a censura governamental e a existência de presos políticos na ilha.

⁹⁵² Faziam parte do grupo que foi a Cuba a convite do Governo cubano o cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, a atriz Marieta Severo e os escritores Ignácio de Loyola Brandão e Antonio Callado, cf. Brandão, *op. cit.*, p. 14.

sabiam se voltariam). A viagem rendeu frutos: Alfredo Guevara, presidente do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), comprou quatro filmes brasileiros por US\$ 20 mil, inclusive o ganhador do festival, *Coronel Delmiro Gouveia* de Geraldo Sarno.⁹⁵³ Aos poucos, Cuba deixava de ser um assunto proibido.

Também alguns setores empresariais brasileiros começaram a defender o reatamento. Já em maio de 1974, a Associação dos Exportadores Brasileiros começou a pressionar a favor do restabelecimento das relações comerciais com Havana. Levando-se em conta que as exportações brasileiras para a ilha somaram US\$ 485 mil em 1964, essa associação esperava que o volume de negócios com Cuba atingisse US\$ 270 milhões por ano. O Itamaraty respondeu inicialmente a essas pressões afirmando que o bloqueio imposto pela OEA impedia o Brasil de reiniciar relações comerciais com Cuba, embora nesse período, como afirma David Fleischer, esse argumento começasse a cair por terra, visto que vários países latino-americanos já haviam começado a “furar” o bloqueio, reatando unilateralmente as relações com Havana.⁹⁵⁴

Nos anos seguintes, os laços comerciais entre Brasil e Cuba foram gradualmente restabelecidos, à medida que eram derrubados os entraves burocráticos ao intercâmbio bilateral. Em 1981, uma missão comercial cubana foi a São Paulo, a convite de fabricantes de equipamentos para destilação de álcool. Outro passo importante ocorreu em maio de 1983, com um estudo feito pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que resultou na visita de uma delegação parlamentar brasileira à ilha, pela primeira vez desde 1964.⁹⁵⁵

Em nível estatal, a reaproximação Brasil-Cuba mostrava-se cada vez mais lógica ante o surgimento e a ampliação, no decorrer da primeira metade da década de 80, de vários pontos de convergência entre as políticas externas dos dois países. Em questões como a do conflito militar na América Central, Brasil e Cuba adotaram posições comuns na condenação à política do Presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989) de sufocar o governo sandinista da Nicarágua por meio de sanções e ações militares encobertas, como o fornecimento de armas aos rebeldes “contras”, que lutavam contra o regime de Manágua, instalado após a queda do ditador Anastacio Somoza em 1979.⁹⁵⁶ Para sinalizar essa posição brasileira, em 17 de abril de 1984, o Itamaraty declarou o apoio brasileiro ao comunicado do

⁹⁵³ Cf. Furiati, *op. cit.*, p. 14.

⁹⁵⁴ Cf. Fleischer, 1985, p. 514.

⁹⁵⁵ Cf. Vasconcelos, 1991, p. 189.

⁹⁵⁶ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1989, pp. 253-4.

Grupo de Contadora, que condenou a colocação de minas norte-americanas nos portos nicaraguenses.⁹⁵⁷ A intervenção militar dos EUA em Granada, em outubro de 1983, para destituir o governo esquerdista apoiado por Cuba, também contou com a oposição enérgica do Itamaraty, que se conservou fiel à sua linha tradicional de defesa dos princípios de autodeterminação e de não interferência.⁹⁵⁸ Nesse e em outros posicionamentos do Brasil, tais como a reafirmação constante nos foros internacionais da condenação ao regime do *apartheid* sul-africano e do direito do povo palestino à autodeterminação, tornou-se claro que já iam longe os anos do “alinhamento automático” e dos “círculos concêntricos” entre Brasil e EUA. (Tal fato não impediu, porém, que em 1983 a Diplomacia brasileira prestasse “decisiva assistência econômica e militar” ao Suriname, a fim de “evitar que a crise interna naquele país tendesse a uma solução enquadrada pela presença cubana no conflito Leste-Oeste”.⁹⁵⁹)

Começava, assim, um lento degelo. Em setembro de 1976, uma delegação cubana participou da 25ª Assembleia da Comissão Internacional de Energia Atômica no Rio de Janeiro. No decorrer da reunião, que durou vinte dias, conta Claudia Furiati que

um senhor que se apresentou como Sérgio Vieira, da comissão organizadora por parte do Serviço Nacional de Informações (SNI), aproximou-se e afirmou que havia um certo inrteresse em avançar conversações com Cuba, que lhes impressionava muito. Também um militar, especialista em energia atômica, entabulou conversa e quis levar os cubanos a uma escala científica. Uma visita à usina nuclear de Angra I esteve no programa.⁹⁶⁰

No ano seguinte, a Embaixadora Lourdes de Vincenzi tornou-se a primeira diplomata brasileira a visitar Cuba após 1964 ao chefiar a delegação brasileira à reunião da CEPAL, sobre a integração da mulher no desenvolvimento, que teve lugar em Havana de 13 a 27 de junho de 1977. Diplomatas graduados brasileiros participariam, ainda, de reunião do Movimento Não Alinhado realizada em Havana, três anos depois.⁹⁶¹

Nesse ínterim, a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento constituiu também um importante fator a aproximar

⁹⁵⁷ Cf. Vizontini, *op. cit.*, 2004b, p. 396.

⁹⁵⁸ Para a posição do Brasil na questão da intervenção dos EUA em Granada, ver Guerreiro (1992).

⁹⁵⁹ Cervo & Bueno, *op. cit.*, p. 451; e Vizontini, *op. cit.*, 2004b, p. 355.

⁹⁶⁰ A delegação cubana (“meio oficial, meio oficiosa”) era chefiada pelo engenheiro Tirso Saen. Formavam-na Carlos Amat, chefe do Departamento de América I (Latina) do Ministério das Relações Exteriores cubano (MINREX); o diplomata Ricardo Santiago (que recebera o escritor Fernando Morais em Cuba no mesmo ano) e o sociólogo Sergio Cervantes, *Brazilian desk* do Comitê Central do Partido Comunista Cubano, *op. cit.*, 1999, pp. 11-2.

⁹⁶¹ Cf. Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 268.

as posições de Brasília e de Havana. Principalmente após a decretação da moratória pelo México, em agosto de 1982, Fidel Castro passou a insistir na tese do cancelamento da dívida dos países do Terceiro Mundo argumentando que esta jamais poderia ser paga – opinião que encontrou eco nos meios políticos e governamentais do Brasil. Segundo Sebastián Balfour, a defesa do cancelamento da dívida externa dos países subdesenvolvidos visava também a objetivos políticos de Fidel Castro:

O novo grito de guerra de Castro não era somente uma mostra de oportunismo. O problema da dívida do Terceiro Mundo chegava até o coração de sua longa campanha a favor da reestruturação das relações entre norte e sul. Ademais, estava convencido de que a crescente crise da dívida criaria as condições para a realização de seu velho sonho de unidade latino-americana. Era também uma oportunidade, agora que seu mandato como Presidente do Movimentos dos Países Não-Alinhados havia terminado, de restaurar sua pretensão de ser o líder moral do Terceiro Mundo depois do contratempo do Afeganistão.⁹⁶²

Dessa forma, o líder cubano procurou maximizar a questão da dívida, utilizando-a como um meio de reforçar os objetivos em comum com os demais países do continente. Assim, em 1985, Fidel Castro endereçou um projeto ao recém-eleito Presidente José Sarney no qual propunha a renegociação conjunta da dívida externa.⁹⁶³

Também o posicionamento da Chancelaria brasileira no tocante à Guerra das Falklands/Malvinas, em abril-junho de 1982, serviu para aproximar ainda mais os pontos de vista do Brasil e de Cuba. Em que pese o caráter fanaticamente anticomunista da ditadura militar argentina, Havana colocou-se, assim como Brasília, a favor das reivindicações territoriais de Buenos Aires e contra a ação militar britânica para retomar o controle das ilhas do Atlântico Sul, em contraposição à atitude norte-americana de apoio a Londres.⁹⁶⁴ Havia também interesse dos militares brasileiros em aprender com a experiência das Forças Armadas cubanas, que haviam acumulado um considerável *know-how* em conflitos nos últimos 25 anos, sobretudo, na África.⁹⁶⁵ Com efeito, os pontos de convergência entre os dois governos aumentavam à medida que a Diplomacia nacional se orientava em uma linha de continuidade em relação ao Pragmatismo Responsável. Paralelamente, o processo de redemocratização interna, superada a resistência de setores

⁹⁶² Balfour, *op. cit.*, pp. 184-5.

⁹⁶³ Cf. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 189.

⁹⁶⁴ Para a posição de Cuba na questão das Malvinas, ver Balfour, *op. cit.*, p. 183.

⁹⁶⁵ "O aperfeiçoamento da arte militar e da ciência em Cuba arregalava os olhos dos militares brasileiros", Furiati, *op. cit.*, 1999, pp. 12-3.

ligados aos órgãos de informações do regime, que se expressaram inclusive por meio de atentados terroristas (caso Riocentro⁹⁶⁶, etc.), avançava a passos largos, atingindo seu ponto culminante na campanha popular em favor das eleições diretas para a Presidência da República (“diretas já”) em 1984.

Apesar desse contexto favorável à reaproximação, a retomada dos contatos entre os dois países começou cercada de extremo sigilo, de maneira clandestina. Um personagem que teria um papel destacado nesse processo foi o sociólogo cubano Sergio Cervantes, assessor especial de Fidel Castro, que em 1977 visitou o Brasil a fim de fazer contatos informais com autoridades e representantes brasileiros da área comercial. Um ano antes, Cervantes viajou incógnito para Piracicaba, onde se encontrou com o prefeito local, João Hermann (depois Deputado pelo PMDB), iniciando-se, assim, uma longa parceria.⁹⁶⁷ No decorrer dos anos seguintes, sempre com objetivos fictícios, Cervantes fazia inúmeras visitas ao Brasil, estabelecendo uma vasta rede de contatos e amizades nos setores empresarial e político. Somente às vésperas do reatamento, em 1985, foi-lhe concedido visto de um ano no Brasil.⁹⁶⁸

Também nessa época, começaram a ocorrer articulações no Congresso brasileiro em favor do reatamento com Cuba. Vários deputados passaram a visitar Havana, mantendo contatos com autoridades da ilha. Entre os primeiros parlamentares brasileiros a visitar o país, nos anos 80, estava o Senador Guilherme Palmeira e os deputados Emilio Perondi (PDS) e Haroldo Sanford, do Ceará, o qual “era um coronel do interior reformado, que se dizia muito amigo de Muamar Kadafi, presidente da Líbia”. Em 1983, foi criada uma frente parlamentar informal de apoio a Cuba. No ano seguinte, Cuba foi incluída como membro do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), que então se reuniu em Brasília.⁹⁶⁹

Paralelamente, iniciavam-se os primeiros contatos oficiais entre representantes dos dois governos. Segundo Claudia Furiati, o primeiro protagonista de um encontro “oficial, porém clandestino” entre Brasil e Cuba foi o então assessor do gabinete do Chanceler Saraiva Guerreiro, o diplomata José Viegas. Em 1980, Viegas se encontrou no Rio de Janeiro com o diplomata cubano Ricardo Santiago, “sob a fachada da reunião do

⁹⁶⁶ Na noite de 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu dentro de um automóvel no estacionamento do centro de convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, matando um Sargento e ferindo gravemente um Capitão, ambos servindo no DOI-CODI do 1º Exército. O inquérito instalado para apurar o caso, ocorrido durante um show de música popular em comemoração ao 1º de maio promovido por organizações políticas de esquerda, concluiu que o mesmo fora um atentado de extrema-esquerda, embora jamais tenha chegado aos culpados. Após o incidente, cessaram as ações terroristas no Brasil.

⁹⁶⁷ Cf. Furiati, *op. cit.*, 1999, pp. 14-5.

⁹⁶⁸ Vasconcelos, *op. cit.*, p. 189. Para Cervantes, ver também Jorge Escosteguy, “Volta sem traumas”, *Istoé*, 2 de julho de 1986, pp. 18-22.

⁹⁶⁹ Cf. Furiati, *op. cit.*, 1999, pp. 15 e 18.

GEPLACEA". Três anos depois, Viegas iria a Havana para participar de um Encontro Mundial da População, "para reciprocamente a visita de Santiago".⁹⁷⁰

Em fins de 1982, o Chanceler Saraiva Guerreiro fez o que constituiu "a mais ampla análise oficial brasileira em relação a Cuba desde 1964", segundo Fernando José Marroni de Abreu. O raciocínio de Guerreiro pode ser sintetizado em quatro pontos:

1. Cuba prossegue, de uma forma ou de outra, interferindo nos negócios internos de outros países; 2 - Essa é a razão básica que impede o Brasil de manter relações com Havana; 3 - O fato de Cuba pertencer à América Latina, não a outro continente ou subcontinente, torna o reatamento mais difícil; 4 - Apesar de tudo, o governo Figueiredo percebe que Fidel Castro está verbalmente mais moderado.⁹⁷¹

Essa análise marcava uma diferença essencial em relação à atitude do Brasil frente a Cuba nos anos anteriores. Deixava claro que o governo brasileiro considerava como o maior obstáculo ao reatamento com Cuba não o caráter socialista do regime cubano, mas sua ingerência nos assuntos internos dos países da região (pontos 1 e 2). Ao mesmo tempo, no ponto 3, recordava que a proximidade geográfica de Cuba, como país pertencente à América Latina, em vez de facilitar, dificultava a retomada do diálogo (o que certamente ajuda a explicar por que o regime militar brasileiro não fazia o mesmo tipo de reserva à URSS e à China Popular). Finalmente, apesar dessas ressalvas, sinalizava para a possibilidade de reaproximação, visto que reconhecia uma certa moderação verbal de Fidel Castro (ponto 4).⁹⁷²

Por sua vez, em 1979 Fidel Castro apresentou uma série de condições para o restabelecimento de relações diplomáticas. Olíder cubano declarou-se disposto a entabular negociações, desde que houvesse progressos para uma situação menos repressiva no Brasil e o País se decidisse a apoiar a luta do povo sul-africano contra o racismo. Fidel disse ainda que "Cuba não é uma noiva que anda procurando amantes por aí. Para que haja relações, as duas partes devem estar de acordo".⁹⁷³ Do ponto de vista brasileiro, havia ainda razões estratégicas em favor do reatamento, como aponta David Fleischer:

⁹⁷⁰ *Op. cit.*, 1999, pp. 16-18. José Viegas seria nomeado, em 1986, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Havana. Em 2003-4, exerceu o cargo de Ministro da Defesa. Atualmente, é Embaixador do Brasil na Itália.

⁹⁷¹ *Jornal de Brasília*, 29 de dezembro de 1982, p. 12, *apud* Abreu, *op. cit.*, 2000, p. 271.

⁹⁷² *Ibid.*

⁹⁷³ *Ibid.*, p. 272.

Em primeiro lugar, o Brasil poderia recuperar um pouco do terreno perdido na liderança continental, especialmente na questão da política externa, onde Fidel anda marcando pontos. Segundo, tendo um embaixador em Havana, o Brasil poderia exercer um peso maior na questão da América Central, bem como sobre a posição cubana na África. Terceiro, com relação ao seu tradicional rival, a Argentina, o Brasil poderia tornar-se facilmente o maior parceiro comercial latino-americano de Cuba.⁹⁷⁴

Apesar disso, o Governo Figueiredo manteve-se firme em sua disposição de não reatar com Havana. Exemplo dessa disposição contrária foi o empenho do Brasil em impedir que Cuba fosse eleita para ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1979. Havana apresentara sua candidatura como representante do bloco de países latino-americanos. Seus adversários no continente trataram imediatamente de buscar um concorrente. De início, o Brasil apoiou a candidatura do Peru ao Conselho, mas o governo peruano não permitiu que a ideia prosperasse, por não desejar, entre outros motivos, indispor-se com Havana naquele momento.⁹⁷⁵ O Brasil transferiu, então, seu voto para a Colômbia. Ao mesmo tempo, o Presidente Figueiredo endurecia seu discurso em relação ao regime cubano, tendo declarado que “o Brasil não se importará se tiver de ser o último país do mundo a reconhecer Cuba”.⁹⁷⁶

Não obstante, quase todas as variáveis apontavam na direção do restabelecimento de relações diplomáticas. Além dos fatores apontados acima, começa a se fazer sentir no Itamaraty, no final dos anos 70, uma certa fadiga em relação ao “problema cubano”. Aproveitando-se do clima de relativa liberdade proporcionado pela abertura política, diplomatas brasileiros começaram a se questionar abertamente sobre a utilidade do rompimento com Cuba. Escrevendo em 1980, o veterano Embaixador Teixeira Soares colocou a questão de forma explícita: “Que adiantou a Organização [dos Estados Americanos] com esta exclusão [de Cuba] por ‘mau comportamento’?” Ao que ele mesmo respondeu: “Nada. Simplesmente contribuiu ao fortalecimento do governo de Fidel Castro, que se encontra há uns 15 anos pacificamente no poder”. Teixeira Soares enxergava mais além, contestando não só a utilidade prática, mas a própria moralidade e legalidade da exclusão de Cuba do sistema interamericano:

⁹⁷⁴ Fleischer, *op. cit.*, p. 519.

⁹⁷⁵ Cf. Carlos Conde, “O Brasil faz força contra Cuba”, *Jornal de Brasília*, 29 de setembro de 1979, p. 11. Afirma Fernando José Marroni de Abreu (*op. cit.*, 2000, p. 272): “O Brasil não se limitou, nesse episódio, a apenas manifestar seu voto contrário, no momento adequado. A ação brasileira foi mais ampla, chegando, por exemplo, na visita a Brasília do Ministro do Exterior da Itália, Arnaldo Forlani, insistir não apenas em que a Itália votasse contra a candidatura cubana, mas que utilizasse suas boas influências na comunidade européia e outras áreas afins para derrotar Fidel Castro na ONU”.

⁹⁷⁶ *Ibid.*

Amanhã quando os historiadores fizerem a verdadeira história da Conferência de Punta del Este, onde se assentou a exclusão de Cuba do Sistema Pan-Americano, terão de assinalar com severidade a estranha e ilegal modalidade de excluir-se do quadro dos Estados-membros um Estado tão soberano como qualquer outro Estado americano. O processo adotado foi, ademais de tortuoso, simplesmente escandaloso. Cuba poderia, se tal houvesse sido o caso, vir a ser bloqueada diplomática e economicamente pelos Estados-membros majoritários; mas jamais excluída do quadro das nações americanas, integrantes da OEA.⁹⁷⁷

Teixeira Soares não era uma voz isolada. Nos anos seguintes, essa posição ganharia cada vez mais adeptos na Casa de Rio Branco.

6.3.2. O retorno do poder civil

Com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e a posse, em 15 de março, do Vice-Presidente José Sarney na Presidência da República – logo confirmado na Presidência em razão do falecimento do titular, em 21 de abril –, completou-se o processo de restauração do poder civil. Chegava ao fim, após 21 anos, o regime militar instaurado em 1964 no Brasil. Começava a “Nova República”. Como sinal dos tempos, uma das primeiras providências do novo mandatário, em março de 1985, foi a legalização dos dois partidos comunistas rivais, o PCB e o PCdoB. Além disso, foi convocada, em 1986, uma Assembleia Nacional Constituinte, destinada a elaborar uma nova Carta Magna para substituir a Constituição autoritária outorgada em 1967 e emendada em 1969.

O novo Chanceler brasileiro Roberto de Abreu Sodré, ex-Governador de São Paulo (de 1967 a 1970), assumiu o cargo em fevereiro de 1986, em substituição a Olavo Setúbal, com a missão de equacionar algumas questões delicadas. Dentre essas, ao lado da reserva de mercado brasileiro para produtos de informática e a solução de contenciosos de fronteiras e demarcação de reservas indígenas, figurava o reatamento diplomático com Cuba.⁹⁷⁸

A nova situação interna conduziu, obviamente, à necessidade de retificação de políticas empreendidas sob a preeminência de visões militares. A superação do autoritarismo no plano interno (fim do “entulho autoritário”) e a afirmação da preeminência civil na ordem política implicavam a superação de certos constrangimentos na política externa herdados

⁹⁷⁷ Soares, 1980, pp. 153-4.

⁹⁷⁸ Cf. Sodré, 1992, p. 285.

do regime militar. Entre os imperativos do novo regime destacava-se, quase como uma pré-condição para a plena restauração da normalidade democrática, o reatamento de relações diplomáticas com o governo de Fidel Castro. Em outras palavras, restabelecer relações com Havana era uma forma de virar uma página do passado, representando quase que o coroamento, no plano diplomático, da transição política brasileira. (No momento em que o Brasil reatou relações com Cuba, apenas Chile e Paraguai, ambos governados por regimes militares autoritários, recusavam-se a reconhecer o governo de Cuba na América Latina.⁹⁷⁹)

A ideia do reatamento com Havana era defendida por setores importantes no Itamaraty. Em carta endereçada a Sarney, e datada de 15 de abril de 1985, o diplomata e intelectual José Guilherme Merquior advogava abertamente em favor dessa iniciativa, vista como um gesto simpático à esquerda, o que poderia contribuir para superar resistências dos partidos esquerdistas ao governo que nascia e, particularmente, a Sarney, um político egresso das fileiras do Partido Democrático Social (PDS), ainda fortemente identificado com o regime que acabara de findar. O reatamento seria, portanto, segundo Merquior, uma jogada de política interna, além de uma forma de afirmação da soberania brasileira ante os EUA (nesse ponto, é forçoso admitir, a analogia feita por Merquior com o reatamento EUA-China mostrou-se precipitada; o prognóstico da reconciliação Washington-Havana não se cumpriu):

Outro gesto de grande charme para a esquerda: reatar relações com Cuba. Eles ficariam meio ano digerindo este pitêu, obrigados a achar que “pô, esse Sarney até que não é assim tão reça...”

Cuba hoje não oferece maiores perigos na América do Sul. O guevarismo já era. E o reatamento tem pelo menos três vantagens para nós: abriria um significativo potencial de exportações brasileiras; permitiria ao Brasil influir, em boa medida, na conduta internacional de Havana, como faz o México, em sentido moderador e realista; evitaria que, no futuro, nosso reatamento se desse a reboque de uma reconciliação diplomática Cuba/USA, reconciliação essa, a médio prazo, tão certa quanto o foi o reconhecimento de Pequim por Washington, na década passada.⁹⁸⁰

Além dessas considerações de cunho político-diplomático, o reatamento com Cuba tinha também um caráter pragmático. Como visto anteriormente, desde meados dos anos 70, um grupo de empresários

⁹⁷⁹ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, p. 25.

⁹⁸⁰ *Apud* Pereira, 2001, p. 490.

brasileiros pressionava o governo pelo restabelecimento de relações comerciais com Cuba, enxergando na ilha um mercado potencial para seus produtos, ainda mais porque, desde 1972, Cuba era membro do CAME, o Mercado Comum dos Países Socialistas.⁹⁸¹ Em janeiro de 1982, três anos depois dos primeiros contatos diplomáticos entre negociadores brasileiros e cubanos, uma missão empresarial brasileira, chefiada pelo empresário carioca Ruy Barreto, visitou Cuba.⁹⁸² A respeito dessa missão, Francisco José Marroni de Abreu afirma que, antes da viagem, houve pelo menos uma consulta ao Ministro Saraiva Guerreiro:

Considerando a notória dependência, de uma maneira geral, que o empresariado tinha e tem em relação ao governo no Brasil, e sabendo como o problema 'Cuba' era sensível [...], deve dar-se por assente que a viagem do sr. Ruy Barreto se fez com conhecimento de quem deveria saber. Conhecimento pode não significar aprovação; quer dizer apenas informação. As declarações do Presidente, do Ministro das Relações Exteriores e do presidente do Banco Central tentando desmentir Barreto confirmam este entendimento”.

Os resultados concretos da viagem foram mínimos, apesar da grande repercussão na imprensa.⁹⁸³

A partir de então, os contatos comerciais entre empresários brasileiros e o Governo de Fidel Castro tornaram-se cada vez mais frequentes. Em 1983, a indústria paulista Zanini assinou o primeiro contato comercial com Cuba em quase duas décadas, pelo qual foi vendida à ilha uma destilaria de álcool no valor de US\$ 3 milhões. Em 27 de março de 1985, pouco após a posse de José Sarney na Presidência da República, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade uma indicação para o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba.⁹⁸⁴

Isso não significou, entretanto, que houvessem desaparecido as discordâncias, dentro do governo brasileiro, quanto ao reatamento com Cuba. Afirma Paulo Vizentini:

A possibilidade de reatamento com Cuba levantou divergências, sobretudo no Conselho de Segurança Nacional (e outros segmentos militares “ideológicos”)

⁹⁸¹ Cf. Moniz Bandeira, *op. cit.*, 1998, p. 595. Segundo Furiati (*op. cit.*, 1999, p. 27), o primeiro empresário brasileiro a fazer negócios com Cuba foi Luiz Fernando Vitor, que vendeu alguns elevadores Otis à ilha por meio de uma *trading* com uma ponta na Nicarágua.

⁹⁸² Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004b, p. 318; e *Veja*, 2 de julho de 1986, pp. 20-5.

⁹⁸³ Abreu, *op. cit.*, 2000, pp. 268-9; e “Missão a Havana”, *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1982, p. 3.

⁹⁸⁴ Cf. Vizentini, *op. cit.*, 2004b, p. 399.

e no Congresso, resultando na normalização das relações diplomáticas apenas no governo Sarney. Segundo Saraiva Guerreiro, durante o governo Figueiredo, houve uma redução de agressividade verbal de parte do Brasil, permitiu-se o começo de um comércio por triangulação, enquanto buscávamos aumentar nossas informações.⁹⁸⁵

Muitas haviam sido as mudanças verificadas no Brasil desde a Revolução Cubana e, principalmente, desde 1964. Os anos de domínio militar haviam impulsionado dramaticamente a industrialização e a urbanização do País, com base em um modelo modernizador autoritário. Entretanto, o modelo militar desenvolvimentista, que levava a taxas de crescimento da ordem de 10% anuais no início dos anos 70, entrara em crise após o primeiro choque do petróleo, em 1973-74. Desde então, os altos índices de desenvolvimento e a situação de pleno emprego seriam substituídos pela desaceleração geral da economia – apesar da tentativa de manutenção das altas taxas de industrialização com o II PND, em 1974-79 –, traduzida em crescente endividamento externo e aumento da inflação. O resultado foi o agravamento da crise social e do descontentamento com o regime.

Essa última consequência revelaria-se, a partir de 1974, na rearticulação progressiva da sociedade civil (imprensa, estudantes, Igreja etc), expressando-se nas grandes greves do ABC paulista em 1978-81. Surgiu assim um “novo sindicalismo”, contestador da legislação trabalhista e favorável à negociação direta com os empresários, sem intervenção do governo, e que, simbolizado pela figura carismática do líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, logo tomaria o lugar dos partidos tradicionais de esquerda, à medida que o processo de distensão política avançava e a situação econômica se agravava. Em 1985, último ano do regime militar brasileiro, a dívida externa, que saltara de 6 bilhões de dólares, em 1973, para 50 bilhões, em 1980, chegou a mais de 100 bilhões de dólares e a inflação atingia níveis altíssimos. O Brasil estava em crise, e nada parecia indicar que dela sairia a curto ou médio prazo.

Apesar das diferenças de regime político, em Cuba a conjuntura tampouco se mostrava favorável em meados dos anos 80. A despeito do aumento da influência do regime castrista entre os países do Terceiro Mundo, cujo auge fora a eleição de Fidel Castro para a presidência do Movimento dos Não Alinhados em 1979, os anos de dependência econômica de Cuba em relação à URSS começavam a pesar. A exemplo do Brasil, e a despeito da

⁹⁸⁵ *Ibid.*, p. 317.

retórica do comandante cubano em defesa da suspensão do pagamento da dívida externa dos países subdesenvolvidos, Cuba endividara-se. Embora a ilha fosse membro do CAME desde 1972, os preços do açúcar no mercado internacional não se mostravam suficientes para garantir o crescimento econômico e o nível de vida da população que, já relativamente baixo devido ao racionamento de produtos imposto pelo Estado, deteriorava-se. Para agravar esse quadro, os gastos com defesa e com a manutenção de milhares de tropas cubanas na África não ajudavam a sanar essas dificuldades. A partir de 1985, a ascensão de Mikhail Gorbachev na URSS e a implantação da política de *perestroika* (reestruturação) e de *glasnost* (transparência) renunciaram o aumento das dificuldades políticas e econômicas para o regime de Havana. Em meados dos anos 80, as diferenças entre as lideranças soviética e cubana se mostrariam intransponíveis: enquanto Gorbachev passou a desenvolver uma linha reformista que desencadearia, finalmente, o colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu, Fidel Castro optou pelo endurecimento do controle estatal sobre a economia cubana e a vida dos cidadãos, levando a cabo, a partir de 1986, a política denominada de “retificação das tendências dentro do Partido e do Estado”. Em meados dos anos 80, Cuba enfrentava um sério risco de maior isolamento no cenário internacional. Foi nesse contexto que o reatamento entre Brasília e Havana se apresentou também como uma necessidade para o regime de Fidel Castro.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral do Itamaraty durante o Governo Sarney, descreve em linhas gerais a conjuntura da época. Segundo ele, a decisão de reatar relações com Havana foi um gesto lógico:

[o reatamento com Cuba]... na conjuntura que o Brasil vivia naquele momento, final da década de 80... [correspondeu a] uma certa consciência de que o isolamento de Cuba era um ato, vamos dizer, meio obsoleto no cenário internacional, e que o Brasil tinha que, de alguma maneira, fechar o mosaico de seus interesses.⁹⁸⁶

O interesse brasileiro no reatamento é explicado, pelo Embaixador Flecha de Lima, muito mais em termos da ideia, em suas palavras, de “fechar o mosaico” das relações exteriores do Brasil, no sentido da implementação de uma política externa universalista, do que propriamente em termos de benefícios materiais que daí pudessem advir. Tratava-se de um imperativo de uma atuação diplomática que buscava livrar-se de viseiras ideológicas

⁹⁸⁶ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

em um mundo em que a divisão bipolar da Guerra Fria começava a perder o significado. Ademais, afirma o Embaixador, havia imperativos de ordem doméstica para o reatamento:

Não era que o Brasil tivesse algum interesse dramaticamente importante em jogo com Cuba. Não. Mas no conjunto de nossos interesses, fazia sentido você reatar com Cuba. E, curiosamente, o reatamento com Cuba foi muito mais um ato de política interna do que um ato de política externa.⁹⁸⁷

Essa percepção radicava no fato de que há muito Cuba não constituía mais um perigo à segurança nacional, o que constituía uma ruptura com a visão desenvolvida nos anos 60 pelos militares:

Havia [a consciência de que se devia reatar com Cuba] porque... Cuba deixara de ser uma ameaça, entende? Na medida em que normalizou-se a vida política brasileira, não havia muito espaço pra eles intervirem aqui ou tentarem desestabilizar o país. E recebemos várias mensagens indiretas. Por exemplo, o Torrijos, que era o homem forte do Panamá, era muito meu amigo e ele me trouxe vários recados do Fidel, por exemplo.⁹⁸⁸

Estava montado o cenário, assim, para a reaproximação entre os dois países, cujas relações haviam sido rompidas unilateralmente pelo Brasil em 13 de maio de 1964. Seria um longo caminho, desde os primeiros contatos diplomáticos, por volta de 1979, no Panamá, até culminar, sete anos depois, na suíte Royale do Hotel Intercontinental, em Paris, com o brinde de champagne com o qual Paulo Tarso Flecha de Lima, por parte do Brasil, e o Vice-Ministro José Vieira Linares, de Cuba, comemoraram o fim daquilo que foi chamado de um “pesadelo diplomático”⁹⁸⁹ e selaram um reencontro histórico.

6.3.3. *Fecha-se o mosaico*

Com os contextos nacional e internacional trabalhando a favor da reaproximação, faltava reiniciar os contatos oficiais entre as duas chancelarias. Esse processo, completado no segundo ano da administração de José Sarney, durou ao menos sete longos anos, ocorrendo em total sigilo e enfrentando vários obstáculos pelo caminho.

⁹⁸⁷ *Ibid.*

⁹⁸⁸ *Ibid.*

⁹⁸⁹ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, pp. 20-5.

Com a chamada “Como o Brasil fez as pazes com Fidel”, a revista *Veja* publicou, em 2 de julho de 1986, extensa reportagem de capa, dedicada ao reatamento Brasil-Cuba. Nela, são narradas as principais etapas do processo de reaproximação entre os dois países e apresentados os principais personagens envolvidos. As primeiras conversações entre representantes dos governos do Brasil e de Cuba, desde a ruptura de 1964, ocorreram em 1979, na Cidade do Panamá, por intermédio da representação do Brasil naquele país, então chefiada pelo Embaixador Carlos Antonio Betancourt Bueno. Nesse período de reaproximação inicial, afirma o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima que houve o concurso do então presidente do Panamá, Omar Torrijos (1968-1981), no sentido de mediar os contatos entre Brasília e Havana:

Ele [Torrijos] trouxe várias mensagens do Fidel dizendo que ele tinha interesse... que Fidel tinha interesse num diálogo com o Brasil. Mas naquela época nós estávamos em pleno governo Figueiredo, de modo que não havia muito clima pra isso, não.

Nesse processo, o Embaixador Carlos Bueno, mediante conversações com o Embaixador de Cuba no Panamá, Miguel Brughera, exerceu um papel de relevo nos contatos feitos com o governo de Cuba, como confirma Flecha de Lima:

Nós usamos muito o Bueno pra dizer que estávamos dispostos a conversar sobre o assunto. Sem antecipar que íamos reatar, mas que estávamos dispostos a conversar sobre o assunto. E aí, indicamos ao Bueno pra transmitir ao embaixador de Cuba no Panamá que o governo estava disposto a lhe dar um mandato pra conduzir pessoalmente o processo.⁹⁹⁰

De acordo com *Veja*, um obstáculo importante ao reatamento era a desconfiança brasileira, ainda não totalmente dissipada após os anos de apoio cubano às guerrilhas de esquerda, de um lado, e o receio cubano de passar por uma humilhação, caso se revelasse seu açodamento em restabelecer relações com o Brasil, de outro. Esses temores, porém, rapidamente desapareceram. A reação positiva de Havana veio logo na resposta à primeira mensagem do Embaixador Bueno a Fidel Castro, entregue ao líder cubano pelo embaixador Brughera: “No contato pessoal que tive com Fidel, ouvi do nosso presidente que havia uma grande satisfação ante provável decisão de reatamento entre

⁹⁹⁰ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

Brasil e Cuba".⁹⁹¹ Estava quebrado, oficialmente, o gelo entre Brasília e Havana. Prossegue Flecha de Lima:

Então, nós começamos esses contatos no Panamá e, dando sinais de boa vontade para o Governo cubano, e ainda sem fazer uma discussão substantiva sobre a natureza das relações... Então decidimos propor aos cubanos que sentássemos com eles em Paris. Então, sentamos lá no Hotel Intercontinental em Paris, e tivemos uma série de reuniões lá com o vice-ministro deles, que eu não me lembro mais o nome...⁹⁹²

A partir de então, os chanceleres brasileiro, Roberto de Abreu Sodré, e de Cuba, Isidoro Malmierca, trataram de mobilizar as respectivas chancelarias para processar o reatamento. As negociações para o restabelecimento das relações diplomáticas obedeceram a três metas básicas: 1) não interferência ideológica; 2) incentivo econômico e 3) relacionamento cultural e turístico.⁹⁹³

O próximo e decisivo passo foi dado em setembro de 1985, quando, em reunião de consulta com seu Ministério, o Presidente Sarney "bateu o martelo" e decidiu levar a cabo o reatamento. Todavia, um fato inesperado ocorreu nesse meio tempo: em dezembro de 1984, agentes do serviço secreto cubano tentaram sequestrar, em Madri, o ex-Ministro e dissidente do regime Manuel Sánchez Pérez.⁹⁹⁴

Nesse momento, houve a possibilidade real de um recuo diplomático. No dia 20 de setembro de 1985, em um "Aviso" dirigido ao General Rubens Bayma Denys, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, recomendou o adiamento das negociações por tempo indeterminado. Segundo Mendes,

a movimentação promovida por Havana em torno do tema da dívida externa revelou o tom de Fidel, totalmente contrário ao que pensa o governo brasileiro". Mais importante: "A permanente orquestração na imprensa sobre a mudança da postura de Cuba, particularmente no que se refere à não-ingerência em assuntos internos, e no abandono da violência como método de luta, não parece ser a expressão da verdade, visto o exemplo recente ocorrido na Espanha quando diplomatas cubanos acreditados no país tentaram em praça pública realizar um sequestro."⁹⁹⁵

⁹⁹¹ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, p. 21.

⁹⁹² Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003. O Vice-Ministro cubano ao qual o Embaixador Flecha de Lima se refere é José Vieira Linares.

⁹⁹³ Cf. Sodré, *op. cit.*, p. 302.

⁹⁹⁴ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, p. 23.

⁹⁹⁵ Apud Furiati, *op. cit.*, 1999, p. 21.

Apesar desse “Aviso”, as negociações para o reatamento não foram interrompidas. No começo de 1986, Sergio Cervantes finalmente teve um encontro com o Presidente Sarney, que foi articulado pela filha deste, Roseana, aproveitando a vinda de uma delegação cubana para participar de um congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB).⁹⁹⁶ No dia 4 de março, o Presidente Sarney deu instruções ao Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, para que ultimasse o reatamento. Em maio, o Chefe de Gabinete do Embaixador Flecha de Lima, Ministro Carlos Augusto Santos Neves, embarcou no avião que levava o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, no caminho para a Costa Rica, onde Brossard iria representar Sarney na posse do novo Presidente daquele país, Oscar Arias Sánchez. Encerrada a cerimônia, Santos Neves rumou para o Panamá, onde teve um encontro com Brughera e o Embaixador Bueno, no qual foi acertada uma reunião em mais alto nível entre os representantes dos dois países. Ao final das conversações preliminares, os cubanos escolheram Paris como lugar das negociações, pois lá a sua Embaixada oferecia melhores condições de trabalho. As negociações foram realizadas em clima de sigilo no Hotel Intercontinental, entre os dias 12 e 14 de junho de 1986.⁹⁹⁷

Nos três dias de conversa, das 10h da manhã às 18h30, o Embaixador Paulo de Tarso reiterou ao lado cubano os interesses brasileiros no continente africano e a necessidade de apoio cubano ao Tratado do Atlântico Sul, com vistas à criação de uma zona livre de armas nucleares. Expressou, ainda, a concordância do Brasil com o Grupo de Contadora, que proibia manobras militares dos EUA no Caribe. Indagado por que Cuba não aderiria ao Tratado de Tlatelolco, o Vice-Ministro Linares respondeu que Cuba não renunciaria aos esforços para obter a arma diante das milhares de armas nucleares que possuíam os EUA, apesar de considerar tal hipótese uma “miragem”.⁹⁹⁸ Paulo Tarso Flecha de Lima disse:

Nós conversamos muito, ficamos uns dois dias lá no Hotel Intercontinental e tratando de todos os assuntos sem inibição. E eu transmiti a ele a nossa preocupação de que Cuba de alguma maneira viesse a intervir nos assuntos internos nossos. E tinha-se dito claro que o reatamento excluía esse tipo de ingerência... Se deram todas as garantias.

Os futuros embaixadores nos dois países foram logo escolhidos: do lado do Brasil, o nome indicado para ser Embaixador em Havana foi o

⁹⁹⁶ *Ibid.*, p. 22.

⁹⁹⁷ *Ibid.* P. 21; *Istoé*, 2 de julho de 1986, p. 22.

⁹⁹⁸ Cf. Furiati, *op. cit.*, 1999, pp. 25-6. Participaram das negociações, além do Embaixador Paulo Tarso e do Vice-Ministro Vieira Linares, os diplomatas Gelson Fonseca e Ricardo Drummond de Melo, chefe da Divisão de Assuntos Econômicos do Itamaraty, pelo lado brasileiro; Lázaro Mora Secades, chefe do Departamento América do MINREX; e Reinaldo Caviác, pelo lado cubano.

de Ítalo Zappa. Conhecido por sua preferência pela “trilha Ho Chi Minh” da carreira diplomática, Zappa já exercera o cargo de Embaixador em Moçambique e na China. Ele parecia talhado para o posto em Havana. Segundo o Embaixador Flecha de Lima,

[Ítalo Zappa]... era um Embaixador muito especial. Era um homem de esquerda, que fazia questão de parecer diferente, não é? Fumava muito, e o grande problema dele era cultivar jornalista. Tinha uma imprensa espetacular. É, ele dizia que não, mas ele gostava desses lugares exóticos. Então, quando eu cheguei ao Sarney para falar da nomeação do Embaixador em Cuba isso já era um fato consumado, o Zappa já espalhou pra todo mundo que vai ser embaixador lá, pra quê? Não tem espaço mais...⁹⁹⁹

Do lado cubano, o nome escolhido foi o de Jorge Bolaños, ex-Embaixador na Polônia, Checoslováquia e Reino Unido, e que na ocasião era um dos seis vice-ministros das Relações Exteriores de Cuba. Pelo acordo firmado, cada Embaixada teria uma cota de até 25 funcionários.¹⁰⁰⁰ As condições para a instalação da missão cubana no Brasil foram estabelecidas em documento datado de 30 de abril, assinado pelo General Bayma Denys:

a circulação dos diplomatas, fora do perímetro do Distrito Federal, só poderá ocorrer com permissão do MRE; o efetivo de pessoal da Embaixada cubana deveria ser inicialmente pequeno e não seria permitida a abertura de representação comercial ou consulados fora de Brasília; a declaração de PNG (*Persona Non Grata*) seria feita mediante notas diplomáticas (nos casos de participação em atividades contrárias à Segurança Nacional, não haveria substituição do acusado); o envolvimento com sindicatos e organizações políticas não seria tolerado (quanto a intercâmbios culturais ou científicos, seriam objeto de consulta); não se admitiria a função de adido militar¹⁰⁰¹

Indagado se houve alguma pressão sobre os diplomatas do Itamaraty, e se a máquina da Diplomacia brasileira teria ou não conduzido o processo desde o início, sem qualquer interferência externa, o Embaixador Flecha de Lima respondeu categoricamente:

Foi o Itamaraty. No final, quando eu voltei de Cuba, o chefe do SNI achou que eu tinha sido muito liberal na distribuição das cotas de pessoal para a

⁹⁹⁹ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

¹⁰⁰⁰ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, p. 24.

¹⁰⁰¹ Apud Furiati, *op. cit.*, 1999, pp. 22-3.

Embaixada de Cuba, que eram vinte e cinco. Que eu tinha encheido de espião, o que era bobagem. Eles [os militares] denunciaram o papel protagonista que [os cubanos] tinham tido na África, mas isso não oferecia nenhum risco. Ele [o chefe do SNI] ficou danado comigo. Disse que eu tinha dado um número muito grande de empregados. Logo depois, dois anos depois, veio a queda do muro de Berlim, o declínio da União Soviética, foi um negócio que hoje... Já não assustava ninguém, né? Mas os militares ficaram um pouco desconfiados, mas depois em reunião ele [o chefe do SNI] se convenceu. Quando eu falo os militares, eu falo o Exército.¹⁰⁰²

Das palavras do Embaixador Flecha de Lima, deduz-se que, em 1986, o espectro da subversão castrista continuava a assustar os militares brasileiros. A esse propósito, conta o jornalista Lucas Figueiredo que o SNI chegou a infiltrar agentes disfarçados na Embaixada de Cuba, com a missão de instalar aparelhos de escuta clandestina no prédio e monitorar, assim, a atuação dos diplomatas cubanos. Segundo ele, mesmo após o restabelecimento das relações bilaterais, o serviço secreto brasileiro continuou a desconfiar de Fidel Castro e de Cuba, a qual ainda era classificada pelos militares brasileiros como “país antagônico”. O plano de infiltrar a Embaixada, “uma das mais elaboradas operações de espionagem montadas pelo SNI em todos os tempos”, nas palavras de Figueiredo, acabou, porém, frustrado por um motivo prosaico:

Ignorando os esforços diplomáticos para aproximar Brasil e Cuba, o SNI decidiu instalar escutas ambientais (minúsculos microfones que captam o som ambiente) na embaixada para ouvir as conversas dos diplomatas cubanos. Agentes do Serviço foram então infiltrados entre pedreiros e pintores que trabalhavam na obra da representação diplomática cubana. Entre uma mão de cimento e uma demão de tinta, os falsos peões de obra instalaram os microfones no gabinete do embaixador e numa saleta contígua. Com requintes de espionagem, à la James Bond, a primeira fase da operação foi um sucesso. Faltavam somente as escutas ambientais funcionarem conforme o planejado, e justamente aí é que a missão foi para o brejo. Antes de assumir seu posto, o embaixador cubano decidiu mandar revestir com folhas de aço – que impedem o funcionamento de transmissores – vários cômodos da embaixada, incluindo os dois aposentos que haviam sido “visitados” pelos agentes do SNI.¹⁰⁰³

¹⁰⁰² Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003. O Chefe do SNI à época do reatamento Brasil-Cuba era o General Ivan de Souza Mendes.

¹⁰⁰³ Figueiredo, *op. cit.*, p. 387-8.

Quanto à ausência de manifestações de desgosto da Embaixada dos EUA com relação ao reatamento do Brasil com Cuba, Flecha de Lima atribui esse fato ao reconhecimento norte-americano de que o Brasil poderia desempenhar um papel considerado útil para os próprios EUA:

Porque você tinha um país com o qual os EUA tinham uma relação fluida, que era o Brasil. E este país situado lá em Cuba era uma oportunidade boa pra você observar a cena cubana e eventualmente transmitir alguma coisa. O Canadá também sempre teve relações com Cuba e nunca teve problema nenhum.¹⁰⁰⁴

Encerradas as negociações no Hotel Intercontinental em Paris, às 16 horas do dia 25 de junho de 1986, o Chanceler brasileiro Roberto de Abreu Sodré, ex-conspirador em 1964 contra João Goulart e ex-Governador de São Paulo nomeado pelos militares, finalmente anunciou à imprensa o que todos já sabiam ser inevitável, desde o retorno do poder civil em 15 de março do ano anterior.¹⁰⁰⁵ Na ocasião, foi lida a seguinte nota oficial das duas chancelarias:

O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba, de acordo com os interesses e os desejos dos dois povos, decidem restabelecer relações diplomáticas em nível de embaixada, a partir da data em que for divulgada esta nota.

Os dois governos concordam em desenvolver relações amistosas e de cooperação, inspiradas nos princípios da Carta das Nações Unidas em especial os referentes ao respeito à soberania, à independência, à integridade territorial e à não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

O governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cuba concordam em trocar embaixadores dentro do mais breve prazo possível e emprestar um ao outro toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das embaixadas em suas respectivas capitais.¹⁰⁰⁶

Após vinte e dois anos, um mês e doze dias, as relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba estavam enfim reatadas.

Um último gesto era ainda necessário para que o reatamento fosse completo. Em março de 1987, Abreu Sodré visitou Cuba, ocasião em que o comandante Fidel Castro doou uma área de 10.000 m² no centro de Havana

¹⁰⁰⁴ Entrevista ao autor, Brasília, 2 de setembro de 2003.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Veja*, 2 de julho de 1986, p. 20.

¹⁰⁰⁶ *Apud Sodré, op. cit.*, p. 302.

para a construção da Embaixada do Brasil, cujo projeto ficou inicialmente a cargo do arquiteto Oscar Niemeyer.¹⁰⁰⁷ Era a primeira vez que um Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitava a ilha caribenha. Em março de 1990, Fidel Castro visitou o Brasil, pela primeira vez em trinta anos, para participar da cerimônia de posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República. Cuba não era mais um tabu.

Uma página da História brasileira fora virada. O Brasil fechara o mosaico de seus interesses.

¹⁰⁰⁷ *Ibid.*, pp. 303-5.



Conclusões

A vitória da Revolução Cubana e o alinhamento de Cuba com o bloco socialista significaram a primeira grande quebra da hegemonia dos EUA no mundo ocidental e, por conseguinte, a transformação das Américas em cenário das tensões e disputas ideológicas da Guerra Fria. Seu resultado mais visível para o continente foi a crise do sistema interamericano, esboçado pelo Pan-americanismo do final do século XIX e criado após 1945, cujo ápice foi a exclusão de Cuba da OEA em 1962. Nos anos seguintes, essa crise manifestou-se na forma de eclosão de movimentos revolucionários inspirados no exemplo cubano, assim como na instauração de regimes militares conservadores para combatê-los.

Esse processo, que teve como catalizador o temor da infiltração subversiva de teor comunista (ou “cubanização”), foi, no caso do Brasil, o resultado de complexos fatores políticos internos, mais do que externos. Entre os quais, destaca-se o surgimento de uma consciência fortemente anticomunista e nacionalista no seio do estamento militar, produto, em última instância, das características e vicissitudes do processo de industrialização brasileira. Fato geralmente ignorado, o anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, que motivou a intervenção militar de 1964 e o conseqüente rompimento diplomático com Cuba, é anterior à própria Guerra Fria. A revolução de Castro e sua posterior adesão ao bloco socialista serviram, portanto, para radicalizar tensões políticas e sociais havia anos latentes no Brasil; apenas exteriormente essas tensões assumiram um aspecto de confronto ideológico Leste-Oeste.

Nessa perspectiva, o nacionalismo, visto geralmente como apanágio das esquerdas, desempenhou, na realidade, um papel fundamental e jamais deixou de caracterizar a política externa brasileira em relação à questão de Cuba, antes ou depois de 1964. Ao contrário do que afirma certa corrente historiográfica, a pesquisa demonstrou que o alinhamento com os EUA, levado a efeito pelo Governo Castello Branco, em vez de expressar uma postura caudatária ou subserviente ao centro ocidental de poder, constituiu um instrumento diplomático que tinha em vista, primordialmente, os interesses e objetivos do Estado militar brasileiro, balizado pela ideologia de segurança nacional. Isso é evidenciado pela adoção de uma política de afirmação da soberania brasileira perante os EUA após 1967, cujo apogeu foi o Pragmatismo Responsável dos anos 70. Este abriu o caminho, ao desideologizar a política externa brasileira, e em conformidade com as transformações político-institucionais internas, para o reatamento pleno de relações com Cuba nos anos 80.

Diferente, portanto, de significar subordinação aos interesses estratégicos de Washington no confronto ideológico com o bloco comunista, o rompimento com Cuba, assim como o restabelecimento das relações diplomáticas, obedeceu a imperativos políticos de ordem doméstica, visando a ajustar a política exterior às necessidades impostas pelo processo de modernização econômica em curso no Brasil desde a década de 1930. Em favor desta conclusão, convém lembrar que o regime militar brasileiro não rompeu relações diplomáticas com a URSS, nem com qualquer outro país socialista com o qual o Brasil já mantinha relações antes de 1964, de fato ampliando-as após essa data.

Parece correto, portanto, afirmar que a ruptura com Havana, como desdobramento lógico do golpe de 1964, longe de ter sido mera manifestação extemporânea do conflito entre as superpotências, decorreu, na realidade, de fatores como o temor da subversão político-ideológica interna e da quebra da coesão militar, tida como indispensável para a manutenção da estabilidade política e social necessária ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, os objetivos de segurança e de desenvolvimento nacional, vistos como indissociáveis pelo regime militar pós-64, constituíram o *leitmotiv* da política brasileira em relação a Cuba, até 1986.

O mesmo padrão de equidistância em face do contexto mundial bipolar e de autonomia em relação às superpotências marcou o processo de reaproximação entre o Brasil e Cuba, a partir de 1974. Com a diferença de que, à medida que se consolidava o caráter pragmático e universalista da Diplomacia brasileira sob o regime militar-autoritário, as áreas de convergência com os pontos de vista de Havana aumentavam,

nomeadamente no que concerne à África, ao Oriente Médio, à América Central, às Falklands/Malvinas e à questão da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Além disso, a rearticulação da sociedade civil, após anos de arbítrio, transformou o reatamento em um imperativo político da redemocratização. Embora a ideia de reatar com Cuba certamente empolgasse as esquerdas, também foi acompanhada por certa desideologização do “problema cubano”. Esse processo beneficiou-se do fato de que foi no decorrer do período de mais intensa repressão às esquerdas – a partir de 1967, para ser mais preciso – que a política externa brasileira começou, ironicamente, a distanciar-se do alinhamento com os EUA, adotado no imediato pós-64, e a adotar cada vez mais as teses nacionalistas, em um contexto de aparente declínio do poderio global norte-americano. Debelada a ameaça de subversão armada interna, e tendo o regime cubano abrandado seu projeto de “exportar a revolução”, substituindo-o pela maior moderação retórica e pelo alinhamento mais estreito com a URSS, o reatamento diplomático tornou-se possível.

No tocante ao processo decisório nos dois momentos sublinhados – rompimento e reatamento –, percebe-se a existência de dois padrões distintos. Em virtude do caráter de ruptura institucional do movimento político-militar de 1964, a decisão de romper relações com Cuba aparece como o resultado lógico da derrubada do governo civil, tendo sido as autoridades militares que desfecharam o golpe – os agentes centrais do processo. O rompimento diplomático decorre do desenrolar interno dos acontecimentos, colocando-se como um imperativo da nova ordem, calcada na ideologia de segurança nacional.

No segundo momento, porém, o padrão revela-se essencialmente diverso: a máquina diplomática do Itamaraty conseguiu impor-se, como resultado do processo de redemocratização brasileiro e da concomitante liberação da Diplomacia nacional de condicionantes ideológicos. O Ministério das Relações Exteriores pôde desenvolver sua atividade no sentido do reatamento de relações com Cuba de forma independente de quaisquer pressões, tanto externas quanto internas. Livre da tutela militar, o Itamaraty pôde exercer a autonomia necessária para levar adiante as negociações bilaterais, visando à normalização das relações entre o Brasil e Cuba.

O reatamento diplomático com Cuba encerrou um capítulo da História das relações exteriores do Brasil. Excetuando-se alguns militares refratários, o regime cubano deixara, então, de ser visto como uma ameaça à segurança nacional. É simbólico, pois, que a reaproximação entre Brasília

e Havana tenha coincido com o início da crise do bloco socialista, desencadeada após a ascensão de Mikhail Gorbachev ao comando da URSS. Com o fim da Guerra Fria e da própria URSS, em 1991, o Governo de Fidel Castro (substituído em 2006, por motivo de doença, pelo seu irmão, Raúl) perderia seu principal apoio político e fonte de ajuda econômica. Desde então, viu reduzir-se drasticamente sua capacidade de influir nos assuntos mundiais, tornando-se, juntamente com Vietnã, Laos e Coreia do Norte, um dos últimos regimes socialistas de partido único no mundo.

Lista de siglas e abreviaturas

AIB	Ação Integralista Brasileira
AI-5	Ato Institucional N° 5
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AMRE-B	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília
AP	Ação Popular
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
DGI	División General de Inteligencia
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FAIRBRAS	Força Armada de Intervenção Rápida Brasileira
FIP	Força Interamericana de Paz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRBM	Intermediate Range Ballistic Missile
IRBR	Instituto Rio Branco
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITT	International Telephone and Telegraph
JID	Junta Interamericana de Defesa
M-26 ou M-26-7	Movimiento Revolucionario 26 de Julio
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRBM	Medium Range Ballistic Missile
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLAS	Organización Latinoamericana de Solidaridad
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OSPAAL	Organización de Solidaridad a los Pueblos de África, Asia y América Latina
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOP	Política Operária
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Socialista Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
SNI	Serviço Nacional de Informações

SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
UDN	União Democrática Nacional
UIR	Unión Insurreccional Revolucionaria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Aid and Development Program
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



Fontes e bibliografia citadas

Arquivos, bibliotecas

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília

Biblioteca João Guimarães Rosa – Brasília

Biblioteca Antônio F. Azeredo da Silveira – Brasília

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília

Biblioteca Pedro Aleixo – Brasília

Periódicos

- Semanais

Bohemia (Havana, Cuba)

Isto é (São Paulo, Brasil)

Veja (São Paulo, Brasil)

- Diários

Correio do Povo (Porto Alegre)

El Mundo (Havana)

Folha de S. Paulo (São Paulo)

Hoy (Havana)

Jornal de Brasília (Brasília)

Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)
O Globo (Rio de Janeiro)
O Estado de S. Paulo (São Paulo)
Prensa Libre (Havana)
Revolución (Havana)

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel et alli. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed. rev., ampl. e atualizada. Vol. 2., Rio de Janeiro: Editora. FGV/CPDOC, 2001.

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ADAMS, Mildred. *América Latina: evolução ou explosão?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1964.

AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

AGEE, Philip. *Inside the company: the CIA diary*. London: Penguin Books, 1975.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Vol III: o desafio geopolítico. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

ALEXANDER, Robert J. *Communism in Latin America*. 3rd ed., new Brunswick: Rutgers University Press, 1963.

ALMEIDA, Paulo Roberto de & BARBOSA, Rubens Antônio (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ALTMAN, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

ALVES, Márcio Moreira. *1968: a paixão da utopia*. Rio de Janeiro: Nova Franteira, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

AMMAR, Alain. *Cuba nostra: Les secrets d'État de Fidel Castro*. Paris: Éditions Plon, 2005.

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Che Guevara: a revolutionary life*. New York: Grove Press, 1997.

ANDREW, Christopher & MITROKHIN, Vasili. *The world was going our way: the KGB and the battle for the Third World*. New York: Basic Books, 2005.

ARENAS, Reinaldo. *Antes que anochezca*. Barcelona: Tusquets Editores, 1992.

ARGOLO, José A. & FORTUNATO, Luiz Alberto. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros, o Prometeu de Vila Maria*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004 (Avenida Paulista).

AUBRY, Michel. *Cuba: nação independente ou satélite?* Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

AUGUSTO, Agnaldo del Nero. *A grande mentira*. Rio do Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

BACIU, Stefan. *Cortina de ferro sobre Cuba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: s.e., 1961.

BÁEZ, Luís. *Secretos de generales*. Barcelona: Losada, 1997.

BALFOUR, Sebastián. *Castro*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999. (Colección "Perfiles del Poder").

BANDEIRA, Antônio Rangel. *Sombras do paraíso: a crise da Revolução Cubana – preservar as conquistas sociais e democratizar o regime?* Rio de Janeiro: Record, 1994.

BARBOSA, Antônio José. *O Brasil e a questão cubana: Punta del Este*, 1962. Brasília: Ed. da UnB, 1989 (dissertação de Mestrado).

BARBOSA, C.A. Leite. *Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2007.

BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão, v. 1: 1912-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, v. 2: 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República. Vol. 4: de 1961 a 1967*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEMELIS, Juan F. *Castro, subversión y terrorismo en África*. Madrid: Editorial San Martín, 1988.

_____. *Las Guerras Secretas de Fidel Castro*. Madrid: Fundación Elena Mederos, 2002.

BENEVIDES, Maria Victória de M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENIGNO (Dariel Alarcón Ramírez). *Memorias de un soldado cubano: vida y muerte de la revolución*. Barcelona: Tusquet Editores, 2004.

BERLE Jr., Adolf. *América Latina, diplomacia e realidade*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BETTO, Frei. *Fidel e a religião*. 22ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina: breve historia*. 5ª ed., Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

- BOJUNGA, Claudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BONNET, Gabriel. *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida*. 5a ed., São Paulo: Cultura, 1979.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Gestão do Ministro Lafer na Pasta das Relações Exteriores*. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.
- _____. *O Brasil em Punta del Este*. Brasília: Seção de Publicações, 1962.
- _____. "Rompimento de relações diplomáticas com Cuba", In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: 7 (26): 338-98, jun. 1964.
- _____. *Textos e declarações sobre política externa (abril de 1964 a abril de 1965)*. Brasília: Seção de Publicações, 1965.
- BURNS, E. Bradford. *Nationalism in Brazil: a historical survey*. New York: Frederick A. Praeger, 1968.
- CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- CALLADO, Antônio. *Passaporte sem carimbo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- CANTARINO, Geraldo. *1964, a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.
- CAPITANI, Avelino Bion. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras. Vol. II: da revolução liberal à revolução de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- CARONE, Edgard. *A quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *A República liberal. II – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *La vida en rojo: una biografía del Che Guevara*. México: Alfaguara, 1997.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Revan, 1996.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História das relações internacionais do Brasil*. 2ª ed., Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros*. São Paulo: Humanidades, 1992.

COLTMAN, Leycester. *The real Fidel Castro*. New Haven: Yale University Press, 2004.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONNEL-SMITH, Gordon. *The United States and Latin America*. London: Heinemann, 1974.

CORRÊA, Manuel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CRAVO, Arnaldo Abílio Godoy Barreira. *A política internacional da revolução, 1964- 1985*. São Paulo: A.A.G.B.Cravo, 2003.

CUBA. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Perfil de Cuba*. La Habana: Dirección de Información, 1966.

- CUMERLATO, Corinne e ROUSSEAU, Denis. *A ilha do doutor Castro: a transição confiscada*. São Paulo: Peixoto Neto, 2001.
- CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. 2ª ed., São Paulo: Ed. da FGV; Brasília: FUNAG, 2002.
- DABÈNE, Olivier. *A América Latina no século XX*. São Paulo: Unesp, 2003.
- DANESE, Sérgio (org.). *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 2, 1989.
- DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.
- D'ÁVILA, Roberto. *Fidel em pessoa*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- DÉBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution?* Paris: François Maspero, 1967.
- _____. *A guerrilha do Che*. São Paulo: Edições Populares, 1980.
- DE CARLI, Gileno. *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1962.
- DENYS, Odílio. *Ciclo revolucionário brasileiro: memórias – de 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DePALMA, Anthony. *O homem que inventou Fidel: Cuba, Fidel e Herbert L. Matthews do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DOBBS. *Um minuto para a meia-noite: Kennedy, Kruchev e Castro à beira da guerra nuclear*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DOMINGUEZ, Jorge I. *To make a world safe for revolution: Cuba's foreign policy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

DRAPER, Theodore. *Cuba: mitos e verdades*. Rio de Janeiro GRD, 1962.

_____. *Castroism: theory and practice*. New York: Frederick A. Praeger, 1965.

DREIER, John C. *A Organização dos Estados Americanos e a crise do hemisfério*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

DREYFUS, René A. *1964: a conquista do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986.

ERISMAN, H. Michael. *Cuba's international relations: the anatomy of a nationalistic foreign policy*. Boulder, Colorado: Westview Press, Special Studies on Latin America and Caribbean, 1985.

ESCOSTEGUY, Jorge. *Cuba hoje: 20 anos de revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FALKJ, Pamela S. *Cuba foreign policy: Caribbean tempest*. New York: Lexington Book, 1986.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

_____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAUSTO, Bóris (ed.). *História geral da civilização brasileira. Tomo II: o Brasil republicano. Volume 10 – sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, MEC, SESu, Proedi, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERNÁNDEZ, Alina. *Alina, memorias de la hija rebelde de Fidel Castro*. Madrid: Plaza & Janés Editores, 1997.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOGEL, Jean-François, ROSENTHAU, Bertrand. *Fin de siglo en La Habana*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Documentos da política externa independente. Volume I*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FRANQUI, Carlos. *Retrato de família com Fidel: Fidel Castro visto por um ex-íntimo*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FURIATI, Claudia. *Confissões de um reatamento: a história secreta do reatamento de relações entre Brasil e Cuba*. S.l.: Niterói Livros, 1999.

_____. *Fidel Castro: uma biografia consentida. Tomo II – do subversivo ao estadista*. São Paulo: Record, 2002.

FURSENKO, Alexander, NAFTALI, Timothy. *“One hell of a gamble”: Khrushchev, Castro and Kennedy, 1958-1964*. New York, London: W.W. Norton & Company, 1997.

GAMBINI, Hugo. *El Che Guevara: una biografía*. 7ª ed., Buenos Aires: Ed. Planeta, 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega/Brasília: FUNAG, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GATES, Robert M. *From the shadows: the ultimate insider's story of five presidents and how they won the Cold War*. New York: Simon & Schuster, 1996.

GEYER, George Anne. *Guerrilla prince: the untold story of Fidel Castro*. Toronto: Little Brown, 1991.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2002.

GOMES, Saulo. *Quem matou Che Guevara*. São Paulo: Elevação Editorial, 2002.

GOODWIN, Richard. *Remembering America: a voice from the sixties*. New York: Harper and Row, 1988.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2ª ed., São Paulo: SENAC, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1999.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRENVILLE, J.A.S. *A history of the world in the 20th century*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1994.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The origins of the Angolan civil war: foreign intervention and domestic political conflict*. New York: St. Martin's Press, 1998.

HADDAD, Jamil Almansur. *Revolução Cubana e Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HAINES, Gerald K. *The americanization of Brazil: a Study of U.S. Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Willington: Scholarly Resources Inc., 1989.

HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HERMANN, D. (ed.). *The Communist tide in Latin America*. Austin: The University of Texas at Austin, 1973.

HERSH, Seymour. *O lado negro de Camelot: sexo e corrupção na era Kennedy*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOFFMAN, Bert. *The Cuban transformation as a conflict issue in the Americas: the challenges for Brazil's foreign policy*. Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde, 1999.

HOROWITZ, Irving Louis. *Revolution in Brazil: politics and society in a developing nation*. New York: E.P. Dutton & Co., 1964.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMES, Daniel. *Cuba: primeiro satélite soviético nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1962.

JOHNSON, Paul. *Tempos modernos: o século XX dos anos 20 aos 80*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Mariguella, o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. *Years of renewal*. New York: Simon & Schuster, 1999.

KHRUSHCHEV, Nikita S. *As fitas da Glasnost: memórias de Khrushchev*. São Paulo: Siciliano, 1991.

KHRUSHCHEV, Sergei (ed.). *Memoirs of Nikita Khrushchev, v. 3: statesman, 1953-1964*. Providence, RI: Watson Institute; The Pennsylvania State University Press, 2007.

KORNBLUH, Peter (ed.). *Bay of Pigs declassified: the secret CIA report*. New York: The New Press, 1998.

LABAKI, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LIMA, Hermes. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.

MACHADO, Nery. *Cuba, vanguarda e farol da América*. São Paulo: Fulgor, 1963.

MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática: depoimento ao CPDOC*. São Paulo: FGV, 1982.

MANZUR, Tânia. *Opinião pública e política exterior no Brasil nos governos de Jânio Quadros e João Goulart*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Tese de Doutorado).

MARKUN, Paulo & HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

- MATOS, Almir. *Cuba, a revolução na América*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- MATOS, Huber. *Cómo llegó la noche: memorias*. Barcelona: Tusquets Editores, 2003.
- MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- MAY, Ernest R. & ZELIKOW, Philip D. (ed.). *The Kennedy Tapes: inside the White House during the Cuban missile crisis*. Cambridge and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1997.
- MELO FILHO, Murilo. *Testemunho político*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- MILLS, C. Wright. *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best-Seller, 1994.
- MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed., Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UnB/Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONTANER, Carlos Alberto. *Viaje al corazón de Cuba*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 1999.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil: histórias por trás da história recente do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 1996.

MORAIS, Fernando. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*. 28ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

NEPOMUCENO, Eric. *Cuba: anotações sobre uma revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

PAES LEME, Flávio Abrão. *Convergências das políticas externas do Brasil e de Cuba para a crise centro-americana*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Relações Internacionais, 1996. (Dissertação de Mestrado).

PAGE, Joseph. *Nordeste, a revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *JK, Jânio, Jango: três jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001.

PLANK, John (ed.). *Cuba e os Estados Unidos: perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968.

PORTILLO, Julio. *Venezuela-Cuba: relaciones diplomáticas, 1902-1980*. Caracas: Editorial Arte, 1981.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PUGGINA, Percival. *Cuba, a tragédia da utopia*. Porto Alegre: Literalis, 2004.

QUADROS, Jânio. *Os dois mundos das três Américas*. São Paulo: Martins, 1972.

QUADROS NETO, Jânio & GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros, memorial para a História do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil, da revolução ao golpe, 1959-1964: uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

RANGEL, Carlos. *Del buen salvaje al buen revolucionario*. 7ª ed., Caracas: Monte Ávila Editorial, 1976.

RATLIFF, William E. *Castroism and Communism in Latin America, 1959-1976: the varieties of Marxist-Leninist experience*. Washington: American Enterprise Institute for Public Research; Hoover Institution on War, Revolution and Peace, 1976.

RÊGO, José & ESTRÊLLA, J. E. *Ianques contra Cuba (David enfrenta Golias)*. São Paulo: Fulgor, 1963.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 1.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RIVERO, Nicolás. *Fidel Castro, um dilema americano*. São Paulo: Dominus, 1963.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROMERO, María Teresa. *Política exterior venezolana: el proyecto democrático, 1958-1998*. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2002.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

RYAN, Henry Butterfield. *The fall of Che Guevara: a story of soldiers, spies, and diplomats*. New York: Oxford University Press, 1999.

SANTOS, Paulo de Tarso. *64 e outros anos*. São Paulo: Cortez, 1984.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (De 1946 a nossos dias)*. Brasília: UnB, 1996.

_____. *Relações internacionais: dois séculos de história – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Vol. 1.

SCULZ, Tad. *Fidel, um retrato crítico*. São Paulo: Ed. Best-Seller, 1987.

SEGRERA, Francisco López. *Cuba: política exterior y revolución (1959-1988)*. La Habana: s.e., 1988.

SILVA, Alberto da Costa e (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contra-golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil, de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Brasil, de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra 1988.

SKIERKA, Volker. *Fidel*. Madrid: Ediciones Martínez Roca, 2004.

SMITH, Earl E. T. *The fourth floor*. New York: Random House, 1962.

SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1992.

SOARES, Teixeira. *O Brasil no conflito ideológico global, 1937-1979*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

STACCHINI, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Os militares e a abertura*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

STOCKWELL, John. *In search of enemies: a CIA story*. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

SWEETZ, Paul M. & HUBERMAN, Leo. *Cuba: anatomia de uma revolução*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

TAIBO II, Paco Ignacio, ESCOBAR, Froilán, GUERRA, Felix. *O ano que vivemos em lugar nenhum: a missão secreta de Che Guevara*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. *Ernesto Guevara, también conocido como Che*. Barcelona: Editorial Planeta, 2004.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed., São Paulo: Globo, 1999.

TENÓRIO, Carlos Alberto. *O senhor de todas as armas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

THOMAS, Hugh S. *Cuba, la lucha por la libertad*. Madrid: Debate, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

TVEDTEN, Inge. *Angola: struggle for peace and recognition*. Colorado: Westview Press, 1997.

URRUTIA, Manuel. *Fidel Castro y Compañía*, S.A. Barcelona: Editorial Herder, 1963.

VALLADARES, Armando. *Contra toda esperança: as prisões políticas de Fidel Castro*. 2ª ed., São Paulo: Editora Intermundo, 1986.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 2 v.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao marechal Castello Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004b.

WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

WEINSTEIN, Martin (ed.). *Revolutionary Cuba in the world arena*. Philadelphia: s.e., 1979.

WEISS, W. Michael. *Cold warriors and coups d'état: Brazilian-American relations, 1945-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

YOUNG, Jordan M. *Brasil 1954-1964: fim de um ciclo civil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

- Artigos

ABREU, Fernando José Marroni de. "Brasil e Cuba: a gangorra diplomática", *In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Vol 3: O desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume/NUPRI/ USP, 2000, pp. 233-308.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "As relações do Brasil com os Estados Unidos em perspectiva histórica", *in: _____ & BARBOSA, Rubens Antônio (org.). Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências*. São Paulo: Saraiva, 2006 pp. 13-40.

BEMVINDO, Vítor. "Trocando charutos e farpas: aproximações e distanciamentos entre o Brasil de Juscelino e a Cuba de Fidel", *in: Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, jun. 2008, pp. 62-5.

BURGOS, Elizabeth, "Perturbaciones cubanas en América Latina", disponível no site webarticulista.net. <http://luisdilion.free.fr>>.

CAMPOS, Roberto de O. "Relações Estados Unidos-América Latina", *in: ADAMS, Mildred. América Latina: evolução ou explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, pp. 31-66.

CRUZ, José Humberto de Brito. "Aspectos da Evolução da Diplomacia Brasileira no Período da Política Externa Independente (1961-1964)", *in: DANESE, Sérgio (org). Ensaios de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: Cadernos do IPRI, n. 2, 1989, pp. 65-78.

DANTAS, San Tiago. "Resposta a interpelações dos Srs. Deputados", *in: Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro: 7(27):446-81, set. 1964.

FLEISCHER, David V. "Relações Brasil-Cuba: uma reaproximação delicada", *in: Política e Estratégia*, v. 3, 1985, pp. 513-521.

GORDON, Lincoln. "Variações do nacionalismo: meio século de relações brasileiro-americanas", *in: ALMEIDA, Paulo Roberto de & BARBOSA,*

Rubens Antônio (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências*. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 41-75.

MARTINS FILHO, João Roberto. "Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe", *In: FERREIRA, Jorge et al. O Brasil republicano. Vol. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126.

MATTOS, Carlos de Meira. "Brasil-Cuba, o reatamento de relações", *in: Política e Estratégia*, São Paulo: Convívio, vol. III (2), abr.-jun. 1985.

PEREIRA, José Mário. "O fenômeno Merquior", *in: SILVA, Alberto da Costa e (org.). O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, pp. 475-506.

POMPERMAYER, Malori J. & SCHMIDT, Benício V. "Relações entre União Soviética e América Latina", *Caderno DCP, Belo Horizonte*, 1(2): 75:114, dez.1974.

QUADROS, Jânio. "A política exterior do Brasil", *in: Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro: 5(14):125-33, jun. 1961.

RAMONET, Ignacio & MONTANER, Carlos Alberto. "Was Fidel Good for Cuba?", *in: Foreign Policy*, jan/fev. 2007, pp. 56-64.

SADER, Emir. "Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira", *in: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. História do marxismo no Brasil: o Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 1. pp. 157-183.

SCULZ, Tad. "Exportação da Revolução Cubana", *in: PLANK, John (ed.). Cuba e os Estados Unidos: perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1968, pp. 88-116.

VASCONCELOS, Luiz L. "Um Repasse sobre as Relações Brasil-Cuba", *in: Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: Vol. 13, n. 2, jul/ dez. 1991, pp. 187-203. *Internet*

<http://www.flacso.org.br>

<http://www.foia.cia.gov>

<http://www.gadcuba.org>

<http://www.latinamericanstudies.org/us-cuba/informantes.htm>

<http://www.mitholyoke.edu/acad/intrel/cuba.htm>

<http://www.webarticulista.net>

<http://www.mct.gov.br/>



ANEXOS



Anexo A

Carta de Jânio Quadros a Fidel Castro (abril de 1961)¹⁰⁰⁸

Ex.mo Sr. Primeiro-Ministro
Fidel Castro
Havana

Ilustre e Bom Amigo,

Desde que, com a minha investidura na Presidência da República do Brasil, assumi graves responsabilidades nacionais e internacionais, venho acompanhando, com especial interesse, o desenvolvimento da situação em Cuba, de cujo governo Vossa Excelência é o principal representante.

Não tenho nenhuma competência, nem a menor intenção, de me imiscuir, por qualquer forma que seja, nos assuntos internos da Revolução Cubana, e, se me dirijo a Vossa Excelência, faço-o não só confiando na amizade que se estreitou entre nós, desde a visita que fiz a Cuba, mas, principalmente, no cumprimento do que se me afigura o meu indeclinável dever, em face das responsabilidades nacionais e internacionais, acima mencionadas.

Com o Brasil se dá, de forma particularmente intensa, o que ocorre, creio, até certo ponto, com os demais países da América Latina: a Revolução Cubana nos interessa de perto, tanto do ponto de vista nacional quanto do internacional.

¹⁰⁰⁸ *Apud Franco, op. cit.*, 1968, p. 87-90.

Até algum tempo atrás, o admirável movimento, liderado pela figura juvenil e heróica de Vossa Excelência, significou algo de nôvo para a História da América: o exemplo de um pequeno povo lutando, com êxito, contra o cêrco imperialista e em prol da sua autodeterminação, do seu desenvolvimento econômico, do seu progresso e igualdade sociais.

Dois aspectos da Revolução Cubana eram especialmente significativos: a sua mocidade e a sua autenticidade. De certa forma, os dois traços confundiam-se: a Revolução Cubana era jovem porque autêntica, e autêntica porque jovem.

Uma geração môça, súbito amadurecida na luta contra uma ditadura corrupta e cruel, tomou o poder em seu país, descompromissada com quaisquer heranças ou influências políticas ou alienígenas. Esta ausência de compromissos era, sem dúvida, o significado principal da Revolução Cubana, o seu vitorioso sentido continental; situação que lhe atribuía, inclusive, importância mundial, porque representava a decisiva e, talvez, primeira contribuição da América Latina nos planos do pensamento político e da experimentação social do século XX.

Pode-se dizer que, nesse sentido, o castrismo sucedia ao monroísmo com a fórmula: “A América Latina é para os latino-americanos”.

De algum tempo a esta parte – permita-me Vossa Excelência dizê-lo amistosamente, sempre em função das minhas responsabilidades e sem qualquer ingerência nos negócios cubanos – de algum tempo a esta parte, nota-se a influência da doutrina e da técnica comunistas na Revolução Cubana.

Não vou – nem é êste o momento para tal – dissertar academicamente sôbre a teoria marxista, as suas várias interpretações, os seus diversos processos de expansão e aplicação. São coisas de livros e nós ambos, Vossa Excelência e eu, somos, sobretudo, homens de ação.

Meu govêrno é favorável à existência de relações francas e leais entre a América Latina e o mundo soviético, e isto tenho reiteradamente declarado, desde a campanha política que precedeu a minha eleição. A convivência leal aumentará a área de intercâmbio econômico e diminuirá a nefasta tensão política entre Oriente e Ocidente.

Mas meu govêrno considera o marxismo como teoria de Estado e sistema de organização social inadaptaíveis às condições históricas e geográficas do nosso Continente, bem como o crê desvinculado dos fatos e situações do nosso tempo, produto que é das relações culturais e históricas do século XIX.

Comprendemos que se veja, no comunismo soviético, um instrumento capaz de estimular a redenção dos povos e o progresso das

sociedades. O que não aceitamos é que se encontre, nêle, o *único* instrumento adequado a êsses grandes fins. Confiamos, sinceramente, para tanto, no sistema democrático e nacionalista, depurado das suas fraquezas e revigorado nas suas qualidades, entre as quais se encontra, para nós, de forma indiscutível, a liberdade, com tudo o que ela apresenta de essencial à pessoa humana.

O cêrco capitalista forçou Cuba a se apoiar nos Estados comunistas. Era inevitável. Não sei se o seria tanto evitar que o apoio se transformasse na determinada influência, que vai alargando incessantemente o fôssco que começa a separar a Revolução Cubana dos interesses e convicções das Nações da América.

De qualquer forma, torna-se cada dia mais difícil, para mim, harmonizar os sentimentos e as conveniências nacionais e internacionais da Revolução democrática em processo no Brasil, com a progressiva sovietação da Revolução Cubana. Para mim ela vai, desgraçadamente, perdendo os dois traços que a faziam invencível na América: a mocidade, porque se prende a teorias e fórmulas automáticas e infundamente discutidas sem resultado; e a autenticidade, porque vai perdendo o seu rico sentido continental.

Senhor Primeiro-Ministro, creio interpretar o pensamento de milhões de brasileiros e de latino-americanos, ao manifestar-lhe a necessidade de salvarmos as conquistas democráticas e sociais da Revolução Cubana, de tanto valor histórico para todos.

Isto poderá ser conseguido ainda, no momento em que se agravam as ameaças contra Cuba, através da ação pessoal e sempre corajosa de Vossa Excelência, imprimindo à Revolução Cubana, com seu gênio e o seu prestígio, a linha necessária que não é de reação, mas de recuperação.

Meu govêrno estará pronto a apóia-lo e a ajudá-lo, se necessário, nesses esforços, que nos parecem indispensáveis e urgentes.

Observações em separado, como complemento da carta, sugeridas por Afonso Arinos:

“Compete ao govêrno cubano, caso encontre procedência nas premissas aqui assentadas, deliberar.

Contudo, a título de sempre amistosa sugestão, permito-me ponderar a Vossa Excelência o que se segue.

Considero importantes demais as vinculações econômicas

estabelecidas entre Cuba e o bloco soviético, como resultado das visitas do sr. Mikoyan a Havana, e dos srs. Raul Castro, Ernesto Guevara e Nuñez Jimenez a Moscou, para que possam ser rôtas ou interrompidas. Considero ainda, que o auxílio econômico e técnico, iniciado pela U.R.S.S., China Continental, Tcheco-Eslováquia e outros países do bloco, deve incrementar a industrialização, bem como o desenvolvimento econômico e social de Cuba, se fôr aplicado convenientemente, no prazo de alguns anos. Tôda a questão está em saber se haverá tempo para tal aplicação, ou se a situação política irá se agravando, interna e externamente para Cuba, até determinar conseqüências que impeçam o prosseguimento da obra iniciada. Trata-se, pois, de tornar possível o próprio plano de desenvolvimento de Cuba, e, a meu ver, isto só se dará se Vossa Excelência puder eliminar as vinculações políticas e militares que passaram a prender Cuba ao bloco soviético, como decorrência do auxílio econômico.

Em palavras mais precisas: penso que a solução para o impasse que se aproxima estará, talvez, numa espécie de neutralização de Cuba, mais ou menos no tipo de situação conseguida pela Finlândia, tomada ao inverso. A Finlândia tem, internamente, uma organização democrática capitalista à ocidental, mas não participa da política do Ocidente para obter a boa vizinhança da Rússia. Cuba teria, internamente, uma organização democrática socialista, mas não participaria da política do Oriente, para obter a boa vizinhança dos países americanos. Seria esta solução possível?

Creia sempre, Senhor Primeiro-Ministro, etc.”

Anexo B

Justificação de Voto do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos¹⁰⁰⁹

Senhor presidente:

A Delegação do Brasil adere aos argumentos de ordem jurídica, que foram expostos de maneira cabal pelos nossos eminentes colegas, os Chanceleres da Argentina, do Equador e do México. A orientação que assumimos em face do problema criado pela identificação do regime de Cuba com o marxismo-leninismo ficou bem clara, penso eu, na exposição que tive a honra de fazer ante os Senhores Chanceleres, por ocasião da abertura de nossos debates gerais. Naquela oportunidade, salientei que, no entender da Delegação do Brasil, a criação de um regime comunista no Hemisfério entrava em conflito conceitual com os princípios do sistema interamericano. Por essa razão, demos nosso voto favorável ao 1º e ao 2º dos artigos da parte resolutiva. Esta incompatibilidade resulta, a nosso ver, de que a Organização dos Estados Americanos está baseada em certo número de princípios entre os quais abunda, expresso na alínea *d* do Artigo 5º da Carta, o exercício efetivo da democracia representativa.

Não é esta uma Organização em que a qualidade de membro seja independente de uma certa identidade de propósitos que orienta, por conseguinte, o sentido geral da vida dessa Organização. Daí, entretanto, a supor que a infidelidade de um Estado a um desses princípios, precisamente a um dos principais, possa dar lugar a uma medida que não é prevista em

¹⁰⁰⁹ Dantas, *op. cit.*, 1962, pp. 129-131.

qualquer norma do sistema interamericano vai, a nosso ver, uma grande distância. Na verdade, como aqui foi salientado com tãda clareza, em Direito Internacional Público não nos podemos permitir essas aplicações ampliativas, que consistem em supor que são permitidos determinados atos, apenas porque a êles não se faz alusão no instrumento. O que não está precisamente definido no instrumento, o que os Estados que o assinaram não constituíram como uma limitação de sua própria autonomia, não pode, de maneira alguma, ser extraído por via de qualquer interpretação.

Acresce, Senhor Presidente, e Senhores Chanceleres, que, no entender da Delegação do Brasil também existe, nessa matéria, um aspecto político que não pode ser pôsto de lado, no exame a que procedemos, com a plena consciência da importância histórica do momento que estamos vivendo.

O aparecimento de um Estado marxista-leninista em nosso hemisfério não é um episódio isolado na conjuntura mundial. Não podemos deixar de inscrevê-lo no quadro do grande conflito entre o Ocidente e o mundo socialista dos nossos dias, e de procurar situar, dentro dos limites dêsse quadro, as medidas que tomamos para enfrentar o tema, em defesa dos princípios democráticos e em defesa das idéias democráticas que nos unem. Numa época em que os povos já se certificaram de que não lhes está aberto nenhum caminho para a solução de seu antagonismo através do agravamento dos conflitos, das tensões internacionais e das soluções violentas, o caminho que verdadeiramente nos abrem e ao qual temos que recorrer, cedo ou tarde, é o caminho da criação de condições competitivas que nos possam assegurar a vitória dos princípios democráticos em que acreditamos.

A Delegação brasileira trouxe para esta Reunião de Consulta um ponto de vista que tive a honra de expressar numa das nossas primeiras sessões da Comissão Geral, mas sentiu, desde logo, que êsse ponto de vista talvez ainda não amadurecera suficientemente na consciência de todos para que o pudéssemos verter com proveito e nos têrmos de uma resolução. Não importa; estamos convencidos de que aquêle ponto de vista não perdeu o seu valor e que a imperfeição inevitável das soluções a que teremos de chegar enquanto não recorrermos a ele, diminuirá, necessariamente, o caminho até o instante de sua adoção. Esta convicção nada mais é do que um reflexo da confiança que temos, em primeiro lugar, na superioridade da democracia representativa, sôbre tãda e qualquer outra forma de Govêrno. Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, êsse sistema terá a fôrça atrativa suficiente, para se impor, mais cedo ou mais tarde, e para eliminar qualquer outro

sistema concorrente. A pobreza das soluções políticas oferecidas ao mundo pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização. É, sobretudo, a única dentro da qual se consegue resguardar o nível indispensável das liberdades humanas, e assegurar condições permanentes para o progresso. Essa firme certeza de que a democracia é, no mundo contemporâneo, o regime do futuro, e de que todos os desafios que lhe são hoje lançados pelo mundo socialista terminarão pela vitória inelutável do regime de liberdade, essa convicção está na base do ponto de vista em que se colocou o Brasil, nesta Consulta, e na orientação de toda a sua política exterior. Além disso, Senhor Presidente, acreditamos firmemente que o mundo americano tem uma vocação inelutável para a unidade e o entendimento. As distorções que porventura se verificarem num ou noutro país, sob a influência de condições históricas, mais superficiais ou mais profundas, nada poderão contra esse sentido de unidade, contra essa força atrativa da nossa vocação continental e, por isso, nesse momento em que votamos, quero reafirmar, em nome do meu país, em nome do seu povo e do seu Governo, a inabalável confiança que temos nos princípios da democracia representativa, no sistema interamericano, no futuro da Organização regional que praticamos e que temos o dever de aperfeiçoar e desenvolver, e a certeza que temos de que, ao termo de todas essas dificuldades e lutas, asseguraremos a vitória dos princípios em que acreditamos.



Anexo C

Carta-Resposta de João Goulart a John F. Kennedy por Ocasão da Crise dos Mísseis em Cuba (24 de outubro de 1962)¹⁰¹⁰

Senhor Presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituírem ameaça aos países deste hemisfério. Nessa carta, Vossa Excelência também solicitou o apoio do Brasil para as medidas que o seu governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses Conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sobre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e nos impuseram, proporcionalmente e de modo diverso, pesados prejuízos materiais.

¹⁰¹⁰ *Apud* Affonso, 1988, pp. 76-80. Disponível em <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias3/crisecu.htm>.

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje, porventura, maiores e mais arraigados do que no passado, porque com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se e estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que paralelamente ao fortalecimento da democracia se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

No discurso que tive a honra de pronunciar perante o Congresso norte-americano em 4 de abril de 1962, procurei resumir e enunciar com clareza os aspectos dominantes de nossa posição nos seguintes termos:

“A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e à preservação de sua liberdade”.

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É, pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano, inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso, o Brasil na VIII Consulta de Chanceleres Americanos se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, Senhor Presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação *in loco*, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porém, esta carta, Senhor Presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sobre o futuro imediato da OEA. Nos últimos tempos, observo que as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário.

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a violação do art. 2º da Carta de Bogotá, que se está correndo o risco de cometer para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação imprópria da Resolução II de Punta del Este sobre vigilância e defesa social, que não autoriza a organização encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados soberanos, e que agora se pretende abusivamente invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Interamericano de Defesa. Este órgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se, a título de problemas de segurança interna, passar ele a estudar questões da competência privativa dos Estados sobre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que o povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando, desse modo, o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.

Veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, nestas considerações, que pretendia desenvolver pessoalmente, ao grato ensejo de sua visita ao Brasil, uma expressão do propósito de melhor esclarecimento mútuo sobre as aspirações e as diretrizes do povo brasileiro.

Renovo a Vossa Excelência a certeza de minha melhor estima e apreço.

Anexo D

Rompimento de Relações Diplomáticas com Cuba¹⁰¹¹

O Encarregado de Negócios do Brasil em Havana entregou à Chancelaria cubana nota onde se declara que, não havendo condições para o prosseguimento de relações diplomáticas e consulares com o Governo de Cuba, o Governo brasileiro decidiu rompê-las na data de hoje. Em obediência às instruções do Itamaraty, o representante do Brasil solicitou imediatamente, do Governo de Cuba, os meios necessários para a sua pronta e segura saída daquele país, em companhia do pessoal brasileiro da Embaixada. Simultaneamente, no Rio de Janeiro, o Encarregado de Negócios de Cuba, Conselheiro Francisco Calzadilla, foi notificado do rompimento de relações diplomáticas e consulares entre os dois países, sendo-lhe comunicado que, de igual maneira, o Governo brasileiro colocava à disposição do pessoal da Embaixada de Cuba os meios necessários para a sua pronta e segura saída do País.

A decisão tomada pelo Governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional, propósito êsse pôsto em destaque pelo Senhor Presidente da República em seu discurso de posse, quando afirmou que o Brasil respeitaria a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos, mas exigiria igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por mais discreta e sutil que seja.

Ao identificar-se oficialmente como de tipo marxista-leninista, o Governo de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no Sistema

¹⁰¹¹ Apud Brasil, *op. cit.*, 1965, p. 50-1.

Interamericano. O regime de Fidel Castro, longe de manifestar o menor interesse em seu retorno ao convívio das nações livres da América, foi-se afastando cada vez mais dos países do Continente, aproveitando-se de todas as oportunidades para continuar a exportar suas doutrinas subversivas, através de intensa propaganda ideológica.

Essa conduta, que caracteriza ingerência nos assuntos internos dos países americanos, em violação ao princípio de não-intervenção, consagrado na Carta da Organização dos Estados Americanos, foi comprovada, inclusive, pela Comissão de Investigação designada pelo Órgão de Consulta para apurar as acusações de intervenção e agressão formuladas pelo Governo venezuelano contra o Governo de Fidel Castro.

Com respeito às relações entre o Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o Governo de Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela Revolução vitoriosa.

Brasília, 13 de maio de 1964



Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)